

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

ANDRÉ LUIS DE LIMA CARVALHO

**ALÉM DOS CONFINS DO HOMEM: FRANCES POWER COBBE CONTRA O
DARWINISMO NA CONTROVÉRSIA SOBRE A VIVISSECÇÃO
NO REINO UNIDO (1863-1904)**

Rio de Janeiro
2010

ANDRÉ LUIS DE LIMA CARVALHO

**ALÉM DOS CONFINS DO HOMEM: FRANCES POWER COBBE CONTRA O
DARWINISMO NA CONTROVÉRSIA SOBRE A VIVISSECÇÃO NO REINO
UNIDO (1863-1904)**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Waizbort

Rio de Janeiro
2010

C331 Carvalho, André Luis de Lima.
Além dos confins do homem: Frances Power Cobbe
contra o darwinismo na controvérsia sobre a vivissecção
no Reino Unido (1863-1904) / André Luiz de Lima
Carvalho. - Rio de Janeiro : s.n. 2010.

2 v.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da
Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz,
2010.

Bibliografia: p. 491-507.

1.Ciência 2. História 3. Vivissecção 4. Cães 5.
Fisiologia 6. Bioética 7. Darwinismo 8. História das
Ciências 9. Cobbe, Frances Power 10. Inglaterra

CDD 509

ANDRÉ LUIS DE LIMA CARVALHO

**ALÉM DOS CONFINS DO HOMEM: FRANCES POWER COBBE
CONTRA O DARWINISMO NA CONTROVÉRSIA SOBRE A
VIVISSECÇÃO NO REINO UNIDO (1863-1904)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. Ricardo Waizbort (FIOCRUZ) - Orientador

Prof^a .Dra. Magali Romero Sá (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Jaime Larry Benchimol (FIOCRUZ)

Prof^a. Dra. Anna Carolina Krebs Pereira Regner (UNISINOS)

Prof^a. Dra. Rita Leal Paixão (UFF)

Suplentes:

Prof^a. Dra. Cristiana Facchinetti (FIOCRUZ)

Prof.Dr. Hélio Ricardo da Silva (UFRuRJ)

Rio de Janeiro
2010

Dedicatória

À Nala, que eu não soube amar.

Ao Luke, com quem aprendi.

Agradecimentos

Produzir uma tese é um processo longo, complexo e, com frequência, árduo e extenuante. De certa forma, esse processo começa muito antes de nos sentarmos pela primeira vez ao computador para esboçar um projeto e concorrer ao ingresso no curso de pós-graduação. A instituição escolhida, o curso, o orientador e, principalmente, o tema, são reflexos de interações complexas entre nossa subjetividade e nossas circunstâncias sempre cambiantes, as quais, em última análise, começam a ser postas em ação desde a infância. Escrevo essas palavras não para esboçar uma tese sobre de que material são feitas as teses, mas sim porque, ao longo desses quatro anos em que estive envolvido com minha pesquisa, eu fui progressivamente me dando conta da extensão e da profundidade das influências em mim exercidas pelas atitudes, exemplos, valores, ideias e ideais das mais diversas pessoas e nos mais diversos domínios de minha vida, desde o âmbito familiar e pessoal até o literário, o ideológico e o acadêmico. Nos dois anos que estive envolvido com minha dissertação de mestrado, nessa mesma instituição e sob o mesmo orientador, eu não tinha consciência e não atribuía a devida importância a essa vasta rede de influências que me ajudaram a construir minha tese, como parte do processo e do projeto contínuo de me construir.

Essas influências tiveram início, óbvia e inevitavelmente, pelos meus pais, e é por eles que quero iniciar meus agradecimentos. Ao meu pai, pelo exemplo constante, em minha vida, de austeridade moral, de sua laboriosidade de formiga, sua perseverança, seu apreço por viver cercado de livros e papéis, mergulhado em leituras técnicas e diletantes. As noites que sei que passou em claro, muitas vezes comigo, pequeno, ao colo, estudando para concursos, decerto me inspiraram e ajudaram a passar minhas próprias noites em claro, lutando para honrar prazos acadêmicos.

À minha mãe, por suas virtudes de cigarra, sua presença constante nos momentos lúdicos, por ter-me ajudado e inspirado a preencher minha vida com momentos de lazer e trocas humanas. Pelas noites em que sentava-se à beira de uma cama para ler para nós, a cada dia, sobre a vida de um animal diferente, nas páginas da antológica coleção *Os Bichos*, primeira fonte ‘científica’ de minha vida. Eu não saberia estimar o quanto a minha opção pela graduação em biologia e meu profundo interesse e amor pelos animais foram influenciados e potencializados pelo prazer que essas leituras proporcionavam aos meus ouvidos de menino. À minha mãe agradeço, ainda, pelo apoio, abrigo, trocas e agradados, durante a fase final de redação de minha tese.

À minha filha Luna, jovem guerreira, pelas noites de quintas-feiras compartilhadas, verdadeiros oásis em meio à aridez dos momentos finais, único espaço de encontro que sobrava em nossas agendas nesses últimos meses. Pela compreensão da minha pouca disponibilidade na fase final e da minha ausência por seis meses, durante meu estágio de pesquisa nas bibliotecas da Inglaterra. A Luna, por ser tão inteligente e tão sensível, por toda alegria e orgulho que sinto e sempre senti em ser seu pai.

Ao meu sobrinho, Ronnie, pelas trocas ricas que experimentamos nesses últimos meses. Meu afilhado, de inteligência e sensibilidade tão peculiares e virtudes raras.

A Lucimar e Janete, pelos papos, pelos agrados e pelos cafezinhos.

A Marília, por tudo que me proporcionou durante os anos em que fomos felizes juntos, antes e durante o tempo em que essa tese era gestada. Pelo apoio e amizade que permaneceram, mesmo depois de nossa relação ter mudado de nome e de forma.

No âmbito acadêmico, a lista de pessoas a quem agradecer é ainda maior, a começar pela Casa de Oswaldo Cruz e à FIOCRUZ, que acolheram meu projeto e me proporcionaram as condições para levá-lo a cabo. Agradeço a Maria Cláudia Cruz e Paulo Henrique Chagas, da secretaria da Pós-Graduação da COC, pela boa vontade demonstrada quando eu precisava do auxílio ou orientação de algum deles para qualquer questão administrativa. Aos professores Flávio Edler e Magali Romero Sá, pelo apoio e auxílio em diferentes momentos, relacionados a questões acadêmicas diversas. Quero manifestar um agradecimento especial às professoras Dominichi Miranda de Sá, da COC, e Rita Leal Paixão, da UFF, pelas valiosas contribuições que me propiciaram quando de sua participação na minha banca de qualificação. Agradeço, ainda, aos colegas Vívian Cunha, Sílvio Lima, Márcio Magalhães, Josiane de Oliveira e Fernanda Rebelo, pelas trocas intelectuais nas disciplinas que cursamos juntos e, mais ainda, pelos chopes e risos nos momentos de descontração. E, muito especialmente, a Paula Habib, por todo apoio e carinho. Pelo incentivo em diferentes momentos, disponibilizando fontes, dividindo dicas sobre as melhores formas de conseguir o visto ou de viver com poucas libras e muita garra. Pela cumplicidade na condição de exílio voluntário, a despeito de toda a distância.

A Kátia Leite e Glória Tuxen pela amizade antiga e apoio nas horas boas e nas confidências, ajudas inestimáveis para manter-me firme em meus propósitos. A Mariângela Guimarães por uma amizade igualmente antiga e, ainda, por nossas não poucas inquietações acadêmicas partilhadas.

Viver em terra estrangeira foi, para mim, uma experiência nova e rica, e a Inglaterra sempre fora um país com que eu sonhara. Agradeço à CAPES por ter-me proporcionado essa oportunidade de conciliar uma necessidade acadêmica com uma ambição pessoal; espero (e creio) que essa tese esteja à altura daquilo que em mim foi investido. Em especial, agradeço à funcionária Valdete Lopes, encarregada de me dar orientação e assistência durante minha estadia no Reino Unido. Sempre munida de boa vontade, não foram poucas as vezes em que a voz e as orientações de Valdete me serviram de apoio e conforto diante de desafios burocráticos desgastantes.

Além da necessidade de obter as fontes primárias nas bibliotecas inglesas, poder viver no país e na cidade (ainda que não no tempo) em que se desenvolveu a trama que estudei em minha tese foi importante para mim. Vivi numa casa vitoriana, e uma raposa frequentava meu quintal. Pude testemunhar pessoalmente o apreço do povo inglês pelos cães, animais presentes em toda parte, correndo nos parques, viajando nos vagões dos trens e do metrô. Sou grato ao povo inglês pelo tratamento polido, prestativo, acolhedor. Sou grato à terra de Darwin, de Cobbe, dos cães e dos Beatles, dos *pubs* e *ales*, e das cerejeiras em flor na primavera, por cada “*sweet present of the present*” durante o tempo em que lá vivi tanto momentos de solidão intensa, como de alegria transbordante, em contato com fontes históricas, paisagens bucólicas e seres especiais, humanos ou não-humanos.

Durante minha estadia na Inglaterra tive a oportunidade de travar contato acadêmico com duas pessoas a quem sou grato. Em primeiro lugar, meu coorientador no exterior, o Prof. Paul White, da Universidade de Cambridge, integrante do *Darwin Correspondence Project*. Suas limitações significativas de disponibilidade foram compensadas por seu amplo conhecimento a respeito do tema, o que me permitiu tirar grande proveito dos poucos encontros que tivemos. Acredito, mesmo, que não haja no mundo inteiro um *scholar* cujo tema de pesquisa mais se aproxime do de minha tese que o Dr. White, conhecedor de cada personagem de ‘minha’ trama. Agradeço ao Dr. White por haver disponibilizado o conteúdo integral das cartas trocadas entre Darwin e Cobbe, assim como por ter franqueado meu acesso ao arquivo da coleção particular de Darwin sobre a vivissecação. Em segundo lugar, agradeço de coração ao Prof. Richard Ryder, um dos pioneiros na discussão atual da ética animal, e que, mesmo sem qualquer vinculação formal ou benefício acadêmico, teve a gentileza e a generosidade de se encontrar comigo uma vez para discutirmos o tema de minha tese e sua relação com a ética animal dos dias de hoje.

Agradeço, igualmente, aos funcionários de todas as bibliotecas inglesas que consultei - em especial aos da *British Library*, da *Wellcome Library* e da Universidade de Cambridge - que sempre me atenderam de forma prestativa e eficaz.

Quero, mais uma vez, agradecer, em especial, ao Prof. Ricardo Waizbort, meu orientador e amigo, por seu estilo e conduta na orientação dessa tese. Uma orientação ponderada e temperada, me chamando à responsabilidade quando julgava que eu descuidava de um ou outro compromisso ou prazo e, ao mesmo tempo, respeitando minha autonomia e confiando em minha capacidade. Sem pudores para criticar ou para elogiar minha escrita, sua orientação zelosa e sua disponibilidade constante foram cruciais para me ajudar a balizar e lapidar o texto de minha tese. Corro o risco de soar repetitivo, mas não posso deixar de dizer que considero Ricardo corresponsável pelo que minha tese tiver de melhor, e que atribuo os defeitos do texto à minha teimosia e relutância em realizar esse ou aquele corte por ele sugerido.

Por estranho que soe, não posso deixar de mencionar, numa tese onde o cão é um dos protagonistas, minha gratidão pela presença de um cão em minha vida. Quem estuda a biografia de Darwin fica sabendo que muitas das ideias que teve e dos textos que escreveu foram na companhia de cães. Sem querer cometer a heresia de me equiparar ao evolucionista, gosto de pensar que, assim como Darwin escrevia seus livros com Polly, sua *terrier*, aos pés, redigi uma parte significativa de minha tese desfrutando da companhia aconchegante de Luke, meu pequeno *shitzu*. O fato de saber que ele não é capaz de ler esses agradecimentos ou de compreender essas palavras não diminui meu sentimento de gratidão.

Uma tarefa de fôlego como essa, de elaborar uma tese, por mais autoral que esta seja, sempre terá contado, para se tornar viável e se materializar, com a ajuda de inúmeras pessoas. Assim sendo, é mais do que provável que, em meio a tantas pessoas, eu tenha, inadvertidamente, me esquecido de algumas. A esses, minhas sinceras desculpas.

Por fim, desejo declarar que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas e acima mencionadas, o envolvimento com o tema de minha tese e com todo o processo de sua elaboração foram fonte de muito mais prazer do que dor. Sou grato por essa experiência, por poder me debruçar sobre textos do passado, me deliciar com a riqueza dos argumentos de Cobbe, Darwin ou Huxley, de poder ouvir e interpretar ‘a voz dos mortos’ - tomando emprestada, aqui, uma expressão usada por meu orientador, em uma de nossas conversas teóricas inspiradas.

SUMÁRIO

Resumo	i
<i>Abstract</i>	ii
Lista das Ilustrações	iii
INTRODUÇÃO	
O ‘filósofo’ e a jornalista - encontros e desencontros	3
Objetivos e estrutura dos capítulos	4
Delimitação e aspectos metodológicos	10
Personagens centrais	11
Personagens secundárias	15
Personagens contingentes	19
Aspectos metodológicos: Fontes	20
Aspectos metodológicos: Ferramentas Conceituais e terminologia	22
Vivissecação e antivivisseccionismo	22
Darwiniano, darwinista, darwinismo	24
As múltiplas teorias de Darwin	25
Outros esclarecimentos sobre a terminologia adotada e escolhas feitas	25
Considerações adicionais: tocando o objeto de meu estudo	27
CAPÍTULO 1: O FLORESCER DO DARWINISMO, DA FISIOLOGIA EXPERIMENTAL E DA CRUZADA ANTIVIVISSECCIONISTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	
1.1. Antes da era vitoriana	28
1.1.1. Breve histórico da vivissecação e da proteção animal na Grã-Bretanha: séculos precedentes	28
1.1.2. Dois olhares, duas direções: para além de uma ética antropocêntrica	32
1.2. A primeira metade do século XIX na Grã-Bretanha: a proteção animal e os pioneiros da fisiologia experimental	34
1.2.1. Heranças culturais	34
1.2.2. Primeira lei de proteção animal: O <i>Martin’s Act</i>	35
1.2.3. Frances Power Cobbe – infância e mocidade	36
1.2.4. A (R)SPCA	37
1.2.5. A fisiologia experimental na primeira metade do século XIX	39
1.3. Ciências naturais e cruzadas morais: darwinismo, fisiologia experimental e movimento antivivisseccionista	41
1.3.1. A ciência em plena efervescência, e o despontar do darwinismo	41
1.3.2. As décadas de 1850 e 1860	43
1.3.2.1. Origens Revisitadas - o darwinismo: nascimento e expansão	43
1.3.2.2. Voos largos: O ingresso de Frances Power Cobbe na cena pública	49
1.3.2.3. As múltiplas cruzadas sociais e as primeiras denúncias contra a vivissecação	51
1.3.3. A década de 1870: a origem do homem e o destino dos animais	55
1.3.3.1. O (re)florescimento da fisiologia experimental na Grã-Bretanha	55
1.3.3.2. A Origem do homem e da mente: o <i>Descent</i> e o <i>Expression</i>	58
1.3.3.3. A dor não dita, e nenhum alívio: um manual de fisiologia e suas implicações	61

1.3.3.4. As denúncias se acumulam: o ano de 1874 e o ingresso de Cobbe na causa antivivisseccionista	64
1.3.3.5. Uma carta pública e um aliado político	70
1.3.3.6. Dois projetos, uma comissão e uma lei	72
1.4. Duas ciências de braços dados: o darwinismo e a fisiologia experimental	74
1.4.1. Alianças políticas	74
1.4.2. Aspectos epistemológicos: 1- Influência do darwinismo nos fisiologistas	78
1.4.3. Aspectos epistemológicos: 2 – Influência da fisiologia em Darwin e aliados	83
1.5. Confrontos políticos e organizações resultantes	88
1.5.1. Os Projetos de Henniker e Playfair	88
1.5.2. <i>A Royal Commission on Vivisection</i>	96
1.5.2.1. Anestésicos e o curare	98
1.5.2.2. Demonstrações, aulas, aquisição de habilidade, repetição	99
1.5.2.3. Os sentimentos ternos dos homens britânicos	101
1.5.2.4. O <i>Handbook</i>	103
1.5.2.5. Darwin é acionado	107
1.5.3. A <i>Victoria Street Society</i>	110
1.5.4. O projeto de Carnarvon e a intervenção dos homens de ciência	114
1.5.5. O <i>Vivisection Act</i>	118
1.5.6. A <i>Victoria Street Society</i> se redefine. Discórdias e dissidências no movimento	119
Prólogo ao Capítulo 2	124
Capítulo 2 - MÁRTIRES DE BERNARD: O ANIMAL EXPERIMENTAL É O ANIMAL SENSÍVEL	
2.1 - A árvore da vida e o florescer da mente	125
2.2 - Entre a candura animal e a bestialidade humana	126
2.3 - O animal vitoriano	130
2.4. Animais especiais	133
2.4.1 - O Asno e o Cavalo	134
2.4.2 - Os Primatas: Macacos e Antropoides	137
2.4.3 – O gato	142
2.5. O cão vitoriano	143
2.5.1. Introdução	143
2.5.2. A cultura do <i>pet-keeping</i>	144
2.5.3. Cães de todos os tipos: a proliferação das raças	147
2.5.4. O despertar das sensibilidades individuais e o ‘eu’ animal	150
2.5.5. Lealdade para além da morte: o cão nas artes e narrativas vitorianas e o gênero ‘autobiográfico’ no movimento antivivisseccionista	153
2.5.6. O cão nas narrativas científicas	158
2.5.7. Os cães sem dono e a raiva nas ruas de Londres. O pasteurismo em questão	160
2.6. A emergência do animal experimental	166
2.6.1. O animal vitoriano e as demandas de um novo saber	166
2.6.2. Uma cultura de nervos	168
2.6.3. O sistema nervoso e a origem comum no discurso de Darwin	171
2.6.4. Sensibilidades compartilhadas	175
2.6.5. Quem eram os animais experimentais?	178
2.6.5.1 O pioneiro: o sapo como animal experimental	179

2.6.5.2. Pequenos vertebrados de sangue quente como animais experimentais	182
2.6.5.3. Os Animais mais sensíveis	184
2.6.5.4. Bons para a ciência: a escolha do animal experimental	187
2.6.5.5. Os macacos como animais experimentais e sensíveis	189
2.6.5.5.1. O macaco darwiniano como animal sensível	189
2.6.5.5.2. O macaco darwiniano como animal experimental	192
2.6.5.5.3. Um animal dispendioso	198
2.6.5.6. O gato e o cão como animais experimentais e sensíveis	200
2.6.5.6.1. Dois animais, dois temperamentos	200
2.6.5.6.2. Da poltrona do lar à mesa de vivisseção: a profanação do espaço familiar	204
2.6.5.6.3. Sensibilidades especiais	208
2.6.5.6.4. Resgate malogrado	211
2.7. Os mártires de Bernard	212

CAPÍTULO 3 - O CÃO DE DARWIN E COBBE: A DOR, A MENTE E A CRUELDADE NO LABORATÓRIO FISIOLÓGICO

3.1. Os cães nas vidas e nos discursos de Darwin e Cobbe	215
3.1.1. Darwin e os cães	215
3.1.2. Cobbe e os cães	218
3.1.3. O Cão nos discursos de Cobbe, Darwin e Romanes	221
3.1.3.1. A mente e o comportamento animal na obra de Darwin	222
3.1.3.2. O cão nas estratégias argumentativas de Darwin sobre a mente animal	227
3.1.3.3. Cobbe e a investigação da mente canina	229
3.1.3.4. A mente animal e o cão de Romanes	233
3.1.3.5. Alguns aspectos da mente canina em Romanes, Darwin e Cobbe	236
3.2. Prazeres, dores e mentes	241
3.2.1. Prazeres, dores e mentes em Huxley	241
3.2.2. Prazeres, dores e mentes em Darwin	242
3.2.3. Prazeres, dores e mentes em Cobbe	245
3.3. A dor na cultura vitoriana	248
3.3.1. A secularização da dor e o advento dos anestésicos	248
3.3.2. Anestésicos, vivisseção e a posição de Cobbe	252
3.3.3. Sofrimento “horível para além do que se possa conceber”: o curare	254
3.3.4. O problema dos experimentos dolorosos. David Ferrier e o sistema nervoso	258
3.3.5. Questionando os anestésicos	262
3.4. Dor, crueldade e tortura	266
3.4.1. “A pior forma de crueldade”: a vivisseção de cães como tortura	266
3.4.2. O que é a crueldade? Definição e tipologia por Cobbe	268
3.4.3. O vício da crueldade científica	273
3.4.4. “Confrades científicos”: Darwin e Mantegazza	275
3.5. O darwinismo e o sofrimento animal como questão metafísica	276
3.5.1. Darwin e o sofrimento animal: a benevolência divina em cheque	276
3.5.2. O sofrimento animal como questão metafísica em Huxley	279
3.5.3. O sofrimento animal como questão metafísica: a curiosa solução de Wallace	281
3.5.4. Wallace e a vivisseção	292
3.6. Darwin e a vivisseção	294
3.6.1. Duas teses sobre a posição de Darwin	294

3.6.2. Darwin e o sofrimento animal como problema ético	296
3.6.3. Darwin e sua atitude em relação à vivissecção	298
3.6.4. A posição oficial de Darwin: O depoimento à <i>Royal Commission</i>	305

CAPÍTULO 4 - FABRICANDO HERÓIS E VILÕES: AUTODEFINIÇÃO E DEFINIÇÃO DO OUTRO

4.1. A arena discursiva: as palavras como campo de batalha	315
4.1.1. Os advogados da vivissecção erguem a voz - a década de 1880	315
4.1.2. A Vivissecção e suas definições	317
4.2. Razão e sensibilidade: os motivos da ciência e a motivação do cientista	321
4.2.1. Sensibilidade, sentimento e sensatez: o fisiologista se autodefine	321
4.2.2. O médico é o monstro: as paixões do tigre	329
4.2.3. Sentimentos britânicos: o caráter do fisiologista em cheque	339
4.2.4. Sentimentos embotados: a vivissecção como prática que insensibiliza	348
4.3. Antivivisseccionismo e gênero	351
4.3.1. Solteironas, sentimentais e misantropas: mulheres e animais	351
4.3.2. O movimento antivivisseccionista era um movimento feminino?	354
4.3.3. O feminino e o lugar das emoções na retórica antivivisseccionista	357
4.4. Outras dores animais: as motivações e as contradições dos antivivisseccionistas	360
4.4.1. A alimentação carnívora	360
4.4.2. A caça	362
4.4.2.1. Aristocracia, caça e antivivisseccionismo	362
4.4.2.2. Combatendo as paixões selvagens: o cão como parceiro da caça	372
4.4.2.3. O despontar de uma nova tendência: o humanitarismo de Henry Salt	378
4.5. Forjando mitos	380
4.5.1. Heróis e vilões	380
4.5.1.1. Cobbe como adversária	381
4.5.1.2. Os heróis da vivissecção	383
4.5.1.3. “O advogado da vivissecção”: Darwin como herói dos fisiologistas	384
4.5.1.4. Charles Bell	391
4.5.2. As metáforas religiosas	392
4.5.2.1. Os médicos antivivisseccionistas e a experiência da conversão	392
4.5.2.2. Todos querem ser mártires	394
4.5.2.3. Sacrifício: de quem e para quem?	396

CAPÍTULO 5 - A SIMPATIA ALÉM DOS CONFINES DO HOMEM: ECOS DO GRITO ANIMAL NAS MENTES E NO MUNDO VITORIANO

5.1. O grito animal	400
5.1.1. Ouvidos insensíveis: o fisiologista diante do grito animal	400
5.1.2. A voz das criaturas sem palavras	402
5.1.3. O animal darwiniano expressa sua dor e seu desespero	403
5.1.4. Sufocando o grito animal	406
5.1.5. O apelo do animal darwiniano: os antivivisseccionistas como porta-vozes	407
5.2. Lançando luz sobre lugares obscuros: o laboratório fisiológico e suas representações	410
5.2.1. Primeiro infame, depois ilegal: o apelo das imagens	410
5.2.2. “Não se recuse a olhar para essas imagens”	412
5.2.3. O laboratório de fisiologia: templo ou câmara de torturas?	417
5.2.4. A luta contra a expansão dos laboratórios: Burdon- Sanderson em Oxford	421

5.2.5. A nova ciência da vida: biologia, laboratórios e vivissecção	424
5.2.5.1. Huxley e a biologia	424
5.2.6. Os biólogos e a vivissecção: o olhar de Richard Hutton	428
5.3. Com que emoções se constroem as civilizações	431
5.3.1. As Teorias Morais de Darwin e Cobbe	431
5.3.2. Os animais como escravos: vivissecção, abolicionismo e darwinismo	433
5.3.3. Origem comum, vivissecção e darwinismo: explorando a contradição	438
5.3.4. As emoções que mais importam	441
5.3.4.1. 1. Memória amor, e devoção	441
5.3.4.2. A simpatia	444
5.4. Quem importa, e por quê? Cobbe, darwinismo e comunidade moral	448
5.4.1. O elefante e a borboleta: Cobbe, darwinismo e as fronteiras da esfera moral	448
5.4.2. Os “discípulos da vespa” e a “teoria pestilenta”: seleção natural e vivissecção	451
5.4.3. Seleção natural, comunidade moral e civilização em Darwin e Huxley	456
5.5. Traídos pela ciência	461
5.5.1. “Ultraje aos afetos”: Darwin, Cobbe e o cão de Magendie	461
5.5.2. A traição em diferentes planos	463
5.5.2.1. A traição nos planos individual e interespecífico	463
5.5.2.2. A traição no plano das categorias abstratas e instituições sociais: a vivissecção e sua relação com classe, nação, religião, arte, ciência e civilização	468
5.5.3. Razão fria <i>versus</i> emoções quentes: o darwinismo como protótipo do “Espírito Científico da Época”	474
5.6. Considerações finais dos dois últimos capítulos	480
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 483
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 491
 APÊNDICE 1- <i>University of Cambridge Library</i> . Coleção de Darwin sobre vivissecção – listagem e resumo de conteúdos	 508

RESUMO

O presente trabalho procura explorar as complexas interações entre darwinismo, fisiologia experimental e antivivisseccionismo na Inglaterra vitoriana. Como principais personagens encarregadas de conduzir essa narrativa foram eleitos Charles Darwin e a antivivisseccionista Frances Power Cobbe, mas vários darwinistas, fisiologistas e antivivisseccionistas também aparecem nas páginas dessa tese. Outra importante personagem desse estudo é o cão, animal de *status* privilegiado na Inglaterra, mas que ainda assim foi usado abundantemente nos laboratórios fisiológicos, e procuro explorar as implicações da presença desse animal na mesa de vivissecação.

Os eixos temáticos nos quais meu estudo se apoiou foram: 1) a tese darwiniana da origem comum e conseqüente relação de continuidade mental entre animais e humanos, e as implicações éticas dessa teoria; 2) o problema da dor física e do sofrimento emocional na Inglaterra vitoriana e sua abordagem por Darwin e Cobbe; 3) a noção de crueldade, e sua associação à prática de vivissecação; 4) a faculdade da simpatia, e a noção darwiniana de uma “simpatia para além dos confins do homem”, relacionada ao conceito atual de comunidade moral.

Explorando o contexto sócio-cultural e a produção de discursos favoráveis e contrários à experimentação animal do período, realizei também uma incursão nas estratégias retóricas de autodefinição e definição do adversário pelas duas partes em contenda, incluindo as formas como era retratado o laboratório fisiológico. A polarização entre selvagem e domesticado/civilizado foi também um questão importante na controvérsia sobre a legitimação da vivissecação na Inglaterra vitoriana, e procuro demonstrar que o emprego do cão como animal experimental era considerado também uma profanação dos afetos e virtudes domésticos.

Considero que talvez a questão mais importante que informava as críticas de Cobbe e demais antivivisseccionistas à experimentação animal seja a temática da *sensibilidade*. O cão era considerado então, especialmente na Inglaterra, o mais sensível e emocionalmente complexo de todos os animais não-humanos, e a teoria darwiniana só vinha a confirmar e reforçar essa ideia, fornecendo fundamentos teóricos que a substanciavam. A indiferença e crueldade que Cobbe atribuía aos fisiologistas, que sacrificavam esse animal sem hesitar, conferia aos homens da ciência médica a imagem de indivíduos insensíveis atuando em uma cultura laboratorial de embotamento afetivo ou mesmo de exacerbação dos instintos mais bestiais.

Também me esforcei por demonstrar, com maior ênfase no último capítulo, que no discurso de Frances Cobbe a vivissecação figura como evidência máxima de que o espírito científico de sua época representava uma traição e, portanto, uma grande ameaça aos valores morais tradicionais de amor e simpatia com os quais se construíam as civilizações e a nação britânica. Nessa chave de compreensão o darwinismo era retratado como protótipo desse espírito científico, e o apoio de Darwin e da maioria dos darwinistas às plataformas políticas dos praticantes da fisiologia experimental eram considerados agravantes especiais. O motivo disso era que a teoria darwiniana da origem comum consistia, na percepção dos antivivisseccionistas, na principal evidência científica da sensibilidade especial dos cães; dessa forma, ao emprestar seu prestígio e sua pena à legitimação da vivissecação, Darwin estaria traindo o animal cujo *status* moral ele próprio havia ajudado a elevar.

Proponho como uma tentativa de explicação para esse aparente paradoxo da postura dos darwinistas em relação à vivissecação uma exploração das diferenças entre duas teorias de Darwin: a da origem comum e a da seleção natural, e procuro demonstrar que essas duas

noções apontam para caminhos éticos antagônicos: a primeira para a expansão progressiva da esfera de consideração moral humana, de modo a abarcar também os animais; a última, para o estreitamento dessa esfera de consideração moral. Foi em resposta às implicações éticas e aplicações políticas desse segundo aspecto do evolucionismo de Darwin, relacionado à ideia de ‘sobrevivência do mais apto’, que Frances Cobbe se insurgiu, descrevendo a vivisseccção como um “ultraje aos afetos” entre cães e homens.

ABSTRACT

This work intends to investigate the complex interactions between Darwinism, experimental physiology and antivivisectionism in Victorian England. The main characters chosen to convey this narratives were Charles Darwin and Frances Power Cobbe, but several other Darwinists, physiologists and antivivisectionists are also present in the following pages. Another important character of this study is the dog, an animal of special status in England, but that even so was often used in physiological laboratories; I try to explore the implications of the presence of this animal in the vivisection table.

The main themes of my study were: 1) the Darwinian thesis of common descent and the consequent relationship of mental continuity between animals and humans, as well as the ethical implications of this theory; 2) the problem of physical pain and emotional suffering in Victorian England, and how Darwin and Cobbe explored this subject; 3) the notion of cruelty, and its association to vivisection; 4) the faculty of sympathy, and the Darwinian notion of a “sympathy beyond the confines of man”, related to the current concept of moral community.

By exploring the social and cultural context and the production of discourses for and against animal experimentation from the period, I tried to investigate the rhetorical strategies of self-definition and definition of the opponent by both parties of the debate; this includes the way the physiological laboratory was depicted by each one of these parties. The polarization between wild/savage and domestic/civilized was seen as a profanation of domestic sentiments and virtues.

I believe that maybe the most important subject, which acted as a constant background to the criticisms by Cobbe and other antivivisectionists as related to animal experimentation was the issue of *sensitiveness*. The dog was then considered the most sensitive and emotionally complex of all non-human animals, especially in England, and the Darwinian theory of common descent did but confirm this idea by affording scientific foundations to it. The indifference and cruelty that Cobbe saw in physiologists, who did sacrifice dogs mercilessly, made her depict medical men as insensitive individuals who acted in a laboratory culture of blunted feelings or, worse, of savage instincts aroused.

I also tried to show, specially in the last chapter, that in Frances Cobbe’s discourse the scientific spirit of the age did perform a betrayal, as well as a great menace to the traditional values of love and sympathy that were the basis of the British nation and of civilization itself. In this sense, Darwinism was depicted as the prototype of this scientific spirit, and Darwin’s support to the physiologists political agenda was seen as a further betrayal. After all, the Darwinian theory of common descent was, for antivivisectionists, the main scientific evidence of the dog’s special sensitiveness. For this reason, Darwin, by lending his prestige to the legitimation of vivisection, was, according to Cobbe, betraying the animal whose moral status his very theory had helped to enhance.

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Frances Power Cobbe aos 72 anos de idade	37
Figura 2: Reações agressivas do gato no <i>Expression</i>	202
Figura 3 – Comportamento amoroso do cão no <i>Expression</i>	214
Fig. 4 – Hajjin	220
Figura 5 – <i>The otter speared</i> , de Edwin Landseer	377
Figura 6 – Fotografia de Darwin por Julia Margaret Cameron	390
Figura 7 - <i>A Distinguished Member of the Humane Society</i> , de Edwin Landseer	413
Figuras 8 e 9 – O cão na mesa de vivissecção	415
Figuras 10 e 11 – Instrumentos de vivissecção	416
Fig 12 – <i>Monkeyana</i>	437
Fig 13 – O medalhão Wedgwood	438
Fig 14 – “Como nós tratamos os cães” X “Como os cães nos tratam” (1)	466
Fig 15 – “Como nós tratamos os cães” X “Como os cães nos tratam” (2)	467

Quanto aos animais serem bobos e burros demais para falar por si mesmos, pensem na seguinte sequência de eventos. Quando Albert Camus era menino na Argélia, sua avó lhe pediu para trazer uma galinha do galinheiro no quintal. Ele obedeceu e depois ficou olhando enquanto ela cortava o pescoço com uma faca de cozinha, colhendo o sangue numa tigela para não sujar o chão. O grito de morte da galinha ficou gravado com tamanha força na memória do menino que em 1958 ele escreveu um apaixonado ataque ao uso da guilhotina. Pelo menos em parte, o resultado dessa polêmica foi a abolição da pena capital na França. Quem pode, afirmar, portanto, que a galinha não falou?

(Elizabeth Costello, personagem de *A Vida dos Animais*, de John Coetzee)

INTRODUÇÃO

O ‘filósofo’ e a jornalista - encontros e desencontros

No ano de 1868 Charles Darwin e sua esposa Emma decidiram passar a temporada de verão com os filhos em Caer-Deon, propriedade rural do Sr. Hensleigh Wedgwood, irmão de Emma. Como parte dos usuais contatos com os habitantes da vizinhança, o casal foi recebido no chalé da Srta. Frances Power Cobbe, uma senhora amável e vivaz que, junto à escultora Mary Lloyd, sua companheira, também veraneava naquela região do País de Gales (Browne, 2003: 297; Cobbe, 1894b: 443). Sob a aparência matrona e inofensiva da dama irlandesa abrigava-se uma personalidade versátil e combativa. Jornalista e escritora, a Srta. Cobbe era uma ativista permanente em múltiplas causas humanitárias, crítica contumaz que era das políticas governamentais para os pobres, da prática do espancamento de mulheres no âmbito doméstico e – mais recentemente - dos excessos cometidos pelos fisiologistas do Continente em experimentos com animais, por meio de uma prática que se conhecia como vivisseção, a qual consistia basicamente em abrir os corpos de animais vivos para observar o funcionamento dos órgãos.

Os primeiros encontros da senhora Cobbe com Darwin foram marcados por impressões bastante positivas de ambas as partes e conversas amenas sobre a inteligência e afabilidade dos cães, animais muito apreciados tanto pelo naturalista como por sua interlocutora. Segundo o relato da Srta. Cobbe em sua autobiografia (Cobbe, 1894b: 444), naquela época o estado de saúde do naturalista já era problemático, motivo pelo qual um dos vizinhos lhe emprestara um pônei, com o qual Darwin percorria os campos. Despertaram especialmente a atenção da escritora o zelo e afeto que o Sr. Darwin dedicava ao pequeno cavalo, espantando incessantemente as moscas que atormentavam o animal. A essa bondade para com o pônei se somava a admiração que Darwin nutria por Polly, sua cadelinha *terrier*, a quem o naturalista atribuía uma sagacidade em uma interpretação indulgente que, na opinião do Cobbe, chegava ao nível do “delírio”. Essa disposição bondosa de Darwin para com os animais se configurava, na percepção de Frances Cobbe, como uma manifestação de “traços muito agradáveis de seu caráter” (Cobbe, 1894b: 445).

Naquele tempo Darwin estava escrevendo *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex* (Darwin, 1871, doravante denominado *Descent*), obra em que explicitaria a genealogia física e mental do homem a partir dos animais. Certo dia em que ele e a Srta. Cobbe se encontraram a meio caminho de suas respectivas trajetórias, os dois trocaram algumas palavras sobre um dos temas abordados em seu livro. Frances

Cobbe relata que esse encontro se deu em circunstâncias insólitas: Darwin descia a trilha de Caer-Deon, cercado por urzes, cujas flores coloriam de púrpura as montanhas, e no momento em que se deparou com Cobbe – que se encontrava em outra senda, cerca de cinco metros abaixo – havia densas moitas de amoras silvestres separando os dois. A vegetação impenetrável não constituiu, entretanto, um obstáculo decisivo àquele encontro, e, mantendo-se cada um em sua própria posição, o Sr. Darwin e a Srta. Cobbe entabularam uma amistosa discussão, em voz alta, sobre as origens do senso moral, em um estado de ânimo “entusiasmado demais para refletirmos sobre o absurdo daquela situação”. Um conhecido, passando por ali, teria posteriormente confessado a Cobbe a perplexidade que o acometera ao escutar, “voando no ar, palavras que seguramente aqueles vales nunca tinham ouvido antes ou ouviriam novamente” (Cobbe, 1894b: 445).

A celebridade de Charles Darwin como pensador original rapidamente fizera com que este ficasse conhecido naquela pequena comunidade galesa como ‘o filósofo’, e a vereda que ele descia diariamente recebeu o apelido de “Caminho do Filósofo”. Foi desse ponto de vista que o ‘filósofo’ estabeleceu, naquele dia, a troca de comentários com sua vizinha temporária. Nesse inusitado debate metafísico ao ar livre e puro do *countryside* britânico, Cobbe indagou se Darwin conhecia os escritos de Kant sobre o tema da moralidade humana, e, diante da negativa do evolucionista, a jornalista ofereceu-se para emprestar a ele uma boa tradução da obra desse autor, uma vez que, na opinião de Cobbe, não era possível alguém se propor a uma “especulação ética sem [possuir] algum conhecimento de sua [Kant] filosofia”. Embora Darwin houvesse declinado da oferta, sua obstinada interlocutora decidiu, ainda assim, enviar-lhe o livro (Cobbe, 1894b: 446); inaugurava-se, deste modo, uma troca relativamente frutífera de correspondências entre essas duas personagens vitorianas.

Durante pelo menos quatro anos o gentil-homem inglês e a dama irlandesa trocavam cartas, remessas de livros e amabilidades diversas. Ainda que entremeados de trivialidades e cortesias mútuas - dicas de Darwin sobre a melhor maneira de cruzar variedades de uma planta para obter as cores desejadas para suas flores; estimas a Emma ou à Sra. Lloyd; desejos de uma boa saúde para um “velho cavalo branco” da aldeia galesa – os intercâmbios postais entre Charles Darwin e Frances Cobbe tinham como tônica questões de natureza intelectual. Em cartas datadas de março de 1870, os dois trocaram ideias sobre a doutrina moral kantiana (DCP, cartas 7145 e 7149)¹, e, em

¹ DCP = Darwin Correspondence Project *website*. Algumas das cartas do DCP referidas nessa tese encontram-se transcritas na íntegra *online*; entretanto, em muitos casos, o *site* só contém o resumo da

agosto do mesmo ano, Darwin informava a Cobbe que ele e a esposa ficaram, ambos, “deleitados” com um artigo “admirável e justo” publicado pela escritora (DCP, carta 7306). Ao publicar o *Descent*, Darwin logo enviou uma cópia dessa obra a Cobbe, o mesmo fazendo, no ano seguinte, com *The Expression of The Emotions in Man and Animals* (Darwin, 1872, doravante denominado *Expression*), pelo que a jornalista muito o agradeceu, pois vinha encontrando dificuldade para encontrar esse livro à venda (DCP, carta 8649). Cobbe (DCP, carta 8649) pediu ao homem de ciência sua opinião sobre um artigo dela intitulado *The Consciousness of Dogs* (Cobbe, 1876b [1872]), e em dois dias já recebia a resposta. Embora não se abstinhasse de tecer críticas pontuais, Darwin elogiou o texto da escritora, ao ponto de se referir ao mesmo como “a melhor análise da mente de um animal que eu jamais li” (DCP, carta 8652), e acrescentou que desde que começara a escrever o *Descent*, passara a acreditar que os cães tinham uma consciência – cancelando, assim, a escolha do título do artigo de Cobbe.

Essa relação de cordialidade mútua e trocas intelectuais, no entanto, viria a sofrer em pouco tempo abalos cuja gravidade, por fim, levaria a um rompimento da amizade entre Darwin e Cobbe, e apenas três anos depois das últimas cartas acima mencionadas o quadro já era radicalmente diferente. Em correspondência datada de janeiro de 1875, destinada à sua filha Henrietta, em resposta a uma carta da mesma que o solicitava a subscrever uma petição contra a vivissecção, Darwin expunha os motivos pelos quais se recusava a fazê-lo. Nessa carta, após enumerar seus argumentos, Darwin declarava enfaticamente que “certamente não poderia assinar o papel que me foi enviado pela Sra. Cobbe, com seu ataque monstruoso a [Rudolf] Virchow²” (em Darwin, F., 1887c: 202). Essa antipatia viria a se tornar mútua, e, no ano de 1881, uma série de cartas publicadas no jornal londrino *Times* incluiria alguns ataques e contra-ataques entre Darwin e Cobbe a respeito da legitimidade moral da vivissecção.

Que motivos teriam levado Charles Darwin e Frances Cobbe a tal rompimento? Ao longo de minha tese procurarei demonstrar que o pomo da discórdia dizia respeito à prática da vivissecção. Mas por que o evolucionista, um homem que se preocupava com o sofrimento de um pônei atormentado por moscas, se recusou com veemência a subscrever uma petição contra a essa prática de abrir animais vivos para pesquisas fisiológicas? Por que tamanha indignação com o texto de Cobbe? Afinal, Darwin não

carta, como é o caso das cartas entre Darwin e Cobbe. O conteúdo integral dessas cartas me foi disponibilizado graças à cortesia do Prof. Dr. Paul White, da Universidade de Cambridge, integrante do Darwin Correspondence Project.

² Renomado patologista alemão que recorria regularmente à vivissecção.

era um praticante da vivissecção, e o primeiro texto de Frances Cobbe contra os abusos dessa prática datava de 1863 – portanto, cinco anos antes de a escritora ter sido apresentada ao naturalista. Além disso, nesse primeiro texto Cobbe não condenava a prática da vivissecção, mas apenas os excessos relacionados a esta, por envolverem – no entendimento de Cobbe – crueldade e tortura dos animais. O que, então, estava em questão? A investigação dos motivos dessa cisão entre Charles Darwin e Frances Power Cobbe será o objeto central dessa tese, e nas seções que se seguem esclarecerei de que formas o presente estudo irá explorar os mais diversos desdobramentos desse conflito entre o célebre evolucionista e a combativa ativista em torno do animal que agonizava na mesa de vivissecção. Pretendo demonstrar que o que estava em debate era muito mais que a técnica da vivissecção em si, e incluía agendas políticas e valores agregados aos discursos que se propunham a legitimar, a restringir ou a abolir o emprego dessa prática na Grã-Bretanha do século XIX.

Objetivos e estrutura dos capítulos

Quais motivos levaram a uma cisão, radical e definitiva, entre Charles Darwin e Frances Cobbe? De certa forma, pode-se dizer que essa pergunta ilustra os objetivos de minha pesquisa, e norteia meu texto. Dito de forma mais acadêmica, meu objetivo mais amplo será o de explorar as relações entre o darwinismo e fisiologia experimental, e os motivos que levaram ao confronto das agendas desses dois programas de pesquisa com as reivindicações do movimento antivivisseccionista na Inglaterra vitoriana. Ao longo dessa tese procurarei investigar as razões pelas quais Darwin abraçou a agenda da fisiologia experimental britânica – especialmente, a legitimação da experimentação animal como reivindicação principal dessa agenda. Ao mesmo tempo, investigarei os motivos que levaram Cobbe a mudar sua posição, de uma postura inicial restritiva, ou seja, de combate apenas aos abusos cometidos na mesa de vivissecção, até uma postura abolicionista, i.e., de luta pela proibição completa de quaisquer experimentos com animais. Para responder à pergunta que abre esse parágrafo, portanto, muitas facetas da controvérsia britânica sobre a vivissecção serão exploradas, de modo a esclarecer as formas e compromissos assumidos pelos antivivisseccionistas, de um lado, e pelos darwinistas e fisiologistas, de outro. Meu objetivo mais específico é o de explorar de que forma a importância dos animais experimentais nesse debate, em particular o cão como protótipo do animal darwiniano.

Embora Frances Power Cobbe seja uma personagem histórica virtualmente desconhecida da comunidade acadêmica brasileira, não são poucas as publicações em língua inglesa que discutem a participação dessa escritora no movimento antiviviseccionista britânico do período vitoriano. Entretanto, a presença e importância de Cobbe varia muito nas fontes secundárias às quais tive acesso - não em função da relevância histórica a ela atribuída, mas dos objetos de investigação de cada um desses estudos. Cada uma dessas fontes menciona Cobbe em algum dos seguintes contextos: 1) em breves seções, como parte de um tema muito mais abrangente - a dor na era vitoriana, a história da ética animal ou da experimentação animal no mundo ocidental; etc. (Bending, 2000; Browne, 2003; Guerrini, 2003; Kean, 1995; Ritvo, 1987a; Ryder, 1989; Turner, 1980); 2) dando destaque à figura de Cobbe, como principal líder do movimento antiviviseccionista britânico, mas sem se concentrar na mesma (French, 1975; Richards, 1987, 1992); 3) discutindo a participação de Cobbe na controvérsia sobre a experimentação animal, mas em um recorte específico, de gênero (Elston, 1987; Ferguson, 2001; Kean, 1998); 4) abordando o envolvimento de Cobbe na causa antiviviseccionista como parte da biografia dessa pensadora (Mitchell, 2004; Williamson, 2005); 5) atribuindo a Cobbe um papel importante, mas não de protagonismo, na discussão dos embates entre o antiviviseccionismo e a fisiologia experimental britânica, incluindo a participação dos darwinistas nesses conflitos (Rupke, 1987b; White, 2005, 2006); 6) apresentando Cobbe como protagonista da controvérsia sobre a legitimidade da experimentação animal (Feller, 2009; Montgomery, 2000). Dessas categorias, são as duas últimas (5 e 6) aquelas mais próximas, em termos de abordagem, aos objetivos de minha tese. Entretanto, de todas elas, somente o recente artigo de Feller (2009) discute especificamente as relações entre Darwin e Cobbe no contexto do antiviviseccionismo britânico da era vitoriana. Ainda assim, esse trabalho, em função de sua extensão (sete páginas), não explora os temas abrangidos pela presente tese. (Isso não impede, contudo que o artigo de Feller seja debatido em minhas análises; na verdade, nos capítulos 3 e 4 apresento argumentos contrários a algumas à posição defendida por esse autor a respeito do envolvimento de Darwin na controvérsia da vivissecação). Assim sendo, acredito que essa tese trará novos elementos para a compreensão da controvérsia relacionada à experimentação animal na Inglaterra vitoriana, em especial na sua relação com o darwinismo.

Se houvesse necessidade de resumir, em apenas três palavras, qual era a questão central que informava o ponto de vista de Cobbe, como representante do movimento

antivivisseccionista, em sua crítica à vivisseccção, eu escolheria as palavras ‘sensibilidade’, ‘simpatia’ e ‘traição’. Talvez se possa dizer que essas mesmas palavras informam boa parte da estrutura argumentativa de minha tese. Defendo que na visão cobbeana o emprego do cão - o mais sensível dos animais - nos experimentos fisiológicos evidenciava a crescente insensibilidade dos fisiologistas e dos darwinistas, seus advogados, assim como um processo de insensibilização promovida pela formação científica nos moldes materialistas. Diante desse processo de insensibilização progressiva, a simpatia, a faculdade moral mais cara e indispensável ao avanço civilizatório, era solapada, e a ausência completa de sentimentos compassivos dos fisiologistas e seus advogados em relação ao cão que agonizava na mesa de vivisseccção constituía, na percepção de Cobbe, mais um indicativo dos males morais do darwinismo e da fisiologia experimental. A opção do fisiologista por uma atitude de indiferença pelo sofrimento físico e emocional do cão que agonizava na mesa de vivisseccção – e, ainda mais grave, o endosso dessa postura por Darwin, que havia demonstrado a relação de parentesco universal entre animais e humanos – representavam, na percepção cobbeana, uma traição em três níveis: de Cobbe por Darwin, do cão pelo homem e da civilização e da moral pela ciência.

Alguns eixos temáticos orientam meu olhar ao longo das páginas dessa tese, e foi com base na importância dos mesmos nos discursos de Darwin e Cobbe – assim como de outros darwinistas e antivivisseccionistas – que procurei estruturar os capítulos e seus tópicos. O capítulo 1 (*O florescer do darwinismo, da fisiologia experimental e da cruzada antivivisseccionista na segunda metade do século XIX*) faz uma exploração, em ordem cronológica, das preocupações da sociedade ocidental com a proteção dos animais, e o papel de liderança mundial da Inglaterra nessa questão, até chegar ao movimento antivivisseccionista a partir dos anos 1870. Em paralelo, procuro também mostrar como o darwinismo e a fisiologia experimental se desenvolveram, e os motivos e formas por meio dos quais esses dois programas de pesquisa se influenciavam mutuamente e se aliaram, em suas agendas de promoção do avanço da ciência britânica. São, ainda, abordados nesse capítulo os principais eventos que levaram ao acirramento da contenda entre antivivisseccionistas e homens de ciência, os quais resultaram no engajamento de Cobbe na causa contra a experimentação animal e na fundação da *Victoria Street Society*. Igualmente importantes nesse capítulo são os episódios da instauração de uma comissão investigativa da experimentação animal – a *Royal Commission on Vivisection* – e da promulgação de uma lei regulamentando essa prática,

o *Vivisection Act*. Esse conjunto de eventos forma o contexto político e institucional que servirá de cenário à trama discursiva que se desenvolverá nos capítulos subsequentes.

O capítulo 2, intitulado *Mártires de Bernard: o animal experimental é o animal sensível*, explora o *status* das diferentes espécies animais no imaginário e na vida cotidiano do gentil-homem vitoriano, assim como as implicações científicas e, principalmente, éticas da emergência do animal darwiniano. Exploro os motivos pelos quais a teoria darwiniana da origem comum entre animais e humanos dava motivos tanto para o emprego dos animais como sujeitos experimentais nas pesquisas fisiológicas, como para a reação indignada dos antivivissecionistas. Procuo demonstrar que a relação de continuidade biológica entre animais e humanos postulada por Darwin implicava, necessariamente, a defesa da ideia de que os animais compartilhavam com a espécie humana não apenas semelhanças estruturais, mas também faculdades mentais, o que incluía a sensibilidade ao sofrimento físico e emocional. Entretanto, embora essa concepção darwiniana conferisse *status* moral aos animais não-humanos, esse *status* não era atribuído de forma homogênea. A noção de uma evolução progressiva do grau de complexidade do sistema nervoso nos diversos grupos animais implicava diferentes graus de sensibilidade entre os animais, com destaque para os primatas e os animais domésticos. Quanto a esses últimos, procuro explorar as razões pelas quais na Inglaterra vitoriana o cão era, a um só tempo, o animal experimental por excelência e o animal sensível por excelência. Por esse motivo, a presença massiva dos cães na mesa de vivissecção dos laboratórios possivelmente terá sido não apenas um agravante, mas um dos principais fatores que motivaram a cruzada antivivissecionista britânica.

A sensibilidade especial atribuída aos cães guarda relação direta com outro tema muito importante na Inglaterra do século XIX: o problema da dor. O capítulo 3 (*O cão de Darwin e Cobbe: a dor, a mente e a crueldade no laboratório fisiológico*), iniciado por uma exploração da presença dos cães nas vidas pessoais e nos escritos de Darwin e Cobbe, faz uma incursão na percepção da mente animal – particularmente, a canina – e do sofrimento físico e emocional no pensamento desses dois autores e de outros darwinistas: Thomas Huxley, George Romanes e Alfred Wallace. Discuto a forma como a dor era encarada no mundo vitoriano, e a importância do advento dos anestésicos como supressores da dor - humana e animal –, assim como as implicações da presença ou ausência dessas substâncias nos experimentos na controvérsia sobre a vivissecção. A crueldade, ou inflicção deliberada da dor, figurava como tema central no discurso

antivivisseccionista cobbeano, e os argumentos de Cobbe sobre esse tema são discutidos nesse capítulo. Finalmente, após analisar a questão do sofrimento animal como problema metafísico e ético para Darwin – contrastando sua visão com a de Wallace, um darwinista de orientação espiritualista – analiso a posição de Darwin quanto à legitimidade da vivissecção.

No capítulo 4 procuro concentrar minha atenção na arena discursiva, discutindo como, em suas construções retóricas, os antivivisseccionistas e os advogados da vivissecção se esforçavam para produzir imagens públicas nas quais o adversário é vilificado, enquanto a própria causa é glorificada. Nessas articulações discursivas a relação entre razão e emoção era intensamente explorada; ambos os grupos procuravam, por um lado, se autodefinir como imbuídos de sentimentos ternos e compassivos, e, por outro lado, apontar na conduta do adversário uma espécie de patologia do sentimento. Essa díade sentimento-emoção tem relação direta com atribuições de gênero, tema também explorado nesse capítulo, em relação ao perfil dos integrantes do movimento antivivisseccionista britânico. Os ataques mútuos entre os advogados e os críticos da vivissecção incluíram acusações, por ambas as partes, de hipocrisia quanto às motivações e condutas declaradas e aquelas que realmente moviam o adversário. Os fisiologistas eram descritos por seus oponentes como lobos se apresentando em pele de cordeiro, enquanto os antivivisseccionistas eram denunciados por se beneficiarem de outras formas de exploração e matança de animais, como a alimentação carnívora e a caça. A resposta de Cobbe a essas críticas é analisada nesse capítulo, e considero especialmente significativos os argumentos dessa autora em defesa da caça. Defendo que, ao colocar a relação especial entre homens e cães no centro de sua argumentação, o discurso de Cobbe evidencia uma questão de importância crucial na controvérsia então vigente sobre a legitimidade da vivissecção: a relação de antagonismo entre as virtudes civilizadas e as paixões selvagens. A última seção do capítulo 4 aborda a importância da estratégia de forjar heróis, capazes de dignificar a causa defendida diante dos olhos públicos, e procuro demonstrar que ambas as partes em contenda se esforçaram nesse sentido. Cobbe e seus aliados elegeram o falecido Charles Bell como expoente máximo da personagem do médico antivivisseccionista, enquanto os advogados da experimentação animal adotaram Charles Darwin, o mais célebre homem de ciência de seu tempo, como o herói da vivissecção.

O quinto e último capítulo (*A simpatia além dos confins do homem: ecos do grito animal nas mentes e no mundo vitoriano*) começa por uma exploração do que

chamei de “o grito animal”, ou seja, a capacidade, exibida pelo animal darwiniano, não apenas de expressar seu sofrimento físico e emocional, mas também de, ao fazê-lo, comunicar um apelo, um pedido de socorro. Nessa chave de compreensão, defendo que Cobbe e demais antivivisseccionistas se apresentavam aos olhos públicos como porta-vozes desse grito de apelo, emitido pelo animal sensível atado à mesa de vivissecção. A estratégia de reproduzir, em cartazes e artigos, imagens de cães presos a aparatos de experimentação e as contrastar com pinturas do artista Edwin Landseer, mostrando cães em posições dignificantes ou desempenhando atos virtuosos, era, assim, uma forma de amplificar o alcance do grito animal aos ouvidos públicos. Em seguida, discuto a importância do laboratório fisiológico para a medicina experimental, como uma ciência que integrava um saber mais amplo, e também nascente: a biologia. Os discursos de exaltação do laboratório fisiológico por homens de ciência do porte de Huxley e Claude Bernard (considerado fundador da fisiologia experimental) tinham sua contraparte no discurso de Cobbe, que, repetidas vezes, descrevia o laboratório como “câmara de horrores”, e as ferramentas empregadas na vivissecção como instrumentos de tortura; nesse capítulo procuro também explorar esse contraste.

As últimas seções do capítulo 5 são dedicadas à análise das relações entre ciência, moral e civilização no pensamento cobbeano e na percepção de dois darwinistas: Huxley e o próprio Darwin. Depois de explorar as semelhanças e discordâncias nas teorias morais de Darwin e Cobbe, discuto as correlações entre a luta pela abolição da escravatura, o movimento antivivisseccionista e o darwinismo. Sabe-se que Darwin, um abolicionista, defendia a tese de uma origem comum entre todas as raças humanas, e nessa mesma seção procuro demonstrar como Cobbe explorou as implicações éticas da noção darwiniana de origem comum em defesa da proibição dos experimentos com animais. Em seguida, após discutir a importância ética do sentimento amoroso entre cães e homens nos discursos de Darwin e Cobbe, investigo a visão desses dois autores a respeito de outra faculdade emocional fundamental para ambos em termos da moral civilizatória: a simpatia. Comparando a visão de Cobbe à de Darwin a esse respeito, pretendo demonstrar que a proposta de uma “simpatia além dos confins do homem”, formulada por Darwin, correspondia com exatidão à percepção cobbeana; ambos atores sociais defendiam que o progresso das civilizações acabaria por abarcar os animais na esfera de consideração moral dos humanos. Mais uma vez, vem à tona a contradição, apontada por Cobbe, entre essa implicação ética das formulações de Darwin e a postura do mesmo como advogado da vivissecção. Entretanto, na discussão

desse tema, defendo que outra tese darwiniana, a da seleção natural, possivelmente informava a postura dos darwinistas e fisiologistas em defesa da experimentação animal. Procuo demonstrar que a exploração argumentativa da tese da seleção natural aponta, em suas implicações, para uma direção oposta à do argumento da origem comum na delimitação da esfera de consideração moral, e exploro a posição cobbeana de crítica veemente da noção de sobrevivência do mais apto, uma “teoria pestilenta” que, segundo a autora, punha em risco todo o processo civilizatório. Finalmente, busco estabelecer as estratégias discursivas de Cobbe, em sua argumentação de que o darwinismo, como protótipo do que a escritora chamava de “espírito científico da época” representava uma traição aos valores fundamentais edificantes da classe média, da nação inglesa, da civilização europeia e do progresso moral de toda a humanidade. A expressão máxima dessa traição residia na traição do cão pelo homem, representada, acima de tudo, pela imagem do cão na mesa de vivissecção.

Delimitação e aspectos metodológicos

O foco de investigação de meu estudo tem como marco inicial o ano de 1863, no qual foi publicado o primeiro artigo de Frances Power Cobbe versando sobre a legitimidade da vivissecção. Intitulado *The Rights of Man and the Claims of Brutes*, esse texto foi publicado originalmente na edição de novembro da *Fraser's Magazine* e, três anos depois, reeditado como parte do livro *Studies New and Old of Ethical and Social Subjects* (COBBE, 1866). Além disso, embora o darwinismo tenha sido inaugurado ao fim de 1859, o ano de 1863 também tem como evento significativo a publicação de *Man's Place in Nature*, de Thomas Henry Huxley (HUXLEY, 1863), o primeiro livro no qual a origem biológica comum entre humanos e animais foi explicitada por um autor de orientação darwinista. O período que essa pesquisa abrangerá vai, portanto, de 1863 até 1904, ano da morte de Frances Cobbe e que, além disso, praticamente coincide com o fim do século XIX e da era vitoriana. Foi a partir da segunda metade da década de 1870, entretanto, que a controvérsia antivivissecionista se acirrou de fato. Desse modo, as décadas de 1870 e 1880 serão especialmente focadas aqui no que diz respeito às disputas políticas e produções de textos nos mais diversos veículos impressos – jornais, revistas, panfletos, livros – sobre a temática da experimentação animal no Reino Unido do período vitoriano.

A região a ser contemplada será o Reino Unido, principalmente a Inglaterra, que por sua condição de principal centro da vida cultural, foi o país no qual se deram em sua

maior parte – mas não todas – as publicações e os agenciamentos políticos relacionados ao tema da vivisseção. É importante frisar, porém, que Frances Cobbe era uma irlandesa, e que em toda parte do Reino Unido o debate sobre a questão da vivisseção estava presente. De qualquer modo, a importância estratégica de Londres, a capital inglesa, fica evidente quando atentamos para o fato de que foi nessa cidade que Frances Cobbe estabeleceu a *Victoria Street Society*, sociedade antivivisseccionista da qual foi membro fundador e que presidiu durante muitos anos.

Obviamente, a necessidade de situar historicamente minha discussão obrigá-me-á, eventualmente, a ultrapassar nos dois sentidos – para trás ou para frente - esses limites temporais e também os espaciais, mas sempre que isso acontecer terá sido feito com o único propósito de contextualizar historicamente os problemas investigados.

Personagens centrais

Dadas a abrangência do tema e a multiplicidade de atores sociais envolvidos – indivíduos, instituições e até mesmo agentes não-humanos, como os cães – elegi duas personagens centrais que conduzirão a trama, a saber: Charles Robert Darwin e Frances Power Cobbe. Essas duas figuras históricas foram de extrema relevância nesse acalorado debate vitoriano, e embora várias outras personagens históricas fossem também, por assim dizer, potencialmente investidas de competência e autoridade para cumprirem a mesma função, sustento que a escolha de Darwin e Cobbe nada tem de casual ou arbitrária, pelos motivos que apresentarei em seguida.

Frances Cobbe será a personagem principal, a protagonista por excelência dessa investigação, e há motivos para que essa personagem receba um destaque maior do que a figura de Darwin. Em primeiro lugar, a causa antivivisseccionista foi uma questão central – ainda que não a única – nas preocupações morais, ação política e produção intelectual dessa autora. Em sua autobiografia, Cobbe chega mesmo a declarar que a partir de determinada fase de sua vida teria sido a essa causa que ela passaria a dedicar a maior parte de seu tempo e esforços (Cobbe, 1894b: 556). Além disso, tendo falecido em 1904, Cobbe viveu até o fim do século XIX, de modo que seus textos e argumentos sobre a vivisseção se estenderam praticamente duas décadas além do ano da morte de Darwin, em 1882. Por ocasião da morte de Darwin o debate antivivisseccionista continuava na ordem do dia, na pauta ética da nação, de modo que os textos de Cobbe, se estendendo até o fim da era vitoriana, se prestam bem à função de exemplares do pensamento antivivisseccionista na segunda metade do século XIX.

Outro forte motivo para a escolha de Cobbe é que, embora o movimento antivivisseccionista britânico fosse composto de inúmeros nomes individuais e associações formais de atuação significativa nos debates e disputas que se estabeleceram, parece haver uma virtual unanimidade entre os historiadores dedicados a esse tema em considerar Frances Cobbe como a personagem mais célebre, combativa, produtiva e influente do cenário antivivisseccionista da Inglaterra vitoriana (French, 1975; Guerrini, 2003; Kean, 1998; Ritvo, 1987a; Ryder, 1989; Williamson, 2005). Richard Ryder, por exemplo, afirma que Cobbe teria sido “a mais destemida e eficaz antivivisseccionista do século XIX” (Ryder, 1989: 108), e Richard French sustenta que a *Victoria Street Society* era a organização antivivisseccionista mais poderosa da Grã-Bretanha, sendo essa associação, por sua vez, governada com mão de ferro pela própria Frances Cobbe (French, 1975: 223, 226).

Há, ainda, outro importante motivo pelo qual a Sra. Cobbe se apresenta como uma personagem extremamente adequada às discussões que serão estabelecidas nessa tese. Mais que qualquer outro antivivisseccionista do período, Cobbe elegeu não apenas a fisiologia experimental, mas também o próprio darwinismo como modelo exemplar dos vícios e ameaças presentes na ciência de seu tempo. Além de publicar cartas com acusações contundentes à posição de Charles Darwin no que se referia à legitimidade moral da vivissecação (Cobbe, 1881b, 1881c), essa ensaísta redigiu vários textos nos quais tecia críticas diretas aos princípios que informavam o darwinismo, às perigosas implicações de algumas das teses centrais dessa doutrina e às contradições éticas em que incorriam Charles Darwin e seus seguidores no que dizia respeito à crueldade contra os animais, os quais o próprio Darwin afirmava serem parentes biológicos dos seres humanos. (Cobbe, 1872b; 1888a; 1894b). Essas críticas de Cobbe ao darwinismo se estenderiam, inclusive, para além da morte de seu fundador, e fazem referência até mesmo ao texto da autobiografia póstuma de Darwin (Cobbe, 1888a).

Em um primeiro momento, pode parecer ao leitor dessa tese que os próprios motivos alegados para justificar a escolha da Sra. Frances Power Cobbe como representante dos antivivisseccionistas contra-indicam a escolha de Darwin como representante da posição contrária. Afinal, quase nada do que foi dito a respeito de Cobbe se aplica a Darwin. Quando Charles Darwin faleceu, em 1882, a controvérsia antivivisseccionista continuava sendo importante nos debates sociais e ideológicos, e assim permaneceria ainda por muito tempo – na verdade, até os dias atuais. Além disso, a produção intelectual do grande evolucionista não inclui um único livro ou mesmo

artigo a respeito da legitimidade da vivissecção. Com exceção de uma passagem presente nas duas edições do *Descent of Man* (Darwin, 1871: 40; 1874: 70), o discurso de Darwin relativo ao tema da vivissecção se restringiu a cartas – privadas ou abertas – e depoimentos públicos nos quais declarou sua posição. O arsenal de técnicas experimentais às quais Darwin recorria tampouco incluía a vivissecção, prática de que nunca lançou mão, conforme ele próprio afirmou categoricamente em seu depoimento à *Royal Commission on Vivisection*, em 1875 (PP, 1876a: 234)³. Em outras palavras, a questão da vivissecção nunca se configurou um tema central dos estudos ou métodos de investigação de Charles Darwin. Muitos outros atores, como vários fisiologistas praticantes costumeiros da vivissecção – como John Scott Burdon-Sanderson, Michael Foster, Emanuel Klein, entre vários outros - e mesmo alguns darwinistas – como George John Romanes e Thomas Henry Huxley – foram mais diretamente engajados na defesa da legitimação da experimentação animal.

Por que, então, a escolha de Charles Darwin ao lado de Frances Cobbe como personagem central desse estudo? Em primeiro lugar, porque se Darwin não foi a personagem mais direta e cotidianamente empenhada na defesa da vivissecção no Reino Unido, nem por isso sua atuação foi de pequena importância. Assim como Frances Power Cobbe parece ter sido a mais eminente antivivisseccionista na Inglaterra vitoriana, Darwin terá sido, sem dúvida, o mais célebre homem de ciência de seu tempo na Grã-Bretanha. Dessa forma, o prestígio público conquistado por Darwin fazia com que o mero empréstimo de seu nome à causa vivisseccionista significasse um aval de imensa importância política. Dito de outra forma, Charles Darwin era provavelmente o mais influente advogado da vivissecção na Inglaterra vitoriana. A capitalização dessa influência e prestígio de Darwin pelos fisiologistas britânicos seus contemporâneos fica evidente em certas medidas tomadas por estes. Apenas como exemplos, podemos citar aqui: 1) o convite estratégico feito pelo Lorde Caldwell a Darwin para depor na *Royal Commission on Vivisection*, em 1875, de modo a fortalecer a defesa da vivissecção (Desmond & Moore, 2000: 631); e 2) o fato de o evolucionista ter sido convidado a assumir o cargo de membro honorário da *Physiological Society* quando da fundação desta, em 1876 (Physiological Society, 2008)⁴. Assim sendo, embora as declarações de Darwin sobre a legitimidade da vivissecção não fossem além de breves depoimentos e

³ PP = Parliamentar Papers

⁴ Os eventos acima serão analisados ao longo dessa tese. A importância política de Darwin como advogado da vivissecção é discutida, principalmente no capítulo 4.

cartas curtas, o peso que o nome Darwin conferia a esses textos mais do que compensava seu tamanho reduzido e os poucos argumentos neles contidos. Evidências desse prestígio nacional e internacional do naturalista são os efeitos gerados pela publicação, no jornal *The Times*, em 1881, de uma carta de Darwin a um fisiologista sueco, o professor Frithiof Holmgren, defendendo a validade e importância da vivissecção para o avanço da pesquisa médica e conseqüente benefício da humanidade (Darwin, 1881b)⁵.

Afirmo, acima, que a questão da vivissecção não constituía um problema central no rol de interesses científicos ou filosóficos de Darwin. É necessário, aqui, fazer uma ressalva. Se os estudos e textos de Darwin não eram especialmente dedicados a esse tema – ao contrário do que acontecia com Cobbe, por exemplo – nem por isso se deve entender que Darwin era indiferente ou praticamente indiferente a essa questão. Em primeiro lugar, veremos no capítulo 3 que o tema da crueldade para com os animais de um modo geral, e o da vivissecção em particular, constituíam motivo de preocupação moral e inquietação emocional para Charles Darwin. Além disso, há uma evidência documental da importância que Darwin atribuía à experimentação animal: na biblioteca da Universidade de Cambridge encontra-se uma caixa de arquivos, contendo exclusivamente material reunido por Darwin a respeito do tema da vivissecção [*Dar.139.17*]. Esse material inclui textos antivivissecionistas publicados por Frances Cobbe (v. capítulo 3 - item 3.6.3, e Apêndice 1).

Um terceiro, e óbvio, motivo para a escolha de Darwin como um dos personagens centrais de minha pesquisa reside no fato de que a mesma tem como um de seus focos a discussão do darwinismo como interlocutor do movimento antivivissecionista na controvérsia vitoriana relacionada à experimentação animal no Reino Unido. Dessa forma o nome de Charles Darwin, na condição de fundador do programa de pesquisa do darwinismo, se apresenta como uma espécie de ‘candidato natural’ ao cumprimento dessa função. A isso se somem: a importância da obra de Darwin e de seu discurso a respeito da mente animal; o fato de ter sido ele quem formulou a teoria da origem comum entre animais e humanos, anunciada no *Origin* e explicitada no *Descent*; o valor dos cães na vida pessoal de Darwin e como exemplares da complexidade da mente animal no discurso científico desse autor; e, por fim, a

⁵ O conteúdo e implicações dessa carta de Darwin ao professor Holmgren, as diversas respostas que Darwin recebeu e a intensa polêmica que mobilizou serão discutidos no capítulo 4.

ambivalência emocional – mas não intelectual – do ‘evolucionista atormentado’ (Desmond & Moore, 2000) a respeito da vivissecção.

Finalmente, interessa-me aqui o fato de Darwin ter iniciado uma relação de amizade com a Sra. Cobbe, trocando com a escritora cartas, livros e elogios intelectuais, além da concordância e interesse comum de ambos a respeito da inteligência e sensibilidade dos cães. O rompimento posterior e radical entre essas duas personagens me fornece um bom substrato de análise, e tenho a intenção de, explorando as causas desse rompimento em suas diversas facetas, desenhar um quadro coerente e satisfatório do debate que envolveu darwinistas e antivivisseccionistas na Inglaterra vitoriana. Por todos esses motivos, penso que Charles Darwin oferece, como ator, um bom contraponto a Frances Cobbe, e vice-versa, para a análise do debate a respeito da legitimidade da experimentação animal na era vitoriana.

Personagens secundárias

Embora os personagens centrais eleitos sejam Frances Power Cobbe e Charles Darwin, a complexidade da trama a ser estudada exige a participação de inúmeros outros atores, que estou aqui chamando de *personagens secundárias*. Com o uso desse termo não pretendo, de forma alguma, estipular o ‘verdadeiro’ grau de importância ou influência de cada um desses agentes sociais no contexto da controvérsia antivivisseccionista na Inglaterra vitoriana. Chamo, aqui, essas personagens de ‘secundárias’ apenas no sentido de sua relevância na construção de minha narrativa no presente estudo, pois não repousa sobre os ombros dessas personagens a responsabilidade, por assim dizer, de conduzir a trama. Como foi dito acima, alguns desses atores tiveram, de fato, uma atuação muito mais direta e empenhada que a de Charles Darwin, mas, em decorrência dos motivos explicitados na seção anterior, não foram eles os escolhidos para protagonizar o enredo. Essas personagens secundárias serão aqui divididas em categorias somente para fins didáticos, de modo a justificar a escolha das mesmas. Essas categorias não serão, no entanto, necessariamente exploradas de forma conceitual ou explícita ao longo do texto da tese.

Em primeiro lugar, temos entre as personagens secundárias a categoria dos *darwinistas pró-vivisseccionistas*. Uma vez que será discutido o papel do darwinismo – como sistema conceitual e também como rede de atores sociais – na controvérsia antivivisseccionista vitoriana, considero indicado não me ater exclusivamente à figura de Charles Darwin. Em sua maioria, os aliados mais diretos de Darwin, imbuídos do

espírito de promover o avanço da ciência em moldes experimentais e secularistas, adotaram uma postura de defesa do direito dos fisiologistas praticarem a vivisseção. Dentre esses darwinistas pró-vivisseccionistas se destacam, em particular, as figuras de Thomas Henry Huxley e George John Romanes. O que esses dois atores têm em comum é o fato de terem sido aliados próximos e amigos pessoais de Darwin que se envolveram de forma bastante direta e significativa no debate sobre a vivisseção. Thomas Huxley foi um dos membros integrantes da *Royal Commission on Vivisection* de 1875, cujas investigações resultaram no *Cruelty to Animals Act* de 1876, e ao longo dessa tese veremos que sua retórica argumentativa na formulação das perguntas que endereçava aos depoentes deixava clara sua posição de apologia da experimentação animal. Além disso, mais de uma vez Huxley expressou aberta e publicamente sua opinião favorável à vivisseção, tendo emprestado sua combatividade política e intelectual a essa causa. Como se não bastasse, a obra de Huxley é rica em ensaios filosóficos nos quais se encontram abundantes e sofisticadas reflexões a respeito do papel da ciência e do cientista no tecido social, algumas das quais mostram-se relevantes em meu estudo.

George Romanes (1848 - 1894), por sua vez, foi também um importante aliado dos fisiologistas na defesa da legitimação da experimentação com animais. Secretário geral da *British Association for the Advancement of Science*, Romanes foi, juntamente com Thomas Huxley, provavelmente o darwinista mais atuante na promoção da fisiologia experimental e na defesa de seus praticantes ao emprego da técnica da vivisseção⁶. O nome de Romanes também se reveste de importância por ter sido ele um darwinista que praticamente se especializou no estudo evolutivo da mente animal, tema que também constitui importante objeto de discussão dessa tese.

Considero essa subcategoria dos darwinistas pró-vivisseccionistas – aqui representada por Huxley e Romanes - especialmente interessante para a investigação que venho realizando, uma vez que esses atores não tinham interesse direto na vivisseção. Eles não dependiam dessa prática; ela não fazia parte de seu instrumental metodológico. O interesse dos darwinistas na fisiologia experimental, de um modo geral, e na técnica da vivisseção, em particular, estava provavelmente atrelado à filiação epistemológica e ideológica da qual comungavam darwinistas e fisiologistas: a afirmação de um novo modelo do fazer científico, apoiado em bases experimentais, na especialização profissional e numa interpretação naturalista e materialista da realidade.

⁶ Romanes, Ethel. *The life and letters of George John Romanes*. Disponível em: <http://www.canadiana.org/ECO/PageView/34183/0067?id=e1fcfee9dde22426>. Ver página 132.

Como segunda categoria de personagens secundárias incluo alguns *fisiologistas*. O primeiro é Claude Bernard. Esse cientista francês não se envolveu diretamente na polêmica britânica a respeito da vivissecção, mas alguns motivos me levam a considerá-lo um ator relativamente importante para meu estudo. Em primeiro lugar, Bernard era então – e ainda é, mesmo nos dias de hoje – um ícone da fisiologia experimental, e sua reputação – fosse ela positiva, como cientista competente ou negativa, como experimentador cruel – ultrapassava as fronteiras de seu país de origem, a França. Um indicativo disso reside no fato de Frances Cobbe ter cunhado a expressão “mártires de Bernard” para se referir aos animais sacrificados cotidianamente em laboratórios do mundo inteiro (Cobbe, 1894b: 606). Outro motivo para Bernard constar dessa subcategoria é que esse autor elaborou argumentos filosóficos de peso em defesa da prática da vivissecção, forjando metáforas poderosas, engenhosas e impactantes sobre os propósitos da ciência e a função social dos cientistas (Bernard, 1957 [1865]) – as quais serão devidamente exploradas no texto da tese, no quinto capítulo.

Outra personagem dessa subcategoria será *John Scott Burdon Sanderson*. Minhas investigações e a exploração das fontes secundárias sugerem fortemente que Burdon-Sanderson pode ser considerado um dos mais influentes e prestigiados fisiologistas britânicos do século XIX. Alvo de muitas críticas, Burdon Sanderson esteve no centro de pelo menos duas grandes situações polêmicas nas quais Frances Cobbe e vários outros antivivisseccionistas se envolveram de forma direta. Uma foi a publicação, em 1873, do *Handbook for the Physiological Laboratory* (Sanderson, 1873), editado por Burdon-Sanderson e escrito com a colaboração de outros eminentes fisiologistas britânicos. A outra polêmica que envolveu o nome de Burdon-Sanderson diz respeito à implantação de um laboratório de fisiologia experimental nas dependências da Universidade de Oxford, no ano de 1884, sob o comando desse fisiologista (Spectator, 1884).

Também deverão receber um olhar um pouco mais atento as figuras de Michael Foster, Edward Emanuel Klein e David Ferrier. O primeiro, por ter sido um importante discípulo e admirador de Thomas Huxley, assim como um dos mentores de Romanes. O segundo, um fisiologista austríaco radicado na Inglaterra, foi alvo de críticas ferrenhas feitas pelos antivivisseccionistas, em decorrência de suas declarações de indiferença ao sofrimento animal quando de seu depoimento perante a *Royal Commission on Vivisection* (PP, 1876a: 182-189). Os comentários de Klein nessa ocasião e a intensa

polêmica que esses comentários deflagraram teriam contribuído, entre outras coisas, para a decisão dos membros da *Royal Commission* de convidar Charles Darwin para depor perante essa comissão, de forma a ajudar a, por assim dizer, apagar o incêndio que o fisiologista austríaco havia iniciado (Desmond & Moore: 631). A escolha de David Ferrier, por sua vez, também se relaciona a posturas desrespeitosas desse ator em relação ao sofrimento animal em alguns fóruns públicos, mais especificamente em palestras proferidas nas quais assumia uma atitude de deboche em relação às expressões de dor dos macacos, seus sujeitos experimentais principais (PP, 1876a: 169-178). Além disso, Ferrier foi alvo de um processo judicial (BMJ, 1881a) contra ele movido por antivivisseccionistas já sob a vigência do *Vivisection Act* (PP, 1876b), a primeira lei britânica promulgada especificamente para regulamentar a vivissecção no Reino Unido.

A terceira categoria que compõe a classe das personagens secundárias é a dos *médicos antivivisseccionistas*. Na segunda metade do século XIX a profissão médica vinha sofrendo transformações significativas, que apontavam na direção da medicina científica. Ainda que os questionamentos e conflitos entre médicos clínicos e fisiologistas experimentais não configurassem necessariamente situações anômalas naquele período, muitos dos fisiologistas tinham formação médica. Além disso, a categoria que estou chamando aqui de ‘médicos antivivisseccionistas’ se refere a profissionais da área médica – humana ou veterinária – que em algum momento de suas trajetórias se dispuseram a ser aprendizes ou titulares em laboratórios de fisiologia experimental, mas que posteriormente se tornaram críticos ferrenhos das práticas que presenciaram ou adotaram nesses *settings*. Embora esse tipo de personagem não chegasse a ser raro no cenário vitoriano, escolhi como representante dessa subcategoria apenas dois atores: Sir Charles Bell e o Dr. George Hoggan.

Sir Charles Bell (1774-1842), eminente cirurgião escocês, foi um dos pioneiros no emprego da vivissecção no Reino Unido, e sua figura se faz interessante nesse estudo por dois motivos. Em primeiro lugar, o discurso de Bell tinha um enfoque teológico, e uma importante obra sua intitulada *Essay on the anatomy and philosophy of expression*, publicada em 1806, serviu de contraponto a Darwin para a construção de seus argumentos evolucionistas sobre a origem das expressões emocionais dos animais (Darwin, 1872), umas das obras de Darwin que informam a presente tese. Além disso, e ainda mais importante, em uma etapa mais avançada de sua vida o Sr. Bell declarou publicamente que se arrependia dos experimentos por ele realizados em animais vivos, em decorrência do sofrimento indizível que esse tipo de prática acarretava para esses

animais. Com isso, apesar de a morte de Sir Charles Bell ter-se dado três décadas antes da eclosão de controvérsia antivivisseccionista dos anos 1870, as declarações desse homem de ciência foram devidamente capitalizadas nos discursos dos antivivisseccionistas vitorianos, inclusive Frances Cobbe (Cobbe, 1889f: 59; Hewitt, 1881, *in* [Dar.139.17.1]: 12). Dessa maneira, Bell serviu bem à função de uma espécie de ‘santo padroeiro’ dos antivivisseccionistas, emprestando seu *status* moral e científico à causa destes, conforme veremos no capítulo 4.

A outra personagem secundária dessa categoria será o Dr. George Hoggan. Dois motivos o tornam, a meu ver, indicado para essa função. Em primeiro lugar, o Dr. Hoggan fez seu treinamento em fisiologia diretamente com Claude Bernard, e publicou mais tarde uma carta aberta na imprensa britânica denunciando as atrocidades que, segundo Hoggan, eram cometidas contra os animais no laboratório de Bernard com total incentivo deste (Hoggan, 1875). Nesta carta-denúncia, Hoggan enumera fortes e sofisticados argumentos contra a vivissecação, que incluem até mesmo uma espécie de análise psicossocial do processo de entorpecimento moral ao qual, na interpretação desse médico, eram submetidos os estudantes de fisiologia ao longo de sua capacitação profissional. Em segundo lugar, Hoggan foi um grande aliado de Frances Power Cobbe, e co-fundador, junto a esta, da *Victoria Street Society*, a mais influente sociedade antivivisseccionista vitoriana. Além disso, a posição diferenciada de uma testemunha treinada nos métodos, nos saberes e na cultura do laboratório de fisiologia, confere a esse ator - e à subcategoria que ele está representando - a possibilidade de um olhar privilegiado, a partir ‘de dentro’ do universo que está sendo criticado.

Finalmente, no conjunto das personagens secundárias, quero incluir a figura de Richard Holt Hutton, editor da revista inglesa *Spectator*. Embora não integrasse qualquer organização antivivisseccionista, a atuação engajada de Hutton junto à *Spectator* fazia dele um antivivisseccionista influente. Além disso, Hutton foi um dos integrantes da *Royal Commission*, o único crítico inequívoco da experimentação animal entre os membros dessa comissão.

Personagens contingentes

Nessa categoria se incluem todos os demais atores envolvidos no debate antivivisseccionista que aparecerão ao longo da narrativa do texto da tese; essas personagens constituirão, por assim dizer, o fundo contra o qual se destacarão as personagens centrais e auxiliares. Ocasionalmente uma personagem contingente poderá

ser temporariamente iluminada, na medida em que a condução do enredo narrativo conduza a trama em sua direção, mas isso só se dará de forma breve e no propósito de trazer mais luz ao entendimento do problema. Como exemplos disso, veremos discursos proferidos ou textos publicados pelos fisiologistas James Paget e Thomas Lauder Brunton, e pelos zoólogos Richard Owen e Edwin Ray Lankester.

Devo ressaltar que a classificação de uma dada personagem como contingente não corresponderá, necessariamente, ao grau de importância histórica ‘real’ daquele ator na cena sócio-cultural e política relacionada ao desenrolar do problema. Uma personagem será considerada contingente por sua atuação ser circunstancial à narrativa pela qual optei, centralizada nas figuras de Frances Cobbe e Charles Darwin e secundada por seus aliados mais próximos e pelas demais personagens auxiliares escolhidas, pelos motivos supracitados. Com isso quero dizer que, uma vez que a delimitação é uma necessidade metodológica que impõem restrições inescapáveis, minhas decisões me obrigam a excluir ou deixar na penumbra vários atores que tiveram também importância e exerceram alguma influência no debate antiviviseccionista vitoriano. Em suma, consoantes com a opção metodológica adotada, outras combinações e permutas seriam possíveis, sem necessário prejuízo da qualidade da análise. Essa maleabilidade potencial não equivale, porém, a uma escolha aleatória; considero ter bons motivos para ter escolhido cada uma das personagens e optado por classificar as mesmas nas categorias supracitadas, e suponho ter deixado claros acima esses motivos.

Aspectos metodológicos: Fontes

As fontes primárias empregadas na investigação desse debate que opôs os antiviviseccionistas aos darwinistas e fisiologistas foram em sua maioria textos britânicos, oriundos dos mais diversos veículos e suportes, produzidos durante o período de circunscrição de meu estudo, versando sobre quaisquer dos temas enumerados na seção “Objetivos”. Receberam especial atenção os textos de Frances Cobbe e Charles Darwin, mas foram consultados artigos de autoria dos mais diversos personagens envolvidos nesse debate. Os tipos de textos analisados foram: 1) correspondência privada, posteriormente publicada (em muitos casos, coleções de correspondência publicadas somente após a morte de seu detentor, principalmente Charles Darwin e seus interlocutores); 2) cartas abertas publicadas em periódicos nas seções de correspondência dos leitores; 3) editoriais de jornais da grande imprensa ou jornais

médicos; 4) artigos publicados em periódicos; 5) artigos publicados em coletâneas; 6) livros; 7) documentos oficiais, como o relatório da *Royal Commission on Vivisection* (PP, 1876a) e o texto do *Vivisection Act* (PP, 1876b); 8) panfletos e textos afins.

Parte dessas fontes se encontra disponível em páginas eletrônicas na *internet*, e algumas se encontram disponíveis no mercado editorial. A maioria das fontes arquivísticas, no entanto, foi encontrada em bibliotecas britânicas. A maior parte das bibliotecas consultadas se situa em Londres; dentre estas se destacaram a *British Library* e a *British Library Newspapers*, mas também foram de grande ajuda a *Wellcome Library* e a *Women's Library London Metropolitan University*. Fora do perímetro da capital, outra biblioteca foi de importância vital para minha pesquisa: a *Cambridge University Library*, pois é nela que se encontra o arquivo especial supracitado, que compõe a coleção particular de Darwin sobre vivissecção: o arquivo *Dar.139.17*.

Os textos do próprio Darwin que foram consultados incluem: sua autobiografia póstuma (Barlow, 1958); anotações presentes em seus vários *notebooks*; cartas particulares posteriormente tornadas públicas; cartas abertas publicadas em jornais e alguns livros de sua autoria. Dentre esses livros se destacam três: *On the Origin of Species* (doravante *Origin*), *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex* (doravante *Descent*) e *The Expression of the emotions in man and animals* (doravante *Expression*). A primeira edição do *Origin* (Darwin, 1859) foi publicada em 1859; esse livro sofreu várias revisões, e sua sexta e última edição revisada foi lançada em 1876 (Darwin, 1876a). O *Descent* foi lançado em 1871 (Darwin, 1871), e teve duas edições, a segunda publicada em 1874 (Darwin, 1874). A publicação do *Expression* se deu no ano de 1872 (Darwin, 1872); essa obra nunca teve uma segunda edição de autoria de Darwin. No presente estudo darei prioridade de atenção à última edição de cada uma dessas obras. Os motivos para tal escolha se relacionam com o tema central de minha tese e com o período de publicação das obras em questão. Uma vez que um dos assuntos explorados em minhas investigações serão as interlocuções entre o darwinismo e a fisiologia, e que foi na década de 1870 que essa disciplina floresceu com mais vigor na Grã-Bretanha, entendo que a edição do *Origin* publicada em 1876 (Darwin, 1876a) e a do *Descent* lançada em 1874 (Darwin, 1874) me oferecem maiores oportunidades de analisar a incorporação do conhecimento e discursos advindos do campo da fisiologia experimental que as edições anteriores das mesmas obras (Darwin, 1859, 1871) Os anos de publicação das últimas edições desses trabalhos de Darwin são mais próximos ou

mesmo coincidentes com alguns dos principais eventos relacionados à controvérsia da vivissecção em solo britânico, tais como: a publicação, em 1873, do *Handbook for the Physiological Laboratory* (Burdon-Sanderson, 1873); as sessões da *Royal Commission*, em 1875 (PP, 1876a) e consequente promulgação da primeira lei de regulamentação da vivissecção no ano seguinte, o *Vivisection Act* (PP, 1876b), e assim por diante.

Aspectos metodológicos: Ferramentas Conceituais e terminologia

Apresento a seguir alguns conceitos que servirão de referências para balizar minhas investigações. Essas ferramentas conceituais são em parte retiradas da literatura especializada; outras foram forjadas especialmente para facilitar o entendimento de meu estudo e o desenrolar da narrativa histórica que será aqui estabelecida. Considero importante familiarizar o leitor com essa terminologia de modo a evitar interpretações equivocadas sobre o que está sendo afirmado.

Vivissecção e antivivisseccionismo

A palavra *vivissecção* tem sua origem no latim, com a junção de “*vivus*” (vivo) e “*sectio*” (corte, secção). Logo, ‘vivissecção’ quer dizer “cortar um corpo vivo”, enquanto o termo “dissecção” refere-se a “cortar um corpo morto” (Paixão, 2001: 07). De acordo com Fadali (1996: xxix), médico cirurgião que critica o método da experimentação animal, o termo “vivissecção” foi cunhado por Claude Bernard, considerado o fundador da fisiologia experimental e príncipe dos vivissectores. Para ele, o termo se aplica a todos os tipos de experimentos que envolvem animais, independente do fato de ocorrerem cortes ou não (Fadali, 1996: xxix; *apud* PAIXÃO, 2001: 07). Meu contato com as fontes arquivísticas demonstrou que também na Inglaterra vitoriana o termo ‘vivissecção’ era aplicado dessa maneira mais ampla, conforme teremos oportunidade de observar ao longo do presente estudo, e será com esse significado que utilizarei aqui esse vocábulo. Com isso quero dizer que no corpo dessa tese a palavra *vivissecção* será utilizada para designar quaisquer procedimentos experimentais realizados em corpos animais que visassem o conhecimento da fisiologia dos mesmos ou os efeitos fisiológicos neles provocados por algum agente externo. Nesse sentido mais abrangente o termo ‘vivissecção’ inclui os seguintes tipos de experimentos: 1) incisões cirúrgicas para observação ao vivo do funcionamento dos órgãos, vasos sanguíneos e quaisquer outras estruturas internas (vivissecção propriamente dita); 2) inoculação de venenos ou outras substâncias tóxicas para observação de sua ação no

corpo do sujeito experimental; 3) inoculação de agentes patógenos doenças para observar a evolução de doenças no corpo do animal; 4) administração de medicamentos para testagem da eficácia dos mesmos no organismo em questão; 5) quaisquer outros procedimentos com ações ou objetivos similares aos acima descritos. Por motivos estéticos e estilísticos, a palavra *vivissecação* será alternada ao longo do texto com a expressão ‘experimentação animal’. De um ponto de vista científico estrito essas expressões não são sinônimas, uma vez que um experimento sobre comportamento animal - como, por exemplo, aqueles realizados por Darwin em suas investigações relativas ao comportamento de minhocas (Darwin, 1881a) – não configura um exemplo de *vivissecação*. Para os fins do presente estudo, no entanto, a expressão ‘experimentação animal’ será empregada como sinônimo de ‘*vivissecação*’. Mais adiante, no capítulo 4, veremos que o próprio termo ‘*vivissecação*’ foi tema de debates e de preocupação das partes em contenda, especialmente os *vivisseccionistas*, que por vezes tentavam substituir essa expressão por outra, mais inócua.

Acompanhando a tendência encontrada tanto na literatura do próprio século XIX como nas fontes secundárias (Ferguson, 2001; French, 1975; Guerrini, 2003; Ritvo, 1987a; Rupke, 1987; Ryder, 1989; Turner, 1980) utilizarei a palavra *antivivisseccionista* para designar não apenas aqueles atores que defendiam uma proibição absoluta da *vivissecação* (os *antivivisseccionistas* no sentido mais estrito do termo), como também todos aqueles que defendiam a necessidade de se imporem restrições severas ou significativas a esse tipo de prática. Dessa forma, o termo ‘*antivivisseccionista*’ incluirá personagens que não se opunham por completo à *vivissecação* em si, mas aos abusos desse tipo de procedimento ou a todos os experimentos realizados sem anestesia prévia dos animais utilizados.

Cabe aqui, porém, uma ressalva. Não foram poucos os médicos, fisiologistas e outros homens de ciência que apoiaram a prática da *vivissecação*, mas que, ainda assim acreditavam na necessidade de algumas restrições ou, ao menos, se preocupavam com algumas denúncias de crueldade deliberada em relação aos animais usados. O próprio Darwin manifestou preocupações dessa natureza, que serão discutidas oportunamente. Uma vez que muitas dessas personagens se engajaram pessoalmente no apoio aos fisiologistas experimentais e à legitimação da *vivissecação*, não faz sentido nos referirmos a elas como *antivivisseccionistas*. Dessa forma, o termo *antivivisseccionista* designará nessa tese aqueles atores que se opunham por completo a quaisquer experimentos de *vivissecação* ou defendiam a necessidade de restrições destes, mas que, *além disso, se engajavam pessoalmente no combate ou restrição dessa prática*. As formas de engajamento nessa causa social incluíam: filiação ou fundação de instituições voltadas para esse fim; publicação de cartas, artigos ou

quaisquer textos críticos dos abusos cometidos pelos fisiologistas; subscrições em petições; agenciamento de manobras políticas e mobilização de redes sociais voltadas para a causa em questão, além de outras ações e intervenções similares. Em outras palavras, ‘antivivisseccionistas’ foram aqueles indivíduos que se empenharam, de forma mais modesta ou mais ativa e direta, nas campanhas e agências que compunham a agenda do *movimento antivivisseccionista* da Inglaterra vitoriana.

Darwiniano, darwinista, darwinismo

Adotarei o termo *darwiniano* para me referir ao que se refere especificamente ao pensamento, discurso e teorias do próprio Charles Darwin. Já o termo *darwinista* será aplicado: 1) como substantivo, aos autores considerados darwinistas; e 2) como adjetivo será usado para designar aspectos e teses ligados ao programa de pesquisa do darwinismo. Seguindo Hull (1985), considerarei como *darwinistas* os autores que participavam ativamente e eram aceitos no círculo social de Darwin e que, com ele, cuidavam de defender e edificar o flexível programa de pesquisa do darwinismo.

O termo *darwinismo* será aqui compreendido, ainda seguindo Hull (1985) em dois sentidos. 1) Em primeiro lugar, devemos entender o darwinismo como uma entidade histórica, um sistema conceitual que foi sofrendo variadas alterações ao longo de seu desenvolvimento, desde seu nascimento até os dias atuais. Para os propósitos de meu estudo, no entanto, o *darwinismo* ao qual irei me referir será, por assim dizer, o darwinismo original, o programa de pesquisa e sistema conceitual nascido em meados do século XIX e desenvolvido por Darwin e seus colaboradores contemporâneos. Uma vez que minhas investigações se concentram nos acontecimentos sociais e produções intelectuais e discursivas da Inglaterra vitoriana, o ‘darwinismo’ ao qual me refiro será basicamente o ‘darwinismo britânico’, aquele que foi sendo construído por Darwin, Huxley, Romanes e outros pensadores da Grã-Bretanha do século XIX.

2) Além de um programa de pesquisa e sistema conceitual, no entanto, o termo *darwinismo* aqui designará, também, a rede de atores sociais que se engajaram na divulgação e expansão do pensamento darwinista. O *X-club*, por exemplo, um círculo intelectual e grupo de ação política formado por darwinistas como Thomas Huxley, John Tyndall, Herbert Spencer, Joseph Hooker e John Lubbock, foi, nesse sentido, um importante contribuinte do darwinismo enquanto rede social (v. capítulo 1).

As múltiplas teorias de Darwin

Ainda a respeito da estrutura conceitual do darwinismo, considero muito importante assinalar uma posição de concordância quanto à tese defendida por Ernst Mayr, segundo quem, embora Darwin considerasse todos os componentes de sua teoria evolucionista como um todo único e indivisível, a teoria darwinista era na verdade formada por várias teorias “amplamente independentes” (Mayr, 1998: 564). Mayr listou cinco delas, a saber: 1) evolução como fato; 2) origem comum de todos os seres vivos (*common descent*); 3) grã dualidade do processo evolutivo; 4) especiação populacional; e 5) seleção natural (Mayr, 1998: 564). Esse autor defende que na realidade, emerge uma imagem muito mais clara se essas cinco linhas do pensamento darwiniano forem tratadas em separado. Para sustentar sua tese, demonstra que muitos dos principais autores contemporâneos de Darwin e participantes do programa de pesquisa darwinista não concordavam entre si ou com Darwin quanto à importância desses cinco componentes da teoria maior, e isso não os excluía do projeto darwinista, desde que compartilhassem do primeiro e do segundo desses itens (evolução como fato e origem comum). Quero incluir, aqui, nessa lista, um sexto item que, embora não a ignorasse, Mayr (1991) curiosamente optou por não incluir em sua concepção das principais teorias de Darwin. Refiro-me à teoria da seleção sexual, que, segundo alguns autores, teria sido a mais original das teorias darwinianas (Cronin, 1995).

Outros esclarecimentos sobre a terminologia adotada e escolhas feitas

Ao discutir a controvérsia relativa à vivisseção na região e período por mim investigados, alterno as referências a esse debate usando, ora, a palavra inglês/Inglaterra, ora, britânico/Grã-Bretanha. Essa variação não reflete qualquer tentativa de diferenciar entre um termo e outro, mas tão-somente uma forma de variar as palavras, de modo a não ser demasiado repetitivo. A mesma tendência me parece ser adotada pelas fontes secundárias que consultei (French, 1975; Kean, 1998; Mitchell, 2004; Williamson, 2005; White, 2005, 2006).

Uma expressão que será encontrada com frequência ao longo dessa tese é “homem (ou homens) de ciência”. O emprego dessa expressão reflete uma escolha deliberada. Em primeiro lugar, quase todas as fontes arquivísticas com que me deparei era utilizavam a expressão *man (men) of science*, e não a palavra *scientist*. Segundo Paul White (2003) isso não é casual. Em 1894 Thomas Huxley escreveu ao editor da revista *Science-Gossip*, protestando contra o uso da palavra ‘cientista’ (*scientist*) em suas páginas. Na visão de Huxley, o termo era um americanismo que denotava um tipo de

praticante de formação técnica que era valorizado em uma nação regida exclusivamente por preocupações pragmáticas, ligadas à utilidade. Desde a década de 1840 a expressão que Huxley e outros profissionais afins haviam adotado para se autodesignarem era “homens de ciência” (*men of science*). Esse título, em consonância com outros do período – *men of letters; clergymen* – denotava uma atitude perante o conhecimento científico que diferia da preocupação estreita com o conhecimento científico que parecia caracterizar seus colegas americanos. Os homens de ciência britânicos, diferentemente dos cientistas do Novo Mundo, queriam ser vistos como indivíduos pertencentes a uma comunidade preocupada com a educação liberal e com fundamentos morais e religiosos. Em outras palavras, Huxley e seus confrades se apresentavam aos olhos da nação como homens investidos de uma missão pública (White, 2003: 1-2). Além disso, a expressão “homens de ciência” era amplamente usada por Frances Cobbe, motivo pelo qual foi por mim adotada; a mesma lógica me fez escolher a expressão “homens de medicina”, como tradução de “*medical men*”, que também aparece em textos do período.

Duas palavras sobre idiomas. Minha intenção inicial era a de transcrever todas as passagens extraídas de fontes primárias não apenas em sua língua original, o inglês, mas também traduzidas. Entretanto, por motivos de espaço me vi forçado a abrir mão dessas traduções, que teriam tornado esse texto ainda mais volumoso; peço desculpa ao leitor por essa limitação inevitável. Outra questão relativa ao idioma diz respeito a certas escolhas conscientes que fiz quanto às palavras. Na ausência de palavras em português que sejam fiéis ou equivalentes ao sentido original de um termo em inglês (como no caso de certas designações de cargos acadêmicos) ou porque a tradução resultaria em uma expressão significativamente mais longa (como as palavras *chairman* ou *commissioner*), optei por manter, em tais situações a grafia original, na língua inglesa. Também considerei preferível, no caso de nomes próprios de instituições, lugares ou comissões (como é o caso da *Royal Commission on Vivisection* e do *Vivisection Act*) manter o nome em inglês, exceto em casos nos quais um equivalente na língua portuguesa já foi consagrado pelo uso (como as Casas do Parlamento). Espero que essas escolhas não comprometam a fluidez na leitura do texto, e que essa possa ser proveitosa e agradável aos leitores.

Também optei, em alguns casos, pela adoção de termos que, embora ainda não estejam incluídos no léxico, já são de uso correntes nos jargões técnicos de certas comunidades acadêmicas. É o caso, por exemplo, da palavra “experenciar”, de uso comum em textos de psicologia como equivalente do verbo *experience*. Utilizo essa

palavra como alternativa a “vivenciar”, e penso que o verbo “experimentar” não traduz exatamente o mesmo sentido.

Considerações adicionais: tocando o objeto de meu estudo

Como parte do desenvolvimento da pesquisa para essa tese, vivi seis meses na Inglaterra, onde tive acesso à maior parte das fontes primárias utilizadas nesse estudo. Além da necessária consulta às bibliotecas inglesas, minha estadia nesse país me proporcionou um contato direto com aspectos da vida cultural britânica que já estavam presentes na era vitoriana, e dentre estes eu destaco o apreço pelos cães, que testemunhei em parques e praças de Londres, nos vagões do trem e do metrô, em monumentos e até em epitáfios. Morei em Ealing, bairro do oeste de Londres, e soube, posteriormente, que Thomas Huxley, um darwinista cujo discurso é analisado nessa tese, nasceu ali, onde viveu parte de sua vida. Em meu trajeto diário até a *British Library* eu passava sempre por dentro de um parque muito agradável aos sentidos, o *Walpole Park*, e ainda enquanto ali vivia, fiquei sabendo que o nome desse parque era uma homenagem a Spencer Walpole, um membro do parlamento britânico que participava ativamente das intermediações políticas em prol da legitimação da vivisseccção em seu país. Na região central de Londres, fotografei as imponentes estátuas de leões que dominam a *Trafalgar Square*; mais tarde eu saberia que essas estátuas eram obras de autoria de Edwin Landseer, um artista inglês vitoriano cujas pinturas retratando cães têm importância significativa na presente tese. Em uma das poucas vezes que me afastei de Londres fiz uma visita a *Downhouse*, a propriedade onde viveu a família Darwin. Ali tive a oportunidade de ver a estufa onde o evolucionista cultivava orquídeas e plantas insetívoras, o aparato que desenvolveu para estudar o comportamento de minhocas, e de caminhar pela *Sandwalk*, trilha que margeia a propriedade e na qual, segundo conta-se, Darwin costumava caminhar com seu cão Bob, para ter pensamentos inspirados. Nenhuma dessas vivências que tive na Inglaterra era, objetivamente falando, necessária para me fornecer o material arquivístico necessário à minha escrita. Todavia, não posso evitar pensar que, sem essas experiências, minha tese teria sido outra.

*O amante de cães, como força política, não deve ser desprezado*¹

National Canine Defence League, Annual Report 1899-1900

A onda antiviviseccção, surgida em seu país, se aproxima do nosso com a velocidade de um trem expresso. Nós também temos sociedades para a prevenção da crueldade com animais, as quais a glória de suas irmãs inglesas proíbe que durmam.

Carta de Ludwig Herman, fisiologista alemão, a John S. Burdon Sanderson, em 1876².

¹ “The dog lover as a political force is not to be despised” (National Canine Defence League, Annual Report 1899-1900, p 11, citado em *Animal Rights* (Hilda Kean, 1998: 94).

² Citado em *Antivivisection and Medical Science in Victorian Society*. (Richard French, 1975: p 233)

CAPÍTULO 1

O FLORESCER DO DARWINISMO, DA FISIOLOGIA

EXPERIMENTAL E DA CRUZADA

ANTIVIVISSECCIONISTA

NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

1.1. ANTES DA ERA VITORIANA

1.1.1. Breve histórico da vivisseção e da proteção animal na Grã-Bretanha: séculos precedentes

As maneiras como hoje os homens se relacionam com as diferentes espécies animais refletem um processo histórico de formulações e reformulações de visões de mundo a respeito do *status* do ser humano na ordem natural e do *status* dos diversos animais nas sociedades humanas. Segundo o historiador Keith Thomas (2001: 19), o predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal foi e é uma pré-condição básica da história humana, e a forma como nossa espécie racionalizou e questionou tal predomínio constitui um tema que tem recebido a atenção de vários pensadores. Desde a aurora das civilizações até os dias de hoje o ser humano tem criado e explorado animais das mais variadas formas, e para os mais diversos fins: como força de trabalho; meio de transporte; fonte de alimentação; material para ornamentos e vestuário; vigilância e guarda de propriedades; auxílio na caça ou pesca; controle de pragas; pastoreio; entre várias outras funções. Embora o avanço tecnológico, principalmente nas metrópoles dos países mais desenvolvidos, tenha reduzido a necessidade do emprego de animais para fins de força de trabalho, as mais variadas espécies continuam a ser exploradas pelos humanos nos quatro cantos do mundo.

Entretanto, se, por um lado, o progresso técnico-científico reduziu significativamente o uso de animais em certos setores da atividade humana, por outro lado, novas tecnologias trazem em seu bojo novas necessidades, e nos tempos atuais os animais são amplamente utilizados para novos fins. Entre esses poderíamos destacar algumas investigações de ponta na área de biotecnologia, tais como em experimentos de clonagem e estudos de transgênicos, entre outros. Historicamente, portanto, o desenvolvimento das ciências biológicas implicou e continua a implicar a necessidade de mais animais para suprir as demandas de novas disciplinas e formas de investigação. Na segunda metade do século XIX, período no qual a medicina estava em processo de incorporar o modelo científico baseado na investigação experimental realizada nos laboratórios, essa demanda por suprimentos animais já se fazia presente. A medicina experimental e outras disciplinas afins, como a patologia clínica, a helmintologia e a bacteriologia, precisavam de cobaias nas quais se pudessem testar medicamentos, inocular remédios e venenos e investigar o funcionamento dos organismos em condições normais e patológicas. A técnica por excelência para esse tipo de

experimentação era a *vivissecação*, ou seja, a realização de experimentos científicos diretamente nos corpos de animais vivos.

A vivissecação como método de investigação não foi uma invenção do homem vitoriano. Os primeiros registros de que se tem notícia dessa prática remontam aos primórdios do calendário cristão. Sabe-se que Galeno (130-210), médico grego radicado em Roma e tradicionalmente considerado um dos iniciadores da tradição ocidental da pesquisa biológica, abria animais vivos para observar processos fisiológicos tais como os batimentos cardíacos e o funcionamento cerebral; já então Galeno aconselhava seus alunos a cortar os animais vivos “sem pena ou compaixão” (Guerrini, 2003: 18). Mas tal tipo de prática não se desenvolveu linearmente desde então; é aparentemente no século XVI que a vivissecação volta a compor o conjunto de técnicas de investigação científica, através de nomes como Fleming Andréas Vesalius (1514-1564), autor de *De Humani Corporis Fabrica*, que recorria a essa prática (Guerrini, 2003: 25).

Outro nome de destaque no século XVI é o do inglês William Harvey (1578-1657), que, abrindo os corpos vivos de coelhos, realizou experimentos de grande importância na história da medicina e da fisiologia, ao estabelecer, em *De motu cordis*, que o sangue circulava pelo corpo (Guerrini, 2003: 23). Guerrini chama atenção, porém, para o fato de que a despeito de Harvey haver sacrificado centenas de animais, esse personagem foi largamente ignorado pelos antivivisseccionistas modernos; para o papel de vilão foi escalado o filósofo natural francês do século seguinte, René Descartes (1596-1650), na verdade um homem que realizou poucos experimentos com animais e que possuía um cão que estimava (Guerrini, 2003: 33). Não é difícil, porém, entender o porquê dessa tendência dos ativistas atuais a elegerem Descartes como seu inimigo ideológico. Afinal, não obstante a história pessoal de envolvimento direto desse pensador com os animais, a filosofia mecanicista proclamada por René Descartes tinha como premissa fundamental e fundadora a ideia de que os animais não passavam de autômatos biológicos desprovidos de alma ou dor, e que somente o ser humano, dentre todas as criaturas, gozava de uma mente e uma alma imortal, sendo, portanto, o único detentor dos atributos da razão e sensibilidade genuínas. Mas além de Harvey houve na Inglaterra outro pensador do mesmo porte de Descartes na construção do edifício da visão e atitudes do homem ocidental e da ciência empírica na relação com os animais: Francis Bacon (1561-1626). As ideias de Bacon proclamavam como um dever religioso a afirmação da soberania e controle tecnológico do homem para justo domínio da natureza (Shapin, 1999). Em *Nova Atlântida* (Bacon, 1979 [1627]), um texto ficcional,

o narrador descreve a utópica Casa de Salomão, onde são realizados todos os tipos de investigações para ampliar o saber do homem e, dessa forma, seu domínio sobre o mundo natural e seus fenômenos e processos. Numa das seções da Casa se encontram “cercados de todos os tipos para animais e pássaros, que não servem somente pela beleza ou raridade, mas também para experimentos de dissecação, pelos quais procuramos esclarecer tudo o que pode ser feito no corpo humano.” Nesses animais “experimentamos todos os venenos e outras medicinas, tanto por via cirúrgica como médica” (Bacon, 1979 [1627]: 264).

A despeito de personagens como Harvey ou Bacon, de um modo geral a atitude cartesiana para com os animais parece não ter vicejado com o mesmo êxito no contexto britânico. É o que sustenta o historiador Keith Thomas, que observa que já no século XVII o filósofo Henry More (1614–1687) era mais representativo da opinião inglesa (Thomas, 2001: 42). Embora se inspirasse inicialmente na doutrina cartesiana, o pensamento de More foi com o tempo se diferenciando do de Descartes. Uma das principais divergências do inglês em relação a seu antecessor dizia respeito ao fato de Descartes defender que os animais não possuíam uma alma (Henry, 2007). As implicações éticas dessa divergência de opiniões não escaparam a More, visto que em 1648 teria dito asperamente a Descartes que considerava ‘assassina’ a doutrina deste por justificar a matança indiscriminada de animais (Thomas, 2001: 42). Outros exemplos de pensadores e investigadores britânicos que manifestaram preocupações em relação aos experimentos com animais vivos no século XVII foram Robert Boyle (1627-1691) e Robert Hooke (1635-1703). Ambos se serviram do recurso da vivisseção, mas acabaram por declarar que, ao observar o intenso sofrimento que eram obrigados a infligir aos animais, teriam finalmente optado por abrir mão do emprego dessa técnica (Maehle & Tröhler, 1987: 23; Ryder, 1989: 57). O irlandês Edmund O'Meara (1614-1681), por sua vez, declarou que a agonia imposta aos animais provavelmente tinha o efeito de distorcer os resultados obtidos através desses experimentos (Maehle & Tröhler, 1987: 22). Ainda assim, a doutrina cartesiana do animal-máquina teve não poucos adeptos na Inglaterra do século XVII, e a maioria dos britânicos que realizavam experimentos não mencionava qualquer preocupação com a dor ou tortura dos animais (Maehle & Tröhler, 1987: 24), o que era consistente com a concepção de Descartes de que os gritos dessas criaturas seriam meras manifestações mecânicas, não implicando sofrimento real.

No século XVIII alguns filósofos dos países europeus mais desenvolvidos, como a França, Alemanha e Inglaterra continuavam a praticar a vivissecção. Contudo, algumas mudanças estavam em andamento, e começava a despontar uma era mais humanitária. Especialmente na Inglaterra, a visão de mundo vigente ia aos poucos migrando do mecanicismo de Descartes e de uma explicação racional da natureza oferecida pelos iluministas para uma interpretação mais sentimental do lugar do homem no mundo natural (Williamson, 2005: 101). No contexto britânico algumas vozes já se erguiam contra os experimentos com animais vivos. Entre os homens de letras, se Joseph Adison manifestou posições ambivalentes sobre o tema, o renomado poeta Alexander Pope (1688-1744) era um crítico acirrado da vivissecção. A oposição de Pope tinha relação com sua convicção de que os animais possuíam, assim como os homens, uma alma imortal, em grande parte baseada na sua observação da inteligência e sensibilidade de seus cães, animais pelos quais nutria forte apreço (Maehle & Tröhler, 1987: 31). Na época de Pope a vasta maioria dos poetas, ensaístas e jornalistas ingleses rejeitava a tese cartesiana do animal autômato, e acreditava que os brutos possuíam em algum grau tanto a razão quanto os sentimentos (Maehle & Tröhler, 1987: 31).

A preocupação dos pensadores britânicos com o bem-estar dos animais no século XVIII não se restringia apenas à questão da vivissecção. Na verdade, os experimentos fisiológicos eram pouco frequentes naquela época, e muitas outras eram as formas pelas quais os animais eram explorados de forma abusiva ou simplesmente tratados com crueldade gratuita. Havia as rinhãs de galos e cães, o açulamento de ursos, os maus tratos a cães e gatos de rua e animais de fazenda, e muitas outras práticas moralmente questionáveis (Kean, 1998; Thomas, 2001). Como não poderia deixar de ser, em um período no qual a percepção do lugar do homem no mundo natural era regida pela teologia natural, que entendia a investigação da natureza como a decifração de um livro sagrado de autoria do Criador (Shapin, 1999), a maioria das teses e discursos então publicados sobre as obrigações morais dos homens para com os animais se baseava em argumentos teológicos. O clérigo John Hildrop, radicado em Yorkshire, também defendia a ideia de que os animais tinham uma vida pós-terrena, e em sua interpretação os animais eram vítimas da Queda do homem em decorrência do pecado original, motivo pelo qual os humanos eram diretamente responsáveis pelos destinos da criação bruta (Garret, 2000). Dentre vários outros autores britânicos que no século XVIII discutiram o tratamento humanitário dos animais e os deveres de tutela do homem para com estes, podem ser destacados nomes como os de George Nicholson,

Soame Jenyns, Richard Dean, William Smele, Samuel Johnson, Lorde Monboddó, Humphrey Primatt e David Hartley (Garret, 2000; Thomas, 2001; Ryder, 1989; Williamson, 2005). Esse último escreveu, em 1748, que os humanos eram como deuses para os animais, estando por isso obrigados a se comportarem em relação aos brutos na condição de seus guardiões e benfeitores (Williamson, 2005: 102). Ao propor o controle do comportamento humano em relação aos animais, esses primeiros advogados do bem-estar animal não estavam apenas protegendo os brutos, mas também forçando a consciência moral às ordens consideradas inferiores. Eles tentavam salvar os corpos animais do sofrimento e as almas humanas da danação (Williamson, 2005: 102)

Dentre esses autores setecentistas, cabe destacar a figura de Humphrey Primatt. Assim como seus contemporâneos, esse autor defendia que a Criação estava distribuída ao longo de uma Grande Cadeia do Ser, com gradações não apenas de características físicas, mas também dos atributos da Mente (*sic*), sempre com o homem no topo dessa escala. Entretanto, Primatt ressaltava que “ainda assim, de uma coisa todos nós comungamos, e do mais estúpido e deformado dos homens, e, abaixo dele, o mais vil dos brutos, todos nós somos suscetíveis e sensíveis ao infortúnio da dor”. Dessa forma, Primatt afirmava que “dor é dor, não importa se infligida a um homem ou a uma besta; e a criatura que a sofre, seja ela homem ou besta, é sensível à desdita da mesma, e enquanto esta durar, sofre um Mal (*Evil*)”. O autor concluía que “o Sofrimento do mal não merecido; não provocado, quando nenhuma ofensa foi feita nem qualquer fim bom foi assim atendido, mas pela mera exibição de poder ou para gratificar a malícia” configura uma atitude de “Crueldade e Injustiça” (Primatt, 1776: 7). Veremos ao longo da presente tese que essa questão da dor, aqui colocada por Primatt, adquiriria um papel central nas discussões éticas relacionadas à legitimidade da vivissecção a partir do terceiro quarto do século XIX.

1.1.2. Dois olhares, duas direções: para além de uma ética antropocêntrica

Segundo Andreas-Holger Maehle e Ulrich Tröhler (1987: 36) no fim do século XVIII a Europa era palco de duas visões contrastantes a respeito da relação entre homens e animais. De um lado, o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) reafirmava a posição antropocêntrica característica do cristianismo tradicional, segundo a qual, em termos legais só poderiam existir relações verdadeiras entre seres *racionais* – portanto, humanos, motivo pelo qual os animais eram, nesse sentido, meros objetos. Ao homem cabia, sim, o dever de abster-se de cometer atos cruéis contra os animais, mas

esse era um compromisso dos humanos para com a própria humanidade, visto que a crueldade contra os animais insensibilizava os homens ao sofrimento alheio, configurando um primeiro degrau na decadência que levaria à maldade contra outros homens. Dessa forma, Kant era a favor da matança de animais para alimentação, desde que feita de forma indolor, mas afirmava que a realização de experimentos dolorosos em animais somente deveria ser permitida caso os fins almejados não pudessem ser obtidos de qualquer outra forma (Maehle & Tröhler, 1987: 36).

Uma posição bem diversa da kantiana foi sustentada por Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo e jurista inglês que foi um dos fundadores da doutrina utilitarista. Em *Introduction to Principles of Morals and Legislation*, publicado pela primeira vez em 1789 e reeditado em 1823 (Bentham, 1907 [1823]), o autor defende que a natureza impõe à humanidade a submissão inexorável a dois soberanos: a dor e o prazer. O mesmo valeria para os animais, motivo pelo qual também seria do interesse destes a perspectiva de serem poupados da dor sempre que possível (Maehle & Tröhler, 1987: 37). Em sua hierarquização de valores, Bentham dispunha os interesses humanos em uma posição de superioridade em relação aos dos animais, o que justificava, em seu entendimento, a alimentação carnívora. Entretanto, na condição de alguém que, assim como Pope, amava os animais, o grande filósofo utilitarista considerava injustificável a tortura de animais, um direito que os seres humanos não deveriam ter (Maehle & Tröhler, 1987: 38). Comparando a situação dos animais na Inglaterra à dos escravos negros em outros países, Bentham elaborou um discurso abolicionista vigoroso:

The day may come, when the rest of the animal creation may acquire those rights which never could have been withholden from them but by the hand of tyranny. The French have already discovered that the blackness of the skin is no reason why a human being should be abandoned without redress to the caprice of a tormentor. It may come one day to be recognized, that the number of the legs, the villosity of the skin, or the termination of the *os sacrum*, are reasons equally insufficient for abandoning a sensitive being to the same fate. What else is it that should trace the insuperable line? Is it the faculty of reason, or, perhaps, the faculty of discourse? But a full-grown horse or dog is beyond comparison a more rational, as well as a more conversable animal, than an infant of a day, or a week, or even a month, old. But suppose the case were otherwise, what would it avail? The question is not, Can they *reason*? nor, Can they *talk*? but, Can they *suffer*? (Bentham, 1907 [1823]: 122; grifos do autor)

A pujança dessas palavras possibilitou que atravessassem quase dois séculos, e nos dias atuais essa passagem do pensamento benthamiano é seguramente o texto histórico mais frequentemente citado pelos ativistas e filósofos engajados na questão da ética animal. Nesse trecho se encontram argumentos sustentados até hoje, e ao longo de

minha tese veremos que boa parte dessas ideias continuou permeando os discursos dos antivivissecionistas vitorianos. A respeito dessa posição de Bentham, Maehle e Tröhler (1987: 38) observam que, embora esse autor não houvesse-se manifestado explicitamente a respeito da vivissecção, suas asserções a respeito do *status* dos animais adquiriam um grande importância para a causa antivivissecionista, visto que Bentham teria sido o primeiro filósofo a formular uma crítica sólida contra a doutrina cristã-kantiana sobre a relação humanos-animais. Enquanto a visão kantiana era marcada por um ponto de vista antropocêntrico – a crueldade contra os animais só era errada porque causava a degeneração moral dos homens que a praticavam –, no pensamento de Bentham os animais eram dotados de valor intrínseco; suas vidas importavam por elas próprias, e não por suas implicações nas vidas humanas. Assim, a posição antropocêntrica de Kant era desafiada por uma visão que situava os próprios animais no centro das preocupações dos humanos. Além disso, outro descentramento era produzido; na concepção benthamiana o critério kantiano-cristão da posse ou não da faculdade da razão ou de uma alma imortal era substituído por um critério mais abrangente: a capacidade de sofrer (Maehle & Tröhler, 1987: 38)¹.

1.2. A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX NA GRÃ-BRETANHA: A PROTEÇÃO ANIMAL E OS PIONEIROS DA FISIOLÓGIA EXPERIMENTAL

1.2.1. Heranças culturais

É de conhecimento comum que os britânicos são um povo especialmente afeito aos animais, particularmente os de estimação. Essa característica nacional se refletiu, segundo French (1975: 232) no fato de a Inglaterra ter precedido os demais países no que diz respeito a legislar sobre proteção animal. Dessa forma, os ingleses assumiram um papel pioneiro e de liderança em termos de promover medidas que acabariam, em grande parte, sendo seguidas pelos países europeus continentais (French, 1975: 373). Richard Ryder observa que a era vitoriana foi um período de consolidação dessas atitudes e movimentos pelo bem-estar animal no Reino Unido. Segundo esse autor,

¹ Antes de Bentham, Humphey Primatt (1776) já apresentara a dor como critério de consideração ética. Devemos também ter em mente que o pensamento kantiano e o de Bentham envolvem muitos mais aspectos que os acima discutidos. As posições dos antivivissecionistas vitorianos com frequência mesclavam argumentos dessas duas doutrinas. Frances Cobbe, em particular, sustentava que a crueldade com animais insensibilizava os homens, mas também defendia que as vidas dos animais tinham valor em si mesmas. Seu alinhamento filosófico declarado, entretanto, era kantiano, por se basear numa concepção intuitiva da moralidade; com frequência Cobbe criticava o utilitarismo ao qual Bentham se filiava.

algumas dessas campanhas foram frutos de discussões que tiveram início no século XVIII (Ryder, 1989: 99).

Nas primeiras décadas do século XIX o pensamento britânico relacionado ao bem-estar animal era, segundo Hilda Kean (1998: 70), inspirado nas ideias de Jeremy Bentham, privilegiando a dor, e não a linguagem, como critério norteador das atitudes humanas para com os animais. Dessa forma, quando, na década de 1820 foram criados a *Animal Friends' Society*, o *Rational Humanity Group* e a *Society for The Prevention of Cruelty to Animals* (SPCA, mais tarde RSPCA, ao se tornar uma *Royal Society*), essas três instituições tinham como parte integrante de suas plataformas o propósito de promover o tratamento humanitário para com os animais. Essa atitude bondosa para com os animais era vista pelos idealizadores dessas sociedades como um aspecto fundamental da educação das classes esclarecidas (Kean, 1998: 89), e nas décadas de 1840 e 1850 as atenções das classes médias britânicas começavam a se voltar para os animais que viviam em suas casas (Kean, 1998: 70). Na Inglaterra urbana, os primeiros passos mais sólidos para a institucionalização da proteção animal já haviam sido dados, com a promulgação da primeira lei dedicada a esse tema, o *Martin's Act*, e com a fundação da (R)SPCA.

1.2.2. Primeira lei de proteção animal: O *Martin's Act*

Entre os anos de 1800 e 1835, onze projetos de lei relacionados à crueldade com os animais foram debatidos no parlamento inglês. Todos eles foram derrotados, exceto um, introduzido por um humanitarista entusiástico chamado Richard Martin (1754-1834). Aprovado na Câmara dos Comuns e promulgado em 22 de julho de 1822 com o título de *An Act to Prevent the Cruel and Improper Treatment of Cattle*, o *Martin's Act*, com passou a ser chamado, foi a primeira lei de proteção aos animais instituída no Reino Unido (Guerrini, 2003: 77; Ryder, 1989: 86; Williamson, 2005: 102). Inicialmente esse ato era restrito às crueldades cometidas contra cavalos e gado, mas ementas posteriores de 1835 e 1849 incluíam a supressão das rinhas de galos e açulamento de ursos, assim como a proteção dos animais de estimação (Guerrini, 2003: 77; Williamson, 2005: 102).

Em menos de um mês o *Martin's Act* já começava a ser aplicado na prática. Na verdade, o primeiro processo sob essa lei foi movido pelo próprio autor do Ato, o Sr. Richard Martin, que acusou um vendedor ambulante de praticar crueldades contra seu asno, e conta-se que Martin insistiu que o animal fosse levado às dependências do

tribunal para que os ferimentos nele infligidos pudessem ser vistos ao vivo por aqueles encarregados do julgamento. Esse episódio inaugural de aplicação do *Martin's Act* gerou muita publicidade, o que provavelmente era a intenção do Sr. Martin, e a ocasião foi até mesmo celebrada com uma canção popular intitulada *If I had a donkey* (Ryder, 1989: 86). A esses processos seguiram-se outros, e, sob a vigilância do próprio Martin e de seu grande colaborador e companheiro, o nobre escocês Lorde Thomas Erskine, entre outros, o *Martin's Act* revelou ser uma lei eficaz na proteção dos animais na Inglaterra vitoriana (Ryder, 1989: 87).

1.2.3. Frances Power Cobbe – infância e mocidade

No mesmo ano de 1822, no qual foi aprovado no Reino Unido o *Martin's Act*, nascia em Dublin, no dia quatro de dezembro, Frances Power Cobbe; a coincidência cronológica não passou despercebida pela autora, que comenta o fato em sua autobiografia (Cobbe, 1894a: 161). Cobbe era a filha mais moça - e única mulher - de uma progênie de cinco, no seio de uma família irlandesa de orientação protestante cuja linhagem contava com bispos e arcebispos (Cobbe, 1894a: 5).

Em 1840, aos dezoito anos de idade, Cobbe atravessou uma crise de questionamento dos fundamentos do credo cristão ortodoxo (Cobbe, 1894a: 79), e de acordo com sua narrativa essa crise só encontrou uma solução confortadora por volta de 1845, quando a jovem entrou em contato com *A Discourse of Matters Pertaining to Religion*, do teólogo americano Theodore Parker. Cobbe conheceu, então, um autor que traria luz e frescor aos seus questionamentos da ortodoxia do cristianismo popular, ajudando-a a alargar seus horizontes teológicos (Cobbe, 1894a: 87).

Aos 24 anos de idade Cobbe perdera a mãe – uma figura distante, quase espectral, porém romanticamente idealizada em sua autobiografia como até então “o único ser no mundo que eu havia amado de verdade ao longo de todos aqueles anos apaixonados de minha juventude e início de minha vida adulta; o único que realmente havia-me amado” (Cobbe, 1894a: 88). O pai, por sua vez, descrito por Cobbe como um homem generoso e justo, mas também rígido de princípios, reagiu a essa nova visão heterodoxa da religião adotada pela filha expulsando-a da residência da família, depois de lhe ter dito que seu proclamado *teísmo* “não era uma religião, mas apenas uma palavra no dicionário” (*ibid.*). Vivendo uma espécie de exílio em uma propriedade rural familiar administrada por um de seus irmãos – que também não tinha qualquer tolerância para com sua estranha posição filosófica - Cobbe prosseguiu com seus

estudos autodidatas, dando início a uma longa correspondência com Theodore Parker, a quem viria mais tarde a conhecer pessoalmente. Embora o pai tenha acabado por decidir chamar sua única filha de volta ao convívio na residência familiar, foi somente após sua morte que Frances Cobbe dispôs de condições subjetivas e econômicas para expandir seus horizontes pessoais e profissionais. A partir de então Cobbe se envolveria em vários tipos de causas sociais, dentre as quais a defesa dos animais contra a crueldade humana. Sua primeira aproximação institucional em relação a essa questão se daria através daquela que era, então, a principal organização de proteção animal na Inglaterra e no mundo inteiro: a *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals* (RSPCA).



Figura 1 - Frances Power Cobbe aos 72 anos de idade, em 1894. Foi nesse ano que Cobbe publicou sua autobiografia. (Fonte: Williamson, 2005: 214).

1.2.4. A (R)SPCA

Dois anos após a aprovação do *Martin's Act* foi criada – em 1824 - a primeira sociedade de proteção aos animais na Inglaterra, a SPCA (*Society for the Prevention of Cruelty to Animals*), que a partir de 1835 passou a receber o apoio da Princesa Vitória e, depois do coroamento desta como rainha, a sociedade acrescentou em 1840 um R à sigla (agora RSPCA – *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals*) (Guerrini, 2003: 77). Em seus primeiros anos a (R)SPCA, sob a batuta do reverendo Arthur Broome, incluía em seus quadros nomes de peso como o do próprio Richard Martin e o do político e filantropo William Wilberforce, renomado líder abolicionista e pai do futuro bispo Samuel Wilberforce, o qual haveria de se digladiar muitos anos mais tarde, em 1860, contra o darwinista Thomas Huxley no episódio que ficou conhecido como o debate de Oxford, no qual a visão criacionista defendida pelo bispo foi confrontada com a concepção evolucionista de Huxley, com direito a pilhérias e ofensas de ambas as partes (Blinderman e Joyce, 2008).

Cooptando, assim, a participação e apoio não apenas de muitos setores da aristocracia britânica, mas também a própria Rainha Vitória, a RSPCA fez com que a questão do bem-estar animal adquirisse uma importância cada vez maior na Inglaterra do século XIX (Ryder, 1989: 99). Essa associação não apenas fiscalizava o comportamento das pessoas em relação aos animais - como no caso dos vendedores ambulantes que se serviam de cães ou cavalos, ou das rinhas - como também produzia publicações didáticas, orientando a população sobre como se portar a respeito desse assunto. Em 1857, por exemplo, a RSPCA publicaria o primeiro tratado específico sobre o tratamento dos animais domésticos (Kean, 1998: 97), e em 1860 – portanto, logo após a publicação do *Origin* por Darwin – essa instituição lançava um livro infantil versando sobre os maus-tratos aos animais (Ryder, 1989: 102).

Existente até os dias de hoje, a RSPCA passou por várias gestões. Dentre elas se destaca a de John Colam, secretário da entidade a partir de 1860 (Ryder, 1989: 102). Muitas vezes assumindo ele próprio a dianteira das campanhas que sua sociedade abraçava, Colam era um crítico contumaz de quaisquer experimentos que infligissem dor aos animais. Durante a gestão de Colam a RSPCA foi muito influente junto ao governo e nos agenciamentos para formulação de leis em prol do bem-estar animal (Ryder, 1989: 103). A década de 1870 foi, no entanto, um período especialmente turbulento, em grande parte devido ao controverso tema da vivissecção. As diferenças de opiniões a respeito da legitimidade dessa prática parecem ter funcionado como um divisor de águas dentro das próprias fronteiras do movimento em defesa dos animais, e a posição política conciliadora adotada pela RSPCA começou a ser cada vez mais duramente criticada pelos setores mais radicais. Ryder (1989: 104) aponta como uma deficiência estratégica de Colam justamente o fato de este não ter-se aliado aos novos reformadores sociais que surgiam, o que teve como consequência manter a RSPCA com um quadro e um perfil demasiado aristocráticos, o que teria causado a evasão da vanguarda do movimento em defesa dos animais para outras sociedades. Ainda assim, em vez de tratar como inimigos esses antivivissecionistas que criticavam sua sociedade por ser demasiado moderada, Colam os estimulava a fundar suas próprias associações (Ryder, 1989: 103). A senhora Frances Power Cobbe foi uma dessas egressas da RSPCA, e em 1875 acabou fundando a *Victoria Street Society for the Protection of Animals Liable to Vivisection* – ou *Victoria Street Society* – com apoio do senhor Colam, motivo pelo qual em sua autobiografia ela presta calorosos elogios ao mesmo (Ryder, 1989: 104).

Em 1878 o aristocrata Lorde Aberdare foi nomeado presidente da RSPCA, e sua posição francamente favorável à vivissecção provocaria, segundo Ryder (1989: 104) uma cisão definitiva entre os setores tradicionalistas e aqueles mais radicais dentro da instituição. Foi assim que, ao fim do século XIX, a RSPCA já havia perdido sua base de utilitaristas e evangélicos, e os nomes de maior destaque que despontavam no cenário da proteção animal do Reino Unido já haviam por essa época abandonado as fileiras dessa associação ou assumido outras formas de militância. Entre esses protetores dos animais que se afastavam da grande associação estava Frances Cobbe, e sua motivação para essa decisão, assim como a de muitos outros, dizia respeito à validade moral dos métodos da fisiologia experimental (Ryder, 1989: 104).

1.2.5. A fisiologia experimental na primeira metade do século XIX

No início do ano de 1825 Richard Martin fez um pronunciamento na Câmara dos Comuns em defesa de um projeto de lei para a abolição do açulamento de ursos e de outros esportes envolvendo animais. Ao fim de seu discurso, Martin alertou seus pares para o fato de que havia “um francês de nome Magendie” que era “uma desgraça para a sociedade”, pois durante o ano anterior esse homem tinha exibido em auditórios de anatomia “uma série de experimentos tão atrozes”, que chegavam a parecer inacreditáveis. Um desses experimentos realizados pelo tal francês consistira em imobilizar com pregos “o galgo de uma dama”, prendendo-o a uma mesa e então dado prosseguimento às mais apavorantes operações, as quais Martin descreveu em detalhes ante uma plateia horrorizada e indignada. A reputação de François Magendie se espalhava em solo britânico como a de uma espécie de açougueiro francês, cruel e impiedoso. (Guerrini, 2003: 70). Para tal também contribuíram as denúncias feitas por John Elliotson. Ex-aluno de Magendie, Elliotson relatou a forma desastrada e brutal de trabalho desse cientista “que cortava os animais a esmo, muitas vezes sem qualquer objetivo definido, mas apenas para ver o que aconteceria” (Ryder, 1989: 105).

Professor de fisiologia e medicina em Paris nas décadas de 1820 e 1830, François Magendie (1783-1855) foi o mentor do grande fisiologista Claude Bernard, o qual considerava este primeiro o verdadeiro fundador da fisiologia experimental (Ryder, 1989: 105). Em uma época anterior ao advento dos anestésicos, Magendie realizava inúmeros experimentos em animais vivos sem a menor preocupação com o sofrimento a eles infligido, e esses experimentos eram repetidos várias vezes em demonstrações públicas durante palestras que o fisiologista proferia (Kean, 1998: 96). Por tais motivos,

do outro lado do Canal da Mancha – e meio século antes de haver quaisquer esforços de legislação para restringir ou abolir tais práticas na Grã-Bretanha – os experimentos de Magendie eram duramente criticados pela opinião pública britânica (Kean, 1998: 96). Essas críticas ao comportamento do fisiologista francês partiam não apenas de homens do parlamento ou leigos; Magendie era moralmente condenado também por seus pares na fisiologia britânica. Foi o caso, por exemplo, de William Sharpey, um dos pioneiros da fisiologia experimental no Reino Unido. Primeiro professor em tempo integral de fisiologia na Grã-Bretanha a partir de 1836 no *University College* de Londres, onde lecionou por quase 40 anos, Sharpey contou ter ficado horrorizado com o trabalho de Magendie, que era capaz de realizar repetidas incisões na pele de um animal só para observar a dor que lhe causava (Kean, 1998: 96).

Já na primeira metade do século XIX essa diferença de sensibilidades à dor de um animal parecia fazer parte das distinções culturais entre os homens de ciência britânicos em comparação com os do continente. A historiadora Anita Guerrini (2003: 74) chama a atenção do leitor para o contraste que havia, por exemplo, entre os procedimentos adotados por François Magendie e aqueles empregados por seu contemporâneo inglês, Charles Bell (1774-1842), na década de 1820. Enquanto Bell dava ênfase à anatomia de cadáveres e de animais mortos, empregando, portanto, principalmente a dissecação, e recorrendo à vivissecação somente em algumas poucas ocasiões, Magendie defendia que a anatomia sozinha era insuficiente para a obtenção do conhecimento da fisiologia animal e humana, e por isso lançava mão da vivissecação sem pensar duas vezes. Além de Charles Bell e William Sharpey, outro renomado pioneiro da fisiologia experimental britânica foi Marshall Hall, cuja preocupação com as implicações morais da prática da vivissecação o levou a publicar em 1847 no jornal médico *Lancet* um texto a respeito desse tema (Kean, 1998: 97).

Essa aparente preocupação moral dos vivisseccionistas britânicos do início do século a respeito dos limites éticos da vivissecação não impediria, entretanto, que cerca de cinquenta anos mais tarde os fisiologistas experimentais fossem alvo de acusações de crueldade movidas por atores sociais empenhados em uma abrangente campanha pela restrição severa ou mesmo pela completa abolição dessa prática. As críticas dos antivivisseccionistas à experimentação animal estavam inseridas em um contexto sociocultural complexo, e diziam respeito a *fronteiras*: as fronteiras da esfera de consideração moral dos humanos e as fronteiras éticas do saber e do fazer científico. Antes de discutirmos o florescimento da fisiologia experimental na segunda metade do

século XIX e a reação de vários setores da sociedade civil a essa expansão, considero conveniente, por uma questão cronológica e para melhor apreensão das raízes e do solo onde se desenvolveu essa trama, nos determos por algum tempo na observação do processo de expansão das ciências naturais e biomédicas na Inglaterra vitoriana.

1.3. CIÊNCIAS NATURAIS E CRUZADAS MORAIS: DARWINISMO, FISILOGIA EXPERIMENTAL E MOVIMENTO ANTIVIVISSECCIONISTA

1.3.1. A ciência em plena efervescência, e o despontar do darwinismo

Na Inglaterra a era vitoriana foi marcada, desde seu princípio, por um grande interesse das classes médias pelo contato com a natureza. Expedições de fim de semana pelo *countryside* britânico se tornavam um hábito para os habitantes das grandes cidades, e incluíam longas caminhadas por amplas extensões de terra. Essas expedições cumpriam vários propósitos relacionados aos valores em voga: o cultivo dos sentimentos em resposta a um processo de industrialização que era visto como causa de insensibilização das pessoas; o fortalecimento da autodisciplina e da atitude industriosa, o crescente hábito de colecionar e sistematizar (Allen, 1978: 75).

Em 1832 o Parlamento, envolvido em um processo de reforma social, aprovava a redução dos elevados impostos sobre o papel e os selos postais, o que permitiria a expansão das publicações da imprensa e dos periódicos. Essa medida acarretaria em uma profusão de publicações no campo da história natural (Allen, 1978: 96). Livros sobre aves nativas ou plantas exóticas de estufa, tratados de entomologia e volumes de geologia inundavam as prateleiras das casas (Allen, 1978: 100). Esses lares da classe média urbana eram também tomados por objetos e instrumentos para a observação das múltiplas formas de vida: terrários abrigavam pequenos animais; peixes e algas povoavam aquários; adultos e crianças ajustavam, curiosos, as objetivas de seus microscópios recém-adquiridos em busca de pequenos seres que não poderiam conhecer com os olhos nus (Kean, 1998: 72). Munidos de papel e pena, binóculos, redes e frascos, os contingentes desse verdadeiro exército de naturalistas amadores invadiam colinas, prados, bosques e praias em busca de orquídeas, besouros, aves, conchas, carapaças e pedras para enriquecerem seus conhecimentos, suas coleções de espécimes, seus acervos de desenhos e registros, suas vidas pessoais e coletivas. Além das excursões solitárias e interesses individuais nasciam inúmeras associações, como o *Zoological Club of the Linnean Society*, a *Entomological Society of London* e a

Botanical Society of Edinburgh, entre centenas de outras sociedades similares fundadas nesse período na Grã-Bretanha. As fileiras dos aficionados que formavam esses grupos incluíam leigos, naturalistas experientes e estudantes universitários ávidos, dentre os quais o jovem Charles Darwin (Allen, 1978: 103).

Essa paixão fervorosa do homem britânico pela natureza, e pelas ciências que a desvendavam, perduraria por todo o período vitoriano. Entretanto, a partir da segunda metade do século novas tendências na forma de encarar o mundo natural e a inserção do homem no mesmo operariam algumas mudanças profundas nesse quadro. Na primeira metade do século XIX predominara entre os naturalistas e homens de ciência em geral uma percepção da natureza como expressão dos desígnios de um Criador onipotente nos moldes cristãos. De acordo com essa visão de mundo, conhecida como teologia natural, o chamado livro da Natureza tinha o valor de uma escritura assinada pelas mãos divinas. Desse modo, a investigação das leis naturais cumpria a função de desvendar os segredos de Deus, e o naturalista que se debruçava sobre um inseto desconhecido, uma planta exótica ou uma rocha vulcânica estava, assim como o religioso debruçado sobre a Bíblia, interpretando uma obra sagrada (Allen, 1978; Shapin, 1999). Obras clássicas da teologia natural eram, por exemplo, o *Natural Theology*, publicado por William Paley em 1802, o *Introduction to Entomology*, publicado em 1815 pelo reverendo William Kirby e seu colaborador William Spence e os *Bridgewater Treatises*, oito volumes de autoria de vários naturalistas publicados entre 1833 e 1840 e editados pelo conde de Bridgewater para expor aos olhos do leitor o poder, a sabedoria e a vontade de Deus, conforme manifestos na criação (Allen, 1978; Richards, 1989).

A partir da segunda metade do século XIX, entretanto, essa percepção teológica e teleológica do mundo natural, suas criaturas e suas leis foi sendo progressivamente desafiada por outras interpretações, de teor mais materialista e secular. Muitas das ideias novas que já há algum tempo fermentavam começavam a borbulhar mais intensamente, e nas mais diversas frentes do saber ocidental novas teses eram proclamadas e defendidas. No campo político-econômico prosperava o modelo do *laissez-faire* capitalista, amparado pela teoria malthusiana da regulação populacional (Bowler, 1989; Knight, 1981; Shapin, 1999). No universo da história natural, tinha início uma era de gradual e crescente especialização e profissionalização. Surgia a demanda por um novo tipo de cientista natural, capacitado e empenhado num tipo de investigação mais especulativa, muito diferente da atitude típica do naturalista amador, de basicamente coletar e classificar exemplares de diferentes espécies. (Allen, 1978: 190). Isso porque

enquanto a primeira metade do século XIX fora devotada a revelar a variedade na natureza, na segunda metade nascia um esforço coletivo de explicar como e porque ocorria essa variedade (Allen, 1978: 179). Knight (1981: 28) chama atenção para o fato de que nesse contexto, que era de instabilidade das instituições sociais, “as lutas eram a regra”, e que portanto a ideia de ‘luta pela existência’ soava como um padrão óbvio para a natureza². Mesmo na teologia propriamente dita, já anteriormente minada pelo materialismo iluminista (Bowler, 1989), havia uma ambiência de flexibilidade e variedade de teses em debate que fragilizava o *status* da Igreja Anglicana (Browne, 2003). O modelo de um universo físico em evolução já era discutido na geologia e na cosmologia. Nessas ciências, as chamadas teorias de desenvolvimento (*development theories*) agora se opunham às ortodoxas teorias do estado estacionário (*steady-state theories*), mais compatíveis com a perspectiva do criacionismo fixista (Bowler, 1989: 10). No campo da nascente biologia a publicação do *Origin of Species* (doravante chamado de *Origin*) por Charles Darwin em 1859 (Darwin, 1859) representava um ponto de culminação desse processo que teria impactos revolucionários.

1.3.2. As décadas de 1850 e 1860

1.3.2.1. Origens Revisitadas - o darwinismo: nascimento e expansão

A segunda metade do século XIX viu nascerem grandes inovações nas teorias biológicas. Na França, o cientista Louis Pasteur apresentava ao mundo sua teoria dos germes, e na Alemanha o médico Rudolf Virchow enunciava a noção de que todas as células advinham de outra célula pre-existente, fechando com essa ideia os princípios básicos norteadores da teoria celular. O também alemão Franz Joseph Gall havia realizado, ainda no fim do século XVIII, os primeiros estudos de frenologia, disciplina científica que inaugurava uma tendência à investigação do funcionamento da mente a partir de correlações entre funções mentais e áreas cerebrais específicas. Como um desdobramento dessa vertente, na década de 1850 o escocês Alexander Bain publicava o que possivelmente terá sido o primeiro tratado abrangente de psicologia propriamente dita, um estudo sistemático em dois volumes, intitulados, respectivamente, *The Senses and the Intellect* (1855) e *The Emotions and the Will* (1859) (Young, 1970: 101). Estudos como esses vinham colocando o cérebro no centro das pesquisas sobre a mente,

² Segundo Wilkins (2003) a noção de luta pela existência já era comum no século XIX, e foi a partir da leitura de Charles Lyell que Darwin tomou contato a primeira vez com essa expressão.

em um processo de secularização crescente das teorias sobre estados e propriedades mentais.

No mesmo ano em que Alexander Bain publicava sua obra sobre as emoções e a vontade, nascia aos olhos públicos, também na Inglaterra, uma doutrina revolucionária que conquistaria a nação e o mundo ocidental: o evolucionismo de Charles Darwin. Publicado pela primeira vez em 24 de novembro de 1859, o livro *On the Origin of Species* (Darwin, 1859), obra máxima de Darwin, seria responsável pelo destronamento do homem perante o mundo natural, ao postular uma origem biológica e psicológica comum a humanos e animais. Contradizendo as premissas básicas da teologia natural e do credo anglicano, o discurso de Darwin sugeria um mundo governado por leis naturais e resultante de processos biológicos cuja explicação dispensava a ideia de uma inteligência sobrenatural responsável pela vida e pelas mentes de seus habitantes, quer estes fossem animais ou humanos. Essa tese da origem comum é de importância central na estrutura argumentativa de minha tese, e por esse motivo será analisada ao longo de todo o texto, e apresentada e discutida em maior grau de detalhe no próximo capítulo.

Por desafiar a noção cristã da singularidade espiritual humana, a teoria darwiniana da origem comum (*common descent*) entre os animais e o homem era profundamente ameaçadora no seio da sociedade britânica vitoriana, motivo pelo qual alguns estudiosos do darwinismo atribuem a essa tese epítetos que enfatizam seu impacto social. O biólogo e historiador da ciência Ernst Mayr afirma que a teoria da origem comum teria configurado “a primeira revolução darwiniana” (Mayr, 1998: 99)³, e o filósofo do darwinismo Daniel Dennet (1998: 536) se refere a essa tese como “a perigosa ideia de Darwin”. Darwin estava ciente das delicadas e polêmicas implicações de sua teoria evolucionista, e sua grande cautela em relação ao tema fez com que no *Origin* ele mal tocasse na questão da origem do homem. Nas poucas passagens em que abordou esse tema no *Origin*, Darwin em nenhum momento foi categórico ou explícito em suas asserções. Em estilo estrategicamente evasivo, o evolucionista só fez duas breves alusões à evolução da espécie humana na primeira edição de sua obra-prima. A primeira diz respeito à formação das raças humanas, fenômeno para o qual Darwin sugere uma explicação baseada parcialmente na seleção natural e em parte na seleção sexual. Mas logo em seguida, o autor adverte que “sem entrar aqui em detalhes copiosos

³ A segunda revolução darwiniana, segundo Mayr (2008), seria aquela causada pela teoria da seleção natural, cujos impactos não foram de todo assimilados até os dias de hoje.

meu raciocínio pareceria frívolo” (Darwin, 1859: 168). Em uma das últimas páginas dessa mesma obra há outra alusão à origem do homem, quando Darwin afirma:

In the distant future I see open fields for far more important researches. Psychology will be based on a new foundation, that of the necessary acquirement of each mental power and capacity by gradation. *Light will be thrown on the origin of man and his history* (Darwin, 1859: 488; itálicos meus).

Essa reticência de Darwin quanto a expor de forma clara o homem como apenas mais um animal nas dimensões corporal e mental não refletia, contudo, questionamentos existenciais ou dúvidas de âmbito científico. Evidência disso é que quatro anos após a publicação da primeira edição do *Origin*, Darwin esperava ansioso pelo lançamento de um livro de autoria de um amigo e aliado seu, que deveria tratar a origem do homem a partir de uma explicação naturalista condizente com o evolucionismo darwinista. Em fevereiro de 1863 Charles Lyell publicou *The Geological Evidence of the Antiquity of Man with Remarks on Theories of the Origin of Species by Variation* (mais conhecido como *The Antiquity of Man*). Nessa obra Lyell (1863) apresentava evidências geológicas em favor de uma história do homem muito mais remota que aquela até então divulgada nos livros. Num período no qual ainda eram escassos os achados fósseis de espécies hominídeas ancestrais, Lyell já forjava a expressão “elos perdidos”, que permaneceria até os dias de hoje (Browne, 2003: 218). Mas a alegria com que Darwin recebera a notícia dessa publicação estava destinada a transformar-se em decepção, ao constatar o quão reticente Lyell fora quanto à continuidade biológica entre os animais e o homem. Mais que isso, ao fim do livro Lyell ressaltou que havia um abismo entre o homem e os animais, e que a forma como tal abismo fora atravessado permanecia “um profundo mistério”. “Estou muito desapontado com o excesso de cautela de Lyell” - Darwin comentou com Huxley (Browne, 2003: 219). Também Joseph Hooker ouviu do evolucionista “o quanto estou desapontado por ele [Lyell] não ter mencionado as espécies e, menos ainda, o homem” (Desmond & Moore, 2000: 534).

Mas se o livro de Lyell foi fonte de decepção para Darwin, o mesmo não pode ser dito da obra publicada por outro aliado seu poucas semanas depois. “Viva, o livro do macaco chegou”, exclamou Darwin por ocasião do lançamento de *Man's Place in Nature*, de Thomas Henry Huxley (Desmond & Moore, 2000: 534). No início da década de 1860, Huxley - apelidado de “buldogue de Darwin” pela maneira beligerante como defendia as teses darwinistas, envolveu-se em uma prolongada e calorosa disputa com Richard Owen - eminente anatomista antidarwinista, conhecido então como ‘o Cuvier

inglês', inserido na escola idealista, de orientação essencialista e inspirada nos paradigmas da teologia natural (Ellegard, 1990). O debate entre ambos dizia respeito ao grau de similaridade cerebral e, portanto, de parentesco entre o homem e os grandes primatas. Owen e Huxley se enfrentaram nos fóruns científicos da Inglaterra vitoriana, e o mais notório confronto entre os dois foi o conhecido “debate do hipocampo” (Ellegard, 1990), que envolvia a discussão da presença ou não nos cérebros dos grandes primatas de uma estrutura denominada *hipocampus minor*. Owen defendia ser o hipocampo a sede da faculdade da razão, e, portanto, presente exclusivamente no cérebro humano. A ele se opunha Huxley, que acabou por vencer esse prolongado debate, demonstrando que também o gorila (então considerado o mais próximo parente vivo da espécie humana) possuía essa estrutura cerebral. Essa disputa culminou com a publicação, em fevereiro de 1863, de *Man's Place in Nature* (Huxley, 1863, doravante denominado *Man's Place*), no qual Huxley declarava de forma explícita o que Darwin não havia senão insinuado no *Origin* e Lyell não ousara afirmar: o íntimo parentesco entre os homens e os grandes primatas, que partilhariam uma herança biológica comum.

Uma vez que Huxley, provavelmente em decorrência de sua própria formação e área de atuação, concentrou ao longo de todos os capítulos seu foco na anatomia comparada, a estrutura argumentativa de seu discurso em *Man's Place* tem como ênfase a discussão das estruturas físicas. Mas havia uma implicação clara de sua posição, conforme se pode depreender do já citado debate do hipocampo: toda sua argumentação quanto à relação de continuidade biológica entre o cérebro dos grandes primatas e o do homem sugeria também uma continuidade mental, visto que naquele período o cérebro já era considerado o órgão por excelência da mente (Young, 1990). Além disso, ciente da polêmica inerente ao tema - como demonstra o título que escolheu para sua obra - o autor não se furtou a enunciar ou discutir mais diretamente tais aspectos do tema. “A questão das questões para a humanidade”, disse Huxley, “o problema subjacente a todos os demais, e mais profundamente interessante que qualquer outro é o de estabelecer o lugar que o Homem ocupa na natureza e de suas relações no universo das coisas” (Huxley, 1863: 71)⁴. Explorando esse assunto, Huxley afirma que

I have endeavoured to show that no absolute structural line of demarcation, wider than that between the animals which immediately succeed us in the scale, can be drawn between the animal world and ourselves; and I may add the expression of my

⁴ No original: “The question of questions for mankind – the problem which underlies all others, and is more deeply interesting than any other – is the ascertainment of the place which Man occupies in nature and of his relations to the universe of things.”

belief that the attempt to draw a psychical distinction is equally futile, and that even the highest faculties of feeling and of intellect begin to germinate in lower forms of life (Huxley, 1863: 129).

As ideias acima, convém lembrarmos, foram veiculadas no seio de uma sociedade e de uma nação que tinham orgulho de se perceberem como o ápice da civilização, a face mais avançada e desenvolvida do gênero humano. Um povo que se concebia como o apogeu da manifestação de uma espécie aclamada por sua mente superior, seu poder de domínio, sua singularidade mental perante o mundo natural. Uma espécie privilegiada e única, especial aos olhos do Criador. Não poderia, assim, ter sido pequeno o impacto dessa concepção darwinista, que sustentava ser a mente humana nada mais que um tipo especial de mente animal.

No mês de abril do mesmo ano de 1863 o viajante Henry Walter Bates lançou *The Naturalist on the River Amazons (sic)*, livro no qual apresentava o conceito de mimetismo entre insetos. Nas páginas do texto figuram abundantes casos de mimetismo entre grupos taxonomicamente distantes, nos quais várias espécies de insetos ‘imitavam’ a aparência física de insetos de outras espécies, o que lhes conferia formidáveis vantagens adaptativas. Para tais casos era difícil oferecer explicação melhor que a teoria da seleção natural, motivo pelo qual o livro e o autor muito agradaram a Darwin (Browne, 2003). Nos anos que seguiram, várias obras significativas apareceram. Em 1865, Edward Tylor publicou *Early History of Mankind* e o darwinista John Lubbock lançou *Prehistoric Times*. Em 1869 George D. Campbell, um antidarwinista mais conhecido como ‘Duque de Argyll’, publicaria *Primeval Man*. No ano seguinte, 1870, Lubbock lançava *Origin of Civilization*, enquanto Alfred Russel Wallace publicava seu polêmico *Contributions to the Theory of Natural Selection* e o católico Mivart o seu *Genesis of Species*. Em todas essas obras fervilhavam discussões sobre a origem do homem e sua posição na ordem natural. *Grosso modo*, poderíamos dizer que parte dessas obras era de teor darwinista; outras, nitidamente criacionistas.

Esses dois rótulos acima, entretanto, correm o risco de soar demasiado simplistas quando se trata da discussão então estabelecida sobre a origem da espécie humana. O que havia na prática era um amplo espectro de posições, tanto entre os darwinistas quanto entre seus adversários, e era justamente o problema da origem da mente humana o principal motivo de polêmica e discórdia. O fato é que as ciências de estudo do homem estavam na ordem do dia, e questões biológicas, antropológicas e etnográficas eram levantadas e tratadas dos mais diversos pontos de vista. A imprensa comum e a

mais especializada também publicavam artigos sobre o tema, e a *British Association for The Advancement of Sciences* passou a ter uma seção separada de antropologia a partir de meados da década de 1860 (Ellegard, 1990: 296). Nesse contexto, as raças humanas eram importante objeto de debates, e confrontavam-se adeptos de duas posições básicas: o poligenismo, que postulava origens biológicas diferentes para cada raça, e o monogenismo, que defendia uma ancestralidade em comum entre as raças. Essa segunda posição era sustentada pelos membros da *Ethnological Society*, enquanto a *Anthropological Society*, fundada em Londres em 1863 por James Hunt, defendia a doutrina poligenista, sublinhando uma biologia da diferença humana (Browne, 2003, p. 252). Darwin era um defensor do monogenismo (Desmond & Moore, 2009).

Também em 1863 era lançado na França o livro *Vie de Jésus*, de Ernest Renan, depois traduzido para o inglês pela escritora George Eliot. Nesse estudo, o autor apresentava um Jesus humano, destituído de sua divindade - ponto que chamou a atenção de Darwin e Emma, sua esposa, ao lerem o livro (Browne, 2003: 189). Tudo isso compunha o solo onde o programa darwinista lançaria raízes e se desdobraria. Nesse solo a origem do homem era um ponto nevrálgico de preocupação. Foram anos ricos em publicações de obras contendo diversas teses concorrentes a respeito do lugar do homem no mundo natural. Sempre em sintonia com o que acontecia ao seu redor, Darwin dedicava boa parte de seu tempo e esforços na década de 1860 a investigar a origem e natureza humanas (Browne, 2003: 203).

Essa franca expansão do programa de pesquisa darwinista a partir dos anos 1860 não foi fruto de mera disseminação espontânea das ideias de Darwin. Em 1864 alguns aliados de Darwin formaram um seletivo time autointitulado *X-club*, que contava em suas fileiras com nomes do porte de Thomas Huxley, John Tyndall, Herbert Spencer, Joseph Hooker e John Lubbock. Os membros desse clube reuniam-se para debater temas evolucionistas e articular políticas de divulgação e promoção de uma “ciência livre de dogmas” e, em particular, do darwinismo (Browne, 2003: 247). As atividades do grupo lograram considerável êxito: infiltravam aliados em comitês governamentais; promoviam edições americanas de autores ingleses; apoiavam o crescimento profissional de jovens naturalistas que fossem seus simpatizantes. Uma importante conquista desse grupo foi a fundação, em 1869, do periódico *Nature*, até hoje existente e prestigiado, cuja primeira edição teve sua introdução redigida por Thomas Huxley. Darwin foi assinante da *Nature* até o fim da vida. Browne (2003) enfatiza que embora Darwin não fosse um membro do *X-club*, os participantes desse grupo assumiram para

si a perspectiva de Darwin como se fosse deles próprios. Browne afirma mesmo que “sem os Xs, as ideias de Darwin nunca ter-se-iam entranhado na cultura britânica tão rapidamente como o fizeram”, e que por isso “Darwin fazia tudo que podia para ajudá-los”, tanto que “deliberadamente emprestava seu nome aos Xs” (Browne, 2003: 249).

1.3.2.2. Voos largos: O ingresso de Frances Power Cobbe na cena pública

Assim como Charles Darwin, receoso de magoar a esposa ou de chocar a opinião pública, adiou por quase duas décadas a divulgação de sua teoria evolucionária e revolucionária, Frances Cobbe enfrentou um dilema semelhante em relação a expor seu pensamento ao mundo; todavia, ela encontrou uma solução diferente para seu problema. Em meados da década de 1850 a mente e o coração de Cobbe estavam repletos de ideias heterodoxas e sentimentos religiosos renovados, que haviam encontrado ressonância e incentivo profundos na teologia de Theodore Parker. O impulso de escrever e publicar essas ideias, entretanto, esbarrava em uma poderosa barreira, representada pelo olhar e sentimentos conservadores de seu pai, Charles Cobbe. Contudo, ao invés de adiar a divulgação de sua visão de mundo, como faria Darwin, Frances Cobbe optou por outro caminho: o anonimato. Foi assim, sem um nome a assinar a obra, que no dia 5 de junho de 1855 a editora Longman, de Londres, publicou *An Essay on Intuitive Morals*, um livro parcialmente inspirado na teologia de Parker e no qual a autora se propunha a apresentar “um sistema moral melhor que qualquer um desses atualmente vigentes entre nós” (Cobbe, 1855: v). Embora essa obra tenha sido recebida com mais entusiasmo nos Estados Unidos do que em seu país de origem, até mesmo os críticos que discordavam das premissas filosóficas nela defendidas reconheceram sua qualidade intelectual (Mitchell, 2004: 79). Theodore Parker, em uma carta à autora, cuja identidade secreta ele conhecia, e com quem já vinha se correspondendo, manifestou admiração pela estratégia, execução e detalhes relacionados ao livro e seu lançamento. Declarando-se surpreendido pelo aprendizado de Cobbe, Parker comentou se tratar de “um trabalho nobre,” (Mitchell, 2004: 78).

Em 1857, apenas dois anos depois do lançamento do *Intuitive Morals*, o Sr. Charles Cobbe, pai de Frances, falecia. A morte dessa figura opressora, no que pese o luto, teve um efeito imediato de libertação e expansão na vida pessoal e profissional de Frances Cobbe. Apenas três semanas depois de ter seu pai sepultado, Cobbe serviu-se de seu quinhão da herança familiar para empreender uma viagem que durou onze meses, e que incluiu, entre muitos outros destinos, a Itália, a Grécia, Egito, Palestina e Síria,

chegando ao ponto de acampar sozinha em pleno deserto (Mitchell, 2004). A riqueza dessa experiência é descrita pela própria Cobbe quando diz que sua atitude “em muito se parecia com a de certos pássaros que vivem na fazenda (..) que muito raramente alçam voo, mas quando são incitados a tal, o fazem de imediato, e descrevem um círculo bem amplo no ar antes de voltar a pousar na porta do celeiro” (Cobbe, 1894a: 198). Em meio a seus voos largos, Cobbe conheceu em 1860, em solo italiano, Mary Lloyd, uma escultora que viria a compartilhar de seus interesses e inquietações a respeito dos animais; o aprofundamento dessa amizade resultou em uma parceria amorosa que as levou a viverem sob o mesmo teto, primeiramente em Londres e, a partir de 1884 em um vilarejo no País de Gales, até a morte da companheira, em 1896 (Mitchell, 2004). Cobbe morreria oito anos mais tarde, sendo sepultada em 1904 num túmulo ao lado daquele onde jazia a parceira de sua vida, no cemitério da igreja de Llanelltyd, na aldeia onde viveram seus últimos anos juntas (Mitchell, 2004: 367).

O processo de desenvolvimento pessoal e intelectual de Frances Power Cobbe levaria à publicação de uma extensa obra, que começa com *An Essay on Intuitive Morals* e segue até 1904, o ano de sua morte. Essa pensadora e ativista publicou mais de uma centena de artigos em periódicos de destaque; produziu cerca de duzentos textos para o movimento antivivisseccionista; escreveu mais de mil matérias para o jornal *Echo*, entre 1868 e 1875; e trabalhou como correspondente do *Daily News* em Roma e Florença (Mitchell, 2004: 2). Publicando tanto em periódicos de prestígio quanto em revistas populares, essa personagem vitoriana foi a única mulher a escrever regularmente para a *Theological Review*, a mais conhecida das revistas publicadas pelos teólogos unitaristas, em uma época especialmente marcada por dúvidas religiosas e pelo avanço da ciência (Mitchell, 2004: 2).

Sally Mitchell, autora de uma das duas biografias existentes sobre essa autora, assinala o ano de 1861 como aquele em que Frances Cobbe teria de fato ingressado no jornalismo profissional e intelectual. Sua estreia como jornalista teve início na *MacMillan's Magazine*, a mais vendida das revistas mensais que, por volta de 1860, alcançou uma circulação de dimensão nacional, entre um público de boa formação educacional, combinando ensaios políticos e religiosos a ficção, poesia, relatos de viagens e outros tipos de materiais populares (Mitchell, 2004: 114). Integrando, junto a personagens do porte de John Stuart Mill, Thomas Carlyle e Matthew Arnold, o círculo de intelectuais britânicos engajados nos debates sociais mais significativos do século XIX (Mitchell, 2004: 2), Frances Power Cobbe conquistou uma sólida reputação como

jornalista e pensadora independente, sendo conhecida e reconhecida pelo estilo provocativo e vigoroso de seus ensaios, em uma Londres na qual o jornalismo ainda era quase completamente dominado por homens. As adversidades inerentes ao fato de pertencer ao sexo feminino, contudo, não impediram que os textos de Frances Cobbe fossem em geral bem recebidos por editores, certos de desencadear discussões públicas, dos dois lados do Atlântico; isso, embora até mesmo entre os ativistas, algumas das posições dessa escritora fossem consideradas extremadas (Mitchell, 2004: 3). Obviamente, como seria de esperar, a combinação desses diversos fatores que compunham a identidade dessa figura singular – mulher, solteira, vivendo com uma companheira, e dotada da uma personalidade dominante e de um estilo de ação e escrita marcadamente combativo, a serviço de mais de uma causa social – não poderia deixar de atrair uma quantidade nada desprezível de adversários e até mesmo inimigos nos campos intelectual, político e até mesmo social. Dentre estes se destacam, no que concerne ao escopo do presente estudo, Charles Darwin, seus aliados evolucionistas e também os maiores expoentes da fisiologia experimental britânica da segunda metade do século XIX, em um período caracterizado tanto pelo avanço das ciências naturais – especialmente as biológicas – quanto por uma profusão de movimentos sociais dedicados a preservar e expandir as causas morais encaradas como de importância vital no projeto civilizatório britânico.

1.3.2.3. As múltiplas cruzadas sociais e as primeiras denúncias contra a vivissecção

Não eram apenas as ciências que se encontravam em um momento de expansão na era vitoriana. Esse período foi também caracterizado por inúmeras cruzadas morais de todos os tipos, movidas pelos mais diversos setores e associações de classe média, desde instituições filantrópicas de ajuda à população pobre até movimentos feministas sufragistas e campanhas antivivissecionistas (French, 1975: 220). No ano de 1860, por exemplo, foram fundadas a *Society for the Relief of Distress* (posteriormente chamada de *Charity Organization Society*), que resgatava a população humana de rua no esforço de proporcionar a essas pessoas uma vida minimamente digna, e a *Battersea Dog's Home*, que acolhia e procurava dar um lar aos cães recolhidos também nas ruas de Londres (Kean, 1998: 88). Ainda no domínio da proteção animal, tinha início a gestão da RSPCA sob o comando de John Colam (Ryder, 1989: 102). Seria nesse contexto sociocultural complexo e em ebulição que Frances Power Cobbe, então já envolvida

com campanhas feministas, faria sua entrada em cena na controvérsia sobre a experimentação animal.

Segundo a narrativa da própria Cobbe (1984b: 561), seu engajamento em mais essa causa moral ter-se-ia iniciado nos primeiros anos da década de 1860. Em agosto de 1863, aquele mesmo ano da publicação da primeira obra darwinista a abordar diretamente a questão da origem biológica do homem (Huxley, 1863) foram publicadas na imprensa britânica matérias denunciando torturas praticadas contra cavalos na Escola de Veterinária de Alfort, próximo a Paris. Diferente do que acontecia na Inglaterra, onde com mais frequência os estudiosos privilegiavam a técnica da dissecação para o estudo dos corpos animais e humanos, na França as escolas veterinárias de Alfort, Lyon, Toulouse e Paris faziam vivisseção em cavalos desde os anos 1700, muito antes, portanto, do advento dos anestésicos. Isso já incomodava os ingleses desde pelo menos a primeira metade do século XIX, tanto que em 1846 o reverendo britânico David Davis havia apelado, em vão, diretamente para o Rei Filipe, da França e a Rainha Vitória como mediadora, para que fosse dado um basta àquele estado de coisas (Williamson, 2005: 97). Entretanto, a despeito dessa longa tradição de aparente indiferença pelo sofrimento dos animais nessas instituições francesas, o ano de 1863 testemunhou uma renovação das denúncias por parte dos jornais ingleses, como o *Lancet*. Esse periódico médico londrino criticou duramente os franceses pelas “atrocidades que não hesitamos em estigmatizar como desnecessárias e horríveis, e degradantes para os homens que as praticam e para a nação que as permite” (Williamson, 2005: 97). A descrição dos corpos dos cavalos “desfigurados, sem os olhos ou cascos, queimados, com cortes profundos, eviscerados, esfolados – mutilados de todas as formas concebíveis” (Cobbe, 1894b: 561), chocara, portanto, não somente o público leigo, mas até mesmo muitos médicos e veterinários do Reino Unido, gerando uma onda de indignação e protesto que envolveu até mesmo parte da imprensa francesa (Ryder, 1989: 108). Revoltada com tais relatos, Cobbe escreveu, nesse mesmo ano de 1863, *The Rights of Man and the Claims of Brutes* (doravante denominado *The Rights*), publicado originalmente na edição de novembro da *Fraser's Magazine* e três anos depois reeditado como parte do livro *Studies New and Old of Ethical and Social Subjects* (Cobbe, 1866 [1863]). Foi esse o primeiro de uma profusão de textos dessa escritora questionando a prática da vivisseção, e Cobbe declara que esse artigo teria sido o primeiro esforço jamais feito naquele período para lidar com as questões morais envolvidas na tortura de animais em nome da ciência, da pesquisa terapêutica ou da aquisição de habilidades de manejo (Cobbe, 1894b: 562).

Outro evento da década de 1860 de importância capital para a presente investigação foi o lançamento de uma obra de autoria do renomado fisiologista francês Claude Bernard. Na condição do mais prestigiado fisiologista experimental de seu tempo – e hoje considerado o fundador dessa disciplina (Paixão, 2001: 07) – Claude Bernard (1813-1878) foi o mais destacado discípulo de François Magendie. Diferente de seu mentor, porém, que era conhecido por sua atuação desorganizada e assistemática, Bernard seria o grande responsável por elevar a fisiologia da época ao patamar de uma ciência realmente experimental. Em agosto de 1865 Bernard lançava *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*, seu principal estudo a respeito do método científico e, mais especificamente, da metodologia de trabalho e pesquisa da fisiologia experimental (Bernard, 1957 [1865], versão em inglês). Nessa obra o fisiologista sustenta, entre outras questões, a legitimidade moral e necessidade técnica da vivissecção como prática de investigação científica, conforme teremos oportunidade de discutir no capítulo 5 da presente tese.

Ao contrário do que ocorria na França e na Alemanha, em terras britânicas a fisiologia experimental ainda não mobilizava muito os interesses de médicos ou cientistas nas décadas de 1850 ou 1860. O historiador Richard French (1975: 36) atribui esse ‘atraso’ britânico principalmente a dois fatores. O mais importante deles seria o fato de que o sistema universitário inglês era, nessa época, demasiado centralizado nos polos de Oxford e Cambridge, instituições pouco inclinadas à inovação e com uma visão de ciência baseada no enfoque criacionista da teologia natural, que dava muito mais importância à observação minuciosa da estrutura do que à investigação da função. Na medicina praticada então na Inglaterra essa visão se refletia em uma tendência a fazer inferências sobre fisiologia a partir de dados obtidos pelos estudos e conhecimentos da anatomia. O segundo fator que teria retardado o avanço da fisiologia experimental na Grã-Bretanha seria, segundo French (1975: 36), a profunda aversão que os britânicos nutriam contra experimentos realizados com animais vivos, em função de sua tradição cultural de terra de amantes de animais. Essa combinação de fatores teria, assim, promovido um isolamento substancial da ciência britânica em relação aos laboratórios alemães e franceses, fenômeno particularmente marcado nas décadas de 1850 e 1860 (French, 1975: 36)

Dessa forma, na década de 1860 as denúncias de abusos da vivissecção, como o da escola veterinária de Alfort, ainda eram raras na Grã-Bretanha, e quando se davam eram invariavelmente relacionadas a práticas cometidas em outros países europeus

(Kean, 1998: 96). Uma matéria publicada no jornal médico *Lancet* em 1863 – o mesmo ano das denúncias de Alfort – afirmava haver “uns dois ou três, ou no máximo seis homens de ciência em Londres” seguindo “certas linhas de investigação que exigem que eles ocasionalmente, durante o curso de um ano, empreguem animais vivos para o propósito de suas pesquisas” (J.D.P.: 1863). Aqueles profissionais que viriam a se mostrar os primeiros eminentes fisiologistas britânicos da segunda geração estavam então concluindo sua formação, como era o caso de Michael Foster e de John Burdon-Sanderson, esse último sob treinamento no laboratório do próprio Claude Bernard, no *College de France*, em Paris (Williamson, 2005: 111).

Nessa época o envolvimento de Frances Cobbe com a questão da vivissecção como problema ético se resumia, em termos de ação e produção de textos, à publicação, acima mencionada, do *The Rights* (Cobbe, 1866 [1863]) e, no mesmo mês de novembro de 1863, a mobilização de uma campanha na imprensa italiana contra abusos praticados pelo professor Moritz Schiff, um fisiologista que atuava em Florença, onde Cobbe estava vivendo na época (Cobbe, 1894b: 563). Nesse primeiro momento de sua trajetória antivivissecionista a autora ainda não questionava a legitimidade da prática da vivissecção em si, mas seus limites e critérios éticos. Conforme veremos no capítulo 5, Cobbe depositava então grande confiança na ciência como integrante do projeto de civilização, e nos fisiologistas britânicos como capazes de uma gestão responsável dos limites éticos de suas práticas (Williamson, 2005: 111). Com o passar dos anos, porém, seu ponto de vista tornar-se-ia cada vez mais radical, e seria à causa antivivissecionista que Cobbe passaria a dedicar, a partir de meados da década de 1870, a maior parte de seu tempo e energia, além de alguns de seus textos mais inspirados.

Foi no fim da década de 1860, mais especificamente em 1868, que Cobbe conheceu pessoalmente Charles Darwin, enquanto ambos veraneavam em uma região rural do País de Gales, e nos anos iniciais da década seguinte as relações entre ambos se mantinham em uma atmosfera amistosa de trocas intelectuais e discussões cordiais sobre a sagacidade e sensibilidade dos cães. Essa amizade amena não sobreviveria, no entanto, a mais uma década, e o pomo dessa discórdia seria relacionado às posições antagônicas assumidas, progressivamente, por cada um desses dois atores a partir dos anos 1870.

1.3.3. A década de 1870: a origem do homem e o destino dos animais

1.3.3.1. O (re)florescimento da fisiologia experimental na Grã-Bretanha

Se nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX a fisiologia experimental era uma disciplina pouco representativa na Grã-Bretanha, o mesmo não pode ser dito da década seguinte. A partir do fim dos anos 1860 os fatores sociais, intelectuais e educacionais responsáveis pelo conservadorismo da profissão médica na Inglaterra vinham cedendo progressivamente às exigências relacionadas à preocupação de se conquistar a supremacia da medicina britânica. Essas demandas impunham uma abertura aos avanços de países estrangeiros, os quais envolviam conceitos, métodos e instrumentos fisiológicos sofisticados (French, 1975: 41). Além disso, a emergência de novos nichos institucionais propiciava aos fisiologistas novatos a oportunidade de abraçarem uma profissão que não os obrigaria ao fardo da prática clínica (French, 1975: 41). Na visão de Richard French “esse processo foi gradual, mas se for possível escolher um único ano como o ponto de virada (*turning point*), esse ano seria o de 1870” (French, 1975: 41).

No ano de 1870 o fisiologista John Scott Burdon Sanderson foi nomeado professor de Fisiologia e Histologia Prática no *University College*, em Londres, e no ano seguinte iria tornar-se o primeiro superintendente da *Brown Institution* (French, 1975: 42). Dois outros colegas de Sanderson também ascenderam a cargos importantes no mesmo ano de 1870. Michael Foster, que também estudara na França – o principal centro mundial da fisiologia experimental no século XIX – foi escolhido como primeiro *Praelector*⁵ de Fisiologia no *Trinity College*, em Cambridge. Edward Albert Schaffer, por sua vez, que fora treinado pelo grande fisiologista britânico William Sharpey, se tornava Professor Assistente de Fisiologia no mesmo departamento chefiado por Burdon Sanderson (Williamson, 2005: 111). Junto a alguns outros investigadores - os quais, não estando ligados a laboratórios institucionais, conduziam suas pesquisas de forma independente - Sanderson, Foster e Schaffer figuram entre os principais promotores do avanço da fisiologia experimental na Inglaterra a partir dos anos 1870 (Williamson, 2005: 110), motivo pelo qual Stewart Richards, em um estudo sobre o

⁵ Membro do corpo docente responsável por apresentar os estudantes como membros da universidade (matricula) e acompanhá-los nas cerimônias de obtenção de grau (RANDOMHOUSE UNABRIDGED DICTIONARY).

papel revolucionário dos laboratórios na medicina, se refere a esses três cientistas como “o grande triunvirato de renascimento da fisiologia inglesa” (Richards, 1992: 146).

A ideia de um ‘renascimento’ da fisiologia inglesa aparece em várias fontes do próprio século XIX e também na literatura historiográfica sobre o tema (PP⁶, 1876a; French, 1975). Essa noção tem a ver com o fato de a fisiologia ter sido considerada pelos cientistas uma disciplina importante no início da era vitoriana, época em que brilharam os nomes de William Sharpey, Charles Bell e Marshal Hall, e depois ter sido relegada a segundo plano na Inglaterra no fim da primeira metade e duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX (Ryder, 1989: 105). Nos anos 1870, impulsionada por homens como Sanderson, Foster e Schaffer, agora sob moldes experimentais mais sistematizados e um tanto baseados na metodologia continental, a nova fisiologia britânica vivia um período de grande ímpeto. O avanço dessa disciplina fazia parte de um projeto mais abrangente, que visava tornar a medicina mais científica, e que propunha uma reforma radical dos currículos dos *colleges* e demais centros de treinamento e de exercício do ato médico. Nesse processo, o médico generalista, o curador hábil e intuitivo com uma educação clássica e liberal, perdia progressivamente terreno para o especialista, maior conhecedor dos fundamentos da biologia moderna e da etiologia das doenças (Williamson, 2005: 110). A medicina, antes arte da cura, passava a se transformar em ciência, e o conhecimento da anatomia humana através dos contatos com cadáveres se revelava, a partir de então, insuficiente (Williamson, 2005: 111). Era preciso que os novos aprendizes da medicina travassem contato direto com corpos vivos em funcionamento, com as funções vitais em operação direta, e para viabilizar essa proposta se fazia necessário que os estudantes incorporassem em sua formação lições práticas em medicina e fisiologia, supervisionados diretamente por aqueles profissionais que dominavam um novo reino: o laboratório fisiológico. Foi também em 1870 que o *Royal College of Surgeons* deu início a uma série de reformas em seus procedimentos de avaliação, passando a privilegiar o conhecimento fisiológico dos estudantes. Essa revisão curricular em uma instituição tão importante gerava, assim, uma pressão crescente para que as demais instituições de ensino, como as escolas médicas de Londres, criassem novos cargos e disciplinas curriculares para a transmissão do conhecimento fisiológico e contratassem os mais competentes fisiologistas para que os preenchessem (French, 1975: 44)

⁶ PP – abreviatura para “Parliamentary Papers”.

Outro acontecimento importante do ano de 1870 diz respeito a um tipo diferente de instituição. Foi nesse ano que a *British Association for the Advancement of Science* (BAAS) realizou em Liverpool um encontro no qual foi designado um comitê para debater a questão da experimentação fisiológica, e em agosto do mesmo ano um segundo encontro da BAAS em Edimburgo sete dos membros desse comitê, incluindo Burdon Sanderson, assinaram um relatório que estabelecia diretrizes para a prática legítima da vivissecção, as quais se inspiravam em propostas apresentadas quarenta anos antes por Marshall Hall (Williamson, 2005: 111). Essas diretrizes, posteriormente publicadas na *Medical Times and Gazette* de 25 de fevereiro de 1871 e nos *British Association Reports* de 1871(p. 144), foram resumidas em quatro regras: (1) Nenhum experimento que possa ser realizado sob a influência de anestésicos será feito sem os mesmos; (2) Nenhum experimento doloroso é justificável pelo mero propósito de ilustrar uma lei ou fato já anteriormente demonstrado; em outras palavras, a experimentação sem o emprego de anestésicos não é adequada aos propósitos de ensino; (3) Sempre que, para a investigação de uma nova verdade, for necessário realizar um experimento doloroso, devem ser feitos todos os esforços para assegurar o sucesso, de modo que os sofrimentos infligidos não tenham sido vãos. Por esse motivo nenhum experimento doloroso deve ser realizado por uma pessoa pouco qualificada (*unskilled person*), sem instrumentos ou assistentes suficientes, ou em locais impróprios para tal propósito, ou seja, em qualquer lugar que não os laboratórios fisiológicos e patológicos, sob condições adequadas; (4) No preparo científico para a prática veterinária não devem ser feitas operações em animais vivos para o mero propósito de se obter maior destreza de manipulação cirúrgica (*greater operative dexterity*) (Cobbe, 1894b: 566). Tais diretrizes, no entanto, eram apenas sugestões a serem seguidas – ou não – voluntariamente pelos fisiologistas; não havia entre aqueles que propunham essas medidas qualquer intenção de impô-las ou de transformá-las em lei (Williamson, 2005: 111). Frances Power Cobbe havia comparecido a esse encontro da *British Association*, em Liverpool, e relata sua experiência e seu primeiro desapontamento:

Of course we, who attended that celebrated Liverpool meeting of the British Association and had heard the President laud Dr. Brown-Sequard enthusiastically, greatly rejoiced at this humane ukase of autocratic Science. But as time passed we were surprised to find that nothing was done to enforce these rules in any way or at any place; and that the particular practice which they most distinctly condemn, namely, the use of vivisections as illustrations of recognized facts, was flourishing more than ever without let or hindrance. The prospectuses of University College for 1874-5, of Guy's Hospital Medical School, 1874-5, of St. Thomas's Hospital of

Westminster Hospital Medical School, etc., all mentioned among their attractions : Demonstrations on living animals; “Gentlemen will themselves perform the experiments”; etc., and quite as if nothing whatever had been said against them. (Cobbe, 1894b: 566)

Na narrativa acima, elaborada duas décadas depois dos acontecimentos nela descritos, Cobbe reconstrói sua trajetória de expectativas, esperanças, traição e desilusão em relação ao caráter e intenções dos fisiologistas ingleses e às promessas da ciência que estes representavam. A diferença entre discurso e prática que se avultava aos olhos perplexos da filantropa e de seus iguais tinha como efeito minar aos poucos sua crença nos argumentos e propósitos declarados pelos praticantes da vivisseção.

1.3.3.2. A Origem do homem e da mente: o *Descent* e o *Expression*

Embora a obra de Charles Darwin mais conhecida e em geral considerada a mais revolucionária (Mayr, 1998) seja *The Origin of Species* (Darwin, 1859), publicada em novembro de 1859, vimos que nessa obra Darwin mal toca na questão da origem do homem. Cauteloso, Darwin não foi o primeiro nem o segundo darwinista a ousar discutir abertamente a origem do homem do ponto de vista de sua teoria da evolução. Quando decidiu abordar de forma mais direta a questão, o caminho já havia sido aberto em 1863 por *The Antiquity of Man*, de Charles Lyell, e imediatamente secundado por *Man's Place in Nature*, de Thomas Henry Huxley, ambos evolucionistas aliados de Darwin. Assim, com o terreno já parcialmente preparado, Darwin finalmente publicaria, em 1871, *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex* (Darwin, 1871, doravante denominado *Descent*). Nessa obra o naturalista aprofundava o tema que deixara apenas insinuado quando da publicação do *Origin*: a origem do homem e sua participação no processo de evolução biológica. Apesar de Darwin afirmar que levou dois anos para escrever o *Descent*, sua biógrafa Janet Browne (2003: 326) considera que na verdade essa obra levou uma vida inteira para ser produzida. A autora fundamenta sua afirmação declarando que para produzir o texto do *Descent* Darwin teve que recorrer a todo seu conhecimento acumulado - teórico e prático - de história natural. Além disso, sabe-se que pelo menos desde a década de 1830 Darwin já coletava farto material sobre a origem do homem, incluindo aspectos comportamentais e relativos aos poderes mentais. Esse material existia na forma de anotações, em seus famosos *notebooks* (Burkhart, 1985; Desmond & Moore, 2009; Richards, 1989).

Embora a noção de uma origem comum a todos os seres vivos constituísse um ponto de consenso entre os participantes do programa darwinista, quando se tratava da

origem do homem (Bowler, 1989; Mayr, 1998), e mais especialmente da origem da mente humana, nem mesmo entre os darwinistas havia consenso. Richards (1989) afirma que foi no seio dessa polêmica que Darwin lançou, em 1871, o *Descent*, e sustenta que esse livro foi publicado mais como resposta a seus interlocutores darwinistas do que aos seus adversários criacionistas. Um desses interlocutores teria sido Lyell, cujos argumentos em defesa de uma singularidade humana haviam sido inicialmente combatidos por Wallace. Entretanto, outro deles foi o próprio Wallace, que a partir de 1870 mudava radicalmente de visão, passando a defender a ideia de que a origem da mente humana demandava uma explicação sobrenatural. Agora, portanto, era chegado o tempo. Sob a pressão de diferentes versões sobre a origem do homem que enfraqueciam a teoria darwiniana da evolução como fator explicativo, e após formular explicações satisfatórias, Darwin finalmente publicava o *Descent*. Sua obra diretamente dedicada à explicação da origem biológica do homem enfim se materializava. Suas anotações de décadas agora se viam editadas, parcialmente reformuladas e reunidas num corpo coerente de ideias e argumentos. Após as picadas abertas por seus aliados, era chegado o momento daquele que emprestava seu nome ao programa darwinista falar abertamente sobre o homem. Afinal, Darwin considerava este “o maior e mais interessante problema para o naturalista”⁷. Browne (2003) afirma que desde o início Darwin teria percebido o *Descent* como um complemento do *Origin*. E afirma que em seu “livro do homem” Darwin cruzava deliberadamente a última fronteira da doutrina evolucionária que ele e Wallace haviam procurado estabelecer (Browne, 2003: 325). Com o *Descent* as teses darwinianas relativas ao animal humano, suas origens e evolução, sua história ancestral, sua natureza mental ganhavam corpo e vida.

Em 1872, ano seguinte ao da publicação do *Descent*, Darwin publicava *The Expression of The Emotions in Man and Animals* (Darwin, 1872). O *Expression* fora originalmente concebido como parte do próprio texto do *Descent*, mas Darwin optou por lançar esse texto em volume independente, tanto por motivo de espaço quanto por julgar mais conveniente separar os assuntos (Browne, 1985; Richards, 1989). Praticamente tão volumoso quanto seu predecessor, o *Expression* é especificamente dedicado ao estudo de expressões faciais e posturas corporais indicativos de diversos estados emocionais nos animais e no homem. Seu propósito principal explicitado é basicamente o mesmo do *Descent*: demonstrar a existência de uma continuidade

⁷ “the highest and most interesting problem for the naturalist” - in *Correspondence* 6: 515, citado em Browne, 2003, p. 325

evolutiva, nesse caso entre os comportamentos de expressão emocional de animais e humanos. Entretanto, o tema investigativo do *Expression* é muito mais focal que o do *Descent*; enquanto esse último percorria a questão das origens do homem a partir dos animais nas mais diversas frentes disciplinares, o *Expression* é dedicado a estabelecer o que Darwin chamou de ‘princípios gerais de expressão’. Descrevendo tais princípios e recheando os quatorze capítulos de exemplos de expressões emocionais de animais e humanos, Darwin defende que esses princípios seriam partilhados pelos ditos animais superiores, incluindo o homem.

Na Introdução do *Expression* Darwin anuncia seus interlocutores. Justificando a relevância da pesquisa que apresentará no texto do *Expression*, Darwin elogia alguns pontos e critica outros nas obras de vários autores, enfatizando as lacunas. Tais autores são, entre outros, Alexander Bain, Pierre Gratiolet e Guillaume Duchenne. Mas seu mais importante interlocutor na Introdução parece ter sido Sir Charles Bell, cuja obra *Anatomy and Philosophy of Expression* teve sua primeira edição publicada em 1806, e a segunda em 1844. Darwin tece elogios iniciais à obra de Bell, cuja importância considera subestimada. Mas em seguida aponta lacunas no estudo deste quanto aos músculos envolvidos nas expressões. Afirma que, com a exceção de Herbert Spencer, todos os autores que escreveram sobre as expressões pareciam convencidos de que as espécies, incluindo o homem, já teriam vindo à existência em sua forma atual (Darwin, 1872). Darwin anuncia, então, sua intenção de demonstrar que as teses de tais autores eram equivocadas. Chamando a atenção do leitor para o fato de que a obra de Bell tinha como propósito estabelecer a maior distinção e distância possíveis entre o homem e os “animais inferiores”, Darwin proclama um objetivo oposto: demonstrar a relação de ancestralidade comum entre o homem e os demais animais a partir do estudo das expressões emocionais (Darwin, 1872).

A metodologia de trabalho de Darwin, explicitada no capítulo introdutório do *Expression*, inclui diferentes tipos de fontes, desde a análise de fotos e pinturas até observação das expressões emocionais de bebês, loucos e membros de diferentes raças humanas. Mais importantes, no entanto, para o objeto de meu estudo, foram as observações de expressões de animais, as quais Darwin considerava “a mais segura base para generalizações a respeito das causas, ou origem, dos vários movimentos de expressão”. Isso porque, defende ele, ao observar os animais não é provável que sejamos vítimas de uma “tendenciosidade em nossa imaginação; e podemos nos sentir

seguros de que suas expressões não são produtos de convenções⁸” (Darwin, 1872: 17). Na visão de Darwin, podemos dizer, portanto, que as expressões emocionais são eminentemente físicas: envolvem posturas e combinações de configurações musculares temporárias. Mas elas refletem condições mentais: as emoções propriamente ditas, enquanto estados internos experimentados por um agente ou sujeito. Nesse sentido, podemos interpretar as expressões emocionais como processos situados na interface entre o físico e o mental, ou, em outras palavras, como evidências de uma origem comum, *física e mental*, entre animais e homens.

1.3.3.3. A dor não dita, e nenhum alívio: um manual de fisiologia e suas implicações

Na Inglaterra dos anos 1870 o programa de pesquisa darwinista vinha se desenvolvendo em um esquema de ampla colaboração política e identificação epistemológica com a fisiologia experimental. Essa aproximação teórica e política entre as duas disciplinas não poderia deixar de tornar evidente um paradoxo: o animal darwiniano, esse mesmo animal que Darwin e alguns de seus colaboradores, particularmente George Romanes, sustentavam partilhar de tantas similaridades físicas e emocionais com os seres humanos estava sendo submetido a uma prática laboratorial fortemente questionável com o aval dos mesmos cientistas que afirmavam sua sensibilidade. As recentes e chocantes evidências de descompromisso dos vivissectores britânicos no que tangia à dor dos animais que utilizavam, práticas essas que começaram a ser percebidas já em 1870, se tornariam ainda mais substanciais no ano de 1873, por ocasião da publicação de um importante manual de fisiologia na Inglaterra, como se vê na narrativa de Cobbe:

One of the signatories of the above rules (or as perhaps we may more properly call them, these "pious opinions"!), the most eminent of English physiologists, Professor Burdon-Sanderson himself, edited and brought out in 1873, the "Handbook of the Physiological Laboratory", to which he, Dr. Lauder-Brunton, Dr. Klein, and Dr. Foster were joint contributors (Cobbe, 1894b: 567).

As regras às quais Cobbe se refere são as quatro diretrizes acordadas pelos fisiologistas presentes em um encontro da *British Association for the Advancement of Science* em agosto de

⁸ “Sixthly, and lastly, I have attended (...) to the expression of the several passions in some of the commoner animals; and this I believe to be of paramount importance (...) as affording the safest basis for generalization on the causes, or origin, of the various movements of expression. In observing animals, we are not likely to be biased by our imagination; and we may feel safe that their expressions are not conventional”

1870, as quais, no entendimento de Cobbe e outros antivivisseccionistas, vinham sendo progressivamente desrespeitadas. A obra à qual a autora se refere, o *Handbook of the Physiological Laboratory* (Burdon-Sanderson, 1873), foi lançada no ano de 1873. Produção conjunta de John Burdon-Sanderson e seus colegas Thomas Lauder Brunton, Emanuel Klein e Michael Foster, o *Handbook* era um manual detalhado e abrangente publicado em dois volumes, contendo descrições detalhadas de protocolos de numerosos experimentos de fisiologia e histologia (White, 2006). O primeiro dos volumes continha 600 páginas de texto, enquanto o segundo reunia 353 ilustrações distribuídas em 123 pranchas (Richards, 1987: 128). Mais de um quarto do texto era dedicado a relatos sistemáticos de microscopia histológica, sob a responsabilidade do patologista vienense Emanuel Klein, e nessa parte do livro o leitor era instruído sobre como obter e preparar tecidos de material preservado ou diretamente de animais vivos (Richards, 1987: 128). A seção de Sanderson, que percorria desde estudos sobre a histologia e circulação do sangue até a fisiologia do sistema respiratório, era rica em descrições de instrumentos e métodos experimentais desenvolvidos por seus colegas da Europa continental (Richards, 1987: 129). A Michael Foster coubera a tarefa de investigar as funções dos músculos e nervos, e as 78 páginas de sua autoria – divididas em nada menos que dezesseis capítulos - tinham uma abordagem baseada na nova fisiologia quantitativa, abrangendo tópicos tão diversos como instruções para o uso do aparato instrumental; propriedades gerais dos músculos; o problema do envenenamento por curare; ação reflexa e, até mesmo, algumas funções encefálicas relacionadas ao tema de seus estudos (Richards, 1987: 131). A seção final da obra, sob a pena do professor Lauder Brunton, tratava das funções digestiva e secretora, incluindo instruções para intervenções cirúrgicas (Richards, 1987: 132).

A despeito de sua baixa vendagem – previsível em um país no qual a fisiologia apenas começava a despontar (Richards, 1987: 133) – e apesar de ser baseado quase que inteiramente em procedimentos, premissas e instrumentais apreendidos da fisiologia que era então praticada no continente, o *Handbook* teve o mérito de ser o primeiro livro de seu tipo publicado na Grã-Bretanha, e seu lançamento foi um marco no que dizia respeito à transmissão de métodos continentais aos laboratórios britânicos (Richards, 1987: 127). Propiciando a seus leitores uma detalhada visão geral dos principais experimentos realizados pela geração que precedera os autores desse volumoso manual, o *Handbook* foi aclamado pela crítica especializada, e todas as revisões então publicadas o reconheciam como a obra que inaugurava o surgimento de um novo tipo

de fisiologia na Grã-Bretanha; a *Medical Times and Gazette* chegou mesmo a declarar que esse livro dava início a “uma nova era na história da fisiologia (...) do mundo inteiro”⁹ (Richards, 1987: 133).

Não são seus méritos científicos, contudo, que trazem o *Handbook* de Sanderson e colaboradores ao centro de nossa trama. O motivo pelo qual esse livro de referência em seu tempo figurou como importante agente na controvérsia sobre a experimentação animal na Inglaterra vitoriana diz respeito não tanto às ideias ali explicitadas, mas, principalmente, às implicações decorrentes daquilo que *não* havia sido dito em suas páginas. Passemos novamente a palavra a Frances Cobbe:

This celebrated work is a manual of exercises in vivisection, intended (as the preface says) "for beginners in physiological work". The following are observations on this book furnished to the Royal Commission by Mr. Colam (...): That the object of the editor and his coadjutors was to induce young persons to perform experiments on their own account and without adequate surveillance is manifest throughout the work by the supply of elementary knowledge and elaborate data. Not only are the names and quantities of necessary chemicals given, but the most careful description is provided in letter-press and *plates of implements for holding animals during their struggles*, so that a novice may learn at home without a teacher. Besides, the editor's preface states that the book is 'intended for beginners and that its difficult and complicated' experiments consequently have been omitted; (...) . . . *Very seldom indeed is the student told to anaesthetize*, and then only during an operation. It cannot be alleged that 'beginners' know when to narcotize, and when not; but if they do then the few directions to use chloral, etc., are unnecessary. No doubt should have been left on this point in a handbook designed 'for beginners'. Besides, *where will students find cautions against the infliction of unnecessary pain and wanton experimentation? On the contrary, the student is encouraged to repeat the torture 'any number of times'*. (Cobbe, 1894b: 567; grifos meus)

A passagem acima, na qual Cobbe transcreve o relato de John Colam, o dirigente da RSPCA naquele período, mostra o que estava em jogo do ponto de vista dos antivivissecionistas: a negligência quase completa de quaisquer menções ou instruções aos potenciais praticantes dos experimentos em questão para que recorressem a anestésicos, de modo a mitigar o sofrimento dos animais por eles utilizados. Pelo contrário, o estudante que consultava o *Handbook* era, nas palavras de Colam, “encorajado a repetir a tortura quantas vezes quisesse”. Em decorrência de tal omissão, agravada pelo fato de os autores do livro haverem declarado que o mesmo se destinava a ‘iniciantes’, o lançamento do *Handbook* parece ter constituído o estopim de uma intensa mobilização dos protetores de animais, motivados pelo que estes entendiam como evidência de uma indiferença aviltante dos fisiologistas britânicos – em especial os autores do livro – ao sofrimento das criaturas sensíveis que eram submetidas à

⁹ *Medical Times and Gazette*, vol. 1 (1873), p. 143, citado em RICHARDS, 1987: 133.

vivisseção em nome do avanço da ciência médica. Esse contraste entre aquilo que os fisiologistas propunham e aquilo que pareciam de fato fazer é assinalado por Cobbe: que a vivisseção “conforme revelada nos manuais para ‘iniciantes’”, é algo “bem diferente da vivisseção descrita para o benefício do público externo, como se fosse regulada pelas quatro regras” acordadas no encontro de 1870 em Liverpool (Cobbe, 1894b: 598). Embora esse texto de Cobbe relatando os acontecimentos de 1873 tenha sido escrito somente em 1894, o que quero ressaltar aqui é a construção de uma narrativa na qual os defensores dos animais passam a perceber que não mais poderiam confiar nos discursos e promessas dos fisiologistas britânicos no que tangia ao compromisso moral dos mesmos com a evitação da crueldade e envolvimento ético com o bem-estar dos animais utilizados em seus experimentos.

1.3.3.4. As denúncias se acumulam: o ano de 1874 e o ingresso de Cobbe na causa antivivisseccionista

No ano seguinte ao da publicação do *Handbook* novas denúncias contra os abusos dos vivissectores ganhavam as páginas dos jornais e corriam nas bocas de um público indignado. O ano de 1874 era de certa forma especial para os protetores dos animais na Inglaterra, pois marcava o cinquentenário da existência da RSPCA. Cobbe compareceu ao encontro comemorativo da RSPCA na condição de jornalista, e ouviu a preleção do Sr. Arthur de Noé Walker com novas denúncias de crueldade cometidas por fisiologistas britânicos. O Sr. Walker era um cirurgião que havia servido voluntariamente na Guerra da Crimeia e irmão da Condessa Baldelli – amiga que Cobbe conheceu em Florença - e tudo no perfil desse palestrante conferia crédito à sua pessoa e suas alegações (Mitchell, 2004: 224). Como se isso não bastasse, em agosto do mesmo ano, em um encontro da *British Medical Association*, em Norwich, o fisiologista francês Eugene Magnan proferiu uma palestra que incluía uma demonstração prática. Amordaçando dois cães e atando-os a uma mesa de vivisseção, o palestrante injetou absinto na veia da perna de um deles e álcool na perna de outro. O primeiro dos cães morreu rapidamente, e o outro sofreu um surto epilético, que durou cerca de uma hora, e depois se recuperou (Mitchell, 2004: 225). Nessa época os empenhos de indignação jornalística de Frances Cobbe estavam concentrados na discussão de outras questões, como a críticas ao ritualismo crescente na Igreja Anglicana, o que pode ter sido a explicação para que ela não se envolvesse imediatamente nos ataques a Magnan (Mitchell, 2004: 225). Coube, portanto, à RSPCA, sob a gestão de John Colam, a

mobilização de um processo contra o fisiologista francês com base no *Martin's Act* (Montgomery, 2000: 24). Para substanciar a acusação, a RSPCA convocou o testemunho de dois cirurgiões britânicos: o Dr. Tufnell, presidente do *Irish College of Surgeons*, e Sir William Fergusson, ex-presidente da própria *British Medical Association*, onde ocorrera o evento (Gordon-Taylor, 1958). Ambos os depoentes afirmaram que os experimentos conduzidos pelo Dr. Magnan eram não apenas cruéis, mas também inúteis (Cobbe, 1894b: 569). Diante dessa hostilidade do público britânico, o fisiologista voltou para a França antes que o processo contra ele movido fosse concluído, evitando assim o risco de uma condenação (Cobbe, 1894b: 569).

Embora o professor Magnan fosse um fisiologista estrangeiro, permanecia o fato de que o incidente acima relatado se dera em terras britânicas, em uma palestra promovida pela principal organização médica da Inglaterra. Comentando o desfecho desse evento, Cobbe assinala que, a despeito da vitória obtida pelos antivivissecionistas em termos práticos, a força do argumento contra as demonstrações feitas pelo Dr. Magnan residia não na crueldade inerente ao experimento realizado, mas principalmente ao fato de os mesmos terem sido considerados inúteis do ponto de vista científico por duas respeitadas autoridades no assunto (Cobbe, 1894b: 569). Seguindo essa lógica, a autora afirma que entre os “amigos dos animais” crescia, assim, uma preocupação em lutar por uma legislação específica para regulamentação da prática da vivissecção, pois o *Martin's Act* passava a ser percebido como demasiado vago sobre o tema, e, portanto, insuficiente e ineficaz para sustentar futuros processos legais que envolvessem os abusos cometidos em experimentos com animais. A essa apreensão se somava aquela advinda da publicação, no ano anterior, do *Handbook* de Sanderson e colaboradores, com instruções detalhadas para os aprendizes sobre como realizar experimentos fisiológicos sem, no entanto, qualquer recomendação ao uso de anestésicos nesses experimentos (Cobbe, 1894b: 569). Devido à gravidade e repercussão desses eventos acima relatados, Frances Cobbe, na narrativa construída em sua autobiografia, assinala o fim de 1874 como o momento no qual ela de fato teria ingressado na “cruzada antivivissecionista” (Cobbe, 1894b: 388).

Segundo Cobbe, poucas semanas após o julgamento do professor Magnan em Norwich, a Sra. Luther Holden, esposa de um eminente cirurgião do St. Bartholomew's Hospital, convidou-a para um reunião em Hereford Square, onde foram discutidas medidas a serem tomadas no sentido de fortalecer a legislação, na direção de uma maior proteção aos animais contra a vivissecção. A “grande e rica RSPCA era, obviamente, o

órgão no qual se deveria apoiar apropriadamente de modo a promover a legislação necessária” (Cobbe, 1894b: 388), e para isso bastava “dar ao comitê dessa sociedade provas de que a opinião pública os apoiaria fortemente” nessa convocação, e “induzi-los a apresentar ao Parlamento um projeto de lei adequado, respaldados por sua abundante influência” (Cobbe, 1894b: 570). Ouvindo do Sr. Colam, dirigente da RSPCA, que um memorial seria bem-vindo pela organização, e recebendo deste assistência direta para a apresentação de tal material, Cobbe assumiu para si a tarefa de elaborar um documento, o qual, segundo ela, funcionou “como uma fagulha sobre um material inflamável (*as a spark to tinder*), demonstrando o quanto havia de sentimento latente sobre o tema” (Cobbe, 1894b: 570). Com a ajuda de amigos influentes, em um prazo de seis semanas foram obtidas 600 assinaturas, “cada uma delas representada por um homem ou mulher de alguma importância social” (Cobbe, 1894b: 570), incluindo vários bispos; arcebispos; um cardeal; duques; duquesas; membros do parlamento; o poeta Alfred Tennyson e “nada menos que setenta e oito médicos (*medical men*), vários dos quais eram eminentes na profissão”. Esse último grupo de signatários incluía Sir Fergusson, aquele mesmo cirurgião que emprestara seu nome como autoridade no processo movido pela RSPCA contra o Dr. Magnan (Cobbe, 1894b: 570) e Charles Dodgson, professor da *Oxford University*, mais conhecido pelo pseudônimo com o qual preferiu assinar o documento, e que também usava em suas aclamadas obras literárias: Lewis Carroll (Mitchell, 2004: 228). Entretanto, embora Emma Darwin, esposa de Darwin e sua filha Henrietta Litchfield se houvessem mobilizado pessoalmente para colher assinaturas de apoio ao memorial, Darwin se recusou a assinar esse documento elaborado por Cobbe (Mitchell, 2004: 228). Em correspondência datada de quatro de janeiro de 1875 destinada a Henrietta, em resposta a uma carta da mesma que o solicitava a subscrever essa petição contra a prática da vivissecção, Darwin expunha os motivos pelos quais se recusava a fazê-lo. Nessa carta, Darwin declarava que “certamente não poderia assinar o papel que me foi enviado pela Sra. Cobbe, com seu ataque monstruoso a [Rudolf] Virchow (in Darwin, F., 1887c: 203). O conteúdo dessa carta se encontra reproduzido em mais detalhes no capítulo 3, quando será devidamente analisado; podemos, contudo, perceber que essa fala de Darwin parece marcar um rompimento em suas relações cordiais com Frances Cobbe, e explicitar o impasse que teria levado a essa cisão.

O texto do memorial de Cobbe chamava a atenção de seus leitores potenciais para a significativa expansão que a prática da vivissecção vinha sofrendo, tendo deixado de ser caracterizada por “um experimento ocasional feito por um homem de formação

científica para determinar algum problema importante em fisiologia ou para testar a viabilidade de uma nova operação cirúrgica”, e passado a ser “o exercício diário de centenas de fisiologistas e jovens estudantes por toda a Europa e América” (Cobbe, 1894b: 575). Dando exemplos de abusos cometidos nos Estados Unidos e na Itália, o texto do memorial prosseguia, afirmando que “uma correspondência recente na *Spectator* mostra que muitos fisiologistas ingleses contemplam a multiplicação indefinida de tais vivissecções”, e assegurava que “alguns [dos fisiologistas britânicos], (como o Dr. Pye-Smith) defendem-nas [as vivissecções] como ilustrações de palestras, e alguns (como o Sr. Ray-Lankester) advogam abertamente que um experimento deve levar a outro, *ad infinitum*”. Além disso - continuava o texto elaborado por Cobbe - vários daqueles experimentos eram, ainda, repetidos inúmeras vezes em aulas a jovens estudantes em processo de formação médica (Cobbe, 1894b: 575).

No memorial também eram relatados alguns tipos de experimentos que causavam sofrimento intenso e prolongado nos animais. Nessa categoria estariam incluídos, por exemplo, um estudo realizado por Rudolf Virchow, que inoculava em coelhos o verme causador da triquinose (uma doença causada pela ingestão de carne suína) e a já tão comentada e vilificada demonstração de indução de alcoolismo em cães, realizada pelo já infame Dr. Magnan (Cobbe, 1894b: 575). O texto desse documento fazia alusão direta ao julgamento do Dr. Magnan em Norwich como evidência da existência de experimentos que “não podem ser justificados como empreendimentos para mitigar os sofrimentos da humanidade, sendo, antes, caracterizados como gratificações do ‘diletantismo da descoberta’ (Cobbe, 1894b: 576). Com base em tais argumentos, Cobbe defendia que “temos, portanto, muitos motivos para temer que em laboratórios menos expostos à visão pública, e entre estudantes inconsequentes, ocorram abusos muito maiores, os quais precisam ser reprimidos”, e sustentava que “a grandiosa e influente *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals*” - com sua poderosa infraestrutura, forte prestígio e passado ilibado de dedicação à proteção dos animais contra os mais diversos tipos de crueldades - poderia assumir a tarefa de “colocar restrições apropriadas a esse mal que vem crescendo rapidamente” (Cobbe, 1894b: 576). As linhas finais do memorial reforçavam esse apelo à RSPCA para que tomasse a frente dessa empreitada:

The vast benefit to the cause of humanity which the society has in the past half-century effected would, in our humble estimation, remain altogether one-sided and incomplete; if, while brutal carters and ignorant costermongers are brought to

punishment for maltreating the animals under their charge, *learned and refined gentlemen* should be left unquestioned to inflict far more exquisite pain upon *still more sensitive creatures*; as if the mere allegation of a scientific purpose removed them above all legal or moral responsibility. We therefore beg respectfully to urge on the committee the immediate adoption of such measures as may approve themselves to their judgment as most suitable to promote the end in view, namely, the *restriction* of vivisection; and we trust that it may not be left to others, who possess neither the wealth nor organization of the Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals, to make such efforts in the same direction as might prove to be in their power (Cobbe, 1894b:576; grifos meus).

Os termos em *itálico* adquirem especial importância para as análises que desenvolveremos em maior detalhe em capítulos subsequentes. Em primeiro lugar, Cobbe contrasta os cavalos e asnos usados pelos cocheiros e ambulantes (*costermongers*) com “criaturas ainda mais sensíveis”: os cães torturados nos experimentos do Dr. Magnan. Essa questão do cão como animal especialmente sensível será objeto de uma discussão pormenorizada no próximo capítulo, e tem importância central nessa tese, conforme teremos oportunidade de ver ao longo da mesma. Há também a comparação entre os próprios cocheiros e *costermongers*, de um lado - homens cuja origem humilde tornaria mais compreensível seu comportamento “brutal e ignorante” - e, do outro lado, os fisiologistas, “gentis-homens letrados e refinados”, dos quais se deveria esperar uma atitude mais compassiva em relação aos animais dos quais se serviam. Essa exploração, por Cobbe e outros antivivissecionistas, desse alegado paradoxo - a saber, que precisamente os homens mais letrados da Inglaterra se mostravam os mais insensíveis em sua lida com os animais - tem relação direta com outra questão assinalada na passagem acima: o questionamento das fronteiras éticas da ciência. Esse questionamento já estava presente no primeiro texto de Cobbe, publicado onze anos antes (Cobbe, 1866 [1863]), e viria a se robustecer ao longo de sua trajetória intelectual. No texto do memorial esse questionamento aparece quando Cobbe critica a atitude tomada por certos fisiologistas, “como se a mera alegação de um propósito científico os removesse para além de toda responsabilidade legal ou moral”.

Por fim, é importante observarmos aqui qual era a reivindicação central desse memorial: “a *restrição* da vivisseção”, e não a proibição completa dessa prática. Esse ponto é de importância crucial e deve ser enfatizado: na fase inicial de seu envolvimento com a cruzada antivivissecionista, Frances Power Cobbe não advogava a abolição dos experimentos com animais, mas sim a restrição desses experimentos, com base em critérios científicos, legais e, principalmente, morais.

O memorial foi formalmente apresentado e discutido no dia 25 de janeiro de 1875, em um encontro da RSPCA no qual estiveram presentes várias figuras de prestígio, incluindo o Sr. John Locke (membro do parlamento e marido de uma prima de Cobbe); Richard Hutton (editor da *Spectator*); um coronel e um general, “várias damas” e o príncipe francês Lucien Bonaparte, que presidiu a abertura da sessão. Nesse encontro, no qual, segundo Cobbe, teria predominado um clima amistoso, a RSPCA se comprometeu a investigar a questão da vivissecção com zelo, e imediatamente em seguida foi designado um subcomitê para tratar do assunto (Cobbe, 1894b: 577). A assunção desse compromisso por uma instituição da importância e poder político da RSPCA deixara Cobbe tranquilizada, segura de que os vivissectores britânicos sofreriam a pressão necessária para que os abusos cometidos por alguns deles contra os animais tivesse fim. Entretanto, alguns dias mais tarde, convocada a comparecer a um encontro do subcomitê específico, Cobbe sentiu “meu espírito afundar” ao entrar na sala e perceber que sentados à mesa se viam “gentis-homens valorosos, a maioria de idosos, mas [entre eles] nenhum dos membros mais distintos do comitê ou (penso eu) sequer um membro do parlamento. Em suma: eles não eram os homens para assumir a liderança em um movimento daqueles, e fazer uma defesa ousada contra as reivindicações da ciência” (Cobbe, 1894b: 577). Os integrantes desse encontro deviam ter consciência de não estarem à altura da tarefa, uma vez que o presidente da sessão indagou de Cobbe se a mesma não poderia se encarregar da apresentação de um projeto de lei no Parlamento para a regulamentação da vivissecção. Ora, todo o trabalho que envolvera a elaboração do memorial e coleta das assinaturas por Cobbe tinham visado justa e obviamente convencer a prestigiosa RSPCA a apresentar formalmente um projeto de lei, e agora a instituição na qual a jornalista depositara tanta esperança pedia a ela que assumisse pessoalmente essa tarefa. Cobbe expressou sua indignação ante essa proposta, e os demais presentes acabaram por admitir a inadequação da mesma (Cobbe, 1894b: 577).

O subcomitê decidiu, então, enviar o Sr. Colam para realizar inquéritos junto aos fisiologistas, e mais tarde Cobbe foi informada pessoalmente que esses inquéritos se teriam resumido a uma visita previamente combinada a um laboratório, quando Colam presenciou uma vivissecção indolor e bebeu um copo de xerez com seus anfitriões, “e assim os trabalhos do subcomitê tiveram fim” (Cobbe, 1894b: 578). Embora Cobbe reconheça que posteriormente o Sr. Colam não mediu esforços para coletar, a partir dos trabalhos publicados pelos próprios vivissectores, evidências relacionadas à extensão e

severidade das operações por estes realizadas (Cobbe, 1894b: 578), os acontecimentos então recentes e o clima reinante a fizeram perceber claramente que “se um projeto de lei fosse apresentado ao Parlamento, certamente não o seria pela RSPCA”. Na verdade, em dezembro de 1875 a revista *Animal World* publicaria um artigo no qual se afirmava que não havia na RSPCA um desejo unânime de apoiar a promulgação de uma legislação específica para regulamentar a vivissecção (Cobbe, 1894b: 580). Nessa época, entretanto, Cobbe já havia-se afastado da RSPCA e articulava uma nova rede social. Segundo ela, esse seu novo passo teve início e encontrou ensejo a partir de uma matéria publicada em um jornal londrino, e seu coroamento foi a criação de uma nova organização antivivissecionista, na qual Cobbe assumiria uma posição de liderança.

1.3.3.5. Uma carta pública e um aliado político

No primeiro dia de fevereiro de 1875 a edição do jornal londrino *Morning Post* publicou uma carta assinada pelo doutor George Hoggan, um médico inglês que havia trabalhado durante algum tempo na França, no laboratório de Claude Bernard, sob supervisão direta do mesmo. Nessa carta (Hoggan, 1875) o Dr. Hoggan expressava a opinião de que de todos os experimentos conduzidos pelo grande fisiologista que ele testemunhara nenhum havia sido realmente necessário. O médico declarou que a cena mais cruel que jamais presenciara na vida dizia respeito à aparência dos cães que eram levados ao laboratório para serem sacrificados. Farejando o ar do ambiente, esses animais ostentavam, segundo o Dr. Hoggan, uma expressão de horror, como se prenunciassem seu destino próximo, e faziam vãos avanços amistosos em direção aos pesquisadores presentes, que reagiam com indiferença ou até mesmo crueldade a tais investidas. Essa denúncia provocou reações de horror e aversão nos leitores ingleses, gerando uma onda de protestos (Cobbe, 1894b: 578). A carta aberta de Hoggan foi republicada na íntegra na revista *Spectator* por Richard Hutton, editor da revista e notório antivivissecionista, e desencadeou um debate acalorado que durou semanas na seção de ‘Cartas ao Editor’ (*Letters to the Editor*) desse veículo (Montgomery, 2000: 30). Ao fim da carta, Hoggan declarava que “espero que tenhamos em breve um inquérito governamental sobre esse assunto, no qual os fisiologistas experimentais sejam apenas testemunhas, e não juízes” (Hoggan, 1875). Assim como suas denúncias, a proposta do Dr. Hoggan pela convocação de uma discussão legal sobre o tema refletia um clamor que ecoava no universo da proteção animal na Inglaterra. Envolvendo

inúmeros interesses e intermediações políticas, essa proposta acabaria sendo atendida naquele mesmo ano.

Cobbe havia conhecido o Dr. Hoggan no dia anterior à publicação da carta deste¹⁰ (Cobbe, 1894b: 580), mas a jornalista nada sabia, até então, do histórico profissional ou o posicionamento ético desse médico; foi a publicação da carta de Hoggan que a fez ciente desses aspectos. A própria Cobbe dá seu testemunho sobre seu encontro com o Dr. Hoggan:

I had met Dr. Hoggan one day just before this occurrence at Mme. Bodichon's house, but I had no idea that he would, or could, bear such valuable testimony; and I have never ceased to feel that in thus nobly coming forward to offer it spontaneously, he struck the greatest blow on our side in the whole battle. Of course I expressed to him all the gratitude I felt, and we thenceforth took counsel frequently as to the policy to be pursued in opposing vivisection (Cobbe, 1894b: 580)

Como se pode perceber na passagem acima, Cobbe não demorou a perceber as oportunidades políticas de cooptar para a causa da proteção animal um aliado como George Hoggan. Um interesse mútuo na questão da vivisseção aproximaria, a partir de então, essas duas personagens, que estabeleceriam uma parceria de atuação afinada e complementar, na qual Cobbe empreendia a ação política direta, enquanto Hoggan cumpria as funções tanto de conselheiro estratégico quanto de consultor técnico-científico. Essa parceria entre Cobbe e Hoggan – ele com o conhecimento, ela com a habilidade política e retórica – resultaria na fundação, no fim de 1875, de uma nova instituição antivivisseccionista, a *Victoria Street Society*. A motivação de Cobbe para a formação dessa nova sociedade dizia respeito a um somatório de acontecimentos, que incluía o acúmulo de denúncias recentes dos dois últimos anos – a publicação do *Handbook* de Sanderson e colaboradores, os experimentos do Dr. Magnan, de injeção de álcool e absinto em cães, e, principalmente, os caminhos – ou descaminhos, na percepção dos antivivisseccionistas – que os homens e instituições públicas vinham tomando em relação à regulamentação da vivisseção na Grã-Bretanha. O processo de

¹⁰ A carta de George Hoggan ao *Morning Post* (HOGGAN, 1875) foi publicada no primeiro dia de fevereiro de 1875. Equivocadamente, no entanto, Cobbe afirma, em sua autobiografia, que a publicação dessa carta se teria dado no dia seguinte, 02 de fevereiro (COBBE, 1894b: 578). Dessa forma, não é possível sabermos exatamente quando Cobbe e Hoggan se conheceram. Sally Mitchell (2004: 233) afirma que na verdade Cobbe já conhecia superficialmente o Dr. Hoggan e sua esposa, Frances Hoggan, devido ao envolvimento desta na causa sufragista. Boa parte da literatura sobre esse tema (MITCHELL, 2004: 394; MONTGOMERY, 2000: 30; RYDER, 1989: 107) afirma, erroneamente, que a carta do Dr. Hoggan teria sido publicada no dia 02 de fevereiro de 1875, e não no dia anterior. O motivo desse equívoco deve provavelmente residir no fato de esses autores terem se baseado no texto de Cobbe (COBBE, 1894b: 578), sem haverem tido contato direto com a publicação no jornal, ou porque talvez tenham acessado a carta em sua reedição, publicada no jornal *Spectator* do dia 06 de fevereiro do mesmo ano.

deliberações jurídicas relacionadas a essa questão envolveria a elaboração de projetos de lei tanto por críticos como por praticantes e simpatizantes da vivissecção, resultando na formação de uma comissão real para investigação e discussão da experimentação animal, e tendo como corolário a promulgação de uma nova lei especificamente voltada para regulamentar essa prática. Em todas as etapas desse processo Cobbe esteve presente, nas diversas frentes de batalha. Sua atuação mais constante e contundente era na linha de fogo das manobras retóricas, com cartas e artigos em todos os tipos de veículos da imprensa, mas a jornalista também atuava em ações e articulações políticas mais diretas, e, quando não podia estar nas primeiras fileiras de combate, Cobbe seguia exercendo sua influência nos bastidores das disputas políticas.

1.3.3.6. Dois projetos, uma comissão e uma lei

A leniência e ambiguidade na atitude da RSPCA em relação ao problema da vivissecção convenceram Cobbe de que ela própria deveria assumir não mais apenas a iniciativa, mas também a responsabilidade direta de produzir uma ação concreta para restringir os abusos contra animais que, em sua opinião, vinham sendo cometidos por fisiologistas britânicos. Acionando sua rede, Cobbe convenceu Sir Frederick Elliot – tio de duas amigas suas e irmão de Gilbert Elliot, um político britânico (Mitchell, 2004: 234) – a elaborar o primeiro esboço de um projeto de lei para a regulamentação da vivissecção (Cobbe, 1894b: 581). O texto desse projeto de lei foi revisado por John Henniker-Major, um político conservador britânico que reunia os títulos nobiliárquicos de Barão Henniker e Barão Hartismere. Mais conhecido como Lorde Henniker, esse importante aliado da causa antivivisseccionista era membro da Câmara dos Lordes, e foi ele quem apresentou a essa casa, no dia 4 de maio de 1875, o documento intitulado *A Bill intituled and Act for Regulating the Practice of Vivisection* (PP, 1876a: 337). Antes de adquirir sua versão final, o texto passou, ainda, pelos olhos e crivo de John Duke Coleridge (Lorde Coleridge), sobrinho-neto do grande poeta Samuel Taylor Coleridge e, posteriormente (1880), chefe do poder judiciário (*Lord Chief Justice*) (Mitchell, 2004: 290); e de Robert Lowe, um membro do parlamento que se dispôs a apoiar a causa. Segundo Cobbe (1894b: 581), o texto do projeto foi examinado “cláusula por cláusula, até se ajustar aos conselhos do Sr. Lowe”.

Entretanto, Frances Cobbe e seus aliados logo seriam surpreendidos por um documento rival. Pouco mais de uma semana depois da apresentação do projeto de lei pelo Lorde Henniker na Câmara dos Lordes, mais precisamente no dia 12 de maio de

1875, outra casa do Parlamento, a Câmara dos Comuns, recebia outro projeto para regulamentação da vivissecção, este com o título de *A Bill to Prevent Abuse on Experiments on Animals made for the purpose of Scientific Discovery* (PP, 1876a: 338), e apresentado por um cientista, Lyon Playfair, da Universidade de Edimburgo, um químico e membro do parlamento de orientação liberal (French, 1975: 73). A percepção da necessidade da elaboração de um documento dessa natureza que contemplasse os interesses da fisiologia experimental e de seus praticantes não nasceu entre as quatro paredes de um laboratório, mas sim da mente de um naturalista profundamente envolvido com a expansão das ciências naturais e biomédicas em bases experimentais: Charles Darwin (French, 1975: 70). Desde o mês de janeiro, após ter em mãos – e recusar-se a assinar - o memorial elaborado por Cobbe, Darwin se dera conta da importância de um contra-ataque rápido. Uma vez que crescia a pressão política pela produção de uma lei regulamentando a prática da vivissecção, a melhor tática consistia em antecipar-se ao oponente, produzindo um texto que estivesse mais de acordo com os interesses dos fisiologistas, e não dos de seus críticos (French, 1975: 72).

Todo esse conjunto de denúncias, eventos e ações políticas envolvendo o questionamento ético da prática da vivissecção e, principalmente, dos excessos cometidos pelos fisiologistas, ajudou a gerar uma atmosfera de pressão por setores da sociedade civil e expectativas da opinião pública no sentido de que fosse criada uma legislação específica sobre o assunto. Uma vez que, além disso, atores pertencentes a ambos os lados dessa contenda apresentaram propostas para a regulamentação dos experimentos envolvendo animais, essas demandas foram prontamente atendidas, e no dia 22 de junho de 1875 um documento expedido “sob comando de Vossa Majestade”, a Rainha Vitória (PP, 1876a: vi), convocava a formação de uma comissão real para investigação do problema. Dessa forma, no dia 5 de julho foi aberta a primeira sessão da *Royal Commission on the Practice of Subjecting Live Animals to Experiments for Scientific Purposes*, ou, resumidamente, *Royal Commission on Vivisection*, como ficou sendo conhecida. Ao cabo de cerca de cinco meses a *Royal Commission* concluía seus trabalhos, e em janeiro de 1876 era publicado um relatório completo, com a transcrição de todos os depoimentos prestados perante essa comissão (PP, 1876a). No dia 24 de maio desse mesmo ano era publicado um documento intitulado *A Bill to make more effectual provision for the prevention of Cruelty to Animals*, e no dia 18 de julho de 1876 a versão final desse documento era promulgada pela Câmara dos Comuns, com o título de *A Bill intituled an Act to Amend the Law relating to Cruelty to Animals* (PP,

1876b). Embora o próprio texto desse documento recomendasse que o mesmo fosse a partir de então referido como *Cruelty to Animals Act*, 1876 (PP, 1876b: 1), na prática esse ato ficou mais conhecido como *Vivisection Act*.

O relatório contendo as minutas das sessões da *Royal Commission* (PP, 1876a) inclui os textos dos projetos de lei do Lorde Henniker e do professor Playfair, articulados, respectivamente, por Cobbe e seus aliados de um lado, e por Darwin e seus aliados, de outro. Antes, porém, de avançarmos no conteúdo de todos esses documentos acima referidos – os dois projetos de lei, o relatório da *Royal Commission* e o *Vivisection Act* – considero importante explorar a questão dos motivos e interesses que levaram a uma aproximação entre os darwinistas e os fisiologistas experimentais enquanto redes sociais e também entre os próprios programas de pesquisa do darwinismo e da fisiologia experimental britânica.

1.4. DUAS CIÊNCIAS DE BRAÇOS DADOS: O DARWINISMO E A FISIOLOGIA EXPERIMENTAL

1.4.1. Alianças políticas

No início da década de 1870, justamente na época em que a controvérsia relacionada à vivissecção era aquecida pelas denúncias supracitadas e articulações políticas de posicionamentos em relação às mesmas, Charles Darwin concluía os textos do *Descent* e do *Expression*, e os lançava no mercado editorial. Depois de concluídas essas tarefas, Darwin voltou seus esforços para a redação da segunda edição de seu livro sobre plantas insetívoras (Darwin, 1875) e, para esclarecer alguns problemas sobre a fisiologia desses vegetais, Darwin consultou Burdon Sanderson (Romano, 2002: 113). Destacando-se como um expoente no meio científico britânico, Burdon Sanderson (1829-1905) iniciou sua trajetória profissional como médico praticante e funcionário da saúde pública em Londres, mas migrou para a investigação científica em patologia e fisiologia, edificando sua carreira na medicina experimental, de início em Londres e posteriormente na *University of Oxford*, onde permaneceu até o fim de seus dias (Romano, 2002: 1). Em seu processo de formação, Sanderson trabalhou na França, no início da década de 1850, nos laboratórios do eminente patologista Auguste Chauveau e de Claude Bernard, sob supervisão direta de ambos (Romano, 2002: 115). Ao fim de sua vida e trajetória, Burdon Sanderson havia conquistado o *status* de *Regius Professor* (cargo equivalente ao de professor catedrático) de medicina na universidade de Oxford, além do reconhecimento público por seu trabalho no campo da medicina experimental.

Segundo seu biógrafo Terrie Romano (2002: 176), Sanderson não apenas conseguiu construir uma carreira como cientista, como também foi uma figura central no processo de consolidação da pesquisa laboratorial – em fisiologia e patologia – como base da educação médica na Grã-Bretanha. Além disso, Sanderson ajudou os pesquisadores britânicos a se articularem com a comunidade internacional de investigadores em fisiologia experimental (Romano, 2002: 177).

A habilidade no manejo de um complexo instrumental de mensuração fisiológica constituía parte fundamental do treinamento recebido no laboratório de Claude Bernard, e, com essa formação, Burdon Sanderson desempenhou um importante papel na promoção do emprego desses instrumentos mecânicos na pesquisa fisiológica e, por extensão, nas práticas médicas de seu tempo. Foi por intermédio de Sanderson e outros poucos cientistas treinados em laboratórios estrangeiros que instrumentos desenvolvidos no século XIX na Europa continental, como o esfigmógrafo¹¹, foram introduzidos na Grã-Bretanha (White, 2006). Além disso, em suas palestras e demonstrações, assim como nos manuais que publicou, Burdon Sanderson esteve sempre em campanha pela adoção desse tipo de aparato pela medicina experimental britânica (White, 2006). As pesquisas iniciais de Sanderson sobre a influência dos movimentos respiratórios na circulação, desenvolvidas nos hospitais de Brompton e Middlesex na década de 1860, já lançavam mão de técnicas de mensuração baseadas em leituras do esfigmógrafo e do estetógrafo, e, como se não bastasse, o próspero fisiologista também conduzia experimentos em um laboratório privado que mantinha nas dependências de sua casa. Ali, em meio a uma “impenetrável selva de fios”, Burdon Sanderson realizava investigações no campo da eletrofisiologia, medindo pequenas alterações elétricas em tecidos ativos do coração e em outras estruturas de vários animais e plantas (White, 2006). Provavelmente seu nome já alcançava alguma projeção, pois sua competência nesse tipo de estudo chamou a atenção de Charles Darwin, e despertou neste a confiança necessária para recorrer a Sanderson como consultor a respeito da condução elétrica em plantas insetívoras. No curso do intercâmbio de correspondência entre os dois, Darwin sugeriu a Burdon Sanderson que investigasse se havia algum tipo de interação elétrica entre as folhas de *Drosera* ou de *Dionaea muscipula* quando essas plantas eram excitadas. Para ajudá-lo, Darwin emprestou ao fisiologista, no dia 09 de setembro de

¹¹ Esfigmógrafo - aparelho usado para medir a pressão arterial, criado no século XIX pelo fisiologista alemão Karl von Vierordt (1818-1884) e tornado portátil pelo cientista francês Étienne-Jules Marey (1830-1904).

1873 (mesmo ano da publicação do *Handbook* por Sanderson e colaboradores), dois espécimes de plantas insetívoras. Estudando essas plantas, Burdon Sanderson anunciou no mesmo mês a descoberta de que uma corrente voltaica era gerada na dionéia quando suas folhas eram estimuladas manualmente, e concluiu que as folhas dessa planta insetívora estavam “sujeitas, em todos os aspectos até agora investigados, às mesmas leis que [regem] os músculos e nervos” (Romano, 2002: 113).

As pesquisas relacionadas à condução elétrica em folhas de dionéia, realizadas por sugestão de Darwin, foram de tão grande importância para Sanderson, que a partir de então se tornaram o foco de sua pesquisa fisiológica, e quando abandonou a pesquisa em patologia, a partir do ano de 1878, Burdon Sanderson passou a dedicar inteiramente sua agenda à investigação desse problema (Romano, 2002: 113). A recepção desses experimentos em fisiologia vegetal estimulou esse homem de ciência a explorar a natureza de mecanismos excitatórios análogos em estruturas animais (Romano, 2002: 114), e nos anos seguintes Burdon Sanderson consolidaria seu prestígio profissional como um especialista no campo da eletrofisiologia (Romano, 2002: 116).

Além de Sanderson haver atuado como consultor eventual de Darwin para questões fisiológicas e da profunda influência exercida por uma sugestão do autor do *Descent* no encaminhamento de sua carreira, em termos de escolha de um campo investigativo, Burdon Sanderson e Darwin estabeleceram outras formas de colaboração mútua. O projeto de lei apresentado à Câmara dos Comuns pelo professor Playfair a partir de sugestão inicial de Darwin foi articulado por darwinistas e fisiologistas, dentre os quais Sanderson. Foram Darwin e Sanderson que abordaram o professor Playfair, propondo a este que elaborasse o projeto de lei, e nas cartas que Darwin trocou com Huxley e outros correspondentes o nome de Sanderson recebe sempre destaque como um dos importantes interlocutores consultados para a elaboração e avaliação desse projeto. Por exemplo, em carta escrita a Joseph Hooker, importante darwinista e colaborador, datada de 14 de abril de 1885, Darwin refere-se ao projeto de lei elaborado com a ajuda do Dr. Playfair. Nessa carta (Darwin, F, 1887c: 204), Darwin afirma que “as características essenciais” do esboço desse projeto “foram aprovadas por Sanderson, [John] Simon e [Thomas] Huxley”, o que demonstra a importância das ideias e apoio desse fisiologista para Darwin. O texto dessa carta, aliás, é ilustrativo da proximidade social e aliança política entre darwinistas e fisiologistas na Inglaterra vitoriana:

Down, April 14 [1875]. My dear Hooker.— I worked all the time in London on the vivisection question; and we now think it advisable to go further than a mere petition. Litchfield [genro de Darwin, marido de Henrieta] drew up a sketch of a Bill, the essential features of which have been approved by Sanderson, Simon and Huxley, and from conversation, will, I believe, be approved by Paget, and almost certainly, I think, by Michael Foster. Sanderson, Simon and Paget wish me to see Lord Derby, and endeavour to gain his advocacy with the Home Secretary. Now, if this is carried into effect, it will be of great importance to me to be able to say that the Bill in its essential features has the approval of some halfdozen eminent scientific men. I have therefore asked Litchfield to enclose a copy to you in its first rough form; and if it is not essentially modified, may I say that it meets with your approval as President of the Royal Society? The object is to protect animals, and at the same time not to injure Physiology, and Huxley and Sanderson's approval almost suffices on this head. Pray let me have a line from you soon. Yours affectionately, Charles Darwin (in Darwin, F, 1887c: 204; grifos meus).

Os trechos grifados da carta acima evidenciam várias questões exploradas na presente tese, e proponho nos determos um pouco na discussão dos mesmos. Em primeiro lugar, a afirmação de Darwin de que trabalhou “o tempo inteiro em Londres na questão da vivissecção” demonstra que, embora essa prática não fosse por ele empregada, a legitimação da experimentação animal era para Darwin um assunto importante o suficiente para que se ocupasse diretamente dele. Em segundo lugar, os nomes de Huxley, Sanderson e Simon aparecem com igual *status* na discussão do projeto de lei proposto. O Simon em questão é John Simon (1816-1904), cirurgião, membro da *Royal Society of London for the Improvement of Natural Knowledge* (doravante, *Royal Society*) e integrante do sistema de saúde pública, havendo se destacado no comando do combate à cólera no fim da década de 1840 (London Historical References and Sights, 2009). Outros fisiologistas de destaque estão presentes como interlocutores no texto da carta. Um deles é Sir James Paget (1814-1899), cirurgião do *St. Bartholomew's Hospital*, em Londres, e eleito presidente da *Royal Society of Medicine* justamente naquele ano de 1875 (Surgeons Net Community, 2010; Who Named It, 2010). Hoje considerado, junto a Rudolf Virchow, um dos fundadores da patologia moderna, Paget foi um correspondente regular de Charles Darwin, como se pode observar na coletânea de cartas do evolucionista publicada por seu filho Francis (Darwin, F., 1887a, 1887b, 1887c). O outro fisiologista mencionado na carta de Darwin é Michael Foster (1836-1907), coautor, junto a Burdon-Sanderson, do *Handbook*, que tanta celeuma gerou entre os antivivissecionistas em 1873. A proximidade entre Foster e a rede darwinista fica bastante evidente se observarmos que em 1869 ele foi nomeado *Fullerian professor* de fisiologia e histologia na *Royal Institution* como sucessor de Thomas Huxley, e no ano seguinte foi recomendado por

este último para assumir um novo cargo, de *prelectorship* de fisiologia no *Trinity College*, na Universidade de Cambridge, onde passou a ocupar a posição principal (*first chair*) a partir de 1883. Cofundador da *British Physiological Society* em 1876, Foster também seria um dos fundadores, em 1878, do *Journal of Physiology*, do qual seria editor até 1894. No ano de 1899 Foster se tornaria presidente da *British Association for the Advancement of Science* (Virtual Laboratory, 2010), uma instituição poderosa e que contava com uma massiva participação de membros darwinistas. Todos os fisiologistas aos quais Darwin faz alusão em sua carta a Hooker – a saber: John Burdon Sanderson, John Simon, James Paget e Michael Foster - praticavam regularmente a vivissecção, e todos eles foram convocados a depor perante a *Royal Commission on Vivisection* naquele mesmo ano (1875), quando defenderam a importância e legitimidade dessa prática (PP, 1876a).

Ainda a respeito dos trechos por mim grifados da carta de Darwin a Hooker, quero comentar a passagem na qual Darwin sustenta que “o objetivo [do projeto de lei do Dr. Playfair] é proteger os animais, e, ao mesmo tempo, não prejudicar [*injure*] a fisiologia”. Aqui temos a expressão de uma preocupação com o bem-estar dos animais, porém em um processo de ‘negociação’, por assim dizer, com os interesses da ciência fisiológica. Ao longo do corpo dessa tese pretendo demonstrar que a posição inicial de Frances Cobbe em relação à vivissecção não era fundamentalmente diferente, nesse aspecto, da atitude de Darwin, e veremos que um dos principais motivos para a mudança de postura de Cobbe sobre o tema diz respeito às sucessivas derrotas que ela, seus aliados, sua instituição e suas demandas foram sofrendo no sentido da regulamentação de restrições significativas aos abusos contra animais em experimentos fisiológicos. Também é digno de nota observar, nessa mesma sentença, que Darwin afirma que “a aprovação [do texto do projeto de lei] por Huxley e Sanderson praticamente basta [*suffices*] nesse aspecto”. Essa asserção de Darwin, que iguala em importância a posição de Huxley – seu amigo pessoal e um de seus maiores colaboradores na divulgação do darwinismo – à de Burdon Sanderson, no que dizia respeito à avaliação do projeto de lei em questão, é mais um indicativo dos fortes laços que uniam os darwinistas e fisiologistas britânicos em termos políticos.

1.4.2. Aspectos epistemológicos: 1- Influência do darwinismo nos fisiologistas

Na Inglaterra vitoriana essa aproximação entre darwinistas e fisiologistas não se resumia a interesses políticos ou laços de amizade; questões epistemológicas também

reforçavam os vínculos identitários entre os integrantes desses dois campos. Em primeiro lugar, a despeito das posições pessoais de cada indivíduo envolvido nesses programas de pesquisa, o darwinismo e a fisiologia experimental compartilhavam, enquanto sistemas conceituais, de uma cosmovisão que, se não excluía necessariamente explicações teológicas e teleológicas para os fenômenos biológicos, ao menos podiam certamente prescindir desse tipo de explicação. Richard French (1975: 356) aponta que entre 1840 e 1880 a influência cumulativa de uma abordagem naturalista, de viés não-teológico, foi se impondo de forma gradativa e peremptória no pensamento vitoriano. Esse naturalismo científico teve seu ponto de culminância na emergência do evolucionismo darwinista no fim da década de 1850, uma vez que “a teoria de Darwin, em particular, colocou em primeiro plano a relação entre o homem e os animais, de uma forma que parecia deixar pouco espaço para uma natureza espiritual singular do homem” (French, 1975: 357). French aprofunda essa discussão lançando mão de uma leitura feita por Frank Miller Turner¹², que enumera três premissas básicas do naturalismo científico: (1) a ideia da natureza como um mecanismo; (2) a teoria da evolução (e também a teoria atômica e a lei de conservação de energia) como manifestação desse mecanismo em funcionamento; e (3) paralelismo psicológico ou automatismo consciente, i.e., uma concepção segundo a qual os fenômenos mentais acompanham ocasionalmente, mas nunca determinam os movimentos e interações do mundo material (French, 1975: 358). Essa visão de mundo do naturalismo científico “separa a Natureza de Deus e subordina o Espírito à Matéria” (Turner, 1974, *apud* French, 1975: 358), e teriam sido as realizações conjuntas da geologia uniformitarista¹³, da biologia evolutiva e da psicologia associacionista que levaram essa abordagem naturalística a conquistar cada vez mais espaço, até se tornar a visão dominante no universo da ciência vitoriana (French, 1975: 358). Segundo Turner (*op. cit.*) e French

¹² Turner, Frank Miller. *The Reaction to Scientific Naturalism in Late Victorian*. England: New Haven, Connecticut and London: Yale University Press, 1974, *apud* FRENCH (1975: 357).

¹³ O uniformitarismo é a doutrina segundo a qual as mesmas leis e processos naturais que operam hoje no universo também operavam no passado, havendo, portanto, uma relação de continuidade por meio de transformações graduais entre os acontecimentos naturais remotos e os atuais. Embora as origens desse pensamento possam remeter à Antiguidade, é na geologia uniformitarista de Charles Lyell – com publicação de *Principles of Geology*, em 1830, que essa concepção tem seu coroamento. No campo da geologia a visão uniformitarista se opunha ao catastrofismo, segundo o qual a superfície da Terra se alterava de forma brusca, de tempos em tempos, através de eventos violentos. A abordagem uniformitarista de Lyell exerceu influência significativa na formação de Charles Darwin, servindo como uma das fontes de referência teórica para a elaboração de sua teoria evolutiva, que também pressupunha a existência de processos graduais nas transformações biológicas que davam origem a novas espécies (BOWLER, 1989).

(1975: 358), nesse processo de expansão da abordagem da visão naturalística, o aumento da influência dessas novas ideias científicas estava subordinado a um propósito de secularizar a sociedade. Entre os divulgadores dessa concepção se destacavam principalmente alguns aliados diretos de Darwin, tais como os *X-clubbers* Thomas Huxley, John Tyndall e Herbert Spencer, e também Francis Galton, um erudito e primo de Darwin que era o mais destacado eugenista da época e membro influente de BAAS. Além desses nomes, Turner aponta dois outros: E. Ray Lankester – um jovem zoólogo que foi aluno de Huxley e que advogava em favor da vivissecação – e George Lewes, o marido da escritora George Elliot, um fisiologista que, não sendo vinculado a qualquer instituição, realizava suas pesquisas em um laboratório privado (French, 1975: 358); Lewes foi um dos depoentes da *Royal Commission* de 1875.

Em um estudo sobre a expansão da fisiologia experimental na Universidade de Cambridge sob a direção do fisiologista Michael Foster a partir dos anos 1870, o historiador Gerald Geison (1978, *apud* Mayer, 2008) enfatiza a influência exercida pelas teorias darwinistas no desenvolvimento das práticas fisiológicas de seu país, e declara que “se a fisiologia inglesa teve um ‘estilo nacional’, e se esse estilo precisasse ser definido em uma única palavra, nenhuma outra palavra poderia ser escolhida senão ‘evolucionista’” (Geison, 1978, *apud* Mayer, 2008). Geison observa que, embora os ‘contornos’ (*outlook*) da pesquisa fisiológica britânica já fossem evidentes antes da publicação do *Origin*, foi “a extensão em que os fisiologistas britânicos abraçaram (*espoused*) e utilizaram a teoria evolucionária de Darwin que os diferenciou (*set them apart*) mais claramente de seus colegas europeus [continentais]” (Geison, *op. cit.*).

Essa ligação dos fisiologistas europeus com o darwinismo se deve em grande parte, segundo Mayer (2008), à influência exercida diretamente por Thomas Huxley. Altamente comprometido com o ensino da nascente disciplina da biologia, não apenas para a formação de profissionais especializados, mas também para a população em geral (Allen, 1978), Huxley passou a ministrar regularmente, a partir de 1871, nas dependências do *South Kensington Museum* (hoje o *Victoria and Albert Museum*), um curso em formato de ciclo de palestras que incluíam aulas demonstrativas (Huxley, L., 2004b). Nessas aulas Huxley demonstrava as propriedades físicas de vários ‘tipos’ (*types*) biológicos, enfatizando, assim, a continuidade anatômica entre os mesmos (Mayer, 2008). O professor T. Jeffery Parker assim se referiu ao método de ensino de seu mestre durante essas palestras:

Huxley's method of teaching was based upon the personal examination by the student of certain "types" of animals and plants selected with a view of illustrating the various groups. But, in his lectures, these types were not treated as the isolated things they necessarily appear in a laboratory manual or an examination syllabus; each, on the contrary, took its proper place as an example of a particular grade of structure, and no student of ordinary intelligence could fail to see that the types were valuable, not for themselves, but simply as marking, so to speak, the chapters of a connected narrative. (Parker, 1896: 163)

Esse discípulo confesso de Huxley considerava a metodologia de ensino empregada por seu mestre como altamente inovadora, e afirma, logo em seguida, que “devemos a Huxley, mais do que a qualquer outra pessoa, o sistema moderno de ensino de biologia” (Parker, 1896: 163). É ao poder de persuasão dessa abordagem que Mayer (2008) atribui boa parte do êxito de Huxley em influenciar toda uma geração de fisiologistas, que teriam incorporado essa “continuidade narrativa entre tipos biológicos” em suas formulações teóricas posteriores. Dessa forma, o evolucionismo darwinista, via Huxley, teria “não apenas emprestado à fisiologia britânica uma fundamentação conceitual, mas também propiciado aos proponentes da vivissecção uma fundamentação retórica quando defendiam suas práticas de pesquisa” (Mayer, 2008).

Embora o público-alvo dessas aulas em *South Kensington* fosse constituído por professores de ciências de escolas de ensino básico, Huxley contou com alguns assistentes para ministrar essas aulas; dentre estes, destacava-se Michael Foster (Hawgood, 2008: 223). Foster conheceu Huxley no fim da década de 1850, quando este último fizera parte da banca examinadora de sua graduação na *University of London*, e desde então se manteve ligado a seu professor (Hawgood, 2008: 221). De certa forma, pode-se dizer que Foster praticamente testemunhou o nascimento do evolucionismo darwinista. Em 1859, ano de publicação do *Origin* por Darwin, Foster concluía seu doutoramento e ingressava como membro da *British Association for the Advancement of Science*, que se revelaria talvez a principal instituição de divulgação e defesa do programa de pesquisa darwinista. No ano seguinte, 1860, Foster era uma das pessoas presentes no encontro da *British Association* em Oxford, no qual se deu o legendário confronto entre Thomas Huxley e o bispo Samuel Wilberforce (1805–1873), quando os dois oponentes trocaram acusações irônicas e acaloradas a respeito da origem e evolução da espécie humana (*ibid.*).

Também a trajetória profissional de Foster foi fortemente imbricada à figura de Thomas Huxley. Foi por intermédio deste que Foster ingressou no quadro de professores da Universidade de Cambridge, em 1870. Nessa instituição, além de ministrar o curso de fisiologia, Foster criou dois novos cursos; um deles era de

embriologia, e o outro era um curso elementar de biologia que, ao invés de se basear nos princípios tradicionais da sistemática, tinha como referência os princípios evolucionários (Hawgood, 2008: 224). No mesmo patamar que Claude Bernard - de quem recebeu seu treinamento em fisiologia na França - Huxley seria um dos nomes de maior influência acadêmica na vida de Foster, e quando da morte de Huxley, em 1895, Foster se encarregou de escrever o obituário de seu mentor. Nesse texto de ode a Huxley, Foster se referiu ao mesmo como “o homem cujos escritos sobre temas científicos” ele, Foster, havia seguido “avidamente”¹⁴.

Huxley tinha a firme convicção de que um conhecimento com base nas ciências naturais era de importância crucial para uma melhor educação e bem-estar de homens e mulheres, e nesse sentido era crítico do modelo educacional então vigente, dedicado quase exclusivamente ao cultivo do poder de expressão e do desenvolvimento de um senso de beleza literária; Foster compartilhava dessa visão de Huxley. Os cursos para aprimoramento de professores de ciências em *South Kensington*, na década de 1870, faziam parte desses esforços por uma reforma do sistema de ensino. Nessas aulas, Foster, na condição de assistente de Huxley, era um dos experientes demonstradores que atuavam ajudando os alunos a compreender a estrutura e o funcionamento dos organismos (Hawgood, 2008: 223).

Com base nos estudos realizados por Richard French (1975) e Gerald Geison (1978), também Terrie Romano (2002: 167) defende que na Grã-Bretanha a fisiologia experimental procurava se diferenciar do modelo francês – que perseguia um ideal metodológico e epistemológico baseado fundamentalmente na física e na química - e tentava construir sua identidade por meio de uma maior aproximação com a biologia evolucionista de Darwin. Tendo como sujeito de sua investigação histórica a figura de John Burdon Sanderson, na verdade Romano acentua essa identidade evolucionista da maioria dos fisiologistas ingleses com o propósito de diferenciar Sanderson. Diferente de indivíduos como Michael Foster, Burdon Sanderson estaria, segundo Romano, “na periferia desse grupo” de fisiologistas comprometidos epistemologicamente com a teoria da evolução (Romano, 2002: 167). De acordo com Romano, diferentemente de Foster e outros colegas, Sanderson considerava que a fisiologia devia ser construída apoiada principalmente na física e na química, e apenas secundariamente na biologia, o que o alinhava mais com o modelo de conhecimento das universidades alemãs do que

¹⁴ In: FOSTER, M. *Thomas Henry Huxley*. Obituary Notices. Proceedings of the Royal Society of London 1895; 59:xlvi–lxvi, citado em HAWGOOD, 2008: 221.

com o das instituições britânicas (Romano, 2002: 167). Não obstante essas ressalvas feitas por Romano, devemos, ainda assim, observar que, conforme foi comentado acima, Sanderson foi uma pessoa ativamente engajada na rede social de articulação de um projeto de lei para legitimar a prática da vivissecção, junto a Darwin, Huxley e Hooker; além da já apontada influência de Darwin sobre a trajetória de Sanderson, e da atuação desse último como consultor do patriarca da evolução em questões eletrofisiológicas, também acima comentadas. O próprio Romano, após destacar aquelas singularidades de Sanderson, afirma que “as diferenças entre Burdon Sanderson e o grupo de Huxley [designação de Romano para o grupo que incluía Foster e outros fisiologistas mais diretamente alinhados epistemológica e politicamente ao evolucionismo] não devem ser exageradas”. Por um lado, continua Romano, os membros do grupo de Huxley estavam conscientes das conquistas da fisiologia alemã; por outro lado, Burdon Sanderson foi, sem dúvida, influenciado por ideias evolucionistas, como no caso de seus estudos sobre a condução elétrica em folhas de plantas insetívoras (Romano, 2002: 167). Sem dúvida, Sanderson aceitava a teoria da evolução de Darwin. Ele a considerava incontestável, e frequentemente utilizava o *status* dessa teoria para respaldar a fisiologia experimental diante do olhar público. Em palestras na *Royal Institution*, Sanderson associava de forma sutil a fisiologia à evolução darwinista, tendo mesmo se referido a Darwin como “o inaugurador de uma nova era”, pela influência exercida em seus sucessores (Romano, 2002: 167).

1.4.3. Aspectos epistemológicos: 2 – Influência da fisiologia em Darwin e aliados

Na seção acima procurei enfatizar as influências exercidas por Darwin, Huxley e o próprio darwinismo como sistema conceitual e visão de mundo sobre o pensamento e concepções dos fisiologistas britânicos. Pretendo, agora, argumentar que essas influências teóricas e conceituais não eram unilaterais; ao contrário, eram marcadas por trocas de mão dupla; concepções advindas do campo da fisiologia estavam presentes de forma significativa em alguns textos importantes de Darwin e, em alguma medida, na própria forma desse autor conceber o funcionamento da mente animal e humana.

Se, por um lado, o veterano Thomas Huxley serviu como mentor para jovens fisiologistas como Michael Foster, por outro lado alguns desses mesmos fisiologistas vieram a ser figuras de referência para uma nova geração de darwinistas. Foi o caso de George John Romanes (1848 - 1894), um jovem zoólogo que, além de importante pupilo de Darwin, foi também aluno de biologia de Foster em Cambridge e estudou sob

a orientação do Dr. William Sharpey, da velha geração de fisiologistas, e de Burdon Sanderson. Segundo relata sua esposa Ethel, esses dois últimos professores (assim como Darwin) se tornaram amigos pessoais de Romanes e, “talvez depois do Sr., Darwin, o Sr. Sanderson foi o amigo científico que Romanes mais valorizava e amava” (Romanes, E., 1896: 13). Romanes dedicou-se principalmente a estudos de psicologia animal, mas embora não fosse ele próprio um praticante da fisiologia, recebeu desses mentores alguma educação nesse campo. Na verdade, em suas formulações teóricas Romanes chegou mesmo a recorrer à terminologia fisiológica como quando cunhou o conceito de “seleção fisiológica”, um mecanismo evolutivo concebido como complementar à seleção natural de Darwin (Romanes, 1886).

No que diz respeito à influência do pensamento fisiológico no discurso do próprio Darwin, podemos começar observando de que forma algumas noções psicológicas deste se apoiavam em uma base fisiológica. Para isso convém evocarmos uma nova personagem: Alexander Bain (1818 - 1903). Em um estudo sobre a história de teorias sobre a localização cerebral de atributos mentais, Robert Young (1970: 101) afirma que Bain foi provavelmente o primeiro pensador moderno cuja principal preocupação era com a psicologia propriamente dita, sendo ele autor do primeiro tratado abrangente especificamente sobre esse assunto, uma obra em dois volumes: o primeiro deles intitulado *The Senses and the Intellect* (1855), e o segundo *The Emotions and the Will* (1859, mesmo ano da publicação do *Origin*). Esses livros foram, de acordo com Young (1970: 101), os textos de referência em psicologia por quase meio século. Em 1876, ano em que o parlamento inglês publicou as minutas das seções da *Royal Commission on Vivisection* (PP, 1876a) e quando foi promulgado o *Vivisection Act* (PP, 1876b), Alexander Bain fundou a revista *Mind*, o primeiro periódico de psicologia do mundo, e que existe até hoje (Young, 1970: 101).

Alguns registros de correspondência de Darwin e Huxley, publicados postumamente por seus respectivos filhos, nos oferecem indícios de vínculos sociais e trocas intelectuais entre Bain e esses dois pensadores. Em primeiro lugar, cabe assinalar que Bain figurou pelo menos um vez entre os convidados de um jantar especial que os membros do *X-club* realizavam eventualmente com seletos homens de ciência de seu tempo (Huxley, L., 2004a). Além disso, Bain recebeu, juntamente com Huxley, o título de *Lord Rector* da Universidade de Aberdeen, na Escócia (Huxley, L., 2004b). Bain também se correspondeu com Darwin. Em carta datada de 9 de outubro de 1873, Darwin acata humildemente as críticas que Bain havia feito ao texto do *Expression*,

publicado no ano anterior. Em um pós-escrito da então mais recente edição de *The Senses and the Intellect*, Bain acusara Darwin de ter sido demasiado vago na formulação de um dos três princípios da expressão das emoções defendidos no *Expression*, a saber, o da ‘ação direta do sistema nervoso’. Em sua carta a Bain, Darwin se desculpa por não haver apreendido em toda sua complexidade o conceito de ‘princípio da espontaneidade’, concebido por este último, e que teria influenciado a formulação do princípio de expressão de Darwin (Darwin, F., 1887c: 172).

Para entendermos a presença das ideias de Bain nos livros de Darwin convém, antes, situarmos melhor o pensamento e influências do primeiro no contexto da época. Segundo Young (1970: 101) a obra de Bain configura “o ponto de encontro da fisiologia experimental sensório-motora com a psicologia associacionista”. Em outras palavras, embora Bain não fosse um fisiologista, muito menos um vivissecionista, seus estudos de psicologia buscavam sempre uma base fisiológica para os estados mentais. Essas concepções exerceram influência direta sobre os desenvolvimentos posteriores de alguns fisiologistas britânicos, como foi o caso de David Ferrier (1843-1928), um fisiologista escocês que desempenhou um papel importante na controvérsia britânica sobre a vivissecção. Ferrier se especializou em estudos neurológicos, especialmente sobre o funcionamento cerebral, e sua educação formal se deu na Universidade de Aberdeen, onde foi pupilo de Alexander Bain, ao qual se referia como uma das pessoas a quem mais devia seus conhecimentos de psicologia (Young, 1970: 101).

Quanto à influência de Alexander Bain nas concepções de Darwin, podemos observar que na primeira edição do *Descent* (Darwin, 1871) Bain é mencionado nove vezes, e onze vezes na segunda e última edição (Darwin, 1874). Na maioria das ocasiões essas citações dizem respeito às teses de Bain sobre a origem da emoção moral da simpatia [*sympathy*], que Darwin endossa. Também no texto do *Expression* (Darwin, 1872) o nome de Bain aparece onze vezes como autoridade no estudo das emoções e sua expressão, e uma dessas citações merece especial destaque:

Short discussions on Expression may be found in various works (...). Mr. Bain (...) says (...), “I look upon the expression so-called as part and parcel of the feeling. I believe it to be a general law of the mind that, *along with the fact of inward feeling or consciousness, there is a diffusive action or excitement over the bodily members.*” In another place he adds, “A very considerable number of the facts may be brought under the following principle: namely, that *states of pleasure are connected with an increase, and states of pain with an abatement, of some, or all, of the vital functions.*” (Darwin, 1872: 8; grifos meus)

Na passagem acima merecem destaque os trechos grifados, nos quais, citando Bain, Darwin endossa a visão deste, segundo a qual os estados psicológicos apresentam correspondências diretas com estados fisiológicos, como no caso das sensações e sentimentos prazerosos, que excitam “algumas ou todas as funções vitais”, em oposição aos estados de sofrimento, que as deprimem. O prazer e a dor enquanto estados mentais e fisiológicos nos pensamentos de Darwin, Cobbe e outros, assim como seu *status* na cultura britânica vitoriana, serão objeto de discussões mais pormenorizadas no capítulo 3 da presente tese; de toda maneira, o que quero aqui ressaltar é a influência de Bain sobre Darwin em termos da noção de uma associação obrigatória entre estados fisiológicos e estados mentais.

Alguns outros fisiologistas britânicos e continentais são referidos nas páginas do *Descent* e, principalmente, do *Expression*. Michael Foster, por exemplo, é mencionado em uma breve alusão à ação reflexa dos centros vasomotores (Darwin, 1872: 344). James Paget, por sua vez, é citado em sete diferentes ocasiões no texto do *Expression* como autoridade no estudo da fisiologia das emoções humanas (Darwin, 1872: 68, 116, 312, 313, 314, 340n, 342), além de uma vez no *Descent* (Darwin, 1871: 19). Poder-se-ia objetar que as menções aos mais eminentes fisiologistas britânicos de seu tempo não são tão abundantes como seria de esperar quando se defende – como faço aqui – que Darwin sofreu influências significativas das formulações da fisiologia experimental de seu tempo, mas cabe observarmos que as obras de Darwin aqui analisadas – o *Descent* e o *Expression* – foram publicadas, respectivamente, em 1871 e 1872, anos em que a segunda geração, por assim dizer, de fisiologistas britânicos apenas começava a se afirmar profissionalmente (o *Handbook* de Sanderson e colaboradores, por exemplo, só foi publicado em 1873). É verdade que a segunda edição do *Descent* foi publicada em 1874, mas devemos ter em mente que nenhum dos capítulos do *Descent* era dedicado a questões fisiológicas, ao contrário do que acontecia com o *Expression*. Diferente do que acontecia em terras britânicas, na França a fisiologia experimental já estava em estágio mais adiantado no início da década de 1870, e no texto do *Expression* o nome de Claude Bernard é citado quatro vezes para fundamentar afirmações de Darwin sobre a ação dos nervos na expressão das emoções animais e humanas (Darwin, 1872: 37,68, 70, 70). Outros estudiosos da fisiologia mencionados no *Expression* são: Sir Charles Bell, da primeira geração de fisiologistas britânicos, “tão ilustre por suas descobertas em fisiologia” (Darwin, 1872: 2); Dr. Burgess, de Edimburgo, autor de *The Physiology or Mechanism of Blushing*, de 1839; Dr. Duchenne, francês, autor de *Mécanisme de la Physionomie Humaine* (1862), cujas fotografias demonstrando a contração de músculos

faciais como expressões emocionais ilustram o *Expression*; o X-cluber Herbert Spencer, autor de *Essays, Scientific, Political, and Speculative, Second Series* (1863), que inclui, segundo Darwin, “um valioso ensaio sobre a fisiologia do riso” (Darwin, 1872: 9); um certo Prof. Preyer, a quem Darwin se refere como “um distinto fisiologista” (Darwin, 1872: 14); o alemão J Müller, do qual Darwin cita o *Elements of Physiology* (Darwin, 1872: 39); William Carpenter, fisiologista inglês, autor de *Principles of Comparative Physiology* (1854) (Darwin, 1872: 47), que foi um dos depoentes nas seções da *Royal Commission on Vivisection* de 1875; Hermann von Helmholtz, autor de *Théorie Physiologique de la Musique* (Darwin, 1872: 91); o britânico Henry Maudsley, autor de *The Physiology and Pathology of Mind* (1868) (Darwin, 1872: 342), além de vários outros autores. Também vale a pena atentarmos para as palavras de Darwin no último parágrafo do *Expression*:

To understand, as far as is possible, the source or origin of the various expressions which may be hourly seen on the faces of the men around us, not to mention our domesticated animals, ought to possess much interest for us. From these several causes, we may conclude that the philosophy of our subject has well deserved the attention which it has already received from several excellent observers, and that it deserves *still further attention, especially from any able physiologist.* (Darwin, 1872: 367; grifos meus)

A passagem acima deixa clara a importância que Darwin atribui à fisiologia experimental. É às mãos de “qualquer fisiologista capacitado” que se interesse pelo tema que ele entrega a tarefa de aprofundar o estudo das expressões emocionais humanas e animais às quais dedicara seu livro. Essa fala evidencia a confiança que o evolucionista depositava nessa ciência e em seus representantes mais qualificados, alguns dos quais faziam parte de seu círculo de relações sociais e políticas, conforme pudemos observar nas seções anteriores. Mais adiante teremos outras oportunidades de confirmar as fortes ligações entre darwinistas e fisiologistas, e observar como seus laços e alianças se relacionavam não apenas a interesses comuns, mas também a visões de mundo similares – tanto no que dizia respeito a aspectos teóricos e epistemológicos, como também em termos de como concebiam a função e o *status* das ciências – especialmente as biológicas - no projeto civilizatório. Esses interesses e visões de mundo comuns a darwinistas e fisiologistas se evidenciariam de forma pronunciada a partir da apresentação praticamente simultânea às Casas do Parlamento dos projetos de lei do Lorde Henniker, representando Cobbe e seus aliados e de Lyon Playfair, representando Darwin e seus colegas – projetos estes que deram ensejo à formação de

um comissão real de investigação, que resultaria na promulgação de uma legislação específica para regulamentar a prática da vivissecção.

1.5. CONFRONTOS POLÍTICOS E ORGANIZAÇÕES RESULTANTES

1.5.1. Os Projetos de Henniker e Playfair

No mês de maio de 1875 foram apresentados a duas casas diferentes do parlamento inglês dois projetos versando sobre o mesmo tema, um deles a partir de manobras políticas de Cobbe, e o outro, mobilizado por Darwin e Huxley. O projeto liderado por Cobbe, esboçado inicialmente por Sir Frederick Elliot, foi revisado por várias outras pessoas, e apresentado pelo Lorde Henniker à Câmara dos Lordes no dia 4 de maio de 1875 (PP, 1876a: 337). Cobbe depositou grande expectativa nesse projeto; em sua autobiografia, ela declara que “é impossível descrever toda a ansiedade que tive que suportar durante o intervalo [desde a conclusão do texto] até o dia quatro de maio, quando esse projeto foi de fato apresentado” (Cobbe, 1894b: 581). Resumidamente pode-se dizer que as oito cláusulas do projeto de Henniker/Cobbe propunham que: (1) Qualquer experimento de vivissecção se desse em um local registrado especificamente para esse propósito, com a notificação a autoridades estatais; (2) Essa notificação deveria ser assinada por um membro de algum colégio de médicos e chancelada pelo secretário de estado; (3) Qualquer pessoa que praticasse a vivissecção em local não registrado deveria ser processada como infratora da lei; (4) Um inspetor poderia visitar qualquer dos locais registrados a qualquer momento, sem qualquer aviso prévio; (5) Não seria permitida a vivissecção sem prévia anestesia completa do animal (o curare não sendo considerado um anestésico); (6) Experimentos de exceção à regra anterior, i.e., que demandassem a vivissecção sem anestesia, exigiriam a expedição de um certificado específico, requisitado ao secretário de estado, que decidiria em favor ou contra a autorização do experimento em questão; (7) Caso aprovados tais experimentos, o certificado de autorização deveria ter validade máxima de seis meses, após os quais seria necessário requerer um novo documento; (8) O secretário de estado poderia descredenciar qualquer estabelecimento registrado que porventura descumprisse qualquer das normas anteriores; (9) Em casos de denúncias da prática da vivissecção em locais não autorizados, um juiz de paz poderia ordenar que oficiais de polícia fizessem uma busca no local, recolhendo os nomes dos presentes, e a recusa em obedecer aos policiais implicaria uma multa; (10) O termo ‘vivissecção’ deveria ser entendido em

sentido amplo, incluindo quaisquer experimentos potencialmente causadores de sofrimento nos animais utilizados (PP, 1876a: 337 e 338).

Oito dias após a apresentação do projeto de Henniker na Câmara dos Lordes, foi a vez de ser apresentado na Câmara dos Comuns, por intermédio do professor Playfair, o projeto articulado por Darwin, Huxley e Sanderson (PP, 1876a: 338). Esse projeto tinha dez cláusulas, cujas diretrizes básicas podem ser assim resumidas: (1) Nenhuma pessoa poderia realizar experimentos que causem dor “ou de uma natureza que cause dor” em animais, exceto nos contextos definidos nesse projeto; (2) Pessoas que desrespeitassem essa norma podem ser multadas ou presas; (3) Experimentos dolorosos ou “de natureza que cause dor” só seriam permitidos se o animal fosse completamente insensibilizado durante todo o experimento, e caso o animal ficasse significativamente prejudicado, deveria ser morto imediatamente após o fim do experimento; (4) Alguns experimentos poderiam ser realizados sem administração de anestésicos, desde que “o experimento seja realizado com o propósito de nova descoberta científica, e com nenhum outro propósito” e que o tipo de problema científico investigado não fosse compatível com a anestesia – ou seja, caso a anestesia adulterasse os resultados; (5) Quaisquer experimentos realizados sem anestésicos deveriam ser registrados individualmente, e encaminhados à autoridade competente; (6) Para obter uma licença para realizar a vivisseção, o requerente deveria se dirigir ao secretário de estado, de posse de um formulário assinado pelo presidente da *Royal Society* ou outra instituição do mesmo porte e por um professor de fisiologia, medicina ou anatomia de uma universidade da Grã-Bretanha; (7) Uma vez obtida a licença, a mesma teria validade de cinco anos ou, no caso de um professor de qualquer universidade britânica, todo o tempo em que ocupasse seu cargo; (8) Para renovar a licença, bastaria encaminhar um ofício por escrito, sem necessidade de novo certificado ou aval de qualquer autoridade; (9) Um secretário de estado poderia, a qualquer momento, revogar qualquer licença, sem para isso ter que apresentar qualquer justificativa; (10) a licença concedida se estenderia a qualquer pessoa que atuasse como assistente de seu detentor, desde que na presença e sob a supervisão do mesmo; (11) qualquer um que descumprisse as regras acima poderia ser processado; (12) qualquer pessoa que fosse processada com base nessa lei poderia recorrer às instâncias ou autoridades adequadas, relacionadas no texto do projeto. Em seguida à enumeração das cláusulas, o texto do projeto do professor Playfair apresentava uma proposta pronta do conteúdo do formulário de requerimento da licença, outra do certificado e mais uma, com o texto da licença em si (PP, 1876a:

339). No formulário de requerimento, o requerente deveria justificar sua demanda, declarando que sua pesquisa servia ao propósito de “avanço do conhecimento fisiológico”, e que se comprometia a submeter-se às restrições e normas impostas pela nova lei. No formulário do certificado, o presidente da *Royal Society* chancelava as afirmações feitas pelo requerente no formulário anterior. Finalmente, o texto da licença era assinado pelo secretário de estado de Sua Majestade, concedendo a licença requisitada pelo cientista em questão.

Esse projeto de lei apresentado por Playfair partiu, como vimos, de uma preocupação de Darwin com o conteúdo do projeto articulado por Cobbe e defendido pelo Lorde Henniker. A elaboração do projeto encaminhado por Playfair envolveu várias intermediações, e inúmeros foram os homens de ciência consultados nesse processo. Durante os meses de fevereiro e março Darwin e Huxley dialogaram constantemente com Burdon Sanderson, o qual assumiu para si a responsabilidade de procurar fisiologistas, anatomistas e profissionais da área médica. Os nomes consultados por Burdon Sanderson incluem: Sir John Simon; William Sharpey (1802-1880), um dos pioneiros da fisiologia britânica na primeira metade do século XIX e então professor de fisiologia e anatomia do *University College*, em Londres; Sir Robert Christison (1797-1882), professor de toxicologia em Edimburgo; Sir Henry Acland (1815-1900), *Regius Professor* de medicina em Oxford; George Rolleston (1829-1881), professor de anatomia e fisiologia em Oxford; Sir William Gull (1816-1890), eminente médico londrino; e Michael Foster, então professor de fisiologia em Cambridge (French, 1975: 71). Desse grupo emergiria, segundo French (1975: 71) um *lobby* para proteger a medicina experimental.

As discussões e negociações efetuadas por esses agentes não seriam isentas de conflito. Houve tensões a respeito das distinções entre a profissão médica, conforme então exercida e entendida, e a nova profissão da medicina experimental. Acland e Rolleston, além disso, se recusaram a assinar uma petição esboçada originalmente por Huxley, por considerarem que o texto da mesma era demasiado permissivo em suas reivindicações em favor da vivisseção (French, 1975: 72). Também houve tensões nas negociações envolvendo o projeto de lei que seria apresentado ao parlamento por Playfair. O esboço do texto foi feito por Richard Litchfield (genro de Darwin e marido de Henrietta, que assinara a petição de Cobbe) em consulta a Darwin, Huxley, Burdon Sanderson, Simon, Foster e Sir James Paget, mas sua aceitação não foi unânime dentro do grupo do *lobby* pró-vivisseção (French, 1975: 72). Christison, Acland, Gull e

Sharpey, por exemplo relutavam em tornar essa uma questão de legislação. De qualquer modo, diante do crescente questionamento dessa prática junto à opinião pública, o grupo acabou considerando recomendável a apresentação de uma proposta de lei junto às Casas do Parlamento; foi quando Darwin e Burdon Sanderson procuraram Playfair para os representar e operar os remates finais no texto (French, 1975: 73).

A primeira tática de Playfair consistiu em tentar convencer Lorde Henniker a retirar o próprio projeto em favor daquele que ele, Playfair, ora apresentava. Todavia, diante da recusa de Henniker, o documento representando os interesses do grupo de darwinistas e fisiologistas foi apresentado por Playfair à Câmara dos Comuns em 12 de maio de 1875. Os termos de tal projeto desagradaram, contudo, ao menos parcialmente, até mesmo aqueles que tomaram a iniciativa de abordarem Playfair, como se pode observar em uma carta de Huxley a Darwin uma semana após a apresentação do projeto:

My dear Darwin, Playfair has sent a copy of his bill to me, and I am sorry to find that *its present wording is such as to render it very unacceptable to all teachers of physiology*. In discussing the draught with Litchfield I recollect that I insisted strongly on the necessity of allowing demonstrations to students, but I agreed that it would be sufficient *to permit such demonstrations only as could be performed under anaesthetics*.

The second clause of the bill, however, *by the words "for the purpose of new scientific discovery and for no other purpose," absolutely prohibits any kind of demonstration*. It would debar me from showing the circulation in the web of a frog's foot or from exhibiting the pulsations of the heart in a decapitated frog. *And by its secondary effect it would prohibit discovery*. (...)

Surely Burdon Sanderson did not see the draft of the bill as it now stands. *The Professors here are up in arms about it, and as the papers have associated my name with the bill I shall have to repudiate it publicly unless something can be done*. But what in the world is to be done? *I have not written to Playfair yet, and shall wait to hear from you before I do* (Huxley, L., 2004b; grifos meus)

Na carta acima, datada de 19 de maio de 1875, podemos perceber, pelos trechos grifados, alguns pontos importantes. Embora Huxley acene com a possibilidade de concordância de algumas restrições ao emprego da vivissecção - como a proposta de que em demonstrações a anestesia fosse obrigatória - ele condena com veemência a ideia de que um experimento seja realizado “com o propósito de nova descoberta científica, e com nenhum outro propósito”, por entender que na prática essa norma restritiva acabaria impondo uma proibição quase completa à experimentação animal. Tal é, na opinião de Huxley, a inadequação dessas palavras, que ele chega ao ponto de afirmar que essa versão do projeto o torna “inaceitável para todos os professores de fisiologia”, e reforça sua posição ao declarar que pode se ver obrigado a repudiar esse documento, “a menos que algo possa ser feito” a respeito para alterar seu teor. Huxley

acredita que Burdon Sanderson não tenha lido o projeto, pois somente isso explicaria ele não ter-se manifestado contrário ao seu conteúdo; esse comentário aponta, mais uma vez, para o prestígio de Sanderson perante Huxley, um influente darwinista. Prestígio ainda maior é conferido a Darwin, pois somente após ouvir a opinião deste Huxley irá se decidir quanto a como se dirigir a Playfair, autor das palavras que o descontentaram.

Atendendo às objeções de Huxley, Darwin escreveu a Playfair no dia 26 de maio de 1875, comunicando-lhes as preocupações de Huxley e endossando-as, ao afirmar que “ele [o projeto] iria impedir as demonstrações com animais insensibilizados, e para mim isso parece uma provisão monstruosa¹⁵”. Cuidadoso, Darwin ao mesmo tempo se desculpava por incomodar Playfair, e o assegurava de sua convicção sobre sua boa-fé ao afirmar que “não tenho dúvidas de que você deseja auxiliar o progresso da Fisiologia (*sic*) e, ao mesmo tempo, salvar os animais de todo sofrimento desnecessário” (Darwin, F. & Seward, 1903: 435, carta 766). Playfair não recebeu bem essas críticas, e, no dia seguinte a essa carta de Darwin, escreveu uma resposta. Entre outras afirmações, Playfair, percebendo o desprestígio de seu projeto entre os próprios colegas de causa, declarou que esse projeto estava sendo derrotado porque tinha sido rejeitado por um de seus próprios criadores: John Burdon Sanderson (DCP¹⁶, carta 9996). Em resposta a essa carta de Playfair, Darwin escreveu a este no dia 28 de maio, pedindo desculpas pelo emprego de um termo contundente (a palavra *monstrous*) na carta anterior, e também por causar-lhe tantos “problemas e aborrecimento” (*trouble and vexation*) em relação às críticas feitas por Huxley e outros a respeito do texto do documento; afinal, Darwin reconhecia que a temática era das mais desagradáveis e difíceis (Darwin, F. & Seward, 1903: 436, carta 767). Todos esses cuidados não impediram, no entanto, que Playfair continuasse se sentindo contrariado e ofendido pelas posições críticas assumidas em relação a ele por aqueles mesmos homens de ciência que o haviam pedido que elaborasse e defendesse o projeto de lei. Em carta endereçada a Darwin, datada de 5 de junho de 1875, Huxley comenta com seu amigo que Playfair declarou-se “nauseado (*disgusted*) com nossos pronunciamentos a respeito do projeto” (DCP, carta 10010). Afinal, Playfair sustentava que não era uma autoridade no assunto, e que na elaboração de seu texto ele simplesmente seguira as recomendações de Burdon Sanderson. Esse último, por sua vez, insinuara que Playfair havia feito demasiadas concessões na versão

¹⁵ “(...) it would prevent demonstrations on animals rendered insensible, and this seems to me a monstrous provision.”

¹⁶ DCP – Darwin Correspondence Project (www.darwinproject.ac.uk).

final de seu documento para, dessa forma, conquistar o apoio de dois outros importantes parlamentares: os lordes Cardwell e Shaftesbury (French, 1975: 76). Conflitos à parte, todavia, quando questionado posteriormente, em depoimento à *Royal Commission*, se estava ciente do projeto de Playfair, Sanderson respondeu que “estava, e tive participação ativa no mesmo. Tive conferências com o Dr. Playfair sobre o assunto, e com outros gentis-homens; e no geral eu o aprovei [o projeto], e o considerei uma medida apropriada” (PP, 1876a: 115). Essa fala de Sanderson sugere que, a despeito dos conflitos internos porventura existentes, havia entre os membros do *lobby* pró-vivissecação a preocupação de afirmar sua coesão quando em situações de fórum público. Também fica claro que era o projeto de Playfair que esse grupo, aqui representado por Sanderson, defendia como o mais adequado.

Em termos comparativos, os projetos de Playfair, representando o grupo de Darwin, e o de Henniker, representando o grupo de Cobbe, não são muito diferentes. Ambos admitiam a legitimidade da vivissecação e a necessidade de uma legislação capaz de coibir abusos potenciais no exercício dessa prática. Ambos propõem severas restrições à realização de experimentos que implicassem sofrimento físico dos animais, e ressaltavam a importância do uso de anestésicos como salvaguarda contra a dor. Por outro lado, ambos admitiam a necessidade científica de alguns tipos de experimentos sem anestésicos, e propunham critérios para estabelecer em que condições tais experimentos deveriam ser permitidos. Os dois projetos exigiam a emissão de certificados autorizando a experimentação, e instituíam autoridades oficiais encarregadas de julgar a procedência dos requerimentos a elas encaminhados por aqueles fisiologistas que desejassem praticar a vivissecação. Esses pontos são importantes para situar a nossa discussão, pois demonstram de maneira inequívoca que até então Frances Power Cobbe ainda mantinha uma postura moderada em relação à experimentação animal. Embora já fervorosamente engajada nessa causa, nesse momento Cobbe combatia não a prática da vivissecação em si, mas apenas os excessos cometidos no exercício da mesma, os quais implicavam em sofrimento animal desnecessário. Os próprios antivivisseccionistas reconheceram o teor moderado do texto de Playfair, mas apontavam algumas diferenças que os faziam optar pelo projeto de Henniker. Um editorial da revista *Spectator* - quase certamente de autoria do antivivisseccionista Richard Hutton, editor do jornal, e datado de 15 de maio de 1875 (ou seja, apenas três dias depois da apresentação do projeto de Playfair ao parlamento) analisava os pontos de divergência entre os dois projetos (*Spectator*, 1875). Logo no

início desse editorial lê-se que o “projeto para restrição da vivissecção” apresentado por Playfair à Câmara dos Comuns foi “redigido por fisiologistas, sem dúvida em parte no interesse da ciência fisiológica, mas também em parte, sem dúvida, no interesse da humanidade”, ideia que é reafirmada quando Hutton declara que “ambos [os projetos] foram visivelmente ponderados de forma madura por homens de ciência e também por humanitaristas” (Spectator, 1875). Frances Cobbe parece concordar com essa avaliação, uma vez que se refere, sem ressalvas, a esse texto da *Spectator* como “um delineamento lúcido da diferença entre os projetos de Playfair e Henniker (Cobbe, 1894b: 582). Que diferença seria essa? É o que o editorial procura ressaltar:

The bills differ, however, on a most important point. It is certain that all the contempt showered on Lord Henniker's bill by the ignorant assailants of the humanitarian party might equally have been showered on Dr. Lyon Playfair's. But Lord Henniker's bill contemplates making physiological and pathological experiments on living animals, even under complete anaesthesia, illegal, except under the same responsibility and on the same conditions as those experiments which are not, and cannot be, conducted under complete anaesthesia while Dr. Lyon Playfair leaves all experiments conducted under anaesthetics *and will practically, though not theoretically, leave, we fear, those which only profess to be so conducted (a very different thing) as utterly without restriction as they now are.* Indeed, it attempts no sort of limitation upon them. (...) It is, however, no small matter to have obtained this clear admission on scientific authority that the victimization of animals in the interest of science is an evil of a growing and serious kind which needs legislative interference, and calls for at least the threat of serious penalties. (Spectator, 1875; grifos meus).

Observe-se, aqui, que a crítica feita ao projeto de Playfair diz respeito basicamente à interpretação, por Hutton, de que esse projeto seria mais permissivo que o de Henniker quanto à autorização para realização de experimentos em condições de anestesia. Entretanto, a preocupação de Hutton não é com o número de animais sacrificados, mas sim com o risco de que essa regra abrisse espaço para fraudes, pois o projeto de Playfair “irá, na prática, embora não na teoria, receamos, permitir que aqueles que *apenas professem* estar agindo assim [anestesiando os animais] (*o que é uma coisa bem diferente*) permaneçam tão completamente isentos de restrição como atualmente se encontram”. Na análise dessas palavras, dois pontos são especialmente importantes. Em primeiro lugar, fica evidenciado que a questão ética fundamental no que diz respeito à vivissecção é, na opinião de Hutton, não a morte propriamente dita dos animais, e sim o sofrimento a eles infligido. O outro ponto que quero assinalar é a explicitação da desconfiança em relação aos fisiologistas, a denúncia de uma considerável distância entre aquilo que dizem e aquilo que fazem. Essa crescente suspeita quanto às intenções, alegações e discursos dos praticantes e defensores da

vivisseção constituiu um dos pontos fundamentais de tensão entre antivivisseccionistas e pró-vivisseccionistas. Veremos ao longo da tese que a percepção desse contraste entre o declarado e o executado terminaria por assumir a forma de uma grande decepção de Cobbe, não somente com a fisiologia experimental e seus praticantes, mas também com a ‘Ciência’ como um todo e o darwinismo em particular.

Essa diferença apontada no editorial da *Spectator* não era, na verdade, a única dessemelhança entre os dois projetos. French (1975: 77) considera que a principal diferença entre os dois documentos dizia respeito às sanções legais. De fato, no texto de Playfair quaisquer processos abertos contra a prática indevida da vivisseção deviam ser submetidos à apreciação do *Home Secretary*, e não estava prevista a instauração de processos contra indivíduos específicos. A ausência dessa figura do inspetor no projeto de Playfair acarretava, ao menos em tese, em um aumento do risco de que os vivisseccionistas não cumprissem aquilo que declaravam. Por outro lado, a despeito da crítica feita por Hutton e endossada por Cobbe, ao projeto de Playfair, em alguns aspectos esse projeto poderia até mesmo ser interpretado como mais rigoroso que o de Henniker. As multas por infração às normas, por exemplo, eram de valor mais elevado no projeto de Playfair. Além disso, o projeto de Henniker, embora também propusesse critérios para a realização de experimentos sem anestesia, não impunha que esse tipo de experimento só fosse permitido “com o propósito de novas descobertas científicas, e nenhum outro propósito” (PP, 1876a: 338) – justamente o ponto do texto de Playfair que mais incomodou Huxley e muitos fisiologistas.

A apresentação praticamente simultânea dos dois projetos no Parlamento inglês estimulou a cobertura da imprensa (Williamson, 2005: 123), e as reações aos projetos de Henniker e Playfair foram as mais variadas. Dentre os órgãos da imprensa que criticaram o documento de Henniker, manifestando preferência pelo texto de Playfair estavam o *Saturday Review*, o *Medical Press and Circular*, a revista científica *Nature* e o jornal médico *Lancet* (French, 1975: 78). Desde fevereiro, quando da divulgação do memorial de Cobbe, o *Lancet* já havia exigido que se realizasse uma investigação séria por pessoas sensatas, “para ver se essas questões [vivisseção necessária vs desnecessária] não poderiam ser decididas depois de terem sido discutidas de forma calma e silenciosa por um comitê, ao invés de serem lançadas a esmo por pessoas preconceituosas e passionais que seguem um modismo” (Williamson, 2005: 123). Três meses decorridos, o exemplar do dia de 22 de maio do mesmo jornal, comparando os dois projetos, declarava que o de Henniker era “uma medida muito ilógica e objetável”,

enquanto o de Playfair seria “um projeto muito mais bem preparado que o outro” e “uma medida justa e ponderada, e incomparavelmente superior ao outro projeto [o de Henniker], [da Câmara] dos Lordes (Williamson, 2005: 123). A *Spectator*, como vimos, defendia o projeto de Henniker, assim como Cobbe, Hoggan e os aliados mais próximos destes. Também foi significativa a quantidade de manifestações contra ambos os projetos; essas críticas partiram tanto de jornais médicos, como o *British Medical Journal* - que entendia que os dois textos faziam demasiadas concessões a medidas restritivas, quanto de setores mais radicais do movimento antivivisseccionista, que consideravam ambos os documentos excessivamente permissivos (French, 1975: 78). A RSPCA, aquela mesma instituição que decepcionara Cobbe por não apoiar seu memorial antivivisseccionista, vinha elaborando sua própria proposta de legislação, em negociação com os fisiologistas, e também se posicionou contrária a ambos os projetos (French, 1975: 75)¹⁷. O somatório desse conflito de interesses, acúmulo de denúncias de abusos, e o conseqüente aquecimento do clamor público por medidas restritivas à experimentação animal fizeram com que Henniker e Playfair recolhessem, de comum acordo, seus projetos, para que assim fosse instituída uma comissão governamental de inquérito para tratar do problema: a *Royal Commission on Vivisection*.

1.5.2. A *Royal Commission on Vivisection*

No dia 22 de maio de 1875 Richard Cross, o *Home Secretary*, anunciou a formação de uma comissão real para investigar e deliberar sobre a experimentação animal no Reino Unido (PP, 1876a: v). A *Royal Commission on the Practice of Subjecting Live Animals to Experiments for Scientific Purposes*, ou *Royal Commission on Vivisection*, como ficou mais conhecida, era composta pelos seguintes membros (French, 1975: 93): 1) Lorde Cardwell (1813-1886), presidente da mesa (*chairman*) – vice-presidente da RSPCA, homem público experiente que já havia ocupado vários cargos em gabinetes governamentais; tinha reputação de homem sensato e prático. 2) Sir John Karslake (1821-1881) – político veterano, sem envolvimento prévio aparente em defesa ou contra a vivisseccção; 3) Lorde Winmarleigh (1802-1892) – outro experiente político britânico, também sem envolvimento prévio na controvérsia da

¹⁷O texto contendo a proposta de legislação da RSPCA, intitulada *Proposed Statute for the Limitation of Vivisection*, também se encontra anexo ao relatório da *Royal Commission* (PARLIAMENTARY PAPERS, 1876a: 336-337). Para meus propósitos na presente tese, entretanto, irei concentrar-me nos projetos de Henniker e Playfair; o estatuto proposto pela RSPCA só será discutido na medida em que um ou outro trecho do mesmo ilustre algum ponto que esteja sendo porventura analisado.

vivissecção. Alguns membros da imprensa se referiam a Winmarleigh e Karslake como parlamentares ligados aos adeptos da caça à raposa e abate de aves silvestres; 4) William Edward Forster (1818-1886) – também vice-presidente da RSPCA; político liberal e reformador social, cujas predisposições pessoais e educação *Quaker* faziam com que se opusesse a experimentos dolorosos, exceto em casos raros. Quando membro do gabinete de Gladstone, Forster, determinado a reduzir a frequência dos experimentos dolorosos, entrou, em certa ocasião, em confronto direto com Thomas Huxley. 5) John Eric Erichsen (1818-1896) – professor de Cirurgia no *University College* de Londres, praticante e defensor da vivissecção. 6) Thomas Henry Huxley – embora não praticasse diretamente experimentos fisiológicos, o ‘buldogue de Darwin’ era um renomado anatomista e conhecido por sua defesa da experimentação animal. Huxley foi escolhido por Cross como representante dos homens de ciência após Burdon Sanderson ter recusado o mesmo convite (French, 1975: 92), e com frequência não comparecia às sessões da *Royal Commission*, devido à sua agenda sempre cheia de compromissos com eventos científicos – motivo pelo qual recebeu muitas críticas (French, 1975: 103). 7) Richard Holt Hutton- o editor da revista *Spectator* era sem dúvida o mais indiscutível antivivisseccionista do grupo, constituindo um contraponto a Huxley.

A escolha dos componentes da *Royal Commission* foi feita pelo próprio *Home Secretary*, Richard Cross, com o auxílio permanente de Henry Howard Molyneux Herbert (1831-1890), quarto conde de Carnarvon, único membro antivivisseccionista do gabinete do primeiro-ministro Benjamin Disraeli. Lorde Carnarvon foi veemente em sua insistência para que Cross tomasse o cuidado de compor uma bancada equilibrada entre partidários da vivissecção e críticos dessa prática, assim como indivíduos de posicionamento mais neutro (French, 1975: 92). Entretanto, na interpretação de French (1975: 96) Carnarvon e Cross não estariam cientes de que John Erichsen era um pró-vivisseccionista, uma vez que, em suas cartas a Cross, Carnarvon claramente descrevia Erichsen como um oponente da vivissecção, tendo sido seu nome sugerido justamente para equilibrar a balança de forças.

Cinquenta e três testemunhas foram convocadas para deporem na *Royal Commission*. Esses depoentes incluíam um número considerável de médicos e cirurgiões eminentes, dois veterinários, alguns poucos médicos antivivisseccionistas, cerca de uma dúzia e fisiologistas praticantes e alguns membros leigos de organizações antivivisseccionistas, como George Jesse e James Maden Holt (French, 1975: 97). Os depoimentos tinham a forma de sessões nas quais os convocados eram arguidos pelos

integrantes dessa comissão sobre sua experiência ou visão a respeito da prática da vivissecção. Alguns dos depoentes foram convocados uma segunda vez, para esclarecer um ou outro ponto relativo a suas declarações anteriores.

Reunindo-se do dia 5 de julho ao dia 15 de dezembro de 1875, a *Royal Commission* procurou, em suas sessões, investigar o grau de veracidade das denúncias contra fisiologistas britânicos e avaliar o *status* da experimentação animal na Grã-Bretanha, de modo a se poder deliberar posteriormente a respeito de medidas para regulamentação da prática da vivissecção. As minutas das sessões foram publicadas pela Câmara dos Comuns no dia 8 de janeiro de 1876, acrescidas de alguns documentos relacionados, sob o título de *Report of the Royal Commission on the practice of subjecting live animals to experiments for scientific purposes; with minutes of evidence and appendix* (PP, 1876a), totalizando 458 páginas, 324 das quais são preenchidas pela transcrição, na íntegra, dos depoimentos prestados, que totalizaram respostas a 6.551 perguntas. Obviamente, um estudo pormenorizado da *Royal Commission* e suas minutas – analisando em profundidade a composição dos integrantes, o perfil dos depoentes, as manobras políticas envolvidas, o grau de isenção ou tendenciosidade das perguntas formuladas, as motivações políticas e ideológicas subjacentes, etc. - demandaria uma volumosa tese especificamente dedicada a esse tema, e não tenho qualquer pretensão de cumprir tal objetivo no presente estudo. Não obstante, lançarei aqui mão de trechos de vários depoimentos prestados, conforme as passagens em questão sirvam como evidências ou ilustrações dos assuntos que estejam sendo discutidos. Dentre os depoimentos prestados por 53 testemunhas, optei por analisar aqueles que considerei mais pertinentes ao escopo de minha pesquisa

1.5.2.1. Anestésicos e o curare. Uma das indagações mais frequentemente feitas aos depoentes envolvia a questão do emprego (ou não) de substâncias anestésicas nos experimentos realizados. Aos fisiologistas era perguntado se costumavam empregar anestésicos em seus experimentos; se consideravam importante a anestesia prévia dos animais; se e quando eram necessárias ou justificáveis, em sua opinião, pesquisas realizadas sem qualquer anestesia. Aos não praticantes da vivissecção – quer fossem eles antivivisseccionistas ou não – os *commissioners* indagavam se eram de seu conhecimento quaisquer casos de fisiologistas ou instituições – britânicas ou continentais – onde a experimentação animal era praticada sem o auxílio de anestésicos. Em suma, aparentemente o que a comissão procurava estabelecer, nesse quesito, era a importância atribuída pelos entrevistados ao emprego de anestesia nos experimentos

fisiológicos, e se havia casos na Grã-Bretanha de experimentos realizados sem anestesia quando a mesma poderia ser empregada sem prejudicar os resultados da investigação.

A exigência do uso de anestésicos está presente nos três projetos de legislação anexos ao relatório da *Royal Commission* (o de Henniker, o de Playfair e o da RSPCA), mas, como vimos acima, os projetos de Henniker e Playfair preveem explicitamente exceções a essa regra. A ideia básica era que experimentos sem anestesia podiam ser realizados se – e somente se – o emprego dos anestésicos implicasse um prejuízo aos objetivos da investigação, como no caso de experimentos sobre o funcionamento do sistema nervoso.

Um aspecto polêmico relacionado à questão dos anestésicos dizia respeito ao curare, uma substância até então amplamente utilizada nos experimentos fisiológicos. O que revestia de controvérsia o emprego do curare era a alegação de que na verdade esse agente químico não suprimia a dor em si, mas somente a possibilidade de expressão motora da mesma, pois inibia os nervos motores, mas não os nervos sensitivos. Por isso, no projeto de Henniker lê-se que “a substância chamada urari ou curare não deve ser considerada um anestésico” – e, portanto, seu uso ficava vedado (PP, 1876a: 337). Nas sessões da *Royal Commission* os depoentes – em especial os fisiologistas e homens da área médica – eram questionados sobre o valor do curare como anestésico, e se eles próprios faziam uso dessa substância em suas pesquisas. As respostas dadas demonstram que não havia um consenso a respeito dos efeitos fisiológicos e possíveis propriedades anestésicas do curare. O Dr. Hoggan por exemplo, citando a autoridade de ninguém menos que Claude Bernard, defendia que o curare não era um anestésico verdadeiro em hipótese alguma, e propunha a completa proibição do emprego dessa substância (PP, 1876a: 179); Burdon Sanderson, por sua vez, afirmou que de fato o curare não produzia a insensibilização em ‘animais superiores’, mas que seus efeitos poderiam ser considerados anestésicos quando administrado em sapos, dadas as peculiaridades fisiológicas desses animais. Michael Foster e Thomas Lauder Brunton sustentaram a mesma posição (PP, 1876a: 117; 123; 285).

1.5.2.2. Demonstrações, aulas, aquisição de habilidade, repetição. Uma proposta alternativa apresentada pela RSPCA rezava, em sua cláusula de número 7, que “nenhuma pessoa deverá realizar, fazer com que seja realizada ou participar da realização de qualquer vivissecação enquanto lecionando ou instruindo estudantes em salas de aula ou outras situações, ou para a ilustração de palestras em escolas, hospitais ou faculdades, ou em qualquer outro local”. A cláusula seguinte acrescentava que

“nenhuma pessoa deverá realizar ou participar da realização de qualquer vivissecção para o propósito de obtenção de habilidade manual” (PP, 1876a: 336). Esse questionamento da prática da vivissecção para propósitos demonstrativos, educativos e de auto aperfeiçoamento já era um ponto importante nos debates que antecederam a elaboração dos projetos de Playfair, Henniker e da RSPCA e a formação da comissão real sobre vivissecção. Vimos que a proibição de experimentos dolorosos para propósitos de ensino ou, no caso da prática veterinária, para aumento da destreza de manipulação cirúrgica, já se encontrava nas diretrizes propostas pela *British Association* em 1870 e publicadas em 1871. Também vimos que em correspondência trocada com Darwin, Thomas Huxley admitia como razoável a proibição da vivissecção sem anestésicos para situações de mera demonstração. Nas sessões da *Royal Commission* vários dos entrevistados foram indagados a respeito de sua posição quanto à legitimidade da realização da vivissecção sem anestesia para propósitos demonstrativos. Nos depoimentos que avaliei observei uma tendência quase unânime dos entrevistados – fisiologistas ou não - a concordar com essa restrição. Entretanto, Burdon Sanderson propôs uma exceção a essa regra: o estudo do efeitos da ação de venenos. Sanderson considerava importante para o treinamento dos estudantes de medicina que os mesmos fossem capazes de reconhecer os sintomas físicos da ingestão de substâncias letais em seus futuros pacientes, e por tal motivo sustentava que esses estudantes deveriam ter a oportunidade de ver com os próprios olhos a ação de tais substâncias no organismo de um animal (PP, 1876a: 116)

Outra reivindicação restritiva na argumentação dos antivivisseccionistas dizia respeito à frequente repetição pelos fisiologistas de experimentos já anteriormente realizados por outros colegas de profissão. Em seu depoimento, George Hoggan afirmou que “considero que um dos abusos da vivissecção é a repetição de experimentos fundamentais, já clássicos, por especialistas, de modo a demonstrar um ponto interessante a um visitante do laboratório”, e como exemplo menciona “a ação dos vários nervos sobre a secreção e circulação das glândulas submaxilares” (PP, 1876a: 179). Burdon Sanderson, por sua vez, indagado pelo *chairman* sobre o que pensava a respeito da “repetição desnecessária” de um experimento doloroso, respondeu que “eu teria muita cautela em acusar alguém por repetir um experimento”, pois, Sanderson afirma, “todos os fatos da ciência requerem a repetição de modo a confirmá-los [*in order to make them certain*]”. Por isso um experimento “deve ser repetido um número suficiente de vezes para que tenhamos certeza de que nenhum erro se dá, pois se um

fato vai adiante sem ter sido suficientemente conferido por exatidão de observação” o consequente erro na interpretação dos resultados implicaria a necessidade de que se realizassem novos experimentos para averiguação (PP, 1876a: 115). Em suma, a repetição de experimentos era considerada por Sanderson uma condição necessária e fundamental ao exercício da boa ciência.

1.5.2.3. Os sentimentos ternos dos homens britânicos – A passagem abaixo é um excerto do primeiro depoimento de John Burdon Sanderson, prestado à *Royal Commission* em sessão conjunta com Michael Foster no dia 23 de outubro de 1875. Burdon Sanderson respondia a perguntas formuladas pelo *chairman*, Lorde Cardwell.

P: As far as your knowledge and information go, *the practice in this country is different from that which we have spoken as known to prevail in some other countries*, is it not?

R: *The sentiment is quite different among physiological workers, and consequently the practice is different.*

P: *The sentiment in this country has been thus in your opinion quite correctly described to us as being a sentiment that pain is a great evil*, that it should be avoided where possible, and, where it is not possible to avoid it, should be minimized?

R: Certainly. (PP, 1876a: 116, P 2227 e 2228; grifos meus) ¹⁸

As perguntas acima foram feitas repetidas vezes a praticamente todos os depoentes, quer fossem eles praticantes da vivissecção ou não. O que estava em questão, aqui, era a preocupação de estabelecer se a atitude geral do fisiologista britânico estaria em sintonia com um dos traços marcantes da cultura britânica: a presença e manifestação de sentimentos ternos e compassivos em relação aos animais. Ou se, pelo contrário, era com base na tradição de origem de sua disciplina, i.e., a fisiologia expaal nos moldes continentais, que os vivissectores britânicos pautavam sua conduta e sua ética profissional e pessoal. A noção da Grã-Bretanha como uma nação de amantes de animais é uma questão de fundo em todo o desenrolar da trama que estudamos, e será mais bem desenvolvida nos capítulos subseqüentes. Seja como for, as respostas dos depoentes a essa pergunta recorrente dos membros da comissão foram bastante variáveis. Embora se possa dizer que havia uma tendência dos antivivissecionistas responderem à pergunta com uma negativa, enquanto que os fisiologistas, como no caso acima, geralmente respondiam afirmativamente, essa tendência geral nem sempre se cumpriu. George Hoggan, o médico antivivissecionista aliado de Cobbe, quando indagado – também pelo Lorde Cardwell - sobre esse alegado diferencial britânico em

¹⁸ A letra P, maiúscula, quando referida ao conteúdo do relatório da *Royal Commission* (PARLIAMENTARY PAPERS, 1876a) , refere-se ao número da pergunta no documento.

termos da preocupação com a dor dos animais e o grau de sofrimento a estes infligido, respondeu que “certamente não pode haver qualquer diferença. A vivissecção é a mesma no mundo inteiro.”. Afinal, em decorrência de um compromisso com a padronização e rigor científico, “o curso do experimento tem que ser exatamente o mesmo” em qualquer país em que seja praticado; caso contrário, se houver a introdução de uma nova variável, tal qual a administração diferencial de um determinado anestésico, “o resultado não será o mesmo” (PP, 1876a: 179, P 3459 e 3461). Entretanto, outro antivivisseccionista, o Sr. John Colam, secretário da RSPCA, após ter feito a ressalva de que havia um número significativo de casos de excessos cometidos por vivissectores britânicos (PP, 1876a: 77, P 1519), concordou com o entrevistador que “acredito que de uma forma geral os fisiologistas ingleses têm usado anestésicos quando consideram que podem fazê-lo sem prejuízo do experimento” (P 1543). Em seguida, o entrevistador – mais uma vez, o *chairman* - perguntou:

P: May I take it to be your view that the general tendency of the English scientific world is not at variance with humanity?

R: I believe it is very different indeed from the practice of foreign physiologists. (PP, 1876a: 78, P 1545)

Comparando o trecho acima, do depoimento de Colam, com as asserções bem mais radicais de Hoggan, podemos ver que havia uma gama de posições dentro do movimento antivivisseccionista. Também entre os fisiologistas havia divisão de opinião, mesmo entre membros de um mesmo grupo social. Esse contraste de opiniões fica evidente se compararmos, por exemplo, as palavras de Burdon Sanderson, acima transcritas, com as de um colega e colaborador seu: Emanuel Klein. Argüido sob a mesma questão, Klein, um austríaco radicado na Inglaterra quatro anos antes, concordou haver no povo britânico um sentimento diferente em relação ao sofrimento animal. Mas esse sentimento, na percepção de Klein, não se aplicava aos fisiologistas britânicos; Klein não via qualquer diferença de atitude entre seus colegas ingleses e os fisiologistas do continente no que se referia à consideração para com a dor dos animais (PP, 1876a: 183, P 3553 e 3554).

Outro fisiologista que usou palavras nem um pouco enaltecidas em relação à forma como a vivissecção era praticada na Grã-Bretanha foi George Rolleston (1829-1881), um conceituado professor de anatomia e fisiologia comparadas em Oxford. Embora fizesse parte do círculo de pessoas próximas – pessoal e academicamente - a Huxley, e tenha defendido categoricamente em seu depoimento à *Royal Commission* a

importância e legitimidade da vivisseccção, Rolleston manifestou grande independência de visão em seu testemunho¹⁹ (PP, 1876a: 61, P 1272). Questionado sobre a atitude dos fisiologistas britânicos, Rolleston, concordando com Richard Hutton, que então o inquiria, confirmou que o fato de um grande número de fisiologistas britânicos receber sua educação científica em terras continentais vinha acarretando uma mudança no perfil da fisiologia experimental britânica, o que demandava uma legislação para coibir abusos. Ainda respondendo a Hutton, Rolleston foi indagado a respeito de sua opinião a respeito dos efeitos do *Handbook* de Sanderson e colaboradores sobre a nova geração de fisiologistas experimentais ingleses (Burdon-Sanderson, 1873). Fazendo questão de ressaltar que considerava Michael Foster - um dos autores do livro que ele, Rolleston, conhecia pessoalmente – “uma mente excepcionalmente refinada”, o depoente se viu obrigado a concordar mais uma vez com seu entrevistador:

P: Then I understand that your opinion about *the handbook is that it is a dangerous book to society*, and that it has warranted to some extent the feeling of anxiety in the public which its publication has created?

R: I am sorry to have to say that I think it is so.
(PP, 1876a: 68, P 1351).

As palavras categóricas e enfáticas nas perguntas da passagem acima não eram de surpreender, já que foram proferidas por Richard Hutton, um renomado antivivisseccionista. Entretanto, o endosso dessas palavras por um respeitado homem de ciência não podia deixar de produzir um impacto significativo naqueles que as ouviram ou que as leram posteriormente. O depoimento de Rolleston é repleto de passagens igualmente ricas para ilustrar diferentes aspectos do presente estudo, e voltaremos oportunamente a outros trechos desse depoimento. Por ora, quero explorar um pouco mais esse outro tema recorrente nas arguições feitas aos depoentes pelos integrantes da *Royal Commission*: o conteúdo do *Handbook* de Burdon Sanderson.

1.5.2.4. O *Handbook*. – Vimos em sessão anterior que a publicação, em 1873, do *Handbook of the Physiological Laboratory*, de Sanderson e colaboradores (Burdon-Sanderson, 1873) gerou uma onda de indignação antivivisseccionista em decorrência da quase completa ausência de menções ao uso de anestésicos nas descrições pormenorizadas de protocolos de experimentos nele encontrados (motivo pelo qual Richard Hutton se referiu a ele como um “livro perigoso”). A celeuma criada em torno

¹⁹ Essa opção por uma posição independente foi, inclusive, explicitada por Rolleston em carta a Frances Cobbe em novembro de 1875, declinando do convite desta a integrar ou apoiar a organização antivivisseccionista por esta liderada, a *Victoria Street Society* (COBBE, 1894b: 591).

do *Handbook* foi um dos fatos que desencadearam a elaboração dos projetos de lei de Henniker e Playfair e a formação da *Royal Commission* para investigação das denúncias relacionadas à vivisseção na Grã-Bretanha. Uma forte evidência da importância do *Handbook* no contexto da *Royal Commission* é o fato de que todos os autores dessa obra – a saber, os fisiologistas Burdon Sanderson (editor), Michael Foster, Thomas Lauder Brunton e Emanuel Klein – terem sido chamados a depor; as arguições feitas a cada um desses quatro homens de ciência incluíram perguntas específicas sobre o conteúdo do *Handbook*. Os *commissioners* queriam esclarecimentos ou faziam questionamentos sobre experimentos específicos realizados pelos autores, além de debaterem a ausência de menções ao uso de anestésicos no livro como um todo.

Dos autores do *Handbook*, Burdon Sanderson, o editor, foi o primeiro a prestar depoimento, no dia 23 de outubro de 1875, em uma sessão conjunta na qual perguntas eram feitas alternadamente a ele e ao seu colega Michael Foster. Diferentemente de Foster, Burdon Sanderson foi convocado a retornar no dia 25. No primeiro depoimento de Sanderson, o *chairman* questionou, a respeito da especificação do público-alvo do *Handbook*, conforme as palavras presentes no prefácio do mesmo:

P: I observe in the preface that it is said to be a book ‘intended for beginners’; but I do not understand that you mean that pupils, or any but advanced students, are to practice any of these experiments?

R: The book is intended as a guide to persons who are engaging in scientific investigation. It is not intended at all for students in the ordinary sense of the word, as meaning students of medicine. *It is intended for students of physiology, and not for students of medicine (...)*.

P: So that to interpret the words ‘intended for beginners’ as meaning that anybody who goes as a medical student to one of the great hospitals is to read this handbook and apply it for himself, would be entirely to misapprehend what I understand you to say is your meaning?

R: Entirely, it means beginners in research. *It would be correct if you were to introduce the two words which I have now given after the word ‘beginners’, namely, ‘in research’.* (PP, 1876a: 116 –P 2239 e 2240; grifos meus).

Essa ‘correção’ informal tardia nas palavras do prefácio, feita sob a pressão da indignação pública e do questionamento por um membro do parlamento, reflete, a meu ver, a consciência que Burdon Sanderson tinha da necessidade de ser mais cuidadoso no futuro com o conteúdo dos textos fisiológicos. Embora o *Handbook* fosse um manual de linguagem técnica, concebido para ser lido apenas por estudantes e profissionais de educação científica, as denúncias que haviam se seguido à publicação do mesmo deixaram claro de uma vez por todas, para os fisiologistas britânicos, que todo o material impresso por eles produzido se encontrava sob o escrutínio permanente dos

ativistas do movimento antivivisseccionista. Esse policiamento exercido por esse setor da sociedade civil sobre textos altamente técnicos parece ter sido uma constante no perfil do movimento antivivisseccionista na Inglaterra vitoriana, e teremos seguidas oportunidades de ver com que regularidade Frances Cobbe e seus aliados lançaram mão desse recurso. O próprio Burdon Sanderson tomou a iniciativa de voltar ao assunto em outro momento de seu testemunho, quando novamente questionado pelo *chairman* quanto à imprecisão da terminologia na descrição de um determinado experimento:

P: It says here 'in a curarised rabbit'. Do I rightly understand that that ought to be 'in an anaesthetised or narcotised rabbit'?

R: May I make a general observation in reference to this book, namely, that *we had not in view the criticisms of people who did not belong to our craft in writing it*, and that *we did not guard against all possible misunderstandings* of that sort. It is generally understood that we use anaesthetics whenever we possibly can, and consequently that is a thing taken for granted. That ought to have been stated much more distinctly at the beginning in a general way; but it was not stated for the reason I have given.

P: Then I may assume *that in any future communications with the 'beginners', for whom the book is intended, greater pains will be taken to make them distinctly understand how animals may be saved from suffering than have been taken in this book?*

R: Yes; I am quite willing to say that. (PP, 1876a: 118, P 2265-2266; grifos meus)

Na passagem acima temos a confirmação desse descuido ingênuo, por assim dizer, de Burdon Sanderson em relação a “pessoas que não pertenciam ao nosso ofício”, pessoas estas que o fisiologista e seus coautores não esperavam que se dessem ao trabalho de lerem um livro de teor tão técnico. Não havendo-se “precavido contra todos os possíveis mal-entendidos”, Sanderson e seus colaboradores se tornaram alvos fáceis de críticas contundentes dos antivivisseccionistas quanto a uma importante questão ética: a falta de cuidado em recomendar a anestesia nos animais usados em seus experimentos. Com essa experiência, os autores do *Handbook* aprendiam que não era sensato “partir do pressuposto” [*take for granted*] de que tinham ampla liberdade na escolha das palavras ou na decisão do que declarar ou o que omitir em seus futuros artigos científicos. As palavras do *chairman*, em itálico, parecem constituir ao mesmo tempo um conselho diplomático, uma advertência estratégica e a cobrança de assunção de um compromisso para com a comissão; a resposta de Burdon Sanderson é a de aceitar a advertência e assumir o compromisso de ser mais cuidadoso com suas asserções e omissões em publicações futuras. Em suma, Sanderson admite ter aprendido com seu erro ao subestimar o adversário, e garante que tal erro não irá repetir-se.

Na mesma sessão de arguição a Burdon Sanderson, foram feitas a Michael Foster perguntas relativas a experimentos descritos no *Handbook* nos quais o curare era tido como anestésico, e, assim como Sanderson, Foster defendeu que especificamente em sapos o curare tinha, sim, efeito anestésico (PP, 1876a: 124). Dois dias depois desse primeiro depoimento, no qual Sanderson foi entrevistado junto a Foster, a *Royal Commission* achou por bem convidar Burdon Sanderson a prestar novo testemunho. Nessa segunda ocasião foi Thomas Huxley quem trouxe à baila novamente o *Handbook* de autoria de seus amigos. Em forma de perguntas a Sanderson, Huxley induziu este a concordar com ele que o *Handbook* era “muito mais que um manual para um iniciante”, pois se tratava de “não apenas um manual para o laboratório, mas é concebido como uma espécie de declaração [*statement*] da base objetiva da doutrina fisiológica” (PP, 1876a: 141, P 2666 e 2668).

O professor Thomas Lauder Brunton (1844-1916), que então ministrava *Materia Medica* no *Saint Bartholomew's Hospital*, em Londres, foi o último dos autores do *Handbook* a depor. Brunton prestou depoimento no dia 13 de dezembro de 1875, e as perguntas a ele dirigidas em relação ao conteúdo do *Handbook* foram, todas elas, formuladas por Richard Hutton (PP, 1876a: 288), que pediu esclarecimentos detalhados a respeito de alguns experimentos descritos pelo seu entrevistado na obra em questão. Basicamente Hutton questionou se nos experimentos de demonstração descritos por Brunton os animais utilizados – geralmente cães – eram mantidos anestesiados ao longo de todo o experimento, ao que o fisiologista respondeu que sim. Hutton também questionou Brunton a respeito do uso do curare como anestésico, ouvindo do depoente uma resposta similar às dadas por Sanderson e Foster em seus testemunhos. Dos quatro autores do *Handbook*, todos eles convocados pela *Royal Commission*, aquele cujas declarações causaram maior polêmica foi, entretanto, o terceiro depoente, o único estrangeiro do grupo: Emanuel Klein.

Emanuel Klein (1844-1925) era um histologista e bacteriologista austríaco, treinado em Viena, e havia emigrado para a Inglaterra em 1871. Em 1875 Klein acumulava os cargos de *lecturer* em Histologia no *Saint Bartholomew's Hospital* e de professor assistente na *Brown Animal Sanatory Institution* (French, 1975: 103), uma instituição veterinária de grande importância, à qual também estavam associados Burdon Sanderson e Lauder Brunton. No dia 28 de outubro de 1875 Klein compareceu a uma sessão da *Royal Commission*, e a crueza de algumas de suas declarações surtiria um impacto profundo em tantos quantos ouviram diretamente suas palavras ou tiveram

acesso posterior à transcrição das mesmas. Logo no início de seu depoimento, Klein foi indagado pelo *chairman* sobre os experimentos que descrevera na parte do *Handbook* de sua autoria. Sem meias palavras, Klein declarou que muitos dos experimentos por ele descritos no manual eram necessariamente dolorosos, e que somente ministrava anestésicos em animais em alguns poucos casos, ainda assim por mera conveniência. Questionado pelo mesmo interlocutor, Klein confirmou que não tinha “absolutamente nenhuma consideração” [*no regard at all*] pelo sofrimento dos animais, e que se evitava realizar experimentos dolorosos diante de determinadas audiências, ele somente o fazia por consideração aos sentimentos do público, nunca aos sentimentos dos animais (PP, 1876a: 182-189).

Essa manifestação ousada de Klein não comprometia apenas seu prestígio individual, mas também ao dos fisiologistas britânicos em geral e, o que era ainda mais grave, ao grupo de Huxley, Darwin e Sanderson em particular. Afinal, Klein não só estava vinculado à mesma instituição que Sanderson e Brunton, a *Brown Institution*, como também era um dos autores do *Hanbook*. French (1975: 152) aponta, ainda, Klein como um dos integrantes do *lobby* de homens de ciência que se mobilizaram para interferir no formato final do *Vivisection Act*, a legislação derivada dos inquéritos da *Royal Commission*. De fato, o bacteriologista austríaco devia gozar de alguma proximidade e prestígio junto ao grupo de Darwin e Huxley, uma vez que constava entre os ocasionais convidados dos jantares especiais do *X-club* (Huxley, L., 2004a). Diante das ameaças ao futuro da fisiologia britânica em decorrência dessa confissão de completa insensibilidade de Klein perante a *Royal Commission*, esse mesmo grupo de defesa do avanço da ciência experimental se viu obrigado a recorrer a uma medida drástica. Huxley e seus companheiros de campanha não viam outra alternativa tática senão a de chamar em seu reforço o único homem de ciência na Inglaterra que, ao seu ver, gozava de prestígio suficiente para contrabalançar o efeito potencialmente devastador das declarações de Klein. Esse homem era Charles Darwin.

1.5.2.5. Darwin é acionado. A sessão do testemunho de Klein na *Royal Commission* foi uma daquelas em que Huxley não pôde estar presente. Sem o austero e político Huxley a balizar seu discurso, Klein esteve livre para dar vazão a uma atitude aparentemente provocadora para com o público, expressando-se com uma sinceridade nada diplomática perante uma comissão de investigação de abusos cometidos por fisiologistas atuantes em terras britânicas. Comentando o incidente com Burdon Sanderson em uma carta escrita em 30 de outubro de 1875, Huxley disse que, devido às

declarações de Klein, “o chão foi tirado de sob meus pés”, e que “os advogados da legislação e da restrição foram municiados (*furnished*) com todos os argumentos que desejam” (French, 1975: 105). Meses mais tarde, em uma carta privada a Michael Foster datada de 25 de maio de 1876, Huxley acrescentaria que “não foi [Richard] Hutton que me derrotou, mas Klein” (French, 1975: 105). No mesmo dia em que escreveu a Sanderson, Huxley também redigiu uma carta privada endereçada a Darwin, expressando toda sua indignação quanto ao depoimento de Klein, um pretense aliado:

My dear Darwin – (...)I have done my best to prevent your being bothered, but for various reasons which will occur to you I did not like to appear too obstructive, and I was asked to write to you. *The strong feeling of my colleagues (and my own I must say also) is that we ought to have your opinions in our minutes. At the same time there is a no less strong desire to trouble you as little as possible, and under no circumstances to cause you any risk of injury to health.*
(...) *On Thursday when I was absent at the Council of the Royal Society Klein was examined, and if what I hear is a correct account of the evidence he gave I may as well throw up my brief. I am told that he openly professed the most entire indifference to animal suffering, and said he only gave anæsthetics to keep animals quiet! I declare to you I did not believe the man lived who was such an unmitigated cynical brute as to profess and act upon such principles, and I would willingly agree to any law which would send him to the treadmill. The impression his evidence made on Cardwell and Forster is profound, and I am powerless (even if I had the desire which I have not) to combat it. He [Klein] has done more mischief than all the fanatics put together. I am utterly disgusted with the whole business.*
(...) P.S: *Don't mention what I have told you outside the circle of discreet Darwinism.* (Huxley, L, 2004b, carta de 30 de outubro de 1875, grifos meus)

As cartas de Huxley a Sanderson e Darwin foram escritas apenas dois dias após o depoimento de Klein, o que mostra que a má notícia correu rápido na rede social dos homens de ciência empenhados na legitimação da vivissecção. As palavras de Huxley a Darwin expressam toda sua indignação não apenas para com a insensibilidade demonstrada por Klein em relação ao sofrimento animal – motivo pelo qual, no calor da ira, Huxley diz que o depoente, um “bruto e cínico completo”, merecia ser mandado para uma prisão de trabalhos forçados [*treadmill*] – mas também pela gritante falta de tato de Klein. Com sua franqueza grosseira, esse fisiologista “causou mais confusão que todos os fanáticos [antivivissecionistas] juntos”. Ciente, porém, da delicadeza do assunto e da dureza de suas próprias palavras iradas, mesmo naquele desabafo intempestivo, Huxley tem o cuidado de pedir a Darwin, no pós-escrito, que não comente o assunto da carta “fora do círculo discreto do *Darwinism*”. A esse respeito, vale observarmos que se Huxley escreveu também a Burdon Sanderson e Foster expressando da mesma forma aberta sua insatisfação em relação a Klein, esse fato demonstra que Sanderson e Foster estavam implicitamente incluídos no ‘*Darwinism*’ ao qual Huxley

se referia. Huxley fora também informado do profundo impacto que o testemunho de Klein havia causado em dois integrantes da comissão - um deles o próprio *chairman*, Lorde Cardwell – e sente-se não apenas “enojado”, mas também impotente para combater tamanho estrago. As dimensões potenciais desse dano são tantas, que Huxley, após debater a questão com alguns colegas (os quais não são nomeados na carta), ainda que lamentasse ter que incomodar Darwin - cujo estado de saúde era permanentemente frágil²⁰ – se vê obrigado a recorrer ao auxílio deste. Somente o prestígio de um homem de ciência do porte de Darwin poderia, a essa altura, ter a possibilidade de contrabalançar os enormes prejuízos causados à credibilidade da fisiologia experimental britânica pelo depoimento desastrado de Klein. Foi assim que, contrariado ou não, Darwin se viu praticamente obrigado pelas circunstâncias a prestar pessoalmente um testemunho perante a *Royal Commision*, como parte de um esforço de, por assim dizer, apagar um incêndio ateadado pelas palavras imponderadas de Emanuel Klein.

No dia 3 de novembro de 1875 Charles Darwin comparecia a uma sessão da *Royal Commision* para depor a respeito da prática da vivisseccção. Respondendo às perguntas que lhe eram endereçadas, Darwin declarou ter “grande interesse” no tema da legitimação da pesquisa fisiológica, e admitiu ter participado da elaboração “das etapas preparatórias” – mas não do texto final - do anteprojeto de lei para a regulamentação da vivisseccção apresentado à Câmara dos Comuns por Lyon Playfair. Arguido se alguma vez em sua vida ter-se-ia envolvido, pessoalmente, de forma direta ou indireta, com a experimentação em animais vivos, a resposta de Darwin foi peremptória: “Nunca”; mas quando seu entrevistador lhe pediu que declarasse perante a comissão a sua posição a respeito da validade desse tipo de prática, o naturalista não fez rodeios, e afirmou que “a primeira coisa que eu diria é que estou plenamente convencido de que a fisiologia somente pode progredir com a ajuda de experimentos em animais vivos”. E reiterou sua visão, sustentando que “não consigo imaginar sequer um passo que a fisiologia tenha dado sem esse auxílio”. Indagado, então, quanto à sua opinião sobre a proposta de uma proibição completa desses experimentos, Darwin disse considerar que uma tal medida constituiria “um grande mal”, já que havia vários motivos para uma “plena convicção de que daqui por diante não há como a fisiologia deixar de conferir os mais altos benefícios à humanidade” (PP, 1876a: 233).

²⁰ Darwin sofria de uma doença crônica do aparelho digestivo, que nunca chegou a ser diagnosticada de forma conclusiva. Até hoje alguns historiadores discutem qual seria a mazela que afligia Darwin. Janet Browne (2003) defende que o mal de Darwin teria origem psicossomática.

O depoimento de Darwin foi um dos mais curtos dentre todos os prestados à *Royal Commission*, e é possível que isso se deva ao conhecimento que se tinha do frágil estado de saúde do depoente, além de uma atitude de deferência dos *commissioners* em relação a esse patriarca da ciência britânica, como o sugere a carta de Huxley acima. Todavia, mesmo tendo sido um discurso breve, o depoimento de Darwin fortalecia consideravelmente a defesa da legitimação vivissecção como ferramenta essencial de trabalho da fisiologia experimental, assim como a importância dessa disciplina no corpo da ciência moderna. Afinal, o evolucionista inglês, de renome mundial, chancelava essa prática e essa ciência, marcando sua posição de forma clara e inequívoca²¹, ao afirmar sua “plena convicção” nas grandiosas promessas da fisiologia experimental para o bem-estar da humanidade.

1.5.3. A *Victoria Street Society*

Foi durante o período em que se realizavam as sessões da *Royal Commission* que George Hoggan propôs a Cobbe que fundassem juntos uma sociedade antivivissecionista. A princípio relutante em decorrência de experiências prévias de liderança de uma organização sufragista, Cobbe acabou por se deixar convencer, preocupada que estava por perceber que os pró-vivissecionistas vinham se organizando em uma frente unida, de modo que somente se os antivivissecionistas também se organizassem eles teriam chances de obter êxito na defesa de sua causa (Cobbe, 1894b: 586). Escrevendo cartas a personalidades influentes, Cobbe e Hoggan conseguiram atrair para a formação da futura organização homens como Anthony Ashley Cooper (1801-1885), o sétimo conde de Shaftesbury. Lorde Shaftesbury, um prestigiado aristocrata de formação evangélica era conhecido por seu empenho em projetos de reforma social, tais como a diminuição da jornada diária de trabalho, a revisão das leis para os lunáticos e a regulamentação do labor infantil (Mitchell, 2004: 238). Essa trajetória fazia dele um poderoso porta-voz da causa antivivissecionista, e embora sua posição pessoal fosse pela abolição completa dos experimentos com animais, o hábil homem público era capaz de perceber que naquele momento político era mais sensato e seguro lutar por restrições rigorosas à vivissecção que pela proibição completa dessa prática (Mitchell, 2004: 238). Outras importantes adesões logo no início da formação da nova associação foram os nomes de William Thomson, arcebispo de York, e Fitzroy

²¹ Outros trechos do depoimento de Darwin são transcritos e analisados nos capítulos 3 e 4.

Kelley, chefe do executivo da Corte de Exchequer; e por ocasião da primeira reunião da nova sociedade ainda sem nome, no dia 02 de dezembro de 1875, na residência do casal Hoggan, já haviam sido também cooptados James Stanfeld, um líder antiescravista e defensor das mulheres, e William Shaen, que junto a Cobbe e Frances Hoggan, esposa de George, era membro do comitê central sufragista. Segundo Mitchell (*op. cit.*), Stanfeld e Shaen estavam em campanha contra os Atos das Doenças Contagiosas²², e essa autora acredita que pode ter sido essa antipatia que esses dois ativistas nutriam pela classe médica que os predispôs a aderirem à causa antivivisseccionista.

Inicialmente a nova organização criada a partir do empenho conjunto de Cobbe e Hoggan recebeu, por sugestão desse último, o nome de *Society for the Protection of Animals Liable to Vivisection* (SPALV), e tinha essas duas personalidades como secretários honorários (*honorary secretaries*). Na análise de Williamson (2005: 125) a atitude amistosa e maleável de Hoggan forneceu o contraste ideal para a personalidade intransigente de Cobbe, que constituía a força motriz da SPALV. Isso não significa que o papel desempenhado por Hoggan fosse secundário; graças à sua formação e treinamento profissional, esse médico viria a atuar como consultor técnico e de políticas a serem adotadas quanto à questão da vivisseccção. Além disso, Hoggan personificava a figura do médico antivivisseccionista, um tipo de personagem central às narrativas retóricas do movimento em ampla escala. A liderança efetiva dessa nova sociedade, entretanto, caberia a Frances Cobbe, hábil escritora e também uma experiente articuladora social, e de todas essas competências ela teria que se valer para fazer frente a um cenário sociocultural no qual as ciências biológicas avançavam a passos largos, e seus promotores mais vigorosos não pareciam muito dispostos a se deixarem refrear por questionamentos éticos tão controversos como os suscitados pelo tema da vivisseccção.

O terceiro encontro da SPALV, em 18 de fevereiro de 1876, foi pela primeira vez coordenado por Lorde Shaftesbury (Cobbe, 1894b: 588), o qual acabou aceitando se tornar o presidente dessa entidade (Williamson, 2005: 126). Em março do mesmo ano a SPALV mudou o endereço de seu escritório para o número 20 da *Victoria Street*, o que acabou dando a Cobbe - que considerava “desajeitado” [*clumsy*] o nome dado por Hoggan (Cobbe, 1894b: 591) - o ensejo para apelidar a associação de *Victoria Street*

²² Sob o pretexto de controle da disseminação de doenças venéreas, os *Contagious Diseases Acts* foram atos promulgados nos anos de 1864, 1867 e 1869, e em sua versão final permitiam a prisão e internação compulsórias de mulheres suspeitas de praticarem a prostituição. Não faltaram indivíduos e associações na Inglaterra vitoriana dedicados ao combate dessa forma de interferência do poder médico e do Estado sobre os corpos femininos (French, 1975).

Society (VSS), nome pelo qual de fato essa organização passou a ser conhecida, e que acabou sendo oficialmente alterado para *Victoria Street Society for the Protection of Animals Liable to Vivisection*. A VSS manteve esse nome até o ano de 1898, quando passou a se chamar *National Antivivisection Society* (Williamson, 2005: 126).

Em seu quadro de integrantes a VSS constituía um grupo bem heterogêneo, incluindo personalidades tão diversas como o progressista Shaftesbury, o Cardeal Manning, que era um sacerdote católico e a própria Cobbe, uma feminista e reformista social que se guiava, no entanto, por uma visão de mundo que em muitos aspectos era bastante conservadora (Kean, 1998: 102). Talvez essa heterogeneidade tenha sido até mesmo um elemento que fortaleceu a organização. Em determinada ocasião o próprio Shaftesbury comentou com Cobbe que mesmo que a VSS nada mais tivesse realizado que unir pessoas tão díspares quanto ele, ela e o cardeal Manning, ainda assim essa organização teria cumprido sua função (Cobbe, 1894b: 495). Certamente a localização central da sede da VSS era de grande importância estratégica. A promulgação do primeiro ato de proteção animal, o *Martin's Act*, ainda em 1822 demonstra de forma inequívoca que o movimento de proteção animal na Grã-Bretanha nasceu muito antes das campanhas antivivisseccionistas, e incluía muitas outras frentes de luta. Como exemplo, podemos mencionar o combate aos tiros em pombos, aos maus-tratos de asnos, cavalos e animais de fazenda, o recolhimento e abrigo de cães e gatos de rua, a proibição do açulamento de ursos e das rinhas de cães e galos. Muitas dessas frentes de militância em defesa dos animais diziam respeito, principalmente, a práticas típicas da realidade rural, e por isso as associações de proteção animal das províncias britânicas costumavam ter seus quadros formados por pessoas em nada relacionadas à questão da vivisseccção, que praticamente só era praticada nos grandes centros urbanos (French, 1975: 233). Além disso, veremos no próximo capítulo que o movimento antivivisseccionista tinha uma forte relação com a proteção dos animais domésticos, os cães e gatos que viviam no *household*, o ambiente familiar do lar urbano, refletindo, assim, mais uma faceta típica da vida nas grandes metrópoles. A consequência desse contraste de realidades e contextos é que fora dos grandes centros urbanos o movimento antivivisseccionista era pouco representativo, e as eventuais associações que chegaram a se formar nas províncias para tais propósitos não prosperaram muito. Uma estratégia adotada pelas principais organizações antivivisseccionistas foi o de tentar cooptar sociedades protetoras de animais dessas localidades rurais, mas esses esforços não foram muito bem-sucedidos, pois se acreditava que médicos pró-vivisseccionistas se

infiltravam nessas sociedades, onde conquistavam posições de destaque, de modo a impedir quaisquer avanços e conquistas de seus adversários nos quadros de tais associações (French, 1975: 234). Ainda assim, na Inglaterra houve mais êxito nessas empreitadas que no continente (French, 1975: 234). A VSS foi uma dessas organizações metropolitanas que obtiveram um êxito relativo na criação de algumas sucursais no interior; essas sucursais lutavam por votos dos membros do Parlamento representantes daquelas regiões; faziam visitas de casa em casa recolhendo assinaturas para petições; convencendo o clero local a fazer sermões contra a vivissecção, e assim por diante (French, 1975: 226).

Embora o movimento antivivisseccionista nascido no século XIX fosse mais organizado, poderoso e influente na Grã-Bretanha que em qualquer outro país, europeu ou não, campanhas contra a vivissecção floresceram em vários países, tais como França, Alemanha, Suíça, Suécia e Estados Unidos, entre outros (Rupke, 1987). Nesse sentido também a VSS, como a mais influente organização antivivisseccionista britânica, foi também a que mais atuou no continente. Mantendo uma sucursal em Paris, realizando um intercâmbio constante com correspondentes estrangeiros, produzindo panfletos em vários idiomas e cultivando relações especialmente fortes com as associações da Dinamarca e Suécia (French, 1975: 232). O testemunho de Ludwig Herman, um fisiologista alemão, atesta a influência internacional exercida pelos ingleses. Em carta escrita em 1876 a Burdon Sanderson, Herman afirmou que “a onda antivivissecção, surgindo em seu país, se aproxima do nosso com a velocidade de um trem expresso. Nós também temos sociedades para a prevenção da crueldade contra animais, as quais a glória de suas irmãs inglesas proíbem que durmam.” (French, 1975: 233).

Ainda assim, foi, sem dúvida, nas metrópoles que floresceram as maiores sociedades antivivisseccionistas britânicas, e seria na capital inglesa que as atividades e influência da VSS se fariam notar de maneira mais contundente. As maiores sociedades da Grã-Bretanha estavam sediadas em Londres, e as principais eram a *London Antivivisection Society*, a *International Association for the Total Suppression of Vivisection* e a *Victoria Street Society* (French, 1975: 222). A primeira sociedade criada especialmente para o combate à vivissecção foi a *Society for the Abolition of Vivisection*, fundada em fevereiro de 1875, por George Jesse, engenheiro civil aposentado e autoridade em raças caninas. Entretanto, essa organização, além de sediada na obscura localidade de Macclesfield, era repleta de irregularidades administrativas e focada quase que completamente na figura de Jesse (French, 1975:

89). A segunda a ser criada foi a própria VSS, no fim de 1875, e no ano seguinte nasciam a *International Association* e a *London Anti-vivisection Society*, ambas fundadas em junho de 1876 (French, 1975: 129). Havia também uma sociedade irlandesa e outra escocesa, mas nenhuma das duas gozava de grande poder político; dentre as três organizações mais importantes, a VSS foi a que alcançou maior destaque no cenário nacional e até mesmo mundial. Em outras palavras, as sociedades de Londres dominavam o movimento antivivisseccionista, e a VSS era a mais proeminente entre essas sociedades londrinas. French (1975: 222) afirma mesmo que “a primazia da VSS foi o mais importante fator isolado na política interna do movimento”.

Embora a VSS fosse integrada por influentes personalidades antivivisseccionistas, e as resoluções mais importantes de fato dependessem da aprovação do coletivo desses indivíduos, ainda assim não restavam dúvidas de quem estava no comando dessa organização; mesmo sendo Shaftesbury o presidente, a verdadeira e incontestável líder era “a dominadora e dedicada Frances Power Cobbe” (French, 1975: 222), que não admitia que rivais potenciais prosperassem dentro de sua organização²³. Foi com sua habilidade peculiar de combinar essa mão de ferro a articulações sociais e políticas com personalidades influentes no universo vitoriano que Cobbe enfrentou, junto a seus aliados, a primeira batalha política encampada pela VSS: a mobilização pela criação de uma lei restritiva dos abusos cometidos na prática da vivissecação. Essa campanha teve início em 1875, durante a realização do inquérito investigativo da *Royal Commission*, e culminou com a promulgação do *Vivisection Act* de 1876.

1.5.4. O projeto de Carnarvon e a intervenção dos homens de ciência

O ano de 1876 foi especialmente significativo no que diz respeito à controvérsia relacionada à legitimidade e regulamentação da vivissecação na Grã-Bretanha. No dia 8 de janeiro foi publicado o relatório oficial da *Royal Commission*, intitulado *Report of the Royal Commission on the practice of subjecting live animals to experiments for scientific purposes; with minutes of evidence and appendix* (PP, 1876a), e no dia 15 de

²³ Exemplo disso foi a atitude de Cobbe em relação a Anna Kingsford (1846-1888), uma feminista relativamente jovem com estilo de vida bastante ousado para sua época, e que se graduara em medicina com o propósito específico de se instrumentalizar melhor para o combate à vivissecação (FRENCH, 1975: 223). Conhecedora da fama de Cobbe como combatente na causa, Kingsford a procurou em busca de auxílio para se estabelecer em Londres e de acolhida na VSS, mas foi surpreendida pela recusa veemente de Cobbe em servir-lhe de madrinha (MITCHELL, 2004: 286).

agosto do mesmo ano era promulgada pela Câmara dos Comuns o *Vivisection Act*, a lei que regulamentava a experimentação animal em terras britânicas.

Os sete meses decorridos entre a publicação do relatório da *Royal Commission* e a promulgação da lei foram preenchidos por uma intensa agitação política dos dois lados contendores. Em fevereiro do mesmo ano a VSS, que ainda engatinhava, já dedicava o terceiro encontro de seu comitê a debater o texto das minutas da *Royal Commission*. A partir dessa discussão interna a VSS decidiu expressar publicamente sua apreensão em relação ao conteúdo desse documento, que, segundo a posição oficial da organização em uma declaração redigida nesse mesmo encontro, “foi, em alguns aspectos seriamente mal interpretada (*misconstrued*)”, motivo pelo qual “o projeto precisa ser apresentado imediatamente pelo governo para levar a cabo as recomendações da comissão” (Cobbe, 1894b: 588). Foi assim que no dia 20 de março de 1876 uma comitiva composta por homens notáveis da VSS – dentre os quais o Lorde Shaftesbury e o cardeal Manning - se encontrou com o *Home Secretary* Richard Cross (mais uma vez, por motivos estratégicos, Cobbe, na condição de mulher, se manteve nos bastidores dessa ação) para instar o governo a fazer com que se cumprissem as recomendações da *Royal Commission* (Cobbe, 1894b: 592). O grupo foi, segundo Cobbe (1894b: 594) muito bem recebido, e convidado a submeter ao governo sugestões de quais seriam os pontos mais importantes a constarem de uma futura lei de regulamentação da vivissecção. As propostas então elaboradas pelo *lobby* de atores sociais associados a Cobbe foram aceitas pelo gabinete governamental pertinente, e apresentadas em forma de projeto de lei pelo Lorde Carnarvon, na Câmara dos Lordes. A segunda leitura desse projeto se deu aos 22 dias de maio de 1876, e Cobbe e seus companheiros tinham, então a sensação de que “tudo naquela época parecia justo para nós” (Cobbe, 1894b: 592). Um dos principais motivos para esse otimismo era que o projeto apresentado por Carnarvon a partir dos agenciamentos da VSS se mantinha fiel à proposta feita isoladamente pelo *commissioner* Richard Hutton (incluída como anexo no relatório da *Royal Commission*) de que a nova lei proibisse por completo a realização de quaisquer experimentos fisiológicos em cães, gatos, cavalos, asnos ou mulas, e que em nenhuma circunstância fosse permitida a realização da vivissecção em animais que não houvessem sido anestesiados do início ao fim do experimento (Cobbe, 1894b: 594). Uma recente declaração de apoio da RSPCA, somada à recepção favorável do documento de Carnarvon na Câmara dos Lordes e também na maior parte da imprensa animaram Cobbe e seus aliados. Eles sentiam que “só era necessário, ao que parecia,

que o projeto fosse tocado adiante até seu estágio final n[a Câmara d]os Lordes e então enviado para a Câmara dos Comuns para assegurar sua passagem, intacto” para adquirir força de lei (Cobbe, 1894b: 595). Entretanto, um acontecimento imprevisto de foro pessoal – o adoecimento grave e morte subsequente da mãe de Carnarvon – afastou esse advogado do projeto da frente de batalha parlamentar em um momento crucial, causando grande apreensão nos antivivisseccionistas. Foi nesse momento de “ansiedade e alarme” decorrentes do desamparo pela ausência de seu homem no Parlamento “em cujas mãos se encontrava o projeto” que Cobbe e os seus ficaram cientes de que “uma grande porção da profissão médica, que até então parecia inativa (*quiescent*) senão aprobativa, havia sido incitada pelo seu principal mestre de marionetes (*chief wire-puller*) a um estado de exasperação ante o suposto ‘insulto’ de se propor que fossem submetidos ao controle legal” (Cobbe, 1894b: 595). O afastamento involuntário de Carnarvon deixava uma brecha de oportunidade para seus adversários políticos, e foi entrando por essa brecha que o *lobby* dos cientistas, liderado por Sanderson (seria ele, ou talvez Huxley, o mestre de marionetes a quem Cobbe se refere acima?) fez chegar às mãos do *Home Secretary* Richard Cross, em julho de 1876, um memorial assinado por nada menos que três mil nomes de médicos e homens de ciência, contendo severas objeções ao texto original do projeto apresentado por Carnarvon (French, 1975: 123).

A apreensão relatada por Cobbe em decorrência da ausência súbita de Carnarvon mostra que essa entrada massiva dos fisiologistas na cena parlamentar não era de todo inesperada. Assim como os antivivisseccionistas vinham se organizando em associações, também os homens de ciência vinham se unindo e articulando estratégias de intervenção eficazes em defesa de seus interesses. No dia 31 de março de 1876, dezenove pessoas interessadas em fisiologia se reuniram na casa de Burdon Sanderson, e decidiram formar uma sociedade profissional, que foi inaugurada em maio do mesmo ano com o nome de *Physiological Society* (PS), associação na qual tanto Sanderson quanto Michael Foster ocuparam funções importantes, tendo esse último sido posteriormente eleito, em 1901, presidente honorário dessa associação, cargo que ocupou até o fim de sua vida (Hawgood, 2007: 224). Embora a primeira assembleia ordinária da PS tenha-se dado apenas em novembro de 1876, e o primeiro encontro científico dessa sociedade não acontecesse senão no fim de 1880 (Hawgood, *op. cit.*), os primeiros jantares informais promovidos pelos membros da PS provavelmente facilitaram os encontros entre fisiologistas e outros homens de ciência interessados em garantir a legitimação da vivissecção. Francis Darwin, filho do evolucionista e apoiador

incontestável da posição do pai na questão da vivissecção, comenta que a PS “foi, em certa medida, o resultado do movimento antivivissecionista, uma vez que foi essa agitação que gerou nos fisiologistas a necessidade de um centro para aqueles engajados nesse ramo específico da ciência (Darwin, F., 1887c: 204)²⁴.

Nesse processo de criação de uma sociedade designada especificamente a cuidar dos interesses de expansão da fisiologia experimental na Inglaterra, mais uma vez darwinistas e fisiologistas agiram de braços dados. Thomas Huxley e George Romanes, por exemplo, foram membros fundadores da PS (Hawgood, 2007: 224; White, 2005: 72). Esse último, que junto a Huxley figuraria entre os mais importantes amigos e aliados de Darwin, com apenas 28 anos de idade já era um dos secretários dessa nova organização, e no exercício dessa função se correspondeu diretamente com o autor do *Expression*. Em carta datada do primeiro dia de junho de 1876 Romanes, seguindo uma decisão obtida em encontro da PS, convida Darwin a aceitar o cargo de membro honorário da mesma, esclarecendo que “foi por sua causa que a função de membro honorário [*honorary membership*] foi instituída”, embora “depois se pensou que, por um lado, que você poderia se sentir solitário, e por outro lado, que em uma Sociedade Fisiológica a companhia mais adequada para você seria o Dr. [William] Sharpey” (Romanes, E., 1896: 51). Nas cartas trocadas com Romanes é possível ver claramente que, lá de sua residência rural no condado de Kent, Darwin estava acompanhando ‘de perto’ e participando, nos bastidores, das articulações em relação aos acontecimentos ligados à PS e ao projeto de Carnarvon no qual esse sociedade estava por interferir de maneira significativa. Na linha de frente encontrava-se Sanderson, que, movimentando-se com desenvoltura nos meandros do Parlamento, havia acionado Henry Acland, presidente do *General Medical Council* (GMC)²⁵ para que este entregasse o memorial dos homens de ciência ao Lorde Cardwell (o *chairman* da *Royal Commission*). O grupo que representava o interesse dos fisiologistas demandava que fossem operadas alterações bastante significativas no texto do projeto antes que este fosse promulgado e tornado lei, e essa exigência foi, em muitos pontos, atendida, conforme veremos a seguir.

²⁴ George Romanes é ainda mais categórico, e em carta escrita a Darwin em agosto de 1881 afirma que “a *Physiological Society* foi formada, como você deve lembrar, com o propósito de obter uma ação combinada entre os fisiologistas a respeito de tema da vivissecção (ROMANES, E., 1896: 121)

²⁵ Mais uma vez sustentando sua posição autônoma, George Rolleston foi o único membro do GMC que se recusou a assinar o documento, por não concordar com seu conteúdo (FRENCH, 1975: 124).

1.5.5. O *Vivisection Act*

Após todas essas ações e intermediações políticas, foi publicado no mês seguinte o texto final, com o título de *A Bill intituled an Act to Amend the Law relating to Cruelty to Animals* (PP, 1876b), o *Vivisection Act*, e resumidamente sua versão definitiva tratava dos seguintes temas e regras: 1) proibição de experimentos dolorosos com animais; 2) restrições a tais experimentos; 3) proibição do uso de curare como anestésico; 4) proibição de experimentos com cães e gatos; 5) proibição absoluta da exibição pública de experimentos dolorosos; 6) a necessidade de registro prévio dos locais usados para experimentos; 7) a necessidade de obtenção de uma licença individual para praticar a vivissecação, conferida pelo Secretário de Estado (*Secretary of State*); 8) o direito dessa mesma autoridade designar inspetores para visitas periódicas aos laboratórios onde se realizam tais experimentos; 9) formas de penalização daqueles indivíduos cujos experimentos infligissem quaisquer das normas descritas anteriormente.

Embora esse ato definisse regras e determinasse punições para os infratores da mesma, essa versão final efetivamente promulgada do *Vivisection Act* foi sentida por Cobbe e demais antivivisseccionistas como um golpe rasteiro e inesperado por parte do *lobby* dos homens de ciência. Para Cobbe, o *Vivisection Act* em sua forma final, já acrescido das ementas propostas pelo memorial de Sanderson e aliados, havia deturpado o projeto de Carnarvon a tal ponto, que “praticamente invertia o seu caráter, transformando-o em uma medida não mais para proteger os animais vivisseccionados da tortura, mas sim [protegendo] os vivisseectores de serem processados com base no *Martin's Act*” (Cobbe, 1894b: 595). A indignação de Cobbe e outros tantos adeptos da militância antivivisseccionista se devia à maneira como as ementas ao texto do projeto original operavam uma manobra através da qual as exceções minavam as regras, tendo como resultado um texto que lembra ao leitor de hoje a retórica da *Revolução dos Bichos*, sátira ficcional aos descaminhos do projeto socialista escrita pelo também inglês George Orwell setenta anos mais tarde (Orwell, 1945). Na obra de Orwell, as rigorosas regras originais que formam a constituição de um novo regime vão sendo progressivamente desrespeitadas e relativizadas, sendo assim destituídas de todo seu poder proibitivo original e dos valores que as orientavam. Se uma lei inicialmente previa, por exemplo, que ‘nenhum animal matará outro animal’, após reformulada ela rezava que ‘nenhum animal matará outro animal *sem motivo*’, e assim por diante. De

forma similar, no texto do *Vivisection Act*, os enunciados categóricos de duas cláusulas são contraditos pelas exceções previstas. A primeira dessas contradições aparece na cláusula de nº 2, com o enunciado de “Proibição de experimentos dolorosos em animais”; a primeira linha dessa cláusula declara que “uma pessoa não deve realizar em um animal qualquer experimento concebido para causar dor, *exceto sujeito às restrições impostas por este Ato*” (PP, 1876b: 1).

A segunda ementa ao texto original de Carnarvon foi, ao que tudo indica, a principal responsável pela indignação dos antivivisseccionistas. Seguindo a recomendação de autoria de Richard Hutton constante das minutas da *Royal Commission*, o projeto de Carnarvon previa a exclusão - inegociável - dos cães e gatos da lista de animais passíveis de serem submetidos à vivissecação. Na letra do *Vivisection Act* essa cláusula, a de nº 5, intitulada “Proibição *absoluta* de experimentos dolorosos com cães e gatos”, estabelecia, entretanto, já em sua primeira linha que “um experimento designado para causar dor não deve ser realizado em um cão ou gato, *exceto mediante certificado obtido* conforme mencionado nesse Ato” (PP, 1876b: 3). Os gatos e, principalmente, os cães, eram - conforme veremos no próximo capítulo - animais do âmbito do lar e especialmente caros aos gentis-homens e damas vitorianas, e por isso não era de surpreender que a recusa dos fisiologistas em ceder até mesmo em um ponto tão vital para os antivivisseccionistas gerasse tamanho furor.

1.5.6. A *Victoria Street Society* se redefine. Discórdias e dissidências no movimento

A VSS de Cobbe diferia das demais organizações antivivisseccionistas de peso na Inglaterra vitoriana - como a *London Anti-vivisection Society* e a *International Association* - justamente pelo fato de não ter como plataforma a abolição completa da vivissecação, mas sim a adoção de medidas restritivas significativas, eficazes e funcionais para coibir eventuais excessos dessa prática (French, 1975: 129). Isso equivale a dizer que por ocasião da promulgação do *Vivisection Act*, em 1876, Cobbe e seus colegas da VSS não se opunham à vivissecação em si, mas somente a seu emprego inadequado e abusivo, e nesse sentido somente poderiam ser considerados antivivisseccionistas no sentido amplo dessa palavra. É verdade que alguns membros da VSS, como o próprio presidente da mesma, Lorde Shaftesbury, tinham como posição pessoal a de uma defesa da proibição completa dos experimentos com animais; ainda assim, em termos práticos Shaftesbury assumira, por motivos estratégicos, a defesa da implantação de restrições à vivissecação, por acreditar que uma postura mais radical não

teria qualquer chance de ser aprovada pelo Parlamento no contexto vigente (Cobbe, 1894b: 587). Era essa a plataforma oficial da VSS – em conformidade com a qual se encontrava o projeto original de Carnarvon - por ocasião da publicação do *Vivisection Act*, e tal posição estava até então em concordância com a posição pessoal de Cobbe. Entretanto, essa convergência de posturas entre a jornalista e a organização por ela liderada deixou de existir quando da promulgação da nova lei. Se valendo de sua pena, Cobbe, imbuída do desejo de mobilizar a opinião pública, escreveu artigos em revistas e cartas abertas em jornais, propondo a total proibição dos experimentos com animais. Em um texto publicado na *Home Chronicler* em setembro, Cobbe (1876d: 200) afirmava que embora a meta original da VSS fosse a de combater apenas casos de vivisseção que envolvessem tortura ou o risco de crueldade, o projeto de lei de Lorde Carnarvon acabara sendo “mutilado”, ao soar do gongo, “pelos vivisseccionistas e líderes da profissão médica” (Cobbe, 1876d: 200). Diante desse movimento que ela entendia como um golpe traiçoeiro, Cobbe concluía que sua sociedade antivivisseccionista se via isenta de qualquer culpa pelas posturas que decidisse assumir em reação a tais medidas. Cobbe propunha, então, que fosse constituída - por fusão ou formando uma federação - uma “*Antivivisection League*”, i.e., uma coalizão das principais entidades antivivisseccionistas existentes; ou, caso não fosse possível, que fosse adotada uma atitude de cooperação mútua entre organizações independentes. Dizendo-se ciente dos riscos e obstáculos à aceitação de sua proposta, Cobbe defendia que o objetivo de sua sociedade passasse a ser, a partir de então, o de uma guerra incondicional à experimentação com animais, uma luta pela abolição completa de toda forma de vivisseção, já que os fatos recentes mostravam que não era possível ou sensato confiar na boa-fé ou nos sentimentos humanos dos fisiologistas para uma regulamentação da prática da vivisseção em termos eticamente aceitáveis (Cobbe, 1876d: 200).

Embora Cobbe fosse a principal liderança da VSS, isso não equivale a dizer que essa organização era, como a de Jesse, uma sociedade de uma pessoa só. Percebendo dentro de sua associação uma tendência de muitos membros – dentre os quais o próprio George Hoggan - a defender que fosse mantida a plataforma de defesa da restrição (Mitchell, 2004: 246), Cobbe escreveu uma carta à sua organização, na qual dizia que somente iria permanecer na função de *Honorary Secretary* caso a VSS “adotasse o princípio da proibição total” da vivisseção como nova plataforma política (Cobbe, 1894b: 599). Uma reunião foi realizada em 22 de novembro de 1876, e o comitê

executivo não a aprovou a proposta de Cobbe; em vez disso, a VSS decidiu sustentar a posição oficial de monitorar o cumprimento da nova lei e trabalhar no sentido de fazer com que a mesma viesse a incluir a proibição absoluta de todos os experimentos sem anestésicos. Apesar de sua ameaça (bravata?) de renúncia, Cobbe deixou-se convencer a permanecer no cargo, e Hoggan, embora se mantivesse no comitê executivo, abdicou de ser, junto a ela, um *honorary secretary*. A partir de então, Cobbe se tornava a única *honorary secretary* da VSS.

No início de 1877 James Holt, parlamentar que depusera na investigação da *Royal Commission*, apresentou um projeto de lei propondo a proibição completa dos experimentos com animais. Votado em 22 de maio, essa proposta foi derrotada por 222 contra apenas 83. Embora a VSS manifestasse simpatia pelo projeto de Holt, foi somente no encontro do dia 07 de agosto de 1878 que essa organização passou a defender a total abolição de quaisquer experimentos com animais, o que custou à mesma a renúncia de George Hoggan ao seu cargo no comitê administrativo por discordar da medida, embora nem por isso o médico deixasse de ser membro dessa associação (Cobbe, 1894b: 604; Mitchell, 2004: 264). Em 1883, em parte como resultado de continuados esforços de Cobbe, a *International Association* se amalgamou à VSS, transferindo para o comitê executivo dessa última várias de suas personalidades eminentes (Cobbe, 1894b: 603); Cobbe continuou, entretanto a dominar o novo quadro da organização (French, 1975: 226). No ano seguinte, contudo, Cobbe se viu muito desgastada por um arrastado conflito interno na VSS decorrente de intrigas que a indispuseram com John Duke Coleridge, o Lorde Coleridge (1820-1894), chefe do executivo da Inglaterra e bisneto do poeta Samuel Coleridge. Além disso, havia-se comprometido com Mary Lloyd, sua companheira, a se mudar de Londres para Llanelltyd, no País de Gales, em busca de um local que proporcionasse melhor qualidade de vida para passarem a velhice. Dessa forma, Cobbe renunciou a seu cargo de *honorary secretary* da VSS (Mitchell, 2004: 304). Com o afastamento de Cobbe, Stephen Coleridge, filho do Lorde Coleridge, foi aos poucos se tornando a figura mais atuante no comitê executivo da VSS. Cada vez mais empenhando em promover uma reforma da organização que a fizesse ter um perfil mais semelhante ao seu - e não mais ao da antiga secretária, esse novo líder da VSS, conseguiu, ao fim, fazer com que a associação mudasse de nome, e no ano de 1898 a VSS passou a se chamar *National Anti-Vivisection Society* (Mitchell, 2004: 353). Não demorou para que mudanças políticas e estratégicas importantes também fossem impostas por Coleridge. Embora

mantendo a abolição como meta final, a recém-batizada NAV adotou uma plataforma imediata menos ambiciosa e considerada mais sensata, de luta pela restrição, e não mais necessariamente apenas pela proibição completa da vivisseção, o que provocou a indignação de Cobbe, que a essa altura de sua trajetória já parecia encarar a ideia de abolição completa da vivisseção como uma plataforma inegociável. Constatando que na NAV nada ou quase nada restara – nem sequer o nome – daquela VSS que ela construíra com seu suor e liderara por tantos anos, Cobbe, já sem qualquer poder político dentro dessa organização, abandonou o quadro de membros da mesma (Mitchell, 2004: 353).

Sair da VSS não equivalia para Cobbe, no entanto, a abandonar a cruzada antivivisseccionista. A jornalista continuou não apenas produzindo textos contundentes e ministrando palestras calorosas, como ainda fundou no dia 14 de junho de 1898 – aos 76 anos de idade - uma nova associação: a *British Union for the Total Abolition of Vivisection*, da qual foi presidente até sua morte, em abril de 1904 (Mitchell, 2004: 354). Com uma formação inicial de apenas 90 membros, a BUAV foi crescendo, e em abril do ano seguinte já lançava sua primeira publicação: o periódico *Abolitionist*, que defendia uma plataforma de abolição da vivisseção baseada na retórica antiescravista (Mitchell, 2004: 357). Inaugurando sucursais regionais, em pouco tempo a BUAV já rivalizava em importância com a metropolitana NAV de Coleridge, e o movimento antivivisseccionista britânico passava a se dividir, em termos de influência e atuação, basicamente entre esses dois grupos, com a contribuição secundária de algumas organizações de menor porte e representatividade, como a *London Anti-vivisection Society*, a *Animal Defence and Anti-vivisection Society* e associações de pressão religiosa, como a *Church Anti-vivisection League* (Kean, 1998: 110).

Embora a inevitável perda de vitalidade decorrente da velhice, somada à opção pela vida em um distrito rural do País de Gales, não mais permitisse que ela frequentasse todas as reuniões da BUAV, Cobbe permaneceu ativa nas duas frentes de militância mais importantes de sua carreira – as cruzadas sufragista e antivivisseccionista – quase até 1904, o último ano de sua vida. Em novembro de 1902, às vésperas de completar 80 anos de idade, ela presidiu o encontro semestral da BUAV (Mitchell, 2004: 363), e em janeiro de 2003 ministrou uma palestra em defesa do sufrágio feminino para uma audiência de mais de cem mulheres.

Embora Cobbe não tenha-se mantido como *honorary secretary* da VSS até o fim de sua vida, foi durante os anos sob sua liderança – especialmente as décadas de 1870 e

1880 - que a controvérsia antivivisseccionista foi mais acirrada, e quando a sociedade da *Victoria Street* foi mais atuante e influente. Por sua hegemonia no cenário nacional, a VSS era com frequência o principal alvo das demais organizações antivivisseccionistas (French, 1975: 223). Segundo French, disputas de personalidades também contribuíram para que houvesse uma maior união dessas sociedades, uma vez que estavam em jogo não apenas convicções, mas também carreiras. Embora houvesse eventuais apelos – inclusive de Cobbe, conforme vimos acima - pela produção de esforços conjuntos das principais organizações, as constantes disputas provavelmente contribuíram para a desunião que caracterizou o movimento antivivisseccionista britânico. Essa desunião – em contraste com uma frente unida e bem orquestrada dos homens de ciência em defesa da legitimidade da vivissecção - terá sido provavelmente um dos principais motivos pelos quais, a despeito de uma ou outra conquista em suas demandas, os antivivisseccionistas britânicos, amargando sucessivas derrotas, terem, em última análise, fracassado em sua meta principal: a proibição completa da vivissecção em seu país (French, 1975: 226; Kean, 1998: 110). Mais do que meras disputas por colocações, visibilidade ou prestígio, no entanto, a ausência de sintonia entre os grupos antivivisseccionistas provavelmente se relacionava diretamente ao fato de que, a não ser pela oposição à experimentação animal, pouco havia que sugerisse uma homogeneidade política entre os antivivisseccionistas. A pleora de grupos e a grande heterogeneidade reinante entre eles e dentro mesmo de cada um dificultavam tremendamente a formação de qualquer tipo de consenso, quer no âmbito religioso, quer no político ou filosófico (Kean, 1998: 110), no que, mais uma vez, os antivivisseccionistas diferiam dos fisiologistas, homens de medicina e darwinistas britânicos, os quais, a despeito de uma relativa autonomia de visões no âmbito científico, estavam, em sua maioria, comprometidos com visões de mundo similares, que abrangiam o darwinismo como sistema conceitual e o avanço das ciências naturais e biológicas em moldes seculares como plataforma política.

Tendo discutido brevemente o que desunia os antivivisseccionistas britânicos, cabe-nos indagar, então, que fatores culturais uniam indivíduos e grupos tão heterogêneos no combate à vivissecção. Essa discussão terá início no próximo capítulo, pela exploração das implicações e complicações decorrentes da percepção da identidade entre o animal experimental e o animal darwiniano.

O homem, em sua arrogância, pensa em si mesmo como uma grande obra, digna da interposição de uma divindade; [seria] mais humilde e, acredito eu, mais verdadeiro, considerá-lo criado a partir dos animais¹.

Charles Darwin, Notebook C, nota 197

¹ *Man in his arrogance thinks himself a great work, worthy the interposition of a deity, more humble & I believe true to consider him created from animals.*

CAPÍTULO 2

MÁRTIRES DE BERNARD:

O ANIMAL EXPERIMENTAL

É O ANIMAL SENSÍVEL

PRÓLOGO AO CAPÍTULO 2

Londres, 1859. No dia 31 de maio era inaugurado, em uma das torres das Casas do Parlamento, o grande relógio, e menos de dois meses depois já se podiam ouvir as primeiras badaladas do grande sino, que logo seria apelidado de *Big Ben*. Com a ação combinada e ritmada de relógio e sino incorporados ao Palácio de Westminster, a população londrina dispunha, então, de um imponente monumento que marcava a passagem do tempo em terras britânicas (United Kingdom Parliament, 2009). Nesse mesmo ano e nessa mesma cidade era realizado, em Newcastle-upon-Tyne, o primeiro *show* de cães da Inglaterra, no qual vinte e sete cães *setters* e vinte e três *pointers* foram exibidos. Esses *shows* públicos constituíam oportunidades para que cidadãos comuns apresentassem seus próprios animais domésticos como objetos do olhar alheio. Dessa forma, o animal mundano do universo privado dos lares era promovido ao *status* de um espetáculo (Kean, 1998: 80). Ainda em 1859, em 24 de novembro, quase ao apagar das luzes da década de 1850, era publicada a primeira edição do *Origin of Species*, de Charles Darwin (Darwin, 1859). Para grande surpresa do editor, a modesta tiragem inicial de 1250 exemplares se esgotou no mesmo dia de seu lançamento¹.

Esses eventos, relativamente independentes, guardam entre si algumas conexões significativas. O *Big Ben* - nome originalmente atribuído apenas ao grande sino, e hoje usado mais comumente como designação do conjunto de sino, relógio e torre - permanece até os dias atuais como um poderoso símbolo da capital inglesa (United Kingdom Parliament, 2009), e nos interessa aqui apenas como ponto de referência identitário de uma cultura de indivíduos cumpridores da lei, orgulhosos de sua austeridade moral em relação ao cumprimento dos compromissos assumidos, caracterizada pela famigerada pontualidade britânica. Esse cidadão modelo, típico da classe média inglesa do período vitoriano, era o mesmo indivíduo que amava e admirava os cães no âmbito doméstico e, agora, também no espaço público. Charles Darwin, o autor da obra que inauguraria um novo modelo para a história natural e para as ciências biológicas, era um desses gentis-homens que apreciavam a companhia e a inteligência dos cães; e, no entanto, o olhar de Darwin, incidindo sobre essa mascote afetiva, efetiva e simbólica da Inglaterra, apresentaria a esse país e ao mundo inteiro não apenas um novo cão, mas também um novo animal humano.

¹ Nota dos Editores da 4ª edição da tradução brasileira da *Origem das Espécies*, de Charles Darwin, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002

2.1 - A ÁRVORE DA VIDA E O FLORESCER DA MENTE

A tese darwiniana da origem comum postula que a vida teria surgido uma única vez no planeta (Darwin não se aventurou a especular sistematicamente sobre a origem da vida propriamente dita), e que todos os seres vivos - atuais ou extintos - descenderiam desse primeiro proto-organismo. Isso implicava, como vimos, uma herança biológica partilhada por todas as espécies. A evolução da vida no planeta era representada pela imagem de uma árvore. Na base dessa árvore situar-se-ia o primeiro organismo, ancestral remoto de todas as formas de vida, e seus galhos representavam as complexas ramificações dos diversos grupos taxonômicos a compartilhar diferentes graus de parentesco. A tese da origem comum é importante o bastante para figurar nos últimos parágrafos do capítulo conclusivo da primeira edição do *Origin*:

The whole history of the world, as at present known, although of a length quite incomprehensible by us, will hereafter be recognised as a mere fragment of time, compared with the ages which have elapsed since the first creature, the progenitor of innumerable extinct and living descendants, was created (Darwin, 1859: 488; *itálicos meus*).

Na verdade, a essa tese são dedicadas as famosas últimas linhas dessa obra:

There is grandeur in this view of life, with its several powers, having been originally breathed into a few forms or into one; and that, whilst this planet has gone cycling on according to the fixed law of gravity, from so simple a beginning endless forms most beautiful and most wonderful have been, and are being, evolve (Darwin, 1859: 490).

É preciso reafirmar, aqui, que uma das importantes implicações da teoria da origem comum transcende a questão das semelhanças físicas entre os diversos seres vivos. A partir de algum momento no processo evolutivo, alguns dos ramos da árvore da vida começam a gerar seres com um novo atributo adaptativo: a mente. Em Darwin essa mente não mais é o grande distintivo demarcador da singularidade humana; o primeiro broto de mente a florescer na árvore da vida surge antes, muito antes do homem. Nasce como mente animal, em ramos muito mais antigos, em formas ainda muito “inferiores”, nas palavras de Darwin (1859, 1871, 1872), que sustenta que “até os insetos exprimem raiva, terror, ciúme e amor com sua estridulação”. (Darwin, 1872: 350).

Ernst Mayr (1998: 140) enfatiza, por esses motivos, o caráter filosófica e epistemologicamente revolucionário da tese da origem comum, a qual considera uma das teorias mais heurísticas que jamais foram propostas. Mayr afirma que essa teoria privou o homem do seu lugar único no universo, e por isso a designa “a primeira revolução darwiniana” (1998: 99). Por prover a base de sustentação da ideia de uma

continuidade física e mental entre organismos taxonomicamente aparentados, essa noção de ancestralidade compartilhada perturbava o glorioso lugar do homem na ordem natural, pois apresentava um novo homem. Um homem que carregava em sua carne a herança de um passado muito mais longínquo que aquele contado nos livros sobre antigos impérios e civilizações esquecidas. Um homem cuja história remontava à história da origem da própria vida. Um homem cujos antepassados mais remotos nem sequer eram humanos. Era, em última análise, a esses ancestrais não-humanos que devia as raízes até mesmo de suas mais caras faculdades morais, de sua mais aguda racionalidade, de seus mais nobres e sublimes sentimentos.

Essas faculdades mentais e sentimentos eram compartilhados pelos humanos com uma grande porção do mundo animal, e por isso Hilda Kean afirma que Darwin estava desafiando as percepções sobre os encontros que as pessoas tinham diariamente com os animais em seu ambiente imediato: as ruas da metrópole, o jardim zoológico e também os animais que viviam com eles em suas casas. O trabalho de Darwin e contemporâneos implicava, assim, uma profunda influência na vida cultural e intelectual – e na percepção popular dos homens vitorianos sobre os animais. (Kean, 1998:71)

2.2 - ENTRE A CANDURA ANIMAL E A BESTIALIDADE HUMANA

Um traço marcante da tradição ocidental é a tendência a pensar em dicotomias paralelas, de modo que a oposição entre animalidade e humanidade é posta ao lado das que se estabelecem entre natureza e cultura, corpo e espírito, emoção e razão e assim por diante (Ingold, 1995: 45), e o antropólogo Tim Ingold sustenta que “dos clássicos até os dias de hoje, os animais têm ocupado uma posição central na construção ocidental do conceito de ‘homem’ (Ingold, 1995: 39).” A história do pensamento ocidental é em boa parte uma história de como o homem se vê e se descreve em relação ao mundo natural. Para se definirem e se constituírem, os grupos humanos sempre sentiram a necessidade de se situar, de edificar uma cultura em que fossem capazes de se reconhecer como indivíduos e ao homem, em abstrato, como entidade ontológica. Essa necessidade de diferenciação dos homens em relação ao mundo que os cerca faz parte de um processo histórico de permanente construção e reconstrução de sua identidade, que atravessa as mais diversas culturas e períodos; de antes de Aristóteles até muito além de Descartes, a questão da singularidade humana constitui um tema filosófico recorrente, que até os dias de hoje não perdeu seu poder de inflamar paixões e suscitar polêmicas nos mais diversos fóruns. Entretanto, a história registra também um

movimento oposto, o de uma busca da identificação do homem com seu ambiente, da procura de estruturas e padrões que aproximem os humanos do mundo natural, que confirmem uma sensação de pertencimento a uma ordem superior na qual o homem possa ver sua imagem refletida no espelho da natureza, como parte integrante da tessitura do mundo vivo. É essa segunda perspectiva que aproxima os humanos dos animais.

A própria etimologia da palavra *animal* parece espelhar essa dualidade. Segundo a filósofa Mary Midgley, os primeiros registros de emprego desse vocábulo na língua inglesa datam do século XIV, mas antes do século XVI o termo era raramente usado como substantivo, não sendo possível encontrá-lo na Bíblia do Rei James de 1611, quando os termos mais usados eram brutos [*brutes*] ou feras/bestas [*beasts*]². De origem latina, o termo *animal* começou a ser empregado inicialmente como um termo erudito, do universo da arte, caindo posteriormente no uso do inglês cotidiano (Midgley, 1994: 36). A partir de então, a palavra ‘animal’ passou a ser usada como tradução do grego *zōon*, que significava uma criatura viva (Midgley, 1994: 36); no latim, entretanto, *animal* deriva de *anima* – alma, espírito, sopro vital, um significado relacionado ao grego *anemos* (*Webster's New World College Dictionary*, 2004). Assim como na língua portuguesa, portanto, também no idioma inglês a designação de ‘animal’ reflete originalmente tanto a noção de criatura de instintos selvagens como a de ser dotado de alma, refletindo de certa forma essa dupla apreensão, natural e espiritual, dos animais.

Tim Ingold afirma que “cada geração reconstrói sua própria concepção de animalidade como uma deficiência de tudo o que apenas nós, os humanos, supostamente temos, inclusive a linguagem, a razão, o intelecto e a consciência moral.” (Ingold, 1995: 39) Por outro lado, continua o autor, “a cada geração somos lembrados de que os seres humanos também são animais e que a comparação com os outros animais nos proporciona uma compreensão melhor de nós mesmos” (Ingold, *op. cit.*: 40). Essas duas atitudes antagônicas – a de diferenciação e a de identificação do homem em relação ao mundo natural, e, por extensão, aos animais - se manifestavam, na Inglaterra vitoriana, nas discussões sobre a animalidade dos seres humanos e sobre a

² Minha investigação das fontes que informam o presente trabalho mostram que os termos *bruto* e *besta* eram ainda expressões de uso bastante comum na Inglaterra do século XIX; essas palavras são de uma conotação bem mais clara, enfatizando o caráter bestial das criaturas que descrevia. De qualquer modo, a palavra *animal* não era, de forma alguma, um termo estranho ao vocabulário dos vitorianos, e seu emprego costumava, na verdade, ser alternado com o de expressões como ‘bruto’ ou ‘besta’, em muitos casos em um mesmo texto, ou em diferentes textos de um mesmo autor, como em Frances Power Cobbe.

‘humanidade’ dos animais, e a emergência do darwinismo produziria profundas reverberações na discussão de ambos os temas.

O quanto um humano pode ser semelhante a um animal? O quanto um animal pode se assemelhar a um humano? Os animais também raciocinam? Dentre inúmeras outras, essas eram questões que estavam em discussão no mundo vitoriano, mesmo antes do nome de Darwin entrar nesse cenário (Turner, 2000: 64), e as diversas respostas a elas refletiriam diferentes visões do *status* do homem - e, mais especificamente, do cidadão britânico vitoriano - na ordem natural. A partir de meados do século XIX, entretanto, com o advento do darwinismo, novas ideias sobre a natureza dos animais se imbricavam com novas perspectivas acerca da natureza humana, forçando uma reavaliação do relacionamento entre animais e humanos. Isso oferecia, por um lado, novos motivos para a empatia em relação aos animais, e, por outro lado, levantava novas indagações, profundamente perturbadoras, a respeito da própria animalidade das pessoas (Turner, 2000: 60). Essa perturbação é claramente evidenciada por um evento ocorrido em novembro de 1864, quando Benjamin Disraeli, novelista e então líder do Partido Conservador da Inglaterra, falou a um público de clérigos. Disraeli era o palestrante convidado da Conferência Diocesana de Oxford, onde indagou de forma retórica perante uma platéia excitada: “É o homem um macaco ou um anjo?” “Eu estou do lado dos anjos³” - foi a resposta que deu à própria pergunta (Browne, 2003: 251). Essa antítese entre o anjo - ser descarnado e celestial, servo da vontade divina, dotado de consciência sublime - e o macaco⁴, criatura selvagem e mundana, regida por instintos bestiais e presumidamente desprovida de racionalidade e, principalmente, de uma bússola moral que apontasse para valores e caminhos de conduta elevados nos mostra o temor e o furor causados pelo advento do darwinismo. Essa nova e perigosa doutrina teria, aos olhos de homens como Disraeli, implicações morais e existenciais que, afastando o homem dos anjos e aproximando-o dos macacos, alinhavam a mente humana com a das feras, e não mais com os propósitos divinos. Nos recônditos da psique do gentil-homem vitoriano, tão orgulhoso de sua superioridade, suas virtudes e seu autocontrole, assomava agora, ameaçadora, a sombra biológica de

³ “Is man an ape or an angel? I am on the side of the angels”. Citado em Browne, 2003, p. 251

⁴ Observe-se, aqui, que a palavra em inglês usada por Disraeli foi *ape*, e não *monkey*. *Ape* significa, mais precisamente, símio, antropoide. Na zoologia atual os grandes antropoides seriam o orangotango (*Pongo sp*), o gorila (*Gorilla sp*), o chimpanzé (*Pan troglodytes*) e o bonobo (*Pan paniscus*), essas duas últimas sendo consideradas pelos especialistas atuais como os parentes não-extintos mais próximos do homem. Para fins da discussão desse caso, no entanto, tal preciosismo taxonômico não se faz necessário, e optei por traduzir *ape* por ‘macaco’; entretanto, em passagens posteriores será importante diferenciar entre os dois grupos, o que será feito.

uma besta selvagem, dotada de impulsos primitivos e potencialmente destrutivos de agressividade, sexualidade desmedida, rapina voraz, egoísmo desenfreado. Ao enfatizar a animalidade do *Homo sapiens*, essa profana teoria evolutiva dessacralizava num só golpe o passado e o futuro, a trajetória e o destino da humanidade.

A palavra *humano* também era – e é - empregada com diferentes conotações. Como substantivo, ela designa qualquer indivíduo pertencente à espécie *Homo sapiens*; como adjetivo, ela se refere a uma pessoa que rege sua conduta por atos ‘humanitários’, baseados em uma atitude generosa, caridosa e empática. Ou, como declara Ingold (1995: 47), “no primeiro sentido, o conceito de humanidade refere-se a uma categoria biológica; no segundo, aponta para uma condição moral (de pessoa)”. A esse respeito, o primatólogo Frans de Waal comenta: “Que forma brilhante de estabelecer a moralidade como marca distintiva da natureza humana – adotando o nome de nossa espécie para [significar] tendências caridosas! Os animais obviamente não podem ser humanos nesse primeiro sentido [de pertencimento à espécie *Homo sapiens*]; poderiam eles sê-lo no segundo⁵?” (Waal, 2003: 2). Para muitos vitorianos, a possibilidade de uma resposta positiva a essa pergunta constituiria uma manobra retórica e um ajuste ideológico que tinham como propósito e efeito salvaguardar as virtudes humanas, que se viam ameaçadas pelos imprevisos e temidos instintos selvagens, os quais reivindicavam seu espaço na mente do cidadão vitoriano.

Em um estudo publicado na década de 1970 que continua sendo ainda hoje o mais completo trabalho sobre o movimento antivivisseccionista britânico, Richard French (1975: 384) afirma que a preocupação com as qualidades humanas ou proto-humanas dos animais advinha em grande parte das pressões psicológicas em uma atmosfera vitoriana de repressão e pudor. A forma como os animais, em especial os animais domésticos, passaram a figurar nas obras de arte britânicas é sugestiva do processo de humanização dos brutos que estava em andamento. Nas pinturas do século XVIII e início do XIX os animais eram muitas vezes símbolos poderosos e passionais de forças elementais como a luxúria e a agressão, apetites e impulsos primitivos, mas na era vitoriana, o gosto popular vitoriano elegia as homilias sentimentais e polidas nas quais os animais já não eram os símbolos de instintos brutos projetados; agora, o mundo animal (especialmente sua porção canina) lembrava um microcosmo da sociedade

⁵ No idioma inglês esses dois sentidos de humano são, na verdade, designados por duas palavras diferentes: *human*, no sentido do substantivo, e *humane*, no do adjetivo; e o que Frans de Waal afirma é que os animais não podem ser considerados *human*, e então lança a pergunta: eles podem ser considerados *humane*? .

humana, onde as indulgências da carne eram (idealmente) ausentes ou implicitamente mascaradas como falhas de consciência ou julgamento moral (French, 1975: 385). As pinturas do famoso artista britânico, Sir Edwin Landseer, harmonizavam por completo com essa nova percepção do espírito animal. Pintor predileto da Rainha Vitória, Landseer se tornou o mais famoso pintor britânico de seu tempo, íntimo da realeza, aclamado em nível internacional (French, 1975: 379), produzindo uma grande quantidade de obras em que cães, gatos e outros animais adquiriam uma aura de virtude, espelhando com frequência diversos aspectos sociedade britânica. A obra de Landseer refletia um esforço de mobilização da arte na direção da inclusão dos animais na afirmação desse imaginário virtuoso, que French atribui a um compromisso com a repressão dos instintos animais. Para vastos setores das classes médias e altas vitorianas, a tarefa da vida humana era transcender os apetites corpóreos, ou animalismo, através da pureza espiritual (French, 1975: 385), e as manobras de humanização dos animais cumpriam a função de contrabalançar a temida bestialização do homem.

Apesar da grande variedade de indivíduos e associações que integravam o movimento antivivisseccionista, podemos perceber pelo tipo de discurso presente na maior parte dos textos analisados, assim como nas fontes secundárias consultadas, que havia nos argumentos dos opositores da experimentação animal a forte predominância de um viés teológico. Isso significaria, segundo o historiador James Turner, que apesar da defesa da inclusão dos animais como seres dignos de consideração moral, muitos dos protetores dos animais não queriam ser igualados aos brutos sem alma. Uma das formas de contornar esse incômodo era através da adoção de uma espécie de evolucionismo mais maleável, uma versão divinizada do darwinismo que em vez de degradar o homem, elevava os animais (Turner, 2000:62). Na verdade, muitos antivivisseccionistas, incluindo Cobbe, passaram a defender até mesmo que os animais - ou pelo menos alguns deles - teriam, assim como os humanos, uma alma imortal. Observaremos também, em capítulos posteriores, que não poucos antivivisseccionistas lançariam mão do próprio discurso darwiniano para justificarem sua defesa de restrições severas ou mesmo da abolição completa dos experimentos com animais.

2.3 - O ANIMAL VITORIANO

A partir da primeira metade do século XIX se tornava um hábito cultivado e valorizado pelas classes médias o de viajar pelo *countryside* em expedições de observação ou coleta de insetos, aves e animais silvestres em geral, na busca do resgate

de uma vida rural romantizada, como uma reação nostálgica ao processo inexorável de urbanização e industrialização crescentes. A história natural era uma disciplina que prosperava, e seus efetivos eram compostos em grande parte por naturalistas amadores, um quadro que sofreria mudanças a partir de meados do século (Allen, 1978: 89). Coleções botânicas e geológicas também constituíam paixões desses exércitos de amantes da natureza, que nos fins de semana deixavam o conforto de seus lares para empreenderem longas e, por vezes, árduas caminhadas em busca tanto de inspiração nas paisagens bucólicas dos lagos ou montanhas, como também de espécimes novos ou raros para enriquecer seus acervos particulares. O litoral era igualmente fonte de recreação, não somente pelos banhos de sol e mar, mas também pela oportunidade de se coletarem conchas, algas, estrelas-do-mar (Allen, 1978: 125). Nos lares urbanos de classe média o interesse pela ciência de investigação da natureza também estava presente, na forma dos microscópios, terrários e aquários (Allen, 1978: 133; Kean, 1998: 72). Todo esse conjunto de hábitos e práticas reflete um enamoramento do gentil-homem vitoriano pela natureza e seus representantes mais expressivos: os animais.

Na era vitoriana a Grã-Bretanha foi habitada por uma variedade de animais maior que em qualquer época anterior. A partir da década de 1830 os zoológicos começaram a ser franqueados ao grande público, possibilitando que as pessoas vissem ao vivo espécies que somente conheciam através de gravuras impressas. As práticas de cruzamento seletivo de animais e de criação de diferentes espécies para fins de pecuária e outros usos comerciais se expandiam. O esporte da caça ganhava cada vez mais adeptos. Os animais de trabalho eram tão comuns nas ruas das cidades quanto na zona rural. E, uma questão de especial importância na história da vivissecção em terras britânicas, o hábito de criar animais de estimação proliferava largamente nas classes médias urbanas (White, 2005: 59).

Quando nos referimos ao ‘animal vitoriano’ devemos ter o cuidado de evitar incorrer no equívoco de julgar que todos os animais eram encarados da mesma forma pelo homem do século XIX. Uma grande variedade de animais vivia nas ruas de Londres, muitos dos quais eram explorados nos estabelecimentos da metrópole no século XIX, e, obviamente, nem todos gozavam de igual *status* de proteção. Não deveríamos esperar, por exemplo, que os animais abatidos para uso de sua pele na confecção de casacos, ou os ratos caçados nos becos, fossem objetos da mesma consideração moral que cães ou cavalos. Arnold Arluke e Clinton Sanders (1994: 175) observam, em um estudo sociológico sobre as relações entre animais e humanos nos

dias atuais, que, diferente do que acontece com os animais considerados ‘maus’, como os camundongos e morcegos, “o lugar dos animais [ditos] bons, sejam eles humanos ou não-humanos, é claro na ordem social. Eles participam como ‘cidadãos decentes’ de algum tipo por serem confiáveis, previsíveis e obedientes em relação aos papéis que lhes são atribuídos”. O mesmo se poderia dizer, e até com maior ênfase, do contexto vitoriano. Como observa Harriet Ritvo, o reino animal, distribuído junto à humanidade em uma posição divinamente ordenada, na qual a espécie humana figurava no ápice da escala, se inseria em uma taxonomia que não apenas explicava e justificava o domínio dos humanos sobre os animais, como também espelhava a ordem hierárquica entre humanos vigente na sociedade britânica (Ritvo, 1987a: 15). Essa Grande Cadeia do Ser, fundamentalmente linear e fixista, seria ameaçada em suas bases pela teoria darwiniana da origem comum, que, como vimos, propunha a metáfora de uma ‘árvore da vida’ como esquema genealógico da evolução das espécies; mas nem por isso a percepção de que havia animais ‘bons’ e animais ‘maus’ seria de todo abandonada. Embora Charles Darwin não lance mão desses dois termos – ‘bom’ e ‘mau’, observa-se que a polarização entre animais selvagens em oposição aos animais domésticos aparecia em inúmeros textos do século XIX, incluindo obras do próprio Darwin, assim como de Frances Cobbe. Nesses textos, aos animais domésticos eram atribuídas faculdades mentais e virtudes morais que não se aplicavam aos animais selvagens, o que refletia, com frequência de forma explícita, a superioridade dos gentis-homens ingleses civilizados quando comparados aos selvagens e às ditas ‘raças inferiores’. Em sua função de servos fiéis, os animais domésticos propiciavam, segundo Ritvo (1987a: 18) o padrão de referência pelo qual os demais animais deveriam ser julgados, enquanto que os animais selvagens representavam os instintos bestiais indômitos e a insubordinação ao lugar superior do homem na ordem natural. Essa dicotomia ‘selvagem vs domesticado’ como reflexo direto da afirmação da superioridade do homem europeu civilizado sobre as raças ‘inferiores’ será explorada ao fim dessa tese.

Ritvo (1987a: 23) observa, porém, que nem todos os animais domésticos gozavam de um *status* de animais ‘bons’. O porco, por exemplo, a despeito de seu incontestável valor como provedor de carne, era com regularidade acusado de ser um animal ‘egoísta’, ‘sórdido’, ‘brutal’ e ‘glutão’. Esses animais ingratos e estúpidos, dizia-se, não reconheciam os humanos que deles cuidavam e, além disso, as porcas muitas vezes comiam a própria prole, contrariando o papel natural esperado das fêmeas humanas e animais, de mães abnegadas. Da mesma forma, nem todos os animais

selvagens eram tidos como feras indignas. Dentre estes animais selvagens vistos com bons olhos por homens e mulheres vitorianos se destacava o elefante, mas ainda assim parecem ter contribuído para isso não apenas os numerosos relatos anedóticos sobre a inteligência desses animais, como também o fato de que em países asiáticos o elefante se convertia em uma dócil besta de carga. De qualquer forma, alguns animais – domésticos ou não - gozavam de *status* privilegiado no imaginário vitoriano, e cabe nos perguntarmos quais animais eram esses, e por que eles eram considerados especiais.

2.4 - ANIMAIS ESPECIAIS

Muitos dos traços desse animal darwiniano já despontavam, como vimos, no período moderno, nas emergentes concepções da sociedade inglesa sobre a vida interior dos animais. E a respeito da publicação do *Descent* por Darwin, já em 1871, Keith Thomas (2001: 169) comenta que “não é demasiado ver [no *Descent*] (...) a influência de uma longa tradição de histórias de classe média sobre a sagacidade e o caráter animais”. Thomas chama, porém, atenção para o fato de que essa mentalidade e atitude de maior sensibilidade na lida com os animais não se espalhava de forma homogênea. Afirma que por trás da evidente distinção de classes havia uma fronteira muito nítida entre as sensibilidades. A delicadeza com os animais era um luxo que nem todos tinham condições de praticar. A maioria dos trabalhadores continuava a considerar os animais de uma perspectiva funcional, em que não havia lugar para sentimentos (Thomas, 2001: 223). Discutindo as relações entre animais e humanos e a emergência da medicina veterinária, Joanna Swabe (1999: 161) faz a ressalva de que os pobres não estavam de todo imunes a essa prática do *pet-keeping*, mas concorda com Thomas que a maioria das pessoas das camadas sociais mais baixas criava animais para fins utilitários.

Tampouco dentro das classes médias todos os tipos de animais eram igualmente considerados dignos de um tratamento benevolente. Thomas enumera algumas “espécies privilegiadas”, como o cavalo, o falcão, o gato, o cão. Basicamente, animais domesticados, principalmente os de estimação, que eram distinguidos dos demais animais por três traços particulares: não eram usados como alimento; tinham permissão para entrar nas casas; recebiam nomes individuais. Além disso, com frequência essas mascotes eram melhor alimentadas que os empregados. Muitas eram enfeitados com anéis, fitas, plumas e sinos. Tão valorizados eram esses animais privilegiados, que vieram até mesmo a tornar-se presença constante nos retratos de família em grupo, e os membros da aristocracia manifestavam um desejo crescente de se

fazer cercar de pinturas individuais de seus cães, pássaros e cavalos favoritos. (Thomas, 2001: 141). Com a morte de seus animais de estimação, os pesarosos proprietários podiam sofrer profundo abalo, e não eram poucos os que marcavam tais acontecimentos com epitáfios e elegias. E se o dono os precedia na sepultura, esses animais podiam comparecer ao funeral e, por vezes, chegavam a receber um legado para sua manutenção. Nas próximas seções nos deteremos por algum tempo na análise do *status* de alguns desses animais especiais no contexto vitoriano.

2.4.1 - O Asno e o Cavalo

Os eqüinos eram criaturas apreciadas pelos britânicos, e nas ruas de Londres os asnos eram usados como animais de carga pelos *costermongers*, ou simplesmente *costers*, nome dado aos mercadores que usavam os asnos como animais de trabalho para as mais diversas cargas: verduras e frutas, peixes, lenha, etc. Embora ocasionalmente houvesse registros e queixas de abusos contra asnos, fosse por serem espancados por seus donos ou por serem forçados a carregar damas e senhores excessivamente pesados (Ritvo, 1987a: 143), em geral se considerava que esses animais eram mais bem tratados que a média, pois os mercadores, seus proprietários, eram tidos como uma categoria especialmente afetiva em relação aos seus animais (Kean, 1998: 76). Os *costers* eram vistos pelas classes médias como uma categoria composta por indivíduos menos brutalizados que os demais ofícios de pobres que exploravam animais nas ruas de Londres. Na verdade, sua atitude para com seus animais era considerada indicativa de seu potencial de caráter como cidadãos decentes, e para propiciar o aprimoramento do caráter dos *costers* foram criadas, em 1861, a Golden Lane Mission e a Hoxton Coster's Mission. Um dos tipos de atividades promovidas por essas associações eram os *donkey shows*, nos quais proprietários de asnos – invariavelmente pertencentes à classe baixa - eram estimulados a apresentar seus animais em espetáculos, com direito a condecorações e prêmios. Assim, a exemplo do que acontecia com os cães, os asnos se tornavam alvo de atenção visual e cuidados humanitários (Kean, 1998: 76). William John Gordon, um autor do fim do século XIX, escreveu um livro descritivo das diversas formas de emprego dos cavalos na Londres de seu tempo, e no único capítulo dedicado ao asno afirma que “o burro de nossas ruas é um animal melhor que costumava ser” (Gordon, 1893: 172); esse asno do fim do século seria maior, mais saudável e mais bem alimentado do que eram esses animais algum tempo antes, e Gordon atribui essa melhora aos *shows* de asnos, dos quais o principal era o trienal, no *People's Palace*.

Gordon chama atenção dos leitores para o fato de que alguns desses animais viviam com o mesmo *coster* já havia mais de quinze anos, e recebiam de seus donos nomes semelhantes aos que eram dados a cavalos de raça. Vida longa e nomes pomposos não eram sinônimos, porém, de vida fácil; os asnos de Londres trabalhavam seis dias por semana, ano após ano, podendo chegar a percorrer 140 milhas por semana (Gordon, 1893: 172). Comparando o asno ao cavalo, Gordon dizia que, em proporção ao próprio tamanho, o jumento era capaz de suportar cargas e arrastar pesos superiores aos que seu parente carregava, e arremata: “Um bom burro é melhor que um cavalo ruim” (Gordon, 1893: 171). No entanto, foi a um estudo dos cavalos de Londres que o livro desse autor foi dedicado, conforme demonstra seu título: *The Horse World of London* (Gordon, 1893), o que sugere a predileção do escritor por esses últimos.

Muito mais que o asno, o cavalo, seu parente mais nobre, era um animal de grande destaque no imaginário vitoriano. Aliás, a se crer na narrativa de Frances Cobbe (1894b: 561), foram as denúncias divulgadas na Inglaterra em 1863 sobre crueldades cometidas contra cavalos na Escola Veterinária de Alfort que mobilizaram a publicação do primeiro texto dessa autora contra os abusos da vivisseção e que, portanto, marca o ingresso de Cobbe em mais essa cruzada moral. Os cavalos foram animais que serviram aos franceses nas guerras napoleônicas (Guerrini, 2003: 71), e a tortura de animais tão nobres, que seguiam destemidos montados por seus cavaleiros para o campo de batalha, de onde muitos jamais voltavam com vida, seria um fator agravante que tornava ainda mais aviltante o sacrifício doloroso desses animais para propósitos de mera demonstração cirúrgica.

Na primeira metade do século XIX os cavalos eram os animais mais visados pelas campanhas de proteção animal na Inglaterra, e embora passassem para o segundo lugar na atenção dos ingleses a partir de meados do século – quando o cão se tornou o foco de atenção principal – os cavalos continuariam sendo objeto de preocupação dos protetores de animais durante toda a era vitoriana (Kean, 1998: 80). Afinal, nos mais variados estratos sociais havia cidadãos britânicos que amavam os cavalos, e os escritores que publicavam textos de história natural popular costumavam caracterizar esse animal como ‘nobre’. Essa nobreza equina era celebrada em pinturas desde o início do século XVIII, e tinha relação não apenas com o porte altivo desse animal, como também com seu emprego no esporte aristocrático da caça (Ritvo, 1987a: 19).

Na cidade de Londres os cavalos eram utilizados para os mais diversos fins. Em um tempo em que ainda não havia carros motorizados, o cavalo era a força de trabalho

que transportava pessoas e cargas de um lado a outro. Um censo realizado nas ruas de Londres em 1891 acusou quase cem mil veículos rodando pelas ruas da metrópole (Gordon, 1893: 113). Poucos cavalos eram usados com o propósito exclusivo de serem cavalgados; a maior parte deles era envolvida na tração de veículos para diversos fins. Esses animais faziam serviços públicos para a companhia férrea e para os correios; transportavam cerveja e carvão; faziam serviços de táxi e também de transporte coletivo, os ônibus de cavalos. A conhecida *black brigade* era uma brigada composta exclusivamente de cavalos negros, utilizados exclusivamente para tração dos carros funerários. Havia ainda, por fim, cavalos empregados em funções mais nobres, o que parecia elevar seu *status*: alguns puxavam carruagens luxuosas, outros eram montados pelos soldados da cavalaria, e, acima de todos estes em destaque, estavam os cavalos da Rainha, que contavam entre noventa e cem animais, muitos deles cercados de toda a pompa e adereços que cabiam a suas nobres funções, como o famoso Copenhagen, o cavalo de Guerra do Duque de Wellington (Gordon, 1893: 91).

Um animal empregado de tantas formas e em tamanha escala estava, obviamente, sujeito a situações de abuso. Ainda na primeira metade do século, quando da fundação da SPCA (posteriormente RSPCA) em 1824, emergiam com regularidade escândalos nacionais relacionados a denúncias de maus-tratos cometidos contra cavalos (Ferguson, 2001: 78). Essa realidade perdurou ao longo de todo o século. Havia uma preocupação dos protetores de animais em relação a cocheiros que dirigiam de forma violenta, maltratando seus animais para obrigá-los a desenvolver maior velocidade, e os críticos do tratamento violento dos animais tendiam a ver uma relação próxima entre a melhora no comportamento das pessoas de um modo geral e a melhora de sua conduta em relação aos cavalos (Kean, 1998: 78). Esse estado de coisas levou à criação da *Cab Driver's Benevolent Association*, que contava entre seus patronos com o Cardeal Manning e o conde de Shaftesbury, ambos membros fundadores da *Victoria Street Society* junto a Frances Cobbe (Kean, 1998: 78).

As crueldades cometidas contra cavalos inspirariam a escritora Anna Sewell (1820-1878) a lançar, em 1877, o livro *Black Beauty* (Sewell, 1877), ficção narrada na primeira pessoa por um corcel negro, que conta as desventuras e aventuras suas e de seus amigos eqüinos, que em suas peripécias vão conhecendo a bondade e a maldade dos homens. No último parágrafo do 13º capítulo uma personagem afirma que “não existe religião sem amor”, e que se a religião não ensina as pessoas “a serem boas e

amáveis com os outros animais como o são com os humanos, então é tudo uma fraude⁶” (Sewell, 1877: 66). O livro foi um campeão de vendas, e o fato de que apenas nos dois primeiros anos após sua publicação um milhão de cópias já haviam sido vendidas (Ferguson, 2001: 77) atesta o apelo que tinha junto ao público esse tipo de narrativa sentimental sobre os animais, assim como a comoção que era gerada por relatos – ficcionais ou não – de maus tratos a estes.

2.4.2 - Os Primatas: Macacos e Antropoides

A impressionante semelhança física entre os diferentes tipos de macacos e os seres humanos já saltava aos olhos dos pensadores muito antes de Darwin entrar no cenário da história natural. Os naturalistas do Iluminismo com frequência reconheciam essas semelhanças entre homens, macacos e antropoides, como era o caso do anatomista inglês Edward Tyson, que em 1699 escreveu um tratado sobre o chimpanzé intitulado *Orang-outang, sive homo sylvestris*. Nesse estudo Tyson chamava o chimpanzé de orangotango, ou pigmeu, e o incluía na série humana, sob o nome latino de *Homo Sylvestris*, ou, como muitas vezes os ingleses os chamavam, o ‘homem selvagem das matas’. Essa escolha implicava que as categorias de ‘humano’ e ‘orangotango’ podiam não ser completamente distintas (Ritvo, 2000: 848).

Com a sistematização taxonômica proposta por Carolus Linnaeus (1707-1778) no século XVIII, a espécie humana foi classificada como pertencente ao reino animal e à classe dos mamíferos, e locada junto aos macacos, antropoides, prossímios⁷ e morcegos na ordem que Lineu batizou de ‘primatas’ (Ritvo, 2000: 849). Antes de Darwin e do darwinismo, portanto, já havia o reconhecimento das semelhanças entre os humanos e os macacos, que eram incluídos em uma mesma categoria taxonômica, o que implicava um parentesco mais próximo dos homens com esses animais do que com qualquer outra espécie viva. Contudo, em contraste com o modelo darwinista que emergiria na segunda metade do século XIX, na concepção lineana essa proximidade de parentesco era encarada principalmente de um ponto de vista taxonômico, apoiado fundamentalmente em uma visão de mundo criacionista e fixista, baseada na noção estática de uma Grande Cadeia do Ser nos moldes aristotélicos, e não em uma visão que levasse em conta a transformação de espécies umas em outras (Ritvo, 2000: 851). Ainda

⁶ “There is no religion without love, and people may talk as much as they like about their religion, but if it does not teach them to be good and kind to other animals as well as humans, it is all a sham”.

⁷ Prossímios: subordem dos primatas, nativos da África ou Ásia, que inclui os lêmures e outros animais pouco conhecidos do público leigo.

assim, teses como a de Tyson e a de Lineu – e, posteriormente, a de Darwin - não gozaram de aceitação universal. Muitos naturalistas envolvidos com uma linha de pensamento teológico mais conservador relutavam quanto a serem inseridos em uma conexão direta com o reino animal, e se as semelhanças físicas eram inegáveis, o recurso era apelar para as diferenças no campo das faculdades mentais. A despeito do sólido *status* de Lineu como um grande sistematizador, a ordem taxonômica dos primatas, por ele proposta, era com frequência rejeitada. O naturalista Thomas Pennant, numa obra intitulada *History of quadrupeds*, publicada em 1793, declarou que “minha vaidade não permitirá que eu seja classificado juntos com símios, macacos e morcegos”; outro pensador, W. Wood, em *Zoography, or the beauties of nature displayed*, um texto de 1807, argumentou que “talvez possamos ser perdoados pela repugnância que sentimos em colocar o macaco no topo da criação bruta, e assim associá-lo... com o homem” (ambos citados em Ritvo, 2000: 851). Além disso, mesmo entre aqueles que admitiam e propunham a inclusão do homem no reino animal e na ordem dos primatas parecia haver a preocupação em ressaltar diferenças anatômicas afirmativas da singularidade humana. A própria escolha, por Lineu, do nome da espécie como *Homo sapiens* enfatizava a sapiência humana como característica taxonômica distintiva, que o diferenciava dos demais primatas. Além disso, no século XIX havia um par mutuamente exclusivo de termos taxonômicos – hoje considerado obsoleto - que separava humanos de macacos e antropoides: esses últimos, por sua capacidade de usar os dedos dos pés em movimentos preênseis que os permitiam subir em árvores e manejar objetos, eram chamados de *Quadrumana* – que significa ‘quatro mãos’. Os homens, por sua vez, eram denominados *Bimana* (duas mãos), sendo, assim, encarados como uma espécie de primata mais sofisticado, com uma maior diferenciação anatômica nas extremidades de seus membros, em coerência com um caminhar ereto e mais elegante, e uma manipulação mais hábil do mundo exterior. Embora Thomas Huxley tenha desafiado essa forma arbitrária de classificação, demonstrando que os membros traseiros dos gorilas terminavam em pés, e não em mãos (Huxley, 1863), ainda assim vemos com frequência o emprego do termo *Quadrumana* até mesmo em textos evolucionistas, como os do próprio Darwin.

De qualquer modo, desde antes do século XIX os macacos e antropoides já eram encarados como nossos possíveis ou prováveis parentes mais próximos, sendo objetos da atenção tanto de homens de ciência quanto do público leigo, e no período vitoriano os cidadãos europeus teriam pela primeira vez a oportunidade de ver com seus próprios

olhos os grandes antropoides. Chegavam aos zoológicos londrinos os primeiros chimpanzés e orangotangos selvagens capturados em seus habitats naturais e trazidos de navio à Inglaterra, onde faziam grande sucesso como atrações públicas por alguns meses, antes de sucumbirem aos rigores do inverno europeu (Ritvo, 1987a: 31). Esses animais eram invariavelmente apresentados de maneiras que enfatizavam sua semelhança com os humanos: o público podia ver chimpanzés e orangotangos em suas jaulas sentados a uma mesa manejando garfos, bebendo xícaras de chá, dormindo sob cobertores. Esses animais recebiam nomes semelhantes aos dos humanos. No zoológico do *Regent's Park* uma chimpanzé chamada Jenny era vista regularmente trajando uma camisola de dormir ou um roupão. Tommy, um chimpanzé que viveu nesse mesmo zôo em 1835 e 1836, era elogiado por sua ‘astúcia e sagacidade’, que muitos consideravam superior à do bebê humano e mesmo à de certos adultos. De outro chimpanzé, adquirido pelo Conde Fitzwilliam em 1849, se dizia que era capaz de caminhar de forma perfeitamente ereta e manipular objetos com a mesma habilidade que um ser humano, além de manifestar predileção por alimentar-se de bife e beber vinho (Ritvo, 1987a: 31).

Outra fonte de interesse do homem vitoriano eram os relatos de exploradores sobre a vida dos grandes antropoides nas selvas de onde eram nativos. Em 1861 o explorador franco-americano Paul Belloni du Chaillu publicava *Explorations and Adventures in Equatorial Africa*⁸, obra típica do século XIX, repleta de narrativas das aventuras e descobertas de um desbravador das selvas africanas. Nela du Chaillu relatava de forma tipicamente exagerada seus notáveis encontros com o gorila, animal praticamente desconhecido então do grande público. Esse livro tornar-se-ia um *best seller* comentado em toda imprensa, e a aparência e comportamento desse grande primata - então considerado o parente vivo mais próximo do homem - seriam objeto de grande curiosidade pública (Ellegard, 1990: 43). Embora relatos como os de du Chaillu apresentassem animais como o gorila na pele de uma fera perigosa, em descrições que valorizavam a bravura do explorador que os enfrentava em plena selva africana, também era comum nas narrativas sobre a vida selvagem desses animais a ênfase nas semelhanças comportamentais entre antropoides e humanos. Dizia-se que esses brutos eram capazes de manejar ferramentas primitivas, em relatos que chegavam ao ponto de descrever o uso de bordões de madeira por orangotangos, que usariam essas armas rústicas para atacar elefantes. Também se narrava que os orangotangos eram atraídos

⁸ Citado em Ellegard, 1990

por mulheres, por vezes carregando-as à força. Um menino africano teria sido raptado por chimpanzés, e ao conseguir retornar teria relatado que fora muito bem tratado, especialmente pelas fêmeas (Ritvo, 1987a: 33).

Com o avanço do darwinismo, os primatas não-humanos adquiriram uma importância crescente na retórica evolucionista, em decorrência de sua posição na árvore filogenética na condição de parentes mais próximos não-extintos da espécie humana. Tanto suas estruturas anatômicas quanto suas faculdades mentais seriam arroladas na construção de um corpo de argumentos que visavam à corroboração da teoria darwinista da origem comum. O famigerado ‘debate do hipocampo’, no qual Thomas Huxley teria sido vitorioso ao demonstrar que o cérebro humano é muito mais semelhante ao dos grandes primatas do que estavam dispostos a admitir seus adversários criacionistas, é um bom exemplo de como os antropoides – no caso, o gorila – foram utilizados para reforçar as teses darwinistas. Além disso, também no campo das faculdades mentais os estudos evolucionistas recorreram fartamente ao comportamento dos primatas não-humanos. Nas páginas do *Descent*, Darwin (1874) apresenta inúmeros registros de evidências de inteligência, assim como de emoções similares às humanas em antropoides e macacos de várias espécies: a realização de um ato heroico por um pequeno macaco que arriscara a vida para proteger seu dono; o luto experimentado por uma mãe macaca com a perda de seu filhote; indivíduos criados em cativeiro que defendem seus donos de qualquer um que os ataque, defendendo também cães aos quais se afeiçoaram do ataque de outros cães; o enfurecimento ao perceberem que alguém ri deles; a excitação ou tédio; a aprendizagem da evitação de experiências dolorosas; o uso instrumental de pedras ou gravetos na função de martelos ou alavancas; a “ideia de propriedade”; a vingança de um babuíno contra um humano e posterior atitude de zombaria sempre que reencontrava essa pessoa; a capacidade de entenderem a maioria das coisas que lhes são ditas; o ciúme que alguns macacos sentem de seus donos, e assim por diante.

George Romanes, um darwinista particularmente dedicado ao estudo da mente animal, publicou mais de um livro específico sobre esse tema. Em *Animal Intelligence*, Romanes (1882 [1881]) dedica um capítulo especialmente aos primatas não-humanos. Nesse capítulo, Romanes afirma que, dentre as emoções, a simpatia é tão marcada nesses animais, que nenhum outro – nem mesmo o cão – os iguala nesse aspecto (Romanes, 1882 [1881]: 471), o mesmo valendo, no campo das faculdades do intelecto, para a racionalidade (p. 478). Outros atributos mentais que Romanes relaciona aos

macacos e antropoides incluem: ‘solicitude e cuidados para com um companheiro morto’ (p. 472); adoção de filhotes órfãos (p. 472); o prazer de brincar (p. 476); vingança e retaliação (p. 478); uso de ferramentas improvisadas (p. 480); hábito de castigar os filhotes (p. 482); uma intensa curiosidade (p. 495); a capacidade de descobrir e compreender certos princípios mecânicos básicos, tais como o do funcionamento de um parafuso (p. 497), e assim por diante.

No entendimento de Romanes, os primatas não-humanos eram de grande importância para o estudo da evolução das faculdades mentais. É por isso que, embora se refira a esses animais como “inúteis para todos os propósitos de trabalho ou arte, travessos como animais de estimação domésticos e em todos os casos, complicados de se manter”, Romanes encontra um propósito vital para o estudo dos macacos em geral. Afirmando que os primatas são “os mais próximos dos protótipos existentes da raça humana”, sustenta que esses animais são “de um ponto de vista evolutivo, os mais interessantes”, já que “em sua psicologia, assim como em sua anatomia, esses animais são os que mais se aproximam do *Homo sapiens*” (Romanes, 1882 [1881]: 471). Por esse motivo, Romanes conta que “considerando desejável para os propósitos desse trabalho”, pediu emprestado ao Sr. Sclater, um espécime vivo da coleção da *Zoological Society*. Seu pedido foi acolhido, e Romanes pôde levar um macaco da espécie *Cebus fatuellus*, que ele deixou sob a responsabilidade de sua irmã Charlotte, em cujo poder de observação o homem de ciência confiava plenamente. Levando a sério a missão a ela atribuída, Charlotte manteve um registro diário de anotações meticulosas do comportamento dessa mascote temporária com quem dividiu por algum tempo o lar, e que muito se afeiçoou à sua mãe inválida (Romanes, 1882 [1881]: 483). Na verdade, a ideia de tomar emprestado um macaco para observação não partira originalmente de Romanes. Sabendo da ovação recebida por seu discípulo e amigo em uma palestra por este proferida sobre a evolução humana por ocasião de um encontro da *British Association* em 1878, Darwin havia aconselhado Romanes a observar diariamente um macaco jovem, o conselho este que fora prontamente aceito (White, 2005: 72).

Podemos observar, assim, que com o advento do darwinismo os macacos e antropoides, que já eram objeto de interesse científico e do público leigo por suas contundentes similaridades com os seres humanos, experimentaram uma ascensão de seu *status*. De criaturas exóticas que pareciam representar caricaturas naturais do ser humano ou de parentes do *Homo sapiens* de um ponto de vista meramente taxonômico baseado em uma perspectiva fixista, esses animais se tornavam, nos discursos de

Darwin e seus seguidores e aliados, em nossos parentes na carne e no espírito; na verdade, em nossos precursores mais imediatos, nossos antepassados na história da vida sobre a Terra. Essa formulação científica de um parentesco evolutivo entre macacos e homens não apenas desencadearia fortes reações emocionais entre leigos e especialistas, como também teria importantes implicações na valorização desse animal tanto em estudos evolutivos, como vimos acima, como também em estudos fisiológicos, conforme veremos adiante. Antes disso, porém, é preciso que nos debruçemos, ainda, na observação de dois outros animais grandemente valorizados na segunda metade do século XIX: o gato e o cão. Para uma melhor compreensão da inserção desses animais na cultura vitoriana faz-se necessário que se conheça um pouco do histórico do hábito, adquirido pelos britânicos, de criação de animais domésticos.

2.4.3 – O gato

Desde a aurora do Iluminismo havia sido inaugurada uma nova era de tolerância ao gato, à medida que a crença na necromancia declinava e a sensibilidade para com os animais crescia (Swabe, 1999: 165). Ainda assim, dentre os animais domésticos o gato era aquele vilificado com mais frequência e vigor. Alimentando-se de camundongos e outros pequenos animais, os gatos gozavam de relativa independência quanto ao seu sustento, e mal se podia dizer que eram subordinados aos seus donos. Em regiões rurais, inclusive, muitos felinos domésticos fugiam e se tornavam gatos ferais. No início do século XIX a imagem desses animais era, portanto, de criaturas semi-selvagens que não pareciam dispostas a reconhecer o domínio humano, e havia uma tendência a encarar os gatos como seres dissimulados e difíceis de serem treinados (Ritvo, 1987a: 21).

Somente na segunda metade do século XIX a afinidade por gatos realmente se estabeleceria na Europa ocidental, e esses felinos começariam, em grande escala, a ser transformados de criaturas ferais das ruas em gordos animais de colo (Swabe, 1999: 165). Já então havia mulheres que alimentavam os gatos de rua, que não eram poucos. No primeiro tratado específico sobre o tratamento dos animais domésticos, publicado em 1857 pela RSPCA, lia-se que ‘quase todos os lares possuem um gato’, e estimava-se que existia um gato para cada dez pessoas da população londrina (Kean, 1998: 97).

Um fator que parece ter contribuído para aumentar a popularidade dos gatos como animais de estimação foi a epidemia de raiva nas ruas de Londres. O temor gerado pelo florescimento dessa epidemia fez com que os cães se tornassem temidos, aos olhos de muitas pessoas, como portadores dessa doença, o que fez subir o *status* do gato, que

era percebido como um animal essencialmente limpo (Kean, 1998: 98). Talvez ainda mais importante tenha sido o empenho direto da Rainha Vitória em ajudar a virar a maré de aversão aos felinos e persuadir seus súditos de que não só a crueldade cometida contra os cães, mas também os abusos contra gatos eram moralmente repreensíveis. Imbuída desse intento, a rainha incitou a RSPCA a incluir a figura de um gato na medalha que era concedida àqueles que apoiavam essa instituição (Kean, 1998: 98).

Assim como aconteceu com os asnos e cães, também os gatos enfim se tornavam alvos da admiração pública. O primeiro *show* de gatos se deu no Crystal Palace no dia 16 de julho de 1871 (Ritvo, 1987a: 116), mesmo ano da publicação do *Descent* por Darwin. Esse espetáculo foi organizado por Harrison Weir, um conhecido escritor e ilustrador de temas relacionados a animais que, mais tarde, se tornou presidente do *National Cat Club*. O objetivo de Weir ao propor esse *show* era eminentemente taxonômico: divulgar as diferentes raças, cores e formas de gatos. O espetáculo promovido por Weir fez tanto sucesso, que ele foi agraciado pela *Crystal Palace Company* com uma caneca de prata, por seu ‘trabalho de amor pela raça felina’. Cidades grandes, como Birmingham e Glasgow imediatamente seguiram o exemplo da metrópole, e no tempo de uma década as cidades menores e provincianas também exibiam seus felinos em espetáculos públicos (Ritvo, 1987a: 117).

O histórico acima demonstra o quanto o *status* do gato na Inglaterra mudou aos olhos públicos desde a Idade Média até o período vitoriano. De criatura associada a práticas de magia negra a astro de espetáculos públicos e mascote dos lares londrinos, o gato experimentou uma ascensão social talvez maior que qualquer outro animal dentre aqueles especialmente valorizados pelo olhar do gentil-homem vitoriano.

Entretanto, o cão era, sem dúvida, o animal mais apreciado e valorizado na Inglaterra vitoriana, motivo pelo qual foi ele eleito como unidade de análise de minha tese na investigação das articulações, interlocuções e disputas entre darwinistas e fisiologistas de um lado e antivivisseccionistas de outro a respeito da experimentação animal.

2.5. O CÃO VITORIANO

2.5.1. Introdução

Em seu estudo, acima citado, sobre as relações entre homens e animais no período moderno, Keith Thomas, após enumerar alguns dos animais que considera como sendo privilegiados nos séculos XVIII e XIX, não deixa dúvidas, no entanto, a

respeito de qual, dentre esses animais, era o grande predileto: “O cão era o preferido de todos os animais. Havia cães por toda a parte na Inglaterra do início dos tempos modernos.” (Thomas, 2001: 122). Segundo esse historiador, a Inglaterra de séculos anteriores testemunhou uma verdadeira obsessão pelos cães, e os alicerces dessa obsessão foram lançados no princípio dos tempos modernos (Thomas, 2001: 130). No século XVIII o cão já era conhecido como o mais inteligente de todos os quadrúpedes conhecidos, louvado como o mais fidedigno, a companhia mais humilde do homem. Com frequência mais bem alimentados que os criados, muitas dessas mascotes eram enfeitadas com anéis, fitas e plumas. Se o dono os precedia na sepultura, esses animais podiam comparecer ao funeral, e por vezes chegavam a receber um legado para sua manutenção. Thomas afirma, ainda, que houve uma tendência acentuada a encarar o cão como símbolo nacional. A aristocracia tinha especial predileção por esse animal, daí o provérbio: “não pode ser fidalgo quem não ama um cão” (Thomas, 2001: 124).

A partir do século XVIII, conforme vimos, as classes médias desenvolveram o hábito de criar cães dentro de casa, um costume até então característico da aristocracia, e o século XIX foi marcado pela proliferação de diversas novas raças de cães, dentre as quais muitos animais tipicamente de companhia, diferenciados dos vira-latas ordinários e dos animais de trabalho. Mas nem mesmo esses últimos deixavam, por isso, de ser encarados como cães – aos quais se atribuíam as mais diversas virtudes - e na interpretação de Guerrini, a tão decantada fidelidade desses animais marcava um contraponto com a temida instabilidade da vida moderna (Guerrini, 2003: 75)⁹.

2.5.2. A cultura do *pet-keeping*

Em seu estudo do movimento antivivisseccionista britânico em seu embate com a classe médica, Richard French (1975: 373) afirma que embora as raízes do fenômeno

⁹ O *status* especial do cão na Inglaterra vitoriana não nos deve fazer perder de vista uma história muito mais ampla e antiga de associação entre a espécie humana e a canina. Evidências arqueológicas indicam que o cão foi a primeira espécie animal a ser domesticada, aparentemente no fim da última Era do Gelo (de 19 mil a 10 mil anos atrás), quando a subsistência humana dependia da caça e coleta (Clutton-Brock, 2003: 10). O mais antigo achado de um cão domesticado remonta a 14 mil anos atrás, em sítios que pertenceram ao período cultural Epipaleolítico. Esse período teve como uma de suas principais características uma dramática mudança na estratégia de caça usada pelo homem, graças ao advento das flechas com pontas de pedra. Acredita-se que a parceria com os cães na caça tenha-se somado a essa inovação tecnológica, gerando um aumento significativo no êxito dos caçadores daquele período (*ibid.*). Em um sítio do mesmo período, no Vale do Jordão, uma sepultura feita de pedras amontoadas, foram encontrados, junto a um esqueleto humano, os restos ósseos de um cãozinho. O esqueleto humano estava do lado direito, em posição flexionada, e tinha sua mão pousada sobre o tórax do filhote (*ibid.*). Essa disposição sugere o valor espiritual e afetivo que os cães já possuíam então em muitas culturas.

do amor dos britânicos por animais (especialmente cães) sejam complexas, datando de muito antes do XIX, o movimento antivivisseccionista se deu no contexto da cultura vitoriana dos animais de estimação, motivo pelo qual a história desse hábito do *pet-keeping* não pode ser ignorado, se desejamos uma compreensão ampla das raízes desse movimento. Endossando essa tese de French, pretendo discorrer brevemente a seguir sobre a cultura da criação de animais de estimação no universo vitoriano e britânico.

O costume de criar animais de estimação parece ter sido inicialmente, na Europa, um hábito cultivado pelas classes mais abastadas, como as elites aristocrática e clerical (Swabe, 1999: 161), mas por volta dos séculos XVI e XVII essa prática se disseminou, no Reino Unido, também entre as classes médias. Harriet Ritvo (1987b) sugere que o *pet-keeping* só emergiu como fenômeno amplamente disseminado quando o homem conquistou um maior poder de controle sobre o mundo natural; com os desenvolvimentos científicos e tecnológicos desde o fim do século XVIII a natureza se tornara menos ameaçadora, e os habitantes do espaço urbano estavam relativamente libertos da necessidade de lutar diariamente contra as forças naturais para sobreviverem. Por outro lado, a criação de animais dentro de casa propiciaria um laço concreto com o mundo natural pela via da dominação deste. A criação de cães, por exemplo, seria uma espécie de afirmação metafórica de dominação. Sem precisar discordar dessa autora, meu contato com as fontes primárias e secundárias, no entanto, sugere uma realidade bem mais complexa.

Ao fim do século XVIII os processos concomitantes de industrialização e urbanização crescentes estavam mudando rapidamente a face da sociedade. O comércio e a manufatura substituíam a agricultura como fonte primária de riqueza, provocando uma migração massiva de regiões rurais para áreas urbanas. Esse aumento da população urbana parece ter desempenhado um papel crucial na disseminação do hábito de criar animais domésticos entre as classes médias, assim como na mudança de atitudes em relação aos animais. Na medida em que essas pessoas se tornavam menos dependentes dos animais como força de trabalho, se desenvolvia uma tendência a perceber esses animais através de um olhar que já não era meramente utilitário (Swabe, 1999: 163), e os animais domésticos começavam a ser encarados como se fossem proto-humanos, crianças eternas ou servos ideais (Williamson, 2005: 101). Segundo French (1975: 373) o culto aos animais de estimação floresceu em uma sociedade urbana que estava sedenta de pontos de referência com o estilo de vida dos proprietários de terras no *countryside*. A posse de terras e os meios rurais de vida tinham profundo significado cultural para os

cidadãos da classe média, e a figura do titã industrial transformado em *country squire*¹⁰ através da compra de uma propriedade adequada era um clichê de progresso social individual em meados do século (French, 1975: 373). Nessa chave, vale a pena notar que o próprio Charles Darwin, que sempre em sua vida adulta se queixara da baixa qualidade de vida na ‘Londres fumarenta’ de seu tempo, ao se estabelecer como um prestigiado homem de ciência, mudou-se da metrópole para o distrito de Downe, em Kent, onde viveu na famosa *Downhouse* com sua família até o fim de seus dias (Desmond & Moore, 2000). Aqueles membros da classe média urbana que, no entanto, não podiam se dar a esse luxo de um cotidiano no campo, ansiosos pelas amenidades da vida rural, que remetia a prestígio social, saúde e verdades simples, faziam viagens diárias de trem, cultivavam jardins em casa, colecionavam artefatos de história natural – e criavam animais de estimação (French, 1975: 373).

Por outro lado, não havia como o *set* urbano reproduzir o mesmo tipo de relação com os animais do mundo rural. Enquanto os animais domésticos do *countryside* eram empregados por seus donos em funções de trabalho variadas – tais como cavalgar, ordenha, caça, pastoreio e tosa, entre outros – nos lares das cidades os animais de estimação eram tratados como membros do *household*, ou seja, do ambiente da família e do lar. Mesmo que alguns deles fossem úteis aos seus donos por protegerem a casa ou eliminarem camundongos, os animais de estimação eram mantidos por motivos muito mais emocionais que racionais ou instrumentais (French, 1975: 374). Assim, os moradores das cidades pensavam em seus animais de forma bem diferente dos proprietários rurais; se esses últimos cresciam em ambientes cercados de animais, e encaravam os mesmos com naturalidade e com base em fins práticos, o homem urbano tendia a pensar em termos das alegrias e sofrimentos singulares de uma mascote específica (French, 1975: 374).

Ainda em 1857, coincidindo com as publicações de manuais sobre bichos de estimação, a RSPCA lançou o primeiro tratado específico sobre o tratamento dos animais domésticos, que eram descritos como servos do homem e, portanto, dignos de cuidados ternos (Kean, 1998: 97). Embora nesse texto da RSPCA o animal de maior destaque fosse o cavalo, também havia capítulos inteiros dedicados ao cão, ao gato, ao peru e ao ouriço - esse último comprado, na época, no mercado popular em *Covent Garden*, e usado para livrar os lares de baratas (Kean, 1998: 97).

¹⁰ *Squire* – um gentil-homem do campo, especialmente o principal proprietário de terras em um distrito.

Swabe (1999: 163) ressalta, no entanto, que, assim como acontece hoje em dia, também nos séculos passados o hábito de manter animais de estimação nunca foi unânime, podendo ser até mesmo alvo de ridículo e críticas. Tampouco se deve crer que todos os animais de estimação eram amados por seus donos; casos de abusos havia então, como existem hoje. Muitas associações foram criadas no século XIX para combater os mais diversos tipos de maus-tratos praticados contra os animais domésticos, incluindo as campanhas antivivisseccionistas, e French (1975: 374) observa que, tendo-se em mente as origens urbanas do *pet-keeping*, não é de se estranhar que a base do movimento antivivisseccionista seja de inspiração urbana.

Embora a literatura do movimento antivivisseccionista se refira com frequência aos ‘animais’ ou ‘brutos’ no sentido genérico, French afirma que na verdade os animais que estavam na mente dos opositores da vivissecção eram basicamente os animais domésticos, principalmente os cães, gatos e cavalos. Era a ideia de seus animais de estimação sofrendo as agonias da vivissecção que assombrava os antivivisseccionistas. Dessa forma, esse autor afirma que é nessa preocupação com os animais de estimação – cães e gatos – que devemos procurar a chave do fervor antivivisseccionista, partilhado em graus variados por outros segmentos do movimento de proteção animal e pela população em geral (French, 1975: 374). French vai além, sugerindo que os “supostos tratamentos abstratos de aspectos filosóficos e teológicos” ou da perspectiva da imortalidade dos animais fazem mais sentido quando vistos como desdobramentos das atitudes em relação aos animais, mais que como uma subestrutura pré-existente e inteiramente racional do movimento. Como exemplo disso, cita um certo John Robertson, que escreveu em *Our Corner*, da militante reformista Annie Besant, criticando Frances Cobbe que, como uma antivivisseccionista típica, estendia sua simpatia aos animais “ao ponto de atribuir-lhes uma natureza moral e emocional semelhante à nossa”, sendo movida “por puro sentimento pessoal, e não por um senso imparcial de justiça”. Robertson acusava Cobbe, enfim, de defender não “um direito inerente aos seres sencientes em si; ela está fazendo um apelo especial por alguns deles, pelos quais nutre uma afinidade especial” (French, 1975: 375).

2.5.3. Cães de todos os tipos: a proliferação das raças

A era vitoriana foi o período da proliferação das raças de cães. Nos séculos anteriores as raças de cães eram basicamente produtos de variações geográficas, ligadas às exigências do ambiente e a certas funções de trabalho para atender às demandas

humanas, como diferentes formas de caça (Swabe, 1999: 164). É verdade que no século XVI já grassava na alta sociedade inglesa a prática de criar cães de colo, um costume especialmente caro às damas da aristocracia, que com frequência eram criticadas por dar mais atenção a seus cãezinhos que aos filhos, do mesmo modo que os fidalgos eram acusados de tratar melhor seus cães de caça que seus servos humanos (Swabe, 1999: 162). A partir do século XIX, entretanto, os cães de raça pura, já há muito associados à aristocracia, eram agora também atributos da classe média (Kean, 1998: 80). Com a disseminação do hábito do *pet-keeping* por todas as camadas da sociedade, houve um maior investimento no estudo desses animais para fins reprodutivos, e a disciplina da cinologia (estudo dos cães) experimentou seu florescimento, o que resultou numa diversificação das raças caninas (Swabe, 1999: 164). A partir de meados do século XIX, os *Kennel clubs*, as associações de cruzamento de cães e a prática de realizar exposições de animais de raça com *pedigree* vieram a reboco e a serviço dessa paixão por produzir cães sob medida (Ritvo, 1987b:161). Assim como aconteceria com asnos e gatos, também os cães foram elevados à categoria do espetáculo. O primeiro *dog show*, ou exposição de cães de raça em Londres aconteceu em 1859, mesmo ano da inauguração do *Big Ben* e da publicação do *Origin*, de Darwin. Além de animal de trabalho e companheiro no seio da família, agora o cão também desempenhava um papel de objeto visual, de alvo de admiração pública. Embora as primeiras exposições tenham acontecido na entrada da década de 1860, foi a partir de 1870, com um evento particularmente grandioso no *Crystal Palace*, que os *shows* de cães realmente se tornaram moda (Kean, 1998: 80).

O *Kennel Club*, fundando em 1873 – mesmo ano da publicação do *Handbook* de Sanderson e Foster - tomava para si como uma de suas principais tarefas a divulgação de informações e regulamentação das raças, uma medida que refletia as preocupações humanas com a eugenia e com os efeitos dos bons acasalamentos (Kean, 1998: 81). Nessas exposições, os cães eram julgados de acordo com sua raça, e aparência era tudo.

Embora os animais de estimação se tornassem um traço característico de muitos lares burgueses, as classes respeitáveis olhavam com desdém para os pobres que ousavam seguir seu exemplo, pois entendiam que a manutenção de uma mascote constituía um luxo ao qual as massas não podiam ou não deviam se dar. Além disso, a presença de cães nos estabelecimentos insalubres e precários dos pobres aumentavam a repugnância dos burgueses pelas classes inferiores (Swabe, 1999: 166). Entre os burgueses, havia mesmo muitos que defendiam que as pessoas pobres deviam ser

desencorajadas de ter esses animais pela imposição de impostos para tais cães inúteis e licenças para cães (Swabe, 1999: 167). Também os ricos eram alvos de críticas da classe média, que acusava os primeiros em função dos tipos e quantidade de cães que estes mantinham, e que refletiriam sua improdutividade. Acreditava-se, inclusive, que a raiva acometia mais os cães de ricos e de pobres que os da classe média (Swabe, 1999: 167).

Às diferentes raças se atribuíam diferentes propensões comportamentais e capacidades mentais, e em 1866 foi publicado o primeiro livro abrangente sobre a história das raças individuais de cães, de autoria de George R. Jesse, que viria a ser bem conhecido pela sua oposição vigorosa e veemente ao uso de mordanças em cães (Kean, 1998: 81) e como fundador e presidente da *Society for Abolition of Vivisection*, o que mais uma vez demonstra a estreita ligação que havia entre a cultura da criação de animais de estimação – em especial os cães - e o movimento antivivisseccionista. A própria Frances Cobbe faz alusão a essas diferenças entre raças em *The Consciousness of Dogs*, seu estudo sobre a mente canina que foi elogiado, em uma carta, por Darwin. Ainda no início do texto, em um esforço de delimitar os métodos e critérios de seu ensaio, Cobbe avisa ao leitor que para investigar o funcionamento mental dos cães ela tomará como base, por conveniência, “um animal de tamanho e idade medianos de uma das raças mais inteligentes pessoalmente vinculadas a um dono”: um *retriever*, um *collie*, um *terrier*, Pomerânia, *spaniel* ou *poodle*. E acrescenta que cada uma dessas raças tem suas características mais proeminentes, assim como as têm os homens ingleses e franceses, alemães e italianos (Cobbe, 1876b [1872]: 111).

O naturalista que tanto apreciara o estudo de Cobbe sobre a consciência dos cães também sustentava a existência de diferenças mentais e de comportamento entre as diversas raças caninas. Em *The Variation of Animals and Plants under Domestication*, Darwin (1868b: 220) afirma que “os cães são valorizados em um grau ainda mais elevado por suas qualidades mentais e sentidos; e todos sabem como é grande a variação entre as raças nesse ponto¹¹”. Observa-se, assim, que tanto entre os cruzados das campanhas antivivisseccionistas quanto no contingente dos defensores do darwinismo que apoiavam a expansão da fisiologia experimental a noção das raças caninas era considerada significativa, e parte integrante dos arcabouços de ambos os lados em sua construção de uma visão da mente animal – mais especificamente, aqui, da mente canina.

¹¹ Em inglês, no original: “(...) dogs are valued even in a higher degree for their mental qualities and senses; and every one knows how greatly the races differ in these respects.”

2.5.4. O despertar das sensibilidades individuais e o ‘eu’ animal

As diferenças entre um cão e outro não se restringiam à questão das raças. Assim como se dava com os humanos, também se entendia haver uma grande variabilidade no nível *individual* entre os cães, mesmo quando pertenciam à mesma raça. Essa percepção da individualidade canina tem, ao que tudo indica, uma relação direta com a crescente percepção das diferenças pessoais de inteligência e sensibilidade entre os seres humanos e valorização de uma cultura da originalidade, dos direitos, talentos e necessidades de cada indivíduo. Segundo Thomas (2001: 210), “a segunda metade do século XVIII presenciou um culto da sensibilidade, uma voga das lágrimas e uma ampla aceitação por parte das classes médias do princípio de que transmitir felicidade é a característica da virtude. A bondade e a benevolência passaram a ser ideais oficiais”. Entretanto, o século XIX iria conferir seus próprios ingredientes e temperos, suas receitas particulares a essa atitude de ode aos sentimentos. Analisando a experiência burguesa no período vitoriano, o historiador Peter Gay (1999: 11) enfatiza a preocupação do século XIX com o “eu”, a valorização da auto-exploração, uma intensa e por vezes desmedida dedicação à introspecção que esse autor julga que “chegava à neurose”. Gay sustenta que aquilo que os vitorianos trouxeram de novidade para essa proposta foi a difusão e maior democratização dessa atitude introspectiva. O auto-conhecimento, tão valorizado nas sociedades burguesas de então, implicava um insaciável escrutínio interno, uma jornada - ao mesmo tempo arriscada e sedutora - de exploração das nuances e sutilezas emocionais pelas quais navegava o “eu” (Gay, 1999: 22). Dessa forma, o chamado ‘burguês comum’ gradualmente juntava-se em massa à peregrinação ao mundo interior - com diários íntimos, confissões escritas, cartas confidenciais, missivas de amor, ruminações religiosas. Na música, a ordem do dia era o aprendizado do ouvir em silêncio e de comover-se até as lágrimas com os enredos sentimentais das óperas, o êxtase emocional propiciado pela música instrumental dos concertos. Na literatura, o culto ao “eu” se manifestava nas abundantes narrativas ficcionais em primeira pessoa. O romance - gênero anteriormente considerado de qualidade duvidosa - agora ascendia ao *status* de obra de arte e instrumento de aprimoramento moral. Os romancistas orgulhavam-se de exibir sua sensibilidade psicológica, e proliferavam tanto histórias de amor populares quanto textos mais densos, que exploravam a profundidade psicológica e emocional das personagens. Nas artes plásticas muitos artistas desnudavam seu ser oculto em auto-retratos (Gay, 1999).

Na arena filosófica, os românticos, com sua proposta de reencantamento do mundo, engajavam-se como “poetas, profetas e propagandistas do coração desvelado no século XIX”, e suas atitudes modelaram pelas próximas décadas a percepção que a burguesia tinha do “eu” (Gay, 1999: 49). Com toda a diversidade que caracterizava esse movimento - até porque constava entre suas premissas e bandeiras a afirmação da individualidade - os românticos partilhavam de um elemento comum: o voltar-se para o interior da alma. Fazendo a ressalva de que “o século XIX não inventou a emoção amorosa”, Gay (*op. cit.*: 113) afirma que a novidade que deu aos românticos uma importância duradoura foi “a afirmativa corajosa de que o jogo das emoções era aceitável, e até mesmo necessário para que se alcançasse a plena humanidade”.

O período vitoriano foi, em suma, marcado, da perspectiva burguesa, por essa viagem da alma pelas entranhas do “eu”. E a bandeira dessa jornada de auto-exploração, dessa obra de cartografia interna era o coração desvelado, a possibilidade e o compromisso de edificar a experimentação de toda uma gama de emoções intensas. Era com esse propósito que içavam-se as velas do “eu”, e era à navegação por essas paragens e paisagens emocionais que aspiravam os ideais românticos daqueles tempos. O século XIX foi, portanto, um período de intensa afirmação desse “eu”, da valorização do indivíduo como centro da experiência, tendência que conheceria seu apogeu um pouco mais tarde, com o nascimento da psicanálise de Sigmund Freud (Gay, 1999).

Mas esse ‘eu’ sensível não era, no período vitoriano, uma característica exclusiva da espécie humana. Ainda no período moderno, segundo Thomas (2001), se observava uma ênfase na sensibilidade como valor cultural, e essa tendência não se restringia aos homens ou às relações humanas. Ao contrário, o cultivo de bons e nobres sentimentos se espalhava nas relações entre homens e animais. Refletia-se, no campo da ética, em questionamentos contra a crueldade com os animais. Aqui importavam não apenas os sentimentos que um homem deveria ser capaz de nutrir para com os animais, mas também a inteligência, a sensibilidade, as experiências emocionais das quais os próprios animais eram considerados capazes. Ou, nas palavras do Lorde Monboddo, o fato de os animais serem aptos a sentir os “prazeres da mente”, tais como a solidariedade de grupo e a afeição pela prole (Thomas, 2001: 215). Até mesmo uma capacidade moral parecia ser atribuída a pelo menos alguns animais domésticos por boa parte da população. Treinavam-se cães e cavalos mediante um complexo sistema de recompensas e punições, processo este que visava a fazer desenvolver-se um ‘caráter’ individual. Nas palavras do terceiro conde de Shaftesbury, “suas afeições e paixões,

seus apetites e antipatias” eram “observados tão adequadamente como os da espécie humana, sob a mais estrita disciplina da educação”¹². Eram justamente essas diferenças individuais de temperamento e caráter entre os animais que os faziam moralmente responsáveis por seus atos. Essa individualidade animal era refletida, por exemplo, no hábito - até hoje presente - de dar aos animais domésticos nomes individuais. (Thomas, 2001: 121). A exploração burguesa das sensibilidades individuais acrescentaria, porém, novas tintas e novas roupagens a esse ‘eu’ animal no período vitoriano.

Esse olhar individualizante permeia e fundamenta toda a obra de Charles Darwin. Afinal, um dos aspectos que caracterizam a teoria evolucionista de Darwin é o chamado “pensamento de população”, em oposição à concepção essencialista da origem e diversidade das espécies animais e vegetais (Mayr, 1998). Na formulação de seu pensamento populacional, Darwin dava ênfase à variação individual, pois era justamente a existência dessa variabilidade dentro da espécie que permitia a ação da seleção natural, favorecendo o êxito competitivo e a vantagem reprodutiva dos indivíduos melhor adaptados às condições ambientais num dado momento histórico (Darwin, 1859). Essa variabilidade das características individuais não estava restrita aos aspectos físicos; estendia-se também aos traços mentais e comportamentais. No *Descent* Darwin aponta como uma das tantas evidências da continuidade mental entre animais e homens o fato de que, assim como acontecia com os homens, também entre os animais havia diferenças individuais bem acentuadas em habilidades mentais, o que ele considera um ponto importante em seu argumento de evolução pela seleção natural. E afirma que “é de opinião unânime” - a qual ele endossa - “de todos aqueles que há tempos lidam com animais de vários tipos (...) que *os indivíduos diferem imensamente em todas as características mentais*¹³” (Darwin, 1874: 66; grifos meus). No capítulo III do mesmo livro, Darwin se refere especificamente à variabilidade individual e hereditária nas faculdades mentais dos cães, afirmando que diferentes animais dessa espécie diferem muito quanto ao seu grau de coragem ou timidez, e comenta que, no

¹² citado em Thomas, 2001, p. 116

¹³ Trecho original em inglês, na íntegra: “The variability of the faculties in the individuals of the same species is an important point for us, and some few illustrations will here be given. But it would be superfluous to enter into many details on this head, for I have found on frequent enquiry, that it is the unanimous opinion of all those who have long attended to animals of many kinds, including birds, that the individuals differ greatly in every mental characteristic”.

que diz respeito ao temperamento, “alguns cães e cavalos são predispostos ao mau humor; outros são de inclinação amigável¹⁴” (Darwin, 1874: 69).

A individualidade animal também está presente no pensamento de Frances Cobbe quando discute a mente canina. Essa autora manifesta sua profunda irritação sempre que ouve alguém dizer que os cães são todos iguais em termos de qualidades mentais e morais, só diferindo fisicamente entre si (Cobbe, 1876c [1872]: 179). Cobbe (1876b [1872]: 111) declara que na verdade as idiosincrasias de um indivíduo qualquer da espécie humana não são mais acentuadas que as disposições individuais de cada cão, mesmo que se tratem de cães de uma mesma ninhada. “Todo cão tem suas idiosincrasias, assim como seus donos”, afirma Cobbe, e “suas capacidades, temperamento, dons [*gifts*], maneiras [*graces*] e propensões variam por todo o espectro do intelecto, da vontade e da emoção”, motivo pelo qual seria tão fácil encontrar dois sócios humanos como dois caninos¹⁵ (Cobbe, 1876c [1872]: 179). Essa originalidade subjetiva de cada indivíduo canino, defendida tanto por Darwin como por Cobbe, teria implicações éticas óbvias, pois indicava que cada vida individual era valiosa, quer se tratasse de homens ou de cães. Tanto é assim que Cobbe arremata sua defesa da individualidade mental dos cães dizendo que a personalidade única de cada animal fica evidente para qualquer um que um dia amou um cão que morreu e, ao tentar substituí-lo por outro de mesma raça ou até da mesma família, pôde constatar o quanto o segundo animal diferia do primeiro¹⁶ (Cobbe, 1876c [1872]: 180).

2.5.5. Lealdade para além da morte: o cão nas artes e narrativas vitorianas e o gênero ‘autobiográfico’ no movimento antivivisseccionista

No que pesem os elementos de originalidade do pensamento de Darwin e de Cobbe, as ideias desses autores a respeito da inteligência, sensibilidade e individualidade dos cães eram imersas e inspiradas em um contexto de imagens artísticas e narrativas populares que promoviam o enaltecimento desse animal. A

¹⁴ Trecho original em inglês, na íntegra: “Courage and timidity are extremely variable qualities in the individuals of the same species, as is plainly seen in our dogs. Some dogs and horses are ill-tempered, and easily turn sulky; others are good-tempered; and these qualities are certainly inherited”.

¹⁵ Trecho original em inglês, na íntegra: “ (...) every dog has his idiosyncrasy no less than his master has his own; that his capacities and tempers, gifts, graces, and propensities vary through the whole gammut of intelligence, will and emotion; and that it would be as easy to find two human as two canine Sosias”.

¹⁶ Trecho original em inglês: “He who has once loved a dog, if he find courage to seek a second friend, nearly always endeavours to procure one of the same breed, and if possible of the same family, for his heart is drawn to such an animal by its likeness to the dead (...) But (...) the second’s dog individuality is never for a moment obliterated, but on the contrary, comes out every day in more vivid contrast to that of his predecessor.”

popularização dos cães como animais de estimação e sua crescente importância na vida cultural e política britânica foi em muito auxiliada por essas imagens típicas da época vitoriana. Entre os pintores que se destacaram como retratistas de cães o mais famoso foi Edwin Landseer, já acima mencionado. Diferentes das pinturas típicas do século XVIII, nos quais os animais eram retratados como parte da família, no trabalho de Landseer esses animais, principalmente os cães, eram com frequência apresentados como sujeitos em si mesmos, como seres individuais, com um temperamento e caráter particular. (Kean, 1998: 80). Nas obras de Landseer cães de diferentes raças, atitudes e estilos de vida – de cãesinhos de companhia a grandes cães de caça - podem ser vistos acuando lontras ou gamos, reunidos em volta de uma mesa, posando em um cenário que retratava seu modo de vida ou quietos bem comportados em um aposento junto a outros animais. Em muitas dessas imagens os cães estão sozinhos ou com outros bichos, da sua espécie ou não. Em várias outras, aparecem junto a humanos de diferentes posições sociais, desde um *setter* em um estábulo observando o empregado a colocar a ferradura em um cavalo ou vários cães junto a uma camponesa que amamenta seu bebê até dois cães deitados aos pés de um cavalo montado pela Rainha Vitória ou um pequeno cão com a cabeça recostada em um berço dourado, velando o sono da princesa Alice. Em uma pintura de 1829 intitulada *Attachment* (Apego) em um cenário montanhês um cão pousa a pata sobre o peito de seu dono, um jovem com trajes de gentil-homem que se encontra desfalecido ou quiçá morto¹⁷. Tamanho era o apelo sentimental das imagens criados por Landseer, que algumas delas foram utilizadas em campanhas antivivisseccionistas, conforme veremos no capítulo 5.

Foi também no século XIX que tiveram início as publicações de obras sentimentais sobre os cães e “a redação de inumeráveis poemas sobre cães com olhos humanos” (Thomas, 2001: 130). A escritora Jane Loudon, por exemplo, referia-se ao cão como ‘o mais nobre de todos os animais de estimação domésticos’ (Kean, 1998: 80). Essas narrativas populares – tidas como fictícias ou não - sobre a lealdade, coragem e companheirismo dos cães povoaram o imaginário da classe média vitoriana, ao ponto de alguns cães – que teriam supostamente existido – se tornarem célebres. Dois exemplos de cães que gozaram de grande fama nas narrativas vitorianas foram Gellert e Greyfriars Bobby, por incorporarem as qualidades quase humanas de lealdade e determinação (Kean, 1998: 84).

¹⁷ Imagem disponível no Website da Olga's Gallery: <http://www.abcgallery.com/L/landseer/landseer11.html>

Em meados do século XIX circulavam várias versões sobre Gellert. A mais comum é que Gellert fora um cão de caça do Rei Llewelyn, o Grande, que no século XIII era o senhor da região do País de Gales. Reza a lenda que esse cão era especialmente afeiçoado ao filho do rei, o príncipe Morgan, então ainda um bebê. Certo dia o rei estava em expedição de caça, procurando um lobo especialmente sanguinário que vinha aterrorizando a vizinhança. Gellert não havia sido levado nessa caçada, permanecendo no palácio. Ao retornar, sem sucesso, de sua expedição, o rei foi surpreendido ao se deparar com seu cão dileto, que correu como sempre alegremente ao seu encontro, mas tendo o corpo coberto de sangue. A ira e o desespero tomaram conta de Llewelyn, que julgou ser de seu filho o sangue que cobria o corpo de seu cão; quando Gellert levantou a cabeça para lambe-lhe a mão, o rei enterrou uma adaga no coração do animal, que caiu morto aos seus pés. Não demorou para que o monarca encontrasse no aposento o bebê sorridente e saudável, e junto ao seu berço o cadáver do temido lobo, fera que o destemido Gellert havia derrotado e abatido em uma luta titânica para proteger o pequeno príncipe. Tomado de remorso, o monarca viveu até o fim de seus dias em luto perpétuo, e teria ordenado que se erigisse em homenagem a seu amado e fiel cão um túmulo. Hoje em dia há realmente um túmulo em homenagem a esse animal que pode ser visitado em Beddgelert, no País de Gales (Kean, 1998: 85).

Greyfriars Bobby, por sua vez, viveu no próprio século XIX, e era na verdade um *skye terrier* de nome Bobby que, segundo uma das versões, pertencia a um fazendeiro de sobrenome Grey. Bobby acompanhava sempre seu dono nos *dinning rooms*, onde esse fazia suas refeições por ocasião de suas excursões de negócios ao mercado de gado de Edimburgo. O estilo de vida de Greyfriars Bobby nada tinha da nobreza que caracterizava a história de Gellert, e o motivo para a celebridade desse cão não se relaciona com qualquer ato heroico que se iguale ao de seu predecessor, mas sim ao campo afetivo. Isso porque após a morte de seu amo em 1858, embora tivesse sido feita uma tentativa de acolhê-lo em um novo lar, Bobby rejeitou a oportunidade, e se tornou um animal errante. Continuou a visitar regularmente os *dinning rooms* que percorrera no passado com o fazendeiro, e toda a comida que lhe era dada o cão levava para consumir junto ao túmulo de seu dono. A história de Greyfriars Bobby impressionou os magistrados da região ao ponto de ordenarem que fosse construído um abrigo para ele junto ao túmulo de seu amo, e quando da morte do cão, o local de seus restos foi sinalizado por uma roseira ali plantada para esse fim (Kean, 1998: 86). Em Edimburgo foi erigida, junto a um bebedouro, uma estátua em homenagem a Bobby,

aliando, assim, a celebração de sua lealdade canina a uma fonte de alívio para cães sedentos, e até hoje seu túmulo é visitado por adultos e crianças, que lá deixam mensagens e flores (Kean, 1998: 87).

Centenas de anos e também diferenças de classe social separam os cenários nos quais se desenrolam os enredos de Gellert e de Bobby. Entretanto, discutindo a história de Gellert, Kean (1998: 86) afirma que não se trata, na verdade, de uma narrativa romântica céltica ou medieval, mas sim de uma criação específica das primeiras décadas do século XIX. E acrescenta que era “a história certa para a época certa”, motivo pelo qual se tornou tremendamente popular. Apesar das diferenças entre as duas narrativas, ambas são histórias que enaltecem o amor e a fidelidade de um cão por seu dono. Gellert e, principalmente, Greyfriars Bobby simbolizam, assim, nas palavras de Kean (1998: 87), uma “lealdade para além da morte”. Essa lealdade de um cão que nunca abandona seu amo e vela por ele junto a seu túmulo é retratada em uma das pinturas de Edwin Landseer, intitulada *The Old Shepherd's Chief Mourner*, na qual se vê, em um cenário de pobreza, um cão de aparência muito triste com a cabeça pousada sobre o caixão de seu falecido dono (fig15).

Histórias desse tipo foram capitalizadas com frequência nos discursos críticos à prática da vivisseção. French (1975: 375) comenta que, de mãos dadas com uma ansiedade especial sobre o bem-estar de cães e gatos, havia uma tendência a atribuir a estes animais qualidades antropomórficas, o que se observa principalmente em curtas anedotas sobre cães nobres e gatos inteligentes, presentes nos periódicos do movimento antivivisseccionista. Em *Dogs Whom I have met* (Cobbe, 1876c [1872]), uma obra na qual Frances Power Cobbe comenta as diferenças comportamentais entre diversos cães que conheceu pessoalmente, a autora conta a história de Sly, uma cadelinha cujo amor pela dona superava, segundo Cobbe, quaisquer outros sentimentos. Quando por ocasião da morte de sua dona, a pobre cadelinha reagiu de modo similar ao famigerado Greyfriars Bobby: ao ver o caixão que continha o objeto de todo o seu amor, “gritou em agonia e saltou repetidas vezes sobre o caixão com gesticulações de dar pena, de afeição e desespero”. No dia do funeral, Sly e outros seis cães que viviam nas cercanias da casa e dos escritórios, exibiram, todos eles, “sinais inequívocos de loucura”, sendo então retidos no estábulo e abatidos a tiro pelos serventes (Cobbe, 1876c [1872]: 203). Em outro texto publicado no mesmo ano, Cobbe (1876b [1872]: 153) faz, inclusive, uma alusão direta a Bobby. Comentando a virtude dos cães, Cobbe afirma que esse animal “age continuamente movido a puro amor e simpatia, de forma perfeitamente

desinteressada”. Afinal, “ninguém ensinou, ou pode ensinar um cão a atacar um ladrão que invade o lar (*burglar*), a salvar seu amo no caso de um incêndio (...) ou a passar longos anos, como Greyfriars Bobby, em luto junto ao seu túmulo”¹⁸.

A mitologização das mascotes de família nas narrativas populares cumpria, desse modo, a função de ajudar a criar um clima de opinião receptivo às ideias contra a experimentação animal, e para isso contribuíram especialmente as narrativas do gênero autobiográfico. Esse gênero ajudou a gerar uma noção dos cães como criaturas com consciência e um senso de ‘eu’, o que fazia parecerem ainda mais brutais as torturas de animais em nome da ciência (Kean, 1998: 98). Um novelista de nome Ouida, por exemplo, acirrado opositor da vivissecção, publicou uma história narrada na primeira pessoa por um cão maltês de nome *Puck*, que testemunhava várias crueldades cometidas contra cavalos, texugos, canários e, obviamente, cães. Em *Sable and White*, de Gordon Stable, outra novela de teor antivivissecionista, a vivissecção é comparada à Inquisição Espanhola, e num determinado trecho um mastim descreve os cães prestes a serem sacrificados, dizendo que os mesmos iriam “sofrer a tortura sobre a qual com frequência eu ouvira o pobre Professor Huxley falar, a tortura da vivissecção”, a qual se resumia em serem “atados a um banco ou tamborete e cortados vivos em pedaços, e tudo para o suposto benefício daquele bípede orgulhoso, o homem, o micróbio homem” (Stable, s/d, apud Kean, 1998: 99). Essas palavras condensam em poucas palavras uma crítica, em tom ácido e contundente, à vivissecção e aos seus defensores. Em primeiro lugar, o emprego da palavra *tortura* – muito comum nos textos antivivissecionistas, já confere ao texto um tom de denúncia, uma atitude de dar o nome certo ao que a vivissecção realmente é aos olhos de seus opositores. Em segundo lugar, a alusão ao “pobre Professor Huxley” coloca Thomas Huxley – eminente homem de ciência e um dos maiores expoentes do darwinismo no período vitoriano, defensor da vivissecção e membro da comissão que deliberou positivamente a respeito da legitimação dessa prática – em uma posição de inferioridade existencial em relação ao cão, o bruto que narra a história, e que vê seu algoz, o ‘pobre professor’, como alguém digno de pena. Por fim, a referência ao ser humano como um “bípede orgulhoso”, o “micróbio homem” redimensiona o valor deste como nada mais que um mero animal iludido quanto à sua real importância. Dessa forma, presumivelmente em decorrência do comportamento

¹⁸ Em inglês, no original: “He acts continually from pure love and sympathy, with perfect sympathy and disinterestedness. Nobody ever thought, or could teach, a dog to attack a burglar, to rouse his master in case of fire (...) or to spend long years, like Greyfriars Bobby, mourning on his grave”.

moralmente condenável dos vivisseccionistas, o autor acaba nivelando os seres humanos - em suas ações daninhas contra outros animais - às mais primitivas e nocivas de todas as criaturas, os desprezíveis micróbios, que a própria ciência de seu tempo descobrira, nomeara e combatia como seres indignos de viver sobre a face da Terra.

Assim como foi o caso de *Black Beauty* (Sewell, 1877), anteriormente comentado, narrado em primeira pessoa por um belo e valoroso corcel negro, pode-se perceber que na era vitoriana eram muitos populares textos desse gênero ficcional ‘autobiográfico’ no qual animais narravam suas próprias trajetórias. Inúmeras dessas narrativas eram contadas por cães, e em muitas delas a questão da vivisseccção era colocada de forma explícita, conforme era o caso dos textos acima mencionados. Também Frances Cobbe fez uma incursão nesse gênero. Em *The Confessions of a Lost Dog, Reported by Her Mistress F. P. Cobbe* (Cobbe, 1867), a autora dá voz à sua cachorrinha Haijin, da raça Pomerânia. Nessa obra, Haijin relata as adversidades e maus-tratos que enfrenta em sua vida pelas ruas de Londres, até o venturoso dia em que foi resgatada pela Srta. Cobbe, tendo sua existência a partir de então transformada na benção do terno laço entre cão e dona. Na época em que Cobbe escreveu esse texto, porém, a controvérsia a respeito da vivisseccção ainda não estava na ordem do dia. Por ocasião do lançamento do livro, Cobbe somente havia publicado um único – e primeiro - artigo sobre o tema da vivisseccção (Cobbe, 1866 [1863]), no qual a escritora ainda defendia a legitimidade dessa prática, desde que executada sem agregar sofrimento ou crueldade. Provavelmente por esse motivo, no texto do *Confessions*, de 1867, não aborda a questão ética da experimentação animal. Ainda assim, já se pode ver nessa obra de Cobbe o enaltecimento da mente e virtudes caninas, assim como as denúncias de maus tratos contra esse animal, tão valorizado na literatura popular vitoriana.

2.5.6. O cão nas narrativas científicas

Poder-se-ia pensar, talvez, que as atribuições de tantas qualidades antropomórficas aos cães fosse uma prerrogativa das narrativas e discursos populares. Não eram. Muitos textos de naturalistas e estudos científicos do comportamento dos cães lançavam mão de imagens similares. Como amigos da família e servos devotados, os cães corporificavam os valores vitorianos de forma mais plena e consistente que quaisquer outras criaturas, e uma vasta literatura devocional, em modo de história natural e descrição comportamental, atestava a lealdade, coragem e obediência do cão (White, 2005: 68). Os textos darwinistas não constituíam, nesse aspecto, nenhuma

exceção. Em sua obra sobre a inteligência animal, George Romanes (1882 [1881]: 440) endossa o depoimento de uma sua correspondente que tinha um cão *skye terrier* (a mesma raça de Greyfriars Bobby) que sempre reagia ferozmente às tentativas que sua dona fazia para lhe dar um banho. Irritada com esse estado de coisas, a dona do cachorrinho passou a desprezar as abordagens amistosas e lúdicas dele, para que seu cão soubesse que ‘ele havia me ofendido’, e tampouco permitia que o animal a acompanhasse em suas caminhadas pela propriedade. A dona teria observado que seu cão experimentava, assim, um nítido conflito, intenso e prolongado, até que ele capitulou e mostrou ter aprendido a lição, sinalizando para sua dona com um olhar que dizia: ‘Eu não suporto mais; eu me submeto’. Observando de perto todas as reações de sua mascote, a correspondente de Romanes lança a pergunta: “Não deve haver algo similar à faculdade de raciocínio no peito de um animal que foi capaz, assim, de passar dez dias carregando [no seu íntimo] uma tal luta?”¹⁹ A respeito desse episódio, Romanes chama atenção do leitor para o “forte efeito dessa frieza silenciosa”, pois ficou demonstrado que “a perda de uma atenção afetuosa [*affectionate regard*] causou ao *terrier* um sofrimento maior que [aquele que teria sido causado por] uma surra, que passar fome ou mesmo que o tão odiado banho”²⁰ (Romanes, 1882 [1881]: 440).

Também no discurso de Darwin esse tipo de relato é abundante, como em uma passagem do *Descent* na qual o naturalista afirma que “o amor de um cão por seu dono é notório; como diz um velho escritor de forma singular: ‘Um cão é o único ser nesse mundo que ama você mais do que ama a si mesmo’²¹” (Darwin, 1874: 70); ou quando observa, um pouco mais adiante, que “todos já viram o quão ciumento um cão é do afeto de seu dono, se prodigalizado a qualquer outra criatura (...) Isso demonstra que os animais não apenas amam, mas também têm o desejo de ser amados”²² (Darwin, 1874: 71). Os textos de Romanes e Darwin são repletos de passagens semelhantes a essas – tema que será explorado em mais detalhes no próximo capítulo. O ponto a ser enfatizado aqui é que, a despeito de quaisquer formulações conceituais originais e

¹⁹ No original, em inglês: “Must there not have been something akin to the reasoning faculty in the breast of an animal who could thus for ten days carry on such a struggle?”

²⁰ No original, em inglês: “This strong effect of silent coldness shows that the loss of affectionate regard caused the terrier more suffering than beating, starving, or even the hated bath”

²¹ No original, em inglês: “The love of a dog for his master is notorious; as an old writer quaintly says, ‘A dog is the only thing on this earth that luvs you more than he luvs himself.’”

²² No original, em inglês: “Every one has seen how jealous a dog is of his master’s affection, if lavished on any other creature; and I have observed the same fact with monkeys. This shews that animals not only love, but have desire to be loved.”

específicas que porventura compusessem essa ou aquela narrativa científica – no caso do pensamento darwiniano, por exemplo, podemos citar aquelas relacionadas à tese de origem comum, da seleção natural e da seleção sexual – essas narrativas, incluindo as evolucionistas, bebiam abundantemente da mesma variedade de fontes literárias que alimentavam o manancial dos críticos da experimentação animal e do progresso científico desmesurado. Tais fontes eram: as histórias populares e anedóticas sobre animais nobres, afetivos e virtuosos, fiéis aos seus donos até o fim de suas breves e nobres vidas caninas. Essas narrativas populares que mitificavam as virtudes caninas fizeram, portanto, parte do pano de fundo no qual se desenvolveram tanto o darwinismo como o movimento antivivisseccionista, motivo pelo qual Thomas (2001: 169) comenta, a respeito da publicação do *Descent* por Darwin, em 1871, que “não é demasiado ver [no *Descent*] (...) a influência de uma longa tradição de histórias de classe média sobre a sagacidade e o caráter animais”.

2.5.7. Os cães sem dono e a raiva nas ruas de Londres. O pasteurismo em questão

Embora o cão fosse um animal valorizado na Inglaterra vitoriana, o respeito por esses animais estava longe de ser universal, e o apreço social pelos cães não constituía qualquer garantia contra abusos. Além do sofrimento experimentado por animais usados em rinhas clandestinas, a vida nas ruas de Londres podia ser bastante árdua para um cão. Esses animais eram usados, por exemplo, para puxar carrinhos, como aqueles usados para entrega de pães nas casas. O olhar vigilante dos defensores desses animais, entretanto, estava sempre presente, e houve a constatação de que as patas macias dos cães não eram adequadas à superfície dura das ruas da metrópole e que as coleiras empregadas deformavam sua postura natural. Por isso foi aprovada em 1854 a chamada *Dog-cart Bill*, que proibiu a continuidade dessa prática (Kean, 1998: 84).

Em 1860, ano seguinte ao da publicação do *Origin* por Darwin, era inaugurada em Londres a *Battersea Dog's Home*, uma instituição de abrigo e recolhimento de cães encontrados nas ruas para devolução aos seus donos ou adoção. A Sra Mary Tealby, sua fundadora, se tornou a primeira mulher a fundar uma organização britânica para o bem-estar animal, mobilizada pela compaixão que sentia sempre que via cães passando fome nas ruas (Kean, 1998: 88). A *Battersea Dog's Home* foi criada no mesmo ano que a *Society for the Relief of Distress*, uma associação que antecedeu a *Charity Organization Society* (COS), que resgatava a população humana de rua. Independente de ter como população alvo os humanos sem teto ou os cães sem lar, esses dois tipos de filantropia

tinham muito em comum em sua inspiração e motivação, e todos os patronos da *Battersea Dog's Home* eram mulheres de destaque na sociedade britânica (*ibid*). Assim como em décadas anteriores se viam com bons olhos os membros da sociedade que prestavam apoio à RSPCA, na década de 1860 apoiar a *Home* conferia prestígio social às pessoas, pois esse gesto era visto como indicativo da posse de sentimentos humanitários. O trabalho da *Home* era, ainda, ajudado pela publicidade que lhe davam vários escritores. Charles Dickens, por exemplo, elogiou essa instituição que, segundo ele, recolhia os ‘Cães Perdidos da Metrópole’, lhes dando asilo. Também Cobbe apoiou a *Battersea Dog's Home*; em *The Confessions of a Lost Dog*, acima mencionado (Cobbe, 1867) Haijin – a cachorrinha de Cobbe que era protagonista e narradora do texto – conta ter sido resgatados das ruas pela *Home* e, dessa forma, salva dos maus-tratos que vinha recebendo, e finalmente adotada pela Srta. Cobbe (Kean, 1998: 90).

Embora o propósito original da *Battersea Dog's Home* fosse meramente filantrópico, o contexto político-social da época nem sempre permitiu que essa instituição se mantivesse politicamente neutra, e se viu forçada a se envolver até mesmo em debates parlamentares. Um dos motivos que levaram *Home* a isso foram rumores difamatórios que acusavam essa instituição de vender cães para vivissectores. Essas acusações foram repelidas com veemência pela *Battersea Dog's Home*, que sustentou que qualquer pessoa que adquirisse um cão através deles era obrigada a assinar um formulário declarando que esses cães não seriam usados para propósitos de experimentação. A defesa da idoneidade da *Battersea Dog's Home* quanto à questão da vivissecção foi reforçada com a subsequente eleição de Sidney Trist, secretário-geral da *London Anti-Vivisection Society*, para seu comitê (Kean, 1998: 91).

Além disso, por ocasião da histeria envolvendo a questão da raiva em cães de rua, a *Home* teve que se posicionar, assumindo uma postura de conscientizar as pessoas de que nem todos os animais das ruas eram raivosos. Quando foi aprovado o *Dogs Act* de 1867, que investia a polícia de poder para amordaçar cães na capital - e, mais tarde, em nível nacional - para prevenir a raiva, a *Home* protestou vigorosamente, defendendo que o destino dos cães era de âmbito do lar, e não um assunto de polícia. A raiva vinha se alastrando pelo país, e na década de 1880 as ruas de Londres eram palco de um medo coletivo da disseminação da raiva pelos cães de rua. Londres era considerada por muitos como a Meca dos libertinos, dos indolentes, dos mendicantes, dos boçais e dos perdulários, e de alguma forma os cães de rua, sem dono, representavam essa presença ameaçadora, que demandava uma regulamentação – ou destruição (Kean, 1998: 91).

Nem todos os setores da população, no entanto, acatavam as explicações científicas prevalentes sobre a raiva ou as medidas adotadas pelo Estado para deter seu avanço. Nem sequer entre os especialistas havia uma aceitação unânime sobre a origem, o tratamento ou a possível cura da raiva; afinal, a teoria microbiana de Pasteur só seria aceita de forma definitiva no meio científico ao apagar das luzes do século XIX (Kean, 1998: 92). Entre os homens de ciência que criticavam o pasteurismo como sistema explicativo de doenças não se incluía, no entanto, Charles Darwin. Em abril de 1881 o jornal *The Times* publicou, com o consentimento de Darwin, uma carta deste em defesa da legitimidade da vivisseção e endereçada ao professor Frithiof Holmgren, de Uppsala, na Suécia; carta essa que geraria uma intensa polêmica²³. Em um trecho dessa carta, Darwin cita as pesquisas do cientista francês como exemplos dos benefícios à humanidade advindos da fisiologia experimental e de seu método básico, a vivisseção, sustentando que “os resultados de Pasteur ao modificar os germes das doenças mais malignas” trariam benéficos tanto para os humanos como, ainda mais, para os animais²⁴. Também aqui, no debate sobre a raiva e a teoria pasteuriana dos germes, Darwin se alinhava com os protagonistas da ciência experimental – no caso, a continental – em defesa de seus métodos, dentre os quais se destacava a vivisseção.

Frances Power Cobbe também se posicionou sobre a epidemia de raiva, em particular, e sobre o pasteurismo em geral, e aqui - como em tantas outras ocasiões similares – defendeu ideias opostas às de Darwin. Muitos membros do público leigo criticaram o alarde coletivo e as ações dos órgãos oficiais em relação à raiva. Alguns consideravam o medo gerado em relação a essa doença como um bode expiatório conveniente ao governo, para os males então vigentes (Kean, 1998: 91). Cobbe foi um desses críticos. Em uma carta de sua autoria publicada no dia 29 de julho de 1889 no *Globe* e reproduzida em um texto intitulado *The Dangers of Pasteurism to Body and Soul* (Cobbe, 1889a: 1), a jornalista recorre às palavras do Dr. Dujardim-Beaumetz, da *Academie de Médecine* de Paris (a quem se refere como “um terrível vivissector que fez morrerem mais de 200 cães de alcoolismo”), o qual teria declarado em um relatório que “não é o número de cães loucos que aumenta, mas as mentes das pessoas que são

²³ Ver edição do *Times* de 18 de abril de 1881 (*The Times*, 1881b). A análise dessa carta será aprofundada no capítulo 4.

²⁴ Trecho original em inglês, na íntegra: “(...) no one, unless he is grossly ignorant of what science has done for mankind, can entertain any doubt of the incalculable benefits which will hereafter be derived from physiology, not only by man, but by the lower animals. Look for instance at Pasteur's results in modifying the germs of the most malignant diseases, from which, as it so happens, animals will in the first place receive more relief than man”.

afetadas pelo medo dessa aflição”, fenômeno social que o médico e cientista francês e seus pares chamavam de ‘hidrofobia nervosa’. Sustentando-se dessa forma nas palavras de um adversário, Cobbe afirma que “para cada ser humano que deve sua morte a um cão louco [*mad dog*], há quatro [pessoas] que devem a sua [morte] aos propagadores desse pavor lamentável²⁵”. Em outro texto, um artigo intitulado “*Mad Dog!*”, Cobbe (1889c: 233) cita um correspondente do *Referee*, que argumenta que “o pânico teria arrefecido há muito tempo, mas vem sendo fomentado pela imprensa em nome dos interesses do pasteurismo, e quando não há um cachorro louco [*mad dog*] disponível para um tratamento sensacionalista, um cachorro louco é inventado”. Esse correspondente não pára aí, e afirma, com o endosso de Cobbe, que “a atual epidemia de raiva não começou senão quando o Sr. Pasteur estava pronto para ela”, e conclui seu argumento com ironia, ao dizer que “a melhor maneira de dar fim à hidrofobia seria tirar as mordidas dos cães e enviar Pasteur para o Pólo Norte!”²⁶ (Cobbe, 1889c: 233).

A presença e o medo da raiva nas ruas de Londres motivavam ainda outras reações. Havia em muitos setores da sociedade britânica uma grande preocupação com a intromissão do Estado nos direitos individuais na gestão da vida privada, e na reação às medidas de saúde pública relacionadas à contenção da raiva estava em questão a resistência ao controle do estado em uma questão que era considerada da esfera doméstica e, portanto, para além de sua jurisdição. Esse temor não era sem precedentes: em 1860 o *Contagious Diseases (Animal) Act* havia sido implantado para conter doenças provindas do gado estrangeiro, mas as duas versões seguintes desse mesmo ato, a de 1864 e a de 1866, visavam a conter a disseminação de doenças venéreas. Para uma prevenção eficaz dessas doenças, o *Act* obrigava mulheres que se acreditava serem prostitutas a se submeterem a exames médicos e até mesmo ao encarceramento em hospitais com regime de internato (Kean, 1998: 91). Esses atos potencialmente estigmatizavam e criminalizavam todas as mulheres, particularmente as da classe operária, e foram portanto duramente combatidos por ativistas como a feminista Josephine Butler (Kean, 1998: 92). A implantação da vacinação obrigatória

²⁵ Trecho original em inglês, na íntegra: “(...) for every human being who has owed his, or her, death to a mad dog, there have been four who have owed theirs to the propagators of this wretched scare!”

²⁶ Trecho original em inglês: “The panic would have died out long ago, but it has been fomented by the press in the interests of Pasteurism, and when the mad dog has not been available for sensational treatment a mad dog has been invented. One thing is certain. The present epidemic of rabies did not commence till M. Pasteur was ready for it. (...) the best way to stamp out hydrophobia would be to unmuzzle all the dogs and send Pasteur to the North Pole!”

também foi alvo de campanhas contrárias que refletiam a mesma preocupação pública com a interferência do Estado nas escolhas individuais.

As medidas de saúde pública para prevenir a raiva incluíam o amordaçamento e até mesmo a morte de cachorros que fossem suspeitos de contágio, e os cães raivosos, geralmente de rua, eram vistos como uma ameaça tanto aos humanos como aos respeitáveis cães de família. Contudo, a medida legislativa afetava potencialmente todos os cães, independente de sua origem (Kean, 1998: 91), o que tornava temerário aos olhos da classe média o poder que era conferido aos oficiais de polícia. Não apenas havia o temor de que milhões de cães fossem desnecessariamente mortos ou amordaçados sem uma verdadeira justificativa, como também se entendia que a própria família estava sob a ameaça de um ataque conjunto da ciência e do estado: como disse um crítico, “o laboratório substitui a *Scotland Yard*; o ‘cientista’, o policial” (citado em Kean, 1998: 92). Os adversários dessa legitimação de uma truculência policial contra os cães indefesos alegavam que o amordaçamento dificultava que os animais bebessem água, além de ser ineficaz, e tinham bons motivos para temer abusos cometidos sob a sombra protetora da lei. Um caso específico ficou conhecido como o “*Baker Street mad dog case*”: um policial laçou na rua e, em seguida, espancou com o cassetete até matar o *spaniel* de uma moradora que se encontrava ausente. A vizinha da proprietária do cão, testemunhando tal covardia, tentou em vão deter o agente da lei, até que, indignada e enfurecida, jogou um balde de água no policial, motivo pelo qual foi autuada. O clamor popular gerado por essa situação adquiriu proporções tais, que a história chegou aos ouvidos da Rainha Vitória, que exigiu dos órgãos competentes um relatório especial explicando o que acontecera e por que o oficial de polícia agira daquela forma (Kean, 1998: 93). Frances Cobbe percebia como um dos riscos e equívocos morais envolvidos na questão da raiva o fato de que o temor coletivo – a seu ver, irracional – era gerado pelas imagens que se construía do cão raivoso como um animal enfurecido e extremamente perigoso. Para combater essa imagem, que julgava equivocada, Cobbe recorreu ao discurso de Edward Mayhew, “uma das maiores autoridades em assuntos veterinários”, nas palavras de Cobbe. Embasada nos argumentos desse autor, Cobbe enfatiza a raridade da ocorrência da raiva, e chama a atenção de seu leitor para as implicações de uma interpretação equivocada em função do emprego da palavra ‘loucura’ [*madness*], atribuída aos cães acometidos pela raiva. Essa palavra, evocando a ideia de demência, remetia a imagens apavorantes do cão raivoso, inviabilizando a abertura de um canal de compaixão das pessoas pelos pobres cães doentes. O artigo de

Cobbe (1889c: 228), apoiado também em informações e argumentos contidos na transcrição de uma palestra do falecido Thomas Watson²⁷, ex-presidente do *Royal College of Physicians* e, em vida, advogado tenaz da vivissecção, descreve com um grau razoável de detalhe o sofrimento vivenciado por um cão à medida que a progressão dos sintomas da raiva se desenrola em seu corpo: melancolia, ansiedade, expressão de horror, irritabilidade, tendência ao isolamento, etc. Com essa estratégia discursiva, Cobbe efetua, ou pretende efetuar, uma operação de deslocamento: o cão furioso e enlouquecido, a boca espumando, tomado por um furor irracional e capaz de evocar um pânico coletivo igualmente irracional é transformado em um animal doente e frágil, vulnerável, presa de um sofrimento inimaginável – e capaz, assim, de atrair a empatia do leitor, que agora o veria com os olhos límpidos e renovados. Esse cão que Cobbe apresenta ao seu leitor não é mais um animal que ameaça ou fere, mas sim fundamentalmente um animal que sofre. Digno de compaixão, o cão cobbeano não pode e não deve ser alvo do pavor coletivo, nem da truculência policial.

Do ponto de vista dos defensores dos animais, portanto, a lei que conferia ao policial poderes de intervenção violenta contra os cães de rua constituía mais um motivo de apreensão contra a validação, por força de lei, da crueldade contra os animais domésticos. Com os cães sem dono à solta; com a raiva e o comportamento de histeria coletiva em relação a esta – dois males a proliferar de forma cada vez mais caótica pelas ruas de Londres –; com as medidas públicas de contenção do avanço da raiva, essa nova forma de lidar com cães de rua potencialmente raivosos se tornou sintomático de uma medicalização mais ampla dos assuntos sociais e de uma incorporação da ciência nas estratégias do Estado. A ciência havia seguido para além do estágio de introduzir as pessoas à maravilha e à beleza do mundo animal; ela era agora responsável também por gerar medo de animais e advogar a ação contra os mesmos, incluindo sua destruição, no aparente interesse dos humanos (Kean, 1998: 95).

A pretensa descoberta do agente causador da raiva e a definição das formas mais apropriadas de diagnosticá-la e combatê-la estava inserida, como vimos, em um sistema científico mais abrangente: a teoria dos germes, do aclamado cientista francês Louis Pasteur, que explicava o mecanismo de transmissão de uma infinidade de doenças através do contato dos pacientes com microorganismos que invadiam sua corrente sanguínea. Para que Pasteur chegasse à formulação e comprovação dessa teoria, e para

²⁷ É de Thomas Watson o primeiro depoimento no relatório oficial da *Royal Commission on Vivisection* (PP, 2005 [1876a]:).

que fosse possível descrever os conjuntos de sintomas e testar as vacinas para cada doença de transmissão microbiana a ciência pasteuriana reclamava o sacrifício de milhares de animais. O pasteurismo constituía, portanto, um sistema teórico e terapêutico apoiado na disciplina da fisiologia experimental, e, como tal, se alimentava vorazmente dos animais que nutriam a mesma, dentre os quais os cães. Era esse, mais que qualquer outro, o motivo pelo qual Cobbe combatia o avanço da revolução pasteuriana, a qual ela responsabilizava pelo “sofrimento atroz de inúmeros animais”. Embora manifestasse descrédito quanto à validade científica e a eficácia terapêutica do pasteurismo e das práticas de saúde pública associadas a esse sistema conceitual, Cobbe, apoiada em uma concepção ética que rejeitava a legitimação dos meios com base nos fins, defendia que - em decorrência do sofrimento de milhões de cães necessariamente implicado nas diversas etapas da investigação pasteuriana - “o pasteurismo é um pecado”, motivo pelo qual suas duvidosas conquistas não deviam ser desfrutadas pela humanidade, mesmo que se provassem úteis de fato à cura da raiva ou de qualquer outra doença (Cobbe, 1989a: 1). Esse tipo de argumento já estava presente a mais tempo no discurso dessa autora, e para entendermos melhor como milhares ou quiçá milhões de cães foram parar em laboratórios, como o de Pasteur, pode ser proveitoso nos dedicarmos, em seguida, à investigação da emergência do animal experimental.

2.6. A EMERGÊNCIA DO ANIMAL EXPERIMENTAL

2.6.1. O animal vitoriano e as demandas de um novo saber

De tudo que discutimos até agora não é difícil depreender que não havia um único, e sim múltiplos animais vitorianos. Não apenas cada espécie era encarada de forma própria, como o olhar que incidia sobre uma dada espécie também dependia de *quem* olhava. As classes pobres não costumavam, em geral, encarar de maneira piedosa e emotiva os animais com quem conviviam no cotidiano; as classes média e alta, por sua vez, principalmente as urbanas, com sua cultura de sensibilidades afloradas, cooptavam os animais – em especial os domésticos – para formarem parte do cenário sentimental que tanto valorizavam. Esse processo de inclusão dos animais de estimação no universo emocional vitoriano não os restringia unicamente à posição de alvos dos afetos humanos; um dos pontos que quero defender no decorrer dessa tese é que no plano sentimental os animais tinham também *status* de agentes. Cães e gatos não apenas emocionavam seus donos e admiradores; eles próprios eram sujeitos emocionais, capazes de experimentar o medo, a tristeza, a alegria, os ciúmes e muitos outros

sentimentos, tanto entre eles próprios como em relação aos humanos (Carvalho, 2005; Carvalho e Waizbort, 2008). Em meio a todas essas oscilações, o animal vitoriano era um ser multifacetado e em metamorfose constante, à mercê de variáveis cambiantes, tais como: pertencimento a essa ou àquela espécie biológica; classe social; período histórico específico da era (como início, meados ou fim do século XIX); e, também, do tipo de uso instrumental que dele se fazia. Nesse último sentido, o período vitoriano testemunhou o nascimento de um novo tipo de criatura: o animal experimental.

O uso de animais vivos em experimentos científicos de investigação fisiológica não teve início no século XIX; na verdade, ele remonta aos primórdios da tradição ocidental da pesquisa biológica, com o médico grego Galeno (130-210). Esse tipo de prática, no entanto, não foi adotado de forma historicamente linear ou metodologicamente sistemática senão a partir da era vitoriana (Guerrini, 2003: 02). No século XIX as ciências experimentais em geral, como a química e a física, viviam uma fase de florescimento e expansão (Lightman, 1997), e o mesmo valia para as ciências que tinham como objeto de estudo os seres vivos. É possível considerar que a fisiologia experimental tenha nascido como uma nova disciplina científica na França na primeira metade do século XIX, sob a liderança pioneira de François Magendie (1783-1855) – tendo também seus pioneiros no Reino Unido, como Marshall Hall (1790-1857), Charles Bell (1744-1842) e William Sharpey (1802-1880). Contudo, foi somente na segunda metade do século que essa ciência passou a se afirmar de forma mais próspera e abrangente pelo continente europeu, graças em grande parte ao empenho e a ação política de Claude Bernard e seus associados. Esse período foi caracterizado por um esforço das novas ciências da vida - como a biologia e a própria fisiologia – no sentido de tornar-se independente de instituições como os museus e se aproximar metodologicamente do *ethos* experimental da física. Para o cumprimento dessa agenda, o emprego do experimento como método de investigação e o uso de instrumentos visavam aprimorar a precisão objetiva e remover as atribuições antropomórficas que a literatura e o imaginário popular faziam aos animais (White, 2005: 60).

Completamente dependentes da prática da vivissecção para sua sobrevivência e expansão, os laboratórios de fisiologia experimental tinham necessidade de um aporte constante de animais para suprirem suas demandas. Era nos corpos vivos desses animais, ou em tecidos deles extraídos, que se realizavam as investigações que alimentavam não apenas o saber fisiológico propriamente dito, mas também as mais diversas disciplinas laboratoriais, que compunham o novo quadro da medicina científica

emergente, como a patologia, a helmintologia, a bacteriologia. Foi nesse contexto que floresceu o animal experimental, ligado ao advento da biologia e da fisiologia como disciplinas profissionais e à emergência do laboratório como o sítio de produção de conhecimento nas ciências da vida (White, 2005: 59). Nas seções seguintes procurarei explorar parte dos motivos pelos quais esse animal do laboratório foi alvo de tanta polêmica, a ponto de terem sido criadas na Grã-Bretanha do período vitoriano dezenas de associações de combate ao uso de animais em experimentos. Para uma melhor compreensão das raízes históricas desse fenômeno cultural, no entanto, teremos que recuar no tempo até o período moderno e retomar o tema da cultura britânica de exacerbação das sensibilidades, dessa vez sob o prisma do desenvolvimento das ideias relacionadas ao sistema nervoso.

2.6.2. Uma cultura de nervos

Em um estudo sobre a história social dos nervos como constructos de linguagem, G. S. Rousseau (1993: 293) sustenta que para investigarmos a questão acerca do desenvolvimento nervoso devemos começar bem antes do Iluminismo. “Os gregos tinham uma sofisticada teoria sobre os nervos e o cérebro baseada em espíritos que ninguém via, mas que todos afirmavam existir²⁸”. Segundo o autor, essa concepção sobre os nervos, inspirada no pensamento grego, manteve-se relativamente inalterada por todo o mundo antigo e medieval, em um enfoque que situava Deus no centro de um universo antropocêntrico, até que entrasse em cena a filosofia mecânica, ao conceber um dualismo de mente e corpo, alma e cérebro que até os dias de hoje permanece insuperado (Rousseau, 1993: 293). Nessa mesma chave, Matthew Cobb (2002: 395) observa que por mais de 1.500 anos acreditava-se que os nervos funcionassem devido à ação de ‘espíritos animais’, os quais já no século XVII René Descartes concebeu como líquidos ou gases para explicar a ideia da ação reflexa. Mas Descartes foi rapidamente contestado por Jan Swammerdam, um holandês cujos experimentos realizados a partir de 1667 com preparos de nervos e músculos de animais demonstraram que Descartes estava enganado, abrindo, assim, caminho para o modelo atualmente aceito da função muscular. A respeito dessas investigações, Cobb comenta que a revolução científica do século XVII costuma ser associada, nos estudos de história da ciência, à física e astronomia, “e aos trabalhos de gigantes como Galileu e Newton.” Entretanto, segundo

²⁸ Para que não haja mal-entendidos, no entanto, Rousseau faz a ressalva de que os gregos nunca relacionaram cérebro e alma, e para eles o cérebro não seria aquele órgão alojado na cabeça.

esse autor, episódios como os experimentos de Swammerdam, que levariam ao abandono da hipótese dos ‘espíritos animais’ como explicação do funcionamento nervoso, foram de grande importância no domínio das ciências da vida, constituindo uma contribuição nada desprezível ao corpo de inovações da revolução científica do século XVII (Cobb, 2002: 395).

Mas se o caminho para uma nova interpretação científica dos nervos foi inaugurado no século XVII, foi no século seguinte que os nervos tomaram conta da cena cultural européia, principalmente a britânica. Rousseau (1993) defende que nenhum período anterior ou posterior deu maior atenção aos nervos que o Iluminismo do século XVIII. “O cérebro e seu exército de vassallos, os nervos” foram alvos das mais diversas atenções e operações: eles foram teologizados, demonizados, mecanizados, vitalizados e biologizados. Os estados nervosos foram classificados em patológicos e normais. Os nervos foram medicalizados, academizados, globalizados, climatizados, eletrificados, isolados segundo o gênero e o sexo (Rousseau, 1993: 297). Os nervos ficaram também gravados na história social da época: em *spas* e balneários, entre médicos e pacientes, nos florescentes cultos da sensibilidade que serviram para demarcar as classes sociais em seu novo arranjo. Aos diferentes países e regiões se atribuíam diferentes efeitos sobre o estado nervoso de seus habitantes ou visitantes, e falava-se em ‘nervos franceses’, ‘nervos holandeses’ ou ‘nervos orientais’ (Rousseau, 1993: 297).

A linguagem incorporou esse *status* dos nervos no centro da cultura de formas as mais diversas e abrangentes, gerando um extenso vocabulário que incluía uma profusão de neologismos, cujo sentido em grande parte já se perdeu, além de uma “exuberante cornucópia de metáforas” (Rousseau, 1993: 295). Até mesmo a crítica literária e o comentário social foram contagiados por essa linguagem, e os especialistas se referiam a uma ‘prosa nervosa’ e a um ‘estilo nervoso’. Esse último, atribuído a poetas do porte de Alexander Pope, era considerado superior a todos os demais estilos. Em meados do século XVIII, a retórica dos nervos havia, enfim, invadido todos os domínios da prosa e da poesia inglesas (Rousseau, 1993: 302).

Nos domínios do saber e da saúde, os nervos também ocupavam seu espaço. Tornaram-se objeto de estudos acadêmicos, e em todas as escolas de medicina européias se escreviam dissertações sobre esse tema. Textos didáticos de medicina davam destaque a esse assunto. No discurso médico os nervos eram tidos como moradas da insanidade e da loucura, do prazer e da dor. Diante de tamanha mitificação, os nervos se tornaram alvo de modismos, e ao redor dos balneários mais importantes, como era o

caso da cidade de Bath, proliferavam tanto charlatões quanto médicos e farmacêuticos, atraídos pelas possibilidades de renda à custa das pessoas que migravam para essas estâncias em busca de algum tipo de cura para seus estados nervosos.

Segundo Rousseau (1993: 315), embora essa exuberante cultura dos nervos do século XVIII não fosse uma exclusividade britânica, foi na Inglaterra e na Escócia que ela floresceu e teve maior impacto. Em uma época em que a detenção de um título aristocrático deixava de ser pré-requisito ou garantia de prestígio social, a sensibilidade nervosa se tornava um novo critério para se aferir o *status* de uma pessoa. Para as classes médias e altas, muito da diferenciação social efetivamente residia nos nervos (Rousseau, 1993: 323), e entendia-se que as pessoas dessas classes mais favorecidas já nasciam com anatomias nervosas mais sensíveis, com uma tonicidade e textura de seus sistemas nervosos mais delicadas que as das classes baixas. Maior sensibilidade nervosa significava melhor escrita, melhor arte, maior gênio (Rousseau, 1993: 325). Vicejava nesse ambiente cultural toda uma ‘literatura da sensibilidade - como a chamavam os próprios homens e mulheres de então – que, através de textos protagonizados por personagens aflitas e sofredoras, promovia a percepção de uma constituição nervosa vulnerável como sinônimo de um espírito mais sensível e sofisticado. A fragilidade nervosa não era sinal de fraqueza, mas sim indicativo de força moral, atributo exclusivo de pessoas dotadas de uma constituição emocional delicada que as elevava acima da plebe rude e insensível. Como diz Rousseau (*op. cit.*: 305), “ser nervoso era ser romântico, e ser romântico era ser divinamente desejado entre os recém-chegados da classe média que, até recentemente, pensavam que nunca poderiam ser ricos ou pertencer à classe mais alta”.

Embora o artigo de Rousseau supracitado se proponha a uma análise do ambiente sociocultural do século XVIII, veremos ao longo de toda a minha tese que em muitos aspectos a sociedade vitoriana manteve uma relação de continuidade quanto à época precedente em termos dessa valorização da sensibilidade como diferencial de classe. Essas percepções foram em grande parte projetadas na forma como o gentil-homem inglês encarava e descrevia os diversos animais de seu mundo e as diferenças entre uns e outros desses animais. Obviamente, não quero com isso dizer que não houvesse diferenças significativas ou relações de ruptura entre as formas como as pessoas dos séculos XVIII e XIX se percebiam como sujeitos nervosos inseridos no tecido social e no universo físico. O próprio Rousseau, nas últimas páginas de seu ensaio, faz alusão a uma dessas mudanças, ao afirmar que “se dividirmos o século

[XIX] em ondas de crescimento e desenvolvimento, uma boa questão surge ao colocar uma segunda onda, por assim dizer, desenvolvida quando Charles Darwin e outros zoólogos elevaram esses mesmos nervos em seus estudos filogenéticos das emoções dos animais” (Rousseau, 1993: 338). As próximas seções serão dedicadas a uma breve discussão da incorporação do modelo do sistema nervoso no discurso darwiniano e a uma análise das contribuições do darwinismo para a forma como o sistema nervoso passou a figurar no pensamento vitoriano, assim como de sua importância nas interpretações favoráveis e contrárias à vivissecção que vicejaram nesse período.

2.6.3. O sistema nervoso e a origem comum no discurso de Darwin

Como vimos no capítulo anterior, na Inglaterra vitoriana a fisiologia experimental e a biologia evolucionista nasceram relativamente independentes uma da outra, mas de certa forma, na prática cresceram de braços dados, as redes sociais e agendas políticas de darwinistas e fisiologistas se sobrepondo e se entrelaçando. Os dois grupos se associavam para propor e articular políticas para o avanço da ciência britânica, formando associações e *lobbies* de proteção do fazer científico, como no processo de blindagem da fisiologia experimental contra os ataques ameaçadores do movimento antivivissecionista. Essas ações conjuntas em defesa de interesses mútuos eram, por sua vez, embasadas em outro ponto em comum entre os darwinistas e os fisiologistas experimentais, o qual dizia respeito a visões de mundo. Tanto a fisiologia experimental quanto o evolucionismo darwinista eram epistemologicamente comprometidos com uma visão secularista que seguia na direção de tornar as ciências naturais autônomas em relação às concepções teológicas que, por sua vez, resistiam às investidas de um materialismo epistemológico crescente. Além disso, não obstante o fato de que a adoção da metodologia experimental pelas ciências naturais era um ideal comum a darwinistas e fisiologistas, e de o laboratório e a experimentação serem considerados por ambos os grupos como fundamentais à expansão e aprimoramento da ciência britânica, Terrie Romano (2002: 167) observa que na Grã-Bretanha a fisiologia experimental procurava se diferenciar do modelo francês – que perseguia um ideal metodológico e epistemológico baseado fundamentalmente na física e na química - e tentava construir sua identidade por meio de uma maior aproximação com a biologia evolucionista de Darwin. Nesse ponto, a teoria darwiniana da origem comum adquiria uma importância capital, pois suas formulações tinham ao mesmo tempo implicações

científicas que justificavam a vivisseção e implicações éticas que podiam tornar essa prática moralmente questionável. Logo no início do *Descent*, Darwin observa:

It is notorious that man is constructed on the same general type or model as other mammals. All the bones in his skeleton can be compared with corresponding bones in a monkey, bat, or seal. So it is with his muscles, nerves, blood-vessels and internal viscera. The brain, the most important of all the organs, follows the same law, as shewn by Huxley and other anatomists (Darwin, 1874: 6; grifos meus).

Observe-se, nas palavras que destaquei em itálico, que Darwin afirma categoricamente que o sistema nervoso e sua estrutura central, o cérebro – “o mais importante de todos os órgãos” – têm a mesma origem e função biológica no homem e nos demais mamíferos, fato científico que o evolucionista considera suficientemente comprovado por Huxley e outros, e já de conhecimento notório na comunidade de especialistas. Por esse motivo, Darwin (1874: 6) declara, um pouco mais adiante, que “seria supérfluo dar aqui detalhes adicionais sobre a correspondência entre o homem e os mamíferos superiores no que diz respeito à estrutura do cérebro e de todas as demais partes do corpo²⁹”.

Pelo menos desde o século XVII, com as pesquisas de William Harvey (1578-1657) sobre a circulação sanguínea, os britânicos já tinham a noção da existência de profundas similaridades físicas entre as estruturas anatômicas de humanos e animais; entretanto, a adoção pela ciência anatômica de um modelo de sistema nervoso, os resultados que se acumulavam com os estudos em fisiologia experimental e a tese darwiniana da origem comum se associavam em um conjunto de formulações teóricas que se fortaleciam mutuamente, gerando um somatório mais robusto do que cada uma dessas interpretações em isolado. Como evidência da importância da noção de um sistema nervoso no diálogo que se estabelecia entre a ciência darwinista e a da fisiologia experimental, podemos observar com que frequência alguns termos próprios ao vocabulário anatômico-fisiológico relativo ao sistema nervoso aparecem nas principais obras de Darwin que informam a presente tese: o *Origin*, o *Descent* e o *Expression*.

Nas primeiras edições do *Origin*, as de 1859 e 1860 – ou seja, mais de uma década antes do real florescimento da fisiologia experimental no Reino Unido – Darwin não emprega sequer uma vez a expressão ‘sistema nervoso’ (*nervous system*), enquanto que na última edição dessa obra, publicada em 1876 – mesmo ano em que foi

²⁹ “It would be superfluous here to give further details on the correspondence between man and the higher mammals in the structure of the brain and all other parts of the body.”

promulgado o *Vivisection Act* – o autor recorre três vezes a essa expressão³⁰. O termo ‘nervo(s)’ (*nerve(s)*) tem nove ocorrências na primeira edição do *Origin*, e na sexta edição ele aparece vinte e três vezes. A palavra ‘cérebro’ (*brain*), só aparece uma vez na primeira edição, e cinco vezes na última. Também nas duas edições do *Descent* se percebe o mesmo fenômeno: na primeira edição, de 1871, a expressão ‘sistema nervoso’ aparece quatro vezes, enquanto que na segunda e última edição, lançada em 1874 e reimpressa em 1882, o emprego dessa expressão soma um total de seis ocorrências. O termo ‘nervo’, por sua vez, acusa dez registros na primeira edição, e treze na segunda. A diferença mais marcante se dá no contraste com que a palavra ‘cérebro’ ocorre na primeira e a segunda (e última) edições do *Descent*: 43 vezes na edição de 1871 contra 145 vezes na versão de 1874 e 1882. No *Expression*, obra que durante o tempo de vida de Darwin teve uma única versão – publicada pela primeira vez em 1872 – a expressão ‘sistema nervoso’ é usada nada menos que 24 vezes; o termo ‘nervo(s)’ aparece 101 vezes e a palavra ‘cérebro’ registra 45 ocorrências.

Para entender essa diferença significativa quanto à frequência com que essas expressões aparecem nas três obras acima mencionadas, quando comparadas entre si, é preciso termos em mente os focos temáticos de cada uma delas. Embora os três livros comunguem do propósito mais amplo de corroborar as teses evolucionistas de Darwin, no *Origin* o autor está apresentando ao mundo em termos mais genéricos várias de suas teses sobre a origem e diversificação das espécies, em um grau de abrangência multidisciplinar que percorre a geologia, a biogeografia, a ecologia, a botânica, entre outros campos, com grande destaque para a teoria da seleção natural. A questão do funcionamento dos órgãos e partes internas do corpo não recebe grande destaque, e as alusões à evolução da espécie humana se resumem a breves insinuações. Os outros dois livros são bem mais específicos. O *Descent* se dedica a apresentar evidências massivas – físicas, comportamentais e embriológicas – da origem do homem a partir dos animais, além da teoria da seleção sexual, que ocupa a segunda parte do livro. A questão da evolução e do funcionamento das mentes animal e humana é central a essa obra, o que justificaria o fato de os termos em questão – ‘sistema nervoso’, ‘nervo(s)’ e ‘cérebro’ aparecerem com frequência muito maior que no *Origin*.

³⁰ Na sexta edição do *Origin*, a expressão ‘sistema nervoso’ (*nervous system*) é empregada nessa edição nos seguintes contextos: 1) em uma tentativa de explicação sobre a origem de mecanismos de seleção sexual em aves; 2) no glossário – verbete: “medula espinhal” (*spinal cord*); 3) no glossário – verbete: “vertebrados” (*Vertebrata, or vertebrate animals*)”.

O *Expression*, por sua vez, é sem dúvida o texto mais específico desses três livros. Embora o objetivo principal do *Expression*, explicitado por Darwin, seja basicamente o mesmo do *Descent* - demonstrar a existência de uma relação de continuidade decorrente de parentesco, nesse caso entre comportamentos de expressão emocional animais e humanos - a forma como o *Expression* se encarrega disso é bem diversa. Praticamente tão volumoso quanto seu predecessor³¹, o *Expression* é especificamente dedicado ao estudo de expressões corporais indicativas de diversos estados emocionais nos animais e no homem, e de todo o conjunto da obra de Darwin é nesse livro que o naturalista recorre com mais regularidade, vigor e grau de detalhe ao conhecimento anatômico e fisiológico de seu tempo. Nessa obra Darwin recorre, para fundamentar sua argumentação, a textos de vários dos principais fisiologistas seus contemporâneos, explicando quais músculos ou nervos são acionados para produzir essa ou aquela expressão postural ou facial.

Nos capítulos I e II do *Expression* (Darwin, 1872), ambos intitulados *General Principles of Expression*, Darwin relaciona o que chama de “princípios gerais de expressão”. São três os princípios definidos por Darwin: 1) ‘princípio dos hábitos associados úteis’; 2) ‘princípio da antítese’ e 3) ‘princípio da ação direta do sistema nervoso’. Interessa-nos aqui, sobretudo, esse último princípio; através dele, Darwin se propõe a explicar que um número significativo de expressões emocionais de seres humanos e de animais – como o corar de vergonha dos humanos ou o eriçamento dos pelos de um gato enfurecido - decorrem de reações fisiológicas involuntárias acionadas pelo sistema nervoso. Dessa forma, ao adotar a noção de sistema nervoso para batizar um de seus três ‘princípios gerais de expressão’, Darwin estava incorporando o modelo anatômico-funcional do sistema nervoso na construção das ferramentas conceituais que compunham o corpo teórico do darwinismo. Por todos esses motivos acima expostos, é compreensível que no *Expression* os nervos e o sistema nervoso surjam com uma regularidade muito maior.

Na presente tese não tenho a pretensão de fazer uma análise pormenorizada de todas as possíveis explicações e implicações relacionadas ao fato de haver um aumento significativo no emprego dos termos ‘sistema nervoso’, ‘nervo(s)’ e ‘cérebro’ quando são comparadas a primeira e a última versão tanto do *Origin* quanto do *Descent*. Tal

³¹ Originariamente essa obra havia sido concebida por Darwin como parte integrante do texto do *Descent*, mas por fim o naturalista se convenceu de que era mais adequado publicar o *Expression* em 1872, um ano após o *Descent*, como um volume separado, tanto por motivo de espaço quanto por julgar mais conveniente separar os assuntos (Browne, 1985; Richards, 1989).

empreitada demandaria uma avaliação profunda de inúmeros fatores, tais como em que contextos esses termos são usados, uma diferenciação entre sua ocorrência no corpo central do texto, nas legendas de figuras ou nas referências inseridas em notas de rodapé, etc. Esse grau de abrangência fugiria ao escopo de meu estudo, e talvez pudesse até mesmo justificar uma tese em separado. Feita essa ressalva, ainda assim acredito ser possível afirmar que esses acréscimos de uma terminologia relacionada à anatomia e fisiologia do sistema nervoso nas últimas edições do *Origin* e do *Descent* sugerem que estava em ação uma incorporação progressiva do conhecimento e terminologia fisiológicos no discurso darwiniano. Na busca da construção de um conhecimento biológico mais amplo e abrangente a fisiologia experimental britânica se aproximava do darwinismo, e a recíproca também era verdadeira. Nos diálogos, interlocuções e contribuições mútuas entre o sistema conceitual darwinista e a fisiologia experimental enquanto conjunto de formulações teóricas e de práticas investigativas, o sistema nervoso teria um papel central de intermediação entre os domínios físico e psíquico. Nessa chave, dois temas viriam a adquirir uma importância crucial: as noções de *dor* e de *mente*, as quais, podemos dizer, convergiam e comungavam em torno de uma palavra de grande prestígio no mundo dos valores vitorianos: a ideia de *sensibilidade*.

2.6.4. Sensibilidades compartilhadas

Embora no século XVIII o sistema nervoso já fosse reconhecido como morada do mental e do sensorial (Rousseau, 1993), somente a partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento e os avanços da fisiologia experimental, o cérebro e os nervos seriam metodicamente dissecados, sondados, examinados de todos os ângulos nos corpos vivos dos animais, em uma busca ávida da ciência por compreender e dominar os mecanismos da inteligência, dos sentimentos e das sensações. Nesse campo das sensações a questão da dor era de capital importância. A percepção da dor como um mal em si, aliada ao empenho pessoal e coletivo de homens e mulheres em evitar o próprio sofrimento e mitigar o sofrimento alheio, eram valores caros ao universo cultural vitoriano (Bending, 2000), e a visão do sistema nervoso como a sede da dor era uma noção básica da ciência fisiológica que foi prontamente absorvida por Darwin e seus seguidores. Sempre fiel ao seu enfoque evolucionista, tese central a toda sua produção intelectual desde a publicação do *Origin* em 1859, Charles Darwin não poderia deixar de capturar a dor – e seu par antitético, o prazer - nas malhas de sua argumentação enfática e eficaz de uma relação de continuidade física e mental entre

animais e humanos. Nada diferente seria de se esperar, uma vez que na visão darwiniana a existência de um mesmo padrão geral do sistema nervoso em diferentes espécies decorria diretamente do fato de que todos os mamíferos, incluindo os humanos, partilhavam de um mesmo ancestral comum remoto. Assim, no *Descent*, Darwin (1874: 69) afirma que “os animais inferiores, assim como o homem, sentem visivelmente o prazer e a dor, a felicidade e a desolação³².” Nessa concepção evolucionária, a posse de sistemas nervosos estruturalmente homólogos implicava sensações físicas semelhantes, em uma abordagem que, aproximando os humanos dos animais, também os identificava na experiência da dor. Ciente de que um animal possuía um aparato nervoso similar ao seu, o homem vitoriano podia, a partir da vivência da própria dor, ter consciência de como e quão intensa podia ser a dor dos animais.

Observe-se, ainda, que, ao afirmar que o homem e os ‘animais inferiores’ também partilhavam entre si do potencial para a felicidade (*happiness*) ou para a desolação (*misery*), Darwin estendia as semelhanças entre animais e humanos para além da dimensão exclusivamente física do prazer e da dor, expandindo essa última até o domínio do sofrimento emocional³³. A partir da leitura dos textos de Darwin, de Huxley e dos fisiologistas experimentais vitorianos pode-se perceber que o sistema nervoso já era didaticamente subdividido em cérebro, nervos e medulas espinhal. Dessas três estruturas, o cérebro era entendido não apenas como sede das sensações físicas, mas também como lócus material das funções mentais, desde as mais simples, como certas respostas instintivas, até as mais complexas, como a racionalidade e as emoções de todos os tipos. O grau de complexidade do sistema nervoso estava diretamente associado a uma maior complexidade mental, como se pode perceber quando Darwin afirma que “as faculdades mentais dos dípteros são provavelmente superiores às da maioria dos insetos, em conformidade com seu sistema nervoso altamente

³² No original, em inglês: “(...) the lower animals, like man, manifestly feel pleasure and pain, happiness and misery.”

³³ Percebo no texto de Darwin uma certa tendência a usar a palavra ‘sofrimento’ (*suffering*) com maior frequência quando o autor se refere a seres humanos, mas essa tendência admite exceções, de modo que não parece ter sido uma opção criteriosa ou consciente. No presente trabalho eu preferi, portanto, evitar me envolver com qualquer polêmica terminológica relacionada ao correto emprego ou significado – sociológico, psicológico, filosófico ou fisiológico - das palavras ‘dor’ e ‘sofrimento’. Adotando quanto a essa questão uma terminologia mais próxima à do senso comum, lançarei mão de ambos os termos de forma alternada e indiscriminada. Quando eu tiver em mente a conotação específica de sofrimento mental ou emocional serei explícito quanto a isso; caso contrário, a palavra ‘dor’ deverá ser entendida como dor física.

desenvolvido³⁴ (Darwin, 1874: 280). Nessas palavras podemos notar que para Darwin até mesmo em animais de constituição mais simples, como os insetos, essa correlação entre complexidade nervosa e capacidades mentais era prevista. A mesma lógica se aplicaria, obviamente, aos ditos ‘animais superiores’³⁵. Uma vez que Darwin atribuía aos animais inúmeras capacidades mentais similares às do homem (Carvalho, 2005; Carvalho e Waizbort, 2008; Richards, 1989), e que essas capacidades mentais eram consideradas o resultado da ação de estruturas e mecanismos cerebrais, uma inferência lógica imediata é que os estados mentais de animais e humanos, sediados fundamentalmente nas mesmas estruturas físicas básicas, também deviam ter muitos pontos em comum, conforme veremos ao longo de toda essa tese. A partir de uma origem biológica em comum, outros mecanismos evolutivos também atuavam na produção e transformação das mentes:

He who admits the principle of sexual selection will be led to the remarkable conclusion that the nervous system not only regulates most of the existing functions of the body, but has indirectly influenced the progressive development of various bodily structures and of certain mental qualities. Courage, pugnacity, perseverance, strength and size of body, weapons of all kinds, musical organs, both vocal and instrumental, bright colours and ornamental appendages, have all been indirectly gained by the one sex or the other, through the exertion of choice, the influence of love and jealousy, and the appreciation of the beautiful in sound, colour or form; and these powers of the mind manifestly depend on the development of the brain (Darwin, 1874: 617; grifos meus).”

Nessa passagem, em que comenta as características físicas e psíquicas implicadas no mecanismo da seleção sexual, Darwin deixa claro que a evolução envolve, arregimenta, transforma e atua não apenas sobre as variações das estruturas corporais, mas também nos processos mentais e na dimensão subjetiva. Por meio desse processo evolutivo são selecionados, via escolha pelo parceiro sexual, não apenas os

³⁴ Em inglês, no original: “It may be added that the mental faculties of the Diptera are probably higher than in most other insects, in accordance with their highly-developed nervous system”. Díptera – ordem que inclui as moscas e mosquitos.

³⁵ Não fica clara na obra de Darwin a existência de qualquer critério de classificação que defina que grupos animais seriam considerados ‘animais inferiores’ (*lower animals*) e quais seriam os ‘animais superiores’ (*higher animals*). Não é raro que num dado trecho ele inclua uma certa espécie entre os animais inferiores, e noutro trecho refira-se ao mesmo animal como um dos animais superiores. Até onde pude perceber, Darwin tende a se referir a uma dada espécie como um ‘animal superior’ quando a compara com outra espécie, de estrutura física e/ou mental mais simples ou filogeneticamente mais antiga; uma mesma espécie que Darwin anteriormente possa ter incluído nos ‘animais superiores’, pode em uma comparação com a espécie humana ser então considerada um dos ‘animais inferiores’. Talvez isso não constitua propriamente um descuido arbitrário ou falta de critério, mas sim um emprego dos termos ‘superior’ e ‘inferior’ somente em termos relativos, e não absolutos. De qualquer modo, nem sempre Darwin segue esse critério. Desconheço a existência de qualquer estudo historiográfico sobre o tema, e meus comentários aqui não devem ser tomados como uma tese que esteja sendo por mim defendida, mas como mero esclarecimento de uma aparente contradição.

animais mais vistosos ou com um canto mais mavioso, mas também aqueles mais corajosos ou menos tímidos. Na concepção darwiniana, a mente - seja ela mente animal ou humana - é, assim como o corpo, um fenômeno biológico. Assim, antes de haver no mundo homens e mulheres, a mente já existia, e os animais dos tempos anteriores aos humanos já faziam escolhas conscientes, usando a inteligência. Esses animais, ao longo de suas vidas, sentiam medo, alegria, tristeza, raiva e dor. Podiam sofrer tanto por um ferimento causado na luta pela sobrevivência, como pela perda ou privação de acesso a um ente amado, como era o caso de certas fêmeas de macacos mantidas em cativeiro que, ao perderem seus filhotes, sucumbiam ao pesar e pereciam³⁶ (Darwin, 1874: 70).

Uma vez que, em sua maioria, os fisiologistas britânicos haviam abraçado o darwinismo, tanto como rede social quanto como sistema teórico, era esse animal darwiniano a criatura que eles estavam levando à mesa de vivissecção. E era no sistema nervoso desse animal darwiniano que residia o paradoxo que distanciava os apetites da ciência das exigências da ética, ou pelo menos da ética dos antivivissecionistas. Uma vez que o homem - que nessa concepção era, na melhor das hipóteses, um animal especial - partilhava com o animal darwiniano um sistema nervoso de mesma origem ancestral e padrão estrutural e funcional básicos, humanos e animais necessariamente também comungavam não somente da experiência física da dor, como também das vivências de sofrimento emocional. O animal que tinha o corpo aberto vivo, a carne exposta, ferida, os membros mutilados pelo bisturi preciso dos homens de ciência era, assim como o animal humano, uma criatura capaz de sentir intensamente as alegrias e prazeres do corpo e da mente. Era, em suma, indiscutivelmente um animal sensível.

Mas quais eram as espécies animais escolhidas pelos vivissecionistas? Em que se baseavam essas escolhas? Que circunstâncias históricas, práticas, econômicas, psicológicas e científicas informavam essas escolhas? Que implicações sociais e éticas advinham dessas questões? Quais eram os animais escolhidos? Veremos a seguir quais eram os animais experimentais, e o que fazia de um animal um bom modelo experimental para a ciência fisiológica.

2.6.5. Quem eram os animais experimentais?

Inúmeras foram as espécies animais utilizadas em experimentos fisiológicos por todo o continente europeu na era vitoriana, desde peixes até cavalos. Para fins de meu

³⁶ “So intense is the grief of female monkeys for the loss of their young, that it invariably caused the death of certain kinds kept under confinement by Brehm in N. Africa. (DARWIN, 1874: 70)”

estudo, dividirei esses animais em cinco categorias, e discorrerei sobre cada uma em graus diferenciados de aprofundamento, de acordo com sua conveniência aos objetivos da tese. Essas categorias serão: 1) O sapo; 2) pequenos vertebrados de sangue quente (roedores, coelhos, aves); 3) o macaco; 4) o gato; 5) o cão. Pretendo sustentar que a escolha das espécies de animais a serem submetidas à vivisseção representou um aspecto crucial no desencadeamento do complexo fenômeno social que foi o movimento antivivisseccionista na Grã-Bretanha durante a segunda metade do século XIX.

2.6.5.1 O pioneiro: o sapo como animal experimental

Nas décadas de 1830 e 1840 o sapo era o animal mais frequentemente utilizado em investigações fisiológicas no Reino Unido, e Kean (1998: 97) sugere que um dos motivos para isso seja o fato de que os anestésicos ainda não haviam sido desenvolvidos. Assim como os pioneiros da fisiologia experimental britânica elegeram o sapo como principal sujeito de seus estudos, o próprio animal foi, em termos históricos, uma espécie de animal experimental pioneiro. As pesquisas do holandês Swammerdam, acima mencionadas, durante o século XVII, que levaram ao abandono da doutrina dos ‘espíritos animais’ como mecanismos explicativos do funcionamento neural, foram realizadas com sapos (Cobb, 2002). A frequência com que esse animal foi – e é – utilizado em experimentos fisiológicos na história ocidental levou o historiador Frederick Holmes (1993) a apelidá-lo de “velho mártir da ciência”. Tamanha era a importância desse anfíbio para investigações experimentais na primeira metade do século XIX, que Marshall Hall, um dos primeiros fisiologistas britânicos, declarou – de forma “um tanto blasfema”, na opinião de Frances Cobbe décadas mais tarde - que o sapo era um “presente de Deus para os fisiologistas” (Cobbe, 1877: 343). Em depoimento à *Royal Commission on Vivisection*, o professor Emanuel Klein, indagado se o sapo constaria entre os animais utilizados em seus experimentos, respondeu que “sim, sapos também; esse é o animal do fisiologista” (PP, 1876a: 187).

Mesmo perdendo, mais tarde, sua primazia como animal experimental principal, o sapo continuou a ser amplamente utilizado em experimentos fisiológicos na segunda metade do século XIX. Em investigações de eletricidade animal era ele o sujeito experimental mais comum (White, 2005: 63). Nos laboratórios que se dedicavam a investigar a fisiologia dos reflexos o sapo era a espécie preferida, e era estudado como se fosse um animal genérico, sobre cujo funcionamento corporal pudessem ser feitas extrapolações válidas para a fisiologia dos demais vertebrados (White, *op.cit.*: 61).

Alguns fisiologistas e darwinistas diretamente envolvidos com a controvérsia da vivisseção e que participaram, como *commissioners* ou testemunhas, das sessões da *Royal Commission* realizavam experimentos com esse animal, em um esforço de reinterpretar os fenômenos do magnetismo animal, do mesmerismo e das doenças nervosas em termos da fisiologia dos reflexos; era o caso de Thomas Huxley e de William Carpenter (White, *op. cit.*: 66). O sapo chegou mesmo a ser o pivô de um ensaio de Huxley com o título provocativo de *Has a Frog A Soul, and of What Nature is that Soul, Supposing it to Exist?*. Apresentado à *Metaphysical Society* em novembro de 1870, esse artigo (Huxley, 1870) discutia as relações entre corpo, alma e consciência, defendendo um ponto de vista mecanicista a respeito do tema.

Em Paris, o grande fisiologista francês Claude Bernard, reforçando as palavras de Marshall Hall, se referiu ao sapo como “material de trabalho da fisiologia” (*the job of physiology*) (White, 2005: 62), reiterando o valor meramente instrumental desse animal para a ciência. Essa instrumentalização do anfíbio era a regra. Na França e na Alemanha os textos fisiológicos raramente tratavam o sapo como um animal em si, e essa tendência também se manifestava na Inglaterra; nas descrições de experimentos do *Handbook* de Sanderson o sapo aparecia como se fosse um componente dos instrumentos científicos. Os músculos e nervos desse animal eram colocados em relação funcional com arranjos de instrumentos gráficos que formavam a base da fisiologia dos reflexos. Os resultados obtidos inspiravam uma ampla literatura sobre vertebrados em geral, a qual perscrutava os instintos e impulsos inferiores, os atos habituais e até mesmo a vida intelectual e emocional do sapo e fazia extrapolações para os demais vertebrados (White, 2005: 65).

Por sua capacidade de continuar em ação depois de ter os membros amputados ou mesmo após ter a cabeça decepada, por seu comportamento baseado em reflexos simples, por seus poderosos instintos de cópula que podiam chegar a causar a morte da fêmea por sufocamento, o sapo era considerado uma criatura movida por instintos primitivos (White, 2005: 62), um animal inferior em termos de qualidades mentais. Esses poderosos instintos dos batráquios fizeram Darwin afirmar, na primeira edição do *Descent*, que embora o sapo fosse um animal de sangue frio, “suas paixões são fortes” (Darwin, 1871: 26)³⁷.

³⁷ É curioso notar que esse comentário de Darwin foi suprimido na segunda e última edição do *Descent* (DARWIN, 1874), possivelmente por uma preocupação em reduzir as atribuições antropomórficas no processo de lapidação do texto.

Nas realizações de experimentos como demonstrações abertas ao público leigo, o sapo era também o animal de eleição, uma vez que sua aparência e constituição não costumavam evocar a empatia das pessoas, o que com frequência permitia que a mutilação ou morte desse animal fosse acatada sem gerar respostas públicas de indignação (White, 2005: 67). Entretanto, essa indiferença ao sofrimento dos sapos não era completa. Nas inquirições feitas aos fisiologistas que eram convocados na condição de depoentes, nas sessões da *Royal Commission*, eram frequentes perguntas que visavam apurar se em certos experimentos que utilizavam sapos como sujeitos experimentais esses animais eram submetidos ou não a uma dor intensa, principalmente no contexto do uso do curare como anestésico (PP, 1876a)³⁸. Também Frances Cobbe manifestou preocupações e teceu críticas às alegadas crueldades cometidas contra o sapo. Em *Light in Dark Places*, um texto de denúncia com várias pranchas demonstrando os “instrumentos de tortura” dos fisiologistas, Cobbe (1889d: 198) inclui uma imagem extraída do *Handbook* de Sanderson e colaboradores, na qual um sapo está preso por alfinetes a uma placa de cortiça. Em outro artigo, Cobbe (1877: 343) centra seu poder de fogo não contra um fisiologista, mas sim sobre o Sr. Robert Lowe, um membro do parlamento que - embora havendo participado, em 1875, como vimos, da elaboração de um projeto de lei de iniciativa de Cobbe para restrição da vivissecção – acabaria assumindo posteriormente uma postura de advogado da legitimidade dessa prática. Lowe havia criticado o texto final do *Vivisection Act* por entender que este restringia o acesso dos fisiologistas até mesmo aos sapos. Respondendo a esse político, Cobbe o acusa de estar protestando contra o fato de uma lei “não deixar os sapos sujeitos à misericórdia descompromissada dos fisiologistas”.

Tendo feita a ressalva acima, quero dizer que, ainda assim, a análise dos inúmeros textos antivivisseccionistas de Cobbe deixa claro que os sapos não estavam no centro de suas preocupações (na verdade, tampouco nas preocupações do movimento antivivisseccionista como um todo). Em *Light in Dark Places*, por exemplo, das dezesseis pranchas em que se veem animais presos a instrumentos científicos somente uma contém a imagem de um sapo – em comparação, por exemplo, nove figuras de cães e seis de outros animais variados. O sapo de fato ocupava um lugar secundário na esfera de consideração moral dos britânicos, e os motivos para isso - além dos acima

³⁸ Ver, por exemplo, o depoimento conjunto de John Burdon-Sanderson e Michael Foster, nas minutas da *Royal Commission* (PARLIAMENTARY PAPERS, 2005 [1876a]: 115-129).

mencionados – deverão ficar mais claros até o fim dessa seção e, de maneira mais ampla e sólida, no decorrer de toda tese.

2.6.5.2. Pequenos vertebrados de sangue quente como animais experimentais

Nessa categoria estou incluindo aves e pequenos mamíferos outros que os primatas, gatos ou cães. Nos textos aos quais tive acesso, as aves raramente aparecem como animais experimentais. Em *Light in Dark Places* há um pequeno desenho de uma ave presa a uma mesa de vivisseção (Cobbe, 1889d: 191), mas a ave não está sozinha; a mesma prancha – extraída do *Physiologie Opératoire* de Claude Bernard - inclui as imagens de dois cães. Tampouco há quaisquer palavras de Cobbe relativas ao provável sofrimento daquela ave; os comentários a respeito dessa prancha se restringem à demonstração dos variados tipos de mesa de vivisseção – ou, como diz Cobbe, “instrumentos de tortura” (*torture-troughs*).

Deixando por ora de lado os gatos, macacos e cães – animais que receberão atenção em separado – os mamíferos mais comumente utilizados em experimentos de vivisseção eram os de pequeno porte. Animais de grande porte, como cavalos e vacas, além de serem de difícil manejo devido ao seu tamanho e peso, eram também valiosos como força de trabalho ou de renda, o que fazia com que sua manutenção, aquisição e sacrifício implicassem custos demasiado elevados (Swabe, 1999: p 168). Dentre os pequenos mamíferos, os mais regularmente presentes nos livros de fisiologia e nos textos antivivisseccionistas eram provavelmente o coelho e a preá doméstica (*guinea pig* – também conhecida como porquinho-da-Índia ou cobaia). Em um artigo no qual faz críticas veementes e sarcásticas ao fisiologista italiano Paolo Mantegazza pela extrema crueldade com que este tratava os animais em seus experimentos, Cobbe (1881a) destaca o sofrimento indizível ao qual este expusera uma preá grávida. Menções a abusos cometidos contra coelhos não são raras nos textos de Cobbe e outros antivivisseccionistas, possivelmente porque esse animal era usado com frequência em experimentos de fisiologia experimental tanto em solo britânico quanto no continente. Entre as dezesseis pranchas com imagens de animais, acima comentadas, que ilustram *Light in Dark Places* (Cobbe, 1889d), sete delas são figuras que contêm coelhos, extraídas de manuais de fisiologia de Claude Bernard, Elie de Cyon e Mantegazza. Mas fossem eles preás, sapos, pombos ou coelhos, as denúncias que Cobbe fazia aos maus-tratos cometidos contra esses animais não costumavam ser acompanhadas de considerações especiais sobre o sofrimento emocional destes ou sobre o valor inerente

dos mesmos. De certo modo é como se fossem, todos eles, animais genéricos, sem quaisquer marcas específicas de identidade, sem *status* biológico ou social especial; eles parecem figurar nos textos e argumentos de Cobbe desempenhando papéis secundários, apenas engrossando as fileiras, por assim dizer, dos seres sencientes vitimados pela ciência e possibilitando a dilatação do número de evidências de registros da crueldade intrínseca dos fisiologistas.

Também no discurso de Darwin, nem o coelho nem a preá poderiam pleitear *status* de estrela. No texto do *Expression* não há sequer uma menção à preá, e apenas três ao coelho. Na segunda edição do *Descent* a preá aparece uma única vez, e o coelho registra nove ocorrências – todas elas, exceto uma, discutindo características físicas (a exceção é um breve comentário sobre o emprego de golpes no chão com as patas, como forma de comunicação entre os coelhos - Darwin, 1874: 100).

É grande o contraste que se observa se compararmos esses animais com o cão. No *Descent* de 1874 a palavra ‘cão’ (*dog*) aparece nada menos que 158 vezes, sem contar o índice remissivo; no *Expression* o número é ainda maior: 173 ocorrências da palavra ‘cão’. Obviamente, para se ter uma noção mais precisa da frequência com que cada uma dessas espécies aparece no discurso de Darwin seria necessário um estudo intensivo de toda sua obra, e os dados aqui apresentados devem ser entendidos meramente como evidências sugestivas de um contraste. Conforme varie o foco temático de uma obra em relação a outra, um animal pode crescer ou decair em importância. Tomemos um exemplo: no *Variation* a palavra preá (*guinea-pig*) acusa uma só ocorrência, mas a palavra ‘coelho’ (*rabbit*) soma nos dois volumes um total de 197 aparições. Ainda assim, o cão se sobressai; o nome desse animal, contados os dois volumes do *Variation*, totaliza 474 ocorrências³⁹.

Em Darwin e em Cobbe, portanto, pequenos animais como o coelho e a preá, embora mamíferos e dotados de sistemas nervosos relativamente sofisticados, não receberam especial atenção ou destaque, quer na condição de vítimas da crueldade dos vivisseccionistas, quer como protagonistas de fenômenos mentais ou processos evolutivos, ou ainda como companheiros dos homens e mulheres no mundo social

³⁹ Reitero aqui que esses números são presentemente mencionados com o intuito único de ilustrar um contraste. Nenhuma análise quantitativa está aqui sendo proposta, nem sequer uma avaliação qualitativa. Por motivos de tempo e de foco eu não me preocupei em diferenciar o contexto de cada ocorrência, e com frequência a palavra em questão aparece numa mesma frase, linha ou parágrafo mais de uma vez, e todas as vezes foram contadas. A mesma forma de contagem foi, porém, usada para todos os animais (no caso coelho, preá e cão), e entendo que a despeito da superficialidade metodológica esses números demonstram a desigualdade de importância entre coelhos e preás de um lado e cães do outro no pensamento e no discurso de Darwin.

vitoriano. O motivo principal da pouca importância desses animais no discurso de Darwin ou de Cobbe é que – diferenças à parte - tanto um quanto outro autor refletia em seu pensamento e textos o *status* dessas espécies na tessitura cultural de seu tempo. Outros animais regularmente usados em experimentos fisiológicos ocuparam, contudo, um espaço muito maior na obra e nos argumentos darwiniano e cobbeano, adquirindo por vezes diferenças significativas de importância para cada um desses dois autores. Esses animais são o macaco, o gato e o cão, e na Inglaterra Vitoriana eles gozavam do *status* de ‘animais sensíveis’.

2.6.5.3. Os Animais mais sensíveis

Em seu estudo do “animal experimental na Grã-Bretanha vitoriana”, Paul White (2005: 61) chama atenção para o fato de que, dependendo da criatura escolhida para a investigação científica, perspectivas dramaticamente diversas da vida animal emergiam. O tipo e a intensidade das respostas emocionais deflagradas no público leigo dependiam em muito de quais fossem os animais empregados na experimentação; se os experimentos com sapos não costumavam desencadear grandes ondas de indignação ou simpatia, o mesmo não se podia dizer das pesquisas que envolviam a vivissecção de macacos e de animais domésticos, como o gato e o cão. Esses animais podiam suscitar a identificação emocional da audiência, transformando dramaticamente o cenário do experimento (White, 2006: 67).

A existência de reações diferenciadas à exploração e aos abusos cometidos contra animais conforme a espécie em questão tinha uma relação direta com a ideia, amplamente aceita nas classes média e alta, de que alguns animais eram especialmente sensíveis. Nas décadas de 1830 e 1840, antes do advento dos anestésicos, esse cuidado com diferenças nas sensibilidades dos animais – ou com as sensibilidades diferenciadas do público ao uso deste ou daquele animal em experimentos – fazia com que os fisiologistas britânicos tendessem a concentrar suas investigações nos répteis e, principalmente, nos anfíbios, procurando poupar os mamíferos. A escolha do sujeito experimental era tema de debate interno, e Marshall Hall, um dos poucos e principais nomes do campo então, publicou no jornal médico *Lancet*, em 1847, um texto que enfatizava os problemas morais encarados pela profissão. Nesse texto, Hall defendia que os experimentos que envolvessem vivissecção só deveriam ser feitos com animais menos sensíveis, e, ainda assim, afirmava que tais investigações somente deveriam ser

conduzidas caso se tratassem de novas pesquisas, nunca de meras demonstrações ou repetições de experimentos já anteriormente realizados (Kean, 1998: 97).

Quem eram esses ‘animais menos sensíveis’? Como se aferia a sensibilidade de uma espécie ou tipo de animal? Aparentemente não havia uma discussão específica ou sistemática dos critérios determinantes do grau de sensibilidade dos diferentes animais em termo científicos, mas a lista dos tipos de animais eleitos como particularmente sensíveis era praticamente unânime. Em seu primeiro depoimento à *Royal Commission* o Dr. George Hoggan, indagado a respeito de quais seriam suas sugestões de normas a serem adotadas na regulamentação da vivisseção, defendeu, entre outras propostas, que fosse terminantemente proibida a realização de experimentos com “os animais inteligentes e sensíveis”: cavalos, cães, gatos, macacos (PP, 1876a: 178). Cobbe, em um texto no qual apresenta os motivos pelos quais passara a defender a abolição completa dos experimentos que envolvessem vivisseção, declara como uma das razões de sua indignação o fato de a Cláusula 5 do texto final do *Vivisection Act* assegurar aos portadores de uma licença especial o direito de fazer experimentos com quaisquer vertebrados. Assim, diz Cobbe, no que diz respeito a serem passíveis de tortura, “os animais mais sensíveis e inteligentes” – segundo ela, os cães, gatos e macacos – eram colocados pelo *Act* “no mesmo nível que as rãs e serpentes” (Cobbe, 1889e: 221).

Eram, então, basicamente esses os animais mais sensíveis na Inglaterra vitoriana: o cavalo e o asno, o cão, o gato, o macaco. Seus contrapontos, os “animais menos sensíveis”, as “rãs e serpentes” de Cobbe, seriam aqueles animais mais dessemelhantes ao homem em constituição física ou mental; aqueles dotados de um sistema nervoso mais simples; os que inspiravam nas pessoas temor, repulsa ou indiferença – em suma, os animais em relação aos quais as respeitáveis damas e gentishomens britânicos não sentiam qualquer identificação. A ciência fisiológica endossava, ao menos parcialmente, esse olhar. Em depoimento à *Royal Commission*, Burdon-Sanderson, questionado sobre o que o assegurava que os sapos por ele utilizados em um determinado experimento não sofriam, respondeu que embora esses animais fossem sem dúvida capazes de sentir algum dor, “obviamente nós acreditamos que, uma vez que o sapo tem um sistema nervoso que é muito abaixo do nosso em atividade, e uma vez que particularmente seus órgãos de sensação são em termos relativos muito menores que os nossos, podemos tomar como certo que eles sentem menos⁴⁰” (PP, 1876a: 127).

⁴⁰ Trecho original em inglês, na íntegra: “Of course we believe that as the frog has a nervous system which is very much below ours in activity, and as particularly its organs of sensation are very much

Na década de 1870 a fisiologia experimental britânica vivia uma fase de revigoração, e o animal experimental mudava radicalmente de perfil. Pelo menos dois fatores parecem ter contribuído amplamente para que essa mudança ocorresse. Em primeiro lugar, o advento da anestesia, tema que será aprofundado no próximo capítulo. Os agentes anestésicos foram desenvolvidos a partir da década de 1840 (Richards, 1992: 146), e embora o propósito e as promessas dos anestésicos se relacionassem com a supressão da dor em humanos e animais, por outro lado, a possibilidade de insensibilizar um animal por meio de uma substância química abriu aos fisiologistas a oportunidade de seccionarem corpos animais sem terem que arcar com o ônus das acusações de crueldade. Dessa forma, a despeito da função mesma dos anestésicos, o desenvolvimento destes levou, na prática, à expansão da experimentação a uma gama muito mais ampla de animais (Kean, 1998: 97).

O segundo fator que impulsionou a fisiologia experimental a uma mudança na eleição de seus sujeitos animais foi, na visão de Kean (1998: 97), a emergência do darwinismo, com sua tese da origem comum entre as espécies, incluindo o homem. Essa autora endossa as palavras de Coral Lansbury (1985: 155, *apud* Kean, 1998: 97), que afirmou que Charles Darwin mudou aquilo em que as pessoas acreditavam, enquanto Claude Bernard – com seu trabalho metodologicamente pioneiro na comunidade científica - mudou o que as pessoas faziam, através da criação de um novo sistema através do qual a natureza podia ser examinada e controlada. Conforme vimos acima, ao afirmar o parentesco universal entre as espécies por uma relação de ancestralidade compartilhada, o darwinismo confirmava a legitimidade e a importância das investigações fisiológicas dos corpos animais para aumentarem o conhecimento acerca do funcionamento do corpo humano. Daí a demanda de que esses estudos fossem realizados em animais cujos corpos fossem mais similares aos dos humanos, parentes mais próximos destes: não mais os répteis, mas, agora, os mamíferos.

Dessa forma, na década de 1870 o animal experimental mudava completamente de face. Os animais que agora sofriam nas mãos dos vivisseccionistas já não tinham a pele úmida ou coberta de escamas, nem um sistema nervoso simples ou um cérebro minúsculo. Eles não mais coaxavam ou rastejavam com o ventre rente ao solo. Sua aparência não era repulsiva, nem seu comportamento se baseava em reflexos primitivos. Com a recente tecnologia médica dos anestésicos a apaziguar seu sofrimento e a nova

smaller relatively than ours, we may take it for granted that in proportion it feels less; but we also take for granted that it feels to a certain extent”.

teoria biológica da origem comum a convocá-los ao laboratório de fisiologia, os novos animais experimentais tinham uma vida corpórea, mas também uma vida interna subjetiva. Ao longo de suas breves existências, eles experienciavam prazeres e dores, temores e anseios. Eram capazes de amar e despertar amor, cativar, vincular-se e sentir profundo pesar pela perda de seus entes queridos. Era isso o que a própria ciência evolucionista dizia dos mamíferos e suas faculdades mentais. E não se tratava, no caso, de mamíferos de um tipo qualquer, mas justamente daqueles animais que a ciência fisiológica, o evolucionismo darwinista e a cultura vitoriana proclamavam como os ‘animais mais sensíveis’: o macaco, o gato, o cão. Era essa a ironia, esse o paradoxo que impeliu Cobbe e outros tantos amantes de animais em uma rota de colisão com muitos expoentes da profissão médica e do pensamento biológico, em um embate de agendas entre os valores de uns e os interesses e demandas de outros. Os animais mais amados ou admirados pelos gentis-homens e mulheres vitorianos eram justamente os mais apropriados – e, portanto, mais requisitados – para o sacrifício na mesa de vivissecção, altar de uma ciência nova. Mas por que, dentre tantos mamíferos, a ciência fisiológica escolheria para aplacar sua sede de saber justamente os mais caros ao homem e à mulher vitorianos? Por que eles eram considerados especialmente adequados ou convenientes à investigação dos mecanismos corporais? É o que exploraremos a seguir.

2.6.5.4. Bons para a ciência: a escolha do animal experimental

A escolha de indivíduos dessa ou daquela espécie animal para uso como sujeitos experimentais dependia de uma solução de compromisso entre critérios de dois tipos básicos: os de natureza científica e os de ordem prática. Para entendermos os critérios científicos precisamos ter em mente a teoria filogenética de Darwin. Se a tese darwiniana da origem comum de todas as criaturas a partir de um ancestral único implica a noção de um parentesco universal entre todos os seres vivos, isso não significa que não existam diferenças quanto aos graus possíveis de parentesco entre dois organismos quaisquer. Ao contrário: a teoria da origem comum postula que as espécies se diversificam como ramos de uma árvore que provém de um mesmo tronco, do qual se afastam ao longo do tempo evolutivo. Assim como os galhos de uma árvore se ramificam, alguns ramos sendo mais próximos entre si do que outros, também as espécies, ao longo do tempo geológico, vão se originando umas de outras e se diferenciando, em graus de parentesco variados. Espécies de uma mesma forquilha da árvore da vida, por assim dizer, seriam espécies que se diferenciaram a partir de um

ancestral comum há menos tempo, guardando entre si, portanto, uma relação de parentesco mais próximo, o que se reflete na classificação taxonômica das mesmas. Por exemplo: o cão, *Canis familiaris* é um parente mais próximo do lobo, *Canis lupus*, do que ambos o são da raposa vermelha, *Vulpes vulpes*, que já pertence a um gênero diferente. Sendo cães, lobos e raposas animais pertencentes à ordem dos canídeos, eles são parentes mais próximos entre si do que qualquer um deles em relação ao gato, *Felis catus*, que pertence a uma outra família, a dos felídeos; e assim por diante. Quanto maior for o grau de parentesco entre duas espécies – i.e., quão mais recentemente ambas houverem se diferenciado a partir de um ancestral comum - maior será a relação de homologia entre suas estruturas corporais e mesmo comportamentais. Em outras palavras, como regra geral, quanto mais proximamente aparentadas em termos filogenéticos, mais semelhantes serão seus corpos em termos de aspecto externo, mas também quanto à anatomia interna. Isso significa que, em termos de uma lógica darwinista, os animais experimentais mais adequados a estudos que visassem a obtenção de conhecimentos fisiológicos passíveis de serem aplicados à espécie humana seriam aqueles animais que já no século XIX eram considerados como filogeneticamente mais próximos da espécie humana: os primatas.

Darwin estava ciente dessa inferência lógica de sua tese da origem comum:

Brehm asserts that the natives of north-eastern Africa catch the wild baboons by exposing vessels with strong beer, by which they are made drunk. He has seen some of these animals, which he kept in confinement, in this state; and he gives a laughable account of their behaviour and strange grimaces. On the following morning they were very cross and dismal; they held their aching heads with both hands, and wore a most pitiable expression: when beer or wine was offered them, they turned away with disgust, but relished the juice of lemons. An American monkey, an *Ateles*, after getting drunk on brandy, would never touch it again, and thus was wiser than many men. These trifling facts prove how similar the nerves of taste must be in monkeys and man, and how similarly their whole nervous system is affected (Darwin, 1874: 7; grifos meus).

A leitura da passagem acima sugere que Darwin, em sintonia com o conhecimento não apenas do comportamento animal, mas também das premissas básicas em anatomia e fisiologia, estava ciente de que em relação ao homem o organismo de um primata (não-humano) deveria ser, dentre todos os demais corpos mamíferos, aquele com maiores similaridades físicas, correspondência funcional dos órgãos internos e semelhanças na ação do sistema nervoso. De um ponto de vista darwinista, portanto, os macacos e seus parentes, os grandes antropóides, constituíam criaturas extremamente adequadas à experimentação fisiológica.

2.6.5.5. Os macacos como animais experimentais e sensíveis

Em primeiro lugar, é conveniente explicar um detalhe sem importância imediata aparente. Utilizo aqui o termo ‘macacos’, no plural, para enfatizar que, diferentemente das palavras ‘gato’ ou ‘cão’, a palavra ‘macaco’ (*monkey*), tanto hoje como no século XIX, não designa uma, mas sim várias espécies. Nessa seção procurarei analisar que razões levaram essas criaturas à condição de animais experimentais, e como o macaco figurou em debates éticos e científicos sobre a experimentação animal na Inglaterra vitoriana. Nesse cenário veremos que o macaco foi um animal de imensa importância como protagonista do darwinismo.

2.6.5.5.1. O macaco darwiniano como animal sensível

Diferente dos demais animais que ocupavam o lugar especial de criaturas sensíveis na cena cultural vitoriana – cão, gato, asno, cavalo – o macaco exibia uma particularidade: era o único animal não-doméstico, a única criatura selvagem. Que motivos, então, levavam os macacos - incluindo os antropóides - a fazerem parte dessa lista seleta de animais dignos de atenções especiais? Dois fatores prevaleciam. O primeiro dizia respeito a uma peculiaridade desses animais: suas inegáveis e proclamadas semelhanças físicas e comportamentais em relação aos humanos. Tais semelhanças eram, ainda, reforçadas pelo costume então vigente de exibir chimpanzés ou orangotangos nos zoológicos ostentando trajes humanos, tomando chá em xícaras, manuseando talheres. Foi no século XIX que esses animais passaram a ser exibidos regularmente aos olhos vitorianos em espaços públicos, e suas similaridades com as pessoas eram motivos de grande interesse e diversão (Ritvo, 1987a: 31).

O segundo fator que, em reforço do primeiro, promovia os primatas não-humanos à condição de seres especiais vinha das fileiras da ciência: o advento do darwinismo. Com a tese darwiniana da origem comum fazendo sua entrada bombástica no cenário social e intelectual britânico e a afirmação peremptória de Darwin de que o homem “descende certamente de alguma criatura simiesca⁴¹”, essa nova teoria, à medida que - em meio a acirradas disputas - ganhava terreno e conquistava mentes científicas e leigas de seu tempo, também amplificava e ressignificava aos olhos

⁴¹ Já na primeira edição do *Descent*, Darwin (1871: 361) declara: “Man, as I have attempted to shew is certainly descended from some ape-like creature”. A mesma frase foi mantida na segunda edição (DARWIN, 1874: 590).

públicos o sentido do que era ser um primata. Subitamente os macacos, que até então eram apenas motivos de riso, versões cômicas e grotescas da humanidade, passavam então a ser também motivo de pasmo, temor, repulsa, revolta. Eles se tornavam os parentes mais próximos dos homens vitorianos, e não mais em um sentido meramente taxonômico, mas no de uma relação de parentesco em seu sentido mais preciso e profundo: o de genealogia, de uma espécie de consangüinidade filogenética. Com Darwin, macacos e humanos eram, agora, frutos do mesmo galho da árvore da vida. Os gentis-homens que observavam aquela engraçada criatura a fazer cabriolas e momices da distância segura das barras de uma jaula viam agora essa barreira – que sempre lhes parecera tão sólida - ser súbita e inesperadamente removida, e a distância entre eles, perigosamente encurtada; homem e macaco se tornavam, sem aviso prévio, algo como primos biológicos que partilhavam um mesmo avô primata ancestral.

É verdade, por um lado, que essa alegada relação de parentesco biológico entre macacos e humanos foi inicialmente repelida com veemência por muitos setores da imprensa, da sociedade civil e da ciência. Evidências disso foram, por exemplo, três episódios já mencionados anteriormente: o ‘debate do hipocampo’, entre Thomas Huxley e o anatomista Richard Owen; a troca acalorada de ironias e acusações entre o mesmo Huxley e o bispo Samuel Wilberforce em um encontro da *British Association*, em Oxford, no ano de 1860; e a palestra proferida em 1864, também em Oxford, pelo político Benjamin Disraeli, que manifestou publicamente sua rejeição ao darwinismo ao declarar sua opção por se manter “do lado dos anjos”. O que esses três episódios tiveram em comum é o fato de que partidários da teologia natural refutavam - com vigor, ironia ou indignação – a ideia darwinista de que a humanidade encontrava suas origens e sua família natural junto aos macacos.

Por outro lado, Darwin e sua teoria, embora nem mesmo nos dias de hoje gozem de aceitação social unânime, foram conquistando progressivamente espaço no ambiente cultural, intelectual e científico, e também nas mentes do público leigo vitoriano. Na década de 1870, momento de expansão da fisiologia experimental em solo britânico e de explosão da controvérsia relativa à legitimidade moral da vivissecção, Charles Darwin já era um homem de ciência que gozava de grande prestígio nacional e internacional, e até mesmo de celebridade popular (Ellegard, 1990: 59). O darwinismo – tanto como rede social quanto como sistema conceitual - havia se alastrado, e dominava amplos setores da cena intelectual e cultural da Grã-Bretanha. As pessoas vinham, assim –

ainda que com a relutância de muitos e a oposição declarada de não poucos - se acostumando cada vez mais a encarar os macacos como seus parentes biológicos.

Essa aceitação progressiva do darwinismo e a conseqüente incorporação dessa visão de mundo naturalista na tessitura sociocultural da Inglaterra do século XIX tinham como um efeito quase que inexorável uma elevação do *status* dos macacos e antropoides. A tese da origem comum, essa bem-sucedida mutação científica e cultural que transformara o macaco vitoriano no macaco darwiniano - prestigiado com uma recém-adquirida posição de parente mais próximo dos humanos -, promovia esse primata à condição de criatura particularmente inteligente e sensível, de animal especial. O próprio Charles Darwin, em seu esforço de coligir evidências que corroborassem a ideia de que macacos e humanos guardavam entre si uma relação de ancestralidade compartilhada, realçou nas páginas do *Descent* as sofisticadas faculdades mentais e experiências emocionais dos macacos. Quanto à racionalidade, essa qualidade tão orgulhosamente prezada pela humanidade, Darwin desmente um dos axiomas de afirmação da singularidade humana, o de que nenhum animal [não-humano] faz uso de ferramentas. O naturalista sustenta que chimpanzés em estado selvagem, e macacos americanos cativos, lançam mão de pedras para abrir castanhas, e diz ter testemunhado pessoalmente o emprego de um graveto, por um orangotango, como alavanca para abrir uma caixa (Darwin, 1874: 81). As faculdades mentais que aproximavam os macacos dos humanos não se restringiam, contudo, ao campo do intelecto:

As Whewell has well asked, "who that reads the touching instances of maternal affection, related so often of the women of all nations, and of the females of all animals, can doubt that the principle of action is the same in the two cases?" We see maternal affection exhibited in the most trifling details; thus Rengger observed an American monkey (a *Cebus*) carefully driving away the flies which plagued her infant; and Duvaucel saw a *Hylobates* washing the faces of her young ones in a stream. So intense is the grief of female monkeys for the loss of their young, that it invariably caused the death of certain kinds kept under confinement by Brehm in N. Africa. Orphan monkeys were always adopted and carefully guarded by the other monkeys, both males and females. One female baboon had so capacious a heart that she not only adopted young monkeys of other species, but stole young dogs and cats, which she continually carried about (Darwin, 1874: 70).

A passagem acima, evocando cenários quase líricos, em que fêmeas primatas são vistas lavando seus filhotes nas águas dos regatos, protegendo-os de insetos e de predadores potenciais, e até mesmo atravessando a barreira das espécies para adotar e zelar por animaizinhos órfãos, descreve, sem dúvida, um animal extremamente sensível. O amor da mãe humana pelo seu filho e o amor da mãe macaca pelos seus rebentos são

expressões de um mesmo “princípio de ação”, nas palavras de Whewel endossadas por Darwin, e essas últimas em nada ficam a dever, em termos de intensidade e expressão de seu afeto, às mais abnegadas dentre as fêmeas humanas.

Em outra passagem é outro o tipo de afeto que está em questão, e esse afeto primata é submetido ao mais duro dos testes:

I will give only one other instance of sympathetic and heroic conduct, in the case of a little American monkey. Several years ago a keeper at the Zoological Gardens shewed me some deep and scarcely healed wounds on the nape of his own neck, inflicted on him, whilst kneeling on the floor, by a fierce baboon. The little American monkey, who was a warm friend of this keeper, lived in the same large compartment, and was dreadfully afraid of the great baboon. Nevertheless, as soon as he saw his friend in peril, he rushed to the rescue, and by screams and bites so distracted the baboon that the man was able to escape, after, as the surgeon thought, running great risk of his life (Darwin, 1874: 103).

Vê-se no trecho acima um pequeno macaco do Novo Mundo que, movido pelo seu amor pelo tratador, foi capaz, em um exemplo notável de “conduta solidária e heróica”, de contrariar os próprios instintos de sobrevivência e sobrepujar o intenso medo que sentia de um perigoso adversário fisicamente superior, o babuíno, salvando assim, graças à nobreza de seu ato, o humano de quem era “amigo caloroso”. Por que, então, dentre tantos animais possíveis, os macacos não foram poupados do bisturi dos fisiologistas? O darwinismo também tinha essa resposta.

2.6.5.5.2. O macaco darwiniano como animal experimental

Ainda nas primeiras páginas do primeiro capítulo do *Descent*, tanto na primeira quanto na segunda edição, lê-se:

Man is liable to receive from the lower animals, and to communicate to them, certain diseases, as hydrophobia, variola, the glanders, syphilis, cholera, herpes, etc; and this fact proves the close similarity of their tissues and blood, both in minute structure and composition. (...) Monkeys are liable to many of the same non-contagious diseases as we are (...) Medicines produced the same effect on them as on us (Darwin, 1871: 11; 1874: 6).

Como se vê acima, se, por um lado, uma história evolutiva em comum aproximava os macacos e os humanos em suas faculdades mentais, em sua sensibilidade emocional e até mesmo em seus atos de bravura, por outro lado, essa origem comum também os fazia partilharem as mesmas estruturas anatômicas e respostas fisiológicas, fazendo desses animais modelos experimentais altamente apropriados às incursões da

medicina científica, não só como sujeitos de pesquisas sobre o funcionamento dos órgãos, mas também como cobaias para a testagem de drogas.

Além disso, devido à maior similaridade estrutural entre os encéfalos de macacos e humanos, esses primeiros, mais que quaisquer outros animais, se revelavam os modelos ideais para estudo sobre o cérebro. Nas últimas décadas do século XIX os macacos passaram, de fato, a ser usados com frequência em investigações em neurofisiologia, como os experimentos de David Ferrier a respeito da localização no cérebro de áreas diferenciadas para variadas funções mentais superiores (White, 2005: 71). As palavras de Ferrier junto à *Royal Commission* justificam o emprego dos macacos em seus experimentos: “É um fato bem conhecido que a organização do cérebro do macaco é quase idêntica à do cérebro humano, e aquilo que vale para o macaco vale para o ser humano”. (PP, 1876a: 176). Nessa frase sucinta, os corpos teóricos do darwinismo e da fisiologia experimental se mostram alinhados e aliados na construção de uma eficaz teia de conhecimento e convencimento, no seio da qual se engendra um processo de validação da vivisseção em nome do progresso da ciência e, por consequência, do avanço da civilização e benefício da humanidade.

As descobertas de Ferrier foram publicamente desafiadas no Congresso Médico Internacional de 1881 por Friedrich Goltz, um fisiologista de Estrasburgo, que realizava pequenos truques para sua plateia ilustre com um cão lobotomizado que era sua companhia constante (White, 2005: 71). Nesse fórum de grande visibilidade, Goltz contestou a tese central do projeto de pesquisa de Ferrier: a ideia de que áreas específicas do cérebro controlavam zonas particulares do corpo. O argumento que Goltz tentava provar, com a ajuda de seu insólito mascote, era sua própria tese de que o tecido cerebral como um todo tinha o potencial de desempenhar todas e quaisquer funções cerebrais (Otis, 2007: 35). Relatos da imprensa, contudo, deram a vitória a Ferrier, quando este apresentou macacos cujos cérebros haviam sido sistematicamente lesionados semanas antes, e que se mostraram incapazes de desempenhar sequer exercícios rotineiros de estímulo-resposta, muito menos o comportamento supostamente propositivo exibido pelo cão de Goltz. Os experimentos de Ferrier pareciam, dessa forma, demonstrar que as expressões apresentadas pelo cão de Goltz não passavam de meros mecanismos automáticos (White, 2005: 71), e essa refutação das teses do adversário alsaciano só foram possíveis porque o fisiologista britânico fizera a escolha certa; o macaco de Ferrier provara ser um modelo experimental mais adequado que o cão de Goltz para as investigações neurofisiológicas. Ao sair em campo lutando pela

divulgação dessas ciências e pela legitimação da vivissecção, David Ferrier representava, dessa forma, as visões, agendas e valores tanto da nova ciência médica quanto do evolucionismo darwinista. Dessa ótica, os macacos dos quais se servia e em cujos cérebros eram infligidas lesões irreversíveis, ainda que fossem encarados de forma puramente instrumental, não apareciam na condição de vítimas do fisiologista, como pretendiam os antivivissecionistas. Esses primatas seriam, acima de tudo, seus aliados, suas evidências, suas armas, arregimentados para participarem juntos da mesma luta pelo avanço da ciência. Quando Ferrier derrota seu oponente, outras vitórias aconteciam: a Inglaterra vencida o continente e, no campo dos estudos neurofisiológicos, o macaco vencido o cão, provando ser um animal mais adequado e confiável para a compreensão dos segredos do cérebro humano.

Em relação a um aliado, contudo, seria talvez de bom tom esperar uma atitude de gratidão e respeito, e a adoção de uma postura oposta a essa teria todos os ingredientes para desencadear na opinião pública uma resposta de indignação. De fato, o Dr. Ferrier foi por mais de uma vez alvo de críticas e investidas dos antivivissecionistas. Um dos motivos para isso pode estar relacionado à escolha em si do macaco como animal experimental, e aos tipos de experimentos que realizava, mas o agravante teve provavelmente relação com a maneira como Ferrier tratava esses animais experimentais, o que deve ter contribuído bastante para a antipatia que os defensores dos animais nutriam por ele. É bastante provável que o sinal de alerta que colocou Ferrier na mira dos antivivissecionistas tenha sido acionado a partir de uma denúncia contra esse fisiologista feita pelo Sr. John Colam, então presidente da RSPCA e respeitado mesmo entre os homens de ciência como homem sério e ponderado. Chamado a depor na *Royal Commission* no dia 19 de outubro de 1875 (PP, 1876a: 77-88), o Sr. Colam foi inquirido a respeito de uma alegação prévia sua de que, nas palavras do *chairman*, “um professor deu palestras públicas nas quais ele buscou divertir a audiência com a descrição do comportamento patético (*grim*) das vítimas de seus experimentos”. Confirmando a informação, Colam, respondendo às perguntas que lhe eram feitas, relatou que assistira pessoalmente, junto a “três gentis-homens”, membros do comitê de sua sociedade - a RSPCA - uma palestra popular ministrada pelo professor Ferrier na *London Institution*, em *Finsbury Circus*. Nessa apresentação, segundo Colam, Ferrier teria dito que os animais usados em seus experimentos “‘pareciam’ estar em intenso sofrimento, e então fazia piadas sobre a estupidez do animal, especialmente se acontecesse desse animal ser um macaco”. As “descrições

cômicas” que o fisiologista fazia do comportamento desses animais eram tais, que por vezes toda a plateia irrompia em gargalhadas, o que teria motivado um dos acompanhantes do Sr. Colam a se retirar do recinto, indignado.

A um dado momento da arguição de Colam, Thomas Huxley tomou a palavra e, conduzindo suas perguntas em uma postura nítida de advogado de defesa de Ferrier, indagou se as caretas e trejeitos empregados pelo cientista não poderiam ser meras mímicas visando demonstrar ao público quais eram as expressões faciais e gestos adotados pelo macaco em virtude das lesões cerebrais nele induzidas como parte do experimento. Em outras palavras, Huxley queria saber se Colam consideraria a possibilidade de o riso da plateia ter ocorrido em decorrência do “caráter grotesco inerente à própria situação, e não de qualquer desejo do Dr. Ferrier de torná-la grotesca”. O depoente respondeu que essa interpretação seria possível se não fosse o fato de que “a habilidade do palestrante foi usada para salientar o caráter patético (*grim*) do experimento através de seu humor”, e para enfatizar isso Colam acrescentou que o próprio Ferrier ria ao divertir a audiência encenando as momices do primata.

Convocado a depor perante a *Royal Commission* oito dias depois da sessão de Colam, Ferrier rechaçou todas as acusações, assegurando aos seus entrevistadores que a palestra por ele proferida nada tivera de desrespeitosa, de qualquer forma que fosse, aos animais (PP,1876a: 169-178). Contra a palavra do professor, entretanto, não pesavam apenas os testemunhos de Colam e seus acompanhantes da RSPCA, mas também matérias publicadas em jornais londrinos relatando outras ocasiões nas quais o fisiologista teria agido de formas similares em seu tom de comicidade (PP, 1876a: 82).

Na verdade, a tendência a perceber os macacos e antropóides como arremedos caricatos dos humanos parece constituir uma forte e disseminada inclinação na história da cultura ocidental (Morris & Morris, 1968: 23), e no processo de recepção do darwinismo na Grã-Bretanha, as caricaturas constituíram um recurso amplamente utilizado por órgãos da imprensa como o *Punch* e outros para ridicularizar a teoria de Darwin. Nessas imagens satíricas ora Darwin aparecia com o corpo hirsuto de um macaco; ora um gorila se dizia ofendido pela alegação de parentesco entre ele e Darwin. Nesse episódio envolvendo David Ferrier, entretanto, ocorria uma espécie de inversão; dessa vez, a se crer nas denúncias, era um fisiologista e aliado do programa darwinista quem recorria à pilhéria – não contra Darwin, mas contra os macacos que o próprio darwinismo, justamente por os considerar os parentes biológicos mais próximos do homem, elevava à condição de animais especialmente sensíveis. No texto do *Descent*

aquele pequeno macaco acima mencionado, que salvara seu tratador das presas mortais de um enorme babuíno, merece loas de Darwin:

I would as soon be descended from that heroic little monkey, who braved his dreaded enemy in order to save the life of his keeper, or from that old baboon, who descending from the mountains, carried away in triumph his young comrade from a crowd of astonished dogs—as from a savage who delights to torture his enemies, offers up bloody sacrifices, practises infanticide without remorse, treats his wives like slaves, knows no decency, and is haunted by the grossest superstitions (Darwin, 1874: 619).

Manifestando sua preferência por descender de um animal nobre que de um selvagem ignorante e violento, Darwin está sublinhando certas virtudes morais de um macaco e as contrastando a certos vícios abomináveis daqueles humanos primitivos de linhagem inferior. O que chama a atenção aqui, se tivermos em mente os argumentos e críticas mais comuns dos ativistas do movimento contra a vivissecção em relação aos praticantes da fisiologia experimental na Inglaterra vitoriana, é que na passagem acima Darwin estava, sem o perceber, atribuindo ao pequeno macaco americano justamente as virtudes que os antivivisseccionistas diziam faltar aos fisiologistas: a simpatia solidária por uma criatura de outra espécie, a nobreza de propósitos e atitude. Como se isso não bastasse, nesse mesmo trecho Darwin estava também atribuindo aos abomináveis selvagens praticamente todos os vícios dos quais os defensores dos animais acusavam os vivisseccionistas. Só as vítimas diferiam; se os selvagens bestiais vitimavam suas mulheres, crianças e inimigos tribais, os fisiologistas experimentais faziam o mesmo com os animais. Em ambos os casos haveria escravização do mais fraco, torturas, sacrifícios sangrentos e a indiferença ou mesmo regozijo com o sofrimento da vítima desafortunada. No caso de Ferrier, essa vítima era o macaco, a quem o homem de ciência não apenas havia infligido ‘intenso sofrimento’ - segundo as palavras de Colam à *Royal Commission* - mas diante do qual também adotara uma atitude de zombaria. Ridicularizando a dor e o destino do animal, Ferrier estava, por extensão, ofendendo também aquele pequeno, bravo e sensível primata cujas virtudes Darwin enaltecera no texto do *Descent*.

Na condição de depoente da *Royal Commission*, de amigo pessoal e próximo de Huxley – o qual participara diretamente da argüição a Ferrier - e de membro honorário da *Physiological Society*, da qual Ferrier era membro ordinário (Sharpey-Schafer, 1927: 13), Darwin sem dúvida teve conhecimento das acusações feitas contra o fisiologista em 1875. O que o evolucionista sentiu ou como reagiu então no âmbito privado não ficou registrado na história, mas em termos pragmáticos e políticos Charles Darwin não

hesitou na manutenção da aliança de forças e agendas. Seis anos após aquele episódio das denúncias de crueldade leviana levantadas contra Ferrier, essa mesma personagem era novamente alvo de ataque dos antivivisseccionistas, que dessa vez arrastavam o adversário para o combate em uma nova arena. No dia 17 de novembro de 1881, Ferrier via-se forçado a comparecer ao *Bow Street Police Court*, respondendo a um processo movido pela VSS de Cobbe. Nessa ação judicial o professor era acusado de ‘realizar experimentos calculados para causar dor a dois macacos, em violação às restrições impostas pelo *Vivisection Act*’. Apesar de ser, a essa altura, um fisiologista consagrado em todo o Reino Unido, de acordo com o *Home Secretary* Ferrier havia desrespeitado a lei. Isso porque o fisiologista havia realizado determinados experimentos em macacos após os mesmos haverem se recuperado da anestesia, o que exigia a detenção pelo experimentador de um tipo específico de licença, o Certificado B, que Ferrier não havia requerido junto ao órgão competente (Otis, 2007: 27).

Esse episódio envolvendo o Dr. David Ferrier ganhou destaque na imprensa médica e leiga⁴², mobilizando os antivivisseccionistas de um lado e os fisiologistas e seus aliados, de outro. Charles Darwin, a essa altura de sua vida já enfermo e um tanto recluso em sua casa no condado de Kent, nem por isso lavou as mãos em relação a esse assunto. No mesmo dia em que o *Times* de Londres e o *British Medical Journal* publicavam matérias sobre a questão, Darwin escrevia uma carta ao professor Lauder Brunton, outro eminente fisiologista e membro da *Physiological Society*, e amigo pessoal de David Ferrier. Nessa carta Darwin, manifestando preocupação com as despesas que estariam envolvidas no processo legal de defesa do Dr. Ferrier, prontificava-se - sem ter sido solicitado - a contribuir com uma quantia para o custeio dessas despesas legais. O evolucionista enfatiza sua intenção de ter “a honra de demonstrar minha simpatia e admiração pelas pesquisas do Dr. Ferrier” e deplora esse “processo absurdo e vil” movido contra o professor. (F. Darwin, 1903: 437, carta 769). Essa carta tornar-se-ia pública, constituindo mais um instrumento de fortalecimento político e legitimação ética da pesquisa em fisiologia experimental na Grã-Bretanha, e marca bem a posição de Darwin de apoio quase que incondicional aos praticantes da vivissecação. Se, por um lado, o evolucionismo darwinista elevava o macaco ao *status* de animal sensível, por outro lado, esse mesmo darwinismo requeria a inclusão desse

⁴² Ver, por exemplo, o *British Medical Journal* de 19 de novembro de 1881, p. 836-842, e o *Times* da mesma data, p. 12.

animal no contingente dos animais experimentais, cobaias insubstituíveis na pesquisa fisiológica das funções cerebrais.

2.6.5.5.3. Um animal dispendioso

Vimos, então, que era a proximidade filogenética que fazia dos macacos animais experimentais de grande valia. Levando esse raciocínio filogenético às últimas conseqüências, os grandes antropoides (*apes*) se destacariam ainda mais em importância, dentre todos os primatas, em termos de um critério puramente científico de determinação dos sujeitos experimentais ideais, por serem eles os parentes não-extintos mais afins do homem. Essa escolha seria coerente com a afirmação de Darwin de que “a correspondência em estrutura geral, na estrutura detalhada dos tecidos, na composição química e constituição entre o homem e os animais superiores, especialmente os símios antropoides, é de extrema proximidade⁴³” (Darwin, 1874: 9). Assim, seria de esperar que fossem esses os animais mais frequentemente utilizados nas investigações fisiológicas, os animais experimentais de eleição dos fisiologistas, caso a escolha dos sujeitos das pesquisas fosse pautada exclusivamente por critérios científicos. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Na verdade, no que diz respeito ao emprego em experimentos fisiológicos no século XIX os primatas utilizados eram aqueles então chamados de ‘macacos’ (*monkeys*), e não os grandes antropoides. No entanto, embora nas últimas décadas do século os macacos viessem sendo cada vez mais requisitados - em grande parte devido à sua estrutura cerebral, infinitamente mais próxima à do homem que os encéfalos de quaisquer outros animais - de um modo geral os primatas estavam longe de ser os animais mais frequentemente empregados em experimentos fisiológicos. Assim como se dá nos dias de hoje, na Inglaterra vitoriana os critérios científicos não eram os únicos a orientar a escolha das cobaias da ciência fisiológica. Mais imperativos na determinação de tais decisões, se impunham critérios de ordem pragmática: os animais mais utilizados seriam aqueles mais abundantemente disponíveis, economicamente viáveis e de manejo mais simples.

Em termos biogeográficos, não existem quaisquer espécies não-extintas de primatas autóctones em toda a Europa⁴⁴. Além disso, na era vitoriana ainda não haviam

⁴³ No original, em inglês: “(...) the correspondence in general structure, in the minute structure of the tissues, in chemical composition and in constitution, between man and the higher animals, especially the anthropomorphous apes, is extremely close.”

⁴⁴ Existe uma única espécie de macaco com populações selvagens vivendo no continente europeu: o macaco-de-Gibraltar (*Macaca sylvanus*), mas acredita-se que essa população tenha sido introduzida pelo

sido desenvolvidas técnicas satisfatórias de manejo e reprodução de primatas não-humanos. Os chimpanzés e orangotangos que começavam a aportar nos zoológicos britânicos costumavam durar poucos meses, por não suportarem as baixas temperaturas a que eram expostos (Ritvo, 1987a: 31). A reprodução dos macacos propriamente ditos em cativeiro também era muito difícil, e certamente não se dispunha de conhecimento ou tecnologia capazes de suprir as demandas crescentes dos laboratórios de fisiologia. Isso significa que na maioria das vezes os macacos utilizados eram espécimes capturados em estado selvagem em suas regiões de origem, em distantes regiões tropicais da África, Ásia ou América do Sul. E isso em uma época na qual, embora a Inglaterra fosse uma potência mundial na área da navegação, o transporte desses animais constituía um grande problema. Deborah Blum, em uma obra na qual discute os debates e embates entre os ativistas dos direitos animais e a comunidade científica atual em torno do uso de primatas na pesquisa biomédica (Blum, 1994: 43), observa que até a década de 1940 os macacos eram animais de difícil obtenção e manutenção para a comunidade biomédica. Esse quadro começaria a mudar apenas em meados da década de 1950, e Blum atribui essa mudança a dois fatores. O primeiro deles foi o desenvolvimento da indústria aeronáutica, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Com aviões maiores, mais velozes e com maior autonomia de voo em cena, o transporte intercontinental de animais ficou muito mais rápido, o que eliminava o problema da grande mortalidade desses animais durante as longas viagens marítimas nos sombrios porões dos navios. O outro segundo avanço tecnológico teria sido, segundo Blum, o advento de drogas de sedação eficazes, particularmente a fenilciclidina (o chamado ‘pó de anjo’), desenvolvida em 1956, o que permitiu que os diversos tipos de macacos - animais selvagens extremamente indóceis e intempestivos quando submetidos à coerção física – fossem mantidos tranqüilizados durante todo o trajeto de suas viagens (Blum, 1994: 43). No século XIX, contudo, essas conquistas ainda nem sequer eram vislumbradas no horizonte dos pesquisadores, e os macacos eram ainda animais experimentais extremamente dispendiosos.

Uma vez que os primatas se revelavam criaturas demasiado onerosas, os pesquisadores somente optavam por eles caso o objetivo de seus estudos os forçasse a essa escolha, como no caso das investigações neurofisiológicas de Ferrier. Havia, contudo, dois animais que podiam ser encontrados com grande facilidade na Inglaterra.

homem nessa região, sendo na verdade uma espécie nativa do norte da África, onde comunidades ainda são encontradas no Marrocos e Argélia.

Na verdade, para se obter esses animais não era necessário sequer ir além do perímetro urbano; as ruas da Londres vitoriana estavam sempre apinhadas de cães e gatos.

2.6.5.6. O gato e o cão como animais experimentais e sensíveis

Vimos no início desse capítulo que os cães e os gatos eram importantes objetos dos afetos domésticos da classe média urbana na Inglaterra vitoriana. Não obstante, sendo mamíferos, cumpriam o principal requisito científico para uma candidatura à condição de animais experimentais. A isso se somava sua abundância nas ruas de Londres, que fazia deles animais facilmente disponíveis – em acentuado contraste com os macacos ou mesmo com quaisquer espécies de mamíferos selvagens nativos do Reino Unido. De fato, tanto os cães como os gatos foram aproveitados como matéria prima de baixo custo nos laboratórios de fisiologia da Grã-Bretanha. O próprio professor Ferrier, antes de se especializar em macacos, realizou estudos de eletrofisiologia em diferentes regiões corticais dos cérebros de gatos e cães, assim como em coelhos e preás (Otis, 2007: 29). O emprego justamente desses dois animais domésticos como sujeitos experimentais dificilmente deixaria de suscitar fortes reações emocionais do público, em um país que reunia tanto uma inclinação de organização da sociedade civil em torno das mais diversas cruzadas morais, quanto a tradição de uma identidade cultural das classes médias e altas como amantes de animais.

2.6.5.6.1. Dois animais, dois temperamentos

O gato que se via sentado em poltronas macias em muitos lares londrinos também podia ocasionalmente ir parar na fria mesa de vivissecção dos laboratórios fisiológicos. Essas duas facetas de um mesmo animal se manifestam nas páginas do *Descent*⁴⁵ e do *Expression*. Discutindo o grau de complexidade neurológica envolvido no ato succional dos gatinhos que são amamentados, Darwin (1872: 47) recorre a duas fontes da literatura fisiológica, uma delas de autoria do britânico William Carpenter⁴⁶, obra que o informa que a remoção da parte frontal do cérebro de um gatinho não impede que este continue usando as patas dianteiras para estimular a mãe a liberar leite de suas

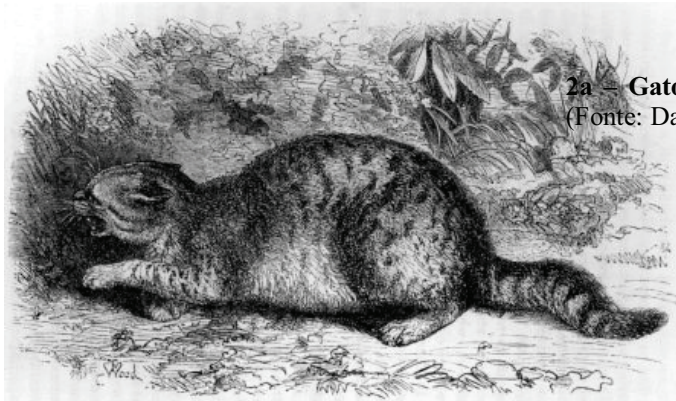
⁴⁵ No que diz respeito ao *Descent*, no entanto, considero bastante significativo o fato de que na edição de 1874 a palavra ‘gato(s)’ [*cat(s)*] aparece 18 vezes, enquanto que o termo ‘cão’ [*dog(s)*] ocorre 158 vezes. Esse fato é condizente com meu argumento sobre a importância central do cão não só no imaginário britânico, como também na construção do discurso darwiniano a respeito da mente e sensibilidade dos animais, dois temas de implicações éticas diretas e profundas na controvérsia vitoriana sobre a legitimidade moral da vivissecção.

⁴⁶ Carpenter, *Principles of Comparative Physiology* 1854, p. 690. O outro texto fisiológico é a tradução para o inglês de *Elements of Physiology*, de Müller's, vol. ii. p. 936. (DARWIN, 1872: 47; notas 17 e 18)

tetas. Mas além do gato mutilado em nome da ciência há também o gato que ocupa o texto de Darwin exibindo suas faculdades mentais. Uma gata adota e cria um cãozinho (Darwin, 1874: 73); outra, que traz um camundongo ainda vivo para dentro de casa e o oferece para os filhotes brincarem está, assim, educando sua prole (Darwin, 1874: 73); em uma figura, um gato roça as pernas de seu dono, manifestando um “estado de espírito afetuoso” (Darwin, 1872: 59). Inteligente e amoroso, o felino doméstico reafirma, assim, a sagacidade e a sensibilidade do animal darwiniano.

Em outra imagem do *Expression* um gato, “aterrorizado por um cão” (Darwin, 1872: 128) eriça os pelos para exagerar seu aspecto ameaçador, e bufa, furioso, dentes e garras à mostra para intimidar seu oponente (fig. 2b). Ao que tudo indica, foram esses dentes e garras do gato - assim como sua presteza quase selvagem a usá-los quando atemorizado - que salvaram muitos desses animais do bisturi do fisiologista e, por isso mesmo, condenaram um número igual de cães à sorte da qual os felinos, justamente por sua prontidão combativa, haviam sido poupados. Em depoimento à *Royal Commission*, o Dr. George Hoggan relatou que durante seu treinamento médico em Edimburgo foi aconselhado por um de seus então professores, o Dr. Alexander Synclair, a não utilizar gatos em seus experimentos, uma vez que esses animais arranhavam e gritavam. Segundo Hoggan, o professor Synclair teria lhe dito ser mais indicado, por esse motivo, recorrer a cães, animais dóceis e fáceis de subjugar (PP, 1876a: 181).

Cobbe também chama atenção para essa ênfase dos fisiologistas na escolha dos cães e evitação dos gatos. Em *Illustrations of Vivisection; or Experiments on Living Animals, from the Work of Physiologists* (Cobbe, 1888b: 13) essa autora, sempre oscilando entre o tom sarcástico e o indignado, mostra os conselhos que Claude Bernard oferece ao leitor de seu *Leçons de physiologie opératoire*, de 1879. Em uma seção na qual ensina ao fisiologista aprendiz as maneiras mais eficazes de conter o animal que será submetido à vivissecção, conta-nos Cobbe, Bernard dedica uma subseção em separado ao cão e outra ao gato. A respeito do primeiro, relata Cobbe, Bernard apresenta ao estudante de fisiologia técnicas a serem aplicadas para domar a vontade de certos cães que, por se sentirem intimidados, ou por serem de índole mais agressiva, como os buldogues, se mantêm na defensiva. Em casos mais extremos, Bernard instrui



2a – Gato feroz e preparado para lutar
(Fonte: Darwin, 1872: 58).

2b – Gato assustado ante a presença de um cão (Fonte: Darwin, 1872: 128).

Figura 2: Reações agressivas do gato no *Expression*. Discutindo o uso do gato como animal experimental, Claude Bernard afirmava que “os gatos são mais terríveis que os cães, uma vez que são armados de dentes e garras, ao mesmo tempo em que sua flexibilidade e agilidade tornam mais difícil segurá-los. Além disso, é quase impossível dominar um gato enfurecido, que salta como um tigre, rasgando tudo aquilo que consiga alcançar com as garras” (em COBBE, 1888b: 13).



o leitor a prender uma corda ao pescoço do animal e, em seguida, “pendurá-lo em uma porta, até que fique semi-estrangulado”, de modo a fazer a criatura “cair em um estado de impotência (*helplessness*) e insensibilidade completa”, aproveitando esse momento de asfixia parcial do para animal para amordaçá-lo e amarrar-lhe as patas. Cobbe explica, porém, que não obstante essas exceções, que exigem que o fisiologista adquira maestria nas técnicas de restrição dos movimentos de indivíduos especialmente rebeldes, Bernard esclarece que “em razão de sua docilidade os cães geralmente se deixam segurar sem oferecer resistência” (em Cobbe, 1888b: 13).

Quanto à subseção intitulada “Gatos”, Cobbe traduz e reproduz, entre aspas, algumas palavras de Bernard:

Cats are more terrible than dogs, inasmuch as they are armed with teeth and claws, while their suppleness and agility make it more difficult to secure them. It is, moreover, almost impossible to master an enraged cat, which springs like a tiger and tears everything he can get his claws upon (em Cobbe, 1888b: 13).

Comentando, finalmente, que “amordaçar um gato não é de forma alguma uma operação simples”, Bernard ensina ao estudante que, para solucionar esse problema, um fisiologista de sobrenome Walter, em vez de recorrer à mordaca, “costumava costurar juntos os lábios” do gato (em Cobbe, 1888b: 13). Não era de surpreender, portanto, que os fisiologistas, tendo a possibilidade de escolha, preferissem evitar um animal como esse, de difícil manejo do ponto de vista das demandas do laboratório¹. Esse gato que, enfurecido, rasgava com as unhas tudo que lhe caía ao alcance, e que precisava ter os lábios costurados para ser definitivamente silenciado, oferecia um contraste pronunciado em relação a seu primo distante, o cão. O felino, embora também cooptado para o convívio harmonioso com homens e mulheres, adultos e crianças no aconchego dos lares urbanos, podia ser um animal doméstico, mas aos olhos de muitos ele não era no seu íntimo um animal realmente *domesticado*. Swabe (1999: 165), assumindo um ponto de vista basicamente biológico e objetivo, atribui a variabilidade relativamente limitada de tamanho e forma entre as raças de gatos ao fato de essa espécie ter sido domesticada bem mais tardiamente que o cão, o que teria como consequência uma diferenciação morfológica (e genética) muito menor do gato em relação aos seus ancestrais selvagens. Interpretando esse mesmo fenômeno sob um prisma mais historiográfico e culturalmente contextualizado, Ritvo (1987a: 22) observa que na Inglaterra vitoriana a vasta plasticidade corporal dos cães simbolizava seu desejo de servir, enquanto que a reduzida plasticidade física do gato estaria associada a uma recusa teimosa em amoldar-se aos desejos humanos. Em sua índole íntima, portanto, o gato se mantinha um animal semi-selvagem. Sua aceitação do convívio com os humanos era como uma concessão, uma parceria limitada movida por interesses e afetos recíprocos. Bastava, porém, que tentassem contê-lo ou feri-lo para que a natureza profunda do gato viesse à tona, e dos recônditos da mente do pequeno felino saltava uma fera indômita e perigosa. Era grande o contraste entre o bichano que escondia em si um tigre e o dócil cão que, atado à mesa de vivissecção, à beira da morte e sob intensa tortura, ainda assim lambia com ternura a mão de seu algoz. Outros aspectos, porém, aproximavam cães e gatos ao olhar dos vitorianos, conforme veremos em seguida.

¹ Essa preferência dos fisiologistas pelos cães e aversão aos gatos não era, porém, unânime. Lauder Brunton, por exemplo, em depoimento à *Royal Commission*, afirmou preferir os gatos porque, além de mais baratos que os coelhos, os gatos eram “animais muito bons de experimentar, devido ao seu tamanho adequado e à qualidade dos resultados com eles obtidos e maior facilidade para obter esse animais do que os cães” (PP, 1876a: 286, P 5731-5733)

2.6.5.6.2. Da poltrona do lar à mesa de vivisseção: a profanação do espaço familiar

Por ocasião da produção do texto final da *Royal Commission*, o Sr. Richard Hutton, na condição de um dos *commissioners* - na verdade o único deles conhecido por sua postura pública de notório antivivisseccionista - conseguiu incluir um texto documental de sua autoria em separado, presumivelmente porque a proposta que ele defendia não fora chancelada pelo demais integrantes da *Royal Commission*. Intitulado *Additional Separate Report by one of the Commissioners* (PP, 1876a: xxii-xxiii), esse texto localiza-se bem no início do relatório final da *Royal Commission*, antes das transcrições das sessões (*Minutes of Evidence*); nele, Hutton pede à Vossa Majestade e ao Parlamento a licença para “sugerir uma restrição adicional”: a de que “os animais do ambiente do lar (*household animals*), os cães e gatos, sejam isentos por completo da possibilidade de uso em experimentos desse tipo” (i.e., de vivisseção). Como justificativa de sua proposta, Hutton apresenta “duas razões de peso para tal restrição, enquanto uma terceira está contida na própria natureza dessa restrição²”. São esses os motivos sustentados por Hutton para fundamentar sua proposta: 1º) O presumível fato de que os cães e gatos empregados pelos fisiologistas eram fornecidos por pessoas que os atraíam para fora de casa, subtraindo-os de seus donos; 2º) Gatos e cães apresentam uma sensibilidade maior à dor do que os demais animais; 3º) A existência de uma relação de confiança entre esses animais e os seres humanos. Na presente subseção discutiremos as percepções culturais e os argumentos relacionados ao primeiro e ao terceiro desses itens; o segundo tópico será analisado em uma subseção à parte.

A abundância de cães e gatos nas ruas de Londres, que fazia deles animais de baixo custo (Swabe, 1999: 168), franqueava aos vivissectores um acesso a farto material para seus experimentos. Os cães e gatos que tinham seus corpos abertos vivos em hospitais metropolitanos como o St Bartholomew’s Hospital eram os mesmos que se viam nas ruas à noite (Kean, 1998: 98). Todavia, esse acesso do fisiologista a esses animais não era direto. Não se viam nas ruas respeitáveis homens de ciência com laços ou redes nas mãos a perseguir pobres cães sem dono. Antes do florescimento da fisiologia experimental na década de 1870 em terras britânicas, a própria popularidade

² Trecho original em inglês, na íntegra: “Should it please Your Majesty and Parliament to pass any measure such as we have recommended in this Report, I desire to suggest one additional restriction, which might either be embodied in the statute or endorsed by the Secretary of State among the conditions of the license which we have proposed. That restriction is, that the household animals, dogs and cats, should be exempted altogether from liability to experiments of this kind. The evidence we have taken seems to me to supply two weighty reasons for such a restriction; while a third is contained in the very nature of the relation existing between these creatures and man.”

dos cães como animais de estimação já proporcionava a certas pessoas uma fonte de renda lucrativa e desonesta: a venda de cães roubados. Os mesmos homens que roubavam cães no silêncio da noite ficavam durante o dia postados nas ruas junto ao meio-fio, tendo sob os braços cãezinhos perfumados e com fitas no pescoço, os quais eram oferecidos para venda aos transeuntes; os *spaniels* eram particularmente cotados (Kean, 1998: 84). Com a crescente demanda por cães pela ciência fisiológica e médica, esses animais adquiriam agora um novo papel, fora do ambiente doméstico, no laboratório do vivisseccionista (Kean, 1998: 98), e essa realidade criava um novo nicho para os ladrões de cães, que, com olhos ávidos, viam sua clientela se expandir. Era, portanto, com essas personagens de índole questionável que o fisiologista contava para suprir suas demandas de material para a experimentação, e isso implicava que os cães utilizados nos laboratórios nem sempre eram animais sem dono capturados nas ruas; não poucos deles eram animais de raça e *pedigree*.

A desconfiança a respeito da origem dos gatos e cães explorados pelos vivisseccionistas foi explicitamente manifesta em duas sessões da *Royal Commission*. Em uma delas Hutton questionou Burdon Sanderson quanto à fonte fornecedora dos animais que este utilizava:

P: Will you tell me how you obtain the supply of animals for University College Laboratory. We were told that at St Bartholomew's Hospital, special directions were given as to the mode in which they were to be obtained, and were to be treated. Have you anything of the kind at the University College?

R: We depend very much upon our servant, who is a very reliable and respectable man, and who always acts in a straightforward way in the purchase of animals. I have no precise knowledge as to the methods which are used.

P: You do not know from where they are drawn?

R: I know as regards rabbits, guinea pigs and so forth, that they are drawn from the usual sources, that they are bought in the market.

P: I particularly refer to dogs and cats?

R: I can not tell you where they come from. There is no proper provision in this country by which one can obtain dogs even for the most legitimate purposes, and of course I am not informed as to the way in which they are obtained. They are always paid for at a proper price.

P: You do not know whether they come from the Home for Lost Dogs, for instance?

R: I do not believe so". (PP, 1876a: 148, P 2821 -284)

Nas linhas e entrelinhas das respostas de Sanderson é possível observarmos uma queixa relativa à impossibilidade, em seu país, de os fisiologistas obterem gatos ou cães por vias formais ou legais que fossem viáveis em termos econômicos ou práticos, como era possível com os coelhos e preás. Dessa forma, o fisiologista se vê forçado a recorrer àqueles fornecedores cujos métodos de obtenção dos animais é preferível desconhecer.

A mesma postura de opção pela ignorância quanto às origens dos animais empregados aparece no depoimento de outro respeitado fisiologista, o professor Lauder Brunton. Pressionado pelo mesmo *commissioner*, Richard Hutton, a dar explicações sobre os gatos que empregava nos experimentos que realizava em seu laboratório no *St Bartholomew's Hospital*, Brunton (PP, 1876a: 283-289) declarou como um dos motivos de sua opção por esses animais o fato de eles serem “mais baratos que os coelhos”. Brunton também foi questionado por Hutton sobre suas fontes de fornecimento:

P: How do you procure your cats?

R: They are supplied to me by a man.

P: Who steals them for the purpose, I suppose?

R: I make no enquiries”. (PP, 1876a: 286)

A pergunta que os fisiologistas não ousam fazer aos seus fornecedores já sugere a resposta que eles não querem ouvir, agora totalmente explicitada pelo questionamento do Sr. Hutton. Se o destino daqueles cães e gatos tornados cobaias já era alvo de uma imensa controvérsia ética, a pergunta que Hutton fazia a Sanderson e Brunton - e que estes nunca fizeram àqueles homens sem nome que lhes traziam animais sem histórias - apontava para o que já se dizia e sabia: os cães e gatos dos vivissectores eram capturados nas ruas e subtraídos dos lares na calada da noite.

Independente da sombria figura do ladrão de cães, a simples presença desses animais nas ruas já era motivo de preocupação para aqueles membros e setores da sociedade que amavam cães. Uma das consequências práticas dessa preocupação com os animais nas ruas foi, como vimos anteriormente, a fundação da *Battersea Dog's Home*. A esse respeito, Hilda Kean observa que a presença da palavra ‘home’ na composição do nome dessa instituição não era casual; o termo ‘home’ já indicava que os cães eram considerados animais do *household*, o ambiente doméstico familiar, membros integrantes de uma família respeitável. Em outras palavras, o nome *Battersea Dog's Home* trazia em seu seio um valor e uma mensagem: a casa era o lugar certo para um cão. Assim, quando damas bondosas e simpatizantes dessa instituição viam cães sem dono vagando pelas ruas de Londres, elas não estavam vendo apenas criaturas suas semelhantes em situação estressante, mas também um animal que havia decaído de uma posição de segurança para uma de abandono e negligência (Kean, 1998: 88). Agora, com a crescente demanda de gatos e cães para os laboratórios fisiológicos, a personagem sinistra do ladrão de animais domésticos se convertia em um perigo social ainda maior; graças aos praticantes da vivissecção, não era apenas nas ruas que os cães, desprotegidos, estavam em perigo; eles já não estavam seguros nem sequer no ambiente

sagrado de seus lares. Por essa via indireta, os laboratórios de fisiologia experimental constituíam uma ameaça não apenas aos animais que sacrificavam, mas também à própria inviolabilidade da família britânica, que tinha sua casa invadida e sua privacidade e integridade profanadas pela ganância dos anônimos ladrões de cães e gatos em serviço dos prestigiados homens de ciência.

No documento em separado de sua autoria acrescentado ao relatório final da *Royal Commission*, Hutton afirma que, dentre as razões pragmáticas pelas quais defende a proibição de experimentos com cães ou gatos é a “de maior peso e a mais prática”, e alude aos dois depoimentos acima reproduzidos para reforçar seu ponto. Com base nesses testemunhos lacônicos evasivos arrancados, por assim dizer, a fórceps, Hutton arremata seu argumento:

It would appear, therefore, that however painless the investigations conducted on dogs and cats may sometimes be, there is a special abuse to which even such painless experiments are liable, of a kind not affecting the experiments on rabbits and other creatures of which there is sufficient market supply at low prices, namely, that the former furnish a strong motive for an illicit trade, not only degrading in itself, but causing great distress to the owners of the creatures decoyed away (PP, 1876a: xxii).

A respeito da passagem acima, convém destacar a escolha do verbo empregado na frase final, de difícil tradução para a língua portuguesa. Na narrativa de Hutton, cães e gatos não são simplesmente furtados ou arrebatados de seus donos; eles são “*decoyed away*”. No idioma inglês a palavra *decoy* significa obter algo através do recurso da isca, da armadilha, do engodo. Dessa forma, quando Hutton escolhe esse verbo, ele descreve uma cena na qual um cão ou gato é atraído para fora da segurança de seu lar por meio de um artifício fraudulento, um chamariz enganoso, um gesto traiçoeiro de rapina. Esses animais são enganados, iludidos por seus captores; sucumbem não só à desonestidade dos homens sem rosto que os roubam, mas também à própria ingenuidade, que os faz se deixarem atrair e enganar pelos seres humanos de pior índole.

A questão da confiança remete àquela que Hutton nomeia como a terceira razão pela qual o direito dos fisiologistas praticarem a vivissecção não deveria, em sua opinião, se estender a experimentos com cães e gatos. No entendimento de Hutton essa terceira razão deriva

from the very nature of our relations to these creatures, which we have trained up in habits of obedience to man and confidence in him, so that there is something of the nature of treachery as well of insensibility to their sufferings, in allowing them to be subjected to severe pain even in the interests of science (PP, 1876a: xxii).

Aqui, a “própria natureza de nossas relações com essas criaturas” torna condenável esse tipo de exploração das mesmas, que configura um ato de traição. O animal que ensinamos a confiar em nós e nos obedecer mereceria que honrássemos a confiança que aprenderam a depositar nos humanos. Essa temática da traição do cão pelo homem permeia todo o pensamento de Frances Cobbe – e de outros antivivissecionistas, como Hutton - a respeito da (i)legitimidade da vivissecção; tal questão será aprofundada no capítulo 4. Examinemos agora a segunda das razões apresentadas por Hutton na defesa da abolição completa dos experimentos com gatos e cães: a questão da sensibilidade.

2.6.5.6.3. Sensibilidades especiais

Há, ainda, um último argumento enunciado pelo Sr. Hutton em defesa de salvar cães e gatos do fim em uma mesa de vivissecção. Esse motivo

is contained in an answer of Dr. Anthony, the pupil and dissector of Dr. Charles Bell, who when asked whether the domestic animals are not liable to that special sensibility or ‘hyperaesthesia’ to which civilized men appear to be so much more subject than barbarous tribes, replied (answer 2596), ‘I am inclined to think so, that you have brought both under the influence of what you may term civilization’(...) and that in his opinion, intelligence might be taken as almost a measure of sensation (answer 2598) (...) and as it is notorious that no class of animals otherwise convenient for experimentation contains so many creatures of high intelligence, and therefore probably of high sensibility, as dogs and cats, it seems to me desirable, in consideration to this special sensibility, to exempt these members of four households from all liability to such experimentation (PP, 1876a: xxii; grifos meus)

A passagem acima condensa em poucas linhas um arsenal de argumentos, valores e estratégias recorrentes nos discursos antivivissecionistas da Inglaterra vitoriana, e que constituem temas de análises mais prolongadas que ocuparão partes de todos os capítulos subsequentes da presente tese. Em primeiro lugar, quero chamar atenção para a menção feita ao Dr. Charles Bell, já falecido por ocasião da produção desse texto. Um dos pioneiros da fisiologia experimental britânica ainda na primeira metade do século, o nome do Dr. Bell seria fartamente usado pelos críticos da vivissecção como um vivissecionista convertido, conforme veremos no capítulo 4. A ideia de que o animal doméstico partilharia com o homem europeu as virtudes da criatura civilizada, acompanhada da contrastação entre cão e lobo como equivalente à distinção homem civilizado vs homem selvagem será abordada posteriormente, e deve-se observar que o grau de civilização de um homem ou cão tem nesse viés uma correspondência direta com o grau de inteligência, e ambos com o grau de sensibilidade do animal ou do humano.

O termo ‘hiperestesia’ havia sido cunhado no seio da comunidade científica para designar uma propriedade especial que afirmava e confirmava a singularidade do homem civilizado na dimensão da sensibilidade. Ao extrair esse termo do discurso de um homem da ciência médica de modo a endossar a aplicação desse conceito aos cães e gatos, Hutton executa uma hábil apropriação do termo em prol de uma causa oposta, como se lançasse mão da arma do inimigo contra ele próprio.

Sensibilidade especial implica maior capacidade de sofrer. Como criatura hipersensível, o gato ou o cão submetido à tortura do vivissector experiencia um sofrimento infinitamente maior que um sapo, rato, coelho ou preá sob circunstâncias idênticas. Essa percepção está presente igualmente em textos de Cobbe, que também recorre a autoridades médicas para fundamentar esse argumento, como em um excerto do livro *The Dog and its Management*, do Dr. Edward Mayhew, ao qual Cobbe (1889c: 228) se refere como “uma das maiores autoridades em assuntos veterinários”:

The dog is naturally the most nervous of all the dumb tribe. His intense affection, his ever-watchful jealousy, his method of attack, the blindness of his rage, and his insensibility to consequences all bespeak a creature whose nervous system is developed in the highest degree (em Cobbe, 1889c: 230)

Note-se, aqui, o enfoque em um aspecto fisiológico – a organização do sistema nervoso – na busca de consolidar um discurso que visa em última análise condenar a indiferença dos fisiologistas ao sofrimento do “mais nervoso” dos animais não-humanos. Ao mesmo tempo a ênfase das palavras do veterinário, reproduzidas por Cobbe, recai não na dor física experimentada pelos cães, mais sim nas características mentais, especialmente as emocionais: a afeição, os ciúmes, a ira. Em outro texto de Cobbe, é a dimensão física da dor que se vê contemplada:

The anti-vivisectionists simply endeavoured to put down the worst form of cruelty they knew, and, especially, that worst form directed against the most sensitive animals whose sufferings under any injury indefinitely exceed those of less highly organized or nervous creatures. (Cobbe, 1877: 342; grifos da autora).

Nesse trecho a escritora explicita a importância dos cães como motores da causa que ela abraçara junto a muitos outros, e o empenho dos antivivisseccionistas em proteger “os mais sensíveis dos animais” de dores excruciantes, que, sob os mesmos ferimentos infligidos, seriam menos intensas e mais suportáveis nos animais de organização nervosa mais simples que a dos cães, ou seja, quaisquer outros animais. A vivisseção seria já, em si mesma, “a pior forma de crueldade” conhecida, mas o fato de ela ser com frequência executada justamente em cães – os quais, por sua sensibilidade

superior, sofrem mais que os demais seres – potencializa – no discurso de Cobbe - os danos, o mal e a iniquidade moral associados a essa prática.

A percepção dos cães como animais com uma sensibilidade especial não era exclusividade dos antivivissecionistas. Em seu depoimento à *Royal Commission* (PP, 1876a: 310-314), George Lewes, fisiologista independente e marido da escritora George Elliot, foi inquirido a respeito de quais animais utilizava em seus experimentos. Declarando sua predileção por “sapos e outros animais de sangue frio” como sujeitos experimentais, Lewes acrescentou que eventualmente se servia de alguns poucos animais de sangue quente, como coelhos e pombos. Entretanto, quando o Sr. Forster, o *commissioner* que naquele momento fazia a arguição, perguntou-lhe se já havia feito experimentos com cães ou gatos, a resposta do fisiologista foi taxativa: “Não, eu não suportaria” (PP, 1876a: 312).

Em outro momento de sua arguição, o Sr, Erichsen formulou questões relacionadas à escolha do animal a ser utilizado nos experimentos:

P: Do you think that a rabbit may be substituted for a dog or cat, as a general rule, in all experiments on warm-blooded animals?

R: I should not like to say that.

P: Do you think that there are cases in which it could not be used with advantage?

R: It would entirely depend upon what the man was going to prove. I could not myself use dogs or cats.

P: I simply meant to ask whether in your opinion a rabbit, as a general rule, could be substituted for other warm-blooded animals, say a dog or cat?

R: As a general rule it is, because it is much more tenacious of life and much cheaper.

P: But there are cases you think in which it could not be substituted?

R: I should not like to express any definite opinion on that subject.

(PP, 1876a: 314; P 6414-6417)

Observe-se, em relação a essa última sentença – a qual encerra o depoimento de Lewes - que o depoente opta por não emitir uma opinião definitiva sobre a possibilidade de substituição completa de cães e gatos nos experimentos fisiológicos. Mais que isso, Lewes opta por não explicitar os motivos de seu silêncio. Ele não alega uma insuficiência de conhecimento técnico para justificar sua decisão de não se pronunciar de forma conclusiva sobre o tema, e, por outro lado, deixa claro que, pessoalmente, seria incapaz de infligir dores ou ferimentos de qualquer espécie a um cão ou gato. A escolha do silêncio, e do silêncio sobre essa escolha não estaria aqui, refletindo um receio de Lewes em contrariar ou prejudicar aqueles colegas de profissão que lutavam contra a possibilidade da imposição de qualquer restrição ao uso de cães e gatos como

animais experimentais? Não há como termos a resposta a essa questão, mas ainda assim as perguntas dirigidas ao fisiologista indicam a preocupação dos *commissioners*, e, certamente, também dos vivisseccionistas, em relação a esse ponto, que se configurava como uma plataforma dos críticos da vivisseccção.

2.6.5.6.4. Resgate malogrado

Vimos no capítulo anterior que o motivo que teria levado Frances Cobbe, a propor – com sucesso – uma radicalização na plataforma da VSS, adotando a defesa da abolição completa de todo e qualquer experimento com animais teria sido, segundo a narrativa da própria autora, a frustração com o texto final do *Vivisection Act*, modificado à força de ementas propostas pelos advogados da vivisseccção em prol dos interesses dos mesmos. A alteração que nos interessa aqui em relação ao projeto de lei original diz respeito aos cães e gatos. No projeto original propunha-se - assim como o fizera Hutton em seu texto em separado no relatório final da *Royal Commission* – a proibição total dos experimentos com esses dois animais. Esse ponto foi motivo de discórdia; os fisiologistas insistiram na defesa da tese segundo a qual com frequência se fazia necessário lançar mão de cães e gatos porque os resultados obtidos nos experimentos com esses animais eram muito similares a observações feitas em pacientes humanos, o que significaria que esses dois animais em particular eram em muitos casos modelos experimentais muito mais confiáveis que os demais animais, quer fossem ou não de sangue quente. Além disso, alegavam os fisiologistas, uma vez que a maioria desses experimentos em cães e gatos seria realizada com auxílio de anestésicos, essa preocupação com o sofrimento dos mesmos se tornava infundada (Brooke, 2000: 38).

De fato, o texto final do *Cruelty to Animals Act* de 1876, vulgo *Vivisection Act* (PP, 1876b) apresenta, quanto a esse ponto, contradições um tanto curiosas, sugestivas do enxerto tardio sofrido pelo texto. A página inicial, encabeçada pelo título *Arrangement of Clauses* (Arranjo das Cláusulas) apresenta um sumário de quais cláusulas estão contidas no documento. Do total de dezenove cláusulas, a de nº 5 é intitulada *Absolute Prohibition of Painful Experiments on Dogs and Cats*. As páginas seguintes contêm o texto corrido, com a explicação de cada cláusula, e na página 3 encontra-se o conteúdo da cláusula nº 5, a saber:

5. Notwithstanding anything in this Act contained, an experiment calculated to give pain shall not be performed without anaesthetics on a dog or cat, except on such certificate being given as in this Act mentioned, stating, in addition to the

statements herein-before required to be made in such certificate, that for reasons specified in the certificate the object of the experiment will be necessarily frustrated unless it is performed on an animal similar in constitution and habits to a cat or dog, and no other animal is available for such experiment; and an experiment calculated to give pain shall not be performed on any horse, ass, or mule except on such certificate being given as in this Act mentioned that the object of the experiment will be necessarily frustrated unless it is performed on a horse, ass, or mule, and that no other animal is available for such experiment (PP, 1876b: 3)

Na margem do texto das cláusulas se encontram repetidos os títulos das mesmas, de modo que ao lado direito desse texto que explicita as condições que permitem a realização da vivissecção dolorosa em cães e gatos, lê-se novamente *Absolute Prohibition of Painful Experiments on Dogs and Cats*, em um contra-senso quase burlesco. Essa versão final do *Vivisection Act* provocou, dessa maneira, uma reação de frustração e indignação por parte de Frances Cobbe e outros tantos críticos da experimentação animal. Afinal, os protetores dos animais, observando a resultante do jogo de forças na controvérsia ética e batalha política que se estabeleciam, e percebendo que não tinham chances de conquistar uma abolição completa da vivissecção – objetivo que nem sequer constituía uma plataforma comum a todas as organizações antivivisseccionistas, visto que até então a própria VSS não defendia essa solução radical – haviam tentado ao menos salvaguardar os animais mais caros ao seu universo de valores: os gatos e os cães. Em vão. Não apenas os fisiologistas conseguiram manter-se praticando a vivissecção, como agora conquistavam o direito legal de fazer o que já faziam. Além disso, não só os antivivisseccionistas não haviam conseguido salvar os gatos e cães da mesa de vivissecção, como nem sequer os experimentos dolorosos com esses animais foram proibidos. Ainda que, em princípio, os vivissectores tivessem que, no mínimo, se submeter a alguns incômodos burocráticos constantes, isso não chegava a ser sequer um magro consolo para Cobbe e para muitos outros.

2.7. OS MÁRTIRES DE BERNARD

No texto da nova lei que regulamentava a prática da vivissecção, portanto, antivivisseccionistas como Richard Hutton e Frances Cobbe experienciavam um sentimento amargo de derrota. Os gatos e, principalmente, os cães que eles haviam tentado, em vão, salvar das garras da ganância da ciência, continuavam em perigo. O cão, aquele animal especial aos olhos vitorianos, percebido por tantos como o mais sensível dos brutos – e, portanto, o que mais sofria e continuaria a sofrer na mesa de vivissecção – continuava presa dos métodos, agendas e ‘instrumentos de tortura’ da

fisiologia experimental. Esse animal era membro integrante da família e do *household*, e por seu modo de vida, sua organização nervosa, sua constituição mental e sua estrutura emocional era visto e amado por milhares de gentis-homens e damas de seu tempo. A teoria inovadora de Charles Darwin havia demonstrado que os cães eram nossos semelhantes em origem, ambos frutos da mesma árvore da vida. Darwin e Romanes haviam enaltecido as virtudes emocionais e as qualidades proto-morais dos cães, sua inteligência, coragem e lealdade. Darwin e Romanes caminhavam com seus cães em suas propriedades, percorrendo as bucólicas paisagens do *countryside* inglês. Darwin e Romanes haviam, no entanto, apoiado os fisiologistas em cada etapa da batalha que resultara no *Vivisection Act*, o qual agora franqueava a esses últimos, com o suporte influente e constante dos primeiros, o acesso a quantos cães desejassem para aplacarem sua sede de conhecimento, à custa de quanta dor animal fosse necessária.

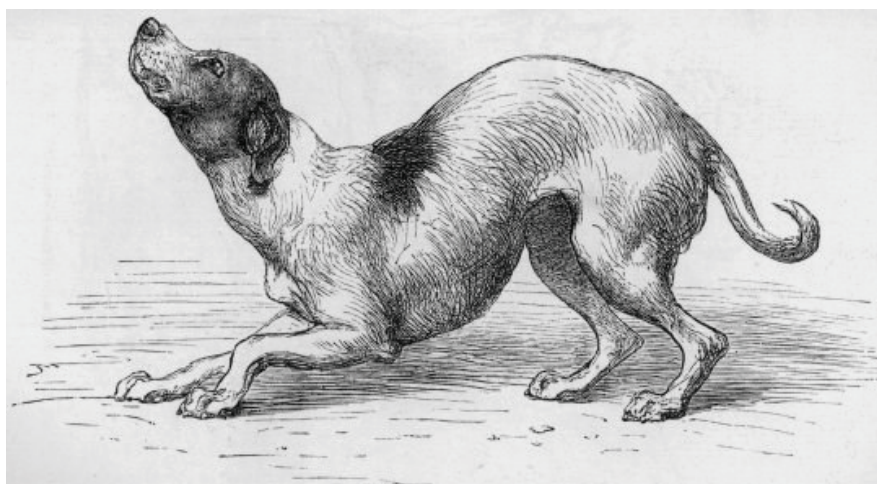
Esse estado de coisas perduraria nas décadas seguintes, levando Cobbe a exclamar em um misto de desabafo e denúncia:

If vivisection is to be tolerated at all (...) if we are going to give up the poor brute to be dissected alive, then, in Heaven's name, let us try to think of it as a mere automaton, a senseless bit of animated matter, which can have no feeling, no intelligence, no faithful affection. To admire its intelligence and fidelity, and lead our children to caress it and note all its beautiful instincts, and then to deliver it to the tormentors – that is something baser and more odious than the perfidy of an Eastern tyrant. It is only because of our stolid ignoring of the claims of the brutes which prevents us from feeling sick with disgust at such cold-blooded hypocrisy (Cobbe, 1889f: 56).

Nessas palavras, Cobbe reafirma a importância do cão na vida familiar da cultura britânica vitoriana, e, como o menino do conto popular que grita que 'O rei está nu', aponta seu dedo para o animal darwiniano, conduzindo o olhar de seu leitor para esse animal fiel e sensível, que se vê traído pelo evolucionista, o qual primeiramente exalta suas faculdades mentais para, em seguida, entregá-lo ao bisturi do fisiologista para que este o atormente a seu bel-prazer enquanto lhe convier. E no fim dessa cadeia estão o homem público que aprova as leis injustas e o cidadão comum, que não ergue sua voz para exigir a libertação do animal mais sensível das tiras que o aprisionam aos aparatos de tortura da mesa de vivissecção.

Para salientar ainda mais a nobreza do cão – vítima não apenas da crueldade humana, mas também da própria bondade, fidelidade, ternura e confiança que ele devotava ao ser humano - e contrastar essas qualidades com a vileza do fisiologista, a escritora cunha uma expressão. Aos cães e todas as outras vítimas indefesas da ciência fisiológica, Frances Cobbe os chama - por todos os motivos explorados no capítulo

atual - de “mártires de Bernard” (Cobbe, 1894b: 606). Nos capítulos seguintes esse cão inteligente e sensível nos guiará – ora sob a pena de Cobbe, ora sob a de Darwin, Romanes ou Hoggan – pelos múltiplos meandros de seu mundo interno, e discutiremos as articulações entre as noções de prazer e dor – física e emocional - com a questão da crueldade e da simpatia no olhar de Cobbe, Darwin e de outros autores cujas vozes se fizeram ouvir na Inglaterra vitoriana.



3a – Cão em estado mental humilde e afetuoso (Fonte: Darwin, 1872: 53)



3b – Cão dando carinho ao dono
(Fonte: Darwin, 1872: 55).

Figura 3 – Comportamento amoroso do cão no *Expression*. Em contraste com o gato, o cão era considerado um animal especialmente dócil e ainda mais amorosamente ligado aos humanos. Seu comportamento e sua abundância nas ruas de Londres faziam do cão o animal experimental por excelência na Inglaterra vitoriana.

Todos os argumentos para provar a superioridade humana não são capazes de dismantelar esse duro fato: no sofrimento, os animais são nossos iguais¹

Peter Singer

¹ *All the arguments to prove man's superiority can not shatter this hard fact: In suffering, the animals are our equals.*

CAPÍTULO 3

O CÃO DE DARWIN E COBBE:

A DOR, A MENTE E A CRUELDADE

NO LABORATÓRIO FISIOLÓGICO

3.1. OS CÃES NAS VIDAS E NOS DISCURSOS DE DARWIN E COBBE

3.1.1. Darwin e os cães

Na história pessoal de Darwin os cães sempre estiveram presentes, de forma significativa, no plano afetivo. Segundo Feller (2009: 267) Darwin teve, ao longo de sua vida, cerca de doze cães, e era sempre ele próprio o objeto central das afeições desses animais. O relato do próprio Darwin sobre um episódio de sua infância sugere os primórdios dessa relação:

Once as a very little boy whilst at the day school, or before that time, I acted cruelly, for I beat a puppy, I believe, *simply from enjoying the sense of power*; but the beating could not have been severe, for the puppy did not howl, of which I feel sure, as the spot was near the house. *This act lay heavily on my conscience*, as is shown by my remembering the exact spot where *the crime* was committed. It probably lay all the heavier *from my love of dogs being then, and for a long time afterwards, a passion. Dogs seemed to know this, for I was an adept in robbing their love from their masters* (em Barlow, 1958: 27; grifos meus).

O trecho acima é altamente ilustrativo para nossa discussão, especialmente nas partes grifadas. Em primeiro lugar, observemos que Darwin reconhece naquele ato de “crueldade” a motivação do mero exercício do poder praticado por uma criança pequena – ele próprio, quando em idade escolar. Essa questão da crueldade inata, manifesta já na tenra infância, é recorrente na retórica antivivisseccionista, na argumentação da existência de paixões bestiais decorrentes da própria animalidade humana. Nesse sentido, o praticante da vivissecação repete o gesto quase instintivo do menino impulsivo que bate em seu cãozinho “simplesmente para desfrutar o senso de poder”. Esse gesto de crueldade praticado quando menino, o próprio Darwin reconhece como um “crime”, motivo pelo qual “calou fundo em minha consciência”. Ainda mais significativo em termos do que estamos discutindo na presente seção – a saber, a relação entre Darwin e os cães – temos as palavras de Darwin afirmando que já naquela época era intenso seu amor por esses animais, que “por um longo tempo” teria matizes de paixão. O fato de esse episódio envolver o interesse e amor de Darwin pelos cães e, simultaneamente, um ato cruel por ele cometido, e o subsequente arrependimento, é de grande importância aqui, pois o conjunto dos elementos dessa pequena narrativa engloba as questões fundamentais que serão discutidas no presente capítulo e no seguinte, a saber: a dor deliberadamente infligida em um cão por um ser humano; a crueldade envolvida nesse ato; a simpatia do humano por esse animal (presente no arrependimento); o amor entre cães e humanos e a relação especial que esse amor implica. A isso some-se a interação entre a mente canina e a mente humana, já que os cães que Darwin encontraria

posteriormente, ao longo de sua vida, não apenas “pareciam saber” de seu amor por eles, como também correspondiam a esse sentimento, permitindo que Darwin, no exercício espontâneo de sua predisposição afetiva em relação a esses animais, acabasse “roubando” de seus donos o amor dos cães.

O relato acima também indica que a infância de Darwin já era povoada por cães. Sempre houve cães na morada dos Darwin, dentre os quais se destacaram dois *terriers*, chamados Spark e Shelah. Esses animais eram mencionados com frequência na correspondência dos Darwin, e sempre pelo nome, como se fossem membros da família. Quando Erasmus, o irmão mais velho, foi para Cambridge, antecipando os passos de Darwin, as cartas do primeiro ao último quase sempre incluíam alguma referência ou indagação sobre como Spark estaria passando na sua ausência. Na linha final de uma carta endereçada ao jovem Charles no início de 1825, Erasmus manda lembranças a Spark (Feller, 2009: 267).

A afinidade do menino Charles pelos cães o acompanhou na juventude, chegando mesmo a integrar o rol de preocupações do doutor Robert quanto ao futuro do rapaz. Certa vez, na época em que Charles concluía os estudos escolares, o corpulento patriarca causou uma “profunda mortificação” no filho, ao dizer-lhe, num assomo de irritação, que “você não quer saber de nada, a não ser de caçadas, cães e pegar ratos, e será uma desgraça para si mesmo e sua família” (Barlow, 1958: 28). A reprimenda do pai não demoveria Darwin, contudo, de suas paixões epistêmicas e cinofílicas, e já no primeiro ano de seus estudos em Cambridge, o naturalista neófito de apenas 19 anos de idade encontrava oportunidades para vasculhar os arredores da província à procura de besouros. No exercício desse passatempo que tanto o deleitava, Darwin desfrutava da companhia de seu primo William Darwin Fox, que com ele partilhava o fascínio pela entomologia. Admirando a forma como Fox caminhava pelos campos, seguido por seu obediente cãozinho, Darwin não demorou a adquirir uma pequena cadela, à qual batizou de Sappho, e que o seguia pela cidade e dormia em sua cama à noite. Durante toda a páscoa de 1828, Darwin, Fox e seus respectivos cães haviam sido amigos inseparáveis (Desmond & Moore, 2000: 77), e em janeiro do ano seguinte, escrevendo da casa paterna enquanto aguardava o início do próximo período letivo, Darwin externava sua ânsia de estar de volta a Cambridge com o primo:

How we would talk, walk, and entomologise! Sappho should be the best of bitches, and Dash, of dogs: then should be 'peace on earth, good will to men,'—

which, by the way, I always think the most perfect description of happiness that words can give. (em Darwin, F., 1887a: 174).

A presença de Sappho e Dash na construção desse devaneio da “mais perfeita descrição da felicidade” que Darwin era capaz de conceber e articular evidencia com que intensidade os cães faziam parte do universo afetivo deste. Mais que isso, é possível perceber que já desde sua tenra juventude Darwin incluía e associava os cães não apenas a suas excursões pelos campos, como também a suas apaixonadas incursões intelectuais pelo universo da história natural e da pesquisa científica. Janet Browne, biógrafa do evolucionista, comenta que uma visita à estufa para uma conversa com os jardineiros, seguida de um passeio a esmo pelas cercanias “com um cão em seus calcanhares” constituía uma parte essencial da rotina diária de Darwin (Browne, 2003: 407). Dentre todos os cães que Darwin possuiu ou com os quais travou contato ao longo de sua vida, dois indivíduos se destacaram na trajetória pessoal de Charles Darwin: Bob e Polly (Browne, 2003: 361). Polly era uma *terrier* que pertencia à sua filha Henrietta e, nas palavras de Browne (2003: 349), “tão devotada a Darwin quanto este era devotado a ela”. Na verdade, após o casamento de Henrietta, Polly permaneceu em Downhouse, a propriedade rural onde vivia a família, e “adotou Darwin completamente” (Browne, 2003: 361) A pequena *terrier* aparece no *Expression* como exemplo de expressões de comportamento inteligente e de atenção. Acompanhava seu dono e a família a toda parte, e deitava-se em um tapete aos pés do sofá onde ele repousava (Browne, 2003: 401). Era ela o cão que dormia num cesto próximo à lareira de seu escritório, enquanto Darwin escrevia seus textos destinados a atravessar os séculos (Browne, 2003: 361).

Bob, o cão dos estábulos, também figurava nos escritos de Darwin. O naturalista tomou-o como exemplo, no *Expression*, para explicar o seu “princípio da antítese”, segundo o qual uma determinada expressão emocional era explicada como oposta, em manifestação física e significado comunicado, a alguma outra expressão que lhe teria servido de modelo evolutivo (Browne, 2003: 361). Era também a Bob que Darwin referia-se, no *Expression*, ao descrever a “cara de estufa” adotada por um de seus cães, numa expressão de desolamento absoluto ao dar-se conta que seu dono saíra de casa meramente para uma visita à estufa, e não para uma longa caminhada em sua companhia pelos arredores (Browne, 2003: 361).

3.1.2. Cobbe e os cães

Quando tiveram início as primeiras grandes exposições caninas, no *Crystal Palace*, em Londres, dois dentre os primeiros tipos de cães a serem exibidos aos olhos públicos foram o *poodle* e o Pomerânia, e nos anos 1870 ambos conquistavam o *status* de raças em conformidade com os rigorosos padrões de exigência do *Kennel Club*. Teak Edwards, um *connaisseur* desses animais, destacava as inúmeras qualidades do Pomerânia¹, e a aclamação dessa raça teria seu coroamento com o aval da Rainha Vitória. Aficionada por esses cães, a grande matriarca da nação inglesa criava Pomerânias em seus canis no Palácio de Windsor, e seus animais foram premiados diversas vezes em exposições (Kean, 1998: 82). Adotados como mascotes diletas das damas de destaque na sociedade britânica, foram sempre cães dessa raça que Cobbe elegeu como seus companheiros no aconchego do lar. Na autobiografia dessa autora não são poucas as menções aos cães dessa linhagem:

In my old home I possessed a dear Pomeranian dog of whom I was very fond, who, being lame, used constantly to ensconce herself (though forbidden by my father) in my mother's carriage under the seat, and never showed her little pointed nose till the britzka had got so far from home that she knew no one would put her down on the road. Then she would peer out and lie against my mother's dress and be fondled (Cobbe, 1894b: 558).

Nesse relato podemos observar a presença dos cães participando das alegrias da infância de Cobbe. Por meio do artifício de esconder-se na carruagem da família e somente fazer perceber sua presença no momento mais adequado, o animalzinho conseguia driblar a proibição de um pai severo, garantindo, assim, sua cota de passeios e afeto, ao mesmo tempo em que deleitava mãe e filha com sua divertida sagacidade. Esse prazer no desfrute da companhia de cães seria uma constante na vida de Cobbe.

A partir da idade adulta de Cobbe, três cães, todos também da raça Pomerânia, viriam a ocupar um lugar central nos afetos e na narrativa da vida dessa autora. O primeiro foi Hajjin (fig. 4), uma cadelinha que Cobbe recebeu de presente de Charles, seu irmão mais velho, no verão de 1858 (Mitchell, 2004: 99). Em novembro de 1859, mesmo mês e ano em que Darwin publicava o *Origin*, Cobbe acabara de se mudar para

¹ O *spitz* alemão, Lulu da Pomerânia, ou simplesmente Pomerânia, é uma raça de pequeno porte do grupo dos *spitz*, ou cães de orelhas pontudas, e que inclui animais maiores, como o *chow-chow* e o *husky* siberiano. Descendente de *spitz* maiores, o Pomerânia é oriundo de uma região da Alemanha do mesmo nome. Desde seu reconhecimento como raça pura na Inglaterra, no século XIX, até os dias de hoje o Pomerânia sofreu mudanças significativas de aparência e tamanho, como se pode perceber na foto de Hajjin, mascote de Cobbe (fig. 4), se comparado aos lulus modernos.

Bristol, para trabalhar em um reformatório de meninas delinquentes (Mitchell, 2004: 102), e nesse período contava “todo o tempo” com a companhia de sua “querida cadela”. Nos domingos ela e Hajjin (nome árabe que significa ‘peregrino’) se permitiam “uma boa caminhada a esmo (*a good ramble*) pelos *Downs* e além, por vezes até *Kings'-Weston*”; em consequência da familiaridade assim conquistada nessas caminhadas, “todo esse distrito me é caro até hoje” (Cobbe, 1894a: 276).

Ainda a respeito de sua relação com Hajjin Cobbe relata:

In my hardworking life in Bristol in the schools and workhouse she followed me and ingratiated herself everywhere, and my solitary evenings were much the happier for dear Hajjin's company. Many years afterwards she was laid under the sod of our garden in Hereford Square (Cobbe, 1894b: 558).

Aqui o cão desponta oferecendo companhia e consolo a uma mulher que lutava duramente pela própria sobrevivência financeira e afirmação profissional em uma província inglesa. Preenchendo com felicidade as noites solitárias de sua dona, a pequena Hajjin tornava mais amenos os momentos enfrentados por Cobbe, além de conquistar a simpatia e afeição das pessoas com quem travasse contato, e provavelmente também ajudando, dessa forma a ‘quebrar gelo’ e abrir portas no universo social de Bristol. O afeto entre Hajjin e Cobbe é, finalmente, honrado para além da morte do animal, com o gesto de sua dona de enterrar a querida cachorrinha no solo do jardim de sua morada.

Em um dia de janeiro de 1867, enquanto passeava com Cobbe em Londres pela *Sloane Square*, Hajjin desapareceu. Dias mais tarde, foi encontrada e abrigada na *Lost Dog's Home* em *Holloway*, e o saldo desses eventos foi a publicação por Cobbe, no mesmo ano, do livro *Confessions of a Lost Dog* (Cobbe, 1867), ficticiamente narrado pela própria Hajjin, e cujos lucros de vendagem foram revertidos para a instituição que recolhera e acolhera sua cadela querida (Mitchell, 2004: 166). Dois anos mais tarde Hajjin morria, e segundo Mitchell (2004: 196) esse acontecimento pode ter sido a fonte de inspiração que levou Cobbe a escrever *Instinct and Reason*, um breve ensaio sobre a inteligência criativa empregada pelos cães na resolução de problemas novos, que seria publicado na edição de 1869 do *Animal World*.



Fig. 4 – Hajjin (1858-1869), fêmea Pomerânia de Frances Cobbe. Observe-se que em sua forma física esse cão diferia significativamente dos Lulus da Pomerânia atuais. Essa fotografia foi reproduzida em *The Confessions of a Lost Dog* (Cobbe, 1867), obra ficcional narrada pela própria Hajjin (Fonte: Mitchell, 2004: 106).

Não demorou muito para que Cobbe adquirisse outro cão – mais uma vez uma fêmea da raça Pomerânia, a quem batizou de Yama, em homenagem ao cão de mesmo nome pertencente a um herói mítico do texto hindu *Mahabharata* (Mitchell, 2004: 196). Assim como acontecera com Hajjin quatro anos antes, no outono de 1871 também Yama desapareceu, somente sendo recuperada em janeiro de 1872 – o mesmo ano em que Cobbe publicou dois importantes artigos sobre cães (Cobbe, 1876b, 1876c). Não tendo reconhecido sua dona de imediato, Yama foi submetida a um teste para estabelecer se aquele era ou não o mesmo animal, e sua identidade só foi confirmada depois de a cadela ter sido reconhecida pelo velho gato da casa e mordiscado, em manifestação de afeto, o lobo da orelha de Cobbe.

Conforme crescia, Yama passou a acompanhar Cobbe com frequência pela Grã-Bretanha em viagens de trem, e a experiência associada à sua sagacidade a ensinou a esconder-se sob o assento em compartimentos vazios da primeira classe. Em uma dessas viagens, em junho de 1875, ano em que se realizariam os inquéritos da *Royal Commission on Vivisection*, Cobbe, passando por Oxford na companhia de Yama, teve a intenção de visitar na universidade seu amigo, o professor Charles Dodgson (Lewis Carroll), mas o porteiro do prédio da faculdade impediu a entrada da cachorrinha (Mitchell, 2004: 236). No mês anterior Cobbe havia ajudado Dodgson a publicar na *Fortnightly Review* um artigo de autoria deste sobre o tema da vivissecção² (Mitchell, 2004: 235), e quando o homem de letras soube, posteriormente, do episódio envolvendo

² O artigo intitulava-se *Some Popular Fallacies about Vivisection*. Sobre esse ensaio e o envolvimento de Dodgson/Carroll na controvérsia da vivissecção ver o capítulo 4.

a proibição do ingresso de Yama nas dependências da universidade, escreveu a Cobbe lamentando ter perdido a oportunidade de desfrutar desse encontro, e afirmando que, a despeito das normas restritivas da instituição, “se eu soubesse, teria feito você entrar (*I would have conveyed you*), com cachorro e tudo” (Mitchell, 2004: 236).

Em sua autobiografia Cobbe menciona um terceiro cão, de nome Dee. A respeito desse animal (mais uma vez uma fêmea Pomerânia!) é digno de nota o fato de ela, estando “velha e doente”, ter sido entregue aos cuidados do “bondoso Dr. Hoggan”. Embora esse importante amigo e aliado de Cobbe não fosse um veterinário, mas sim um médico, ainda assim seus esforços tiveram êxito, e ele “curou a pobre Dee de sua moléstia (*malady*)”, possibilitando que Cobbe e sua cachorrinha desfrutassem por mais cinco anos da companhia uma da outra (Cobbe, 1894b: 558). Ao morrer, Dee foi enterrada em Hengwrt, na mesma região do País de Gales onde Cobbe conhecera Darwin décadas antes. Foi à memória dessa cadela que Cobbe dedicou *The Friend of Man and his Friends, the Poets* (Cobbe, 1890), obra na qual discorre sobre a presença dos cães na poesia e mitologia dos mais diversos países e culturas.

3.1.3. O Cão nos discursos de Cobbe, Darwin e Romanes

Os cães não preencheram apenas a vida pessoal e afetiva de Darwin e de Cobbe; eles também povoaram as páginas das obras desses dois pensadores fecundos. As observações diretas que Darwin e Cobbe faziam dos animais com os quais conviviam, somadas àquelas que encontravam em vários tipos de fontes escritas, e que lhes eram confiadas oralmente por todo tipo de interlocutores, ajudavam a compor o conjunto da obra desses dois autores. Os relatos sobre cães que arriscavam suas vidas pelos donos, que manifestavam ora sua sagacidade, ora sua divertida ingenuidade aos olhos de seus donos, informavam continuamente as narrativas e teses que o naturalista e a jornalista construíam não apenas sobre a mente canina, mas também sobre a mente animal de uma forma geral, e suas similaridades e diferenças em relação à mente humana. Nas próximas seções acompanharemos o cão de Darwin e o cão de Cobbe em suas complexas faculdades mentais, seus comportamentos elaborados e suas ricas interações com a espécie humana. Dessa forma, poderemos entender melhor como esse animal figurava nas narrativas darwiniana e cobbeana sobre a mente animal e as consequentes implicações éticas dos atributos caninos na controvérsia da vivissecção na Inglaterra vitoriana. Podemos começar essa empreitada investigando a forma como cada um

desses dois autores desenvolveu sua abordagem de exploração da mente animal em geral, no caso de Darwin, ou da mente canina, em particular, no caso de Cobbe.

3.1.3.1. A mente e o comportamento animal na obra de Darwin

Em um estudo sobre a importância do comportamento animal na obra de Darwin, Richard Burkhardt Jr. (1985: 330) criticou a ideia então vigente de que o pensamento darwiniano a respeito da evolução do comportamento nada mais seria que uma extensão das ideias evolucionárias gerais de Darwin aos fenômenos mentais e comportamentais. Burkhardt afirma que “Darwin não se ateu a aplicar sua teoria evolutiva, uma vez construída, ao comportamento. Ao contrário, em diversos estágios do desenvolvimento de seu pensamento, a atenção de Darwin aos fenômenos comportamentais foi de considerável importância para seu aprofundamento dos meios pelos quais a evolução orgânica se dá”. Dessa forma, insiste esse autor, a compreensão dele [Darwin] do comportamento tanto refletiu sua compreensão do processo evolutivo quanto influenciou diretamente as formulações teóricas de Darwin a respeito desse mesmo processo (Burkhardt, 1985: 330). Posição semelhante à de Burkhardt foi defendida por Robert Richards (1989) em *Darwin and The Emergence of Evolutionary Theories of Mind and Behavior*, cuja primeira edição foi publicada em 1987. Nessa ampla revisão sobre o papel das teorias da mente e comportamento no programa de pesquisa darwinista, também questiona a visão tradicional estabelecida pela maioria dos estudiosos do darwinismo, e afirma que um historiador “adquire uma perspectiva muito diferente do movimento intelectual [do darwinismo]” caso se volte para “os conjuntos de problemas e soluções apresentadas que formaram a matriz das teorias evolutivas sobre mente e comportamento então emergentes” (Richards, 1989: 6). No âmbito desse novo quadro, explica Richards, os organismos figuram não como meros produtos passivos de suas histórias e ambientes imediatos, mas sim tendo um papel ativo em sua própria transformação. Em outras palavras, afirma que tais autores propunham “em variadas formas, que o comportamento e a mente dirigiam o processo evolutivo” (Richards, 1989: 6). Nessa chave de compreensão, em primeiro lugar devemos ter em mente que, apesar da grande importância que Darwin atribuía à seleção natural como mecanismo evolutivo, esse autor admitia a existência de outros mecanismos responsáveis pelas transformações das espécies no tempo geológico. Um deles era a própria herança de caracteres adquiridos, que no caso específico dos comportamentos,

Darwin chamava de ‘hábitos herdados’ – que em não poucos casos era como Darwin explicava os instintos:

No doubt it is often difficult to distinguish between the power of reason and that of instinct. For instance, Dr. Hayes, in his work on 'The Open Polar Sea,' repeatedly remarks that his dogs, instead of continuing to draw the sledges in a compact body, diverged and separated when they came to thin ice, so that their weight might be more evenly distributed. This was often the first warning which the travellers received that the ice was becoming thin and dangerous. Now, did the dogs act thus from the experience of each individual, or from the example of the older and wiser dogs, *or from an inherited habit, that is from instinct?* This instinct may possibly have arisen since the time, long ago, when dogs were first employed by the natives in drawing their sledges; or the Arctic wolves, the parent-stock of the Esquimaux dog, may have acquired an instinct, impelling them not to attack their prey in a close pack, when on thin ice. (Darwin, 1874: 75; grifos meus).

Na passagem acima do *Descent* em que Darwin discute a possível origem da cautela aparentemente inata de certos cães quando se deparam com gelo fino, podemos ver que o autor chega, mesmo, a tratar “hábito herdado” e “instinto” como sinônimos. Nessa tentativa de explicação da origem de um instinto, um evento comportamental experienciado por antepassados dos cães atuais se torna patrimônio biológico hereditário de todas as gerações posteriores, em moldes similares aos empregados por Lamarck em sua célebre teoria.

Outro mecanismo que compunha o arsenal explicativo de Darwin para a transformação das espécies se relacionava a uma outra teoria evolutiva original de Darwin que é muito menos conhecida do público leigo que a da seleção natural. Refiro-me à teoria da seleção sexual. Nessa concepção darwiniana, o comportamento exibido pelas fêmeas de diversos grupos animais para a escolha de seus parceiros, e também o comportamento adotado pelos machos para impressionar as fêmeas, constituem o elemento central e decisivo pelo qual a espécie acaba sofrendo transformações físicas que originam os chamados ‘caracteres sexuais secundários’. Essas estruturas - como é o caso da cauda exuberante dos pavões machos, das plumagens coloridas de várias aves, das galhadas dos cervídeos, e de inúmeras outras estruturas existentes no reino animal - parecem violar o princípio da seleção natural, pois elas não são imediatamente apreendidas pela nossa mente como úteis à sobrevivência dos indivíduos (Cronin, 1995; Waizbort, 2009); pelo contrário, em muitos casos diminuem as chances de sobrevivência individual dos mesmos, não apenas por representarem um grande custo energético, como também por tornarem esses animais mais conspícuos aos olhos de predadores potenciais ou dificultarem seus movimentos. O motivo pelo qual tais estruturas, à primeira vista evolutivamente desvantajosas, teriam sido selecionadas é que

as mesmas aumentavam o poder dos machos, seus portadores, atraírem fêmeas da própria espécie; essa magnificação do poder de atração implicava na geração de prole mais numerosa e consequente êxito diferencial em termos da quantidade de descendentes assim gerados. A importância da teoria da seleção sexual em relação ao tema que estamos focando é que, por ter como condição *sine qua non* para sua funcionalidade a escolha feita pelas fêmeas, esse mecanismo evolutivo, segundo Darwin, não poderia operar em todos os grupos taxonômicos de animais, mas apenas naqueles dotados de faculdades mentais suficientemente sofisticadas para abarcar fenômenos como o sentimento de rivalidade – envolvido nos combates entre machos - e a apreciação da beleza, presente no processo de escolha pela fêmea (Burkhardt, 1985: 355); em outras palavras, “a seleção sexual implica a posse de poderes perceptivos consideráveis e paixões fortes” (Darwin, 1874: 301).

Quer no caso dos hábitos herdados, quer no da seleção sexual, no pensamento de Darwin com frequência o hábito precedia a estrutura, gerando variações sobre as quais a seleção natural podia, então, atuar (Burkhardt, 1985: 342). Em todos ou quase todos esses processos, a mente animal participa ativamente de sua própria reconstrução, por assim dizer. Além disso, Darwin considerava que a seleção sexual teria sido um mecanismo importante em uma ampla gama de grupos animais, incluindo a espécie humana; nessa última a seleção sexual seria o principal mecanismo responsável pelas diferenças entre as diversas raças (Darwin, 1874: 166-206).

De acordo com o propósito de compreensão da teoria da mente em Charles Darwin³, podemos iniciar essa investigação com uma breve panorâmica das concepções de Darwin sobre a mente animal e humana e dos blocos constitutivos da teoria darwiniana da mente. Robert Richards (1989: 8) sustenta que são três os atributos mentais mais importantes na construção do pensamento darwiniano a respeito da mente e do comportamento inseridos no processo evolutivo: os instintos, a razão (incluindo

³ Conforme explicado em minha dissertação de mestrado (Carvalho, 2005: 41) a escolha da preposição aqui tem importância crucial. Não considero correto falar de uma teoria da mente *de* Charles Darwin, uma vez que Darwin nunca realmente sistematizou uma teoria da mente como tal. Todas as suas teorizações sobre a mente animal e humana podem ser consideradas ramos de sua abrangente teoria evolutiva, pois sua argumentação a respeito de quaisquer aspectos mentais tem sempre como ponto de partida e/ou alvo final a questão da evolução. Por esse motivo considero mais apropriado falar em uma teoria da mente *em* Darwin, que também chamarei de ‘teoria darwiniana da mente’. Com essas expressões quero designar aquela teoria sobre a mente que se pode depreender do todo da obra de Darwin - e, mais especificamente para delimitação de meus estudos, do *Descent* e do *Expression*. Isso não equivale, em absoluto, a dizer que o comportamento e a mente eram questões secundárias na obra de Darwin. Seguindo Richards (1989) e Burkhardt (1985), penso que a mente e o comportamento compuseram parte integrante e significativa da própria construção da teoria evolutiva de Darwin.

inteligência) e a moral. Esse autor justifica sua escolha, afirmando que: 1) esses tópicos desempenhavam papéis dominantes nas teorias evolutivas gerais dos cientistas estudados; 2) tais temas eram conceitual e logicamente articulados uns com os outros pelos teóricos; 3) esses três tópicos permitem uma análise histórica capaz de conectar de forma mais direta o trabalho científico de um indivíduo – no caso, Darwin - com as características mais abrangentes de seu ambiente intelectual - filosóficas, religiosas, sociais e psicológicas.

Os instintos eram vistos como “paradigma de comportamento evoluído”, e tinham grande importância teórica como elo evolutivo que unia as mentes dos animais inferiores à humana, e também como características mentais originadas pela seleção natural ou em decorrência de hábitos herdados. Além disso, os instintos reforçavam o repertório de evidências a favor da teoria da origem comum. Era o caso de instintos amplamente presentes num grupo taxonômico maior, como os mamíferos ou os primatas, por exemplo (Richards, 1989: 8). Mas os instintos são também importantes, em Darwin, pela sua articulação com outros atributos mentais, como a moral e a razão.

A razão era outro importante componente da teoria da mente em Darwin. Richards (1989: 109) ressalta que, diferindo de alguns autores do período, Darwin não via a posse de um cérebro sofisticado como requisito essencial para a presença de uma mente racional. Isso ficava claro na posição sustentada por Darwin, segundo a qual até os insetos eram dotados em algum grau de inteligência e razão. Quanto à noção da existência de uma gradação dos atributos mentais que parecia ir dos seres mais puramente instintivos aos mais predominantemente racionais em diferentes dosagens, Darwin estava, segundo Richards, em concordância com alguns naturalistas de seu tempo, tais como Edward Blyth, Henry Lord Brougham, William Kirby e William Spence, John Fleming e Algernon Wells. Richards (1989: 109) aponta a influência do pensamento de David Hume sobre Darwin na noção de que o intelecto racional representava uma modificação do instinto, e não o seu oposto. Dessa forma, como um desdobramento evolutivo dos instintos, a razão constituía o passo seguinte do desenvolvimento filogenético progressivo (Richards, 1989: 8).

O comportamento moral, finalmente, teria sido concebido por Darwin, Spencer e seus discípulos como uma espécie de instinto guiado pela razão (Richards, 1989: 8). A teoria moral de Darwin é de importância central em sua construção de uma teoria evolutiva capaz de abarcar a mente e o homem. A versão darwiniana da origem da mente humana era tema especialmente sujeito a disputas, e dentre os atributos dessa

mente humana, a questão da moralidade, por ser a mais diretamente implicada nas fronteiras da religiosidade, era sem dúvida a que mais violentamente acirrava as rusgas entre os diferentes atores envolvidos na discussão da possibilidade de uma articulação entre o natural e o humano. Assim sendo, na teia inescapável com a qual o evolucionismo darwiniano ia pouco a pouco envolvendo o animal humano, a moral, tão aguerridamente defendida pelos pensadores de viés religioso, constituiu durante muito tempo um dos fios mais perigosos. Era nesse tênue fio que se debatia mais vigorosamente a tão fustigada noção de singularidade humana. Estrategista habilidoso, Darwin percebeu a necessidade de edificar uma explicação naturalística convincente para a origem do senso moral. E elaborou uma teoria que foi passo a passo tornando-se sofisticada e robusta (Richards, 1989: 110)⁴, que explicava a origem do comportamento moral humano a partir da evolução dos instintos sociais dos animais – articulando, assim, o componente mental da moral com os do instinto e da razão (Richards, 1989: 8).

As emoções, a despeito da pouca importância a elas atribuída por Richards (1989) em seu estudo, seriam, em meu entendimento, o quarto e último dos componentes centrais da teoria darwiniana da mente. Um dos objetivos principais de minha dissertação de mestrado (Carvalho, 2005) foi justamente a defesa da inclusão das emoções animais como um dos elementos fundamentais da teoria da mente em Darwin, e em minha argumentação recorri ao cão de Darwin para fortalecer o *status* das emoções na teoria darwiniana da mente. Reencetar essa discussão aqui seria redundante e fugiria ao escopo do presente estudo, mas podemos considerar brevemente meus argumentos centrais em prol da importância das emoções como um dos blocos fundamentais com os quais Darwin erigiu uma teoria evolutiva da mente. Na investigação acima referida, procurei demonstrar que na obra de Darwin as emoções eram articuladas com os outros três atributos – instintos, razão e moral - com a mesma frequência e relevância com que cada um destes mesclava-se e interagia com os demais enquanto faculdades mentais. Além da negligência de Richards em relação ao *status* das emoções na concepção darwiniana da mente animal, também contestei a tese de Michael Ghiselin (1984: 204) de que ao elaborar sua teoria das emoções Darwin “não tinha a intenção de defender que nossos sentimentos subjetivos, tais como aqueles que associamos à agressão, estão necessariamente presentes em outras espécies”, e que, em suma, nessa visão “as experiências subjetivas são totalmente irrelevantes para a teoria dele [Darwin], e podem

⁴ O tema da teoria de Darwin sobre as origens biológicas da moral será mais bem desenvolvido no último capítulo dessa tese.

ser tratadas como epifenômenos”. Acompanhando as emoções do cão de Darwin, creio ter demonstrado em meu estudo de dissertação que o animal darwiniano tem uma vida subjetiva rica e complexa, sendo as emoções atributos extremamente importantes da vida mental dos animais – sejam estes humanos ou não-humanos. Nessa chave o cão, objeto de análise eleito também em minha dissertação, se revela um animal eminentemente emocional. Embora a presente tese não tenha como foco central a análise das emoções animais na obra de Darwin, alguns tópicos que serão explorados no próximo capítulo – especialmente as faculdades mentais da memória, devoção, amor e simpatia – serão suficientes, creio eu, para demonstrar que as emoções do animal darwiniano assumiam uma grande importância nos debates éticos sobre a legitimação da vivisseção na Inglaterra vitoriana.

3.1.3.2. O cão nas estratégias argumentativas de Darwin sobre a mente animal

De que forma Darwin chegou a essas conclusões sobre a estrutura, funcionamento e evolução da mente animal e da mente humana? Que táticas discursivas ele adotou para fundamentar suas posições? Talvez as estratégias argumentativas darwinianas mais eficazes como evidências da continuidade evolutiva entre a mente animal e a mente humana sejam aquelas presentes no capítulo III do *Descent*, intitulado “Comparação dos poderes mentais do homem e dos animais inferiores” (*Comparison of The Mental Powers of Man and The Lower Animals*). O objetivo declarado de Darwin nesse capítulo é o de “demonstrar que não há qualquer diferença fundamental entre o homem e os mamíferos superiores em suas faculdades mentais⁵” (Darwin, 1874: 66). Para cumprir esse objetivo, Darwin enumera uma grande quantidade de faculdades mentais consideradas pelo senso comum e por diversos autores da época como exclusivas do homem. Em seguida, apresenta incontáveis contra-argumentos e evidências de que diversas espécies animais são possuidoras, em maior ou menor grau, da maior parte desse repertório de faculdades. Seu propósito é claro: desarmar as crenças e argumentos criacionistas dos defensores da singularidade mental humana. Darwin enfatiza que reconhece as imensas diferenças entre o homem e os outros animais, mas como tenaz defensor do que chama de ‘princípio de continuidade’ (resumido na frase atribuída a Lineu “a natureza não dá saltos”), insiste em afirmar que essa diferença não é uma diferença de essência ou tipo, mas meramente uma diferença

⁵ “My object in this chapter is to show that there is no fundamental difference between man and the higher mammals in their mental faculties”

de grau. Em seguida, Darwin faz um levantamento de aforismos usados por diversos adversários como argumentos em defesa da singularidade mental humana. E vai derrubando-os um a um com exemplos de animais que - pretende ter demonstrado - seriam dotados das faculdades mentais ou comportamentos sugeridos por esses aforismos. Nesses exemplos o cão aparece com frequência. Contestando a ideia de que somente os seres humanos seriam capazes de autoaperfeiçoamento, Darwin observa que, quando comparado ao lobo e outros ancestrais selvagens, o cão teria progredido em termos de afeição, confiabilidade, temperamento e inteligência geral (Darwin, 1874: 80). Quanto à alegação de que somente os humanos teriam poder de abstração, Darwin observa que quando um cão vê outro à distância, este outro é percebido no abstrato, visto que “toda sua atitude muda subitamente, caso o outro cão seja um amigo” (Darwin, 1874: 83). No que diz respeito à atribuição, a objetos inanimados, de vida animada por agentes espirituais, Darwin menciona seu cão (possivelmente Bob), que rosnava quando a brisa movia seu guarda-sol (Darwin, 1874: 95). Também a posse de linguagem - atribuída com frequência apenas aos humanos até mesmo hoje em dia - figura, no discurso darwiniano, como presente nos animais:

It is a more remarkable fact that the dog, since being domesticated, has learnt to bark in at least four or five distinct tones. Although barking is a new art, no doubt the wild parent-species of the dog expressed their feelings by cries of various kinds. With the domesticated dog we have the bark of eagerness, as in the chase; that of anger, as well as growling; the yelp or howl of despair, as when shut up; the baying at night; the bark of joy, as when starting on a walk with his master; and the very distinct one of demand or supplication, as when wishing for a door or window to be opened (Darwin, 1874: 84-85)

Essa capacidade de expressar as emoções prazerosas e aflitivas que Darwin atribui aos cães, dentre vários outros animais, é especialmente significativa no que tange à controvérsia sobre a vivissecção, pois as expressões de sofrimento emocional dos cães na mesa de vivissecção foram um componente importante da retórica antivivissecionista, conforme veremos na discussão do ‘grito animal’ no capítulo 5.

A expressão das emoções animais era tão importante para Darwin, que foi tema de uma obra específica, o *Expression* (Darwin, 1872). Na Introdução do *Expression* Darwin, entre elogios e críticas, anuncia seus interlocutores, que são, dentre outros, Alexander Bain, Pierre Gratiolet, Guillaume Duchenne e, principalmente, Sir Charles Bell, cuja obra *Anatomy and Philosophy of Expression* teve sua primeira edição publicada em 1806, e a segunda em 1844. Chamando a atenção do leitor para o fato de que a obra de Bell tinha como propósito estabelecer a maior distinção e distância

possíveis entre o homem e os “animais inferiores”, Darwin proclama um objetivo oposto: demonstrar a relação de ancestralidade comum entre o homem e os demais animais a partir do estudo das expressões emocionais (Darwin, 1872: 20).

Ainda no capítulo introdutório do *Expression*, Darwin explicita sua metodologia de trabalho. Seis são os tipos de fontes de observações direta ou de imagens aos quais declara ter recorrido para estudar as expressões emocionais: 1) bebês; 2) loucos; 3) as fotos de expressões obtidos por galvanização de músculos faciais de um homem idoso, fornecidas pelo já mencionado Dr. Duchenne; 4) retratos pintados e esculturas feitas por artistas renomados; 5) observação comparativa de expressões emocionais em membros de diferentes raças humanas; e, finalmente, 6) expressões de animais. Quanto a essa última fonte de informação, Darwin ressalta sua especial importância, por considerar que a observação das expressões animais proporciona “a mais segura base para generalizações a respeito das causas, ou origem, dos vários movimentos de expressão”. Isso porque, defende ele, ao observar os animais não é provável que sejamos vítimas de uma “tendenciosidade em nossa imaginação; e podemos nos sentir seguros de que suas expressões não são produtos de convenções” (Darwin, 1872: 18).

Assim como no *Descent*, também no *Expression* os cães são presença constante. As ilustrações do *Expression* totalizam quatro pranchas fotográficas de expressões faciais humanas mais vinte e uma figuras de humanos ou animais em diferentes atitudes. Dessas figuras, sete são de seres humanos, sete de cães e sete de gatos, macacos e outros animais somados; ou seja, um terço das ilustrações dessa obra é representado por cães (ver fig. 3), animais cuja gama de comportamentos de expressão emocional é também explorada em narrativas detalhadas.

3.1.3.3. Cobbe e a investigação da mente canina

Embora os cães sejam presença de destaque em obras de Darwin nas quais este realiza incursões na temática da mente animal (Darwin, 1868a; 1868b; 1871; 1872; 1874), esse autor não dedicou artigos ou livros inteiros especificamente à análise do comportamento canino⁶. O mesmo não pode ser dito de Cobbe; de todos os animais que essa autora menciona ou contempla de alguma forma em seus escritos – sapos, coelhos,

⁶ O único trabalho que encontrei na obra de Darwin com os cães como tema de título foi um artigo intitulado *On the Modification of a Race of Syrian Street-Dogs by Means of Sexual Selection. With a Preliminary Notice by CHARLES DARWIN, F.R.S., F.Z.S.* (DARWIN, 1882). Entretanto, como o extenso título demonstra, esse texto é da autoria do Dr. Van Dyck, apenas as notas preliminares tendo sido escritas por Darwin.

gatos, cavalos, aves - o cão figura sem dúvida alguma como o grande protagonista. Entre artigos e livros, pelo menos cinco trabalhos de Cobbe são exclusivamente devotados à análise científica, ao debate ético ou a incursões literárias pelo universo da vida canina. *The Confessions of a Lost Dog* (Cobbe, 1867) é uma obra ficcional na qual Hajjin narra na primeira pessoa suas aventuras e desventuras. Em *Dogs Whom I have met*, Cobbe (1876c [1872]) tece o perfil de personalidade de alguns cães que conheceu pessoalmente, e a partir desses relatos anedóticos faz inferências sobre o comportamento canino, com destaque para a variabilidade individual dos cães em termos de subjetividade. *Mad Dog* (Cobbe, 1889c) é um libelo contra a teoria da raiva e a opressão e vitimação dos cães pelo Estado britânico em decorrência das políticas públicas adotadas para a contenção dessa epidemia, que ainda era, então, alvo de muita polêmica científica. O livro *The Friend of Man and his Friends, the Poets* (Cobbe, 1890) é um longo ensaio sobre a presença dos cães na literatura e mitologia dos mais diversos povos, nas mais variadas épocas. Entretanto, a despeito da importância dos trabalhos acima no conjunto da obra de Cobbe, o texto que tem melhores condições de nos informar sobre a concepção cobbeana a respeito da mente canina é *The Consciousness of Dogs* (Cobbe, 1876b [1872]) - ou, simplesmente, *Consciousness* - um artigo especificamente voltado, como o próprio título sugere, para a análise da estrutura e funcionamento mental dos cães. Esse ensaio servirá como base na presente seção.

De todos os textos de Cobbe aos quais tive acesso posso afirmar com segurança que o é *Consciousness* aquele em que essa pensadora mais se empenhou em oferecer uma argumentação científica. Se creditarmos a Darwin a competência necessária para avaliar esse trabalho, podemos dizer que Cobbe foi bem sucedida em seus esforços:

My dear Miss Cobbe, I have been greatly interested by your article in the Quarterly. *It seems to me the best analysis of the mind of an animal which I have ever read, & I agree with you on most points.* I have been particularly glad to read what you say about the reasoning power of dogs & about that rather vague matter, their self-consciousness. I dare say however that you would prefer criticisms to admiration. I regret that you quote Jesse so often; I made enquiries about one case (which quite broke down) from a man who certainly ought to have known Mr Jesse well, & I was cautioned that he had not written in a scientific spirit. I regret also that you quote old writers; it may be very illiberal but their statements go for nothing with me, & I suspect with many others. It passes my powers of belief that dogs ever commit suicide; assuming the statements to be true, I should think it more probable that they were distraught & did not know what they were doing; nor am I able to credit about fetishes (DCP, carta 8652, de 28/11/1872; grifos meus)⁷.

⁷ Cortesia do Dr. Paul White, do Darwin Correspondence Project.

A despeito das críticas pontuais à escolha dos autores e à ideia de que os cães talvez fossem capazes de cometer suicídio, esse primeiro parágrafo da carta de Darwin a Cobbe, datada de 28 de janeiro de 1872 (o mesmo ano em que foram publicados tanto o *Expression* quanto o artigo acima mencionado) parece deixar claro que Darwin apreciou o texto da jornalista. Afinal, Darwin não se contentou em afirmar que “concordo com você na maioria dos pontos”; muito mais que isso, ele não teve pudor de dizer que o artigo que Cobbe lhe enviara parecia ser “a melhor análise da mente de um animal que eu jamais li”. Se considerarmos que essas palavras foram escritas por um aclamado naturalista, que travava contato frequente com os mais diversos textos científicos e tinha como interlocutores eminentes homens de ciência das mais diversas partes do mundo, e nos lembrarmos ainda que essa troca de correspondências deu-se na Inglaterra vitoriana, onde as mulheres nem sequer eram ainda consideradas emocional e intelectualmente capazes de escolher seus representantes políticos, não será difícil percebermos que Darwin respeitava Cobbe como pensadora e interlocutora. Para que tenhamos alguma possibilidade de compreender o que no texto de Cobbe terá impressionado Darwin, é preciso que exploremos esse texto.

Logo no início do *Consciousness*, Cobbe (1876b [1872]: 108) esclarece quais métodos empregará nesse ensaio para elaborar um esboço da psicologia canina. A autora anuncia que para tentar responder à pergunta “Como um cão pensa e sente?” ela contará com a ajuda de uma abundante literatura existente, somada a uma atitude de “atenção simpática” (no sentido de empatia) em relação aos cães. Cobbe considera essa tarefa viável, alegando que os seres humanos não teriam condições de reconstituir uma inteligência superior à deles, mas que no caso dos animais inferiores, “cuja natureza a nossa própria parece abranger e sobrepor (*overlap*) por todos os lados”, o esforço pode ser válido e frutífero (Cobbe, 1876b [1872]: 108)

O fato de se apoiar parcialmente na literatura existente não equivale para Cobbe a adotar uma atitude crédula em relação às obras literárias sobre cães, pois “nossa tarefa não é a de falar dos cães como se eles houvessem sofrido um processo de metempsicose, trazendo o pensamento e sentimento humanos em formas caninas, como o fazem os fabulistas e escritores modernos” (Cobbe, 1876b [1872]: 110). Para sermos capazes de compreender a mente de um cão, prossegue Cobbe, o mais importante é empregar “o uso científico da Imaginação, aquecido pela simpatia” em relação a esses animais. Dessa forma, distinguindo passo a passo tudo de notável que os cães são capazes de fazer do que a experiência nos mostra estar além dos poderes destes, é

possível “mapear uma circunferência de suas naturezas” (Cobbe, 1876b [1872]: 109). A ideia é que quando nos empenhamos de modo a percebermos como é a consciência de um cão através do recurso de “fantasiarmos sermos nós próprios circunscritos por suas limitações, não estamos lançando mão de um jogo fútil de imaginação, mas sim perseguindo o tema de nossa investigação através de um método quase tão exato quanto aquele usado pelos matemáticos que aplicam uma figura a outra” (Cobbe, 1876b [1872]: 109). É esse, em suma, o método que Cobbe propõe para a investigação da mente canina: o emprego da faculdade da simpatia associada a um exercício de fantasia no qual um ser humano deve se imaginar, dotado daquelas faculdades que ele naturalmente partilha com o cão, porém destituído aquelas faculdades exclusivas dos humanos⁸.

Para tecer o primeiro esboço da “Consciência” de um cão é preciso, segundo Cobbe (1876b [1872]: 111), recapitular as principais circunstâncias que determinam sua condição física em comparação com a nossa, e a partir daí seguir “para cima”, para o estudo de suas características emocionais e mentais. Essa empreitada deve, mesmo, constituir um compromisso da ciência moderna:

Modern Science is bound to show, both what the beast is in his *for intérieur*, and how he at present falls short of man; - even if Mr. Darwin may hold out hopes that a million years to come the dog's posterity may develop (sic) into a race of saints and sages, of a loftier type than those whom we have known descend from the far less amiable and heroic Simian stock! (Cobbe, 1876b [1872]: 110; grifos meus).

Na passagem acima não fica claro o quanto Cobbe está sendo puramente irônica e o quanto ela expressa uma ambivalência em relação ao darwinismo. Nos próximos capítulos teremos oportunidade de ver que Cobbe aceitava a tese darwiniana da origem comum entre todos os seres vivos, tese esta que foi capitalizada em seu discurso antivivisseccionista. Seja como for, tudo indica que já se manifestam nas palavras de Cobbe, no trecho acima, as primeiras críticas ao sistema conceitual darwinista. Essas críticas implícitas provavelmente dizem respeito à teoria naturalista da origem da moralidade humana que Darwin havia publicado no ano anterior, na primeira edição do *Descent* (Darwin, 1871), teoria esta que foi duramente criticada por Cobbe em um artigo intitulado *Darwinism in Morals* (Cobbe, 1872a), publicado em abril de 1872 – logo, apenas seis meses antes do *Consciousness*. A despeito disso, cabe ressaltarmos,

⁸ Cobbe (1876b [1872]: 110) descarta, porém, a ideia de deduzir a mente canina a partir da mente de um humano em sua infância; não há paralelo válido em que basear tal proposta, ela afirma categoricamente.

quanto a essa passagem, a proposta de Cobbe de que a ciência moderna se embrenhe no mundo interno da mente animal, mais especificamente, na vida interior dos cães.

A delimitação metodológica de Cobbe não para aí. Ela especifica que tipo de cão deve servir de modelo a essa investigação: “um animal de tamanho e idade medianos de uma das raças mais inteligentes pessoalmente vinculada a um dono”: um *retriever*, um *collie*, um *terrier*, Pomerânia, *spaniel* ou *poodle*, uma vez que nessas raças as características escolhidas por Cobbe seriam mais proeminentes (Cobbe, 1876b [1872]: 111). Também a idade do animal deve ser levada em conta; os cães demasiado jovens devem ser excluídos, uma vez que tais animais estão para o cão “adulto benevolente e austero” (*serious-minded*) assim como um garoto de idade escolar intratável e insensível (*unmanageable and unfeeling*) está para um homem maduro (Cobbe, 1876b [1872]: 112). Em suma, o animal adequado ao estudo proposto por Cobbe da psicologia canina deve reunir as seguintes características: tamanho mediano; idade mediana; raça inteligente, além de pertencer a um dono afetuoso, que não tenda a promover uma distorção em sua personalidade (Cobbe, 1876b [1872]: 113). É a partir do exame desse cão modelo que Cobbe desfia o novelo da complexa psique canina, à qual, assim como Darwin, atribui um sem-número de faculdades mentais. Antes, porém, de aprofundarmos nossa incursão na mente canina segundo Darwin e Cobbe, considero proveitoso incluímos nesse debate outro darwinista: George Romanes.

3.1.3.4. A mente animal e o cão de Romanes

Se em Darwin as formulações teóricas relativas à mente animal e humana estavam basicamente atreladas a um projeto maior, de fortalecimento e fundamentação de sua teoria evolutiva, podemos dizer que esse objeto de estudo foi bastante aprofundado na obra de George Romanes, um de seus mais importantes aliados no programa de pesquisa darwinista, o discípulo dileto de quem Darwin era ao mesmo tempo “mentor, herói, modelo e figura paterna substituta” (Richards, 1989: 336). A análise evolutiva da mente animal constituiu, especialmente na década 1880, um dos eixos centrais das preocupações teóricas de Romanes (Richards, 1989: 346), e Darwin o reconhecia como autoridade nesse assunto, tanto que acabou por repassar a este várias anotações suas sobre esse tema para que o mesmo pudesse aprofundá-las. Na condição tanto do darwinista mais empenhado na investigação sistemática da mente animal, como também de importante aliado dos fisiologistas na legitimação da vivisecção, a figura e as ideias de George Romanes merecem um momento de nossa atenção.

Segundo Richards (1989: 346), Romanes tinha um projeto de produzir uma série de livros visando a estabelecer “os princípios envolvidos na gênese da mente”, e conseguiu concluir e publicar três volumes dessa série, a saber: *Animal Intelligence* (Romanes, 1881), *Mental Evolution in Animals* (1883) e *Mental Evolution in Man* (1888). Nessas obras Romanes procurou aprofundar uma questão levantada por Darwin no *Descent*: se a mente humana poderia ser explicada como tendo evoluído a partir da mente animal (Richards, 1989: 347). Dessas três obras de Romanes, darei atenção especial à primeira (Romanes, 1881), pois cada um de seus dezessete capítulos (com exceção do primeiro, introdutório) é dedicado à análise da inteligência de algum tipo de animal. Seguindo, *grosso modo*, uma progressão filogenética, há capítulos sobre as faculdades mentais de moluscos; formigas; abelhas e vespas; cupins; aranhas e escorpiões; demais artrópodes (*Articulata*); peixes; batráquios e répteis; aves; mamíferos variados; roedores; o elefante; o gato; raposas, lobos, chacais, etc.; o cão; macacos, antropoides (*apes*) e babuínos. Nessa estruturação do conteúdo já se podem perceber algumas peculiaridades significativas. Uma delas é que os primatas foram posicionados no último capítulo, fato que reflete a ênfase em um parentesco mais próximo desses animais com a espécie humana. Outro ponto interessante é que o capítulo sobre o cão vem logo em seguida àquele dedicado às “raposas, lobos, chacais, etc.”, i.e., aos seus parentes selvagens. Assim como em Darwin e Cobbe, manifesta-se aqui o binômio antitético selvagem/primitivo *versus* domado/civilizado, sendo esse último sempre considerado em uma posição evolutivamente superior ao primeiro.

Outra peculiaridade relativa à distribuição dos capítulos do *Animal Intelligence* é que logo antes dos primatas, no penúltimo capítulo, encontra-se o cão. Embora do ponto de vista filogenético já então vigente não houvesse quaisquer motivos para posicionar os cães mais próximos aos primatas que outros mamíferos, como os elefantes ou roedores, essa opção é curiosa. Obviamente não pode ter havido qualquer intenção ou motivação desse autor em insinuar um parentesco biológico mais próximo; é provável, no entanto, que a aparição do cão tenha sido reservada ao final porque, a despeito de sua filiação ao evolucionismo darwinista, Romanes – assim como Darwin – também comungava da percepção geral dos vitorianos do cão como um animal especial. Um indicativo adicional repousa no fato de que dos dezesseis capítulos acima enumerados sobre os diferentes tipos de animais, somente dois são dedicados a uma única espécie: o

capítulo XIV, sobre os gatos, e o XVI, sobre os cães⁹. É bastante provável que um dos motivos para isso seja que havia então uma disponibilidade muito maior de convivência com – e, conseqüentemente, de informações sobre – gatos e cães do que sobre elefantes ou girafas, mas a opção de destinar um capítulo em separado para cada um desses dois animais deve ter pelo menos como parte de sua causa o *status* de prestígio dos gatos e cães no imaginário e na vida diária dos gentis-homens da Inglaterra vitoriana. Mas deixemos que o próprio Romanes exponha sua visão da mente canina no parágrafo de abertura do capítulo dedicado ao cão:

The intelligence of the dog is of special, and indeed of unique interest from an evolutionary point of view, in that from time out of record this animal has been domesticated on account of the high level of its natural intelligence; and by persistent contact with man, coupled with training and breeding, its natural intelligence has been greatly changed (Romanes, 1881: 437).

As primeiras linhas já condensam, em poucas palavras, a alegada importância sem par desse animal do ponto de vista evolutivo, sua inteligência natural e as influências [positivas] exercidas sobre a mente do cão por sua longa história de proximidade com o homem. Como resultado disso

we see, not only a general modification in the way of dependent companionship and docility, so unlike the fierce and self-reliant disposition of all wild species of the genus; but also a number of special modifications, peculiar to certain breeds, which all have obvious reference to the requirements of man. *The whole psychological character of the dog may therefore be said to have been moulded by human agency with reference to human requirements*, so that now it is not more true that man has in a sense created the structure of the bull-dog and greyhound, than that he has implanted the instincts of the watch-dog and pointer. The definite proof which we thus have afforded of the transforming and creating influence exerted upon the mental character and instincts of species by long and persistent training, coupled with artificial selection, furnishes the strongest possible corroboration of the theory which assigns psychological development in general to the joint operation of individual experience coupled with natural selection. *For thousands of years man has here been virtually, though unconsciously, performing what evolutionists may regard as a gigantic experiment upon the potency of individual experience accumulated by heredity; and now there stands before us this most wonderful monument of his labours—the culmination of his experiment in the transformed psychology of the dog* (Romanes, 1881: 437; grifos meus).

Penso que seria possível, sem medo de incorrer em exagero, nos referirmos a essas últimas linhas, grifadas, do parágrafo acima como sendo nada menos que apologéticas. Praticamente em uma só sentença o autor faz uma formidável exaltação de

⁹ Embora o capítulo XIII seja intitulado “O elefante”, na verdade esse nome designa duas espécies distintas, que nem sequer pertencem ao mesmo gênero: o elefante africano (*Loxodonta africana*) e o indiano (*Elephas maximus*); portanto, na verdade, duas espécies, de gêneros diferentes, são contempladas.

um animal especial, de uma relação que também considera especial – aquela existente entre os cães e os homens – e, por fim, faz também uma apologia da ciência, ao afirmar que essa relação entre cães e homens constitui “um gigantesco experimento” evolutivo, do qual a psicologia canina representa “a culminação”. Na verdade, Romanes considera tão complexa a mente dos cães, que acrescenta que “para fazer justiça à psicologia do cão um tratado em separado seria necessário. Aqui posso apenas traçar um esboço” (Romanes, 1881: 438). Vamos agora a esse esboço de Romanes, e a ele acrescentemos algumas das faculdades mentais atribuídas aos cães também por Darwin e Cobbe.

3.1.3.5. Alguns aspectos da mente canina em Romanes, Darwin e Cobbe

Inteligência - Em seu capítulo sobre os cães, Romanes (1881) discorre sobre os seguintes três tópicos: memória, emoções e inteligência geral. É a esse último aspecto, a inteligência, que o é dedicado o maior número de páginas. Sob esse termo tão abrangente, Romanes faz menção a atributos mentais e comportamentos tão variados como: a capacidade de comunicar ideias simples uns aos outros (p. 445) e suas ideias e desejos ao homem (p. 446); a capacidade de entender certas palavras humanas e agir de acordo com tais comandos (p. 448); o dom de antecipar expectativas de seu dono e agir em conformidade com as mesmas (p. 448); a “astúcia e sagacidade” de cães que enganavam seus donos fugindo da coleira à noite e sendo encontrados pela manhã com a coleira novamente ao pescoço (p. 450); a habilidade de usar moedas para efetuar compra (p. 452); “a faculdade de reconhecer retratos representando pessoas, ou possivelmente de tomar erroneamente retratos por pessoas” (p. 453); o atributo da “razão, em seu sentido mais estrito” (p. 457), como quando, com base em “inferência” um cão concluiu corretamente qual dentre três trilhas seu dono havia seguido; o senso de humor (p. 459); a capacidade de raciocínio do cão que, ao perseguir um rato, antecipa o destino dele e o embosca ali (p. 461); estratégias inteligentes adotadas por cães de trenó para se movimentarem sobre gelo fino (p. 462); a iniciativa de servir de sentinela ao bebê da dona no berço (p. 463); além de outros exemplos. Ao longo de sua narrativa, Romanes frequentemente expressa sua admiração pela inteligência canina, comentando esse ou aquele episódio com frases que desafiam os leitores mais incrédulos: “Se isso não for raciocínio, não sei o que pode sê-lo” (p. 463). “Se isso não era razão, não sei como é possível que se poderia chegar mais próximo do exercício dessa faculdade” (p. 461).

Também Darwin e Cobbe empregam o termo “inteligência” (*intelligence*) para aludirem aos cães (Cobbe, 1876b [1872]: 111; Darwin, 1874: 80, 85); entretanto, ambos servem-se mais de expressões como “razão”, ou “raciocínio”. Cobbe (1876b [1872]: 168) lista o raciocínio como um dos componentes da maquinaria mental canina. Darwin (1874: 75) apresenta como exemplos da posse dessa faculdade pelos cães as estratégias que os animais de trenó usam para marchar no gelo fino (como em Romanes) ou para encontrar água escavando um terreno, assim como as soluções deliberadas encontradas por um *retriever* para resgatar patos alvejados pelo seu dono.

Ainda relacionada ao tópico da inteligência, a associação de ideias também faz parte dos mecanismos básicos do funcionamento mental dos cães nos discursos de Darwin (1874: 75) e Cobbe (1876b [1872]: 156). Esses dois autores vão além, usando a expressão “consciência” (*consciousness*) para se referir à mente canina. Darwin (1874: 103) afirma concordar com Agassiz¹⁰ (um acirrado adversário teórico do evolucionismo darwinista) que os cães possuem algo semelhante a uma consciência. Cobbe foi a autora de *The Consciousness of Dogs* (Cobbe, 1876b [1872]), artigo elogiado por Darwin e cujo próprio título enfatiza esse atributo. Entretanto, enquanto Darwin (1874: 83) defendia a existência de algum grau de *autoconsciência* nos cães, Cobbe declara nesse mesmo artigo que, por não serem dotados de uma linguagem real, os cães não possuem autoconsciência (Cobbe, 1876b [1872]: 171).

Emoções – As emoções dos cães são o segundo tópico do capítulo XVI do livro de Romanes (1881), e dentre as emoções caninas enumeradas por esse autor incluem-se, entre outras: orgulho, senso de dignidade e autorrespeito (p. 439); ciúmes e rivalidade (p. 442); senso de justiça (p. 443); logro (p. 443); senso de humor (p. 445); o anseio por atenções afetuosas do dono (p. 441). A maioria desses atributos mentais caninos está igualmente presente nas narrativas de Darwin e Cobbe, como é o caso do ciúme. A escritora chega a declarar que um cão sente ciúmes tão “excruciantes” de outros cães em relação a seu dono, que na presença de um rival sua vida se torna um fardo (Cobbe, 1876b [1872]: 126). Quanto ao senso de humor, Darwin e Cobbe fazem asserções bastante semelhantes. Ambos enfatizam a variabilidade individual do humor nos cães, afirmando que, assim como acontece com os humanos, há cães bem-humorados e outros que são mal-humorados. Da mesma forma, os dois autores apresentam como evidência do humor canino as formas como esse animal se engaja nos mais variados jogos lúdicos

¹⁰ Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807–1873), paleontologista, glaciologista e geólogo suíço que era um adversário teórico de Darwin, cuja teoria evolutiva rejeitou até o fim de sua vida.

com seus donos (Cobbe, 1876b [1872]: 128; Darwin, 1874: 71). Também o orgulho seria uma emoção comum a cães e humanos, nos discursos de Darwin e Cobbe. É essa faculdade, segundo Darwin (1874: 71), que move o cão que carrega, pomposamente, a cesta para seu dono. Cobbe é ainda mais enfática, afirmando que essa emoção, presente em todos os cães, pode até mesmo ser sentida nas batidas do coração de um *greyhound* quando este recebe carícias e elogios (Cobbe, 1876b [1872]: 127).

Possivelmente a emoção atribuída aos cães que mais os aproximava das virtudes morais caras ao homem vitoriano terá sido a coragem. Cobbe (1876b [1872]: 127) declara que algumas raças de cães são “modelos de coragem”, e Darwin (1874: 103) valoriza a atitude do cão corajoso, um animal que é capaz de se atirar sobre qualquer pessoa que agrida ou ameace seu dono. Conforme vimos no capítulo anterior, a coragem era, na Inglaterra vitoriana, uma das mais aclamadas faculdades caninas. No próximo capítulo teremos a oportunidade de observar como essa qualidade ‘moral’ dos cães foi capitalizada pelos antivivissecionistas como forma de condenar o emprego desses animais como sujeitos experimentais pelos fisiologistas britânicos.

Outra emoção da mente canina, segundo Darwin e Cobbe, seria a alegria. No *Expression*, Darwin conta que possuiu um grande cão (Bob), que, como qualquer outro cão, sentia grande prazer em empreender passeios, e comenta a alegria que tomava conta desse animal quando percebia que Darwin estava prestes a sair com ele para uma caminhada (Darwin, 1872: 59). Cobbe, por sua vez, chama a atenção do leitor para a alegria que um cão experimenta quando do retorno de seu dono após um período de separação (Cobbe, 1876b [1872]: 124). Essa alegria também se expressa nos folguedos caninos. Cobbe (1876b [1872]:128) observa com que inteireza os cães se dedicam às brincadeiras que realizam com seus donos, empreendendo jogos de faz de conta e travessuras, e se deliciando com as cócegas que os donos lhes fazem. Darwin (1872: 47) também enfatiza esse aspecto do faz de conta, relatando como sua *terrier* (Polly) brinca com um pedaço de biscoito como se esse objeto fosse um animal vivo.

Não apenas sob emoções positivas e prazenteiras, todavia, vivem os cães de Darwin e Cobbe. Darwin (1874: 71) afirma não ter quaisquer dúvidas de que os cães são capazes de sentir vergonha, cuja expressão é fácil de diferenciar daquela do medo. Cobbe (1876b [1872]: 128) afirma que o cão exhibe “com ridícula simplicidade” essa reação emocional em situações nas quais tenha infligido “qualquer regra arbitrária a ele imposta”. Termos como ira (*rage*), ódio (*hatred*) e raiva (*anger*) são também empregados por ambos os autores para se referir a sentimentos que por vezes dominam

um cão. Nesse sentido, podemos destacar a declaração de Darwin (1874: 112, nota) de que alguns cães são capazes de odiar prolongadamente homens ou cães estranhos, como estes se fossem seus inimigos pessoais. Essa asserção se coaduna bem com a de Cobbe (1876b [1872]: 126), de que o cão é um animal suscetível ao “ódio do tipo mais amargo” (*hatred of the bitterest kind*). Além disso, os cães podem vivenciar sentimentos de melancolia. Cobbe (1876b [1872]: 142) assegura que os cães de pessoas melancólicas tendem a ser também melancólicos. Darwin (1874: 100) comenta o curioso fato de que um cão pode permanecer imóvel em silêncio aos pés do seu dono por horas, mas que irá latir ou uivar melancolicamente caso o dono abandone o recinto.

Essa melancolia expressa pelo cão ao ver seu dono ausentar-se está relacionada ao apego desse animal pelo homem, derivada de sua profunda afeição por este. Quanto a esse sentimento, tanto Darwin como Cobbe enfatizam o forte sentimento de afeição das cadelas por seus filhotes. Cobbe ressalta que esse afeto pelos filhotes adquire os contornos de uma “paixão heroica”, que faz com que a mãe prefira morrer de fome a abandonar sua prole (Cobbe, 1876b [1872]: 126). Mas a afeição mais notavelmente característica do cão é, para ambos os autores, aquela que o cão nutre pelo seu dono, e as narrativas de Darwin, Cobbe e Romanes associam essa afeição especial do cão pelo homem à memória desse animal. Explorando a faculdade da memória, Romanes (1881: 438) menciona um *setter* de sua propriedade que aprendera a - e nunca esquecera de - associar o som particular de uma coleira à “perspectiva de um passeio”. Entretanto, o principal exemplo da memória canina nessa obra de Romanes é um trecho extraído do *Descent*, no qual Darwin conta o episódio de seu reencontro com um velho cão que o teria reconhecido após uma separação prolongada entre ambos. Essa passagem será muito importante no desenvolvimento de argumentos mais especificamente relacionados ao capítulo 5, motivo pelo qual será neste capítulo que a mesma estará reproduzida na íntegra e analisada. O mesmo vale para as faculdades mentais de devoção, amor e a simpatia.

Na obra de Romanes aqui analisada, a discussão do tópico das emoções no capítulo totaliza um número de páginas inferior àquelas dedicadas ao tema da “inteligência geral”. Entretanto, as declarações desse autor a respeito das emoções caninas são mais categóricas e significativas que suas asserções a respeito da inteligência desse animal:

The emotional life of the dog is highly developed - more highly, indeed, than that of any other animal. His gregarious instincts, united with his high intelligence and constant companionship with man, give to this animal a psychological basis for the construction of emotional character, having a more massive as well as more complex consistency than that which is presented even in the case of the monkey, which, as we shall afterwards see, attains to a remarkably high level in this respect (Romanes, 1881: 438; grifos meus).

Observemos com atenção a primeira frase, aqui grifada. Nela Romanes sustenta que a vida emocional do cão é mais altamente desenvolvida do que a de qualquer outro animal, inclusive os primatas não-humanos (é de se supor, obviamente, que Romanes não esteja incluindo os seres humanos entre os animais nessa comparação). Dois anos mais tarde, em *Mental Evolution in Animals*, Romanes revisaria essa ideia de que os cães teriam uma psique mais massiva que a dos primatas (Ritvo, 2000: 849). Nessa obra Romanes estabelecia uma espécie de escala filogenética de desenvolvimento mental. Essa escala tinha cinquenta níveis, e começava com as plantas e os protozoários, aos quais esse autor já atribuía rudimentos de mente (Richards, 1989: 349). No nível 18 se situavam os vermes (*worms*) e larvas de insetos – que Romanes acreditava já serem capazes de experienciar as emoções da surpresa e do medo (Ritvo, 2000: 850). Os últimos estágios, do 29 ao 50, incluíam exclusivamente seres humanos, em diferentes graus de desenvolvimento mental. Era no nível 28, imediatamente antes dos humanos mais simples, que se encontravam os antropoides (*apes*) e os cães, em pé de igualdade quanto ao grau de evolução da mente. Os animais pertencentes ao nível 18 eram caracterizados por uma ‘moralidade indefinida’, associada à capacidade de experienciarem a vergonha, o remorso, o logro e o ridículo (Ritvo, 2000: 850). O fato de cães e antropoides estarem nivelados em termos de posição no *ranking* da evolução mental não significava, porém, que Romanes entendesse que suas psiques se assemelhavam em termos de capacidades e atributos. Ao contrário, cada um deles chegava a esse nível por caminhos bem diferentes. Enquanto os antropoides alcançavam esse *status* elevado no reino animal por meio do desenvolvimento das faculdades do intelecto, os cães se alçavam a essa posição devido às emoções altamente desenvolvidas das quais eram detentores (Ritvo, 2000: 850).

A passagem supracitada do livro de Romanes alude à antiga associação do homem com o cão como um fator que teria moldado a evolução desse animal, não apenas no plano físico, mas também na dimensão psicológica. Essa relação ancestral entre essas duas espécies teria como efeito a transformação do cão em um animal altamente emocional e, portanto, profundamente sensível:

I may point out *the remarkable change which has been produced in the domestic dog as compared with wild dogs, with reference to the enduring of pain*. A wolf or a fox will sustain the severest kinds of physical suffering without giving utterance to a sound, while a dog will scream when any one accidentally treads upon its toes. *This contrast is strikingly analogous to that which obtains between savage and civilised man: the North American Indian, and even the Hindoo, will endure without a moan an amount of physical pain—or at least bodily injury—which would produce vehement expressions of suffering from a European. And doubtless the explanation is in both cases the same—namely, that refinement of life engenders refinement of nervous organisation, which renders nervous lesions more intolerable* (Romanes, 1881: 441; grifos meus).

Como se percebe na passagem acima, o convívio prolongado, ao longo das eras evolutivas, entre cães e humanos teria retirado o cão de seu estado natural, selvagem, e o processo de domesticação teria alterado sua própria configuração nervosa. O saldo final desse grande experimento evolutivo seria uma criatura não apenas mais emotiva, como também mais sensível também no nível físico. Assim como um selvagem, na visão de Romanes, era capaz de suportar o sofrimento físico com uma resistência muito superior àquela apresentada por um homem europeu, também os lobos e as raposas seriam muito menos suscetíveis à dor causada por lesões corporais que um cão doméstico. Essa ideia de graus de sensibilidade diferenciados conforme não apenas a espécie em questão, mas também o estilo de vida, por assim dizer, de cada espécie ou raça animal ou humana, era uma constante no pensamento de Romanes, e também nos discursos de Darwin e de Cobbe. Os debates sobre a sensibilidade animal estavam diretamente ligados às noções de prazer e dor, conforme veremos a seguir.

3.2. PRAZERES, DORES E MENTES

3.2.1. Prazeres, dores e mentes em Huxley

Meu contato com as fontes revelou que entre os pensadores vitorianos a análise da mente e comportamento dos animais refletia com frequência o binômio prazer/dor – ou, por vezes, felicidade/sofrimento. Esse par antitético era comum nas discussões vitorianas como ainda o é hoje, e já estava presente nos “Diálogos sobre a Religião Natural”, de David Hume, publicado em 1779, onde o autor afirma que “os homens perseguem o prazer com tanta avidez quanto evitam a dor” (Hume, 2009 [1779]). Também em Thomas Huxley (1825-1895), um dos mais importantes colaboradores de Darwin e divulgadores do darwinismo, o prazer e a dor orientam as percepções sobre a mente animal:

How far down the scale of animal life the phenomena of consciousness are manifested, it is impossible to say. No one doubts their presence in his fellow-men; and, unless any strict Cartesians are left, no one doubts that mammals and birds are to be reckoned creatures that have feelings analogous to our smell, taste, sight, hearing, touch, *pleasure, and pain*. For my own part, I should be disposed to extend this analogical judgment a good deal further. (...) If fishes, insects, scorpions, and such animals as the pearly nautilus, possess feeling, then undoubtedly consciousness was present in the world as far back as the Silurian epoch. But, if the earliest animals were similar to our rhizopods and monads, *there must have been some time, between the much earlier epoch in which they constituted the whole animal population and the Silurian, in which feeling dawned*, in consequence of the organism having reached the stage of evolution on which it depends (Huxley, 1902 [1893]; grifos meus).

Ao sustentar que “a menos que tenha sobrado algum cartesiano estrito” é preciso reconhecer a presença nos mamíferos e aves dos fenômenos da consciência – dentre os quais a dor e o prazer - Huxley está enfatizando o aspecto revolucionário da explicação darwinista sobre a mente animal. Ao postular, em seguida, um momento na história evolutiva das formas orgânicas quando teria se dado o alvorecer do sentimento, o autor está deixando claro que esse atributo não está presente em todo o reino animal, mas tão somente naquelas formas que alcançaram “o grau de evolução do qual ele [o sentimento] depende”. Huxley prossegue relacionando consciência a senciência:

Consciousness has various forms, which may be manifested independently of one another. The feelings of light and colour, of sound, of touch, though so often associated with those of pleasure and pain, are, by nature, as entirely independent of them as is thinking. An animal devoid of the feelings of pleasure and of pain, may nevertheless exhibit all the effects of sensation and purposive action. Therefore, it would be a justifiable hypothesis that, *long after organic evolution had attained to consciousness, pleasure and pain were still absent*. Such a world would be without either happiness or misery; no act could be punished and none could be rewarded; and it could have no moral purpose (Huxley, 1902 [1893]; grifos meus).

Na passagem acima vemos emergirem o prazer e a dor como atributos essenciais da mente animal; é a capacidade de experimentar o prazer e a dor que eleva o *status* de um animal para além do de mera criatura sensorial. Mais que isso, como atributos fundadores da consciência, o prazer e a dor são as faculdades mentais responsáveis por inaugurar a felicidade e a infelicidade no mundo, sendo também os precursores da consciência moral.

3.2.2. Prazeres, dores e mentes em Darwin

Também em Darwin o binômio prazer/dor aparece com frequência nas discussões sobre a mente animal e humana. Em sua autobiografia o naturalista afirma

sua crença de que “todos os seres sencientes se formaram de modo a desfrutar, como regra geral, a felicidade”. Sustentando que “todos os órgãos corporais e mentais (exceto aqueles que não são nem vantajosos nem desvantajosos para seu portador) de todos os seres foram desenvolvidos através da seleção natural, juntamente com o uso e hábito”, Darwin defende que todos esses órgãos “se formaram de modo que seus possuidores possam competir com êxito com outros seres, e assim aumentar em número (Barlow, 1958: 88). Nessa trajetória da vida de cada indivíduo e da evolução de cada espécie o prazer e a dor têm um papel a desempenhar:

Now an animal may be led to pursue that course of action which is the most beneficial to the species by suffering, such as pain, hunger, thirst, and fear,- or by pleasure, as in eating and drinking and in the propagation of the species, &c. or by both means combined, as in the search for food. But pain or suffering of any kind, if long continued, causes depression and lessens the power of action; yet is well adapted to make a creature guard itself against any great or sudden evil. Pleasurable sensations, on the other hand, may be long continued without any depressing effect; on the contrary they stimulate the whole system to increased action. Hence it has come to pass that most or all sentient beings have been developed in such a manner through natural selection, that pleasurable sensations serve as their habitual guides. We see this in the pleasure from exertion, even occasionally from great exertion of the body or mind,—in the pleasure of our daily meals, and especially in the pleasure derived from sociability and from loving our families. The sum of such pleasures as these, which are habitual or frequently recurrent, give, as I can hardly doubt, to most sentient beings an excess of happiness over misery, although many occasionally suffer much (em Barlow, 1958: 89; grifos meus).

Nessa construção teórica tanto o prazer quanto a dor participam do “curso de ação que é mais benéfico para a espécie”. As experiências de desconforto e sofrimento físico (fome, sede) ou emocional (medo) impulsionam o animal a buscar no ambiente aquilo de que necessita ou se afastar daquilo que o ameaça. Entretanto, a dor prolongada se torna um mal, ao contrário do que acontece com as vivências de prazer. É por esse motivo que a seleção natural teria forjado em “todas as criaturas sencientes” a propensão de evitar a dor e buscar as sensações prazerosas, as quais “servem como guias” para animais e humanos.

No *Expression* Darwin faz algumas incursões sobre as expressões animais em reação à dor física. Em uma discussão sobre a “capacidade limitada do sistema nervoso”, ele comenta que existe nos animais em geral uma tendência à ação violenta quando sob sofrimento intenso, gerada pelo esforço instintivo de lutarem para escapar da causa desse sofrimento (Darwin, 1872: 72). Mais adiante, o naturalista observa (pág. 81) que “a dor, quando severa, logo induz à extrema depressão ou prostração”. A discussão de Darwin sobre o sofrimento animal não se reduz, porém, a explicações de

como os brutos reagem à dor física; tão ou mais importante é o sofrimento emocional. Sob o tópico “Sensações e emoções dolorosas” (*Painful emotions and sensations*), Darwin (1872: 135) cita como exemplos de emoções dolorosas a irritação (*vexation*), o ciúme (*jealousy*) e o pesar (*grief*), e acrescenta que esse último sentimento pode fazer com que algumas espécies de macacos chorem (*weep*). “A aparência de abatimento em orangotangos e chimpanzés quando não se encontram em bom estado de saúde é óbvia e quase tão comovente como no caso de nossas crianças”, observa Darwin (1872: 137).

Algumas páginas adiante, sob o tema “Sofrimento do corpo e da mente: o choro” (*Suffering of the body and mind: weeping*) Darwin afirma categoricamente que “nenhum sofrimento é maior que aquele derivado do medo extremo ou horror”. Explicando que “o sofrimento prolongado, especialmente o da mente, produz estados de espíritos negativos (*low spirits*), pesar (*grief*), abatimento (*dejection*) e desespero” (Darwin, 1872: 147), e abre o primeiro subtítulo do capítulo VII do *Expression* exatamente com essas emoções.

Também nas páginas do *Descent* podemos encontrar vários exemplos nos quais Darwin se refere ao sofrimento ou ao binômio prazer-dor, invariavelmente na discussão da continuidade mental entre animais e humanos ou do mecanismo evolutivo da seleção sexual. Discutindo as emoções animais, Darwin (1874: 69) declara ser fato conhecido que “os animais inferiores são excitados pelas mesmas emoções que nós”, pois “assim como o homem, sentem de forma manifesta prazer e dor, felicidade (*happiness*) e desolação (*misery*)”. Citando o comportamento de brincar dos animais jovens, inclusive os humanos, Darwin afirma que “até mesmo os insetos brincam juntos, fingindo morder uns aos outros”. Discutindo a capacidade de aprender novos comportamentos a partir de experiências prévias, Darwin declara que entre várias espécies de macacos é comum acontecer de uma impressão dolorosa ou meramente desagradável decorrente de uma ação realizada pode por vezes ser suficiente para impedir que o animal a repita (Darwin, 1874: 76). Na parte do *Descent* em que apresenta sua teoria da seleção sexual, Darwin discute amplamente a evolução da musicalidade no reino animal, e retorna aos primatas, sustentando que “até mesmo os macacos expressam sentimentos fortes em tons diferentes – a raiva e a impaciência em notas baixas, o medo e a dor em notas altas” (Darwin, 1874: 572).

O par antitético dor-prazer é muito importante na construção do discurso darwiniano. Darwin (1874: 83) levanta a possibilidade de que um velho cão, ao sonhar, talvez evoque imagens de “lembranças dos prazeres e dores nas caçadas do passado”.

Na discussão da evolução dos instintos sociais, Darwin (1874: 105) defende que, assim como todos os animais foram selecionados para sofrerem quando privados de alimento e sentirem prazer quando saciam sua fome, haveria nos animais sociais uma propensão equivalente, que os moveria a buscar as interações sociais que favorecem sua sobrevivência por vivenciarem certas sensações como prazerosas quando na companhia uns dos outros. “Todos já notaram”, comenta Darwin (1874: 100), “o quanto os cavalos, cães, ovelhas, etc. ficam desolados quando separado de seus companheiros, e que forte afeição mútua os dois manifestam quando finalmente se reencontram”. Esse sentimento que une tais animais pode ser chamado de amor, pois Darwin (1874: 100) declara textualmente que “é certo que os animais que se associam têm um sentimento de amor uns pelos outros”. Da evolução natural desses instintos sociais teria surgido a faculdade da simpatia, e embora o evolucionista manifeste dúvidas sobre a capacidade dos animais reconhecerem empaticamente as sensações de prazer de outros indivíduos, Darwin (1874: 102) declara ter certeza que muitos animais certamente manifestam empatia por um semelhante quando este se encontra sob estresse ou em perigo.

3.2.3. Prazeres, dores e mentes em Cobbe

A polaridade prazer/dor já está presente no pensamento cobbeano a respeito da mente animal e das relações entre animais e humanos desde *The Rights* (Cobbe, 1866 [1863]). Discutindo as “obrigações naturais dos humanos para com os “brutos”, Cobbe defende como uma diferença fundamental entre animais e humanos o fato desses últimos se constituírem em “seres racionais e morais”, motivo pelo qual o fim último da existência humana é a conquista e prática da virtude (Cobbe, 1866 [1863]: 222). Os animais, por sua vez, destituídos por completo de discernimento moral, seriam seres eminentemente sencientes, motivo pelo qual o fim último de suas vidas seria a possibilidade de desfrutar uma existência com o máximo de prazer e livre de dor (*ibid.*: 223). Seria justamente essa diferença, hierarquizada, entre seres morais e seres meramente sencientes que elevaria os interesses dos humanos à categoria de “direitos” (*rights*), enquanto que os interesses dos animais seriam apenas “demandas” (*claims*).

Inasmuch as virtue immeasurably transcends happiness, so must moral interests transcend sentient interests; and the being who is both moral and sentient, demands that his moral interests be primarily consulted, and his sentient interests secondarily ; and the being who is only sentient and not moral is placed altogether subordinately, and can only claim that his interests be regarded after those of the moral being have been fulfilled (Cobbe, 1866 [1863]: 223).

Dito de outra forma, os direitos humanos seriam superiores, no entendimento de Cobbe conforme expresso nesse artigo, às demandas dos animais, e somente tendo sido garantidos os primeiros é que os segundos deveriam ser levados em consideração. Isso não significava, porém, que na visão cobbeana os interesses dos animais não deveriam ser levados em conta. Ao contrário, seria justamente em decorrência de sua condição única de agentes morais que os seres humanos deveriam estar atentos ao que é e ao que não é correto em sua forma de tratar os brutos. O critério genérico que a autora apresenta para a demarcação dos limites dos direitos dos humanos a explorarem os animais seria o da importância dos motivos para tal exploração. Quando aquilo que um humano pretende é de importância “trivial”, enquanto aquilo de que o animal precisa é “urgente e vital” para este, é a demanda do animal que deve ter precedência (Cobbe, 1866 [1863]: 225). A legitimidade da vivissecção era avaliada segundo esse critério, e veremos mais adiante que argumentos Cobbe empregava nessa fase de sua trajetória para defender que os experimentos fisiológicos com animais seriam válidos, desde que cumprissem esse critério geral e outros mais específicos. Mais uma vez o prazer e a dor entram em cena na discussão ética e filosófica desse tema:

Obviously we can practically do little more than meet these obligations towards the animals, with whom we come in contact by refraining from causing them suffering, and supplying those which belong to us with proper food and shelter. The life of a brute, having no moral purpose, can best be understood ethically as representing the sum of its pleasures; and the obligation, therefore, of producing the pleasures of sentient creatures, must be reduced, in their case, to the abstinence from unnecessary destruction of life. Such, then, are our duties towards the brute, simply considered, without reference to the human race (Cobbe, 1866 [1863]: 227).

A vida de um animal encontra-se aqui resumida na “soma de seus prazeres”, e a obrigação dos homens para com essas criaturas meramente sencientes é de salvaguardar para estes uma existência preenchida de prazeres e poupada de sofrimento. Em suma, Cobbe sustenta que a senciência, *i.e.*, a capacidade de sentir prazer ou dor, seria um critério satisfatório e decisivo para que um ser vivo seja incluído na esfera de consideração moral humana. Nesse ponto ela se apoia nas palavras de um clérigo:

The world owes to Bishop Butler the exposition of that ultimate ground of moral obligation on whose broad basis stand our duties to all living beings, rational and irrational. He says that if any creature be *sentient*—*i.e.*, capable of suffering pain or enjoying pleasure—it is cause sufficient why we should refrain from inflicting pain, and should bestow on it pleasure when we may (Cobbe, 1866 [1863]: 222).

Nessa passagem Cobbe propõe, já em seu primeiro ensaio antivivisseccionista, a faculdade da senciência como o critério demarcador que deveria orientar as obrigações dos homens para com os animais. Termo de definição imprecisa mesmo nos dias atuais, pode-se dizer, *grosso modo*, que ‘senciência’ refere-se, basicamente, à capacidade de *sentir*, de experimentar satisfação e frustração e se situaria como uma espécie de nível mais elementar de consciência (Dennet, 1997: 89; Paixão, 2001:63; Vandever, 1986: 234). Apropriando-se do discurso do bispo Butler, Cobbe sedimenta sua definição de consciência como “a capacidade de sofrer dor ou desfrutar o prazer”, e nesse sentido o conceito cobbeano (vitoriano?) de senciência cobre exatamente o binômio dor-prazer que vimos presente nos discursos de Huxley e Darwin.

Considero significativo o fato de que, a despeito de a postura de Cobbe sobre a vivissecção ter-se radicalizado e sua visão filosófica e ética do assunto ter-se tornado, no meu entendimento, mais sofisticada com o passar dos anos, essa ideia da faculdade da senciência como critério ético decisivo se manteve intacta. Isso fica claro quando em *The Ethics of Zoophily* (Cobbe, 1895b), um texto publicado mais de trinta anos depois do *The Rights*. Nesse artigo Cobbe cita textualmente um sermão do mesmo bispo Butler, no qual este teria afirmado que as obrigações morais dos homens residem não apenas ou não fundamentalmente no fato de ele ser um agente moral, pois “há uma obrigação que precede a esta, que deriva de ele ser uma criatura sensível (em termos modernos, senciente), ou seja capaz da felicidade (*happiness*) ou da desolação (*misery*)”. Ainda no *Ethics of Zoophily*, Cobbe, discutindo as implicações éticas das relações entre animais e humanos, afirma que

As our obligation to save pain rests primarily, simply on the fact of *the sensibility of the object to pain*, that obligation must of necessity dwindle and disappear as we quit the region of the highest animal sensitivity to the neighbourhood of the insensitive vegetable (Cobbe, 1895b: 9; grifos da autora).

Insistindo mais uma vez na importância de incluir os animais mais sensíveis na esfera de consideração moral humana, Cobbe dispõe mais uma vez no centro de seu debate a questão do grau de sensibilidade de cada espécie à dor. Essa preocupação constante de Cobbe e de vários outros antivivisseccionistas nos conduz à questão da dor como problema ético na controvérsia da vivissecção na Inglaterra vitoriana.

3.3. A DOR NA CULTURA VITORIANA

3.3.1. A secularização da dor e o advento dos anestésicos

“A dor não é um dado bruto com um significado único, universalmente aceito. Em vez disso, aqueles que sofrem referem seu desconforto físico a sistemas externos de valores”. Essas são as palavras introdutórias de uma obra da historiadora Lucy Bending intitulada *The Representation of Bodily Pain in Late Nineteenth-Century English Culture* (Bending, 2000: 1), uma obra dedicada – como o título já indica - ao estudo da percepção da noção de dor na Inglaterra no fim do século XIX. Segundo essa autora, foi durante a era vitoriana que teve início um processo de secularização da dor. Até então se entendia que a dor estava, por assim, dizer, nas mãos de Deus, mas os fisiologistas, atuando no sentido de conectar a dor física ao corpo em si, acabaram por minar essa crença tradicional cristã. Na Grã-Bretanha as últimas décadas da segunda metade do século XIX foram marcadas por essa substituição progressiva da explicação cristã da dor por uma interpretação científica da mesma. Foi um período de confusão quanto ao significado da dor, de atenções voltadas para novas formas de aliviar o sofrimento físico, e a dor estava no centro de vários debates vitorianos (Bending, 2000: 3). Em suma, se até meados do século a dor era infligida à raça humana em conformidade com os misteriosos desígnios divinos, servindo aos propósitos de manter a humanidade no caminho da retidão moral e conferindo uma aura de virtude ao fardo existencial daqueles que a suportavam, na nova percepção que emergia, em completo contraste, a dor era vista como um mal a ser senão erradicado, ao menos mitigado.

Diferentes das especulações religiosas, as tentativas médicas de explicar a dor se voltavam para o corpo e sua organização neurológica, e os médicos praticantes e fisiologistas procuravam compreender como e por que a dor se manifestava no corpo. Era nesse enquadramento bem diverso, despido de questionamentos metafísicos imediatos que os profissionais da medicina científica se perguntavam: o que é a dor? Eles não buscavam seu significado em termos da experiência existencial humana, mas sim quais suas rotas neurais (Bending, 2000: 52), de modo a poderem produzir tecnologias capazes de promover a cura ou, pelo menos, o alívio do sofrimento físico.

Do que se disse acima não devemos, porém, incorrer em reducionismos simplistas. Na verdade, tanto havia médicos defendendo nas páginas do periódico médico *Lancet* explicações religiosas para a dor (Bending, 2000: 64), como também mesmo dentro das fileiras da igreja cristã o significado da dor não era consensual. Na década de 1870 estava em debate no meio clerical o chamado ‘problema da dor’, i.e., a

questão de como o sofrimento físico podia ser conciliado com a ideia de um Deus amoroso (Bending, 2000: 6). Essa ideia de uma dor física – e também da dor da danação eterna – ser sancionada pela doutrina cristã perdia terreno não apenas devido aos ataques secularistas, mas também nos fóruns teológicos, nos quais tal noção já vinha sendo duramente criticada por integrantes da *Broad Church*, a ala mais progressista da Igreja Anglicana, desde meados do século (Bending, 2000: 8). Dessa forma, pode-se dizer, seguindo Bending (2000: 27) que a justificação da dor pela explicação teológica sofreu ataques vindos de três frentes diferentes. Uma delas foi de natureza interna, pelo questionamento dentro do próprio clero quanto ao valor moral e espiritual do sofrimento físico prolongado. A segunda e a terceira são mais relevantes para nossa investigação. São elas: o desenvolvimento dos anestésicos e a emergência do modelo darwinista de compreensão do mundo natural e da espécie humana.

Começemos pelos anestésicos. O grande marco diferencial entre as pesquisas fisiológicas pioneiras no início do século e aquelas da segunda metade do mesmo era a possibilidade, no segundo caso, da realização de experimentos que não infligissem dor nos animais empregados. Isso se deu a partir do desenvolvimento de substâncias que rapidamente viriam a adquirir uma importância crucial na investigação fisiológica e na prática médica: os anestésicos. Os primeiros anestésicos foram desenvolvidos na década de 1840 (Richards, 1992: 146), e sua introdução teve um profundo impacto nas percepções da dor, alterando o relacionamento entre médico e paciente, assim como entre experimentador e animal (Guerrini, 2003: 78). A partir do advento da anestesia, a dor, até então vista como mais um aspecto inevitável da vida, passava a poder ser suprimida por meio da intervenção química (Bending, 2000: 56).

Segundo Anita Guerrini, antes da segunda metade do século XIX já estavam disponíveis o ópio, na forma líquida de láudano, e várias formas de álcool, mas todas essas substâncias tinham um grau de eficácia bastante insatisfatório. A morfina, o ingrediente ativo do ópio, foi isolada no início do século, e no fim da década de 1820 já era utilizada em hospitais para vários fins, inclusive o alívio da dor (Guerrini, 2003: 79). Os opiáceos também foram amplamente usados na Inglaterra vitoriana não apenas em partos ou para aliviar as dores causadas por certas doenças, mas também para acalmar as emoções. O primeiro ministro William Gladstone foi uma das primeiras figuras públicas a ingerir láudano para diminuir a ansiedade antes de proferir seus discursos. Bebês eram dopados para evitar que chorassem, e animais indisciplinados eram acalmados com opiáceos antes de serem conduzidos ao mercado (Snow, 2006: 31).

Entretanto, o emprego de anestésicos no ato cirúrgico não teve início senão na década de 1840, e foi a entrada em cena do éter, do óxido nitroso e do clorofórmio que promoveu os efeitos e avanços mais significativos na tecnologia de supressão da dor, pois essas substâncias tinham efeitos anestésicos muito mais rápidos (Guerrini, 2003: 80). Curiosamente, a primeira cirurgia a ser realizada com auxílio de anestesia não foi obra de um médico europeu, mas de um dentista americano, William Morton, em Boston, em 1846; a substância empregada como anestésico foi o éter (Snow, 2006: 10).

A chegada dos anestésicos era bem-vinda na Grã-Bretanha não apenas porque vinha ao encontro de uma crescente preocupação em aliviar o sofrimento próprio e o alheio, mas também porque na sociedade vitoriana era de grande importância a questão do autocontrole¹¹. As manifestações de dor das mães que pariam, dos doentes que convalesciam ou dos moribundos em seus leitos de morte não condiziam com a expectativa cultural de uma atitude estoica diante das adversidades da vida, e as substâncias anestésicas propiciavam uma possibilidade de solução para esse problema (Snow, 2006: 40). Entretanto, se por um lado o éter – único anestésico inicialmente disponível - suprimia a dor, por outro lado ele provocava outras manifestações de perda de autocontrole, igualmente desagradáveis aos olhos dos gentis-homens e damas vitorianos. As pessoas que ingeriam éter podiam apresentar diversas reações inesperadas: rir, contar piadas, xingar, brigar. Seu corpo podia assumir uma coloração vermelha ou roxa, e por vezes elas mal podiam se mover. Essa gama de efeitos colaterais incontroláveis, principalmente os de alteração do estado de consciência, tornava o éter uma substância indesejável, até que em 1847 um novo anestésico entrou em ação: o clorofórmio (Snow, 2006: 40).

O clorofórmio insensibilizava rapidamente, e resolveu com facilidade muitos dos dilemas ocasionados pelo éter. Contudo, poucas semanas haviam se passado desde a introdução desse novo anestésico quando se descobriu um grave efeito adverso seu: o clorofórmio podia causar morte instantânea, sem qualquer aviso prévio. (Snow, 2006: 40). Dessa forma, a maioria os médicos que ousavam administrar clorofórmio em seus pacientes mantinha uma atitude cautelosa, enquadrando o emprego da técnica sem se

¹¹ White (2006) observa que alguns historiadores chegam ao ponto de creditar a introdução dos anestésicos não a preocupações relativas ao sofrimento ou dor, mas sim à questão do controle experimental. Ver, por exemplo: A. Winter, *Ethereal Epidemic: Mesmerism and the Introduction of Inhalation Anaesthesia in Early Victorian London, Social History of Medicine* (1991), pp.1-27; K. Rothschild, *History of Physiology* (New York: Krieger, 1973).

afastar dos paradigmas terapêuticos que lhes eram familiares, como a medicina biográfica, que procurava adequar o tratamento à constituição individual de cada paciente (Snow, 2006: 41). Não pretendo, todavia, aprofundar aqui a discussão das dificuldades técnicas relativas à introdução de cada novo anestésico. Só menciono tais dificuldades para demonstrar que as substâncias criadas para supressão da dor não tiveram êxito ou aceitação imediatos. Ainda assim, embora as adversidades enfrentadas por aqueles homens de medicina e de ciência que se interessaram pelo emprego e desenvolvimento dos anestésicos não tenham sido poucas, estas não foram capazes de deter o avanço das pesquisas nessa nova e promissora área da medicina.

Foi no início da década de 1860 que a anestesia deixou de ser uma técnica restrita em seu uso para se tornar uma técnica universal (Snow, 2006: 189). Esse acontecimento coincidia com as denúncias publicadas na Inglaterra a respeito da crueldade de que eram vítimas os cavalos na escola veterinária de Alfort, na França, as quais levaram Cobbe a publicar seu primeiro texto antivivisseccionista (Cobbe, 1866 [1863]), conforme vimos no capítulo 1. Outro evento significativo dessa mesma década foi a promulgação do *Whipping Act* (Ato do Açoitamento) de 1861, lei que inaugurava um período de vinte anos de medidas legislativas de restrição à punição corporal nas escolas e prisões. Isso indica que a dor não era tema de domínio exclusivo da medicina; as preocupações morais em relação ao sofrimento físico se espalhavam pelas mais diversas áreas da vida vitoriana, e o recurso à dor como forma de controle social passava a se tornar progressivamente inaceitável (Snow, 2006: 190). Na Inglaterra, nesse contexto cultural, a cultura burguesa que se expandia valorizava muito o cultivo da sensibilidade (Gay, 1999). Isso incluía a preocupação com o sofrimento pessoal e o alheio, motivo pelo qual os anestésicos conquistaram as boas graças da opinião pública, e seu uso se expandiu significativamente na segunda metade do século XIX.

Nas décadas de 1860 e 1870 a maior autoridade britânica em anestésicos era Joseph Tomas Clover (1825-82), que atuava no *University College Hospital*, em Londres. Stewart Richards (1992: 146) especula que Clover provavelmente conhecia pessoalmente os fisiologistas Burdon Sanderson, Foster e Edward Albert Schaffer, uma vez que os três trabalharam nessa instituição no mesmo período, e empregavam anestésicos em suas pesquisas. O *University College Hospital*, onde o éter foi utilizado pela primeira vez em dezembro de 1846, era então, e permaneceria por muitos anos, um centro de referência em anestésicos (Richards, 1992: 147). Um pioneiro que antecedeu Clover trabalhava no mesmo hospital; John Snow (1813-58) realizava experimentos

com cães ainda no fim da primeira metade do século, detinha o cargo de primeiro ‘anestesista especialista’, e conquistou distinção por haver administrado clorofórmio na Rainha Vitória em duas ocasiões diferentes na década de 1850 (Richards, 1992: 147). Mais tarde, na década de 1880, Dudley Wilmot (1855-1931) também se especializaria em anestesia nesse mesmo hospital, e em 1888 publicaria o livro *Anaesthetics: Their Uses and Administration*, o qual viria a servir de referência para estudantes e profissionais da área médica e fisiológica (Richards, 1992: 147).

Os anestésicos se revelariam – convém enfatizar - um recurso importante não apenas na área da cirurgia, mas igualmente no campo da fisiologia experimental. Afinal, em uma nação que tanto se orgulhava de sua alegada atitude de compaixão pelos desvalidos, o advento dessas substâncias não atraiu a atenção apenas das pessoas preocupadas com as condições dos doentes nos hospitais, mas também a daqueles que tinham seus olhos e ouvidos atentos aos maus tratos contra os animais. A partir da introdução dos anestésicos, a antiga associação, direta e inevitável, entre vivissecação e sofrimento animal intenso deixava de ser obrigatoriamente válida. Nesse sentido, Hilda Kean (1998: 97) destaca a contribuição do fisiologista experimental Sir Benjamin Ward Richardson na Grã-Bretanha. Contrariando a imagem fácil do fisiologista cruel e indiferente, Richardson se empenhava em desenvolver tecnologias capazes de mitigar a dor animal. Além de haver desenvolvido métodos de abate por eletrocução de animais que serviam para alimento, ele foi também responsável pela criação de uma ‘câmara letal’ na *Battersea Dogs’ Home* para que os cães que tinham que ser sacrificados não sofressem desnecessariamente. Esse homem de ciência foi, ainda, responsável pela introdução e avanço da pesquisa e emprego de anestésicos no campo da experimentação animal, havendo desenvolvido formas de administrar o óxido de carbono, clorofórmio e éter sulfúrico especificamente para evitar a dor em animais (Kean, 1998: 97). Entretanto, para realizar suas investigações sobre os anestésicos Richardson tinha que experimentá-los em animais, o que esse fisiologista não via como um contra-senso. Isso porque embora sua preocupação com o bem-estar animal fosse notória ele defendia justamente que a anestesia, ao suprimir a dor, poderia ser a solução para as controvérsias relacionadas à vivissecação (Snow, 2006: 189).

3.3.2. Anestésicos, vivissecação e a posição de Cobbe

A princípio, os anestésicos favoreciam, portanto, os fisiologistas, pois a possibilidade de emprego de tais substâncias durante os experimentos com animais os

municiaava com um forte argumento contra acusações de crueldade como algo inerente à prática da vivisseção. De fato, graças à introdução da anestesia muitos dirigentes de sociedades antivivisseccionistas se posicionavam não como contrários à realização dos experimentos *per se*; o que eles pleiteavam era um maior controle e fiscalização de tais experimentos, adotando como critério de legitimação dos mesmos o emprego de anestésicos. Foi essa a postura, por exemplo, de John W. Graham, reitor de Dalton Hall e também de Sir Guillum Scott e Sir Frederick Banburry, ambos à frente da RSPCA (Richards, 1992: 162). Era também essa a posição inicial de Frances Cobbe. Em *The Rights of Man and the Claims of Brutes*, seu primeiro artigo sobre o assunto, Cobbe (1866 [1863]) defendia que os experimentos que envolviam o sacrifício de animais vivos eram válidos, mas somente quando realizados em nome dos “verdadeiros interesses da ciência”, e que, portanto, o fisiologista, tendo diante de si a opção de recorrer ao clorofórmio, tinha condições de levar a cabo tais experimentos sem infligir qualquer tipo de dor. Afirmando que com as raras exceções de “alguns experimentos prolongados de valor duvidoso, ele [o fisiologista] pode testar à vontade qualquer verdade científica, ao custo, talvez, da vida, mas nunca da tortura” (Cobbe, 1866 [1863]: 594). Coerente com sua concepção religiosa, aqui Cobbe afirma que é nesse ponto – o uso dos anestésicos - que se encontra “a linha que a Providência traçou para nós, clara como a luz do dia”.

The most beneficent discovery of ages—the discovery for which the sages of old would have offered hecatombs, and yet for which no Te Deum has ascended from the churches of Christendom as for many a bloody victory—the great discovery of perfect anæsthetics, has altered the whole condition of the case between the man of science and the brutes (Cobbe, 1866 [1863]: 594; grifos meus).

Observe-se nessa verdadeira apologia dos anestésicos a dimensão grandiosa que assume nesse momento o pensamento dessa autora em relação à legitimidade da vivisseção, uma prática autorizada, por assim dizer, pela própria Providência, desde que seguindo os critérios de necessidade e de remoção da dor. É interessante notar que Rudolf Virchow, cientista alemão que recorria regularmente à vivisseção (e que seria alvo de críticas de Cobbe que indisporiam Darwin contra ela, conforme vimos na introdução) sustentaria mais tarde uma posição semelhante, defendendo em um artigo publicado no periódico científico *Nature*, em 1881, que o critério ético demarcatório das fronteiras de legitimidade moral da experimentação com animais deveria ser a dor; os experimentos nos quais fosse infligida a dor teriam o *status* de torturas, e, portanto,

seriam imorais do ponto de vista religioso (Richards, 1992: 161). E, segundo Cobbe, era por tais critérios que deveriam ser julgados aqueles que se valiam da vivisseccção:

Here then stands the case against the vivisectionists. Have they done that which in itself is lawful under lawful conditions? Have they taken the lives of brutes only when the interests of science really demanded them? And have they performed painful experiments always under the influence of anæsthetics? If they have observed these conditions they must stand morally exempt from blame, and the popular outcry against them deserves to be disregarded as ignorant and futile. If they have transgressed these conditions, then they must stand morally convicted of the heinous offence of cruelty, and the indignation and disgust of mankind would be amply justified against them (Cobbe, 1866 [1863]: 235).

A leitura da passagem acima demonstra de forma indubitável que, nesse momento inicial da cruzada de Cobbe em relação à vivisseccção, essa autora só poderia ser chamada de antivivisseccionista no sentido amplo que estamos empregando na presente tese. Afinal, ela afirma com todas as letras que desde que os fisiologistas observassem a regra, inegociável, do uso de anestésicos em experimentos que fossem de verdadeiro interesse científico, eles estariam plenamente justificados em lançar mão da vivisseccção; nesses casos, “eles estão moralmente isentos de culpa, e o clamor popular contra eles deve ser descartado como ignorante e fútil”. Perceba-se que com essa afirmação peremptória Cobbe parecia até mesmo disposta a defender a posição dos fisiologistas contra as críticas de antivivisseccionistas radicais que não estivessem dispostos a admitir a vivisseccção em hipótese alguma. Essa convicção na legitimidade moral da experimentação animal perduraria por pelo menos mais 15 anos, pois foi nesse espírito que Cobbe e Hoggan fundaram em 1875 a *Victoria Street Society*, conforme exposto no capítulo 1, e somente como reação a derrotas sucessivas no plano da legislação Cobbe mudaria sua plataforma para uma condenação radical da vivisseccção.

Comentando esse artigo de 1863 em sua autobiografia, a escritora declara que posteriormente passou a pleitear muito mais em favor dos animais (Cobbe, 1894b: 563), até que chegou a defender a abolição completa dos experimentos de vivisseccção. Entretanto, já nesse primeiro ensaio é bem marcada a ênfase que essa autora dava ao combate à crueldade cometida contra os animais; essa bandeira manter-se-ia como foco de seus ataques aos fisiologistas experimentais e a todos quantos os apoiavam.

3.3.3. Sofrimento “horível para além do que se possa conceber”: o curare

Vimos no primeiro capítulo que em 1875 os integrantes da *Royal Commission on Vivisection* manifestavam grande preocupação quanto ao uso de anestésicos pelos

fisiologistas britânicos, e que nos inquéritos feitos aos depoentes essa questão fora levantada repetidas vezes. Vimos também que todos os autores do *Handbook* editado por Burdon Sanderson (1873) foram chamados a depor, e a todos eles foram feitas perguntas não apenas quanto ao uso de anestésicos, mas também questionamentos relativos à aparente negligência à menção do emprego de tais substâncias nas páginas desse manual britânico de fisiologia. Outro ponto importante relacionado aos anestésicos sobre o qual insistiram os *commissioners* foi o do emprego do curare. Diferentemente do éter, do clorofórmio e de outras substâncias, o curare não era considerado um anestésico – ao menos não para mamíferos e outros ‘animais superiores’. O Dr. Hoggan, por exemplo, nas duas vezes em que depôs perante a *Royal Commission*, referiu-se ao curare como uma substância cujo emprego refletia a crueldade ou, ao menos, a indiferença dos vivissectores em relação aos animais experimentais. Em seu primeiro depoimento, do dia 27 de outubro de 1875, Hoggan apresentou perante a comissão uma lista de propostas suas para regulamentação da vivisseção na Grã-Bretanha. Entre essas propostas estava incluída a de total proibição de experimentos com uso do curare (PP, 1876a: 178). Foi, contudo, no segundo depoimento, prestado três dias mais tarde, que Hoggan realmente fez críticas mais densas e contundentes ao emprego dessa substância. Alguns fisiologistas, como Sanderson e Foster, defendiam em seus depoimentos que o curare possuía algumas propriedades anestésicas, e que para animais de constituição mais simples, como os sapos, o curare seria, sim, um anestésico satisfatório. Contra tais argumentos, porém, eram apresentadas as palavras de ninguém menos que Claude Bernard, de quem Hoggan havia sido aprendiz, e que havia declarado textualmente que o curare não constituía um anestésico verdadeiro. Aproveitando o ensejo para se autoproclamar o primeiro indivíduo na Inglaterra a alertar a opinião pública quanto aos malefícios do curare e os abusos cometidos por fisiologistas que empregavam essa substância de forma desmedida (PP, 1876a: 204), Hoggan afirmou que Bernard também criticava o uso excessivo dessa substância (p. 210). Citando as palavras do fisiologista francês, Hoggan declarou que Bernard teria dito em 1864, em um periódico médico francês¹², que estar sob efeito do curare seria “algo horrível para além do que se possa conceber” (p. 210). Em um texto publicado mais de dez anos mais tarde, Cobbe (1888b: 19) transcreve de forma mais completa esse texto de Hoggan, que inclui uma tradução para o inglês de

¹² *Revue des Deux Mondes*, edição de 1º de setembro de 1864, páginas 173, 182, 183. Segundo depoimento de Hoggan (PP, 1876a: 210).

algumas palavras extraídas desse artigo clássico de Bernard sobre o curare. Em tal ensaio, Bernard afirmava que a morte por curare, embora desse a impressão a um observador desavisado de ser “um suave deslizar de transição da vida para a morte”, na verdade “nada do gênero acontece; as aparências externas são enganadoras”, uma vez que tais animais, na verdade, experienciavam um sofrimento atroz. Tecnicamente falando, em suma, a tese defendida por Bernard no artigo supracitado - motivo das críticas veementes dos antivivissecionistas ao emprego dessa substância – era que o curare inibia apenas os nervos motores, mas não os sensitivos; em outras palavras, ele não suprimia a dor, mas impossibilitava por completo a expressão da mesma pela pessoa ou animal que estivesse sob sua ação. A esse respeito, o Dr. Hoggan aludiu em seu depoimento a um experimento realizado em Edimburgo e por ele presenciado enquanto ali realizava seus estudos de graduação, em 1869:

In the laboratory referred to I have heard dozens of times pointed out while the animal was lying on the table, “*Look at that animal; you would suppose it does not feel, but it feels doubly*”. Three years after the date of that experiment such was the opinion of the people in that laboratory. (PP, 1876a: 210, P 4236; grifos meus).

A afirmação de que três anos depois todos aqueles que haviam frequentado o laboratório continuavam a encarar o curare da mesma forma era uma maneira de Hoggan reforçar sua posição contra a alegada eficácia dessa substância como anestésico. Essa era uma discussão polêmica no meio científico, levantada pelos *commissioners* a cada novo depoente que possuísse conhecimento técnico para contribuir para esse debate. Nesse segundo depoimento de Hoggan a competência deste vinha sendo questionada por Huxley, que, como advogado da vivissecção, insistia junto ao depoente que não havia consenso a respeito do curare, existindo duas correntes discordantes sobre os efeitos anestésicos do mesmo (PP, 1876a: 208). O que mais nos interessa, no entanto, a respeito da passagem acima é a ideia de que o animal curarizado, embora aparente não sofrer, na verdade “sofre em dobro”. O motivo desse sofrimento duplicado seria o mesmo da aparência de ausência de sofrimento: a imobilidade do animal em decorrência da administração do curare. A impotência completa desse animal na mesa de vivissecção, seu desespero mudo, seu desamparo absoluto equivaliam a um sofrimento amplificado.

Embora, como vimos acima, a posição inicial de Cobbe (1866 [1863]) a respeito dos anestésicos na mesa de vivissecção – treze anos antes da promulgação do

Vivisection Act - fosse a de aplaudir a chegada de tais substâncias como uma das mais importantes invenções da humanidade, a partir da reformulação de suas posições essa atitude sofreria mudanças significativas. Nesse processo de revisão de suas teses e rearranjo de seus argumentos, Cobbe procurou conhecer o discurso de seus adversários, os cientistas. Apesar de sua formação leiga em ciências, na condição de dirigente da *Victoria Street Society* e de amiga pessoal do Dr. Hoggan, a ativista recorria a este não apenas por meio de contatos pessoais, mas também de textos ou declarações desse importante aliado. Com tal retaguarda, Cobbe chegou a ousar algumas incursões na argumentação técnica a respeito dos anestésicos. Em *Illustrations of Vivisection; or Experiments on Living Animals, from the Work of Physiologists* (Cobbe, 1888b) a autora se apoia em Hoggan para apresentar uma classificação dos tipos de anestésicos. Segundo Hoggan haveria três tipos de agentes químicos comumente denominados anestésicos: 1) os verdadeiros anestésicos, como o clorofórmio, o éter e óxido nitroso; 2) os narcóticos, como o ópio e o cloral; 3) os falsos anestésicos (*mock anaesthetics*): o curare (Cobbe, 1888b: 19). Citando palavras de Hoggan e de Bernard, Cobbe insiste em que o curare não é um anestésico, pois na verdade as sensações físicas permanecem intactas no homem ou animal sob efeito de tal substância (Cobbe, 1888b: 19).

Ao ultrapassar os círculos médico-científicos, a disputa em torno da eficácia anestésica do curare alinhava, *grosso modo*, de um lado os fisiologistas e do outro os antivivisseccionistas. Assim como na disputa relacionada ao direito de utilização de cães e gatos em experimentos fisiológicos, as rusgas em torno do curare pareciam envolver uma determinação das duas partes contendoras de lutar pelo máximo possível de espaço em suas reivindicações. Se a conquista da autorização para realizar a vivisseção em cães representava uma vitória importante para os fisiologistas e uma grande derrota para os defensores dos animais, na disputa relativa ao curare a vitória aparentemente ficara nas mãos dos antivivisseccionistas. Tudo indica que diante da dúvida científica os legisladores optaram pela cautela, pois em sua versão definitiva o *Vivisection Act* contemplava essa questão na cláusula número 4, na qual se lia que “a substância conhecida como urari ou curare não deve ser, para os propósitos desse Ato, considerada um anestésico” (PP, 1876b: 3). Isso não impediria, todavia, que Cobbe permanecesse insatisfeita diante dessa conquista aparente. Ao protestar contra a forma final do *Vivisection Act*, a jornalista incluiu em suas críticas a observação de que essa lei não proibía de fato o emprego do curare, mas tão-somente determinava que este não deveria ser considerado um anestésico (Cobbe, 1889e: 221).

3.3.4. O problema dos experimentos dolorosos. David Ferrier e o sistema nervoso

O curare não detinha o privilégio de despertar polêmicas. A própria ideia de empregar anestésicos nos experimentos era questionada por alguns vivissectores, os quais sustentavam que as substâncias administradas para aplacar a dor poderiam alterar o estado fisiológico do animal, falseando, assim os resultados obtidos (White, 2006). Outros pesquisadores louvavam a existência desses novos agentes químicos. Era o caso de George Lewes, que em seu depoimento à *Royal Commission* afirmou conhecer um dos mais prestigiados fisiologistas do continente (Lewes preferiu não citar seu nome), que lhe teria dito pessoalmente que sempre empregava anestésicos “de forma nenhuma em consideração ao animal, mas exclusivamente em consideração à perfeição do experimento”, uma vez que “se você anestesia um animal, ele fica como um pedaço de madeira diante de você. (...) Você pode fazer a mais delicada das operações com segurança” (PP, 1876a: 312, P 6376).

Havia, contudo, determinados experimentos que, sem dúvida, não podiam empregar anestésicos sem comprometer seus resultados. Dentre estes, destacavam-se as pesquisas sobre o funcionamento do sistema nervoso. Uma vez que a anestesia operava justamente pelas vias neurais, inibindo os nervos sensitivos de modo a suprimir a sensação de dor, não havia como empregar anestésicos nas investigações sobre o sistema nervoso sem gerar alterações significativas nos resultados. Essa classe de experimentos era problemática, pois impossibilitava que o uso de anestésicos fosse obrigatório na experimentação fisiológica, e impunha a necessidade de realização de pesquisas que muitas vezes implicavam uma dor intensa nos animais utilizados. Dessa maneira, os fisiologistas tiveram que se colocar em posição contrária à da imensa maioria dos antivivisseccionistas, os quais encaravam a supressão da dor como um requisito inegociável. Nesse ponto, vimos acima que já desde *The Rights*, aquele primeiro artigo no qual defendia a legitimidade da vivissecção quando nos interesses da ciência, Cobbe (1866 [1863]) sustentava como “linha traçada pela Providência” a imposição do uso dos anestésicos. Em nenhuma circunstância um experimento seria justificável se ele implicasse em sofrimento do animal utilizado, ou seja, se a vivissecção fosse praticada sem anestesia prévia.

No texto memorial que Cobbe ajudara a elaborar e cuja promoção havia liderado em 1875, quando ainda era associada da RSPCA, já se via manifesta a preocupação com esses experimentos inevitavelmente dolorosos:

The most numerous and important of these researches being connected with the nervous system, the use of complete anaesthetics is practically prohibited. Even when employed during an operation, the effect of the anaesthetic of course shortly ceases, and, for the completion of the experiment, the animal is left to suffer the pain of the laceration to which it has been subjected (Cobbe, 1894b: 575).

Na passagem acima é possível observarmos que, mesmo antes da formação da *Royal Commission*, da fundação da *Victoria Street Society* e da promulgação do *Vivisection Act*, Cobbe não apenas se opunha em princípio, como já lutava ativamente pela proibição dos experimentos sem anestesia. Do ponto de vista dos interesses da fisiologia experimental, entretanto, a necessidade de realização de experimentos dolorosos era em alguns casos imperativa, e em suas articulações políticas por ocasião da então iminente promulgação de uma legislação regulamentando a pesquisa fisiológica – o *Vivisection Act* de 1876 – o *lobby* pró-vivissecção atuou de forma vigorosa para assegurar a permanência desse direito.

A lei finalmente aprovada anunciava em sua cláusula de nº 2, a “Proibição de experimentos dolorosos em animais”; entretanto essa ‘proibição’ previa certas exceções e condições que permitiriam que tais experimentos fossem realizados: 1) o experimento deveria servir ao propósito de alguma nova descoberta científica, e não para confirmação de conhecimentos já estabelecidos; 2) o experimento deveria ser realizado em local previamente registrado para tal fim; 3) o pesquisador responsável pelo experimento deveria ser portador de uma licença oficial emitida especificamente para esse objetivo; e assim por diante, totalizando sete restrições. A ideia geral era que os experimentos dolorosos só podiam ser praticados mediante concessão prévia das autoridades governamentais pertinentes, e mesmo assim somente se fossem considerados estritamente necessários do ponto de vista do avanço do conhecimento científicos. Além disso, outra das obrigações impostas pela na nova lei para proteger os animais do sofrimento previa uma exceção. Uma das cláusulas da lei rezava que “o animal deve, caso houver probabilidade de a dor continuar após ter cessado o efeito do anestésico, ou se qualquer lesão séria lhe tiver sido infligida, ser morto antes de se recuperar da influência do anestésico” (PP, 1876b: 2). Entretanto, um pouco mais adiante, quando são descritas as situações excepcionais que permitem os experimentos dolorosos, lê-se que “podem ser realizados experimentos sem que a pessoa que os executa esteja sob obrigação de causar a morte do animal antes deste se recuperar da influência do anestésico, desde que possua o certificado mencionado nesse Ato, caso a

morte do animal venha necessariamente a frustrar o objetivo do experimento, e desde que o animal seja morto tão logo tal objetivo tenha sido atingido” (PP, 1876b: 2).

Vimos no primeiro capítulo que essa série de exceções acrescentadas à forma final do *Vivisection Act* desagradou imensamente à maioria dos antivivisseccionistas, incluindo Cobbe, que a partir de então passaria a defender uma posição mais radical quanto à vivissecação. A insatisfação de Cobbe com a nova lei não impediria, contudo, que ela e seus aliados se apoiassem na mesma para processar alguns fisiologistas. No capítulo 2 foi mencionado um desses processos, movido em 1881 por Cobbe e outros contra um homem de ciência que havia realizado experimentos dolorosos em macacos, embora não possuísse o certificado de autorização necessário. O réu em questão era o neurologista David Ferrier, e o processo no qual foi envolvido será discutido em mais detalhe no quarto capítulo.

Ferrier se especializara em estudos sobre o funcionamento cerebral, e suas pesquisas nesse campo haviam sido iniciadas em 1873, no *West Riding Lunatic Asylum*, tendo como objetivo, segundo ele próprio, “determinar se o cérebro (*cerebrum*), como um todo e em cada uma de suas partes (...) as possibilidades de cada atividade mental, ou se certas partes do encéfalo (*brain*) possuem determinadas funções”¹³ (Otis, 2007: 28). Dito de outra forma, o projeto central da pesquisa de Ferrier estava relacionado à localização cerebral diferenciada das diversas atividades mentais.

A tradição do estudo empírico da localização cerebral e o esforço em determinar um conjunto de funções que pudessem explicar o pensamento e o comportamento dos homens e animais em seus ambientes naturais tiveram início com o trabalho de Franz Joseph Gall (1758-1828), criador da frenologia. Segundo Robert Young (1970: 3), foi Gall, com sua abordagem empírica, quem convenceu a comunidade científica de uma vez por todas que o cérebro era o órgão da mente, e que tanto a estrutura como as funções cerebrais podiam ser analisadas de forma concomitante não através de especulação, mas da observação. Gall sustentava que a psicologia devia ser estudada como um ramo da biologia e, como tal, estava sujeita a todas as leis biológicas, sendo

¹³ Ferrier, David. *The Functions of the Brain*, Londres: Dawson's, 1966 [1876], p. 124 –5. Citado em Otis (2007: 28). A tradução mais precisa para a palavra inglesa *brain* seria “encéfalo”, enquanto a palavra *cerebrum* se traduz como ‘cérebro’ - na verdade, uma das partes do encéfalo, que inclui ainda o cerebelo e o tronco cerebral. Entretanto, preferi ao longo dessa tese acompanhar a tendência dos tradutores brasileiros e evitar um preciosismo técnico que poderia comprometer esteticamente o texto; dessa forma, optei por traduzir *brain* como ‘cérebro’ na maioria das vezes, com exceção das passagens em que tal diferença é marcada no original em inglês. Na verdade, nessa passagem de Ferrier não fica claro se o autor usa as duas palavras como sinônimas ou se as diferencia, mas, como ele recorreu a dois termos diferentes, considerei mais apropriado traduzi-los com palavras também diferentes.

passível de ser investigada pelos métodos biológicos (Young, 1970: 4). Entretanto, embora Gall tenha inserido o homem na natureza, lançando as bases de uma pesquisa biológica do cérebro, ainda assim sua biologia se baseava na noção fixista, então vigente, de uma ‘cadeia dos seres’ (Young, 1970: 3). Foi David Ferrier quem - unindo as concepções de vários autores de seu tempo, como Alexander Bain, Herbert Spencer e John Hughlings Jackson às descobertas de cientistas como Paul Broca, Gustav Fritsch e Eduard Hitzig – inaugurou os estudos experimentais da localização cerebral (Young, 1970: 7). Procurando estabelecer uma psicologia abrangente, que se apoiasse na psicofisiologia sensório-motora, Ferrier concluiria sua obra em 1886, com a segunda edição de seu *The Functions of the Brain*, onde o estudo do cérebro e de suas funções se afirmava como uma ciência experimental baseada na teoria da evolução. Nessa abordagem, a investigação do funcionamento da mente deixava de ser um ramo da metafísica para se tornar uma ciência biológica, na qual as funções mentais eram analisadas a partir de um enfoque que levava em conta seu valor adaptativo em relação ao ambiente (Young, 1970: 7). Nesse sentido, o trabalho de Ferrier estava no centro de uma nova fisiologia que se expandia a partir da década de 1870 (Young, 1970: 235). Na Grã-Bretanha, conforme explorado no capítulo 1, essa nova abordagem experimental da fisiologia estava intimamente comprometida com as premissas da teoria evolucionária de Darwin. Em conformidade com tal orientação, os mapas corticais do cérebro primata que resultavam das pesquisas de Ferrier forneciam evidências suplementares das teses darwinianas sobre a influência da seleção natural nas estruturas e comportamentos adaptativos das espécies¹⁴.

Embora Ferrier costumasse estimular os fisiologistas a levarem em conta as observações clínicas, ele enfatizava que nada era capaz de substituir a experimentação animal na investigação de seu objeto de estudo. Somente em um animal vivo e saudável era possível se observar o funcionamento do cérebro em sintonia com o corpo (Otis, 2007: 30). Todavia, a natureza dos experimentos realizados por Ferrier – focados no funcionamento do sistema nervoso de cães ou, principalmente, macacos - tornava problemático o procedimento de anestésiar esses animais. Em seu primeiro artigo, Ferrier declarou haver administrado éter ou clorofórmio nos animais usados “por

¹⁴ Em seu primeiro artigo, publicado em 1873, Ferrier analisou as “correspondências entre áreas representando as patas, olhos e bocas de cães, gatos e coelhos” e o comportamento de cada um desses animais, concluindo haver uma correlação positiva condizente com os hábitos das diferentes espécies. Ferrier, David. *Experimental Researches in Cerebral Physiology and Pathology*, West Riding Lunatic Asylum Medical Reports 3 (1873), págs. 60-61 (citado em Otis, 2007: 31).

motivos humanitários”¹⁵, Mas não demorou muito para que esse fisiologista percebesse que aquilo “que causa ação intensa e indefinida em um animal não-narcotizado irá excitar apenas uma ação moderada e definida em um animal narcotizado o suficiente para abolir toda sensação de dor, e nenhum efeito em um animal profundamente anestesiado¹⁶” (Otis, 2007: 29).

Mais uma vez, convém lembrarmos que se o procedimento protocolar de anestesiá-los era problemático em termos dos interesses científicos, a opção por não anestesiá-los era igualmente questionável, por motivos éticos. Em 1878 Ferrier faria uma afirmação categórica e provocativa, na qual sua filiação ao darwinismo se expunha e impunha de forma impactante. Em um estudo sobre as doenças cerebrais, esse autor declarou explicitamente aos seus leitores sua intenção de “demonstrar a vocês que o que vale para o macaco (*monkey*) é estritamente válido também para o homem”¹⁷. Se atentarmos para as múltiplas implicações dessa frase, poderemos perceber que essa declaração de Ferrier mais uma vez expõe o paradoxo ético do darwinismo em torno do animal experimental. Se “o que vale para o macaco vale para o homem”, isso não se aplica apenas à adequação desse animal como modelo adequado à pesquisa fisiológica. Se um macaco funciona como um homem, se ele respira como um homem, também é razoável supormos que seu coração se acelera e suas pupilas se dilatam quando sob as mesmas emoções, e que a dor que o macaco experiencia quando sob o bisturi de um fisiologista é “estritamente” a mesma dor que um homem sentiria em condições similares. Somem-se a tudo isso as denúncias feitas contra Ferrier, e investigadas nas sessões da *Royal Commission* (capítulo 2), e não teremos dificuldade para perceber o barril de pólvora sobre o qual se assentavam as pesquisas desse fisiologista, que parecia reunir quase todos os atributos necessários para ser eleito um dos principais inimigos públicos, por assim dizer, das cruzadas antivivisseccionistas.

3.3.5. Questionando os anestésicos

Nessa altura da tese já sabemos que havia um espectro de posições possíveis tanto no interior do movimento antivivisseccionista quanto entre os fisiologistas britânicos na era vitoriana. Em um extremo se situavam, do lado dos antivivisseccionistas, indivíduos e associações que defendiam ideias e políticas mais

¹⁵ *Ibid.* (citado em Otis, 2007: 29).

¹⁶ Ferrier, *The Functions of the Brain*, 129–30 (citado em Otis, 2007: 29).

¹⁷ David Ferrier, *The Localization of Cerebral Disease* (London: Smith, Elder, 1878), pág. 31 (citado em Otis, 2007: 31)

radicais, se opondo à vivissecção em princípio, e lutando por nada menos que a abolição total dos experimentos (como Cobbe e sua VSS, após haverem amargado sucessivas derrotas políticas e acumulado ressentimentos contra a atitude e manobras dos fisiologistas). No extremo oposto estavam fisiologistas como Ferrier, os quais - quer fosse por uma questão de visão de mundo e/ou estratégia política, quer fosse por entender que a natureza de suas pesquisas assim o exigia – pleiteavam o direito de realizar experimentos em animais sem qualquer anestesia. No centro desse espectro poderíamos, talvez, situar, dentre os advogados da vivissecção, aqueles que, embora lutassem pela legitimação da prática, eram francamente favoráveis à implantação de leis que impusessem medidas restritivas de modo a coibir abusos; do lado dos antivivisseccionistas estariam aquelas pessoas e organizações que adotavam como plataforma política a imposição de restrições significativas, mas não a proibição completa, da experimentação animal (como Cobbe e sua organização, em seus primeiros anos de ativismo). Vimos também que entre os integrantes dessa última categoria, a dos antivivisseccionistas moderados, o uso de anestésicos nos experimentos fisiológicos era considerado uma espécie de exigência aparentemente consensual e inegociável. A lógica e a ética subjacentes a esse critério eram claras; no cerne da questão residia o problema da dor, o questionamento moral do direito dos humanos infligirem dor a quaisquer outros seres sencientes, quer fossem estes humanos ou não.

Outro assunto que vimos acima foi que entre os homens de ciência que recorriam à vivissecção em suas investigações havia aqueles que questionavam a validade dos anestésicos do ponto de vista científico, levantando a objeção de que as substâncias empregadas na supressão da dor tenderiam a produzir alterações funcionais nos organismos estudados, e que como consequência os resultados assim obtidos não seriam confiáveis. Veremos agora que, a despeito do clamor público para que os animais fossem poupados de dores excruciantes, havia também no meio antivivisseccionista indivíduos que questionavam os anestésicos, mas não por motivos técnicos, e sim em um ângulo ético.

Uma das críticas mais veementes à nova cultura da anestesia no contexto da experimentação animal partiu de um indivíduo com conhecimento técnico do assunto, uma personagem já conhecida nossa e importante no desenrolar da trama que estamos explorando: mais uma vez, George Hoggan. Naquela mesma carta publicada no *Morning Post* em fevereiro de 1875 denunciando os excessos cometidos no laboratório

de Claude Bernard quando ali cumpria parte de seu treinamento profissional (Hoggan, 1875), o Dr. Hoggan tecera comentários nada apologeticos ao uso de anestésicos:

I am inclined to look upon anaesthetics as the greatest curse to vivisectionable animals. They alter too much the normal conditions of life to give accurate results, and they are therefore little depended upon. They indeed prove far more efficacious in lulling public feelings towards the vivisectioners than pain in the vivisectioned (Hoggan, 1875).

Em um trecho curto de sua carta aberta, Hoggan consegue somar aos mesmos questionamentos técnicos feitos por outros fisiologistas uma acusação de manipulação dos sentimentos públicos. Aqui o verdadeiro processo de anestesia não opera sobre corpos animais, mas sim sobre mentes e corações humanos. Mais importante que mitigar a dor dos cães sob a faca dos fisiologistas, a verdadeira eficácia dos anestésicos atua no plano do imaginário coletivo. Sem que se aperceba do logro contra ele cometido, é o cidadão comum, a dama compassiva, o gentil-homem leigo, quem acaba sendo realmente anestesiado, ao ser envolvido em um discurso científico que disfarça a ganância atrás de uma fachada humanitária. Na verdade - afirma Hoggan na mesma carta - no seio da comunidade de pesquisadores chefiadas por Bernard a ideia de “bem da humanidade” era considerada risível, e o grande objetivo ali vigente era a autoafirmação profissional individual, conquistada num clima de encarniçada competição com os colegas do ramo científico, “mesmo à custa de muito sofrimento [animal] desnecessário” (Hoggan, 1875). É com esse tipo de estratégia argumentativa que Hoggan procura desmascarar a retórica adversária. Sua carta-denúncia visa instigar seu leitor a aprender a ver para além das aparências, e aprender a formular perguntas capazes de desvendar aquilo que faltou dizer, aquilo que o adversário procurou omitir: Quem são os verdadeiros beneficiários da experimentação animal? A quem servem os anestésicos, aos animais ou aos fisiologistas? Assim como Cobbe afirmaria, após a promulgação do *Vivisection Act* em 1876, que a lei aprovada não visava proteger os animais da crueldade, mas sim os fisiologistas de processos legais, também as palavras de Hoggan apontam o pretense avanço da ciência representado pelos anestésicos e a alegada preocupação dos fisiologistas com a dor animal como nada mais que outro conjunto de manobras dos homens de ciência para assegurar seu espaço e ampliar suas conquistas, “mesmo à custa de muito sofrimento desnecessário” de animais inteligentes e sensíveis como os cães que Hoggan testemunhara sendo arrastados em desespero para a mesa de vivissecção.

O que pensava Cobbe dos anestésicos no contexto do debate sobre a vivissecção? Também quanto a esse tema, é indiscutível que a visão da jornalista sofreu mudanças bastante significativas. Enquanto em *The Rights*, publicado no início da década de 1860, os anestésicos eram aclamados como “a descoberta mais benéfica de todos os tempos” (Cobbe, 1866 [1863]: 594), em um texto publicado vinte e cinco anos mais tarde, Cobbe cita e endossa outro artigo de Hoggan:

As regards anaesthetics, it is needful that the reader should dispel from his mind all illusion on the subject. No defence of Vivisection is so frequently offered as the assertion that, in the vast majority of experiments, the animals are rendered wholly insensible to pain by means of anaesthetics. Persons who shrink from the miserable subject naturally seize on this assurance with relief, and thencefore turn a deaf ear to the advocates of the suppression of the practice. What is the truth of the case? (em Cobbe, 1888b: 19).

Esse texto de Hoggan parcialmente reproduzido – e plenamente endossado - por Cobbe prossegue com uma classificação dos tipos de anestésicos (ver seção anterior desse capítulo), seguida de denúncias e críticas ao emprego do curare na pesquisa fisiológica. As palavras de Hoggan no trecho acima parecem complementar as de sua carta ao *Morning Post*. Enquanto na carta do jornal londrino, em tom de denúncia ousada, Hoggan procura convencer o leitor a duvidar do discurso dos fisiologistas para justificação da vivissecção, nesse novo texto o autor parece dar um passo além. Nesse, como naquele, texto o leitor é aconselhado a abrir mão de “toda ilusão” sobre as reais motivações dos fisiologistas praticantes da experimentação animal. Na passagem acima, porém, há um acréscimo importante: agora é imprescindível que esse leitor que “se encolhe diante desse assunto deplorável” abra mão também da autoilusão, dessa espécie de escolha semiconsciente que, atuando em sua mente tal qual um mecanismo psicanalítico de negação, o permite “fazer ouvidos de mercador” (*turn a deaf ear*) diante dos críticos da vivissecção que tentam lhe mostrar essa dura realidade.

Cabe aqui uma ressalva: Hoggan não se opunha ao emprego de anestésicos em si, e tampouco defendia a abolição completa da vivissecção. Em seu primeiro depoimento à *Royal Commission* Hoggan havia lido para os integrantes da comissão um documento contendo várias propostas para a regulamentação dos experimentos com animais; uma dessas propostas era que experimentos que envolvessem dor intensa somente fossem autorizados caso os animais utilizados fossem submetidos a uma anestesia completa (PP, 1876a: 179).

Se Hoggan não se opunha à anestesia nem à vivisseccção, contra que estaria ele lutando? Penso que o que Hoggan estava denunciando na passagem acima e na anterior era o que considerava ser uma atitude de manipulação da opinião pública operada pelos homens de ciência, os quais, sob o pretexto de agir em prol da humanidade, estariam, na verdade, escondendo os reais motivos, egocêntricos, de sua conduta alegadamente altruísta. Essa era a resposta que Hoggan esperava que seu leitor encontrasse quando se fizesse a pergunta por ele sugerida na última frase do trecho acima: “Qual é a verdade sobre esse assunto?” O que Hoggan combatia eram os abusos que, segundo sua percepção, eram frequentemente cometidos contra os animais em nome da ciência e do bem da humanidade. Para Hoggan, para Cobbe e para a maioria dos antivivisseccionistas britânicos do período vitoriano esses abusos cometidos na mesa de vivisseccção tinham nome: tortura e crueldade.

3.4. DOR, CRUELDADE E TORTURA

3.4.1. “A pior forma de crueldade”: a vivisseccção de cães como tortura

A noção de crueldade no contexto da controvérsia antivivisseccionista já estava presente no pensamento cobbeano desde o artigo de 1863:

The question (...) of cruelty to the brutes is one not to be hastily dismissed, nor can the recital of any barbarities be admitted to determine it in all its bearings. (...) We shall endeavour to reach the ground of the whole controversy by arriving at some answer to the fundamental question, 'What *is* cruelty to animals? What are the duties of man as regards the welfare of the brutes, and how are they to be ranked in comparison with the duties he owes to his human fellow-creatures?' (Cobbe, 1866 [1863]: 220)

De certa forma, talvez se possa dizer que todos os textos antivivisseccionistas de Cobbe, percorrendo uma trajetória de cerca de quarenta anos de envolvimento direto nessa forma de ativismo, tenham constituído um esforço de responder às perguntas acima e, a partir dessas respostas, exortar o público à ação e ao protesto contra a crueldade, por ela denunciada de maneira insistente. Como vimos em seção anterior, o emprego de anestésicos figura nesse artigo como linha demarcatória que determina a legitimidade ou não da vivisseccção e, portanto, o que é e o que não é um ato cruel.

Further, the condition on which painful experiments can be lawfully made, namely, the use of anæsthetics, being to all appearance altogether rejected in the case of the French vivisections, the last justification is withdrawn, and the case stands as an exemplification of the greatest possible offence to be committed towards the animals, without any extenuating circumstances. *The most highly organized and*

most friendly creatures [dogs] are put to the death of uttermost and most prolonged agony, entirely without justification, and with the habitual neglect of that precaution by which all their sufferings might have been obviated. When we say that this great moral offence has been committed for years, and is still committed, in defiance of remonstrance, by the splendidly-endowed scientific associations of one of the most civilized countries in the world, *we seem to have reached the last term of condemnation which useless, wanton, deliberate, and exquisite cruelty can incur* (Cobbe, 1866 [1863]: 238; grifos meus).

Nessa passagem podemos ver que já nesse primeiro artigo antivivisseccionista o cão figura como a principal vítima dos cientistas – no caso, os franceses – que, ao abrir mão dos procedimentos anestésicos, ultrapassam a barreira ética e adentram o universo dos atos de crueldade, sempre condenáveis. Um ato dessa natureza deixa de ser um sacrifício justificável, pois se converte em uma ‘tortura’ (Cobbe, 1866 [1863]: 233). E as principais vítimas de tais torturas em nome da ciência, mortas sob “a mais intensa e prolongada agonia”, sem consideração pelo seu sofrimento, são, já desde esse ensaio, “as criaturas mais altamente organizadas e amigáveis”: os cães.

A ideia de crueldade é uma constante no discurso antivivisseccionista de Cobbe, e os cães se destacam sempre como vítimas das torturas executadas pelos fisiologistas. Após a derrota sofrida com a promulgação do *Vivisection Act* de 1876 Cobbe declarou:

The antivivisectionists simply endeavoured to put down the worst form of cruelty they knew, and, specially, that worst form directed to the *most sensitive animals*, whose sufferings under any injury indefinitely exceed those of less highly organized or nervous creatures (Cobbe, 1877: 342; grifos da autora)

Aqui, mais uma vez, a sensibilidade canina é enfatizada, e os experimentos dolorosos são descritos como “a pior forma de crueldade” existente, a qual os antivivisseccionistas haviam tentado, em vão, tornar ilegal. Como se não bastasse, a postura dos fisiologistas incluía um sério agravante: sua intransigência em abrir mão de realizarem a vivissecação em gatos e, principalmente, cães, “os animais mais sensíveis”. A escolha do cão como animal experimental foi, como vimos no capítulo 2, fonte de grande indignação pública. Em um de seus depoimentos à *Royal Commission* Hoggan traduziu para os *commissioners* um trecho do periódico científico francês *Archives de Physiologie*¹⁸, com a descrição de um experimento realizado por Paul Bert, outro fisiologista da França. Nessa passagem citada por Hoggan, Bert explicava ter administrado curare em um “cão vigoroso”, que após poucos minutos começou a “apresentar todos os sinais de envenenamento por curare; ele defecava, urinava,

¹⁸ *Archives de Physiologie*, vol II, pág 650, 1869 (PP, 1876a: 204)

produzia uma grande quantidade de uma saliva viscosa, e lacrimejava (*wept*) muito” (PP, 1876a: 204). Depois de continuar a leitura detalhada dos procedimentos técnicos adotados por Bert, e as conseqüentes reações fisiológicas produzidas no cão, Hoggan acrescentou suas próprias palavras, resumindo e criticando o experimento:

In this experiment a dog was first rendered helpless and incapable of any movement, even of breathing, which function was performed by a machine blowign through a hole in its wind-pipe. All this time, *however, its intelligence, its sensitiviness, and its will, remained intact; a condition accompanied by the most atrocious sufferings that the imagination of man can conceive. (...) The inquisitors then left for their homes, leaving the tortured victim alone with the clanking engine working upon it, till death came in the silence of the night, and set the sufferer free.* (PP, 1876a: 204, P 4111; grifos meus).

A ênfase na inteligência, sensibilidade e vontade do cão no testemunho de Hoggan é uma estratégia argumentativa que, aproximando os cães dos homens em suas faculdades mentais mais sofisticadas, também os aproxima na capacidade de sofrerem. O animal que agoniza na mesa, submetido aos “mais atrozes sofrimentos que a imaginação pode conceber”, não é vítima apenas de uma intensa dor física; a partir de sua inteligência e sensibilidade, o cão *vivencia conscientemente* essa dor. Mais que um corpo sensível eis sob a mesa de vivissecção uma mente sensível, que presencia, impotente, a própria tortura (praticada por “inquisidores”), enquanto sua vontade (*will*) permanece intacta, a despeito da imobilidade que lhe foi quimicamente imposta.

3.4.2. O que é a crueldade? Definição e tipologia por Cobbe

Comentando o *Vivisection Act*, Cobbe (1889e: 224) afirmou, em 1889, que ao sancionar legalmente a tortura científica dos animais, principalmente os mais sensíveis deles, o Estado estava educando a nação em uma falsa visão das relações do homem com as criaturas inferiores, encorajando o egoísmo e a crueldade, e anulando “a influência elevada da nobre legislação que tem sido a glória da Inglaterra desde os dias de Erksine e Martin¹⁹”. Esse ensaio integrava o livro *The Modern Rack* [O potro²⁰ moderno] (Cobbe, 1889b), uma coletânea de textos especificamente voltados para a crítica da vivissecção na qual a questão da crueldade é colocada repetidas vezes. É nessa coletânea que se encontra um texto de Cobbe em que a autora procura sistematizar a noção de crueldade. O que é a crueldade? Essa pergunta serve ao mesmo tempo como

¹⁹ A autora provavelmente se refere a Thomas Erskine May (1815–1886), um importante teórico das leis, e a Richard Martin, autor do *Martin's Act*, primeira lei de proteção animal no Reino Unido (v. capítulo 1).

²⁰ Potro (*rack*, em inglês) – instrumento de tortura medieval capaz de produzir dores excruciantes na vítima, e utilizado para forçar confissões.

título e como frase de abertura para o artigo de Cobbe, publicado pela primeira vez no periódico antivivisseccionista *Zoophilist* (Cobbe, 1889g). Afirmando que essa pergunta é recorrente na controvérsia antivivisseccionista, Cobbe se propõe a apresentar ao leitor “uma definição de crueldade que, em uma reflexão cuidadosa, nos parece a mais precisa”. A autora inicia a explicação esclarecendo que há “formas menores de crueldade”, às quais seria mais apropriado chamar de ‘desamabilidade’ (*unkindness*), e que consistem em “infligir pequenas dores ou incômodos (*annoyances*) ou na privação dos prazeres, em ambos os casos sem motivos adequados”. “Com essas desamabilidades”, anuncia Cobbe, “não iremos nos preocupar” nesse texto (Cobbe, 1889g: 61). A autora prossegue:

To kill an animal painlessly may be perfectly justifiable on many grounds, and even be merciful if the creature’s sufferings necessarily outbalance its pleasures; or it may be an act of Unkindness (minor cruelty), as the case may happen. But it is under no circumstances equivalent to the infliction of extreme Pain (torture) whereby *the creature is not merely deprived of the Pleasure of existence, but existence is converted into an evil. The reasons, therefore, which may justify killing animals do not justify torturing them* (Cobbe, 1889g: 61; grifos meus).

Essa diferenciação entre matar um animal e causar-lhe dor extrema é importante no discurso de Cobbe, e veremos no capítulo seguinte que o fato de essa autora e a grande maioria dos antivivisseccionistas de seu tempo não se oporem à alimentação carnívora foi explorado como um contra-senso por seus adversários. Mais significativa em termos do que quero analisar agora, entretanto, é a ideia de que a tortura praticada contra um animal pode transformar a própria existência deste em um mal. É por esse motivo que a morte indolor não equivale à tortura, e é esse argumento que norteia a definição cobbeana de crueldade:

CRUELTY may be objectively defined as the *voluntary infliction by a Moral Free Agent on a Sentient Being of Severe Pain, not beneficent to the sufferer and not authorised by Justice* (Cobbe, 1889g: 62; grifos da autora).

Entenda-se por “agente moral livre” um ser humano, pois Cobbe considera que somente os humanos são verdadeiramente agentes morais. Observemos, ainda, que a noção cobbeana de “Justiça” na passagem acima se refere à justiça como princípio, àquilo que é moralmente justo, e não como o conjunto de leis de uma nação. Afinal, Cobbe condenava o próprio *Vivisection Act* por considerá-lo uma lei injusta. Esse ponto fica esclarecido mais adiante no mesmo artigo, quando Cobbe (1889g: 62) propõe uma classificação de tipos de crueldade, a saber: 1) **crueldade ignorante** (*Ignorant Cruelty*)

– na qual a “pessoa cruel” não tem consciência da dor que ela causa; 2) **crueidade negligente** (*Careless Cruelty*) – quando a pessoa cruel é indiferente à dor por ela causada; 3) **crueidade leviana** (*Wantom Cruelty*) – aquela em que a pessoa cruel causa dor em função “da excitação emocional que ela deriva do espetáculo”; 4) **crueidade maligna** (*Malignant Cruelty*) – a pessoa cruel causa dor movida pelo ódio por sua vítima, e obtém um prazer direto com a dor do outro; 5) **crueidade por interesse** (*Interested Cruelty*) – nesse último caso, “a pessoa cruel causa dor, com ou sem relutância, para propósitos ulteriores de benefício próprio ou de terceiros”. Comparando esses diferentes tipos de crueidade, Cobbe afirma que as duas primeiras (ignorante e negligente) “podem ser admoestadas e corrigidas” e as duas seguintes (leviana e maligna) “são condenadas tanto pela lei quanto pela opinião pública, e já estão em processo de supressão em todos os países civilizados”. Entretanto, outra é a situação da ‘Crueidade por Interesse’:

But the Interested Cruelty which justifies the torture it inflicts by pointing to profits to be obtained thereby, cannot be instructed or admonished, nor, in the present state of Law and public opinion, can it always be punished or reprehended. Yet this is the precise kind of cruelty from which all the worst crimes recorded in history have sprung. Rarely, indeed, has it happened that some ulterior purpose of public benefit has not formed the alleged justification of tortures, whenever and by whomsoever inflicted (Cobbe, 1889g: 63).

Em sequência a essas palavras, Cobbe enumera exemplos de justificativas que teriam sido apresentadas ao longo da história humana para legitimar moralmente os mais diversos eventos de gritante crueidade, como a perseguição dos primeiros cristãos pelos romanos, os autos da fé movidos pelos católicos contra os judeus e os hereges, a queima das bruxas pelos protestantes ou as torturas medievais da Inquisição. “Até mesmo no que diz respeito aos animais”, continua Cobbe (1889g: 63), os interesses dos negociantes e dos consumidores promovem “crueidades em uma escala ampla e sistemática”, como no caso da produção do *foie gras*. Com essa estratégia argumentativa, Cobbe (1889g: 62) articula, portanto, um discurso no qual sustenta que a chamada ‘crueidade por interesse’ seria “a mais perigosa de todas as classes de crueidade acima”. Isso porque enquanto os atos de ‘crueidade maligna’, tendo como moto o ódio e a intenção direta de causar mal ao outro, são de uma vileza explícita e incontestável, a ‘crueidade por interesse’ é mais perniciosa, em decorrência da própria astúcia com que se insinua sob uma fachada humanitária.

Na mesma coletânea supracitada encontra-se um texto que é a transcrição de uma palestra proferida em um encontro da *Scottish Antivivisection Society*. Nessa

apresentação, Cobbe parece estar preocupada com quaisquer membros hesitantes porventura presentes no encontro, pois, esforçando-se para desarmar as justificativas em prol da vivissecção insistentemente sustentadas pelos fisiologistas, a palestrante insta a audiência a não se deixar convencer pelo argumento de que combatendo a vivissecção eles estariam indo contra os interesses da humanidade:

My friends, do not fear that you will sacrifice the interests of mankind by stopping the torture of animals. Those interests never can, and never will, while God reigns on high, be furthered by cruelty and wrong. (...) It is an *impious* doctrine – I say it deliberately, an *impious* doctrine – that God has made it any man’s duty to commit the great sin of cruelty by way of obtaining a benefit for suffering humanity; or that it is the duty of the community to sanction such cruelty for its own benefit. (Cobbe, 1889f: 57; grifos no original).

O reino de Deus não admite a crueldade; é essa a mensagem do texto acima. Aqui a crueldade está colocada em um enquadre teológico, e figura como um “grande pecado”. O argumento central dos fisiologistas para legitimação moral da vivissecção, o do benefício da humanidade, é denunciado enfaticamente, como uma “doutrina ímpia” – um adjetivo bíblico, por assim dizer. Esse fundo teológico, embora não esteja necessariamente presente de forma explícita em todos seus textos antivivissecionistas, é recorrente na retórica cobbeana. A questão mais pertinente na passagem acima é a contestação do alegado humanitarismo como motivação essencial dos vivissectores. Não há justificativas capazes de validar um ato de crueldade, é esse o argumento central de Cobbe nesse ensaio, e os verdadeiros interesses dos praticantes da vivissecção devem ser encarados com desconfiança quando esses atores se abrigam do risco das críticas atrás de um discurso altruísta.

O esforço de desmentir as alegações de motivos nobres apresentadas pelos fisiologistas era muito comum no antivivissecionismo britânico, e Cobbe estava entre os ativistas mais empenhados nesse processo de rasgar as máscaras do inimigo. Em 1881 ela teve acesso a um artigo científico de Paolo Mantegazza (1831-1910), um fisiologista italiano, que a deixou especialmente exasperada. Esse texto, intitulado *Dell’azione del dolore sulla Respirazione*, explorava – como o título sugere – os efeitos da dor nos órgãos respiratórios, e se baseava em experimentos com animais. Como crítica a esse artigo, Cobbe publicaria no *Scotsman*, em janeiro de 1881, um ensaio curto, mas repleto de um misto de indignação e ironia (Cobbe, 1881a). A ironia, na verdade, já começa pelo título: *Tender Vivisection* (vivissecção terna), já que o artigo de Cobbe constitui uma resposta à afirmação de um correspondente que teria declarado em

uma edição anterior do *Scotsman* que ‘o ato de operar um animal nada tem de agradável, e quando se faz necessário ele é realizado sem entusiasmo (*unwillingly*) e com ternura (*with tenderness*)’ (Cobbe, 1881a). Recorrendo abundantemente às palavras do próprio Mantegazza, Cobbe se propõe a desmentir esse tipo de alegação, que ela considera constituir uma farsa discursiva recorrente dos advogados da vivissecção.

O experimento de Mantegazza visava investigar como a dor, infligida em diferentes graus, afetaria a fisiologia respiratória dos animais, e para efetuar essa pesquisa o cientista italiano realizou vários experimentos, descritos em detalhes no artigo criticado por Cobbe. Um desses experimentos consistia em prender ‘inúmeros pregos pontiagudos’ nos pés do animal, imobilizando-o de tal maneira que ‘a cada movimento ele sentisse seu tormento de forma mais aguda’ (citado em Cobbe, 1881a). Para enfatizar a crueldade do fisiologista, Cobbe enumera as expressões usadas por Mantegazza para descrever as várias formas de dor que infligiu aos animais em escala crescente: o fisiologista causava dor intensa (*dolore intenso*) nos animais ao produzir deliberadamente lesões seguidas de inflamação. Servindo-se de uma máquina engenhosa construída por um técnico que o ajudava, o fisiologista também podia prender por qualquer parte do corpo que desejasse, com o auxílio de garras metálicas capazes de esmagar, rasgar ou levantar a vítima, ‘de modo a produzir dor de todas as formas possíveis’. Na primeira série de experimentos, Mantegazza utilizou principalmente coelhos e preás, incluindo uma fêmea em estágio avançado de gestação que experimentou uma “dor atrocíssima” (*dolore atrocissimi*), em consequência das convulsões que sofreu. A segunda série de experimentos é resumida em uma tabela, e Cobbe aponta com sarcasmo que “os termos *molto dolore* (muita dor) e *crudeli dolore* (dor cruel) estão cuidadosamente diferenciados” (Cobbe, 1881a).

Finalizando esse artigo de denúncia, Cobbe observa que Mantegazza concluía seu ensaio informando aos leitores que seus experimentos teriam sido executados *con molto amore e pazienza* (com muito amor e paciência). A jornalista procura, assim, explorar o contra-senso gritante entre essas últimas palavras do fisiologista e a detalhada terminologia com que este descreve as múltiplas formas de dor que infligiu aos animais em seus experimentos. Cobbe (1881a) chama, então, a atenção novamente para a frase publicada pelo correspondente anteriormente citado sobre a ternura dos praticantes da vivissecção, e convida o leitor a avaliar a veracidade dessas palavras à luz do que acaba de saber sobre os métodos e dos fisiologistas, de quem Mantegazza seria apenas mais um representante típico. Para não deixar dúvidas a esse respeito, a autora (*op. cit.*)

acrescenta um pós-escrito, no qual comenta que “caso seja alegado que o caso acima se refere apenas a um fisiologista estrangeiro”, ela remete o leitor ao depoimento do Dr. Klein, registrado nas minutas da *Royal Commission*, quando, indagado se acreditava que na Inglaterra prevalecia em relação aos animais um sentimento diferente daquele encontrado nos demais países, ao que Klein respondeu: ‘não entre os fisiologistas’²¹.

3.4.3. O vício da crueldade científica

No discurso de Cobbe teria sido justamente essa crueldade dos vivissectores para com os animais que a obrigaria a radicalizar suas posições contra a vivisseção e a própria ciência. De início, Cobbe (1866 [1863]) - mais crédula quanto à tão falada ternura especial do povo britânico e, por extensão, também quanto aos fisiologistas de sua nação e à missão civilizatória da ciência - atribuía essa atitude somente aos cientistas continentais. Entretanto, sua decepção com os fisiologistas britânicos teve início com a percepção do descompromisso destes com as normas éticas acordadas informalmente entre eles próprios, no encontro da *British Association* em 1870, e atingiu seu auge com a promulgação do *Vivisection Act*. A insistência dos fisiologistas ingleses em manterem assegurado o direito de realizar experimentos sem anestésicos, somada à sua recusa em poupar cães e gatos dos sofrimentos consequentes, fizeram com que Cobbe (1894b: 606) passasse a perceber a crueldade como algo virtualmente inerente à prática da vivisseção. Mais do que apenas vitimizar os animais, o próprio exercício constante dessa técnica desumana insensibilizava os homens que a ela aderiam. Com isso, com o desabrochamento da fisiologia experimental florescia, junto a essa ciência relativamente nova, um novo vício:

We stand face to face with a new vice, new, at least in its vast modern development and the passion wherewith it is pursued: *the Vice of Scientific Cruelty*. It is not the old vice of cruelty for cruelty's sake. It is not the careless brutal cruelty of the half-savage drunken drover, the low ruffian who skins living cats for gain (...) It is not like most other human vices, hot and thoughtless. *The man possessed by it is calm, cool, deliberate; perfectly cognizant of what he is doing; understanding, as indeed no other man understands, the full meaning and extent of the waves and spasms of agony he deliberately creates.* It does not seize the ignorant or hunger-driven or brutalized classes; but the cultivated, the well-fed, the well-dressed, the civilized, and (it is said) the otherwise kindly-disposed and genial men of science, forming part of the most intellectual circles in Europe (Cobbe, 1894a: 606; grifos meus).

Em coerência com sua definição de ‘crueldade por interesse’, anteriormente exposta, aqui Cobbe reafirma a ideia dessa nova forma de crueldade ser ainda mais

²¹ Ver capítulos 1 e 4.

grave, justamente pela plena consciência que seu perpetrador – o fisiologista - tem do próprio ato. Cunhando uma nova expressão, “vício da crueldade científica”, Cobbe fortalece a crítica à vivisseção e ao vivisector, e num só movimento vilifica não apenas o homem e o ato, mas a própria ciência, que justifica, gesta e gera essa nova forma de crueldade. Com a vivisseção, o autor da crueldade contra os animais deixa de ser o mercador embrutecido, o cocheiro bêbado, o rufião desalmado. Os homens que perpetram e perpetuam esse novo vício provêm das mesmas fileiras de gentis-homens e damas de onde provieram Cobbe e Darwin, da mesma classe social que se orgulha de amar e tratar bem seus gatos e seus cães de estimação, e de deter e cultivar virtudes capazes de promover o avanço moral da civilização. Mais que ofender aos animais, é a própria raça humana, ou, ao menos, a classe média inglesa, que é ferida em seus princípios fundamentais.

Sometimes it would appear as we read of these horrors the baking alive of dogs, the slow dissecting out of quivering nerves, and so on that it would be a relief to picture the doer of such deeds as some unhappy, half-witted wretch, hideous and filthy in mien or stupefied by drink, so that the full responsibility of a rational and educated human being should not belong to him, and that we might say of him, “He scarcely understands what he does”. But, alas! this new vice has no such palliations; and is exhibited not by such unhappy outcasts, but by some of the very foremost men of our time; men who would think scornfully of being asked to share the butcher's honest trade; men addicted to high speculation on all the mysteries of the univers ; men who hope to found the Religion of the Future, and to leave the impress of their minds upon their age, and upon generations yet to be born." (Cobbe, 1894a: 607).

Esses homens, que cometem essa grave falta contra a raça e a nação, não podem, portanto, ser escusados de seus atos, uma vez que estão cientes dos mesmos. A frase cristã do “perdoa-os, eles não sabem o que fazem”, pode servir de justificativa para cidadãos socialmente excluídos, como o *costermonger* que maltrata seu burrico, o cocheiro que chicoteia seu cavalo com demasiada severidade ou o homem do povo que encontra diversão em uma rinha de cães ou no açulamento de ursos, mas nunca para os fisiologistas letrados, “viciados em especular sobre os mistérios do universo; homens que esperam fundar a religião do futuro”, i.e., a ciência. Em suma, a mais grave forma de crueldade é praticada justamente por homens educados para a civilização e a sensibilidade, e isso é imoral, incrível e inaceitável. O vício da crueldade científica é, portanto, uma falta decorrente da “indiferença a uma grande consideração moral (a saber: a dos sofrimentos causados por nossas ações) elevada ao nível de um vício pela enorme extensão com que é praticada” (Cobbe, 1888b: 4).

3.4.4. “Confrades científicos”: Darwin e Mantegazza

Vimos que no artigo de Cobbe anteriormente citado a autora denuncia a crueldade dos fisiologistas usando como exemplo experimentos descritos em um ensaio de Mantegazza. Também observamos que, ao incluir em suas críticas o depoimento prestado a *Royal Commission* por Klein (que, embora austríaco, conduzia suas pesquisas na Inglaterra, associado a fisiologistas britânicos), Cobbe estendia suas críticas aos vivissectores ingleses. No final de seu artigo, Cobbe (1881a) cita mais uma vez a afirmação do fisiologista italiano, de que seus experimentos - extremamente dolorosos para os animais - teriam sido realizados ‘*con molto amore e pazienza*’. Comentando essas palavras, Cobbe afirma que, tendo sido publicadas em um periódico especializado, elas eram, portanto, especificamente dirigidas “aos seus confrades científicos”, e convida o leitor a rever sua fé na sinceridade dos homens de ciência de seu país. Pois bem, dentre os “confrades científicos” de Mantegazza figurava uma personagem muito importante para nossa discussão: Charles Darwin.

Darwin foi correspondente de Mantegazza, e por ocasião da publicação de *Variation in animals and plants under domestication* (Darwin, 1868a; 1868b) em janeiro de 1868, o professor italiano escreveria palavras de aclamação que talvez tenham sido as mais elogiosas que essa obra jamais recebeu de um comentarista estrangeiro. “Um sublime monumento à inteligência humana” – foi como Mantegazza se referiu ao esperado livro de Darwin no dia 19 de março do mesmo ano (Burkhardt et al., 2008). Ao enviar a Darwin um artigo de sua autoria sobre a realização de enxertos de órgãos entre espécies diferentes de animais, o cientista italiano acrescentou que “nem que seja como uma sombra, quero entrar no santuário no qual você está reformando a ciência, onde você está abrindo horizontes ilimitados para a meditação da filosofia do futuro” (citado em Burkhardt et al., 2008).

Também Darwin conhecia e admirava o trabalho de Mantegazza, e não foram poucas as vezes em que o evolucionista citou esse autor em seus estudos. No segundo volume do *Variation*, por exemplo, uma pesquisa de Mantegazza é citada como confirmação da tese da “independência funcional dos elementos ou unidades do corpo” (Darwin, 1868b: 369). Entretanto, embora o cientista italiano fosse um fisiologista de renome, Darwin recorre ao seu trabalho mais frequentemente no campo das explorações antropológicas. Na segunda edição do *Descent*, Darwin (1874) cita esse autor cinco

vezes²², sempre no contexto da discussão da seleção sexual. Na primeira vez (pág. 224), para discordar de uma explicação fisiológica fornecida por Mantegazza em relação às cores brilhantes de muitos machos animais, e nas outras quatro vezes na discussão do tópico da “influência da beleza na determinação dos casamentos na humanidade”. Na discussão desse tema, Darwin (1874: 573) se refere a um texto do “viajante italiano, professor Mantegazza” ao Rio da Prata como “um relato completo e excelente da maneira como os selvagens em todas as partes do mundo se ornamentam”. Darwin confiou nesse texto o suficiente para basear nele a maioria das afirmações que fez a respeito do tópico em questão.

Embora as citações sobre Mantegazza feitas por Darwin não sejam em sua maioria relacionadas a informações sobre fisiologia animal, as aproximações entre os dois e os elogios mútuos demonstram que o evolucionista estendia sua rede de contatos também aos fisiologistas de outros países europeus²³. Esse círculo de relações nutridas por Darwin ajudaria a atrair a antipatia dos antivivissecionistas, e Cobbe acusaria a ele e ao próprio darwinismo de uma espécie de opção pela insensibilidade.

3.5. O DARWINISMO E O SOFRIMENTO ANIMAL COMO QUESTÃO METAFÍSICA

3.5.1. Darwin e o sofrimento animal: a benevolência divina em cheque

Darwin não era, de forma alguma, indiferente ao sofrimento dos animais. Na verdade, esse tema era tão importante para o evolucionista, que integrou um conjunto de questionamentos que levariam a uma reestruturação de sua visão de mundo. A se crer no relato do próprio Darwin, as implicações metafísicas do sofrimento animal como fato natural tiveram um papel de destaque na perda de sua fé na existência de um Deus benevolente. Em sua autobiografia (Barlow, 1958) essa questão é tratada sob o tópico “Crença Religiosa” (*Religious Belief*), onde Darwin narra o aumento progressivo, a partir do fim da década de 1830, de sua descrença no deus cristão e no mundo de milagres pelo qual este seria responsável. Esse processo teria se desdobrado a partir de questionamentos pessoais sobre as explicações bíblicas que Darwin considerava irracionais, sobre quem teriam sido e quão sábios eram os homens responsáveis pelo texto do dito livro sagrado, e assim por diante. Embora ainda fosse um cristão ortodoxo quando a bordo do *Beagle*, Darwin ia percebendo que “quanto mais sabemos sobre as

²² Na primeira edição do *Descent* (Darwin, 1871) Mantegazza também é citado, nesse caso quatro vezes.

²³ Ver também, no próximo capítulo, as relações entre Darwin e o prof Holmgren, da Suécia, e as repercussões de uma carta de Darwin a esse fisiologista.

leis fixas da natureza, mais inacreditáveis os milagres se tornam” (Barlow 1958: 86). Durante algum tempo o naturalista, relutante em renunciar à sua crença, recorria mesmo a devaneios nos quais imaginava que seriam encontrados registros arqueológicos que confirmariam as principais verdades afirmadas nos evangelhos. Entretanto, esse esforço de imaginação se revelaria cada vez menos convincente, de modo que “a descrença tomou conta de mim em um ritmo bem lento, mas ao fim o fez por completo. O ritmo foi tão lento, que não senti qualquer estresse, e desde então nunca mais duvidei por um segundo sequer que minha conclusão estava correta” (Barlow, 1958: 87).

Algumas páginas mais adiante, ainda no tópico relacionado à religiosidade, Darwin questiona a concepção segundo a qual a perfeição dos seres vivos constituiria uma prova de que estes teriam sido projetados por um Criador onipotente. Como evidência contrária a essa alegada perfeição dos seres, Darwin traz à baila o tema do sofrimento na vida animal, e conclui que “esse sofrimento é bastante compatível com a crença na Seleção Natural, que não é perfeita em sua ação, mas tende a tornar cada espécie o mais bem-sucedida que for possível na luta contra outras espécies pela vida, em circunstâncias maravilhosamente complexas e cambiantes” (Barlow, 1958: 90). Em contraste, a ideia de um Deus benevolente não harmonizava, no entendimento de Darwin, com a dor presente e persistente no reino animal:

That there is much suffering in the world no one disputes. Some have attempted to explain this in reference to man by imagining that it serves for his moral improvement. *But the number of men in the world is as nothing compared with that of all other sentient beings, and these often suffer greatly without any moral improvement.* A being so powerful and so full of knowledge as a God who could create the universe, is to our finite minds omnipotent and omniscient, and it revolts our understanding to suppose that his benevolence is not unbounded, for what advantage can there be in the sufferings of millions of the lower animals throughout almost endless time? *This very old argument from the existence of suffering against the existence of an intelligent first cause seems to me a strong one;* whereas, as just remarked, the presence of much suffering agrees well with the view that all organic beings have been developed through variation and natural selection (em Barlow, 1958: 90; grifos meus).

Considero a passagem acima bastante ilustrativa de algumas questões focalizadas nesse capítulo. Aqui Darwin e o próprio darwinismo como sistema conceitual refutam as velhas explicações teológicas para a ordem natural, e essa refutação se dá justamente como uma espécie de denúncia de que nem tudo é belo, pacífico ou perfeito nesse mundo que os naturalistas da velha geração concebem como obra sagrada e perfeita de um Criador que ama suas criaturas. No centro da desordem

está a dor, particularmente a dor dos animais. Se o sofrimento dos seres humanos ainda pode ser explicado como instrumento da sabedoria divina para conduzir aqueles que vivem em pecado e erro na direção do aperfeiçoamento moral, essa explicação não é válida para a dor experienciada pelos animais, pois estes últimos não são agentes morais. Assim, não é apenas no contexto dos mundos físicos e mentais construídos pelos homens que se pode ver em ação o sofrimento. Ao contrário, no coração das mais belas paisagens naturais podem-se presenciar os inúteis e teologicamente inexplicáveis “sofrimentos de milhões de animais inferiores através de um tempo quase infinito”.

Em *Darwin's Doubts and the Problems of Animal Pain*, Eric Kraemer (2003) credita a Hume a iniciativa de destacar o sofrimento animal como problema teológico nessa passagem de *Dialogues Concerning Natural Religion*:

Men pursue pleasure as eagerly as they avoid pain; at least, they might have been so constituted. It seems, therefore, plainly possible to carry on the business of life without any pain. Why then is *any animal* ever rendered susceptible of such a sensation? If animals can be free from it an hour, they might enjoy a perpetual exemption from it... (Hume, 1779, Livro XI; grifos de Kraemer, 2003)

Kraemer (2003) observa, porém, que esses questionamentos de Hume sobre a dor animal não teriam sido considerados especialmente convincentes por seus interlocutores no período. Especulando sobre os possíveis motivos dessa recepção fria aos argumentos de Hume, o autor sugere como uma possível causa a ausência no pensamento de uma alternativa satisfatória para a explicação criacionista então vigente. Kraemer discute a mesma passagem de Darwin supracitada, e conclui que ao proporcionar uma visão capaz de rivalizar com a doutrina da Criação Especial, Darwin, com sua teoria evolutiva, teria encontrado uma solução satisfatória para o problema que Hume levantou, mas não soube responder. Em outras palavras, retomando a análise da passagem da autobiografia de Darwin anteriormente citada (Barlow, 1958: 90) podemos dizer que uma divindade benevolente não resiste, na percepção de Darwin, ao desafio lógico-ético de explicar toda a dor existente no seio das inocentes criaturas naturais. Nesse trecho de um discurso quase confessional²⁴ do “evolucionista atormentado”

²⁴ Na verdade, a ideia de uma ‘confissão’ foi aqui extraída das palavras do próprio Darwin. Em uma carta escrita a John Hooker, datada de 11 de janeiro de 1844, Darwin participa ao amigo sua crescente desconfiança em relação à doutrina da imutabilidade das espécies, e comenta que dizer-lhe tais palavras é como “confessar um assassinato”. A respeito especificamente do texto de sua autobiografia - publicada postumamente - é bom lembrarmos que a mesma, a despeito do predomínio de um tom formal e da presença de reflexões científicas, foi originalmente escrita para ser lida apenas por seus familiares (Barlow, 1958: 5), e que nas primeiras edições, de responsabilidade de seu filho Francis, quase seis mil

(emprestando aqui uma expressão de Desmond e Moore, 2000) é, portanto, o sofrimento animal que desqualifica o até então onipotente Deus cristão, que criava, recriava e ordenava a natureza segundo os imperativos de sua eterna bondade, justiça e perfeição.

3.5.2. O sofrimento animal como questão metafísica em Huxley

Assim como Darwin, também Huxley discorreu sobre as implicações mais amplas da existência da dor animal no mundo natural. Diferentemente do tímido patriarca do evolucionismo, entretanto, o beligerante Huxley apresentou suas ideias não no fórum reservado e intimista de seus familiares, mas em textos dirigidos ao público leigo e científico:

Suppose, for argument's sake, that *all mammals and birds are subjects of pleasure and pain*. Then we may be certain that these forms of consciousness were in existence at the beginning of the Mesozoic epoch. From that time forth, pleasure has been distributed without reference to merit, and pain inflicted without reference to demerit, throughout all but a mere fraction of the higher animals. Moreover, *the amount and the severity of the pain, no less than the variety and acuteness of the pleasure, have increased with every advance in the scale of evolution. As suffering came into the world, not in consequence of a fall, but of a rise, in the scale of being, so every further rise has brought more suffering*. As the evidence stands it would appear that *the sort of brain which characterizes the highest mammals and which, so far as we know, is the indispensable condition of the highest sensibility*, did not come into existence before the Tertiary epoch (Huxley, 1902 [1893b]; grifos meus).

Nesse trecho Huxley se opõe frontalmente à tese cristã de que o sofrimento seria uma manifestação no mundo da ‘queda’ do homem de um estado paradisíaco inicial à condição de pecador. Integrando de forma clara o contingente daqueles que propunham uma percepção secular da dor, Huxley contextualiza essa dor no modelo explicativo darwinista dos processos vitais. Dessa forma, em Huxley a dor surge como uma espécie de epifenômeno derivado do aumento progressivo da complexidade dos sistemas nervosos animais. Cada novo acréscimo no processo evolutivo teria sido acompanhado de uma complexificação crescente das estruturas nervosas das formas vivas. Dito de outra forma, “a quantidade e severidade da dor, não mais que a variedade de acuidade do prazer, vem crescendo a cada avanço na escala da evolução”. Isso significa que na visão huxleyana a capacidade de experienciar a dor, estando enquadrada no binômio

palavras do texto original foram suprimidas (BARLOW, 1958: p 6) por decisão do próprio Francis ou de sua irmã Henrietta, ou a pedido de Emma, a Sra. Darwin. Por esse motivo todo o subtópico aqui citado, sob o título “Crenças Religiosas” (*Religious Beliefs*) havia sido removido da versão editada por Francis, sob o pretexto de o próprio Darwin ter afirmado não desejar que sua visão da religião fosse tornada pública (DARWIN, F., 1890: 55). Somente em 1958 foi publicada uma versão completa da autobiografia de Darwin, editada por Nora Barlow, bisneta de Darwin, que restaurou todas as omissões, baseando-se no texto original, disponível na biblioteca da Universidade de Cambridge (BARLOW, 1958: 5).

dor-prazer, na verdade reflete a capacidade de *sentir* – i.e., a emergência da dor no mundo natural coincide com e integra a emergência da *sensibilidade*. Dentro desse enfoque, a dor não está presente desde a origem da vida; ao contrário, assim como a mente, o sofrimento surge no mundo como uma novidade evolutiva no contexto da história natural do desenvolvimento do sistema nervoso. Nesse sentido a dor se diferencia da morte:

From the remotest ages of which we have any cognizance, death has been the natural and, apparently, the necessary concomitant of life. In our hypothetical world, inhabited by nothing but plants, *death must have very early resulted from the struggle for existence.* (...) Not only was there death in the world, as far as the record of life takes us; but, ever since mammals and birds have been preyed upon by carnivorous animals, there has been painful death, inflicted by mechanisms specially adapted for inflicting it (Huxley, 1902 [1893b]).

Nessa passagem observa-se que, enquanto a morte propriamente dita existe desde tempos imemoriais como “concomitante natural e necessário da vida”, a morte dolorosa só faz sua entrada no cenário evolutivo com os primeiros seres sencientes, possivelmente as aves e mamíferos. A partir de então, e com o surgimento dos animais carnívoros, passa a existir no mundo natural a morte associada à dor, “infligida por mecanismos especialmente adaptados para infligi-la”. Os grandes predadores especializados em matar – de forma dolorosa – somente teriam evoluído, portanto, quando o mundo havia disponibilizado presas adequadas às suas necessidades. Visto sob esse prisma, creio ser correto afirmar que na concepção de Huxley a ‘natureza sangrenta de garras e dentes’ nos moldes da poesia de Tennyson não esteve presente desde a aurora da vida; ao contrário, essa faceta da natureza somente coincide com a evolução dos animais sensíveis.

Em outro ensaio, intitulado *Evolution and Ethics*, Huxley (1893a) não faz rodeios para colocar em cheque a tão proclamada benevolência divina. Criticando o otimismo exagerado sobre o mundo natural que se vê na poesia de autores como Alexander Pope (1688–1744), Huxley interpreta esse tipo de postura como alinhada à tradição dos estoicos, cujas teodiceias consistiam em procurar ver sempre algum bem oculto por trás de qualquer mal aparente. Huxley enxerga nessa postura uma atitude de má-fé perante os fatos reais. Em seguida, desafia o leitor e quaisquer adversários potenciais a apresentar um bem oculto no sofrimento animal:

That there is a 'soul of good in things evil' is unquestionable; nor will any wise man deny the disciplinary value of pain and sorrow. But these considerations do not help us to see why *the immense multitude of irresponsible sentient beings, which cannot profit by such discipline, should suffer; nor why, among the endless possibilities open to omnipotence—that of sinless, happy existence among the rest—the actuality in which sin and misery abound should be that selected* (Huxley, 1893a: 72).

O mesmo argumento da passagem acima é reforçado em outro ensaio - *The Struggle for Existence* - no qual Huxley (1888: 198) descreve um quadro de incontáveis gerações de animais herbívoros “atormentados e devorados por carnívoros”, sendo tanto os primeiros como os últimos “sujeitos a todos os tipos de penúrias derivadas da velhice, da doença e da multiplicação excessiva”. O autor prossegue:

From the point of view of the moralist the animal world is on about the same level as a gladiator's show. The creatures are fairly well treated, and set to fight—whereby the strongest, the swiftest, and the cunningest live to fight another day. The spectator has no need to turn his thumbs down, as no quarter is given. He must admit that the skill and training displayed are wonderful. But he must shut his eyes if he would not see that more or less enduring suffering is the meed of both vanquished and victor (Huxley, 1888: 199).

Nas duas passagens acima o problema teológico do sofrimento animal é exposto pelo autor em carne viva. Apontando para a presença constante da dor nas criaturas sencientes como uma incontestável evidência contrária à doutrina da benevolência do Deus cristão, Huxley lança o desafio para que os defensores da eterna bondade divina expliquem os motivos da condição de sofrimento perene dos animais em seus ambientes naturais.

3.5.3. O sofrimento animal como questão metafísica: a curiosa solução de Wallace

A provocação teológica feita por Huxley não ficaria sem resposta. Curiosamente, os argumentos huxleyanos contra a noção de benevolência divina seriam criticados por outro renomado evolucionista: Alfred Wallace, um dos pais – junto a Darwin - da teoria da seleção natural. O naturalista britânico Alfred Russel Wallace (1823–1913) foi um evolucionista ímpar. Cursando uma trajetória independente, Wallace havia chegado à mesma ideia que Darwin – a da seleção natural - para explicar a evolução das espécies, e apresentou ao mundo sua tese junto a Darwin em uma sessão conjunta no ano de 1858. Em termos de sua integração ao darwinismo como rede social, uma peculiaridade de Wallace que se faz notar é a de que, a despeito de suas

importantes contribuições científicas para a edificação do edifício teórico darwinista, Wallace não foi convidado a integrar o grupo seletivo do *X-club*. A peculiaridade de Wallace que mais nos interessa para os propósitos dessa tese, no entanto, diz respeito a seu posicionamento em relação ao darwinismo como sistema conceitual, pois as teses desse pensador que serão discutidas a seguir abrangem pelo menos três dos eixos temáticos do presente estudo – a saber: as questões da dor, da mente animal e da legitimidade da vivissecção.

Ao longo da trajetória pessoal e intelectual de Wallace, sua percepção sobre a importância da seleção natural na produção da variabilidade biológica foi se alterando significativamente, especialmente em relação à questão da origem da mente humana. Em um primeiro momento do pensamento wallaceano a seleção natural tinha imensa importância como mecanismo responsável pela evolução de todas as espécies biológicas, incluindo a humana. Em texto publicado em 1864 (logo, um ano após a publicação do *Man's Place in Nature* de Huxley e do *The Rights* de Cobbe), Wallace, discutindo a diferenciação entre as raças humanas, defendia o mecanismo de seleção natural como explicação da origem física e mental do homem. Sua tese era que com a peculiar evolução de sua mente, o homem fora progressivamente anulando as influências da seleção natural em sua estrutura física, embora continuasse sujeito à mesma no aspecto mental (Wallace, 1864).

A partir do fim da década de 1860, porém, Wallace teve seu interesse desperto por sessões mediúnicas de comunicação com os espíritos dos mortos - as quais haviam se tornado uma verdadeira febre então, ao ponto de chamar a atenção de vários darwinistas. Assistindo a uma ou mais dessas sessões, alguns destes apenas encontraram ali a confirmação de suas suspeitas de fraude e, portanto, a corroboração de suas crenças pessoais e científicas de viés mais materialista, como foi o caso de Lubbock, Huxley e o próprio Darwin. Outros passaram a integrar a concepção da alma a suas crenças e teses científicas, como foi o caso de Wallace (Browne, 2003), que a partir de tais influências reformularia seu ponto de vista sobre a evolução humana. Enfraquecendo a importância da seleção natural, Wallace passou a defender que esta era satisfatória como mecanismo explicativo da evolução de todos os demais seres vivos, mas não do homem. No caso desse último, a seleção natural teria influenciado sua evolução somente no sentido da linhagem de espécies ancestrais que conduziram ao gênero humano, mas o surgimento no mundo natural da espécie humana propriamente dita (ou mesmo de seus ancestrais homínidos) não poderia ser explicado pela seleção natural. Para tanto, o autor agora

evocava uma explicação sobrenatural: a intervenção ativa de “alguma inteligência superior”, pois “o rápido progresso da civilização sob condições favoráveis não teria sido possível, se o órgão da mente do homem [o cérebro] não houvesse sido preparado antecipadamente, plenamente desenvolvido no que diz respeito ao tamanho, estrutura e proporções” (Wallace, 1870: 357). Na verdade, essa intervenção sobrenatural não se restringia aos atributos mentais, mas também a algumas características físicas: a pele nua, a postura ereta, a “extrema perfeição” das mãos e órgãos vocais. Ainda assim, as faculdades mentais mais sofisticadas – como as abstrações matemáticas e filosóficas e o anseio por conhecer a verdade - se destacavam em Wallace como emblemáticas da unicidade humana. Tais atributos mentais seriam “essenciais para o perfeito desenvolvimento do homem como ser espiritual”, e Wallace considerava inconcebível imaginá-las “como tendo sido concebidas pela ação de uma lei que olha apenas, e só pode olhar unicamente, para o bem material do indivíduo ou da raça” (Wallace, 1870: 357). Outra evidência apresentada por Wallace em favor de sua tese da agência de uma inteligência superior na evolução humana era o argumento de que o cérebro humano teria sido preparado previamente para o desenvolvimento de capacidades mentais, uma vez que nas raças selvagens o cérebro humano tinha as mesmas dimensões que nos homens civilizados. Alegando que, em decorrência de seu estilo de vida, o selvagem não teria necessidade, para sua sobrevivência, de um cérebro maior que o dos animais inferiores, Wallace via o cérebro do selvagem como um órgão subutilizado. A estrutura e tamanho do cérebro selvagem somente se justificavam, segundo Wallace, pela ideia que de terem sido preparados para o desenvolvimento posterior, pelas raças civilizadas, de toda uma gama de faculdades mentais supérfluas e inexploradas na vida primitiva dos selvagens, como, por exemplo, o raciocínio abstrato.

Essa guinada radical do coautor da teoria da seleção natural não seria recebida por Darwin sem a previsível indignação, claramente visível em uma carta endereçada a Wallace em 26 de Janeiro de 1870, na qual acusava o amigo de escrever sobre a evolução humana como se fosse “um naturalista metamorfoseado na direção retrógrada” (Richards, 1989: 177). Também Huxley (2004 [1873]: 112) contestaria os argumentos de Wallace, alegando que mesmo no estilo de vida dos selvagens haveria inúmeras tarefas complexas que exigiam o uso das potencialidades cerebrais, tais como o conhecimento das propriedades das plantas e dos hábitos dos animais; a elaboração de estratégias de caça; a fabricação de cestos e lanças eficazes, e assim por diante. Mais que isso, em sua contraargumentação, Huxley dá exemplos de contextos nos quais as

faculdades mentais de alguns selvagens superariam a de muitos homens civilizados, como seria o caso dos indígenas americanos, cuja linguagem “exibe complexidades que um europeu bem treinado encontra dificuldades para dominar”. Huxley (*ibid.*) vai além, sustentando que “o trabalho intelectual de um ‘bom caçador ou [um bom] guerreiro excede consideravelmente aquele de um inglês comum”.

Essas diferenças pronunciadas entre o pensamento de Darwin e Huxley, de um lado, e o de Wallace, de outro, evidenciam as distâncias que se alargavam entre esses atores sociais. Em Darwin e Huxley uma visão secularizada da ciência e do mundo impunha e propunha uma leitura naturalista do homem e suas faculdades mentais. Em oposição a esse olhar, a concepção de Wallace procurava conciliar as novas descobertas e teorias científicas (em cuja formulação ele próprio tivera papel ativo) com as premissas teológicas tradicionais – no caso acima, a da existência de uma inteligência superior determinando os destinos da evolução humana. Outra premissa teológica fundamental seria objeto da atenção de Wallace, a saber: a tese da benevolência divina. Em seu esforço para integrar mais essa noção espiritualista à teoria evolutiva Wallace desenvolveria um texto com uma linha argumentativa um tanto inusitada. O problema metafísico que ele se dispunha a enfrentar nesse novo artigo era o mesmo que afligira Darwin e não escapara a Huxley: a existência do sofrimento animal no mundo natural.

A natureza é cruel? Essa frase faz parte do título de um ensaio de Wallace publicado no fim da primeira década do século XX. A segunda frase que completa o título é “O propósito e as limitações da dor” (Wallace, 1910). Nesse artigo Wallace procura resolver o problema teológico da dor animal salvaguardando, contudo, a existência de um Criador benevolente. Vale a pena, penso eu, dedicarmos alguns parágrafos à consideração das manobras retóricas às quais o naturalista-espiritualista recorre para conciliar o sofrimento dos animais com a bondade divina, pois esse conflito do secularismo darwinista com as concepções teológicas sobre o *status* e o papel do homem no mundo natural também informam a controvérsia antivivisseccionista da Inglaterra vitoriana.

Wallace (1910: 369) inicia seu ensaio comentando que os tempos em que vive estão marcados pela preocupação de muitas pessoas em relação à “vasta destruição” que se vê em todo o mundo. O autor entende que os detalhes da teoria darwinista teriam forçado a atenção pública para essa destruição, para sua universalidade, para sua vasta quantidade, para a própria necessidade dessa destruição como algo que proporciona os materiais para as constantes adaptações às mudanças, para o desenvolvimento do mundo

orgânico (Wallace, 1910: 369). Na condição dual de evolucionista e espiritualista, Wallace sente-se compelido a apresentar ao público sua visão acerca desse tema da destruição no mundo natural. Além disso, ele entende que a própria época em que vive assim o exige:

The knowledge of this startling fact has come to us at a time when there is a great deal of humanity in the world, when to vast numbers of persons every kind of cruelty is abhorrent, bloodshed of every kind is repugnant, and deliberate killing of a fellow-man the greatest of all crimes. *The idea, therefore, that the whole system of nature from the remotest eons of the past-from the very first appearance of life upon the earth-has been founded upon destruction of life, on the daily and hourly slaughter of myriads of innocent and often beautiful living things, in order to support the lives of other creatures (...)* is so utterly abhorrent to us that we cannot reconcile it with an author of the universe who is at once all-wise, all-powerful, and all-good. The consideration of these facts has been a mystery to the religious, and has undoubtedly aided in the production of that widespread pessimism which exists to-day; while it has confirmed the materialist, and great numbers of students of science, in the rejection of any supreme intelligence as having created or designed a universe which, being founded on cruelty and destruction, they believe to be immoral (Wallace, 1910: 369; grifos meus).

A passagem acima, escrita por um homem que viveu a maior parte de sua vida no século XIX, e publicada em um período no qual os valores caros à cultura vitoriana ainda se faziam sentir, anuncia essa preocupação moral coletiva com os atos de causar dor deliberada no outro, a repugnância pelo derramamento de sangue. Portanto, conceber a natureza como a responsável original pelo abundante sofrimento existente no mundo apresentava-se aos olhos de Wallace – e de grande parte dos homens de seu tempo – como uma interpretação incompatível com a da existência de um “autor que é a um só tempo todo-sábio, todo-poderoso e todo-bondoso”. Aceitar essa premissa de que no mundo natural imperam todas as formas de sofrimento intenso equivaleria, portanto, a renunciar à existência dessa inteligência suprema responsável pela criação do mundo, pelo desenho das formas orgânicas que o habitam e pela administração da bondade e da justiça em seus domínios. Não estando disposto a tal renúncia, Wallace se propõe a desconstruir a tese do sofrimento animal como fato científico incontestável.

A respeito de explorações prévias do tema do sofrimento animal por outros darwinistas, Wallace afirma não ter conhecimento de que Darwin tenha lidado com essa questão (no que não estava exatamente equivocado, pois aparentemente Darwin só tratou desse tema em sua autobiografia, e não em tratados teóricos), e em seguida transcreve uma passagem do texto, acima citado, do então também já falecido Huxley, cujas palavras Wallace considera “errôneas e enganosas (*misleading*)”. Descrevendo para seu leitor o quadro apresentado por Huxley, no qual os animais carnívoros tornam

miseráveis as existências dos herbívoros e onde a doença, a velhice e a competição por recursos garantem sua cota de sofrimento também para os predadores, Wallace (1910: 371) expressa ainda maior incômodo com a afirmação de Huxley de que “se nossos ouvidos fossem acurados o suficiente poderíamos ouvir suspiros e gemidos de dor como aqueles ouvidos por Dante no portão do Inferno”, motivo pelo qual – na percepção de Huxley - não seria concebível que o mundo fosse governado por meio de benevolência.

Wallace reconhece a competência e autoridade de Huxley, e é justamente a boa reputação desse homem de ciência que o preocupa. Ciente de que “uma opinião tão forte, vinda de uma autoridade de tal porte, deve ter influenciado milhares de leitores”, Wallace se compromete a demonstrar que essas afirmações não são sustentadas pelos fatos, e tampouco estão em conformidade com os princípios da evolução darwinista, da qual Huxley foi um advogado tão hábil e resoluto (Wallace, 1910: 371).

Condenando a abordagem tipicamente materialista de seus colegas darwinistas, Wallace observa que “eles preferem a concepção de um universo no qual a dor existe de forma *perpétua e inútil* a um [universo] no qual a dor é estritamente *limitada*, enquanto seus resultados benéficos são *eternos!*” (Wallace, 1910: 371, grifos no original). Sua crítica aos colegas vai mais longe, declarando que

None of these writers, however, nor, so far as I know, any evolutionist, has ever gone to the root of the problem, by considering the very existence of pain as being one of the essential factors in evolution; as having been developed in the animal world for a *purpose*; as being strictly subordinated to the law of *utility*; and therefore never developed beyond what was actually *needed* for the preservation of life. It is from this point of view that I shall now discuss the question (Wallace, 1910: 372)

Wallace adota a partir daí uma narrativa progressiva, acompanhando as formas de vida no planeta desde suas origens primevas até chegar à grande diversidade de criaturas da atualidade. Vem em seguida a conclusão:

We find, then, that the whole system of life-development is that of the lower providing food for the higher in ever-expanding circles of organic existence. That system has succeeded marvellously, even gloriously, inasmuch as it has produced, *as its final outcome*, *MAN*, the one being who can appreciate the infinite variety and beauty of the life-world, the one being who can utilise in any adequate manner the myriad products of its mechanics and its chemistry. (...) *That* is surely the glory and distinction of man - that he is continually and steadily advancing in the *knowledge* of the vastness and mystery of the universe in which he lives; and how any student of any part of that universe can declare, as so many do, that there is only a difference of *degree* between himself and the rest of the animal-world,--that, in Haeckel's forcible words, "Our own human nature sinks to the level of a placental mammal, which has no more value for the universe at large than the ant, the fly of a

summer's day, the microscopic infusorium, or the smallest bacillus,"--is altogether beyond my comprehension (Wallace, 1910: 373).

Observa-se aqui claramente que, desde sua incorporação da crença em uma inteligência sobrenatural guiando os destinos do homem e do cosmos, Wallace se converte em mais um defensor da singularidade mental do homem e da supremacia da espécie humana sobre o restante do mundo natural. Glorioso produto final de uma evolução guiada, a imagem do “HOMEM” wallaceano está bem ao gosto do modelo da teologia natural que Darwin e Huxley tanto haviam se empenhado - com um grau de êxito bastante satisfatório - em derrotar. Todavia, para que esse homem espiritualmente soberano possa retomar seu trono no mundo natural, Wallace precisa responder ao desafio lançado por Huxley, i.e., ele deve apresentar uma justificação teológica para o árduo problema do sofrimento animal. É o que ele tenta fazer, ao afirmar que um dos efeitos subsidiários do processo evolutivo que engendra formas sempre novas é que

no organ, no sensation, no faculty arises *before* it is needed, or in a greater degree than it is needed. This is the essence of Darwinism. Hence we may be *sure* that all the earlier forms of life possessed the minimum of *sensation* required for the purposes of their short existence; that anything approaching to what we term "pain" was unknown to them (Wallace, 1910: 374; grifos no original).

Ao afirmar que a dor não é inerente ao fenômeno do vivo, mas surge em determinado momento da progressão da evolução das formas sobre a Terra, o pensamento de Wallace está, nesse aspecto, em conformidade com o de Huxley. Entretanto, há na passagem acima uma diferença fundamental em relação à construção do argumento huxleyano: a noção de *necessidade*. Huxley situa a emergência da dor entre os animais como uma decorrência natural do aumento gradual da complexidade dos sistemas nervosos engendrados pela ação dos mecanismos evolutivos. Nessa chave, pode-se dizer que em Huxley há uma progressão no grau de sensibilidade animal derivada das relações de ancestralidade - ou descendência como modificação, se preferirmos usar um termo darwiniano. Em contraste, com essa abordagem, Wallace concentra seu foco não na ancestralidade, mas na validade adaptativa do traço biológico em questão: no caso, a dor. A dor surge – ou não – no reino animal caso confira uma vantagem adaptativa, que represente uma resposta necessária do organismo a novas exigências ambientais.

People will not keep always in mind that *pain exists in the world for a purpose, and a most beneficent purpose* - that of aiding in the preservation of a sufficiency of the

higher and more perfectly organised forms, *till they have reproduced their kind*. This being the case, it is almost as certain as anything not personally known can be, that *all animals which breed very rapidly (...) have little sensitiveness*, perhaps only a slight discomfort under the most severe injuries, and that *they probably suffer nothing at all* when being devoured. For *why should they? They exist to be devoured*; their enormous powers of increase are for this end; they are subject to no dangerous bodily injury until the time comes to be devoured, and *therefore they need no guarding against it through the agency of pain*. In this category, of painless, or almost painless animals, I think we may place almost all aquatic animals up to fishes, all the vast hordes of insects, probably all Mollusca and worms; *thus reducing the sphere of pain to a minimum throughout all the earlier geological ages, and very largely even now*. (Wallace, 1910: 375; *itálicos meus*).

Sobre o argumento acima convém observarmos que a categoria dos animais virtual ou completamente destituídos da capacidade de sentir dor, incluindo “hordas de insetos”, “quase todos os animais aquáticos” e “provavelmente todos os moluscos” abrange uma porção significativa do reino animal, o que tem como efeito “reduzir a esfera da dor a um mínimo”. Mais uma vez, a “baixa sensibilidade” desses grupos inteiros de espécies não é explicada por Wallace com base em sua posição na árvore filogenética e conseqüente grau de complexidade de sua organização nervosa. Moluscos, seres aquáticos e insetos não sentem dor porque *não precisam* da dor. Esses animais, que na construção teológica e teleológica de Wallace existem não por acaso ou para seu próprio benefício, mas para o bem de outras espécies que deles se alimentam, cumprem assim, sem sofrimento algum, seu papel na ordem natural e divina.

O que dizer, então, dos chamados ‘animais superiores’? Wallace também tem uma resposta para essa questão. Em primeiro lugar, o naturalista observa que a despeito de sua aparência, “as fileiras de dentes pontiagudos nas primeiras aves e répteis voadores” não deviam causar dor em suas presas, por estarem elas incluídas na categoria das criaturas insensíveis (Wallace, 1910: 375). Quanto às aves e mamíferos de pequeno porte – passarinhos, esquilos, camundongos e espécies afins - estes estariam “tão maravilhosamente ajustados a seus ambientes que, em um estado de natureza, ele dificilmente podem sofrer aquilo que chamamos de acidentes”, como por exemplo quedas que resultem na fratura de um membro. Da mesma forma, os ferimentos adquiridos em lutas raramente são sérios, e quase sempre se curam em pouco tempo (Wallace, 1910: 376). Dessa forma, prossegue Wallace, “são somente os mamíferos grandes, pesados e de movimentos lentos que podem estar sujeitos a um número razoável de lesões acidentais em um estado de natureza”, como conseqüência de eventos tais como rolamentos de pedras, avalanches, erupções vulcânicas ou quedas de árvores. Nesses casos, porém, a morte costuma advir de imediato, e mais uma vez os

animais seriam poupados da dor. Além disso, “visto que a dor desenvolveu-se para o *propósito necessário* de salvaguardar o corpo de perigos recorrentes, e não daqueles de rara ocorrência, ela não precisa ser muito aguda” (Wallace, 1910: 376, grifos meus). As duas palavras por mim grifadas são, quero reiterar aqui, fundamentais em toda essa construção retórica de Wallace de defesa da tese da benevolência divina. A dor só emerge nos seres para os quais ela é *necessária*, e essa necessidade está atrelada a um *propósito*. A crítica a essa noção da existência de um propósito *a priori* determinando o aparecimento de novos processos e eventos biológicos, a ideia de uma seta de direção da evolução decidindo, por assim dizer, quais propriedades físicas ou comportamentais devem existir em quais organismos constituiu uma importante frente de combate teórico para evolucionistas como Darwin e Huxley. Wallace, por sua vez, procurava resgatar e conciliar esse propósito (divino), integrando-o à sua versão pessoal da teoria evolutiva. Assim como, nas palavras de Wallace, a dor cumpria no mundo biológico o “*propósito necessário* de salvaguardar o corpo de perigos frequentemente recorrentes”, no mundo das ideias a construção wallaceana da dor também cumpria, por assim dizer, o importante papel de salvaguardar a imagem de um Deus benevolente, sábio e justo contra as evidências contrárias a essa doutrina apontadas pelos darwinistas – no caso, o sofrimento animal em estado de natureza.

Mas havia ainda outros fatos naturais a explicar. Vimos anteriormente que Huxley (1902 [1893b]) associava a emergência da dor no mundo natural à entrada no cenário evolutivo dos grandes animais carnívoros, com suas garras e dentes especialmente desenhados para infligir dor. Embora admitindo a força desse argumento específico, Wallace discorda de que ele constitua uma evidência da suposta “crueldade da natureza”, pois contesta tal interpretação da função dessas estruturas letais:

The idea that all these weapons exist for the *purpose* of shedding blood or giving pain is wholly illusory. As a matter of fact, their effect is wholly beneficent even to the sufferers, inasmuch as they tend to the *diminution of pain*. Their actual purpose is always *to prevent the escape of captured food*--of a wounded animal, which would then, indeed, suffer *useless* pain, since it would certainly very soon be captured again and be devoured. (...) The suddenness and violence of the seizure, the blow of the paw, the simultaneous deep wounds by teeth and claws, either cause death at once, or so paralyse the nervous system that no pain is felt till death very rapidly follows (Wallace, 1910: 376; grifos no original).

Por meio dessa manobra retórica, Wallace inverte a função e o propósito das armas anatômicas dos predadores. As presas da serpente, o ferrão da vespa, o bico da águia e os dentes e garras do tigre não são evidências do sofrimento animal, mas da

benevolência divina. Isso porque a eficácia e perfeição dessas estruturas revelariam, a um olhar mais atento, não instrumentos de crueldade, mas sim de misericórdia, expressa na morte imediata e indolor das presas abatidas.

Finalmente, ao discorrer sobre a própria espécie, é também na anatomia que Wallace se apoia para reafirmar a singularidade humana - no caso, em relação à questão da dor:

Our whole tendency to transfer **our** sensations of pain to all other animals is grossly misleading. The probability is, that *there is as great a gap between man and the lower animals in sensitiveness to pain as there is in their intellectual and moral faculties; and as a concomitant of those higher faculties.* **We** require to be more sensitive to pain because of our bare skin with no protective armour or thick pads of hair to ward off blows, or to guard against scratches and wounds from the many spiny or prickly plants that abound in every part of the world; and especially on account of our long infancy and childhood. And here I think I see the solution of a problem which has long puzzled me--**why** man lost his hairy covering, especially from his back, where it would be so useful in carrying off rain. *He **may** have lost it, gradually, from the time when he first became Man--the spiritual being, the "living soul" in a corporeal body, in order to render him **more sensitive*** (Wallace, 1910: 377; negritos do autor, itálicos meus).

Nessa passagem, a intrigante peculiaridade humana da escassez da cobertura pilosa típica dos mamíferos - característica que até hoje é alvo de especulações teóricas - é explicada por Wallace, mais uma vez, no contexto de um projeto e de um propósito: o da transcendência de sua condição anterior de ser natural para ser espiritual. Essa pele exposta às intempéries se configura aqui a um só tempo como marco inaugural da sensibilidade e da espiritualidade que, no discurso de Wallace, caracterizam, juntamente com as faculdades mentais mais elevadas, a singularidade mental *e física* da espécie humana. Esse evento evolutivo de distanciamento, pelo homem, de sua condição animal tem um momento histórico certo para acontecer, como se vê na sequência imediata da passagem acima:

From that moment he [man] was destined to the intellectual advance which we term civilisation. He was to be exposed to a thousand self-created dangers totally unknown to the rest of the animal world. His very earliest advance towards civilization - the use of fire - became thenceforth a daily and hourly danger to him, to be guarded against only by sudden and acute pain; and as he advanced onwards and his life became more complex; as he surrounded himself with dwellings, and made clothing and adopted cookery as a daily practice, he became more and more exposed to loss, to injury, and to death from fire, and thus would be subject to the law of selection by which those less sensitive to fire, and therefore more careless in the use of it, became eliminated (Wallace, 1910: 378).

Peço a atenção do leitor a essa passagem, que constitui uma sequência imediata da anterior. Se, como vimos logo acima, a articulação discursiva de Wallace faz

coincidirem a perda da cobertura de pelos com o aumento da sensibilidade, a transcendência da animalidade e o conseqüente ingresso do homem no domínio espiritual, agora o autor completa o quadro introduzindo um último fator: a civilização. No olhar de Wallace a condição verdadeiramente humana é, portanto, caracterizada pela reunião de todos esses elementos acima, e inaugurada junto ao grande marco antropológico de inauguração da civilização: a descoberta e domínio do fogo. Ponto de partida do processo civilizatório, o controle e conseqüente manipulação do fogo desencadeiam o nascimento de toda uma série de novos perigos para o homem, e é a partir desse evento histórico que a seleção natural passa a atuar sobre a espécie humana para favorecer a sobrevivência e reprodução dos indivíduos mais sensíveis:

Against this vast ever-present network of dangers, together with the ever-present danger of consuming fire, man is warned and protected by an ever-increasing sensibility to pain, a horror at the very sight of wounds and blood; and it is *this* specially developed sensibility that we, most illogically, transfer to the animal-world in our wholly exaggerated and often quite mistaken views as to the cruelty of nature! (Wallace, 1910: 379; grifos do autor)

Assim, seguindo e propondo uma direção oposta à adotada por autores como Darwin e Romanes, que coligiam numerosos exemplos de comportamentos complexos no mundo animal, em seus esforços de demonstrar uma relação de continuidade mental entre animais e humanos, Wallace desencoraja seu leitor a dar crédito a essas supostas evidências, as quais interpreta como projeções antropomórficas equivocadas e destituídas de valor científico. Aqui reside uma importante diferença nas construções argumentativas de Darwin, Romanes e Huxley de um lado e Wallace, de outro. Os três primeiros autores sustentam sua defesa da continuidade evolutiva entre animais e humanos na tese darwiniana da origem comum, enfatizando, assim, as similaridades físicas e mentais entre animais e humanos. Wallace, ao contrário, imbuído do intento oposto, i.e., o de demonstrar uma relação de *descontinuidade* física e mental entre animais e humanos, serve-se do mesmo arcabouço do evolucionismo darwinista, mas recorre a outra noção: a teoria darwiniana/wallaceana da seleção natural. Nessa curiosa operação de contorcionismo retórico, Wallace se apropria de uma teoria (da qual era coautor independente, vale sempre lembrar) que era acusada exatamente de apresentar as leis da natureza como impiedosas e indiferentes aos mais seres mais fracos, e a subordina aos desígnios de um Criador nos moldes cristãos. Nesse processo, do mesmo modo como os primeiros homens civilizados ter-se-iam apropriado de lobos selvagens e os transformado em cães leais, também Wallace domestica a teoria da seleção natural,

despindo-a de quaisquer possíveis traços de “crueldade”, para fazê-la servir a seus propósitos de provar a existência de uma divindade sábia, bondosa e justa a ditar o ritmo e o rumo da evolução das espécies e coroar o homem como sua obra-prima e derradeira. Em suma, a estratégia argumentativa wallaceana para solucionar o problema representado pelo sofrimento animal no estado de natureza é o de minimizá-lo a tal ponto, que equivale a negar a existência desse sofrimento animal. Em outras palavras, no discurso de Wallace, comprometido em assegurar a sobrevivência teológica da bondade divina, não existe sofrimento animal em estado natural. Somente absolvendo a natureza da injusta acusação de crueldade, Wallace consegue devolver a seu Deus a benevolência que o evolucionismo de Darwin e Huxley lhe usurpara, colocando em cheque e em risco Sua própria existência. Na construção de um argumento capaz de dar conta dessa operação são os animais que, por sua vez, veem ser usurpada sua senciência. Dessa forma, no discurso wallaceano o sofrimento de fato, a experiência de dor realmente intensa e, portanto, realmente pertinente, não existe nos domínios da natureza; a verdadeira dor nasce com o verdadeiro homem, o “Homem” autêntico, espiritualizado e civilizado, única criatura significativamente sensível.

3.5.4. Wallace e a vivissecção

Embora por caminhos diferentes, as especulações teóricas e soluções metafísicas de Wallace relacionadas ao problema do sofrimento no mundo natural faziam, na prática, com que o animal wallaceano se aproximasse muito do animal cartesiano, autômato e insensível, o qual o evolucionismo de Darwin estava, por assim dizer, levando à extinção. Se essas ideias de Wallace a respeito dos animais fossem amplamente adotadas, uma implicação ética poder-se-ia facilmente fazer notar, e ela dizia respeito à questão da vivissecção. É verdade que esse texto de Wallace foi publicado já no fim da primeira década do século XX – portanto, mais de trinta anos depois do período de maior agitação sobre o tema da vivissecção na Inglaterra. Ainda assim, a controvérsia a respeito dessa prática permanecia ocupando espaços significativos nos fóruns públicos (Ryder, 1989), de modo que a percepção wallaceana sobre a quase completa insensibilidade dos animais à dor poderia ter sido capitalizada pelos advogados da vivissecção, de modo a fortalecer eticamente seus argumentos com base nas ideias de um cientista de renome. Entretanto, mais uma vez aqui a posição de Wallace expressa sua heterodoxia em relação à rede social dos darwinistas. Em carta datada de 20 de setembro de 1905 endereçada a Walter Robert Hadwen (1854- 1932), um

químico farmacêutico então presidente da *British Union for the Abolition of Vivisection* fundada por Cobbe, Wallace afirma que

I have for some years come to the conclusion that *nothing but total abolition will meet the case of vivisection*. I am quite disgusted at the frequency of the most terrible experiments to determine the most trivial facts recorded in the publication of scientific societies month by month-evidently carried on for the interest of the 'research' and the reputation it gives (Wallace, 1905; grifos meus).

Embora essa passagem – tornada pública ao aparecer nas páginas do *Daily News* - contenha asserções contundentes contra a prática da vivissecação, seu conteúdo é eminentemente emotivo, não contendo argumentos racionais contrários à vivissecação. Todavia, essa não constitui a única declaração de Wallace sobre o tema. No próprio ensaio sobre a dor que estamos analisando, Wallace deixa claro que as possíveis implicações éticas de sua tese de que os animais sofrem muito menos que os humanos não escaparam à sua percepção. Antecipando o problema, o autor não se furtou a oferecer uma resposta. Nesse mesmo ensaio em que discute a dor animal Wallace incluiu uma seção intitulada “Um mal-entendido possível” (*A possible misconception*), que consiste em um parágrafo especialmente dedicado a tratar desse tema:

It may be said - I fear it will be said - that this idea of the lower animals suffering less pain than we suffer will be taken as an argument in favour of vivisection. No doubt it will; but that does not in the least affect the actual **truth** of the matter, which is, I believe, as I have stated. *The moral argument against vivisection remains, whether the animals suffer as much as we do or only half as much. (...) I myself am thankful to be able to believe that even the highest animals below ourselves do not feel so acutely as we do; but that fact does not in any way remove my fundamental disgust at vivisection as being brutalising and immoral* (Wallace, 1910: 381; negritos do autor, itálicos meus).

Nesse mesmo parágrafo Wallace enumera os motivos pelos quais manifesta sua “repulsa fundamental” em relação à vivissecação: 1) o efeito nocivo no operador, nos estudantes e nos espectadores; 2) “o indubitável fato de que a prática tende a produzir uma insensibilização (*callousness*) e uma paixão pelo experimento”, o que poderia resultar em experimentos não-autorizados com pacientes humanos em hospitais; 3) a “horrenda insensibilidade” (*horrible callousness*) envolvida no procedimento de “atar os sofrendores na mesa de operação, de modo que não possam expressar sua dor com sons ou movimentos”; 4) “o tratamento desses sofrendores após o experimento por atendentes indiferentes (*careless*), brutalizados pelo hábito; 5) a inutilidade de uma grande proporção desses experimentos, repetidos inúmeras vezes apenas para confirmar os

resultados obtidos por outros pesquisadores; 6) “a iniquidade de seu uso para demonstrar fatos já estabelecidos para estudantes de fisiologia em centenas de colégios e escolas em todo o mundo” (Wallace, 1910: 381).

Aqui se manifesta mais uma peculiaridade da posição de Wallace. Dos principais darwinistas britânicos, Wallace foi o único que não apenas não se envolveu de forma alguma no apoio à legitimação dessa prática, como também a condena de forma aberta e categórica no ensaio aqui analisado. Por outro lado, os motivos alegados para sua aversão em relação à vivisseccção são centralizadas não em preocupações com o sofrimento animal envolvido na prática, mas sim com o questionamento moral dos procedimentos e os possíveis efeitos deletérios sobre o caráter das pessoas, incluindo o risco dessa “paixão pelo experimento” deformar a tal ponto a índole do operador, que esse possa vir a realizar a suprema transgressão, ultrapassando a barreira das espécies para realizar a vivisseccção também em seres humanos. Em suma, as razões levantadas por Wallace para se opor à legitimação da dos experimentos fisiológicos não envolvem propriamente considerações éticas relativas aos animais, mas sim preocupações quanto ao desenvolvimento moral dos seres humanos.

3.6. DARWIN E A VIVISSECCÇÃO

3.6.1. Duas teses sobre a posição de Darwin

A prática da vivisseccção envolve, entre suas características mais comumente objetáveis, não apenas o sofrimento, mutilação ou morte causada aos animais utilizados, mas também um aspecto estético: a reação emocional à imagem de um animal aberto sobre uma mesa fria de metal e sob um bisturi igualmente frio, os cortes na carne viva, o derramamento do sangue. Esse aspecto estético também se aplica às cirurgias realizadas em seres humanos, e segundo declara Darwin em sua autobiografia, foi esse o principal motivo de ele ter abandonado suas pretensões quanto à carreira médica quando estudante em Edimburgo:

In Edinburgh I also attended on two occasions the operating theatre in the hospital at Edinburgh, and saw two very bad operations, one on a child, but I rushed away before they were completed. Nor did I ever attend again, for hardly any inducement would have been strong enough to make me do so; this being long before the blessed days of chloroform. The two cases fairly haunted me for many a long year (em Barlow, 1958: 48).

Essa aversão, manifesta por Darwin, a cenas envolvendo tecidos expostos e sangue vertendo de corpos vivos, comum a muitos indivíduos na sociedade ocidental e

sobre a qual Wallace (1910: 369) chamara atenção como característica de seu tempo é chamada por Stewart Richards (1992: 165) de “objeção estética”. Esse autor defende que tanto Huxley quanto Darwin, conhecidos apoiadores da vivisseção, não praticavam eles próprios experimentos fisiológicos em grandes animais devido a essa objeção estética, e não em decorrência de qualquer incômodo de ordem ética (Richards, 1992: 167). Outro autor, porém, também discutindo a posição de Darwin em relação à vivisseção, defende uma tese oposta. Em artigo recentemente publicado, David Feller (2009: 265) critica a tendência presente na grande maioria dos estudos historiográficos que abordam a atitude de Darwin em relação à vivisseção. Opondo-se mais diretamente à obra clássica de Richard French (1975), Feller afirma que “a caracterização tradicional de Charles Darwin como um forte advogado da experimentação fisiológica com animais” encabeçada pela obra de French retrata Darwin “como um soldado nos esforços de Thomas Huxley para preservar a experimentação anatômica em animais”, garantindo que esta não fosse afetada pela regulamentação governamental. Feller sustenta que essa interpretação feita por French se baseava em demasia na própria descrição feita por Huxley das batalhas legislativas de 1875. Tal visão estaria ligada, segundo Feller (2009: 265), a “uma propensão compartilhada por muitos historiadores de apresentar um legado de Darwin como um líder entre uma nova onda de cientistas, mesmo onde interesses pessoais pudessem indicar uma história conflitante”. Contrapondo-se a esse olhar, Feller declara que

As questões ligadas aos direitos animais envolviam, entretanto, mais que mera ciência para Darwin, e enquanto os debates a respeito de outras questões científicas não conseguiram inspirar Darwin a se tornar publicamente ativo, ele prontamente se uniu à batalha relativa à vivisseção, ajudando a esboçar a legislação que, em muitos aspectos, era mais protetora dos direitos animais até mesmo que os projetos propostos por sua amiga e antivivisseccionista, Frances Power Cobbe. Darwin pode não ter ficado oficialmente do lado de Cobbe nessa luta, mas sua correspondência pessoal durante o período entre 1870 e 1875 revela *um homem cujo primeiro interesse era o de proteger os animais do tratamento desumano, e em segundo lugar o de proteger as reputações daqueles homens e fisiologistas que eram seus amigos*, e que ele acreditava serem incapazes de [cometer] atos desumanos. Nesse último ponto ele e Cobbe nunca chegaram a um acordo, mas eles certamente concordavam quanto a um tratamento humano para os animais e à necessidade de proscriver várias formas de experimentação animal (Feller, 2009: 265; tradução e grifos meus).

Com essa tese um tanto radical e inusitada, Feller se contrapõe a praticamente toda a tradição historiográfica de interpretação da posição e ação política de Darwin em relação à vivisseção. Na presente seção me proponho a analisar mais detalhadamente

essa questão, discutindo como o evolucionista encarava essa prática em termos de seu valor científico, seu aspecto ético e seus sentimentos pessoais sobre o assunto. Ao longo dessa seção e do capítulo seguinte espero que possamos avaliar a pertinência dessa tese de Feller (2009) quanto a esse tema. Meu objetivo, obviamente, não será o de promover um julgamento histórico ou moral de Darwin, mas discutir a validade da ideia sustentada por Feller de que Darwin não teria tomado partido nessa disputa – ou, se tomou, teria sido do lado dos advogados dos interesses dos animais.

Examinemos os principais argumentos de Feller. Um desses argumentos é uma espécie de tentativa de instar o leitor a valer-se do próprio bom senso, considerando como Darwin se relacionava com os animais no âmbito pessoal, e como encarava os maus tratos a estes. Feller enfatiza a presença dos cães na vida pessoal de Darwin e as trocas de correspondências e impressões entre ele e Frances Cobbe, e defende que o envolvimento pessoal e a paixão de Darwin por cães faziam da oposição à crueldade contra os animais uma causa especialmente cara a ele (Feller, 2009: 269). A partir dessas evidências Feller sugere que seria um contrassenso acreditar que a atitude adotada por Darwin na controvérsia da vivissecção teria sido a de um mero ativista em prol da experimentação animal. Feller vai mais longe que isso, porém, e sustenta que na verdade “o esforço de Darwin para promover uma legislação com o objetivo de regular a experimentação fisiológica era a ação de um advogado dos animais tentando atuar a partir do interior da comunidade científica” (Feller, 2009: 266). Uma afirmação tão radical e categórica, que apresenta Darwin quase como um adversário infiltrado nas fileiras da ciência para proteger os animais dos excessos cometidos por praticantes incautos, precisa ser examinada. Começaremos analisando esse primeiro argumento de Feller, a respeito de como Darwin encarava e vivenciava as relações entre animais e humanos, e quais posturas adotava em relação aos maus tratos aos animais. Para isso recorrerei às palavras do próprio Darwin ou, quando isso não for possível, aos depoimentos de terceiros sobre sua forma de lidar com esse delicado assunto.

3.6.2. Darwin e o sofrimento animal como problema ético

É sabido que em sua juventude Darwin foi um aficionado da caça (Desmond & Moore, 2000: 38). Além disso, em sua longa viagem a bordo do S. S. Beagle na década de 1830 Darwin abateu centenas de animais de todos os tipos como parte da coleta de espécimes zoológicos para as coleções dos museus britânicos e para suas investigações científicas. Ainda assim, em sua vida cotidiana Darwin manifestava uma preocupação

significativa com a forma como os animais – fossem estes domésticos ou selvagens – eram tratados pelos seres humanos. Em sua autobiografia, Darwin faz essa preocupação remontar à própria infância, contando que quando menino tinha grande prazer em pescar, e nessa atividade passava horas seguidas à margem de um rio nas propriedades de seu tio, mas ao aprender que com água e sal podia matar previamente as minhocas usadas como isca nunca mais espetou no anzol uma minhoca viva (Barlow, 1958: 27).

Francis, filho de Darwin, se refere ao “forte sentimento de meu pai em relação ao sofrimento tanto de homens como de bichos (*beast*)”, e afirma que esse sentimento “era na verdade um dos mais fortes em sua natureza”. Essa preocupação com o sofrimento injustificável de animais e humanos, continua Francis Darwin, era manifesta nas atitudes de Darwin em assuntos pequenos e grandes, em sua simpatia pelo tratamento miserável empregado no adestramento de cães dançarinos para espetáculos ou em “seu horror ante o sofrimento dos escravos” que testemunhara sendo torturados no Brasil (Darwin, F., 1887c: 199).

A relação entre Darwin e os cães, a presença constante destes em sua vida e a forma como as faculdades mentais caninas foram incorporadas às construções teóricas de Darwin já foram examinadas em seção anterior. Nessa análise ficou visível a importância dos cães não apenas informando a argumentação de Darwin sobre a mente animal, mas também o espaço que esses animais ocupavam na vida pessoal e emocional de Darwin. Embora os cães ocupassem, indubitavelmente, um lugar de destaque no mundo interno de Darwin, isso não significa que eles preenchessem a totalidade do espaço de sua afeição por animais. Além dos cães, Darwin parecia nutrir especial apreço por cavalos. A esse respeito vimos na introdução dessa tese o testemunho da própria Frances Cobbe, que em sua autobiografia relatou que quando veraneavam na mesma localidade no País de Gales Darwin estava sempre a espantar as moscas da orelha de seu pônei (Cobbe, 1894b: 445). Francis Darwin acrescenta outro relato, comentando que certa vez um visitante que se dirigia a *Downhouse* (a propriedade dos Darwin) pedira ao cocheiro que dirigia seu táxi que aumentasse a velocidade. A isso o cocheiro teria respondido que se ele “estivesse chicoteando o cavalo na frente do Sr. Darwin como estou fazendo agora, ele teria descido da carruagem e me açoitado também” (Darwin, F., 1887c: 200). Ao que parece, a despeito de sua conhecida timidez, Darwin por vezes chegava realmente a interferir em defesa desses animais em praça pública. Francis Darwin (1887c: 200) relata outra ocasião na qual o pai teria retornado de sua caminhada

“pálido e abalado por ter visto um cavalo ser maltratado e devido à agitação por ter reprovado violentamente” o condutor do animal.

Essa consideração de Darwin pela dor animal não se resumia, porém, a cães ou cavalos. Na condição de magistrado local, Darwin intercedia em casos de maus tratos a animais de fazenda, sendo inclemente na imposição de multas e punições (Browne, 2003: 420). Tampouco as criaturas silvestres estavam excluídas dessas preocupações éticas de Darwin. Em 1863, o mesmo ano da publicação do *The Rights* por Cobbe, Emma Darwin tomou a iniciativa de publicar um manifesto contra a crueldade envolvida no uso de armadilhas de aço para a captura de animais selvagens (Litchfield, 1915b: 178), e Darwin apoiou a esposa nesse empenho, ajudando a esposa a redigir o texto e emprestando seu nome a essa campanha.

3.6.3. Darwin e sua atitude em relação à vivissecção

No que diz respeito especificamente à questão da vivissecção, podemos começar a explorar a importância desse tema para Darwin mencionando a existência de um acervo documental. A biblioteca central da Universidade de Cambridge possui, sob o código de referência *Dar.139.17*, uma série de documentos, pertencentes à coleção particular de Darwin, relativos específica e exclusivamente à vivissecção. Esse material, reunido pelo próprio Darwin, inclui cartas, ensaios, panfletos e matérias de jornais, entre outros, totalizando 25 itens (*Dar.139.17.1* a *Dar 139.17:25*) versando sobre a experimentação animal. Muitos dos artigos nele presentes são de autoria de Frances Power Cobbe ou mencionam essa autora. O Apêndice 1 contém em uma listagem desses documentos, com um breve sumário acerca de cada item. A presença desse material no acervo de Darwin evidencia a atenção que o evolucionista dedicava, e a importância que atribuía, a esse assunto²⁵.

²⁵ Consultei o Sr. Adam Perkins, curador das coleções de manuscritos científicos da Universidade de Cambridge, na expectativa de saber se esse material, presente em uma caixa de papelão com uma fita atada, foi reunido em separado pelo próprio Darwin, ou se tais documentos foram encontrados em meio a outros de sua coleção pessoal e reunidos por pessoal da própria biblioteca em função de sua temática. Infelizmente, me informou o Sr. Perkins, esse material (MS.DAR.139.17) integra um acervo maior (MS.DAR.139), que por sua vez faz parte de um conjunto ainda mais amplo de documentos presenteados pela família Darwin à biblioteca em 1942, mas devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial só foi integrado ao acervo em 1948. O curador me informou que não é possível sabermos ao certo o que aconteceu entre 1948 e a publicação do primeiro catálogo da coleção, em 1960 (H.R. Creswick, *Handlist of the Darwin Papers at the University Library Cambridge*, Cambridge University Press, 1960). Entretanto, prossegue o Sr. Perkins, no prefácio desse catálogo o bibliotecário da universidade afirma que esse material que chegou a Cambridge após a Guerra era composto de “parcelas, cada uma delas contendo pequenos pacotes de manuscritos embalados em papel de seda, nos quais os assuntos haviam sido anotados com a caligrafia de Darwin”. Ainda segundo o bibliotecário, citado textualmente pelo Sr.

O próprio filho de Darwin, Francis, se apressa em mostrar aos olhos públicos um homem que, embora apoiasse a prática, não era indiferente aos seus horrores. “A respeito do sofrimento dos animais sujeitos a experimentos”, diz Francis Darwin (1887c: 200), “nada poderia demonstrar um sentimento mais forte que o excerto de uma carta ao Professor Ray Lankester²⁶ em 22 de março de 1871”, abaixo:

You ask about my opinion on vivisection. I quite agree that it is justifiable for real investigations on physiology; but not for mere damnable and detestable curiosity. It is a subject which makes me sick with horror, so I will not say another word about it, else I shall not sleep to-night (em Darwin, F., 1887c: 200).

Nessa carta, escrita em um momento no qual as turbinas da controvérsia sobre a vivissecção apenas começavam a esquentar na Inglaterra, Darwin já apresenta uma posição política definida de apoio à prática da vivissecção. Por outro lado, o naturalista deixa clara sua condenação à realização de experimentos motivados “por mera curiosidade abominável e detestável”. Suas reações pessoais à ideia em si da vivissecção também são expressas aqui com grande intensidade, quando Darwin afirma que “a vivissecção é um assunto que me deixa nauseado de horror”, a tal ponto que prefere não se aprofundar no assunto, por temer que as imagens evocadas venham a assombrar sua mente pelo resto da noite, roubando seu sono. Essas palavras contundentes escolhidas por Darwin sugerem fortemente o quanto o tema da vivissecção o incomodava no âmbito pessoal. Ao que parece aos olhos de Darwin havia algo mesmo de indecente nas imagens evocadas pela ideia da vivissecção, pois na intimidade do lar esse assunto não era bem recebido, motivo pelo qual certa vez ele advertira seu amigo George Romanes a não abordar o tema “quando na presença de minhas damas” (Browne, 2003: 421), ou seja, a esposa e as filhas de Darwin.

Motivos para evitar o assunto na presença de suas ‘damas’ não deviam faltar, pois vimos anteriormente que Emma Darwin era uma pessoa preocupada com a crueldade contra animais, e que tanto ela quanto a filha Henrietta assinaram a petição apoiando o memorial de Cobbe pela restrição da vivissecção de 1875, documento tесе

Perkins, esses pacotes “estavam presumivelmente da exata maneira em que Darwin os havia deixado, e em coerência com isso, esse arranjo foi preservado, os volumes agora representando da forma mais fiel possível os papéis de Charles Darwin na ordem em que este os deixou”. Em suma, há fortes indícios de que esse material de vivissecção encontrado na coleção de Darwin havia sido reunido em uma caixa separada pelo próprio Darwin. Nunca teremos certeza disso, mas de qualquer modo permanece ao menos o fato de que Darwin mantinha em seu acervo pessoal esses documentos.

²⁶ Sir Edwin Ray Lankester (1847–1929), zoólogo e evolucionista inglês especializado em invertebrados. Ocupou cargos no University College de Londres e na *Oxford University*, além de ter sido o terceiro diretor do *Natural History Museum*, em Londres.

que o próprio Darwin se recusara a assinar. As razões da recusa de Darwin são explicitadas em carta à própria Henrietta, datada de quatro de janeiro de 1875, na qual o evolucionista comenta que

Your letter has led me to think over vivisection (...) for some hours, and I will jot down my conclusions, which will appear very unsatisfactory to you. I *have long thought physiology one of the greatest of sciences, sure sooner, or more probably later, greatly to benefit mankind*; but, judging from all other sciences, the benefits will accrue only indirectly in the search for abstract truth. *It is certain that physiology can progress only by experiments on living animals*. Therefore the proposal to limit research to points of which we can now see the bearings in regard to health, &c., I look at as puerile (em Darwin, F., 1887c: 202; grifos meus).

Vê-se que para Darwin o processo das descobertas científicas exige o acúmulo de muitas informações sem aplicabilidade imediata, o que torna ‘pueril’ qualquer tentativa de reduzir os experimentos com animais àqueles de valor prático indiscutível. Em outras palavras, a controvérsia a respeito da vivissecação já trazia à tona na sociedade vitoriana as preocupações com o debate que hoje contrapõe o que se convencionou chamar de ‘ciência básica’ *versus* ‘ciência aplicada’. Mais importantes para nossa discussão, porém, são a afirmação de Darwin de que a vivissecação é um procedimento indispensável à expansão da fisiologia experimental e a grande valorização por Darwin dessa ciência jovem, plena de promessas para a humanidade.

Até esse ponto, contudo, as palavras de Darwin não iam de encontro às reivindicações de antivivisseccionistas moderados como eram então Cobbe e seu grupo, que lutavam pela restrição dos experimentos com animais, e não pela abolição completa dos mesmos. É a respeito dessa questão que Darwin se posiciona em seguida:

I thought at first it would be good to limit vivisection to public laboratories; but (...) only men living in a few great towns would carry on investigation, and this I should consider a great evil. If private men were permitted to work in their own houses, and required a licence, I do not see who is to determine whether any particular man should receive one. It is young unknown men who are the most likely to do good work. *I would gladly punish severely any one who operated on an animal not rendered insensible, if the experiment made this possible*; but here again I do not see that a magistrate or jury could possibly determine such a point (em Darwin, F., 1887c: 202; grifos meus).

Com esses comentários, Darwin expressa sua reserva em relação a possíveis restrições governamentais, temendo que estas detenham o avanço da fisiologia experimental em terras britânicas. Note-se que a afirmação de que “puniria com prazer” um indivíduo que realizasse experimentos dolorosos é seguida de duas ressalvas. Primeiramente, a punição somente seria merecida se o experimento pudesse prescindir

da anestesia sem comprometer os resultados. Em seguida, Darwin acrescenta objeções de ordem prática a tais penalizações: não vê como um magistrado ou júri poderia deliberar sobre a legitimidade ou não de um experimento doloroso.

Therefore I conclude, if (as is likely) some experiments have been tried too often, or anæsthetics have not been used when they could have been, the cure must be in the improvement of humanitarian feelings. Under this point of view I have rejoiced at the present agitation. *If stringent laws are passed, and this is likely, seeing how unscientific the House of Commons is (...) the result will assuredly be that physiology, which has been until within the last few years at a standstill in England, will languish or quite cease.* It will then be carried on solely on the Continent; and there will be so many the fewer workers on *this grand subject*, and this I should greatly regret. *I cannot at present see my way to sign any petition, without hearing what physiologists thought would be its effect, and then judging for myself. I certainly could not sign the paper sent me by Miss Cobbe, with its monstrous (as it seems to me) attack on Virchow for experimenting on the Trichinæ* (em Darwin, F., 1887c: 202; grifos meus).

A preocupação com o avanço da fisiologia britânica é aqui ainda mais explícita, assim como a descrença de Darwin na competência dos parlamentares ingleses para legislar com isenção sobre assuntos científicos. O risco é demasiado grande: a estagnação da fisiologia experimental britânica e consequente defasagem da mesma em relação aos países do continente. Dessa maneira Darwin prefere apostar na “cura” do problema de eventuais abusos pelo aprimoramento dos sentimentos humanitários na cultura de seu país. Há ainda nessa passagem a assunção de um compromisso com sua rede social-profissional: Darwin não assumirá quaisquer posturas oficiais sobre o tema antes de consultar seus amigos fisiologistas sobre a adequação dessa ou daquela atitude. Finalmente, fica marcado aqui o rompimento com a Srta. Cobbe, a mentora do memorial que Darwin declinava de assinar também por considerar injustas – na verdade, “monstruosas” - suas acusações ao cientista alemão.

À luz do conteúdo da carta acima, podemos discutir dois outros argumentos de Feller em defesa de sua imagem de Darwin como acima de tudo um advogado dos interesses animais. Em primeiro lugar, Feller (2009: 269), enfatizando a participação ativa de Darwin no *lobby* para levar às Casas do Parlamento o projeto de lei de Lyon Playfair, observa que tal projeto era na verdade mais rigorosamente restritivo à experimentação animal que aquele defendido por Cobbe e apresentado na mesma época pelo Lorde Henniker. Apoiando-se nessa iniciativa de Darwin de promover a implementação de uma legislação restritiva da vivissecção e na severidade do conteúdo do projeto de Playfair, Feller pretende reforçar seu argumento de que Darwin na

verdade lutava primariamente pela restrição a possíveis abusos, e não pela legitimação irrestrita da experimentação animal na Grã-Bretanha. Entretanto, a carta acima não sugere exatamente um protetor dos animais ávido pela implementação de uma lei restritiva; ao contrário, Darwin, descrente da qualificação dos membros do parlamento em assuntos científicos, mostra-se preocupado com a possibilidade de que uma nova legislação venha a barrar o avanço da investigação fisiológica.

Não convém, entretanto, nos basearmos no conteúdo de uma só carta para analisar os vários ângulos da posição de Darwin a respeito de um tema tão delicado. O conteúdo de outra carta, escrita apenas dez dias depois daquela destinada a Henrietta, talvez seja capaz de elucidar com maior abrangência a atitude de Darwin face ao espinhoso tema da experimentação animal. Datada de 14 de janeiro de 1875, a carta abaixo foi endereçada ao seu grande aliado²⁷, Thomas Huxley:

My dear Huxley, I received some time ago a foolish paper from Miss Cobbe about vivisection which I did not sign, & this morning I have received a duplicate asking for my signature, which I shall refuse. But I see the paper is now signed by many powerful names, including some doctors. It is to be presented to the House of Lords by the Archbishop of York. (...) Other papers are likewise in circulation, & from what I see of their effect on sensible & independant people (eg my brother & the Litchfields), I fully believe that the House of Commons, being thoroughly unscientific, will pass some stringent Law, enough to check or quite stop the revival of Physiology in this country. I am sure you will agree with me that this will be a great misfortune (DCP, carta 9817; grifos meus)

Nesse extrato da carta, salta aos olhos a preocupação de Darwin não com o sofrimento dos animais, e sim com as manobras de Cobbe e outros antivivissecionistas, cujas petições estão por bater às portas do parlamento a qualquer momento. O receio aqui expresso por Darwin não é ligado ao sofrimento animal, mas à reafirmação da apreensão comunicada à filha Henrietta na carta anterior quanto ao risco de que as reivindicações contidas nessas petições venham a acarretar na promulgação de “alguma lei severa” que venha a impossibilitar o progresso da fisiologia experimental britânica, “e isso seria um grande infortúnio”. Mas a carta continua:

A pamphlet by Miss Cobbe also makes me think (though the evidence is not quite sufficient) that many demonstrated truths causing great suffering are uselessly repeated; & I have reason to believe that experiments are made in animals without the use of anaesthetics, when they could be used, & this I look at as simply

²⁷ O resumo dessa carta (nº 9817), encontra-se disponível no site do *Darwin Correspondence Project* [<http://www.darwinproject.ac.uk/entry-9817>]. Agradeço ao Dr. Paul White, da Universidade de Cambridge e integrante da equipe responsável por esse projeto, pela cortesia de me disponibilizar o conteúdo completo dessa carta.

atrocious. Though the promoters of the present movements are flagrantly unjust towards physiologists, this is no reason why they and all biologists should not do what can be done to save suffering. (DCP, carta 9817).

Abstive-me de grifar qualquer parte do trecho acima porque, em meu ver, cada frase é importante em termos do que estamos explorando aqui. Em primeiro lugar, na atmosfera de confidencialidade com seu correspondente, Darwin reconhece pelo menos parcialmente a justiça e veracidade de algumas denúncias feitas por Cobbe, a mesma a quem ele acabara de se referir como autora de um “texto tolo” e que ele condenara, na carta a Henrietta, por ter feito um “ataque monstruoso” a Rudolf Virchow. Aqui Darwin admite, em privado, que possivelmente estariam acontecendo em seu país inúmeras demonstrações desnecessárias envolvendo a vivisseção, e também afirma que tem “motivos para crer que estão sendo realizados experimentos sem o uso de anestésicos, quando estes poderiam ser usados”. A frase final dessa passagem expõe com clareza duas facetas da percepção do problema por Darwin. Por um lado, ele entende que os antivivisseccionistas são “flagrantemente injustos em relação aos fisiologistas”, mas em seguida adverte que esse não é um motivo válido para que todos aqueles que realizam experimentos com animais se abstenham do esforço de mitigar o sofrimento animal nos laboratórios fisiológicos. Esse extrato da carta, portanto, diferentemente do trecho antecedente, revela uma face mais humanitária e relativamente coerente com a interpretação de Feller a respeito das motivações e intenções de Darwin em relação à questão da vivisseção. Vejamos o que se segue a isso:

I think that if they were to present a petition to the House of Commons, signed by eminent physiologists & biologists, praying for reasonable legislation on the subject,-- they would not only do direct good, but this would be by far the best way to counteract the passionate approach of the promoters of the present movement. You know the report of British Association at Liverpool (1870) signed by B. Sanderson, Flower, Humphry & others. This I should think would be an excellent model, & I for one should rejoice to sign a petition to the House that this Report should be enforced as far as possible by Law. *Regulations known to be passed in conformity with the judgement of eminent physiologists could hardly fail to have at least a moral effect in all Physiological Laboratories in England; & this would be a grand result (...)*. As you live in London & see other Physiologists you could easily gather whether they take at all the same view of the subject as I do. *If nothing is done I look at the noble science of Physiology as doomed to death in this country.* (DCP, carta 9817; grifos meus)

Aqui Darwin retoma a ênfase na preocupação com os destinos da fisiologia experimental britânica. Darwin considera fundamental que o grupo dos fisiologistas

elabore uma petição própria, para contrapor à de Cobbe e demais “promotores passionais do presente movimento”. O modelo que ele propõe que seja adotado como referência para tal petição é o do documento de compromisso ético em relação à vivisseccção redigido por Sanderson e outros no encontro da BAAS em Liverpool em 1870 – o mesmo documento que Cobbe aplaudira em um primeiro momento e cujo descumprimento imediato tanto havia revoltado a ela e outros militantes. Caso nenhuma medida seja tomada para deter os avanços dos antivivisseccionistas, afirma Darwin, a “nobre ciência da fisiologia” estará sob o risco de ser “condenada a morte nesse país”.

Huxley respondeu a essa carta no dia 22 de janeiro, dizendo concordar com a proposta de Darwin “por uma questão de justiça, em primeiro lugar, mas também por considerar que essa proposta constituía “o melhor método de arrebatar o vento da vela do inimigo”²⁸, referindo-se a Cobbe como adversária deles nessa batalha. Nesse meio tempo, Darwin já havia-se correspondido com Hooker, em carta datada de 14 de janeiro. Nessa carta Darwin informa seu interlocutor que após ter “trabalhado o tempo inteiro na questão da vivisseccção”, ele, Sanderson, John Simon e Huxley agora “consideramos ser aconselhável ir além de uma mera petição” (Darwin, F, 1887c: 204).

Analisando o conteúdo da carta acima em sua totalidade podemos observar que Feller chamou a atenção para um ponto importante que talvez tenha sido negligenciado por French (1975): a preocupação autêntica de Darwin com o sofrimento animal. Como Feller (2009: 276) sustenta, caracterizar a atuação de Darwin na controvérsia antivivisseccionista como uma espécie de lobista dos interesses da fisiologia experimental totalmente indiferente ao sofrimento animal equivaleria a subvalorizar sua longa história pessoal e profissional de envolvimento com os animais em geral e com os cães, em particular. Também considero pertinente a afirmação de Feller de que Darwin era um homem de motivações pessoais e emocionais que excediam seus interesses científicos objetivos (Feller, 2009: 271), e os sentimentos pessoais de Darwin de aversão em relação às imagens evocadas pela ideia de vivisseccção sugerem que Feller também tem razão ao declarar que “os interesses concorrentes da compaixão humana, da amizade e do progresso científico pesaram, todos eles”, em Darwin (Feller, 2009: 271). Entretanto, entendo que perceber ou creditar a Darwin uma preocupação autêntica com os aspectos éticos da vivisseccção não nos autoriza a enxergar no evolucionista um advogado dos direitos animais motivado primariamente pelos interesses dos animais, e

²⁸ “The best method of taking the wind out of the enemy's sails”, no original em inglês.

apenas secundariamente pelos da ciência. Defendo que havia provavelmente em Darwin, sim, uma atitude interna de ambivalência emocional em relação à experimentação animal. Todavia, até onde a história registrou – ou, ao menos, até onde minhas investigações me permitiram chegar (e os argumentos de Feller não me convenceram do contrário) – essa consideração de Darwin pelos animais, embora explicitada publicamente, nunca sobrepujou sua defesa dos interesses da ciência. Para esclarecer meu argumento, penso ser fundamental diferenciar os sentimentos de Darwin em relação ao tema de suas ações e declarações públicas. Para discutirmos qual foi o posicionamento ‘oficial’, por assim dizer, de Darwin, em relação à vivissecção, creio não haver fonte mais adequada do que o registro de seu depoimento perante a *Royal Commission on Vivisection* no ano de 1875.

3.6.4. A posição oficial de Darwin: O depoimento à Royal Commission

Charles Darwin compareceu para prestar seu depoimento à *Royal Commission* no dia 3 de novembro de 1875. Em seu breve depoimento, Darwin respondeu a doze perguntas²⁹. Segue o depoimento de Darwin (PP, 1876a: 233-234), que aqui transcrevo na íntegra, entrecortado por comentários nos pontos que considero mais significativos. Todos os grifos são meus.

4661. (*Chairman.*): We are very sensible of your kindness in coming at some sacrifice to yourself to express your opinions to the Commission. *We attribute it to the great interest which we know you take in the subject referred to us, both on the score of science and also on the score of humanity?*

(Darwin): Yes, I have felt a great interest in it.

Abrindo o inquérito de Darwin pedindo sua confirmação de seu grande interesse na ciência, o chairman dá o tom do depoimento: os interesses da ciência britânica – e não os interesses dos animais - como questão central.

4662. (*Chairman.*): I think you took part in preparing the resolutions, of the British Association at their meeting in Edinburgh in 1871?

(Darwin): No; I had nothing to do with that. I was very glad to see them, and approved of them; but I had nothing to do with the framing of those resolutions; I did not attend the meeting.

4663. (*Chairman.*): But you signed a petition which embodied them?

(Darwin): When they were sent to me I may have done so. I do not remember it; but if my signature is attached I must have given it; I had forgotten it.

²⁹ A numeração das perguntas corresponde à sequência de perguntas do conjunto de depoimentos à *Royal Commission*. Isso significa que, por exemplo, a primeira pergunta, de número 4661, era a 4661ª arguição feita a algum depoente da comissão.

4664: But you cordially approved of them?—I cordially approved of them. I had occasion to read them over lately at the time when this subject was beginning to be agitated. *I read them over with care and highly approved of them then.*

Observemos aqui a aprovação e endosso por Darwin das resoluções acordadas entre os fisiologistas britânicos no encontro de Liverpool em 1870. Vimos que na carta a Huxley, sugerindo uma petição dos fisiologistas para implementação de uma legislação regulamentado os experimentos com animais, Darwin sugeriu que essas resoluções servissem de modelo.

4665. (*Chairman.*): I think you took some part in the preparation of a Bill which was ultimately laid before the House of Commons by Dr. Lyon Playfair?

(Darwin): *In the steps preparatory to that Bill, but the Bill itself did not exactly express the conclusions at which after consultation with several physiologists we arrived; I apprehend that it was accidentally altered.*

4666. (*Chairman.*): But in the main you were an approving party?

(Darwin): In the main.

Rejeitando a autoria de alguns aspectos do projeto do Dr. Playfair, atribuindo-os a alterações acidentais, mas declarando aprová-lo no âmbito geral, Darwin diplomaticamente consegue se posicionar de forma a não ofender Playfair, nem entrar em desacordo com fisiologistas como Sanderson, que criticaram algumas partes do projeto. Esse ponto é importante, pois, conforme vimos acima, um dos argumentos de Feller (2009: 269) para sustentar a imagem de Darwin como acima de tudo um defensor dos animais é a de que o projeto de Playfair, esboçado a partir de iniciativa de Darwin e por este mediado, seria mais restritivo em relação à vivissecção que o do Lorde Henniker, defendido por Cobbe. Entretanto, se levarmos em conta a postura pública de Darwin, vemos que ele não endossou o projeto de Playfair de forma irrestrita, ou seja, não afirmou publicamente sua concordância com aqueles pontos restritivos que tanto haviam incomodado os fisiologistas.

4667. (*Chairman.*): You have never, I think, yourself, either directly or indirectly been connected with the practice of trying experiments upon living animals?

(Darwin): *Never.*

4668. (*Chairman.*): Will you have the kindness to state to us the views which you desire to lay before the Commission in connexion with it?

(Darwin): The first thing that I would say is, that *I am fully convinced that physiology can progress only by the aid of experiments on living animals. I cannot think of any one step which has been made in physiology without that aid.* No doubt many surmises with regard to the circulation of the blood could be formed from the position of the valves in the veins, and so forth, but certainty such as is required for the progress of any science can be arrived at in the case of physiology only by means of experiments on living animals.

4669. (*Chairman.*): Then I need hardly ask you what your opinion is as to the notion of prohibiting them altogether?

(Darwin): *In my opinion it would be a very great evil, because many reasons, mostly general, but some special, may be assigned for a full conviction that hereafter physiology cannot fail to confer the highest benefits on mankind. Many grounds, I think, can be assigned for this conviction.*

A posição de Darwin, como um consagrado homem de ciência que não está diretamente alinhado com a pesquisa fisiológica, confere a seu depoimento uma atmosfera de maior isenção. Essa condição de idoneidade de Darwin potencializa suas declarações, e elas são categóricas. A despeito de não ter interesses diretos na legitimação da vivissecção, ainda assim ele afirma estar “plenamente convencido de que a fisiologia somente pode progredir com o auxílio dos experimentos em animais vivos”, e declara que uma proibição completa desses experimentos constituiria “um grande mal”, já que essa ciência em florescimento está prestes a “conferir os mais elevados benefícios à humanidade”.

4670. (*Chairman.*): Is it your opinion that most of the experiments can be performed while the animal is entirely insensible to pain?

(Darwin): That is my belief; but I ought to state that I have no claim to rank as a physiologist. I have, during many years, read largely on the subject, both general treatises and special papers, and in that respect I have gained some general knowledge, but as I have said, *I have no claim to be called a physiologist, and I have had nothing to do in teaching physiology; but from all I can learn, the exceptions are extremely few in which an animal could not be experimented on in a state of entire insensibility.*

4671. (*Chairman.*): Then to hesitate to perform experiments, though painful in their nature, when the animal was rendered insensible, would not be, in your opinion, a judicious course to recommend to the Queen and Parliament?

(Darwin): Certainly not. It is unintelligible to me how anybody could object to such experiments. *I can understand a Hindoo, who would object to an animal being slaughtered for food, disapproving of such experiments, but it is absolutely unintelligible to me on what ground the objection is made in this country.*

4672. (*Chairman.*): Now with regard to trying a painful experiment without anæsthetics, when the same experiment could be made with anæsthetics, or, in short, inflicting any pain that was not absolutely necessary upon any animal, what would be your view on that subject?

(Darwin): *It deserves detestation and abhorrence.*

Nessas perguntas finais do depoimento de Darwin dois pontos merecem nossa especial atenção. Em primeiro lugar, a resposta de Darwin à pergunta de nº 4671 aponta o que ele considera uma contradição gritante na atitude dos antivivissecionistas: embora se oponham à experimentação animal, eles não se abstêm da alimentação carnívora, que implica a matança anual de milhares ou milhões de cabeças de gado. O segundo aspecto que considero importante é a ênfase das três perguntas acima naquele

que constituía então o principal cavalo de batalha na controvérsia da vivissecção: o problema da dor. As palavras de Darwin em resposta à última pergunta do *chairman* – na verdade, as últimas palavras por ele proferidas em seu depoimento – são contundentes: infligir dor desnecessária a um animal constitui um ato detestável e abominável. A um primeiro olhar, desatento, poderíamos ver aqui uma confirmação da tese de Feller, de que a principal motivação de Darwin ao aderir à batalha legislativa em torno da vivissecção diria respeito a seu desejo de proteger os animais, acima de tudo. Richard Ryder, por exemplo, analisando esse mesmo depoimento de Darwin, afirma que “nessas trocas a posição de Darwin permanece ambígua, em parte, podemos sentir, devido às perguntas complexas e tendenciosas feitas pelo *chairman* da *Royal Commission*, mas também, talvez, devido a seus próprios sentimentos conflitantes – o choque entre seu amor pela ciência e sua raiva contra a crueldade” (Ryder, 1989: 159). “Não obstante”, prossegue Ryder (1989: 159), “sua repulsa (*detestation*) geral pela dor emerge claramente”. Entretanto, precisamos observar as palavras usadas pelo *chairman* com mais cuidado. O que ele pergunta a Darwin é o que este pensa do ato de infligir dor quando esta não é absolutamente *necessária*. Atentemos aqui para essa palavra – ‘necessária’ – pois ela faz toda a diferença nessa discussão. É a administração de dor *desnecessária* em um experimento – e não a de qualquer dor - que Darwin declara sua oposição de forma tão veemente ao fim do seu depoimento à *Royal Commission*.

Sendo a questão da dor uma preocupação central na cultura vitoriana, um dos pontos nevrálgicos que tornaram inconciliáveis as reivindicações dos antivivisseccionistas com as demandas dos fisiologistas e seus apoiadores foi, justamente, a legitimidade de experimentos dolorosos com animais. Conforme vimos também, já em *The Rights*, Cobbe, que ainda então depositava grande fé na ciência e nos sentimentos humanitários dos fisiologistas britânicos, já defendia a completa proibição de experimentos sem anestesia, sem admitir quaisquer exceções. Esse critério era nada menos que “a linha que a Providência traçou para nós, clara como a luz do dia” (Cobbe, 1866 [1863]: 594). Reivindicação inegociável na plataforma do movimento antivivisseccionista, a exigência da supressão completa de quaisquer experimentos dolorosos constituía um ponto de consenso das organizações britânicas de luta pela abolição ou restrição da experimentação animal. Analisando a postura de Darwin quanto a esse ponto, vemos que ele não se posicionou contra os experimentos dolorosos *per se*, mas apenas àqueles que eram realizados sem necessidade.

É verdade que com base apenas em seu depoimento na *Royal Commission* ainda poderíamos supor que as palavras de Darwin não são conclusivas a esse respeito, já que o *chairman* (propositalmente, como sugere Ryder?) não o indagou sobre sua opinião quanto à legitimidade dos experimentos dolorosos necessários, por assim dizer, aos objetivos de uma pesquisa fisiológica. Entretanto, temos mais indícios a esse respeito em sua correspondência. Começemos por uma carta aberta, enviada ao *Times* no dia 14 de abril de 1881. Essa carta havia sido originariamente dirigida ao professor Frithjof Holmgren, um cientista sueco, que havia perguntado a Darwin sua opinião sobre a vivisseção. O texto da carta de Darwin em resposta a Holmgren inclui uma passagem na qual o evolucionista refere-se aos acontecimentos turbulentos dos anos de 1875 e 1876 relativos ao tema:

Several years ago, when the agitation against physiologists commenced in England, it was asserted that inhumanity was here practised, and useless suffering caused to animals; and I was led to think that it might be advisable to have an Act of Parliament on the subject (em Darwin, F., 1887c: 205; grifos meus).

Nessa passagem as denúncias de “desumanidade” praticada por fisiologistas ingleses são caracterizadas pela suspeita de que estes infligiam “sofrimento desnecessário” aos animais usados em seus experimentos, e não por simplesmente causarem sofrimento em si, necessário ou não. Outra carta de Darwin foi publicada no mesmo jornal uma semana mais tarde, dessa vez em resposta a uma carta de Cobbe também publicada no *Times*, questionando a defesa feita por Darwin em relação à idoneidade dos fisiologistas ingleses. Datada de 21 de abril de 1881, essa nova carta de Darwin reafirmava sua defesa dos fisiologistas ingleses, os quais, segundo ele, nutriam preocupações humanitárias que os diferenciavam dos colegas do continente. Em um trecho da carta Darwin cita como evidência em defesa dos fisiologistas britânicos as palavras dos integrantes da *Royal Commission*, os quais, por sua vez, se referiram ao depoimento do secretário da RSPCA (John Colam), que havia confirmado a percepção desse diferencial de comportamento humanitário na atitude dos vivissectores britânicos em relação aos animais usados nos experimentos. Nessa citação, Darwin, ainda se referindo ao depoimento de Colam relatado pelos *commissioners*, observa que este, quando indagado se

the pain which they inflict is pain which it is not justifiable to inflict even for the scientific object in view, he readily acknowledges that he does not know a single case of wanton cruelty, and that in general the English physiologists have used

anæsthetics where they think they can do so with safety to the experiment." (em Darwin, F., 1887c: 208; grifos meus).

Mais uma vez, observe-se que a humanidade dos fisiologistas ingleses é aqui aferida não por sua abstenção de realizar experimentos dolorosos, mas sim porque eles só os realizam quando os mesmos são considerados necessários para o esclarecimento de um determinado problema científico. Nesse caso, os experimentos dolorosos são percebidos como justificáveis e legítimos.

As duas cartas acima expressam posturas de Darwin assumidas publicamente quanto à legitimidade dos experimentos dolorosos. A defesa da validade de tais experimentos quando realizados em nome da descoberta científica relevante aparece também na correspondência privada do evolucionista. Aquela mesma carta endereçada à filha Henrietta que examinamos anteriormente toca no assunto. Vimos acima que nessa carta Darwin diz à filha que “puniria com prazer qualquer um que fizesse uma operação em um animal que não tivesse sido insensibilizado, *se o experimento o permitisse*. Em outra passagem, Darwin comenta que, “a propósito, F. Balfour, que trabalhou por dois ou três anos no laboratório de Cambridge, declara a George³⁰ que ele nunca viu um experimento no qual os animais não fossem insensibilizados” (em Darwin, F., 1887c: 202). Entretanto, a carta possui um pós-escrito:

P.S. After what I have said about Balfour I must add that I have this minute heard from Frank, that [Emanuel] Klein in the case of frogs does not always [use] anaesthetics, when he could do so & this is atrocious³¹.

Esse pós-escrito foi suprimido na versão da carta editada por Francis Darwin, certamente por motivos políticos e diplomáticos relacionados à rede social em que Darwin estava inserido, de modo a não ferir os brios ou a reputação de Emanuel Klein, aquele mesmo cujo depoimento à *Royal Commission* prestado alguns meses mais tarde despertaria tanta polêmica por sua declaração de completa indiferença ao sofrimento dos animais que usava em seus experimentos (ver capítulos 1 e 4). Aliás, seria esse depoimento que mobilizaria a rede de pró-vivisseccionistas, através de Huxley, a convencer Darwin a depor perante essa comissão, de modo a dirimir os danos causados

³⁰ George Howard Darwin (1845-1912), um de seus filhos.

³¹ O ‘Frank’ ao qual Darwin se refere é seu filho Francis Darwin (1848-1925), o mesmo que coligiu e publicou a correspondência de Darwin em três volumes. No processo de edição esse pós-escrito foi, entretanto, suprimido por Francis. Essa versão da carta consta da coleção do *Darwin Correspondence Project* (carta nº 9799), mas no *website* somente se encontra disponível o resumo da mesma. Mais uma vez, agradeço à cortesia do Dr. Paul White pelo conteúdo integral da carta.

por Klein. Note-se, portanto, que antes dos trabalhos da *Royal Commission* terem sequer sido abertos, a má reputação de Klein como fisiologista insensível já chegara aos ouvidos de Darwin, que em confiança à filha condenava veementemente a conduta desumana desse fisiologista.

Perceba-se, ainda, que essa condenação de Klein por Darwin se refere a experimentos dolorosos realizados em sapos, que eram animais considerados muito menos sensíveis que os cães, gatos ou macacos, conforme vimos no capítulo 2. Nesse pós-escrito fica patente, portanto, a preocupação ética de Darwin em relação ao sofrimento animal relacionado à vivissecção. Mais uma vez, porém, atentemos, aqui, para a declaração de Darwin de que esse comportamento de Klein é “atroz” porque o fisiologista deixa de utilizar anestésicos quando estes poderiam ser utilizados sem comprometer o experimento. Em outras palavras, é sempre à realização de experimentos dolorosos desnecessários que Darwin se opõe, e essa postura por ele adotada não condizia com aquela característica dos atores sociais então envolvidos na luta pela proibição ou pela restrição severa da experimentação animal.

Se a condenação, por Darwin, de experimentos dolorosos desnecessários incluía até mesmo os sapos como animais dignos de consideração moral, por outro lado não encontrei indícios (e tampouco Feller os apresenta) de que Darwin tenha manifestado – quer em âmbito público ou mesmo privado – a condenação da realização de experimentos, dolorosos ou não, utilizando cães³². Considero esse ponto importante por vários motivos, todos eles já explorados anteriormente nessa tese. Em primeiro lugar, devido ao *status* elevado do cão na cultura burguesa da Inglaterra vitoriana. Em segundo lugar, porque era praticamente um consenso entre fisiologistas e antivivissecionistas que o cão era o mais sensível dos animais não-humanos – e, portanto, aquele com maior capacidade de sofrimento físico e emocional (lembremos que Romanes situava o cão no alto da escala dos animais, acima até mesmo dos macacos, em termos da posse de faculdades emocionais). Em terceiro lugar, porque esses animais eram um importante objeto não apenas das explorações científicas, mas também dos afetos pessoais de Darwin. Finalmente, e esse é o ponto mais imediatamente pertinente na avaliação da posição de Darwin quanto à vivissecção, a exclusão dos cães e gatos da lista de animais passíveis de vivissecção constituía uma exigência unânime entre os

³² Na verdade, há uma passagem do *Descent* no qual Darwin (1874: 70) condena a impiedade de um fisiologista diante de um cão que, mesmo na mesa de vivissecção, teria expressado seu afeto pelo cientista. Entretanto, também nessa passagem Darwin faz uma ressalva capaz de absolver o vivissector em nome da descoberta científica. Esse trecho será discutido de forma pormenorizada no capítulo 4.

antivivisseccionistas. Possivelmente mais que qualquer outra reivindicação, foi a recusa dos fisiologistas a se submeterem à proibição completa de experimentos com cães – e sua vitória política nesse ponto, com o *Vivisection Act* - que transformou os conflitos e rusgas entre fisiologistas e antivivisseccionistas em uma verdadeira guerra após o ano de 1876. Mais uma vez, aqui, Darwin se posicionou do lado dos advogados da vivisseccção.

Podemos agora retomar o diálogo com o artigo de Feller. Outro dos argumentos desse autor é que havia entre as posturas de Darwin e Cobbe “uma diferença fundamental nas filosofias, mas não nas metas” (Feller, 2009: 270). “Enquanto Darwin confiava implicitamente em seus amigos da fisiologia quanto a manifestarem os mesmos valores humanos que ele próprio possuía”, prossegue Feller, “Cobbe e seus simpatizantes não viam qualquer razão para confiar nos fisiologistas” (Feller, 2009: 270). Seria essa diferença que teria determinado que Cobbe defendesse a tática de fiscalizar as violações mantendo um olhar vigilante nos cientistas, via inspeções e licenciamento, enquanto Darwin teria optado por deixar que os cientistas conduzissem o próprio trabalho, tendo como fator restritivo multas severas e penas de prisão para policiar o cumprimento da lei (Feller, 2009: 270). Aqui aparece mais um ponto fraco da tese de Feller, a suposição de que a postura de Darwin equivaleria ao conteúdo do projeto de lei de Playfair, quando vimos que em seu depoimento Darwin apenas assumiu sua concordância com esse projeto “no geral”.

Igualmente questionável, penso eu, é o argumento de que Darwin optara por deixar a regulamentação da vivisseccção ao encargo de seus amigos fisiologistas simplesmente porque confiava implicitamente nos sentimentos humanitários dos mesmos. Ora, em primeiro lugar, vimos que na carta à filha Henrietta, Darwin de fato faz uma declaração de lealdade aos colegas fisiologistas, depositando neles sua confiança para que deliberem acertadamente sobre quais critérios devem nortear a conduta ética em relação à vivisseccção, e expressa seu temor de que a implantação de qualquer legislação para regulamentar a prática venha a impor restrições que impliquem no atraso ou estagnação da fisiologia britânica. Entretanto, Darwin também comenta que caso haja de fato alguma verdade nas denúncias de Cobbe contra os cientistas ingleses, ainda assim, em nome do avanço da “nobre ciência da fisiologia”, ele prefere esperar pelo “aprimoramento dos sentimentos humanitários” de eventuais colegas incautos a defender medidas que restrinjam as ações destes. Vimos, ainda, que, em uma carta a Huxley datada de 14 de janeiro de 1875, Darwin expressava sua preocupação

com o conteúdo de alguns panfletos veiculados por Cobbe, por acreditar que eles continham denúncias pertinentes relativas a práticas adotadas em solo britânico. Finalmente, o pós-escrito da carta a Henrietta demonstra que já antes da realização dos inquéritos da *Royal Commission* Darwin tinha ciência da reputação de Emanuel Klein como vivissector insensível ao sofrimento animal, reputação confirmada pelas declarações desastrosamente francas do próprio Klein em seu depoimento à comissão. Dessa forma, se Darwin confiava na humanidade de Sanderson, Foster e outros tantos fisiologistas de seu círculo social mais próximo, nem por isso podemos atribuir ao evolucionista a ingenuidade de acreditar de forma incondicional e irrestrita na compaixão implícita pelos animais por parte de todo e qualquer praticante da vivisseção em seu país. Certamente – e Darwin o sabia - não era o caso de Klein, que embora fosse austríaco de origem, se naturalizara cidadão britânico e fazia parte do círculo social e profissional imediato de Sanderson e Foster, além de participar eventualmente dos jantares para convidados seletos promovidos pelos integrantes do *X-club*, conforme vimos no capítulo 1.

Mais uma vez, quero aqui reiterar que a discussão que aqui procurei estabelecer com os argumentos de Feller (2009) não se propõe a ser um julgamento anacrônico de Darwin em qualquer instância. O que me interessa aqui é analisar a ideia, ora sugerida, ora explicitada por Feller, de que a posição de Darwin em relação às duas partes em contenda na controvérsia sobre a vivisseção na Inglaterra vitoriana teria sido a de um mediador de interesses ou, ainda, a de um advogado dos interesses animais infiltrado nas fileiras da ciência. Concordo com Feller em sua defesa de Darwin como um homem com profundo interesse no bem-estar dos animais e profundamente incomodado com os maus-tratos de qualquer natureza aos mesmos, e creio ter dado vários exemplos disso nesse capítulo. Também não há quaisquer dúvidas quanto à importância dos cães na vida pessoal e na obra científica de Darwin. Da mesma maneira, vimos nesse capítulo que Darwin de fato nutria sentimentos pessoais de aversão à cena da vivisseção, por assim dizer, e condenava como “detestáveis e abomináveis” os abusos cometidos no exercício dessa prática. Creio mesmo ser válido dizer, como Ryder (1989: 159) que havia em Darwin uma ambiguidade em relação ao tema da experimentação animal.

Contudo, para estabelecermos a posição de Darwin em relação à vivisseção é fundamental que possamos fazer uma distinção entre seus sentimentos pessoais e suas posturas e ações públicas. E nesse sentido, a ambiguidade de Darwin só se faz visível em termos de seus sentimentos, não de suas decisões ou das plataformas políticas que

apoiou. Quanto a estas, creio poder afirmar que não restam dúvidas de que Darwin tomou partido, sim, de forma clara, do lado dos fisiologistas e seus interesses políticos e científicos. Isso o atestam suas cartas, sejam elas privadas ou publicadas na imprensa britânica. A posição de Darwin foi, portanto, a de um advogado da legitimidade da vivissecção como prática fundamental da fisiologia experimental, logo, essencial aos interesses do avanço da ciência britânica. Eram os destinos da própria ciência britânica que estavam em jogo, e diante da magnitude desse quadro Darwin – se é que chegou a enfrentar um dilema interno - fez uma escolha inequívoca. Essa escolha incluía tomar a iniciativa de mobilizar sua rede de associados científicos para a elaboração de um projeto de lei que contemplasse os interesses da fisiologia britânica. Se a motivação para essa ação incluía sentimentos humanitários, não podemos ignorar, contudo, que essa iniciativa de Darwin constituiu de forma muito óbvia uma reação à petição de Cobbe com a qual havia acabado de entrar em contato, e que ele temia que desencadeasse a criação de leis demasiado restritivas à investigação fisiológica. A escolha de Darwin incluía a defesa da legitimação de experimentos dolorosos que fossem considerados necessários à expansão do conhecimento científico, mesmo que os sujeitos desses experimentos fossem os cães. Dessa forma, sua posição ia de encontro a duas reivindicações consensuais e inegociáveis do movimento antivivissecionista: a abolição completa da vivissecção sem anestésicos e a proibição dessa prática nos cães, os mais sensíveis dentre todos os animais.

Words cut more than swords
(Provérbio inglês)

CAPÍTULO 4

FABRICANDO HERÓIS E VILÕES:

AUTODEFINIÇÃO E DEFINIÇÃO DO OUTRO

4.1. A ARENA DISCURSIVA: AS PALAVRAS COMO CAMPO DE BATALHA

4.1.1. Os advogados da vivisseção erguem a voz - a década de 1880

Em uma carta endereçada a Darwin em agosto de 1881, George Romanes comenta:

The Physiological Society was formed, as you may remember, for the purpose of obtaining combined action among physiologists on the subject of Vivisection. *The result in the first instance was to resolve on a tentative policy of silence, with the view of seeing whether the agitation would not bum itself out. It is now thought that this policy has been tried sufficiently long, and that we are losing ground by continuing it.* After much deliberation, therefore, the society has resolved to speak out upon the subject, and the 'Nineteenth Century' has been involved as the medium of publication. Arrangements have been made with Knowles for a symposium-like series of short essays by all the leaders of biology and medicine in this country — each to write on a branch of the subject chosen by himself or allotted to him by the society (em Romanes, E, 1896: 121; grifos meus).

A *Physiological Society* (PS) havia sido fundada em 1876, mesmo ano da promulgação do *Vivisection Act*, para defender os interesses dos fisiologistas. Todavia, conforme a carta informa, a estratégia inicial adotada, de ignorar os clamores do movimento antivivisseccionista, revelara não ser uma tática eficaz. Percebendo que perdiam terreno para os adversários, Romanes, secretário-geral da PS, anuncia a Darwin a decisão da instituição, de recorrer ao contra-ataque. Essa necessidade de reagir mostra que as campanhas movidas pelos antivivisseccionistas já não podiam ser ignoradas. O *status* e poder de influência e mobilização pública da revista *Spectator* de Hutton, da VSS de Cobbe e das demais associações aliadas nessa causa já não podiam continuar sendo encarados como insignificantes. O ano de 1881 marca claramente o momento de uma reação organizada dos advogados da vivisseção às críticas que lhes eram continuamente feitas pelos que se opunham a essa prática. Segundo Nicholaas Rupke (1987b: 190), o grande chamamento para a autodefesa organizada se deu com o *International Medical Congress* (IMC), realizado em Londres em agosto de 1881 - mesmo mês e ano da carta acima de Romanes a Darwin.

O IMC foi o mais vultoso congresso realizado no mundo até então, contando 3.181 participantes de diversos países. Entre esses participantes incluíam-se diversos homens de ciência estrangeiros, como Rudolf Virchow, Louis Pasteur e Robert Koch. Entre os britânicos estavam incluídos, dentre inúmeros outros, James Paget - eleito presidente do Congresso -, Thomas Huxley e Richard Owen (Rupke, 1987b: 190), o anatomista devoto da teologia natural que era uma espécie de arquiadversário de Huxley

quanto à teoria evolucionista, mas que se revelou um importante advogado da vivissecção na Inglaterra. Embora importantes questões científicas tenham sido debatidas nesse congresso, como as disputas entre Koch e Pasteur no campo da bacteriologia, e entre Goltz e Ferrier quanto à localização cerebral (French, 1975: 199), tanto para a Inglaterra como para os demais países, o IMC de 1881 teve como tema central a legitimidade e importância da vivissecção, conforme se podia ler na resolução geral publicada como um documento representativo da posição dos participantes:

That this Congress records its conviction that experiments on living animals have proved of the utmost service to medicine in the past, and are indispensable in its future progress; that, accordingly, while strongly depreciating the infliction of unnecessary pain, it is of opinion, alike in the interests of man and of animals, that it is not desirable to restrict competent persons in the performance of such experiments¹ (em Rupke, 1987b: 190).

Essa declaração estava em consonância com os discursos de vários palestrantes, em defesa da experimentação animal, tais como Virchow, John Simon e Michael Foster. Esse último instou seus colegas estrangeiros a resistirem, a todo custo, à promulgação de leis específicas sobre o tema, argumentando que na Inglaterra os fisiologistas estavam “sujeitos, a qualquer momento de nossas investigações, a ser detidos em decorrência de proibições legais (...) obstaculizados por licenças e certificados” (French, 1975: 199). Essa fala de Foster é significativa, pois demonstra que, se os antivivisseccionistas ficaram indignados com a forma final do *Vivisection Act*, por considerar que o mesmo representava uma vitória de seus adversários, na verdade tampouco os fisiologistas estavam satisfeitos com as restrições que essa lei lhes impunha. Especialmente a partir de 1881, os advogados da vivissecção decidiram arregaçar as mangas e partir para a ofensiva.

Apenas dois dias após o término do IMC, o encontro anual da *British Medical Association* (BMA) foi também dedicado ao mesmo tópico, com o título *Vivisection: what good has it done?*, sob a responsabilidade de George Humphry, da Universidade de Cambridge (Rupke, 1987b: 192). A BMA publicou sua própria resolução, de caráter nacional, na qual se afirmava

That this Association desires to Express its deep sense of the importance of vivisection to the advancement of medical science, and the belief that the further prohibition of it would be attended with serious injury to to the community, by preventing investigations which are calculated to promote the better knowledge and treatment of disease in animals as well as man (Rupke, 1987b: 192).

¹ *Transactions of the Seventh International Medical Congress*, vol. 1, p. 101.

Poucos meses mais tarde, em março de 1882, os presidentes dos *Royal Colleges of Physicians* e *Surgeons*, William Jenner e Erasmus Wilson, respectivamente, enviavam convites a membros distintos das profissões médica e científica para um encontro que visava a fundar uma nova organização: a *Association for the Advancement of Medicine by Research* (Rupke, 1987b: 192). Um dos principais objetivos da AAMR era o de combater, na prática, as restrições impostas pelo *Vivisection Act*, defendendo os fisiologistas de possíveis aplicações de penalizações, vetos a licenças ou processos legais, e a realização mais visível dessa organização foi a publicação de uma série de panfletos em defesa da vivissecção (Rupke, 1987b: 192).

Essa nova postura dos advogados da vivissecção, mais diretamente combativa e voltada para o convencimento da opinião pública, se manifestava, em termos estratégicos, em duas frentes básicas. Uma era por meio da realização de encontros e eventos como os mencionados acima, visando a reunir os interessados no avanço da ciência, para formar grupos e definir táticas de ação. A outra frente era a discursiva, por meio da produção de uma grande quantidade de textos na imprensa em defesa da experimentação animal. Ao longo desse capítulo entraremos em contato com vários desses textos, e analisaremos os confrontos entre os advogados e os oponentes da vivissecção no plano da retórica, em especial as formas empregadas por cada ator e grupo para definir a si mesmo e seus oponentes. Iniciaremos essa exploração discutindo a definição da própria prática da vivissecção por alguns dos diferentes autores mais ativos nessa guerra, que envolveu não apenas ações políticas, mas também elaboradas articulações no mundo das ideias.

4.1.2. A Vivissecção e suas definições

Como vimos, Cobbe se referiu à vivissecção como nada mais que um comércio, comparando seus praticantes a açougueiros e sugerindo que sua motivação principal seria ligada meramente à ascensão profissional e lucros financeiros. Na sequência dessa passagem, Cobbe afirma que

Modern vivisection may be defined, in short, to be the limitless invention, performance and repetition, by scores of inquirers of every kind and sort of operation on every portion of the living frames of animals, and pre-eminently of the most sensitive animals. *Brains, nerves, eyes, hearts, veins, intestines, bones, limbs and skin – nothing escapes, and no part fails to afford a practically boundless field for the ingenuity of the physiologist*; or if the imagination of one ever flags, it is soon stimulated into double activity to disprove the boasted discoveries of another (Cobbe, 1888b: 4; grifos meus).

Quero chamar a atenção do leitor para o fato de que, ao definir a vivissecção, Cobbe está também definindo o fisiologista. Nessa passagem a marca fundamental da prática e motivação básica desse profissional está centrada na ambição. O vivissector figura, nesse quadro descritivo, como alguém movido por um apetite insaciável por “cérebros, nervos, olhos, corações, veias, intestinos, ossos, membros e pele”. Mesmo quando dá uso à sua imaginação, o fisiologista o faz em nome dessa ambição, de modo a superar um colega rival através de uma descoberta que o desqualifique.

Alguns atores vitorianos tentaram definir a vivissecção de forma mais objetiva, e menos explicitamente passional, porém mesmo essas definições nos permitem especular a respeito das estratégias discursivas de seus autores. As minutas dos depoimentos da *Royal Commission* incluem um apêndice de autoria de Sir Thomas Watson, um dos médicos a serviço da rainha e ex-presidente do *Royal College of Physicians*. Intitulado *Vivisection*, o Apêndice III discute a importância dessa prática e discute quando seu emprego é válido, e quando não é. A primeira frase cuida justamente de definir ‘vivissecção’, que é descrita como sendo “o corte de animais vivos para propósitos científicos” (PP, 1876a: 334). Compendo o mesmo apêndice, algumas páginas adiante, encontra-se a transcrição do projeto apresentado ao parlamento inglês pelo Lorde Henniker, aliado de Cobbe, para regulamentação da vivissecção. A última cláusula desse projeto define o significado do termo vivissecção conforme empregado no texto do mesmo:

In this Act the term “vivisection” means the cutting or wounding, or treating with galvanism or other appliances, any living vertebrate animal for purposes of physiological research or demonstration, also the artificial production in any living vertebrate animal of painful disease for purpose of physiological research or demonstration (PP, 1876a: 338).

Diferente da definição estrita de Watson, portanto, no projeto de Henniker a palavra vivissecção é usada para designar quaisquer experimentos realizados com animais vertebrados que impliquem intervenções significativas em seu funcionamento corporal, e não apenas aqueles experimentos que impliquem cortes nos corpos desses animais. Em outras palavras, na definição de Henniker, ‘vivissecção’ equivale a toda forma de experimentação animal realizada no *setting* do laboratório de fisiologia ou patologia. Essas diferenças de definição não devem ser casuais; elas provavelmente refletem as estratégias retóricas mais adequadas a cada um dos lados. No caso dos antivivissecionistas, era de seu interesse que o termo tivesse a significação mais abrangente possível, de modo que a atenção pública e a legislação regulamentadora

abarcassem todos os tipos de experimentos com potencial de causar sofrimento nos animais utilizados. Do ponto de vista dos advogados da vivisseccção, por outro lado, seria mais proveitoso restringir ao máximo o número de práticas incluídas sob o nome de ‘vivisseccção’, o qual, evocando imagens desagradáveis, tendia, por si só, a produzir reações emocionais desfavoráveis na opinião pública. As designações formais relacionadas à investigação governamental e à lei promulgada a partir da mesma também excluem a palavra ‘vivisseccção’. Embora a comissão de investigação da experimentação animal tenha ficado conhecida como *Royal Commission on Vivisection*, seu nome oficial era *Royal Commission on the practice of subjecting live animals to experiments for scientific purposes* (PP, 1876a). Da mesma maneira, o documento oficial do *Vivisection Act* era *Cruelty to animals. A bill intituled an act to amend the law relating to cruelty to animals*, e sua primeira cláusula reza que este fique conhecido pelo título mais curto de *Cruelty to Animals Act, 1876* (PP, 1876b: 1).

Como mais um indicativo dessa repulsa pública pelo termo ‘vivisseccção’ devido às ideias e imagens a ele associadas temos um trecho daquela mesma carta de Darwin à filha Henrietta, escrita em janeiro de 1875, que analisamos no capítulo anterior. Ao empregar na carta, ainda, na primeira frase, a palavra ‘vivisseccção’, Darwin acrescenta, entre parênteses que “eu gostaria que alguma outra palavra, como ‘anassecção’, fosse inventada”² (em Darwin, F., 1887c: 202). A respeito dessa passagem, Francis Darwin, filho do evolucionista e editor da coletânea póstuma de correspondências deste, comenta em nota de rodapé que seu pai encaminhou para publicação no periódico científico *Nature*, de 30 de setembro de 1880, o artigo de um cientista americano contendo a proposta de adoção de uma reformulação na terminologia referente aos experimentos com animais (em Darwin, F., 1887c: 202). O autor do artigo em questão era o Dr. Burt Green Wilder, neurologista, zoólogo e professor de fisiologia da *Cornell University*, e nesse texto o autor defendia o uso do termo ‘calisseccção’ (*Callisection*) para designar operações indolores realizadas em animais. O título do trabalho era *The two kinds of vivisection—sentisection and callisection* (Wilder, 1880). Embora esse artigo seja de autoria de um americano, o editor da *Nature* abre o texto explicando que a publicação do mesmo foi sugerida diretamente por Darwin, uma vez que este acreditava que a proposta nele contida “merecia atenção e consideração na Inglaterra” (Wilder, 1880: 517). Segundo o Dr. Wilder,

² No original em inglês: “(I wish some {new word} like Ana+es-{section} could be invented)”.

All well-informed persons are aware that the vast majority of vivisections, in this country at least, are performed under the influence of anæsthetics; but the enthusiastic zoölaters, who desire to abolish the objective method of teaching physiology, practically ignore this fact, and dwell chiefly upon the comparatively infrequent operations which are attended with pain (Wilder, 1880: 517).

Vemos, aqui, que o artigo já tem início com duas afirmações significativas. Vale a pena nos determos por um momento na análise dessas duas sentenças, pois elas ilustram bem a questão das estratégias discursivas. A primeira frase transmite ao leitor a informação de que quase sempre os animais usados em experimentos nada sofrem nesse processo, uma vez que os anestésicos os protegem do risco da dor. Logo em seguida, Wilder refere-se aos antivivisseccionistas não através de um nome neutro, mas da expressão visivelmente pejorativa de “zoólatras entusiásticos”, ou seja, adoradores de animais movidos pelo calor de emoções irracionais. Esses ‘zoólatras’, afirma Wilder, ignoram essa realidade. O verbo ‘ignorar’ aqui tanto pode sugerir mero desconhecimento, como também uma escolha consciente de não fazer jus aos fatos. Dessa forma, os antivivisseccionistas são acusados implicitamente não apenas de adoração irracional dos animais, como de ignorância ou má vontade. A última alternativa é a mais provável, já que, segundo Wilder, os adversários da vivissecação querem “abolir o método objetivo de ensinar fisiologia”, o que reforça a ideia de que são movidos por uma subjetividade passional e intenções obscurantistas, de oposição ao progresso científico e do conhecimento. Logo em seguida, Wilder afirma que

Having read the arguments upon both sides and had some correspondence with leaders of the anti-vivisection movement, I have been led to think that the discussion may be simplified, and a right conclusion sooner reached, if we adopt new terms corresponding to the two kinds of experimentation. Having waited long in the hope that some candid discussion of the whole subject might contain the needed terms, I venture to suggest that painful vivisection be known as *sentisection*, and painless vivisection as *callisection*. The etymology of the former word is obvious; the distinctive element of the latter is the Latin *callus*, which, in a derived sense, may denote a nervous condition unrecognised, strictly speaking, by the ancients (Wilder, 1880: 518; grifos no original).

Vemos, assim, que depois de haver-se referido aos antivivisseccionistas como “zoólatras entusiásticos” e mal-intencionados, Wilder se apresenta como um interlocutor ponderado que ouviu os dois lados, e se correspondeu com os líderes da parte adversária, antes de formular sua proposta. Essa proposta não prima por seu valor heurístico em termos científicos; ela parece ser motivada principalmente pela intenção de redefinir as implicações éticas da vivissecação:

Some idea of the *relative numbers of callisectionists and sentisectionists* may be gained from the fact that I have been teaching physiology in a university for twelve years, and for half that time in a medical school; yet I have never performed a sentisection, unless under that head should be included the drowning of cats, and the application of water at the temperature of 60° C, with the view to ascertain whether such treatment would be likely to succeed with human beings (Wilder, 1880: 518; grifos meus).

Ao cunhar dois termos diferenciados – *sentisseccção* e *calisseccção* – para se referir, respectivamente, aos experimentos dolorosos e aos experimentos indolores, Wilder cria uma distinção muito significativa do ponto de vista ético. Por meio dessa manobra semântica, o autor não apenas procura dar fim à existência da figura do vivisseccionista, e de todas as conotações negativas associadas a esse nome, como afirma que em sua vasta maioria os fisiologistas são *calisseccionistas*, ou seja, realizam exclusivamente experimentos com animais anestesiados. Ao forjar essa categoria diferenciada, o discurso de Wilder funciona como um bote que conduz a maior parte dos fisiologistas para águas mais seguras, protegidas do escrutínio, da desconfiança e do julgamento desfavorável dos olhos públicos.

4.2. RAZÃO E SENSIBILIDADE: OS MOTIVOS DA CIÊNCIA E A MOTIVAÇÃO DO CIENTISTA

4.2.1. Sensibilidade, sentimento e sensatez: o fisiologista se autodefine

Ao efetuar essa divisão da vivisseccção em duas denominações distintas, o objetivo de Wilder não era, contudo, sacrificar ao fogo da condenação pública os ‘sentisseccionistas’ de modo a salvar a maioria dos vivissectores, composta por ‘calisseccionistas’. Ao contrário, o autor sustenta que

sentisection should be the unwelcome prerogative of the very few whose natural and acquired powers of body and mind qualify them above others to determine what experiments should be done to perform them properly, and to wisely interpret the results. Such men, deserving alike of the highest honour and the deepest pity, should exercise their solemn office not only unrestrained by law, but upheld by the general sentiment of the profession and the public (Wilder, 1880: 518; grifos meus).

Atentemos para o que aqui é dito: a *sentisseccção*, ou realização de experimentos dolorosos em animais, conquanto rara, é de extrema importância para o avanço da ciência. Dadas, porém, as circunstâncias éticas de sua realização, essa prática deve constituir um privilégio a ser detido unicamente por homens com capacidades físicas e

mentais inatas, que os elevam acima da média dos mortais comuns. Somente esses indivíduos especiais e superiores são capazes de interpretar com sabedoria os resultados obtidos no exercício dessa “prerrogativa indesejada”. Somente eles possuem a constituição física e moral necessária para sustentar esse fardo, demasiado esmagador para os ombros da imensa maioria das pessoas. Seu sacrifício altruísta é, por isso mesmo, digno das “mais altas honras e da mais profunda piedade”, e tais esforços devem ser aclamados tanto por seus colegas de profissão como pelo público leigo, ficando livres de quaisquer restrições legais. Dessa forma, essa categoria especial, a do *sentisseccionista*, não é forjada por Wilder em oposição à do *calisseccionista*. Ao contrário, o pesquisador qualificado para a realização de experimentos que infligem dor nos animais é um indivíduo raro, nobre, de fibra moral mais elevada que seus colegas que só experimentam com animais previamente anestesiados. Com essa articulação retórica, Wilder inverte o *status* do cientista que pratica a vivisseção dolorosa. Enquanto no discurso de Cobbe homens como Paolo Mantegazza ou Emanuel Klein despontam como exemplos do sadismo extremo ao qual a prática constante da vivisseção tende a induzir o caráter humano, na argumentação de Wilder indivíduos como esses não representam contrastes ou exceções ao comportamento tipicamente compassivo do fisiologista britânico comum. Ao contrário, o ‘sentisseccionista’ se destaca dos demais colegas por ser dotado de uma compleição superior, movido por aspirações moralmente ainda mais elevadas. Em suma, o fisiologista que, em seus experimentos, ousa e suporta infligir dor intensa nos animais mais sensíveis é, ele próprio um indivíduo pertencente à categoria dos homens especialmente sensíveis.

O historiador Paul White (2005: 74) identifica nesse tipo de discurso um padrão recorrente em parte da literatura apologética, de autoria dos pesquisadores da área médica, durante a controvérsia acerca da vivisseção. Nesses textos o experimentador aparece como “um eu dividido, lutando para superar suas simpatias instintivas por outras criaturas de modo a honrar compromissos em nome de um bem maior”. Não é difícil encontrar, nos discursos em defesa da vivisseção, exemplos desse tipo de argumentação de que fala White. É o caso de George Lewes, em seu depoimento à *Royal Commission*. Embora apontasse a importância da ponderação do fisiologista na decisão de quando um experimento era de fato necessário, Lewes foi igualmente enfático quanto à importância da vivisseção, à qual se referiu como “uma necessidade muito dolorosa” (PP, 1876a: 310, P 6330).

Em outro artigo, White (2006) observa que essa alegada necessidade de suprimir os sentimentos ternos e as simpatias inatas, comum aos relatos de muitos fisiologistas quando da fase de emergência da medicina científica como profissão, constituiu um argumento que ajudou a forjar a identidade desses indivíduos como homens de ciência. Enfrentando a mais extensa crítica da prática experimental que a Grã-Bretanha jamais vira, os experimentadores, e aqueles que os apoiavam, apresentaram a ciência médica não como meramente um nobre avanço sobre a natureza, mas como um triunfo sobre certas emoções – emoções tanto nos próprios investigadores, que conquistavam um distanciamento crítico dos sentimentos que predominavam nos outros, como também no público como um todo, cujas simpatias feridas e ultrajadas buscavam satisfação na regulamentação dos experimentos com animais. (White, 2006). O sucesso dessa empreitada dependia, em grande parte, da habilidade dos experimentadores em explicar os sentimentos de seus próprios sujeitos, e em última análise, de redefinir a própria natureza do sentimento. Já na década de 1850, alguns escritos fisiológicos descreviam os sentimentos como mecanismos reflexos sob o controle da vontade. No seu *Manual of Physiology*, publicado em 1856 e de autoria de William Carpenter, professor da Universidade de Londres, que também prestaria depoimento à *Royal Commission*, já havia uma interpretação das emoções nos diferentes grupos zoológicos (White, 2006). As formas mais simples destas, os ‘sentimentos mentais’, estariam presentes nos organismos mais simples, sendo percepções sensoriais basicamente redutíveis às sensações de prazer e dor. Em segundo lugar nessa escala de complexidade crescente situar-se-iam os impulsos emocionais, presentes nos animais inferiores. Por fim, nos animais superiores e no homem as emoções, segundo Carpenter, operariam em conjunto com o intelecto, formando assim as fontes da ação. Essa associação das emoções ao intelecto permitia que os sentimentos fossem subordinados à vontade, faculdade que incluía o poder de autocontrole. Nessa visão, Carpenter estabelecia uma espécie de hierarquia fisiológica, na qual as criaturas superiores tinham maior capacidade de deter as pulsões mais imediatas das emoções, deliberar sobre os resultados de tais emoções e, em última análise, escolher a quais dar vazão. Obviamente, a espécie humana se situava no ápice dessa escala, e Carpenter sustentava, ainda, que a exposição constante de um indivíduo aos estímulos que desencadeavam determinados sentimentos fazia com que a intensidade desses sentimentos decrescesse progressivamente. Dessa forma, a recorrência de um mesmo sentimento acabava levando à adaptação do sistema fisiológico do indivíduo (White, 2006). Nessa chave de compreensão, White defende

que no discurso dos fisiologistas o poder dos experimentadores de estabelecer as bases do sentimento residia em seu controle, conquistado através dos métodos e instrumentos da própria ciência, sobre o corpo mecânico, sensível. Dessa forma, em sua justificativa da vivissecção, o que esses fisiologistas faziam não era tirar de cena os sentimentos, mas construir uma narrativa na qual o amor que os eles sentiam pelos animais não era evidente no laboratório porque somente o mais espartano controle de tais sentimentos sensíveis podia levar à verdade genuína (White, 2006). Um exemplo disso pode-se encontrar nas palavras de Samuel Gamgee, cirurgião do *Queen's Hospital*:

Natural endowments, sense of duty, severity of discipline, may enable a strong man to seem unmoved amidst scenes of the direst woe. But if interrogated, he will often answer in the heroic anguish of Dante's Ugolino,

'I wept not: so all stone I felt within.'

Is it not possible to (...) forget the special trials of men and women endowed with aspiring intellects and racking passions, with nerves strung, and hearts thumping, to the utmost of physical endurance? (Gamgee, 1882: 27).

Era essa a imagem pública que a maioria dos fisiologistas britânicos se empenhava em construir nas décadas de 1870 e 1880, os anos de maior calor da controvérsia vitoriana acerca da vivissecção. O vivissector é descrito como um indivíduo atormentado pela pesada carga emocional derivada de seu ofício, e seu compromisso moral o obriga ao fardo do herói que carrega no peito uma pedra. A compaixão pelo animal experimental é uma emoção que precisa ser represada em nome de uma compaixão ainda maior, por toda a espécie humana. Mais uma vez, o fisiologista se autodescreve não como um homem insensível ao sofrimento animal, e sim um homem que se impõe o mais árduo extenuante autodomínio, de modo a honrar seus mais nobres compromissos. Ao associar à imagem do homem que carrega uma pedra no peito à ideia de que a vivissecção requer de seu praticante e a ele impõe “intelectos ambiciosos (*aspiring*), paixões atormentadas (*racking*), nervos fortes e corações palpitações ao limite físico máximo”, Gamgee corporifica os sentimentos aflitivos do fisiologista ante o animal experimental. Enquanto o animal é na maior parte dos casos poupado do sofrimento pela piedosa administração de anestésicos, o fisiologista não tem essa escolha, e sua dor, na narrativa de Gamgee, não é apenas mental, mas uma prova física extrema.

Outro exemplo ilustrativo desse tipo de articulação retórica de glorificação das motivações profundas do vivissector pode ser observado em *Vivisection and Medicine*, de Thomas Lauder Brunton. Nesse texto, Brunton, um dos coautores do *Handbook* de

Sanderson, faz uma analogia entre a vivissecção e o conflito interno enfrentado por um médico que atende um paciente tuberculoso:

There are probably no cases more trying to the humane physician than the cases of consumption which he sees. Racked by cough and worn to a shadow as they often are, the physician knows that he can do but little for them if they are admitted. (...) For this reason he is often obliged to sacrifice his own feelings, and to refuse admission to the sufferer, knowing that an act of charity would be a real cruelty to others. By (...) admitting such a consumptive patient, he would gratify his own feelings of kindness and benevolence, but would also exclude the young and strong who suffer from (...) acute diseases (...) which (...) probably would, rapidly run a favourable course (...) Here we are forced to disregard the promptings of sympathy with the case before us, and to do that which gives us present pain in order that we may achieve a higher though future good (Brunton, 1881).

Na narrativa acima, o médico vivencia um drama interno inescapável, mas não há qualquer dilema moral envolvido, pois só existe uma decisão eticamente correta possível: negar ao tuberculoso um leito no hospital. Conceder esse conforto ao doente condenado equivaleria a colocar em risco as vidas de indivíduos jovens e saudáveis, com probabilidades concretas de recuperação, e por esse motivo são esses últimos indivíduos que devem ser privilegiados no momento da escolha. A obrigação da escolha é um compromisso emocionalmente árduo, mas do ponto de vista moral a decisão em si não é difícil, mas óbvia. A mesma lógica aplica-se, por extensão, à prática da vivissecção:

Now what occurs daily in the treatment of patients in hospitals, occurs also in the investigation of disease. In order to prevent the suffering, misery and death of human beings it is necessary that animals should be sacrificed, and that should not allow ourselves, for the momentary gratification of those sentimental feelings which would lead us to avoid inflicting even the slightest and transitory pain upon animals, to neglect the acquirement of that knowledge which will be productive of lasting and widespread benefit to mankind (Brunton, 1881).

Através dessa articulação narrativa, podemos ver, nessas duas passagens, que é o vivissector quem aparece como um indivíduo ao mesmo tempo sensato e sensível. Sua posição e seu compromisso ético não lhe permitem guiar-se pelo sentimentalismo que informa a visão dos críticos da vivissecção. O principal sacrifício que o fisiologista realiza não é o do animal experimental. Na mesa de vivissecção são também sacrificadas as emoções do homem de ciência, que abre mão da gratificação imediata e egoísta de seus sentimentos compassivos pelos animais de modo a beneficiar a humanidade como um todo:

The idea of inflicting pain upon animals is naturally repugnant to every well-regulated mind, and the thought that they are preventing unnecessary suffering is

probably one of the greatest pleasures that tender-hearted and sensitive persons can experience. But this pleasure may be purchased too dearly, and by preventing the infliction of a certain amount of suffering upon *a few animals* a *much greater amount of suffering may be caused to thousands of men* (Brunton, 1881).

Não é apenas o animal experimental, insiste o autor, quem sofre no laboratório. Coerente com a lógica vitoriana que reza que os seres mais sensíveis tendem a sofrer mais, Brunton constrói um discurso no qual é o fisiologista, e não o animal, a principal vítima, por testemunhar a dor que ele próprio se vê obrigado a infligir em “alguns poucos animais” de modo a poupar a humanidade de sofrimentos muito maiores. Entretanto, o prazer de salvar um número tão grande de vidas humanas pode proporcionar ao médico científico uma experiência redentora, capaz de compensar os esforços e sacrifícios desses homens que são “pessoas sensíveis e de coração terno”. Afinal de contas, a alternativa seria muito mais cruel:

Often and often is his heart saddened by his patient's asking , with feeble voice and wistful eye, for the relief which he is powerless to give, and again and again has he to avert his face and to shake his head when, with agonised voices, the friends around the dying sufferer cry to him, “Oh, doctor, can nothing more be done?” (Brunton, 1881)

Vemos aqui o fisiologista recorrendo ao mesmo tipo de artifício amplamente empregado por antivivisseccionistas como Frances Cobbe. Brunton evoca imagens de sofrimento - não do animal indefeso, e sim do doente abandonado à própria sorte. Mais uma vez, também aqui é o sofrimento do homem de medicina que recebe destaque na narrativa do autor. É a esse homem que cabem o compromisso e o fardo de enfrentar a voz débil e o olhar melancólico do doente e as vozes aflitas dos amigos deste, todos suplicando pelo alívio de seu sofrimento. Brunton atribui esse sofrimento à ignorância vigente em relação aos processos fisiológicos envolvidos na etiologia das mais diversas doenças. Dessa forma, lança indiretamente sobre os ombros dos antivivisseccionistas a responsabilidade pela negligência ante o apelo dos pacientes que agonizam – não na mesa de vivissecação, mas em incontáveis leitos hospitalares em toda parte.

No ano seguinte, 1882, Brunton, mais uma vez, se manifestou a respeito da vivissecação. Em *Vivisection and the use of remedies* (Brunton, 1882) esse fisiologista insiste no mesmo ponto do auto-sacrifício do vivissector:

There can be little doubt that for most civilised people the mere sight of pain is painful. But effect of this painful impression varies in different individuals. In some it excites a desire to get away from the sight or thought of pain, and thus be rid of

the disagreeable feeling which it produces, with little or no regard to the fate of the suffering creature itself. In others it excites a desire to relieve pain in the sufferer, however disagreeable, disgusting or trying the task may be. It is easier to run away from pain than to relieve it, and there are those who pride themselves upon their own selfishness, and look down upon those who, instead of yielding to the natural tendency to shun the sight of suffering, overcome this impulse and stay to give relief. (Brunton, 1882: 479).

Atribuindo a si mesmo e aos seus pares essa posição do homem que, em vez de adotar a medida mais fácil de simplesmente fugir da dor alheia, escolhe ir ao encontro dessa dor para buscar sua cura, e conseqüente alívio do sofrimento humano, Brunton, mais uma vez, eleva a uma categoria especial os homens da área médica. Em alguns discursos em defesa da vivisseção essa ideia de auto-sacrifício do fisiologista chega mesmo a lançar mão de metáforas explicitamente religiosas, como em um artigo de Edward Ray Lankester, que afirma que

There is no lack of sympathy with the probable sufferings of animals experimented upon in the mind of the physiologist. He suffers with them (...) and the *mutual suffering of both vivisector and vivisected* becomes a sacrifice offered upon the altar of science (Lankester, 1873: 145; grifos meus).

Essas poucas palavras condensam claramente esse aspecto da retórica antivivisseccionista, na qual a mesa de vivisseção aparece como o “altar da ciência”, no qual não são sacrificados apenas os animais, mas também os próprios operadores. O experimento fisiológico é assim sacralizado como uma espécie de ato redentor, em benefício da humanidade. Também Brunton serviu-se de metáforas religiosas. Na seqüência da passagem acima transcrita valorizando o altruísmo do homem de ciência que suprime impulsos imediatos de simpatia pelo sofredor, esse autor recorre à parábola do bom samaritano. Diferentemente do sacerdote e do levita, que haviam-se furtado a ajudar o viajante que sofria na estrada após um assalto, o samaritano interrompe sua jornada para derramar óleo e vinho em seus ferimentos. Esse ato de tratar os ferimentos do viajante – “protótipo da cirurgia antisséptica”, comenta Brunton - é realizado pelo samaritano “a despeito de qualquer sinal temporário de dor que pudesse ter ocasionado”. A conclusão dessa narrativa, em que o médico é alinhado ao bom samaritano da parábola de Jesus Cristo, é que “esse poder de controlar as próprias emoções, de deixar de lado os próprios sentimentos em vista do sofrimento, e de pensar unicamente no alívio que se pode proporcionar varia em diferentes indivíduos, mas é altamente ampliado pelo treinamento” (Brunton, 1882: 480). Com essa afirmação, Brunton valoriza o treinamento médico, por meio do qual os aspirantes à profissão são

adestrados no controle de suas respostas emocionais, sempre em prol da mitigação do sofrimento alheio. Esse processo não os insensibiliza; ao contrário:

The practical surgeon or the experienced nurse *is not less tenderhearted than the medical student or the young probationer*, because they do not shudder or grow pale at the sight of the patient's sufferings, and because they are even able with a *firm hand* to inflict upon him *present pain for sake of his future benefit*. They have simply learned to disregard their own feelings, and to concentrate their attention on the interests of the patient, *they are guided not by emotion, but by judgment* (Brunton, 1882: 480; grifos meus).

Na passagem acima o cirurgião e a enfermeira experientes estão em uma posição mais elevada que os novatos por dois motivos que se reforçam mutuamente. No processo de aprender a “desconsiderar os próprios sentimentos e concentrar sua atenção nos interesses do paciente”, o treinamento médico ensina ao estudante o altruísmo. Para que esse altruísmo seja possível e triunfe em seu caráter faz-se necessário, contudo, que o sentimento seja temperado pelo discernimento. É a consolidação dessa espécie de sensatez sensível que caracteriza a fibra moral do homem de medicina, proporcionando às suas mãos a firmeza necessária para enfrentar não apenas a dor alheia, mas principalmente o próprio sofrimento, em nome do benefício futuro de seu paciente. Todo esse discurso sobre o médico bom-samaritano constitui, obviamente, uma preparação para, mais uma vez, introduzir e legitimar o ato da vivissecção:

There are several reasons why the medical profession has assumed such a decided attitude on the question of vivisection; and why the mere fact of having received a medical training and being in the daily practice of alleviating human suffering cause humane men to commend the practice, which other humane men, not having received the same training, denounce as atrociously cruel. (...) *Their training and daily experience lead them to subordinate their feelings to their judgement, and make them willing to purchase future good at the expense of present pain.* (...) The great majority of those who denounce vivisection do so simply from ignorance, and only require to become acquainted with the good that is obtained through it, in order to join with the medical profession in recognising its necessity (Brunton, 1882: 480; grifos meus).

Aqui são reforçados dois aspectos que diferenciam e qualificam o vivissector, justificando sua prática. Seu treinamento médico-científico o ensinou a subordinar os sentimentos ao julgamento razoável, e é essa justa hierarquia que permite que o homem de ciência “persiga o bem futuro sob o preço da dor presente”. Além disso, o fisiologista, por seu treinamento na área médica, adquiriu um conhecimento científico capaz de assegurá-lo que a vivissecção, prática que parece de uma “crueldade atroz” aos

olhos dos não-iniciados no saber adquirido no laboratório experimental constitui, na verdade um grande bem à humanidade. Diferentemente de Wilder e muitos outros fisiologistas, Brunton parece interpretar de maneira mais generosa as motivações dos antivivissecionistas, explicando sua oposição aos experimentos com animais pela falta de um treinamento e conhecimento científicos. Note-se, porém, que na articulação de seus argumentos, o fisiologista não outorga a seus adversários as qualidades intelectuais requeridas para habilitá-los como interlocutores qualificados nesse debate. Na narrativa condescendente de Brunton, os antivivissecionistas figuram como pessoas bem-intencionadas, porém ignorantes, e, portanto, incapazes de formar um julgamento razoável dos motivos de ciência e da motivação do cientista. Se quisesse recorrer mais uma vez ao texto bíblico, Brunton bem poderia ter dito a respeito dos antivivissecionistas: “Perdoai-os; eles não sabem o que fazem”. Ou o que dizem.

4.2.2. O médico é o monstro: as “paixões do tigre”

Em contraste com essa imagem, sustentada por Brunton, dos antivivissecionistas como um grupo de pessoas ignorantes quanto às descobertas e práticas científicas, vemos que uma das principais estratégias argumentativas adotadas pelos oponentes da experimentação animal consistia justamente em vasculhar a literatura médica. Era nos artigos publicados em periódicos científicos ou nos manuais de fisiologia que os críticos da vivissecção se municiavam contra seus adversários, buscando nesses textos descrições de procedimentos que pudessem ser denunciados como formas de tortura. Com frequência eram citadas, textualmente, palavras extraídas dos discursos dos próprios fisiologistas quanto às motivações e emoções experimentadas no exercício de sua profissão. Em um panfleto da VSS intitulado *Two Views of the True Vivisector – by two who ought to know* (Victoria Street Society, 1890) são comparados os discursos de dois fisiologistas alemães contendo afirmações completamente distintas sobre a subjetividade do cientista que pratica a vivissecção. O primeiro depoimento, retirado de *Ueber die Vivisection, ihre Gegner und Herrn*, do Dr. Jensen, contém uma linha argumentativa muito semelhante à de Brunton:

We have only to ask thinking men whether they consider it probable that physiological professors, - men that without exception stand at the summit of the universal culture of our time, - that these men, when they make the inroads they regard as useful to them into the bodies of living animals, feel pleasure and

satisfaction in so doing, and commit needless cruelty? The thought is itself so absurd, that the contradiction of it seems unworthy and laughable. (...) A considerable number of physiologists declare unanionomously that it requires the exercise of all their power of will to carry the process through to the accomplishment of the aim; and that *it is unquestionably the most difficult task which modern science lays upon them as men* (Victoria Street Society, 1890: 1-2).

Nessa passagem vemos que o fisiologista alemão chama a atenção do leitor para o absurdo que seria acreditar que esses profissionais, que se encontram, “sem exceção, no ápice da cultura de sua época”, poderiam experimentar qualquer forma de prazer no ato da vivissecção. Ao contrário, afirma Jensen, explorando a mesma retórica do auto-sacrifício, os vivissectores se submetem voluntariamente à “mais difícil tarefa que a ciência moderna lhes impõe”. Em outras palavras, a vivissecção constitui para seu praticante um mal necessário, cujo exercício lhe causa um grande sofrimento que ele se vê obrigado a suportar com resignação em benefício da humanidade como um todo. A esse discurso de abnegação o panfleto da VSS contrapõe, no entanto, o de outro homem de ciência da Alemanha, extraído do *Atlas zur Methodik der Physiologischen Experimente und Vivisectionen*, de Elie de Cyon³:

The true vivisector must approach a difficult vivisection with the same *joyful excitement*, and the same *delight*, with which a surgeon undertakes a difficult operation, from which he expects extraordinary consequences. (...) The sensation of the physiologist, when from a gruesome wound, full of blood and mangled tissue, he draws forth some delicate nerve-branch, and calls back to life a function which was already extinguished – this sensation has much in common with that which inspires a sculptor, when he shapes forth fair living forms from a shapeless mass of marble (Victoria Street Society, 1890: 1-2; grifos meus).

O excerto das palavras de Cyon, escolhidas pelo autor anônimo desse texto da VSS, aponta para uma realidade oposta àquela defendida por Jensen. Ao dispor lado a lado as duas citações, tão contrastantes, desses dois homens de ciência - “que deveriam saber” o que dizem, como indica o título - o texto reforça as contradições e a sugestão de hipocrisia nos discursos dos fisiologistas. Por meio desse artifício, no qual dois textos são confrontados, o panfleto da VSS faz com que a pergunta retórica que Jensen havia formulado no primeiro ensaio - se alguém em sã consciência poderia realmente crer que um fisiologista fosse capaz de experimentar qualquer forma de prazer no ato da vivissecção - seja respondida afirmativamente pelo segundo. Na passagem de Cyon, o fisiologista não se destaca como um homem piedoso e abnegado, que contraria

³ E. de Cyon [Ilya Faddeyich Tsion], *Methodik der Physiologischer Experimente und Vivisectiones* (Geissen and St. Petersburg: Ricker, 1876), p. 15. Referência completa citada em Cobbe, 1889d: 197.

profundamente suas propensões empáticas individuais para beneficiar a raça humana. Ao contrário, o vivisector, no ato de manipular um “ferimento repulsivo, cheio de sangue e tecido lacerado”, experiencia um intenso gozo estético, comparável ao de um artista diante do mármore que está prestes a esculpir. Nessa narrativa, portanto, também o animal experimental muda completamente de *status*. No discurso de Jensen esse animal é implicitamente uma criatura senciente que desperta a compaixão do cientista, o qual precisa reunir suas forças morais para prosseguir em seu ato e seu propósito humanitário; na fala de Cyon, o animal nada mais é que a matéria bruta de que se serve o vivisector para saciar seus apetites estéticos incomuns. E isso não é tudo; o mesmo trecho do discurso de Cyon inclui, ainda, a afirmação de que

He who shrinks from cutting into a living animal, *he who approaches a vivisection as a disagreeable necessity*, may very likely be able to repeat one or two vivisections, but will never become *an artist in vivisection*. He who cannot follow some fine nerve-thread, scarcely visible to the naked eye, into the depths, if possible sometimes tracing it to a new branching—with joyful alertness for hours at a time; he who feels no enjoyment when at last, parted from its surroundings and isolated, he can subject that nerve to electrical stimulation (...) to such a one there is wanting that which is most necessary for a successful vivisector (Victoria Street Society, 1890: 1-2; grifos meus).

Nessa declaração categórica e contundente das reais motivações do vivisector, portanto, Cyon contradiz por completo as alegações de outros fisiologistas, como Jensen ou Brunton, e sustenta o oposto. “Aquele que se aproxima de uma vivisseccção como uma necessidade desagradável” não reúne as condições necessárias para se tornar um expoente em sua profissão; este se revelará uma pessoa medíocre para o exercício desse ofício. Dessa forma, no discurso de Cyon, a experiência do prazer ao mutilar o animal que se encontra sobre a mesa de vivisseccção não apenas é real, mas condição *sine qua non* que define o verdadeiro fisiologia experimental. Nessa narrativa de apelo estético a vivisseccção não aparece como a ‘necessidade muito dolorosa’ de Lewes, mas como um ato criativo. Da mesma forma, o diferencial que qualifica o verdadeiro fisiologista não é uma fibra moral mais elevada que a das pessoas comuns, como pretendem Wilder ou Brunton, mas sim um talento artístico que implica e requer uma total indiferença pelo sofrimento do animal que agoniza sob o bisturi.

O curto texto da VSS nem sequer se dá ao trabalho de encetar qualquer discussão comparativa entre as falas de Jensen e Cyon; ele deixa essa tarefa a cargo da mente de cada leitor. Ao fim da exposição das duas citações alinhadas segue-se, à guisa de conclusão, uma única frase, repleta de ironia: “Parece haver uma ligeira contradição

entre as visões dessas duas eminentes autoridades em fisiologia experimental quanto a esse aspecto ‘estético’” (Victoria Street Society, 1890: 2). Essa passagem do discurso de Cyon é citada abundantemente na literatura antivivisseccionista da Inglaterra vitoriana. Encontrei-a em três textos diferentes de Cobbe, todos eles partes da mesma coletânea: *Light in Dark Places* (Cobbe, 1889d: 197), *Four Reasons for the Total Prohibition of Vivisection* (Cobbe, 1889e: 224n) e *The Higher Expediency* (Cobbe, 1889h: 45). Nesse último ensaio, Cobbe (1889h: 45) faz as ressalvas de que não pensa que todo vivisector tenha, em relação à sua prática, a mesma atitude de Cyon, e diz que a crueldade inerente à repetição incessante dos experimentos pode não vir a contaminar todos os demais aspectos da vida de um fisiologista. Em seguida, entretanto, acrescenta: “mas eu lhes pergunto: ela [a vivisseccção] não o desmoraliza o bastante”?

O mesmo trecho de Cyon é também citado em *The Real and Pretended Aims of Vivisection*, de Edward Berdoe, um colaborador de Cobbe. Comentando essa declaração de Cyon e textos similares de outros fisiologistas, Berdoe (1890: 3) afirma que os depoimentos prestados durante a realização das sessões da *Royal Commission* constituem evidências abundantes de que “o vivisector, quando imbuído do verdadeiro espírito de seu trabalho, exulta e se deleita com a vivisseccção por si mesma”. Afinal, continua Berdoe,

Numbers of young men try their hand at the the dreadful business in the medical schools, and fail therein because they cannot overcome their disgust or master *the sentiments of pity inherent in every well-constituted and trully healthful mind*. The vivisectors who I know do not find their work disagreeable to them; they enjoy their work as the sculptor and the artist enjoy theirs (Berdoe, 1890: 3; grifos meus)

Berdoe era um cirurgião M.R.C.S.⁴, um homem de formação médica, o que conferia ao seu testemunho uma credibilidade maior do que aquela atribuída aos antivivisseccionistas leigos. Seus comentários, na verdade, fazem eco aos de Cyon, mas as conclusões que deles derivam nada têm de enaltecedoras das qualidades especiais dos fisiologistas. Observemos, nas palavras grifadas acima, que no discurso de Berdoe os “sentimentos de piedade” são elementos componentes essenciais “a toda mente de boa constituição e verdadeiramente saudável”, e não atributos de zoólatras egoístas, passionais ou insensatos. Nessa espécie de processo de seleção social, imposto aos estudantes pelo novo currículo das escolas médicas, são, portanto, os indivíduos mais saudáveis que perecem, desistindo de se profissionalizar num ofício onde somente os mais insensíveis sobrevivem.

⁴ *Membership of the Royal College of Surgeons.*

Paul White (2006) observa que, para construir seus argumentos, os antivivissecionistas compilavam, como vimos nos exemplos acima, uma espécie de literatura confessional dos trabalhos dos fisiologistas britânicos e continentais para demonstrar como a perseguição da verdade, quando não diluída pela simpatia, podia se tornar uma paixão abrasadora e descontrolada. Nessas passagens os críticos da vivissecção construíam uma equação na qual as paixões bestiais e antissociais das ordens inferiores eram equiparadas aos prazeres e excitações intelectuais da descoberta fisiológica (White, 2006).

Vimos no capítulo 1 que já no século XVIII Kant advertia seus contemporâneos a respeito dos perigos do hábito de maltratar animais, não por acreditar que os brutos fossem merecedores de qualquer consideração especial, mas porque sustentava que a prática da crueldade contra os animais embrutecia o espírito humano. Essa era a principal objeção levantada contra a vivissecção no século XVIII (Williamson, 2005: 102), e tal argumento, embora acrescido de vários outros, persistia na retórica antivivissecionista do século XIX. Alguns autores ainda o apresentavam como o motivo central de sua oposição à vivissecção, como era o caso de Lewis Carroll. No ano em que se realizaram as sessões da *Royal Commission*, Carroll publicou um artigo no qual listava nada menos que treze “falácias populares sobre a vivissecção” (Carroll, 1875). A falácia de número 7 seria a de que “o mal de que se acusa a vivissecção consiste principalmente na dor infligida ao animal”. A esse respeito, Carroll afirma:

I maintain, on the contrary, that it [the evil] consists chiefly in the effect produced on the operator. To use the words of Mr. Freeman (...) "*the question is not as to the aggregate amount of suffering inflicted, but as to the moral character of the acts by which the suffering is inflicted.*" We see this most clearly, when we shift our view from the act itself to its remoter consequences. The hapless animal suffers, dies, "and there an end:" but the man whose sympathies have been deadened, and whose selfishness has been fostered, by the contemplation of pain deliberately inflicted, may be the parent of others equally brutalised, and so, bequeathe a curse to future ages (Carroll, 1875; grifos meus).

Nessa passagem fica claro que, na visão do criador de Alice, enquanto para o animal experimental o mal causado é temporário, os efeitos morais na cultura humana são o fator mais preocupante, que ameaça a educação das gerações vindouras. Essa questão da insensibilização do fisiologista em decorrência da prática recorrente da tortura de animais também está presente no pensamento de Cobbe. Embora no discurso cobbeano os motivos éticos para a abolição da vivissecção de forma nenhuma se

reduzissem a esse aspecto, também ela insistia nesse ponto. Criticando os argumentos dos advogados da vivissecação para legitimação dessa prática em prol do avanço da ciência médica, Cobbe afirma:

We repudiate the whole rotten system of morality to which such arguments belong; and maintain that if the gain to Science and the Healing Arts to be obtained by Vivisection were as real and substantial as it is vain and visionary, it would fail to justify the infliction of torments on brutes or *the degradation of men into tormentors* (Cobbe, 1882: 103; grifos meus).

Não avanço, mas degradação da humanidade – é essa a percepção de Cobbe acerca do efeito social da vivissecação. Dessa forma, mesmo que essa prática de fato beneficie a raça humana em termos de saúde, nem mesmo esse argumento a justifica:

But (say our opponents), "Are you prepared to relinquish all the benefits which this practice brings to humanity at large?" Our answer to them, of course, is, that (...) the discovery of the Elixir Vitae itself would be too dearly purchased if the hearts of men were to be rendered one degree more callous and selfish than they are now. And that *the practice of vivisection by a body of men at the intellectual summit of our social system, whose influence must dribble down through every stratum of society, would infallibly tend to increase such callousness*, there can exist no reasonable doubt (Cobbe, 1894b: 608; grifos meus).

Assim como na argumentação de seu amigo Carroll, também para Cobbe a vivissecação é descrita como uma espécie de mal que vem se alastrando de forma epidêmica. E o agravante é que, diferentemente de certos esportes brutais típicos das classes baixas, como as rinhas de cães e o açulamento de ursos, a vivissecação nascia e proliferava como uma prática exclusiva de homens letrados, com grande poder de influência sobre todos os estratos sociais. Em Cobbe, portanto – e na cruzada antivivisseccionista vitoriana de um modo geral - não é apenas o sofrimento animal que está em questão, mas também o risco de uma insensibilização progressiva da raça humana. Essa preocupação tinha o agravante de que essa prática condenável estava se disseminando em solo britânico, em uma nação que tanto se orgulhava de seus sentimentos ternos, não apenas entre as pessoas, mas também destas para com os animais. Por isso, Cobbe declara que

It was therefore absolutely needful *to reach the germ of the disease*, and not merely to endeavor to allay the worst symptoms and outbreaks. *It is the passion itself which needs to be sternly suppressed*; and this can only be done by stopping altogether *the practice which is its outcome, and on which it feeds and grows* (Cobbe, 1894b: 608; grifos meus).

A “doença” a ser combatida não é a vivissecção em si. A vivissecção figura aqui como substrato, alimento e resultado do exercício de uma paixão nefasta. É essa paixão o alvo das preocupações éticas aqui declaradas, e o combate à vivissecção é descrito como a única forma de suprimir a disseminação desse vício no tecido social. Mas a que paixão se refere Cobbe? Para responder a essa pergunta, darei novamente a palavra a Lewis Carroll:

It is a humiliating but an undeniable truth, that man has something of the wild beast in him, that a thirst for blood can be aroused in him by witnessing a scene of carnage, and that the infliction of torture, when the first instincts of horror have been deadened by familiarity, may become, first, a matter of indifference, then a subject of morbid interest, then a positive pleasure, then a ghastly and ferocious delight (Carroll, 1875; grifos meus).

Se compararmos a passagem acima com as descrições feitas por fisiologistas como Brunton e Wilder, vemos que na argumentação de Carrol o processo de treinamento e o exercício recorrente da prática da vivissecção não resultam em um adestramento do intelecto sobre as emoções em nome da compaixão pela humanidade. Na narrativa de Carroll o resultado é o oposto: a prática constante da tortura de animais vai aos poucos fazendo emergir no vivissector a besta selvagem, até então silenciada e escondida nos recônditos mais primitivos de sua mente. Ao invés de constituir, portanto - como pretendiam muitos fisiologistas - um triunfo do altruísmo, dos princípios humanitários mais elevados sobre tendências sentimentais e obscurantistas, a vivissecção é aqui descrita como uma prática que leva à derrocada completa dos valores fundamentais sobre os quais se edifica uma civilização.

Foi nessa mesma época em que o movimento antivivisseccionista inglês construía tal imaginário acerca da vivissecção que, no ano de 1888, as ruas e becos de Londres foram palco dos atos de uma figura sombria: o assassino serial que ficou conhecido como Jack, o estripador. Muitos antivivisseccionistas suspeitavam que o ‘demônio de Whitechapel’ fosse um fisiologista que havia ultrapassado as fronteiras, e Cobbe era um dos que sustentavam essa tese (Mitchell, 2004: 326). Em consonância com o pensamento de Carrol acima descrito, para Cobbe e muitos outros a tortura constante dos animais despertava e nutria os instintos bestiais das pessoas, libertando a fera que habitava a mente do homem, revelando o monstro que o médico escondia.

Em seu depoimento à *Royal Commission*, o professor George Rolleston, de Oxford – aquele mesmo que admitira considerar o *Handbook* de Sanderson um livro perigoso para a sociedade - discorreu sobre o que considerava uma tentação à qual o

ofício dos fisiologistas os expunha frequente e inevitavelmente. Referindo-se a uma obra fictícia, na qual o autor aludia ao “demônio adormecido em nossos corações”, Rolleston afirmou que

You may express this by saying that it is the lower or animal nature, *the unworked-out beast which exists in man. (...) the lower nature which we possess in common with the carnivora*, and creatures of that sort; it is just this, that *the sight of a living, bleeding, and quivering organism* most undoubtedly does act in a particular way upon what Dr. [William] Carpenter calls the emotiono-motor nature in us (PP, 1876a: 64, P 1287; grifos meus).

Aqui temos, no depoimento de um fisiologista a uma comissão de inquérito encarregada de deliberar sobre a legitimidade da vivissecção, a validação científica de um argumento recorrente na retórica antivivisseccionista. Apoiando-se em conceitos elaborados por seu colega William Carpenter, Rolleston atribui à besta interna existente em cada mente humana a propensão a vivenciar o prazer diante de procedimentos como os que envolvem a experimentação animal. Na narrativa de Rolleston, sensações como aquelas descritas por Cyon não constituem, portanto, privilégio de mentes sofisticadas no êxtase de uma experiência estética; ao contrário, o deleite experienciado diante da “visão de um organismo vivo, ensanguentado e trêmulo” caracteriza a manifestação da “natureza inferior que possuímos em comum com os carnívoros”.

Precisamos fazer a ressalva de que, na continuidade de seu depoimento, Rolleston, possivelmente preocupado com o impacto de suas declarações em meio a seus colegas de profissão, fez questão de frisar que “a classe de naturezas superiores está acima disso”, e que “um homem é pior ou melhor conforme ele cede ou resiste a cada tentação particular intrínseca à sua natureza”. Ainda assim, insiste Rolleston, “se estamos falando de legislação, não estamos legislando para os [homens] bons, mas para a massa, que (...) nem sempre é boa” (PP, 1876a: 64, P 1287). Mesmo nessas palavras, entretanto, Rolleston em nenhum momento afirma que *todos* os fisiologistas se enquadrariam nessa categoria dos homens de espírito superior ao da maioria das pessoas. Além disso, tendo abordado a questão dos grupamentos humanos, o depoente chama atenção dos *commissioners* para mais um ponto:

I have another point. I believe (...) that when we are massed together, we being the social and gregarious men that we are, various impulses are very much more potent upon us than when we are not so massed. (...) When men are massed together the emotiono-motor nature is more responsive, it becomes more sensitive to impressions than it does at other times (...) And I may mention that soldiers will tell you that the sight of blood upon the gauntlet (...) to use their plain language, “wakes all the devils up in them” (PP, 1876a: 64, P 1287; grifos meus).

A vivissecção figura, portanto, no discurso de Rolleston, como uma prática, que, realizada por um grupo ou diante de um aglomerado humano, “desperta todos os demônios internos”, trazendo à tona a natureza primitiva do experimentador. Resumindo as palavras de Rolleston à conveniência de seus próprios interesses, Richard Hutton, o único antivivisseccionista declarado entre os integrantes da *Royal Commission*, perguntou, então, ao depoente se podia deduzir das afirmações deste que “o hábito de realizar experimentos em animais vivos é um hábito muito perigoso, e requer ser vigiado (*guarded*) de forma muito especial”; Rolleston respondeu afirmativamente (PP, 1876a: 64, P 1288).

Tudo indica que Cobbe deve ter lido detalhadamente o conteúdo integral do relatório publicado pela *Royal Commission*, pois com frequência cita ou mesmo transcreve trechos de um depoimento ou outro, para fundamentar seus argumentos antivivisseccionistas. As passagens acima, do testemunho de Rolleston, foram devidamente aproveitadas por Cobbe (1889h: 43) em reforço de suas denúncias quanto aos males da vivissecção, os quais incluíam os efeitos perniciosos dessa prática no caráter daqueles que a ela recorriam. Às palavras de Rolleston Cobbe acrescentou as do Dr. John Anthony, ex-pupilo de Charles Bell que havia declarado, perante os *commissioners*, que vigorava entre os homens de medicina “uma curiosidade mórbida” que se manifestaria diante de qualquer tipo de operação (Cobbe, 1889h: 44).

Na Inglaterra vitoriana essas qualidades da besta interna humana eram, com frequência, associadas a um animal: o tigre. Discutindo a trajetória evolutiva do “homem, o mero animal” até o “homem, o membro de uma *polis* organizada”, Huxley comenta:

For his successful progress, throughout the savage state, man has been largely indebted to *those qualities which he shares with the ape and the tiger*; his exceptional physical organization; his cunning, his sociability, his curiosity, and his imitiveness; his ruthless and ferocious destructiveness when his anger is roused by opposition (Huxley, 1893a: 51; grifos meus).

Observemos, aqui, que embora, no conjunto de sua argumentação, Huxley defenda que essas qualidades que os homens partilham com símios e tigres precisam ser superadas em nome do projeto civilizatório, esse homem de ciência atribui a essas mesmas qualidades grande parte do êxito evolutivo da espécie humana. Cobbe, por sua vez, não parece disposta a conceder tantos méritos a essa natureza inferior existente na mente humana:

When we think of what earth might become were the *tiger passions* within our race to be bred out at last, and the *divine faculty of love and sympathy* to attain its obviously-intended development, it would seem as if efforts for the improvement of our physical or sanitary conditions, or for the advance of arts, science, or laws, were scarcely worth making in comparison of any step which should bring us nearer to such an age of joy (Cobbe, 1889i: 2; grifos meus)

As paixões do tigre, as inclinações mais baixas do espírito humano, partilhadas com os demais animais, são aqui colocadas em oposição ao amor e à simpatia, atributos divinos, nas palavras de Cobbe. Ao dar vazão e voz a tais paixões primitivas, os vivissectores, portanto, não estão contrariando apenas os princípios humanitários que devem servir de solo comum a apoiar as civilizações. Ao praticar a vivisseccção, movido por esses instintos bestiais, o fisiologista se opõe aos desígnios divinos para a espécie humana, pois é nas paixões do tigre que o mal floresce no espírito humano:

Such is, I believe, the great hope of the human race. (...) *That which will I truly constitute the blessedness of Man will be the gradual dying out of his tiger passions, his cruelty and his selfishness, and the growth within him of the god-like faculty of love and self-sacrifice; the development of that holiest sympathy wherein all souls shall blend at last, like the tints of the rainbow which the seer beheld around the great White Throne on high.* (Cobbe, 1894b: 383)

No discurso de Cobbe, portanto, essas paixões do tigre constituem o grande mal a ser erradicado do interior de cada indivíduo e do seio dos valores da civilização. A vivisseccção não apenas expressa essas paixões; ela as desperta e alimenta, motivo pelo qual é imperativo que essa prática seja banida do conjunto das ações humanas legítimas.

As diversas passagens acima - citadas de discursos a respeito da vivisseccção de autoria dos fisiologistas, que a defendiam e dos antivivisseccionistas, que a criticavam - constituem uma amostra pequena do vasto material publicado na Inglaterra vitoriana acerca desse tema. A esse respeito, Jed Mayer (2008) observa que os advogados da vivisseccção procuravam enquadrar essa prática em uma narrativa na qual o triunfo da razão científica sobre o apelo das emoções era apresentado como o triunfo evolutivo do humano sobre o animal não-humano no laboratório. Os antivivisseccionistas, por sua vez, argumenta Mayer, defendiam um modelo de progresso social no centro do qual se destacava a sensibilidade emocional ao sofrimento, inclusive o sofrimento animal. Paul White comenta que desse debate sobre o controle dos sentimentos pelos fisiologistas durante a vivisseccção emergiam duas visões opostas do laboratório: de um lado, um cenário de batalha, um local de “nervos de aço e disciplina férrea, estabelecida contra as

forças da desordem, da doença e da degeneração”; de outro lado, um “lugar de matança insensível, de simpatias apagadas e paixões impiedosas liberadas” (White, 2006).

4.2.3. Sentimentos britânicos: o caráter do fisiologista em cheque

A despeito das severas acusações que faz em seus textos às práticas adotadas por seus adversários, em um ensaio intitulado *The Higher Expediency* Cobbe (1889h: 34) discorda de outros antivivisseccionistas, quando estes defendem que a vivissecação deformaria o caráter dos fisiologistas de forma global:

What are the effects of the practice on the vivisector himself? Who and what manner of men are vivisectors? What is the character evolved by a life devoted to such experiments? I will say at once that I think some of our anti-vivisection friends have a little misused the term ‘demoralizing’ as applied to the work of Vivisection. (...) The nature of a man is not often homogeneous; not even logically harmonious. (...) The drunkard may be a generous friend; the thief a kind father. (...) Cruelty to animals, then, *a fortiori*, however extreme and deliberate it may be, does not necessarily and inevitably extend its corroding influence over every part of a man’s character. (...) Let us in justice, then, reject the application to Vivisection of the term ‘demoralizing’ *in the sense that the practice would demoralise a man all around*. We are not authorised to assume it does so, for, example, as regards his family relations or his honesty in a commercial point of view. (Cobbe, 1889h: 35; grifos no original).

As afirmações acima não significam, todavia, uma absolvição do fisiologista, pois logo em seguida Cobbe (1889h: 35) adverte que “os vivissectores se encontram sob uma tentação constante à hipocrisia e equívoco, os quais, penso eu, os registros da *Royal Commission* e vários eventos posteriores provam que não raro prevalecem sobre sua candura e franqueza”. De qualquer maneira, a moral do fisiologista não é a questão central que Cobbe quer discutir. Explicando que o ponto que deseja explorar não é a “desmoralização *extrínseca*” à vivissecação, mas a “desmoralização *intrínseca*” a ela, Cobbe (1889h: 36) lança a questão: “Qual é a condição moral de um vivisector habitual? Quando está engajado em sua tarefa ele se encontra em um estado de saúde moral ou de doença moral?” É esse, portanto o ponto principal, segundo Cobbe: a imoralidade do ato em si da vivissecação, tema diretamente relacionado à “condição moral” do fisiologista no momento mesmo em que está envolvido com esse ato. Não é no todo da vida do vivisector que deve-se julgar a legitimidade da experimentação animal; é nos sentimentos dele quando empunha o bisturi diante de um animal indefeso. É na mesa de vivissecação que a vivissecação deve ser julgada. É naquele momento

preciso em que um cão, gato ou coelho é desfigurado, mutilado, torturado que Cobbe quer saber se o autor desse ato é o médico consciencioso ou o monstro atroz.

Logo após ter afirmado que “está além do escopo de nossa alçada determinar quais motivos podem levar um homem a adotar a fisiologia experimental como profissão”, Cobbe (1889h: 36), contradizendo-se, inicia uma exploração desse assunto:

I am told that the most common [motive] is the natural wish for young men to push themselves forward into that notice which is the path to prosperity. (...) I do not suppose that any of them undertake their work originally moved by sentiments of pleasure in the pain they inflict. (...) We may start with the assumption that a vivisector begins usually with simple indifference to, or even some degree of pity for, animal suffering, and much zeal for science; either science *pur et simple*, or science for the sake of his own ambition. In short, (...) he is simply prepared to “cut his way to knowledge and notoriety”. He is also (...) strongly moved by the desire to disprove what has been supposed to be discovered by rivals. (Cbb, 1889h: 36).

Nessa passagem a motivação do fisiologista experimental, desde o início de sua carreira, como jovem estudante, está ligada a uma cultura de ambição profissional. Nessa cultura o jovem estudante, inicialmente indiferente ou mesmo ligeiramente compassivo em relação sofrimento dos animais, aprende progressivamente a desconsiderar por completo seus sujeitos experimentais, na medida em que “corta seu caminho para o conhecimento e a notoriedade”. Mas os vivissectores, observa Cobbe, alegam ser outro o moto fundamental de suas escolhas:

There is a third motive which the advocates of Vivisection are very fond of putting forward as if it were the actual spring of their choice, viz., the motive of pure philanthropy. They sometimes tell us, in language so moving that it ought to draw tears from our eyes, that they see so much the misery of disease that they would do anything (anything, that is, to a beast) to find out how to cure it. They are, in fact, a Prometheus ready to steal the fire of heaven for the good of men. (...) I find it, I confess, impossible to stretch my credulity quite so far as this (Cobbe, 1889h: 36).

Note-se que se até então, enquanto explorava o caráter e as motivações do vivissector, a narrativa de Cobbe era relativamente ponderada, essa mesma atitude não se mantém quando a autora confronta essa imagem que os advogados da vivisseção tentavam vender ao público. Quando discute esse tipo de argumento dos fisiologistas experimentais quanto aos motivos pelos quais abraçaram essa ciência, Cobbe recorre a uma ironia incisiva, frequente na literatura antivivisseccionista britânica desse período. A respeito dessa “teoria prometeica”, a jornalista afirma sua discordância declarando que se trata de um exemplo da mais pura “hipocrisia inglesa” (Cobbe, 1889h: 37).

A sugestão de que os fisiologistas ingleses recorriam a argumentos hipócritas é constante, geralmente em tons sarcásticos, nos textos dos antivivissecionistas. Vimos no primeiro capítulo que uma das perguntas feitas regularmente aos depoentes da *Royal Commission* era se os mesmos consideravam que os fisiologistas da Grã-Bretanha tinham uma atitude diferenciada em relação aos colegas do continente. Com poucas exceções, como o austríaco Emanuel Klein e George Hoggan - esse último um médico antivivissecionista - a maioria dos homens de ciência que prestaram seu testemunho à comissão confirmou que havia, de fato, uma diferença marcante na postura do fisiologista experimental inglês. Essa diferença seria caracterizada pelos sentimentos ternos que os vivissectores britânicos nutririam pelos animais dos quais se serviam. O veterano William Sharpey (PP, 1876a: 22, P. 432), embora tenha preferido “não ousar dizer” que sempre eram tomadas precauções contra a dor desnecessária pelos vivissectores britânicos, afirmou sua convicção de que poucos dentre estes estariam dispostos a realizar experimentos dolorosos sem necessidade. Indagado por seu entrevistador se era de sua opinião que, de forma geral, na Inglaterra a experimentação animal era “conduzida por pessoas com um sentimento de humanidade em relação aos animais”, William Carpenter, da *London University*, disse não ter motivos para crer no contrário (PP, 1876a: 279, P 5583 e 5584). Burdon Sanderson expressou a opinião de que, uma vez que na Grã-Bretanha o sentimento dos fisiologistas para com os animais era diferenciado, conseqüentemente o mesmo valia para a prática da vivissecção, pois na Inglaterra a dor era vista como um grande mal (PP, 1876a:116, P 2227). Sir Thomas Watson afirmou que os fisiologistas de seu país eram “completamente desejosos de mitigar a dor” (PP, 1876a: 2, P. 27). George M. Humphry, professor de anatomia na Universidade de Cambridge, considerava “inquestionável” a disposição humanitária de seus colegas no tratamento dos sujeitos experimentais, acrescentando que muitos deles tinham afeição por animais, motivo pelo qual causar dor nos mesmos lhes seria repugnante (PP, 1876a: 31, P. 609 e 610). Henry Wentworth Acland (PP, 1876a: 43, P. 941), sustentando que no exterior havia “um descaso anticientífico (*unscientific carelessness*) para com o sofrimento animal”, disse acreditar que tal atitude seria “tão ofensiva (*hurtful*) ao senso moral da Inglaterra, que não seria tolerada” nesse país.

Essa autodescrição dos gentis-homens britânicos - nos níveis individual e coletivo - como especialmente zelosos e compassivos em relação ao bem-estar dos animais condizia com valores caros à cultura de seu país na época vitoriana, e a recorrência das perguntas dos *commissioners* sobre os sentimentos ternos dos

fisiologistas ingleses refletia uma preocupação com a imagem pública desses profissionais. A estratégia retórica mais adequada a esse propósito era, portanto, a de diferenciar os sentimentos e consequentes atitudes dos fisiologistas britânicos em comparação com os colegas continentais. Respondendo a isso, os antivivissecionistas da Inglaterra se empenhavam em desmentir tais alegações, de modo a desconstruir esses argumentos de seus adversários. A melhor forma de dar cabo dessa tarefa era por meio de denúncias e processos contra fisiologistas ingleses, acusando-os insistentemente de abusos contra os animais nos laboratórios, ou, mais uma vez, através de incursões na literatura científica inglesa relacionada ao tema. Vimos no capítulo 1 que o *Handbook* de Burdon Sanderson e colaboradores foi denunciado por Cobbe e aliados por não fazer qualquer menção ao emprego de anestésicos nos experimentos descritos, motivo pelo qual os *commissioners* convocaram todos os autores desse manual e formularam perguntas a eles especificamente sobre o conteúdo dessa obra. Também vimos, no capítulo 2, que John Colam, dirigente da RSPCA, declarou, em seu depoimento à *Royal Commission*, que o Dr. David Ferrier, em uma palestra na qual descrevera a reação dos macacos aos experimentos, teria feito mímicas zombeteiras do sofrimento dos animais; também instado a prestar depoimento, esse fisiologista britânico negou o fato. Alguns anos mais tarde, Ferrier seria novamente alvo dos antivivissecionistas, em um processo judicial, mais uma vez envolvendo alegações de crueldades cometidas contra macacos.

Finalmente, houve o depoimento de Emanuel Klein, mencionado em capítulos anteriores. Vejamos mais um trecho desse depoimento:

Chairman: What is your own practice with regard to the use of anaesthetics in experiments that are otherwise painful?

Klein: *Except for teaching purposes I never use anaesthetics*, where it is not necessary for convenience. (...)

Chairman: When you say that you only use them for convenience sake, do you mean that you have no regard at all to the sufferings of the animals?

Klein: *No regard at all* (PP, 1876a: 183, P. 3538 e 3539; grifos meus).

Essa declaração, explícita, de completa indiferença ao sofrimento dos animais por um dos autores do *Handbook* não poderia deixar de chocar não apenas os *commissioners*, como também, posteriormente, o público britânico, ao qual o acesso à transcrição completa dos depoimentos foi franqueado quando de sua publicação, em 1876. A impressão que se tem (ou, ao menos, a que eu tive) acompanhado a sequência do inquérito é de que seu entrevistador, o *chairman*, procurou confrontar Klein com a

gravidade de suas afirmações, e dar a este todas as oportunidades para amenizar as implicações do que acabara de declarar:

Chairman: You are prepared to establish that as a principle you approve?

Klein: I think that with regard to an experimenter, a man who conducts special research, *he has no time, so to speak, for thinking what will the animal feel or suffer.*

Chairman: Then for your own purposes *you disregard entirely the question of the suffering of the animal* in performing a painful experiment?

Klein: *I do.* (PP, 1876a: 183, P. 3540; grifos meus).

O entrevistador perguntou e Klein por que motivo, então, o mesmo evitava causar dor nos animais quando realizava demonstrações públicas. A isso o fisiologista respondeu que era porque sabia haver no país um forte sentimento contrário ao sofrimento dos animais. “Devemos levar em conta os sentimentos e opiniões daquelas pessoas diante das quais fazemos o experimento”, completou Klein (PP, 1876a: 183, P 3541). O *chairman* insistiu:

Chairman: But in regard to your proceedings as an investigator, you are prepared to acknowledge that you hold as entirely indifferent the sufferings of the animal which is subjected to your investigation?

Klein: Yes. (PP, 1876a: 183, P 3544, 3553 e 3554)

Observando esse depoimento podemos imaginar que os antivivisseccionistas devem tê-lo recebido com um misto de indignação, ante sua desfaçatez, e júbilo, por verem um de seus adversários disponibilizando em suas mãos tamanho trunfo retórico. Esse trunfo foi ainda enriquecido quando outro entrevistador, o Lorde Winmarleigh, tentou, sem sucesso, isolar os sentimentos de Klein daqueles demonstrados pelos demais vivissectores atuantes na Inglaterra:

Winmarleigh: But you believe that generally speaking there is a very different feeling in England?

Klein: Not among physiologists; I do not think there is (PP, 1876a: 183, P 3553).

Ao emitir essa opinião, Klein não comprometia apenas a própria imagem, mas também a de toda a profissão, perante o olhar público. Respondendo à pergunta seguinte (P 3554), Klein concordou com Winmarleigh que “entre as pessoas da Inglaterra”, i.e., o público leigo, o sentimento predominante em relação ao sofrimento animal era bem diferente daquele que se via no continente. Havendo praticado em Viena, em seu país de origem, antes de se radicar na Inglaterra, Klein, indagado pelo entrevistador, admitiu que no continente era comum o descaso em relação aos sentimentos dos animais (P 3545 e 3546) e que o povo inglês reagia de forma muito diferente ao de outros países

quanto a essa questão (P 3547). Requisitado a dar exemplos de demonstrações dessa diferença, o fisiologista respondeu que se referia à imprensa:

(...) The outcry and agitation carried on in the different journals against the practice of vivisection. There is no such thing abroad; there the public takes no view, does not claim to pronounce any criticism or any judgement about scientific teaching or physiology in general (PP, 1876a: 183, P 3549)

Obviamente, não é verdade que não tenha florescido qualquer campanha antivivisseccionista nos demais países europeus durante o século XIX. Sabemos que a VSS estendeu suas influências para além do Canal da Mancha, chegando mesmo a manter um sucursal em Paris, além de manter relações com organizações antivivisseccionistas em vários outros países. O livro *Vivisection in historical perspective*, uma coletânea de múltiplos autores editada por Nicholaas A. Rupke (1987) é hoje a melhor referência para quem deseje aprofundar a questão do antivivisseccionismo nesses países, que incluem a França, a Suíça, a Alemanha, a Suécia e os Estados Unidos. Todavia, a Inglaterra foi sem dúvida o país líder, no qual esse movimento de contestação dos experimentos fisiológicos nasceu e se disseminou pelo resto da Europa. As palavras de Klein sugerem que, a despeito de haver ou não campanhas contra a vivissecação no continente, as vozes que então se erguiam nesses países não tinham o mesmo poder de comoção da opinião pública, e consequente pressão política, que existia na Inglaterra. As palavras de um fisiologista suíço corroboram essa tese, e foram devidamente aproveitadas por Edward Berdoe como mais uma evidência da hipocrisia inglesa:

The advancement of science, and not practical utility to medicine, is the true and straightforward object of all vivisection. No true investigator in his researches thinks of the practical utilization. Science can afford to despise this justification with which vivisection has been defended in English (citado em Berdoe, 1890: 1)⁵.

Antes de reproduzir essa transcrição das palavras do fisiologista suíço, Berdoe observa que

To dissect an animal alive, while pretending to invent a cure for heart disease, instead of owning that you only want to settle a petty question on hydrostatics, seems to me to be peculiarly un-English. Unhappily, however, Continental vivisectors say this hipocrisy is *peculiarly* English (1890: 1; grifos no original).

Nesse breve comentário, Berdoe consegue acusar os fisiologistas ingleses de hipocrisia quanto a suas pretensas motivações altruístas e, ainda, ao caracterizar tal

⁵ *Die Vivisectionsfrage*, p. 16 (citado em Berdoe, 1890: 1)

atitude como “peculiarmente não-inglesa”, construir um perfil desses homens de ciência como uma classe que trai os princípios morais que norteiam sua nação. Contrastando a franqueza bruta do vivissector de Zurique com as justificativas desonestas de seus colegas britânicos, a denúncia de Berdoe atua no sentido de desmontar a barricada retórica que os fisiologistas britânicos tentavam erguer para legitimar sua prática perante a opinião pública.

A força de pressão da opinião pública inglesa era, decerto, respeitada pelos advogados da vivisseccção. Uma forte evidência disso reside no fato de Darwin ter sido convocado a depor na *Royal Commission* principalmente para, por assim dizer, tentar apagar o fogo ateadado pelo depoimento de Klein na imagem pública dos fisiologistas britânicos, conforme vimos no capítulo 1. Além disso, não há dúvidas de que Klein deve ter sido duramente repreendido pelos colegas e aliados, uma vez que o vivissector austríaco requisitou à comissão que lhe permitisse alterar o conteúdo de seu depoimento antes que o mesmo fosse publicado. A comissão recusou-se a aceitar as alterações propostas por Klein, e manteve intacta a transcrição de seu depoimento original, mas publicou em um apêndice essa nova versão, reeditada, com as alterações propostas pelo fisiologista. A parte desse apêndice que nos interessa tem o longo título de *Correspondence with Dr. Emanuel Klein, Assistant Professor at the Brown Institution, and Lectures on general histology at St. Bartholomew's Hospital; and his amended proof as submitted to the Commission* (PP, 1876a: 326-333), e inclui a correspondência trocada entre Klein e o representante da comissão. Essas cartas são marcadas por uma tensão crescente entre os correspondentes. Nas primeiras cartas observa-se que os *commissioners* ofereciam voluntariamente a Klein a oportunidade de fazer correções em seu depoimento. Na medida em que as cartas se seguem, contudo, a amistosidade entre as partes vai progressivamente se transformando em animosidade. Klein alega que, na condição de estrangeiro, teria compreendido mal algumas das perguntas a ele dirigidas. Somente após ver as perguntas por escrito, argumenta Klein, ele teria sido capaz de entender seu real significado, motivo pelo qual requer autorização para proceder às modificações mais condizentes com suas verdadeiras posições. Entretanto, a decisão oficial dos *commissioners*, também comunicada a Klein em carta, foi que as alterações por ele propostas eram demasiado extensas, ultrapassando os limites do aceitável. Por esse motivo, explicava a correspondência dirigida ao fisiologista austríaco, a comissão decidira manter o texto original, embora permitisse que as alterações aparecessem em um texto à parte (PP, 1876a: 326-327).

Examinemos brevemente algumas dessas alterações de modo a analisar os possíveis motivos das mesmas. No depoimento original, Klein, indagado se não tinha consideração alguma pelo sofrimento dos animais (Pergunta 3539), respondeu: “Nenhuma consideração” (PP, 1876a: 183). Na versão reeditada, a resposta é: “Nenhuma consideração para com um sofrimento tão pequeno como o de minhas operações” (pág. 328). Indagado se, portanto, ele desconsiderava por completo o sofrimento de um animal quando realizava um experimento doloroso (P 3541), Klein respondera simplesmente: “Desconsidero (*I do*)” (pág. 183); na versão editada, a resposta é: “Dentro dos limites restritos que descrevi, eu o desconsidero”⁶ (pág. 328). Klein também considerou importante relativizar sua declaração de que não percebia entre os fisiologistas ingleses um sentimento diferente em relação aos animais (pág. 183, P 3553). Na versão reformulada, essa resposta é repetida, mas a ela se acrescenta a frase: “mas eu não posso falar com autoridade [sobre esse assunto].” (pág. 328).

As alterações feitas à resposta dada à pergunta de nº 3543 merecem destaque. Klein fora indagado se separava por completo do sentimento prevalente na Inglaterra quanto à humanidade para com os animais. A resposta original de Klein a essa pergunta tinha sido que “Eu diferencio minha postura como investigador de minha postura como professor”⁷ (pág. 183). Na versão editada, a resposta é bem mais longa, e ao fim dela encontramos a surpreendente afirmação de que

I am as much opposed as anyone in this country to unnecessary or unprofitable cruelty to animals; but, for the purposes of scientific investigation, I hold that I have the same right to use the lower animals as has the sportsman in this country (PP, 1876a: 328, P 3543).

As frases acima contêm dois elementos significativos. Em primeiro lugar, podemos notar que Klein se vê coagido, provavelmente pelos colegas, a render-se às exigências da pressão da opinião pública, tentando apresentar-se agora como alguém que sente compaixão pelos animais. Ao mesmo tempo, Klein recorre ao argumento de justificar seu uso de animais comparando-o com outros usos, como a caça, que seriam muito mais inglórios em suas motivações.

Duas outras alterações devem ser enfatizadas. Uma é a resposta à pergunta 3549. No depoimento prestado (pág. 183), Klein dissera que no exterior nada havia de semelhante à agitação que se via na imprensa e público britânicos criticando o ensino científico. Na nova versão (pág. 328), uma frase é acrescida: “Ele [o público de outros

⁶ Em inglês: “To the small extent which I have described, I do.”

⁷ Em inglês: “I separate myself as an investigator from myself as a teacher”.

países] pressupõe que os homens de ciência possuem consciência suficiente para não ferir desnecessariamente os animais brutos”. Com essa adição, Klein faz uma crítica à opinião pública e à imprensa britânicas, defendendo como necessária e sensata a confiança da população civil nos homens de ciência. A alteração feita na resposta à pergunta 3554 – sobre o sentimento diferenciado do povo inglês quando comprado ao do continente - tem um tom similar. Na versão editada da resposta a essa pergunta (pág. 328) Klein inclui a afirmação de que “na Inglaterra elas (as pessoas) parecem mais dispostas a cuidar das consciências dos outros em assuntos que não compreendem com clareza”. Mais uma vez alfinetando o *ethos* inglês, Klein caracteriza e caricaturiza os antivivisseccionistas britânicos como pessoas ignorantes, intrometidas e intrigistas.

Sempre atenta aos deslizes dos advogados da vivisseccção, Cobbe não deixou de fazer menção ao depoimento original de Klein como evidência de que também na Inglaterra eram realizados experimentos fisiológicos de natureza cruel. Em *Tender Vivisection*, um artigo irônico já desde o título, Cobbe (1881a), após denunciar a natureza cruel dos experimentos dolorosos realizados pelo italiano Mantegazza⁸, observa em nota de rodapé:

If it be alleged that the above case regards only a foreign physiologist, the reader is referred to the evidence of Dr Klein (the assistant of the most eminent vivisector in England), reported in the Minutes of Royal Commission (3553). Having admitted that it was the “general practice on the Continent to disregard altogether the feelings of animals”, he was asked “whether he did not believe that a very different feeling prevailed in England?” His reply was “Not among physiologists. I do not think there is.” Such testimony *from the actual companion of these English physiologists* respecting the sentiments they exhibited at their common work, *appears to be considerably more trustworthy than their own statements about “tenderness,” intended for the outside public* (COBBE, 1881a; grifos meus).

Essa asserção específica de Klein citada por Cobbe, possivelmente mais que todas as outras declarações desse fisiologista, municiaava os antivivisseccionistas de argumentos contra essa alegada ternura especial britânica. Se as demais afirmações de Klein, um austríaco, podiam ser tomadas como mais um indício de que os vivissectores estrangeiros eram mais insensíveis que seus colegas britânicos, a asseveração desse fisiologista de que não percebia qualquer diferença de sentimento para com os animais entre os colegas ingleses era especialmente comprometedora para estes últimos. Afinal, estrangeiro ou não, Klein, um dos coautores do *Handbook* de Sanderson e ex-assistente deste, era inegavelmente, como dizia Cobbe, “o verdadeiro companheiro desses

⁸ Ver capítulo 3.

fisiologistas ingleses”. Dessa forma, o esforço vão de Klein para enfraquecer a própria afirmação declarando não ter autoridade para opinar sobre o assunto acabava reforçando o argumento central dos antivivissecionistas quanto ao caráter de seus adversários: a ideia de que o que havia de peculiar na conduta dos fisiologistas ingleses não era uma ternura especial em relação aos animais, mas uma hipocrisia especial perante a opinião pública. Era contra essa hipocrisia que Lewis Carroll se insurgia:

Had they only the candour and the courage to do it, I believe that they would (...) say: “Yes, man *is* in the same category as the brute; and just as we care not (you see it, so, we cannot deny it) how much pain we inflict on the one, so we care not, unless when deterred by legal penalties, how much we inflict on the other. The lust for scientific knowledge is our real guiding principle. The lessening of human suffering is a mere dummy set up to amuse sentimental dreamers” (Carroll, 1875).

Acusando os homens de ciência de contrariarem as implicações da noção de continuidade evolutiva entre animais e humanos que eles próprios defendiam, Carroll infere, com base nessa mesma concepção, que a indiferença dos fisiologistas em relação ao sofrimento animal na verdade também se estende ao sofrimento humano. As alegadas preocupações em aliviar as dores da humanidade não passariam de uma farsa que só iludiria os mais ingênuos. Tudo que importa para esses homens, no discurso de Carroll, é a satisfação voluptuosa de seu desejo insaciável de adquirir conhecimento.

4.2.4. Sentimentos embotados: a vivissecção como prática que insensibiliza

A ideia de que, na verdade, o bem da raça humana estava longe ser a maior prioridade dos fisiologistas recebia o endosso de um homem com formação médica e experiência pessoal na realidade dos laboratórios. Em sua carta ao *Morning Post* em fevereiro de 1875, George Hoggan deu seu testemunho sobre o que realmente se passava nas mentes de seus colegas vivissectores no laboratório de Claude Bernard:

The idea of the good of humanity was simply out of the question, and would be laughed at, the great aim being to keep up with, or get ahead of, one's contemporaries in science, even at the price of an incalculable amount of torture needlessly and iniquitously inflicted on the poor animals (Hoggan, 1875).

O cenário descrito por Hoggan em nada se assemelha às narrativas de Brunton e outros, que retratam o fisiologista como um homem movido por propósitos eminentemente humanitários; o sacrifício dos animais não é motivo de dor para os fisiologistas, e a ideia de ‘bem da humanidade’ é considerada risível. Nem por isso,

todavia, Hoggan atribui aos vivissectores as motivações bestiais que Cobbe e tantos outros lhes outorgavam:

Were the feelings of the experimental physiologists not blunted, they could not long continue the practice of vivisection. They are always ready to repudiate any implied want of tender feeling, but I must say that they seldom show much pity; on the contrary, in practice they frequently show the reverse (Hoggan, 1875).

Podemos notar, aqui, que as narrativas antivivisseccionistas acerca dos sentimentos de seus adversários não eram sempre coerentes ou homogêneas. Paralelo – ou complementar – ao discurso que atribuía aos fisiologistas uma motivação centrada nas ‘paixões do tigre’, também era possível encontrar descrições como essa de Hoggan, nas quais as reações emocionais dos homens de ciência não correspondiam a uma exacerbação de impulsos animais. Nesse tipo de narrativa, o fisiologista é um homem cujos sentimentos foram embotados pelo treinamento e imersão na cultura laboratorial. Essa ideia é explicitada de forma mais veemente no segundo depoimento de Hoggan à *Royal Commission*, prestado no dia 30 de outubro do mesmo ano em que havia sido publicada a carta ao *Morning Post*. Ao fim de um testemunho marcado por críticas e denúncias severas à prática da vivissecção no continente e também em seu país, o *chairman* perguntou a Hoggan se este desejaria acrescentar algo a seu depoimento, ao que este respondeu:

I wish to say a word about physiologists in consequence of the exaggerations that have been put out about them. From my experience, *physiologists are not the monsters that some people picture them to be*. Some of them are bad enough, but my own personal experience has taught me, and on the continent especially, that amongst physiologists you have the kindest, most gentlemanly, and amiable people, but that the glaring fault that was to be noticed was an entire want of feeling, that their feelings were entirely blunted; they seemed to be unconscious that they were inflicting the greatest pain; they did not do it intentionally. I wish to do justice to them by pointing out that *it is a question of blunted feelings, not of gloating in torture* as has been represented (PP, 1876a: 210-211, P 4244; grifos meus).

Essas palavras de Hoggan vêm mesmo em defesa do caráter dos fisiologistas. Ainda que admita que “alguns deles são maus o bastante”, suas críticas se concentram não nos indivíduos, mas na cultura particular do laboratório fisiológico e no treinamento em medicina científica. Nessa fala, Hoggan desmente as alegações de que os vivissectores se regozijam na tortura dos animais. O que permite e permeia essa prática desumana efetuada pelas mãos de indivíduos “dos mais amáveis” não é a crueldade intencional, mas “uma questão de sentimentos embotados”. Essa absolvição parcial do fisiologista enquanto indivíduo não implica, porém, a aceitação incondicional ou

ingênua dos argumentos desses homens de ciência. Vimos na passagem anterior que, na carta ao jornal inglês, Hoggan desmentia as alegações de motivação altruísta dos fisiologistas. Além disso, em seu primeiro depoimento à *Royal Commission* Hoggan foi indagado pelo *chairman* se ele sabia “se a prática em relação aos experimentos nesse país é acompanhada da mesma dor nos animais que em outros lugares”. Sua resposta foi peremptória: “Certamente, não pode haver diferença. A vivissecação é a mesma no mundo inteiro” (PP, 1876a: 179, P 3459). Diante da insistência de seu entrevistador, o depoente esclareceu que

The course of experiment must be exactly the same. Every step as it is described by a foreign experimenter must be followed step by step in any repetition of that experiment here; there must be no addition of narcotic or anaesthetic where such is not pointed out, or else the result will not be the same. The experiments are necessarily the same wherever they are performed (PP, 1876a: 179, P 3461).

O conhecimento da metodologia científica detido por homens como Hoggan constituía, como se vê acima, um importante trunfo para seus aliados, como era o caso de sua amiga, Cobbe. Essa figura do médico antivivisseccionista era um tipo de personagem valioso para o movimento de contestação das alegações dos advogados da vivissecação, pois em indivíduos como Hoggan os fisiologistas encontravam interlocutores capazes de discutir com eles em seus termos técnicos, além de traduzir seus procedimentos para o público em forma de desmistificação e denúncia. Na narrativa de Hoggan, ao fim das contas, embora os vivissectores sejam retratados, por via de regra, como indivíduos de caráter idôneo, o mesmo julgamento não se estende à sua prática. Mais uma vez, ainda que de forma diversa, o que está em questão são os sentimentos dos fisiologistas, e embora o discurso de Hoggan seja mais generoso para com eles, o médico soma sua voz à de seus aliados, ao rejeitar uma narrativa na qual o vivissector figura como um indivíduo transbordante de compaixão pela humanidade e pelos animais que sacrifica. Sejam os fisiologistas movidos por paixões bestiais ou por uma indiferença afetiva, a ideia central permanece: há algo de gravemente errado nos sentimentos dos praticantes da vivissecação. É por isso que, ao clamar por uma legislação restritiva, Hoggan defende que tal lei “teria uma dupla vantagem: ela protegeria os animais da tortura, e protegeria “as mentes de jovens dos efeitos embotadores e desmoralizantes da vivissecação” (PP, 1876a: 211, P 4244).

4.3. ANTIVIVISSECCIONISMO E GÊNERO

4.3.1. Solteironas, sentimentais e misantropas: mulheres e animais

Essa saraivada de denúncias e críticas constantes dos antivivisseccionistas contra os vivissectores ingleses e seus apoiadores não ficou sem resposta. Nessas escaramuças retóricas, as estratégias discursivas de cada parte envolviam não apenas a glorificação da própria causa, mas também a depreciação dos representantes da causa adversária. Vimos acima que Brunton (1881) atribuía aos antivivisseccionistas um sentimentalismo imediatista, que distorcia a escala sensata de prioridades éticas, colocando os interesses animais na frente do bem-estar humano. Elie de Cyon, aquele mesmo vivissector continental que comparava seu ofício ao de um escultor, carrega na ironia, referindo-se aos antivivisseccionistas como pessoas “que derramam lágrimas pelo destino de algum pobre coelhinho roubado cedo demais das alegrias do lar, ou de algum gatinho cujo brilhante futuro foi abreviado pelo biólogo impiedoso” (Cyon, 1883: 43). Também Huxley (1887: 123) toca nesse ponto. Assegurando que “o progresso da fisiologia e patologia experimentais irão, indubitavelmente, no decorrer do tempo, colocar a medicina e a higiene em uma base racional”, o autor adverte: “a menos que o fanatismo do sentimento filozóico sobrepuje a voz da filantropia” (Huxley, 1887: 123).

Na condição de expoente do movimento antivivisseccionista, Cobbe sofreu ataques pessoais:

Miss Cobbe is a typical antivivisectionist in that she does what we have said the majority [of mankind] do not do – carry her sympathy with animals to the extent of attributing to them – or some of them – a moral and emotional nature closely resembling their own. She lets it appear very plainly that she is moved by purely personal sentiment as distinguished from an impartial sense of justice. Her dog and cat are a great deal to her, and it is the idea of their suffering which excites her (...) She is not defending a right inherent in sentient things as such; she is doing special pleading for some of them for which she has a special liking (Robertson, 1885).

A passagem acima possui alguns elementos recorrentes na retórica de ataque aos opositores da experimentação animal. Em primeiro lugar, observemos que o autor sustenta que as atitudes de Cobbe são aquelas de um “antivivisseccionista típico”: projeções antropomórficas sobre as emoções animais; um sentimentalismo que contraria o que seria um senso imparcial de justiça e uma tendenciosidade quanto a quais animais deveriam ser considerados dignos de preocupação moral – os cães e gatos. O que esse autor deixa de levar em conta é que essas similaridades emocionais entre animais e humanos eram reforçadas por Darwin, um advogado da vivisseccção, e também que essa

predileção pelos gatos e cães não era exclusiva dos oponentes da experimentação animal, e sim uma característica típica do *ethos* vitoriano britânico, chancelada pelos homens de ciência de seu tempo. É com base nesses argumentos que Richard Hutton rebate esse tipo de crítica:

For when this treatment is inflicted upon a few score of dogs, and we indignantly denounce it, we are rebuked by this most humane of professions for our grossly sentimental and injurious comments. And yet Dr. Anthony, the pupil and dissector of Sir Charles Bell, assured us when he was giving his evidence to the Royal Commission, that in his opinion the domestic animals are subject to the same special sensibility of the nerves-hyperaesthesia, the doctors call it-to which civilization has rendered civilized human beings liable (Hutton, 1882: 36)

Assim como fizera no documento de seu anexo às minutas da *Royal Commission* anos atrás (PP, 1876a: xxii), mais uma vez Hutton recorre ao discurso de um fisiologista para endossar a preocupação moral dos antivivisseccionistas pelo sofrimento dos cães. Essa resposta pretende desconstruir a imagem do antivivisseccionista como uma pessoa imbuída de um sentimentalismo despropositado em seu amor pelos animais.

Essas alegações, pelos advogados da vivisseccção, de que seus adversários seriam movidos por uma emocionalidade desmedida, que obscurecia a racionalidade, envolvia questões de gênero. Em uma conferência proferida em um encontro da *Association for the Advancement of Medicine by Research* em 1879, Philip Pye-Smith o vice-presidente dessa organização, enumera os tipos de pessoas que se opõem à vivisseccção, e entre estes inclui algumas pessoas que não são ignorantes ou estúpidas, mas que são contrárias a essa prática porque permitem que seus sentimentos sobrepujem a razão. Essas pessoas, continua Pye-Smith (1879: 411), “veem no desamparo mudo dos animais um apelo à piedade, quase como o [apelo] da infância, e ficam indignadas, o que é justo, com a crueldade egoísta com tanta frequência exercida sobre elas”⁹. As pessoas demasiado sentimentais a quem o fisiologista se referia eram, ao que tudo indica, mulheres de classe média; é o que sugerem as palavras seguintes de Pye-Smith. Depois de emprestar sua compreensão solidária a essas pessoas, no entanto, Pye-Smith comenta que “nunca conheci uma mulher inteligente que não fosse capaz de ver essa questão da forma correta quando lhes é devidamente esclarecida”¹⁰ (Pye-Smith, 1879: 411).

⁹ No original, em inglês: “They see in the helplessness of the dumb animals an appeal for pity, almost like that of childhood, and are justly indignant with the selfish cruelty so often exercised upon them.”

¹⁰ No original, em inglês: “I have never found an intelligent woman who could not see the rights of the case when fairly explained to her.”

Essas exacerbações sentimentais associadas aos antivivissecionistas eram, de fato, com frequência consideradas atributos típicos do sexo feminino. Segundo um relato anedótico reproduzido no *British Medical Journal* no ano da morte de Cobbe, em uma determinada ocasião Darwin, discutindo com Huxley a respeito de Richard Hutton, teria comentado: “Quem é esse Mr. Hutton? Ele parece uma espécie de versão feminina da Sra. Cobbe”¹¹. O correspondente que tornara pública essa anedota conta que a teria ouvido diretamente de Huxley, o qual a ela ter-se-ia referido como o melhor comentário de duplo efeito (*the most beautiful doublebarrelled ‘score’*) que ele jamais ouvira (BMJ, 1904: 1266). A se crer na fidedignidade desse relato, Darwin – uma personagem de imagem pública marcada pela austeridade do gentil-homem vitoriano – conseguia, com esse sarcástico comentário privado, atingir a um só tempo Cobbe e Hutton em suas identidades de gênero. Conforme observa White (2006) acerca desse episódio, o fato de um homem opor-se à vivissecção tornava-o menos masculino aos olhos de Darwin, e a combatividade na esfera pública adotada por uma mulher como Cobbe representava uma distorção de sua natureza feminina.

Uma das estratégias mais frequentes de desmoralização dos antivivissecionistas, igualmente centrada em uma questão de gênero, era a de retratar os antivivissecionistas como um grupo formado basicamente de mulheres com problemas pessoais de natureza afetiva. Era o caso de Cyon, que desafiava “meus adversários a me contradizerem, se eles forem capazes de me mostrar, entre os líderes da agitação, uma única moça jovem, bonita, rica e amada, ou uma jovem esposa que tenha encontrado em seu lar a plena satisfação de suas afeições” (Cyon, 1883: 43). Comentando passagens como essa de Cyon, White (2006) observa que era comum na retórica pró-vivissecção a tendência a acusar mulheres proeminentes, como Cobbe, de preencherem com os animais o amor que haviam fracassado em despertar nos homens. Dessa forma, a figura do heroico profissional médico, atuando na frente fisiológica, era justaposta à da solteirona com um cãozinho de colo, externando de forma histérica seus ressentimentos internos decorrentes de uma vida doméstica empobrecida (White, 2006).

Cobbe rechaçava essa imagem imputada aos adeptos da abolição dos experimentos com animais. “Não somos sentimentalistas” - afirma ela, referindo-se aos antivivissecionistas de um modo geral – “embora seja uma das zombarias favoritas que fazem a nosso respeito” (Cobbe, 1877: 345). Quanto à questão da misantropia, é

¹¹ No original, em inglês: “Who is this Mr. Hutton? He seems to be a kind of female Miss Cobbe.”

verdade que alguns antivivisseccionistas, como Anna Kingsford, declaravam publicamente sua antipatia pela espécie humana:

I do not love men and women. I dislike them too much to care to do them any good. They seem to me my natural enemies. It is not for them that I am taking medicine and science, not to cure their ailments; but for the animals and the knowledge in general. (...) I can't love both the animals and those who mistreat them¹² (em French, 1975: 390).

Esse tipo de confissão decerto propiciava aos fisiologistas e seus apoiadores o melhor tipo de munição argumentativa contra seus adversários. Mas Cobbe não comungava desse tipo de posição ou olhar, e fez questão de deixar isso claro:

I have indeed always felt much affection for dogs; that is (...), for *those who exhibit the true dog-character which is far from being the case of every canine creature!* Their eagerness, their joyousness, their transparent little wiles, their caressing and devoted affection, are to me more winning, even I may say, more really and intensely human (in the sense in which a child is human), than the artificial, cold, and selfish characters one meets too often in the guise of ladies and gentlemen. (...). But *because I love good dogs, (...), I am not therefore a morbid Zoophilist.* I should be very sorry indeed to say or think like Byron when my dog dies, that I "had but one true friend, and here he lies!" I have - thank God! - known many men and women, who have all a dog's merits of honesty and single-hearted devotion plus the virtues which can only flourish on the high level of humanity; and to them I give a friendship which the best of dogs cannot share" (Cobbe, 1894b: 556; grifos meus).

Em seguida, após admitir a existência de pessoas “cujos corações, tornados amargos pela ingratidão humana, se voltam, com alívio, para o amor leal de um cão”, Cobbe arremata: “eu não tenho tal experiência pesarosa ou amarga da afeição humana. Eu não digo que ‘quanto mais conheço os homens, mais eu amo os cães’, e sim que ‘quanto mais eu amo os cães, mais eu os amo” (Cobbe, 1894b: 557). Com essas afirmações, o discurso de Cobbe tem dois efeitos. Afirmando seu amor pela humanidade e associando-o àquele que nutre pelos cães, a autora rechaça as acusações de misantropia feitas aos adeptos do movimento antivivisseccionista, retirando as motivações dos antivivisseccionistas do campo das patologias e as fazendo ascender ao âmbito das relações mais edificantes.

4.3.2. O movimento antivivisseccionista era um movimento feminino?

A atitude de questionamento da opressão masculina sobre as mulheres inglesas parece guardar algumas relações com a crítica à exploração dos animais pelos homens

¹² Maitland, E. Anna Kingsford. Her Life Letters Diary and Work. Londres: 1896, i. 48, citado em French, 1975: 390.

de ciência. Na percepção de Moira Ferguson (2001: 106), Cobbe via muitas similaridades entre os vivissectores e os maridos brutais e bêbados, que espancavam suas esposas. Essa aproximação entre as mulheres e os animais como vítimas de abusos cometidos pelos homens de ciência se faz notar em uma passagem na qual Cobbe pergunta: “Se é válido torturar centenas de cães afetuosos ou chimpanzés inteligentes, também se justificará o mesmo com outras raças, com os idiotas nos asilos, os criminosos, os bebês, as mulheres?” (Cobbe, 1889i: 7).

Uma questão se coloca: essas aproximações entre o discurso feminista e a retórica contra a experimentação animal nos permitira afirmar que o movimento antivivisseccionista da Inglaterra vitoriana teria sido, basicamente, uma campanha do sexo feminino? Analisemos brevemente essa questão. É verdade que havia uma quantidade excepcionalmente grande de mulheres envolvidas com o movimento antivivisseccionista britânico. Moira Ferguson, autora de *Animal Advocacy and English Women*, (Ferguson, 2001), afirma que as mulheres inglesas proclamavam seu patriotismo por meio da imersão em atividades políticas e de um discurso público que se concentrava em comunidades vulneráveis, as quais incluíam os animais vítimas de abusos (Ferguson, 2001: 125). Hilda Kean, por sua vez, comenta que “as mulheres, em particular, empatizavam com os animais como objetos do olhar e violação física masculinos, e se identificavam com eles” (Kean, 1995: 27). Laura Otis defende uma posição semelhante, sustentando que o ingresso nesse movimento “exercia uma atração particularmente forte em mulheres de classe média, que se identificavam com os animais presos em armadilhas e atormentados”. Otis conclui, dizendo que “certamente os defensores da vivisseccção sabiam que estavam enfrentando [basicamente] oponentes do sexo feminino” (Otis, 2007: 32).

Relatos dos próprios vitorianos reforçam a importância e influência das mulheres inglesas nas organizações e campanhas contra a vivisseccção. Em 1894, a *Verulam Review* afirmava que “a imensa maioria das mulheres da Inglaterra está inquestionavelmente do nosso lado. Na verdade, se não fosse por elas o movimento [antivivisseccionista] dificilmente poderia ser conduzido”¹³ (French, 1975: 240). A *Public Opinion*, por sua vez, registrou que três quartos dos participantes da conferência do encontro anual da *International Association for the Suppression of Vivisection* em 1878 eram compostos por mulheres¹⁴ (French, 1975: 240)

¹³ *Verulam Review* iv (1894), pág.113. Citado em French, 1975: 240.

¹⁴ *Public Opinion* xxxiii (1878), pág. 814. Citado em French, 1975: 240.

Paul White (2006) observa que a proteção animal era, de fato, uma das poucas atividades nas quais as mulheres podiam desempenhar um papel público, e admite que a ocupação de uma posição de liderança por uma mulher – Cobbe - constituía uma situação incomum naquele período. Sabe-se, por exemplo, que quando Cobbe foi empregada em 1869, pelo *Echo*, ela era uma das poucas mulheres na Inglaterra a ter um cargo fixo em um jornal (Mitchell, 2004: 187). Da mesma forma, quando Frances Hoggan - esposa de George Hoggan – se qualificou como médica no Reino Unido ela era uma das raras mulheres no exercício dessa profissão (Mitchell, 2004: 247).

É importante termos em mente, contudo, que a existência de uma presença feminina maciça nas fileiras antivivisseccionistas, reforçada mesmo pela simpatia da Rainha Vitória pela causa, não equivale a um predomínio absoluto das mulheres nesse movimento. Segundo French (1975: 239), as mulheres correspondiam a 40% das lideranças antivivisseccionistas. Nesse período isso equivalia à maior proporção de mulheres existentes em campanhas destituídas de objetivos feministas explícitos; ainda assim, conforme esses números demonstram, o sexo feminino não chegou a constituir maioria em termos de lideranças., Analisando essa relação entre feminismo e antivivisseccionismo na Inglaterra vitoriana, Mary Ann Elston (1987) aponta mais algumas evidências contrárias à equação simplista de reunir os dois movimentos em um mesmo e único pacote: 1) Não havia uma organização antivivisseccionista sequer cujos associados fossem exclusivamente mulheres; 2) Havia vários indivíduos do sexo masculino envolvidos nas campanhas antivivisseccionistas; 3) Entre os advogados da vivisseção tanto havia homens que se opunham a plataformas feministas, como o ingresso das mulheres nas escolas de medicina, quanto outros que as apoiavam (esse último grupo incluía Huxley e Darwin) (Elston, 1987: 263); 4) algumas mulheres proeminentes no movimento feminista – como Elizabeth Garret Anderson, primeira mulher a se graduar como médica na Grã-Bretanha - se opunham às atividades dos antivivisseccionistas (Elston, 1987: 263).

Quero acrescentar um último argumento aos de Elston. Assim como essa autora aponta que nem todas as mulheres integrantes do movimento feminista eram simpatizantes das campanhas antivivisseccionistas, o oposto é igualmente verdadeiro. Antivivisseccionistas como John Ruskin e George Jesse se ressentiam da insolência de uma mulher como Cobbe, por sua posição de liderança na causa pública do combate à vivisseção. Outro bom exemplo dessa independência de posições quanto a essas duas cruzadas se encontra em uma carta de Richard Hutton a Cobbe datada de 15 março

1875. Nessa carta, o editor da *Spectator* dizia à sua colega de profissão e aliada no antivivisseccionismo que a revista dele apoiaria de bom grado a campanha antivivisseccionista, mas que ele não era “um homem sufragista (*a woman's suffrage man*)” (Mitchell, 2004: 233). Todos esses exemplos e argumentos constituem, em minha opinião, evidências suficientes para que descartemos como equivocada e inadequada essa suposta associação, fácil e obrigatória, entre a simpatia pela causa feminista e antivivisseccionismo.

Paul White é outro autor cauteloso quanto à ideia de um predomínio feminino absoluto nas campanhas antivivisseccionistas da Inglaterra vitoriana, e lembra que as campanhas antivivisseccionistas eram apoiadas por clérigos, estadistas, homens de letras, assim como escritores, artistas e filantropos de ambos os sexos. White observa, muito apropriadamente, que a persistente identificação dessa causa com as mulheres constitui um artefato de genderização (*gendering*) da emoção na ciência médica (White, 2006). Esse processo, sustenta White, constitui um legado dos debates que procuram assegurar que as mulheres continuem a ser consideradas como reservatórios de atributos sentimentais, e, portanto, sujeitas a ter seu discernimento turvado pelas emoções, o que as tornaria uma fonte de ignorância e inaptidão em assuntos científicos. Com o emprego dessa retórica, os advogados da vivisseccção transformavam virtudes, como a simpatia, em mazelas femininas, atributos de indivíduos incapazes de controlar os próprios sentimentos (White, 2006). Mary Ann Elston (1987: 271) defende tese semelhante, afirmando que essa “associação entre mulheres e sentimentalismo nos remete à ideologia do século XIX a respeito da natureza das mulheres, à associação das mulheres com o sentimento, e não a razão, e com a natureza, não a cultura”. Segundo Elston (1987: 271), essas ideias proporcionavam as imagens e os termos com os quais se construíam argumentos quanto à controvérsia acerca da natureza feminina e o lugar da mulher na sociedade.

4.3.3. O feminino e o lugar das emoções na retórica antivivisseccionista

A despeito do que foi defendido acima, Elston (1987: 264) sustenta, no entanto, que em sua maioria os antivivisseccionistas aceitavam, e até mesmo defendiam, a ideia de que sua causa seria ligada ao feminino. Dessa maneira, esclarece Elston, longe de determinar os papéis das mulheres, essas ideias que relacionavam a luta contra a vivisseccção àquela pelos interesses das mulheres “provaram ser ferramentas maleáveis”. Ligações entre antivivisseccção, filantropia e o movimento feminino estavam presentes,

observa Elston (1987: 264), na “escrita prolífica de Cobbe”. É a essa singular dama vitoriana que French (1975: 241) atribui “o importante papel das mulheres, assim como várias outras características do antivivisseccionismo” britânico. Segundo French, Cobbe desenvolveu uma ideologia do ativismo feminino que tirava vantagem da mitologia contemporânea e representava um esforço habilmente deliberado de atrair para a causa antivivisseccionista mulheres engajadas nos dois extremos – o conservador e o radical – do ativismo feminino (French, 1975: 241).

French (1975: 242) sustenta que a ideologia cobbeana de ativismo feminino partia de premissas indistinguíveis dos estereótipos sexuais caros aos conservadores. Cobbe acreditava que as mulheres, embora menos inteligentes e mais fracas fisicamente que os homens, eram mais propensas à simpatia e menos à hipocrisia, além de mais autênticas em sua expressividade e, acima de tudo, mais religiosas e moralmente comprometidas que os membros do sexo masculino. Em consequência disso, cabia ao sexo feminino a missão de liderar uma reforma moral e espiritual da sociedade. Essa percepção de Cobbe sobre o papel da mulher no tecido social era condizente com a visão tradicional. Entretanto, sua interpretação desses papéis implicava questionamentos a respeito de certos costumes e estereótipos das mulheres de sua época, os quais aprisionavam a mulher na esfera doméstica, reduzindo suas vidas a ambições sociais mesquinhas e arranjos matrimoniais sórdidos. Na visão feminista de Cobbe era exatamente essa superioridade moral feminina que impunha ao seu sexo o compromisso social de atuar “em algum trabalho voluntário pelos pobres, doentes, ignorantes, cegos, pelos animais, em suma, em qualquer causa em prol da humanidade; mas acima de tudo na causa de seu próprio sexo, e da redução da infelicidade de suas próprias irmãs”¹⁵.

É preciso ressaltar que a própria Cobbe (1895b: 12) contestou a afirmação de que o movimento antivivisseccionista fosse exclusivamente feminino, e enumerou vários membros masculinos da VSS, como Lorde Shaftesbury, Samuel Morley, Lorde e Lady Mount Temple e o Cardeal Manning. Por outro lado, no mesmo ensaio, intitulado *The Ethics of Zoophily* (Cobbe, 1895b), lê-se, já na primeira página:

I claim, as a woman (...) to have the better right to be heard in such a cause than a man, or even than a priest. If my sex has a “mission” of any kind, it is surely to soften this hard old world such as men (priests included) have left it. Though the author of “Esslesiasticus” (...) declares that (...) from women [cometh] all wickedness, and though the Fathers were never tired of writing fierce tirades against woman as the “Door of Hell” and mother of all ills, who “ought to be ashamed of

¹⁵ *The Duties of Woman. A Course of Lectures*. Boston, 1881, pp.186-189. Citado em French, 1975: 242.

the thought that she is a woman”, yet I carry my heresy far enough to think that *on a question of mercy a woman is likely to have a truer, sounder judgment, qua woman, than a man* (Cobbe, 1895b: 3; grifos meus)

As palavras acima ilustram bem a forma como Cobbe lança mão do estereótipo vigente, das mulheres como seres eminentemente morais, em sua retórica antivivisseccionista. Ao afirmar essa percepção tradicional do papel feminino, contudo, Cobbe o expande, defendendo que ao seu sexo cabe a missão de guardiãs da vida moral não apenas na esfera doméstica, mas igualmente na pública. Para fazer valer essa extensão dos direitos e deveres femininos ao âmbito das lutas sociais, essa senhora vitoriana, amiga de inúmeros gentis-homens e damas das classes médias e da aristocracia inglesa, se mostra disposta a desafiar as escrituras e contestar a autoridade dos sacerdotes. Esse misto de elementos conservadores e transgressivos é uma constante no pensamento de Cobbe. E, na construção de uma civilização alicerçada nessa nova ordem, era às mulheres que Cobbe atribuía o papel de protagonistas:

It must be confessed that, to a woman, the claim of superior morality for men sounds supremely absurd. Look at the three most hateful forms of vice--cruelty, drunkenness, unchastity--are they most common in women or in men? Watch for the first, the devil-vice of cruelty, among children. See how the little girl tends her birds and animals (...) "greeting" when anyone strikes her dog. See how her brother (...) begins in the nursery to pull flies to pieces, to worry the cat; then to terrify the sheep, to lay traps in the snow for sparrows. Observe how it is always his mother's soft words, his sister's tears, which win him at last, and make of him that really tender-hearted being a perfect English gentleman. (...) Read the reports of the Society for the Prevention of Cruelty to Animals, and observe whether it be men or women who are commonly prosecuted for torturing domestic creatures. Would any woman's devotion to science (does the reader think) lead her to practise vivisection? (Cobbe, 1869 [1868]: 26)

A condição de superioridade moral das mulheres é defendida, aqui, com base especificamente na forma mais terna e compassiva com que estas tratam os animais desde a mais tenra infância. No discurso cobbeano é essa simpatia inata da mulher pelo outro, essa sua capacidade de ver e agir para além dos próprios interesses, que assegura a formação moral dos gentis-homens britânicos. E é essa mesma característica feminina que, se estendendo para além das fronteiras biológicas da espécie, abarca em sua esfera de consideração moral também os pobres animais domésticos. Como evidência conclusiva dessa superioridade moral feminina, Cobbe aponta como um absurdo impensável a ideia de que alguma mulher fosse capaz de realizar a vivisseção. Essa expressão máxima da crueldade humana só poderia ser, na percepção de Cobbe, uma

conduta exclusivamente masculina¹⁶. Além dessa polarização que associa os homens ao vício, e as mulheres à virtude, o discurso de Cobbe, que contrastava os atributos do masculino aos do feminino, também guardava uma relação direta com a questão do *status* da razão em oposição ao das emoções e a do progresso científico em oposição ao progresso moral no processo civilizatório, conforme veremos em seções posteriores.

4.4. OUTRAS DORES ANIMAIS:

AS MOTIVAÇÕES E AS CONTRADIÇÕES DOS ANTIVIVISSECCIONISTAS

4.4.1. A alimentação carnívora

Vimos que os antivivisseccionistas não perdiam oportunidades de acusar os fisiologistas ingleses de hipocrisia, a cada vez que um deles insistia em alegar sua compaixão pelos animais experimentais. Acusações de hipocrisia não eram, contudo, uma prerrogativa exclusiva dos críticos da vivissecação; também entre os pró-vivisseccionistas era recorrente a estratégia de apontar as contradições de seus adversários. Nesse sentido, o telhado de vidro, por assim dizer, do discurso e das posições dos antivivisseccionistas era sua aparente indiferença em relação a outras formas de exploração animal, especialmente a alimentação carnívora e a caça, práticas das quais muitos deles se beneficiavam. No depoimento de Darwin à *Royal Commission* essa questão foi colocada:

Chairman: Then to hesitate to perform experiments, though painful in their nature, when the animal was rendered insensible, would not be, in your opinion, a judicious course to recommend to the Queen and Parliament?

Darwin: Certainly not. It is unintelligible to me how anybody could object to such experiments. *I can understand a Hindoo, who would object to an animal being slaughtered for food, disapproving of such experiments, but it is absolutely unintelligible to me on what ground the objection is made in this country.*
(PP, 1876a: 233, P 4671; grifos meus).

As palavras de Darwin acima, ponderadas, apontam para o aspecto ilógico da objeção aos experimentos com animais em um país cuja população se serve

¹⁶ A possibilidade de mulheres realizarem a vivissecação já começava, porém, a ser discutida nos últimos anos da vida de Cobbe, ao apagar das luzes do século XIX. Bárbara Bodichon, editora do *Englishwoman's Review*, e Emily Davies, do *Girton College*, defendiam que a experimentação animal fazia parte do preço a ser pago pelas mulheres que desejavam entrar na profissão médica (Kean, 1995: 107). No acervo da *The Women's Library, London Metropolitan University*, tive acesso a microfichas datadas de 16 de janeiro a 18 de maio de 1891 (refs. 9/04/34; 9/04/36; 9/04/37; 9/04/38) que constituem cópias de cartas trocadas entre Cobbe e Millicent Fawcett, sua aliada sufragista, sobre rumores de que algumas estudantes de medicina em Cambridge estariam assistindo a experimentos de demonstração em aulas com animais anestesiados. Cobbe era de opinião que tais boatos seriam infundados.

cotidianamente de animais abatidos para fins de alimentação. Que sentido tem, para um povo carnívoro, questionar o uso de animais para outros fins também benéficos à espécie humana? É essa a questão levantada por Darwin. A edição do jornal médico *Lancet* de 15 de abril de 1882, apontando as contradições dos antivivisseccionistas, mencionava o grande número de cabeças de gado abatidas diariamente nos matadouros para consumo humano, sem despertar qualquer protesto, para em seguida ridicularizar a ideia de que “um cão ou um porquinho-da-índia não pode ser submetido a um experimento, por mais delicado que este seja, mesmo que esse experimento faça avançar a arte da cirurgia, tanto a humana quanto a veterinária” (Kean, 1998: 110).

Embora alguns antivivisseccionistas, como Frances Hoggan, Anna Kingsford, F. W. Newman e Edward Maitland, fossem vegetarianos professos, não existia na Inglaterra vitoriana qualquer relação de compromisso entre as duas campanhas. Segundo French (1975: 230) havia, pelo contrário, certa tensão entre as duas propostas. Diferente do antivivisseccionismo, o vegetarianismo era um movimento explicitamente dedicado à reconstituição de estilos de vida, e segundo French (1975: 230) alguns antivivisseccionistas, como a carnívora Frances Cobbe, manifestavam mesmo alguma hostilidade em relação a esse movimento. Observando que os antivivisseccionistas Kingsford, Maitland e Newman, embora vegetarianos, protestaram contra o envolvimento de quaisquer organizações antivivisseccionistas na questão da reforma dos matadouros, French (1975: 231) afirma suspeitar que essa preocupação estaria relacionada ao receio de que uma identificação entre os dois movimentos, ao olhar público, viesse a cancelar o argumento dos advogados da vivissecação (conforme vimos no depoimento de Darwin) de que somente aqueles que se abstinham de comer carne teriam idoneidade moral para combater a vivissecação.

Se os antivivisseccionistas não se mostravam dispostos a pagar o preço de abdicar à alimentação carnívora para fortalecer a coerência ética de sua causa, eles obviamente precisavam responder às acusações de hipocrisia feitas por seus adversários com base nesse aparente contrassenso. Frances Cobbe dedicou um artigo inteiro à argumentação contra as críticas de seu oponentes centrada na comparação entre a vivissecação e demais formas de exploração da vida animal. Em *The Right of Tormenting*, transcrição de uma conferência apresentada em um encontro da *Scottish Antivivisection Society*, Cobbe (1889f: 50) propõe uma espécie de método lógico de testar cada forma de conduta humana em relação aos animais. Para isso, Cobbe sugere um exercício de imaginação, supondo a existência de um “Árbitro” (*Umpire*) imparcial,

que não fosse humano, nem animal. Se o leitor for de inclinação religiosa, explica Cobbe, ele pode entender que esse árbitro existe de fato; ele seria Deus. De qualquer modo, esse árbitro pode ser concebido como mera figura hipotética, para que os fisiologistas, “que são materialistas”, possam acompanhar o raciocínio da autora (Cobbe, 1889f: 51).

Let us suppose the man to say: “I wish to rear sheep, cows, swine, fowls. I will take pains that the species be multiplied; and each individual, so far as I can do it, shall be comfortably fed and sheltered, and supplied with the necessaries of a happy animal’s existence for a certain number of months or years – on condition that at the end of that time I am at liberty to take its life in the quickest and least painful way possible – a way far preferable to natural death by old age”. Would the Umpire, on Behalf of the animal, accept of this bargain? There can be no question that he would freely sanction it (Cobbe, 1889f: 51).

Na passagem acima, em que Cobbe descreve a figura do criador e matador de animais como um indivíduo motivado pela ideia de poupar carneiros, vacas e porcos dos sofrimentos inevitáveis da velhice e da doença, é visível a romantização dessa personagem altruísta - tão improvável quanto o fisiologista que descrevia a si mesmo como alguém que sofre intensamente junto ao animal que sacrifica. Concentrando-nos, porém, nos argumentos de Cobbe, veremos que mais uma vez o foco está na questão da dor. O que legitima o ato de matança desses animais perante os olhos do “Árbitro” é a garantia dada pelo homem de que os animais criados para fins de alimentação receberão um tratamento digno ao longo de suas vidas e uma morte indolor ao fim das mesmas, o que não pode ser dito dos animais submetidos à vivissecção.

4.4.2. A caça

4.4.2.1. Aristocracia, caça e antivivisseccionismo

Embora não fosse raro que os advogados da vivissecção apontassem a presença da alimentação carnívora na dieta da maioria dos antivivisseccionistas como uma das contradições destes, não era essa a forma mais criticada de exploração dos animais. O tipo de relação entre humanos e animais mais frequentemente mencionada como evidência da hipocrisia dos antivivisseccionistas era aquela envolvida nos ‘esportes de campo’ (*field sports*), como a prática de atirar em pombos e, acima de tudo, a caça. Uma carta de Huxley a Darwin, datada de 22 de janeiro de 1875, ilustra esse ponto:

I quite agree with your letter about vivisection (...) My reliance as against _____ [Cobbe] and her fanatical following is not in the wisdom and justice of the House of Commons, but in the large number of fox-hunters therein. If physiological

experimentation is put down by law, hunting, fishing, and shooting, against which a much better case can be made out, will soon follow. (Huxley, L., 2004b)

Esse trecho da carta possui alguns pontos significativos. Podemos notar que já em 1875 Cobbe era encarada pelos adversários como a mais importante liderança do movimento antivivisseccionista. Também é possível perceber que nesse momento o foco dos advogados da vivissecação era na articulação da legislação, e não na mobilização ou convencimento da opinião pública. Ainda assim, o que quero aqui ressaltar é que já nessa época havia entre os darwinistas a consciência de que a relação de seus adversários com a caça e esportes similares constituía um ponto fraco dos críticos da experimentação animal, um trunfo a ser devida e oportunamente explorado. O movimento antivivisseccionista incluía em suas fileiras numerosos membros da aristocracia britânica, e muitos destes eram aficionados pela caça (Ryder, 1989: 100), com toda a pompa e representações gloriosas de sua classe social que essa prática envolvia no imaginário do gentil-homem vitoriano. Como afirmou Rupke (1987b: 201), “a frente pública do movimento antivivisseccionista era pintada em cores aristocráticas e eclesiásticas”. Era com base nesse fato que Huxley antevia a possibilidade de retaliação aos ataques de seus adversários e os apoiadores destes, ameaçando, se necessário, a legalidade da caça.

Na década de 1880 os advogados da vivissecação já não se mostravam especialmente preocupados com a proibição legal dos esportes de campo como forma de contra-ataque. Era mais simples e eficaz atuar no domínio das ideias, apontando incessantemente as gritantes contradições presentes no discurso antivivisseccionista e questionando a idoneidade de seus oponentes, apresentando estes ao olhar público como praticantes ou simpatizantes da caça e outras práticas cruéis para com os animais:

By the common consent of mankind also, largely including ‘anti-vivisectionists’ themselves, tens of thousands of animals are daily mutilated and subjected to pain, for the sake of sport, pastimes, luxuries, ornaments, social enjoyments, tastes, customs, and other inferior objects of infinitely less necessity than knowledge, and if the former are justifiable, the latter [vivisection] must be so (Gore, 1884: 20).

O trecho acima pertence a um panfleto da *Association for the Advancement of Medicine by Research*, e o argumento essencial dele se repetia com regularidade na retórica pró-vivisseccionista do período. A caça e outros esportes e práticas sangrentos - todos eles muito menos importantes em termos de benefícios à humanidade - eram não apenas tolerados, mas com frequência praticados pelos antivivisseccionistas britânicos.

Segundo os fisiologistas e seus aliados, esse fato desacreditava moralmente tais indivíduos e associações, críticos da vivissecção. Em dezembro de 1881 três autoridades no universo da ciência britânica publicaram juntas, a convite da revista *Nineteenth Century*, um único artigo, intitulado *Vivisection: Its Pains and its Uses*. Os autores desses artigos eram James Paget, Richard Owen e Samuel Wilks, esse último, um médico do *Guy's Hospital* (Rupke, 1987b: 193). Paget, comparando a importância da caça e formas afins com a da experimentação animal, observa que “a dor e outros infortúnios (*miserias*) infligidos pela vivissecção são menores que aqueles infligidos em muitas práticas encorajadas por pessoas sensíveis e humanas” (Paget *et al.*, 1881: 924). Paget prossegue, comparando a caça e a vivissecção em termos de sua utilidade, e embora conceda à caça algum valor em termos da “habilidade, paciência e autocontrole” que confere a seus praticantes, sustenta que boa parte do conhecimento médico existente se deve aos experimentos com animais (Paget *et al.*, 1881: 925).

No mesmo artigo também Richard Owen tece comparações entre a vivissecção e outras formas de exploração de animais:

Vivisections, inflictions of blows, of mutilations, incisions, slashes, stabs, gun-shot wounds, and purposive starvations, as in beleaguered cities, relate to diverse needs or desires of mankind: some to prevention or cure of disease; some to ambition and greed of conquest; some to amusement and alleged maintenance of strength and health by concomitant bodily exercise and manual skill; some to satisfy cravings of hunger by other than vegetable kinds of food (Paget *et al.*, 1881: 934).

Nessa passagem de ironia sutil, as hierarquias de importância e legitimidade moral das diferentes práticas exploratórias da vida animal se fazem ver nas entrelinhas do discurso do autor. Optando por não explicitar seu julgamento, Owen maneja as palavras como se expusesse de forma meramente descritiva a crueza inegável dos fatos, deixando a cargo do leitor as conclusões éticas inescapáveis. Por meio dessa manobra retórica, na qual a escolha das palavras faz cada forma de exploração ser colorida em um tom mais vibrante ou mais sombrio, esse advogado da vivissecção fortalece sua argumentação por conferir à mesma uma aparência de objetividade científica.

Wilks, o terceiro autor do artigo, sustenta que, a despeito das imagens sangrentas descritas pelos antivivisseccionistas, os experimentos envolvendo a vivissecção não vão além, em sua maioria, de “picar preás ou camundongos para testar o grau de contagiosidade das diferentes formas de doenças” (Paget *et al.*, 1881: 937). Assim como

seus dois colegas, Wilks também aposta na comparação da vivissecção com outras práticas, como a caça e a alimentação carnívora, e conclui que

If persons allow so many cruelties for man's supposed benefit, it is an exhibition of the *true pharisaical spirit* to condemn smaller cruelties which they regard as bringing no advantage to them. (...) they (...) allow any one to inflict what pain he likes short of torture on a domestic animal, and any torture he pleases on a non-domestic animal, whilst he cannot inflict the most trifling injury upon an animal, (...) so long as his object is a scientific one (...). *Cruelty is justifiable for any purpose but a scientific one* (Paget *et al.*, 1881: 940; grifos meus)

A adjetivação dos antivivissecionistas como pessoas de espírito farisaico tanto reforça a imagem de hipocrisia desses adversários, como contextualiza o debate no quadro metafórico de uma luta religiosa. Wilks critica o movimento antivivissecionista por não condenar a crueldade em si, mas apenas aquela cometida em nome da ciência.

Sempre atentos ao discurso de seus oponentes, os antivivissecionistas responderam a esses argumentos de seus adversários. Richard Hutton comenta o artigo de Paget, Owen e Wilks. Expressando sua concordância com Wilks de que a caça constitui uma atividade cruel e vergonhosa, Hutton (1882: 31) afirma, porém, que a vivissecção constitui um mal ainda mais grave que esta devido à influência negativa que ela implica, ao endossar a crueldade contra os animais aos olhos populares. Além disso, insistindo no mesmo argumento do qual lançara mão anos antes, no documento independente que anexara às minutas da *Royal Commission* (PP, 1876a: xxii-xxiii), Hutton (1882: 31) explora a questão da proveniência dos animais usados nos experimentos. Subtraídos de seus lares, esses cães e gatos são convertidos subitamente de animais domésticos em animais experimentais. Dessa forma, os próprios gentishomens britânicos, privados das relações afetivas com seus animais de estimação, são convertidos, no discurso de Hutton, de supostos beneficiários da medicina científica em vítimas de uma prática que é imoral desde a inescrupulosa forma de obtenção dos animais de que se serve. Está colocado aí mais um dos crimes da vivissecção, já mencionada no capítulo 2: a violação do espaço e dos fetos domésticos, dos quais os gatos e cães participam intensamente.

Podemos ver, na argumentação de Hutton, que, embora não fossem poucos os críticos da vivissecção que defendiam a legitimidade da caça, ou até mesmo a praticavam, esse esporte não era universalmente aceito entre os antivivissecionistas. Entretanto, temos que levar em conta que a atuação antivivissecionista de Hutton era na condição de editor de uma revista, a *Spectator*. Não estando particularmente ligado a

qualquer associação, Hutton provavelmente gozava de maior autonomia quanto à expressão de suas posições. A realidade em que se movimentava Frances Cobbe em sua atuação antivivisseccionista era, entretanto, bem diferente, e esse pode ter sido um dos motivos pelos quais essa autora defendia uma posição bem mais tolerante em relação à caça. Líder da mais importante organização antivivisseccionista da Inglaterra e do mundo vitoriano, Cobbe não podia dar-se ao luxo de desagradar seus aliados da aristocracia, dentre os quais não eram poucos aqueles que praticavam a caça. Dessa forma, independente de quais fossem as posições pessoais de Cobbe a esse respeito, a construção de sua retórica tinha que contemplar essa realidade social do movimento antivivisseccionista britânico. Cobbe não se furtou a expressar sua posição. Discutindo o que leva um indivíduo a caçar, ela inclui entre os motivos a alimentação e o extermínio de criaturas nocivas, mas admite que na maioria das vezes o caçador é movido pelo “prazer, saúde e divertimento” (Cobbe, 1889i: 11). Quanto a esses últimos motivos, Cobbe diz:

So far as the present writer's opinion is concerned, these latter motives do not justify such pursuits when they entail the death of animals neither hurtful to man nor wanted for his food; nor do any field sports seem to harmonize with the highest type of cultivated and humane feeling. But the men who follow them may plead at least the excuse of custom and of partial ignorance. Turn we, on the other hand, to the boasted motives of lofty and far-sighted philanthropy which are alleged to spur the vivisector to his ugly work in his laboratory, where no fern breaks or heathery hills, no fresh breezes or murmuring streams, such as throw enchantment round the pursuits of the sportsman, are present to cast any glamour over the process of torture; and where no chance of escape on the part of the brute or risk to his own person may stir his pulse with the manly struggle for victory (Cobbe, 1889i: 11).

O argumento de Cobbe repousa, aqui, principalmente no contraste entre os cenários em que se desenrolam a vivissecação e a caça. A experimentação animal se dá em calabouços sombrios, cheios de torturas e segredos abomináveis; a caça, por sua vez, acontece em meio a regatos murmurantes, a brisa fresca soprando no rosto do gentil-homem que persegue o animal selvagem por colinas cobertas de urzes. No discurso de Cobbe, portanto, a motivação da caça não tem qualquer ligação com a crueldade, mas sim com essa profunda ligação do gentil-homem britânico com a natureza:

It has often been said that the passion of Englishmen for field sports is really due to this love of Nature and of animals (...) This (...) passion for killing pheasants and pursuing foxes has so deep a root in English life that its arrest and disappointment by such a change of the Game laws as would lead to the abolition of game would practically revolutionize all our manners. (...) Sport determines the Session of Parliament, and the Session determines the season; and, as women love the London Season quite as much as men like foxhunting, both parties are equally bound to the

same unfortunate division of time. (...) All these arrangements, and, further, (...) the sole business of thousands of workingmen, and the principal occupation and interest of half the gentlemen in the country, would be swept away by a stroke. By some such change as this (...) the old form of country life (...) will pass away and become a thing of memory. When that time arrives, I cannot but think that England and the world will lose a phase of human existence which, with all its lights and shadows, has been, perhaps, the most beautiful and perfect yet realized on earth (Cobbe, 1888a: 237).

Observe-se que nessa narrativa Cobbe situa a caça no coração da vida rural, tão prezada e edificante na vida dos gentis-homens e damas vitorianas. Muito mais que mera forma de lazer aristocrático, a cultura da caça influencia as sessões do Parlamento e a estrutura econômica das comunidades rurais. Aqui Cobbe faz mais que desculpar a caça; ela defende sua importância para a manutenção dos valores que afirmam a importância da vida junto à natureza. Esse é mais um importante aspecto de diferenciação da caça da vivissecção. Essa última prática, relacionada ao avanço desenfreado da ciência e do progresso material, integra o conjunto de mudanças que ameaçam o estilo de vida relacionado à caça. Resistir à legitimação da vivissecção e à proibição da caça equivale, portanto, a também dizer não a tais mudanças sociais, mal vindas e mal vistas por Cobbe e pelo meio aristocrático que a apoia.

A comparação entre os cenários da caça e da vivissecção também se vê na autobiografia de Cobbe, em uma passagem na qual discorre sobre sua juventude. A autora comenta que pessoalmente sempre detestou a caça e práticas afins, mas faz a ressalva de que “não aceito qualquer comparação entre a crueldade desses esportes de campo e a crueldade deliberada do esporte de câmara da vivissecção (Cobbe, 1894b: 561). Mais uma vez, podemos aqui observar a ênfase retórica reforçada pela terminologia adotada, que opõe uma atividade ‘de campo’, praticada ao ar livre em meio a bosques, a uma atividade “de câmara”, desempenhada em porões escuros, masmorras que abrigam segredos indizíveis e crueldades inomináveis. Essa imagem da vivissecção como uma prática subterrânea não se restringe aos segredos soturnos dos laboratórios, as ‘câmaras de tortura da ciência’ que levaram Cobbe a dar a um de seus livros o título de *The Modern Rack* (Cobbe, 1889b)¹⁷. Essa metáfora do porão escuro também nos remete aos aspectos mais sombrios da mente humana, os recônditos obscuros que abrigam aquelas paixões do tigre que regem secretamente os atos e propósitos das mãos que manejam o bisturi.

¹⁷ Tradução: “o potro moderno”. O potro era um instrumento medieval de tortura.

Assim como Hutton, também Cobbe respondeu ao artigo de apologia da vivissecção de Paget, Owen e Wilks. A autora menciona “os numerosos coelhos e dezessete cães assados até a morte no fogão de Claude Bernard” e a afirmação do fisiologista francês que se tornara impossível mensurar o sofrimento em cada caso (Cobbe, 1882: 94). Após reproduzir as palavras de Bernard, segundo quem na conclusão do experimento “finalmente a criatura morre, emitindo um grito”, Cobbe desafia Paget a sustentar sua comparação entre a vivissecção e a caça:

Let Sir James Paget think of the death-cry of the dog, baked to death, and then tell us again that the sensitive, intelligent, faithful brute, so vilely used, suffered no more pain than a deeply-hooked salmon in the river, or a partridge shot in the turnip Field! He will find it rather difficult, I think, to bring English gentlemen to acquiesce in such comparison between field sports and “chamber sports!” (Cobbe, 1882: 94).

Nessa passagem, Cobbe faz questão de marcar a diferença brutal na intensidade do sofrimento entre o animal que é caçado e o que é submetido a um experimento fisiológico. Ao mesmo tempo em que reforça esse argumento, contudo, a insistência da autora na definição da vivissecção como um “esporte de câmara” aproxima essas duas práticas em uma de suas motivações, o prazer. Com esse artifício sutil, Cobbe contribui para a desmistificação da alegada nobreza de intenções dos fisiologistas. Em trecho anterior, Cobbe, refutando os argumentos de Paget, afirma que “ao comparar as agonias dos animais vivissecionados com as aflições (*pangs*) das criaturas mortas na caça ou na arena, devemos lembrar que as primeiras são suportadas a sangue frio por animais que passam fome e sede, atados a um instrumento de tortura, e possivelmente curarizados” (Cobbe, 1882: 93). Em contraste, os animais perseguidos em uma caçada são, segundo Cobbe, “criaturas tão excitadas, que, como soldados em uma guerra, elas estão comparativamente inconscientes dessas aflições até que chegue seu fim pela morte” (Cobbe, 1882: 93). Essa metáfora da guerra se repete em outro texto:

My reply is that the parallel between Vivisection and Field Sports is about as just and accurate as if a tyrant, accused of racking his prisoners in his secret dungeons, were to turn round and open a discussion on the Lawfulness of War. That creatures who chase and are chased all their days in fields and waters should have an arch-enemy and pursuer in man may be differently estimated as ill or well. But it is almost as ludicrous to compare a fox-hunt, for example, with its free chances of escape and its almost instantaneous termination in the annihilation of the poor fox when captured, with the slow, long-drawn agonies of the affectionate, trustful dog, fastened down limb by limb and mangled on his torture through (Cobbe, 1889i: 10).

A escolha das palavras e metáforas aproxima o animal experimental às vítimas de torturas nos calabouços da dita idade das trevas, enquanto o animal caçado tem o *status* digno de um soldado, e a perseguição que este sofre, por extensão, se assemelha a uma guerra entre partes igualmente capacitadas para vencer a luta justa de vida ou morte. O cão no laboratório, por sua vez, covardemente imobilizado à mesa de vivisseção pelo tirânico homem de ciência, não tem oportunidade de lutar ou fugir. Caçar e ser caçado faz parte da vida dos animais nos bosques e prados, e, ao lançar-se à caça, o homem está participando e se integrando aos ritmos e danças da vida selvagem. A raposa, livre, indômita, é perseguida e, caso a caçada tenha êxito, é “aniquilada”; em contraste, o cão, doméstico, dependente, “leal e afetuoso”, é mutilado e obrigado a suportar “longas agonias” em um “instrumento de tortura”. Diferente da caça, a tortura inerente à vivisseção é um mal moral sem precedentes no mundo natural.

Em *The Right of Tormenting* (Cobbe, 1889f), o artigo em que concebe um “Árbitro Imparcial” não-animal e não-humano para discutir quais práticas de exploração animal seriam válidas e quais não o seriam, Cobbe também debate a questão da caça:

Then we have the case of wild animals; and regarding some of them, the man may say: “They and I are natural enemies, and must always be in a state of war. I must kill them in defence of my life if they be lions or wolves, or in defence of my property for health if they be vermin or parasites”. Again the Arbiter says: “It is well: these creatures would prey on you if you did not prey on them. You are within your rights in destroying them (Cobbe, 1889f: 52).

Observe-se que nessa passagem Cobbe se apoia na realidade do mundo natural para justificar os apetites do caçador. Aqui, o direito natural, por assim dizer, de um animal selvagem a matar outros animais para deles se alimentar se estende necessariamente ao homem, criatura cuja vida é “a mais valiosa de todas”. Afirmando ao mesmo tempo a singularidade do homem como aquele que ocupa o centro da criação e sua identidade natural com os demais animais na condição de predador, Cobbe só impõe como condição de seu ‘Árbitro imparcial’ que o homem mate suas presas de forma rápida e indolor. Não há como não percebermos nessa argumentação o contraste e a contradição em relação à preocupação de Cobbe quanto às ‘paixões do tigre’, deflagradas pela prática da vivisseção. Tendo sua conduta aprovada pela autora e pelo árbitro imparcial por esta concebido, o caçador de Cobbe sente-se perfeitamente confortável ocupando seu “lugar entre os carnívoros”, e nem por isso a perseguição da caça faz despertarem nele os instintos sanguinários que movem os vivissectores.

Finalmente, Cobbe analisa a vivissecção sob a mesma ótica do “Árbitro”. Para isso, recorre às premissas filosóficas de seu argumento:

Either our fundamental axiom is false, and a creature, although sentient, has *no* right to be spared pain, and the whole brute creation has absolutely *no* claims at all upon man, who may act to it the part of a devil without offence; or else, at the very least, man is forbidden to inflict on any animal a torture worse than death. (...) Taking their lives is the last stretch of human rights; making their lives such a curse as that they had better have perished at their birth, is a step far beyond killing them, and one which stands condemned on any principle which we can formulate, except the repudiation of all duty towards them (Cobbe, 1889f: 53; grifos no original).

O axioma fundamental da senciência - a capacidade de sentir prazer e, principalmente, dor - é evocada aqui como questão central. É essa capacidade que torna os animais dignos de consideração moral, e é a dor a que são submetidos o que torna a vivissecção indefensável aos olhos de Cobbe. Entretanto, com o advento dos anestésicos desde meados do século os praticantes da vivissecção podiam alegar que em sua prática o sofrimento animal era reduzido ao mínimo, e Cobbe tinha que oferecer uma resposta a esse argumento:

You will observe that all these arguments concern the question only of *excessively painful* Vivisection. It is the infliction of *torture* which stands condemned by what we have said. (...) Now I shall tell you why I think that Vivisection, even when it does not inflict torture or severe pain, ought to be (...) totally prohibited. Assuming that we have proved that the infliction of torture is a moral offence, the corollary follows that, if Vivisection cannot be sanctioned without opening a door to that offence – if no line can be drawn between experiments *per se* almost harmless, and those which involve gross cruelty – if no protection can be given to an animal once it is laid on the vivisection table in the laboratory, and no guarantee can be obtained of a vivisectioner’s mercy – then the whole practice ought to be stopped. If it be found impossible to separate the use of the abuse (...), then it becomes needful to prohibit the use (Cobbe, 1889f: 54; grifos e maiúsculas no original).

O argumento central de Cobbe nessa passagem é recorrente até os dias de hoje nas discussões da bioética. Trata-se da noção de *slippery slope*, ou ‘ladeira escorregadia’. Segundo essa ideia, uma vez que tenha sido sancionada qualquer forma, por branda e limitada que seja, de alguma prática questionável e prenhe de riscos morais, abre-se um precedente perigoso que na prática tornaria virtualmente impossível deter seus consequentes desdobramentos e avanços, os quais resultariam inevitavelmente em abusos eticamente condenáveis¹⁸ (Paixão, 2001: 138). Dessa forma, Cobbe está aqui expressando acima de tudo sua completa falta de confiança nos fisiologistas e suas declarações quanto à natureza dos experimentos que alegam realizar.

¹⁸ O argumento da ladeira escorregadia é empregado, por exemplo, por pessoas que se opõem ao aborto, à pesquisa com células-tronco, à clonagem, e assim por diante.

Entretanto, não é assim que Cobbe inicia sua argumentação a respeito da vivissecção nesse artigo. Antes de discutir o axioma da senciência e suas implicações, Cobbe repete a retórica de um diálogo imaginário entre o homem e o ‘Árbitro’:

The man says: “I wish to vivisect an animal. Up to this hour its life has been well cared for, and *it has, on its part, served and loved mankind as it powers permitted*. Now I wish to tie it down on a vivisecting table, and ascertain, by cutting it open, various interesting facts of science likely to be more or less useful by-and-by. Its death will not occur for several hours, and in the interval it will suffer excruciating agony. Nothing can be comfort it, for it knows nothing of the hopes and faith which have sustained human martyrs on the rack. *It will feel only that the men whom it loved as if they were gods have turned to become its tormentors*. Utterly helpless, bound, and gagged, and, perhaps, paralysed with curare, it will lie for hours on its torture-through till my mangling work on its flesh, and bones, and nerves, and brain is fully and slowly accomplished, and then it will be sufficed to expire (Cobbe, 1889f: 52; grifos meus).

Não é difícil adivinharmos qual será agora a resposta do Árbitro de Cobbe a essa última forma de exploração animal pleiteada pelo homem:

What does the Arbiter say now? The lives of the animals in all the other cases we have supposed were on the whole a joy and blessing, and their deaths were not more painful (generally much less so) than the natural deaths of old age or disease. But *the vivisected creature’s whole existence has been turned into a misfortune and a curse*. The hours of its keen and excessive agony outweigh immeasurably *all its poor little harmless joys of food and sunshine, and the love of his master and its offspring*. It were well for the creature had it never been born. Does the Supreme Umpire then view such things and sanction them? Can we for a moment suppose Him to pass sentence justifying the vivisector? Nay, my friends, it seems to me that a heavy condemnation must fall on such tyrannous misuse of human power, and that the voice of every unbiased conscience must pronounce such vivisection as a moral offence in the forum of ethics, and a heinous sin before the judgment-seat of God (Cobbe, 1889f: 53; grifos meus)

Nesse momento do artigo, o ‘Árbitro’ hipotético de Cobbe - que até então poderia ser interpretado como Deus ou como mera figura retórica, conforme as preferências do leitor – se avulta na denominação de “Árbitro Supremo”, e assume seu lugar e sua Divindade ao sentar-se no trono de onde julga os homens. Dessa posição, decide que a vivissecção constitui um “pecado hediondo”, uma vez que transforma a vida do animal em uma maldição a tal ponto ultrajante e dolorosa, que mais valeria a pena nunca ter sido vivida. Embora maior ênfase seja dada aos detalhes da longa tortura à qual o animal é submetido, o ponto que desejo destacar em relação a essa passagem e à anterior é outro: a identidade desse animal torturado. Não é difícil deduzirmos a qual animal Cobbe se refere. As vítimas do caçador - se é que podem ser chamadas de

vítimas na narrativa cobbeana – são o lobo, a raposa, o leão, animais selvagens que constituem “inimigos naturais” do homem. O animal sobre a mesa de vivissecção, ao contrário, é o cão fiel, um animal cujas “alegrias pequenas e inofensivas” se resumem aos banhos de sol, o prazer de alimentar-se e, acima de tudo, o amor de seu dono. Um animal que “serviu e amou a humanidade tanto quanto suas forças permitiram”, e que de súbito vê seu ‘deus’ adorado se transformar em um torturador impiedoso.

4.4.2.2. Combatendo as paixões selvagens: o cão como parceiro da caça

Observemos mais uma fala de Cobbe a respeito da caça:

Sport is an inexplicable passion to the nonsporting mind; and, moreover, one not very easy to contemplate with philosophical forbearance, much less with admiration. (...) But it is simply a fact that lads trained from boyhood to take pleasure in such "sports," and having, I doubt not, an “hereditary set of the brain” towards them, like so many greyhounds or pointers, never feel the ribrezzo, or the remorse, of the bird or beast murderer, but, escaping all reflection, triumph in their own skill, and at the same time enjoy the woods and fields and river-sides where their quarry leads them (Cobbe, 1888a: 237).

Em outra parte desse mesmo texto, Cobbe (1888a: 237) declara sua dificuldade em entender a paixão dos caçadores por matar e ferir os animais selvagens, e acredita que essa paixão tenha uma relação direta com prazer experienciado no contato com a natureza. Na passagem acima Cobbe oferece mesmo uma explicação evolutiva para esse entusiasmo pelas caçadas, afirmando que deve haver em certos jovens “um módulo (*set*) hereditário do cérebro” que os propende a sentirem prazer na caça, da mesma forma que os *pointers* e *hounds*. Cobbe também declara que uma “mente não esportiva” como a dela própria não consegue compreender essa forma de prazer. Cabe assinalar que nesse tipo de argumento o discurso cobbeano muito se assemelha àquele de Cyon em defesa de um gozo estético no ato da vivissecção que seria incompreensível para aqueles que não o vivenciam. Assim como Cobbe não se mostrava disposta a compreender a mente do fisiologista cruel, muitos de seus adversários se diziam igualmente incapazes de compreender os atos de um caçador impiedoso. No artigo supramencionado em que Paget, Owen e Wilks defendiam a vivissecção e atacavam seus oponentes representando estes como apologistas ou praticantes da caça, Paget, comentando os atroz experimentos realizados por François Magendie, afirma que

I never saw anything in his or any other experiments more horrible than is shown in many of Snyder's boar-hunts¹⁹, or in Landseer's 'Death of the Otter'. (...) All vivisectioners in Paris will hardly be the cause of nearly so much suffering as the promoters of the scheme for preserves of lions and other great carnivora, to be shot at, in Algeria. I believe, therefore, that, with these few exceptions which I have mentioned²⁰, there are no physiological experiments which are not matched or far surpassed in painfulness by common practices permitted or encouraged by the most sensible and human persons of the time (Paget *et al.*, 1881: 923).

A alusão a uma obra de Edwin Landseer é um ponto marcante da passagem acima. Landseer era aquele mesmo artista que, conforme vimos no capítulo 2, retratava animais domésticos, principalmente cães, em imagens que valorizavam a nobreza virtuosa desses animais, muitas vezes ao lado da Rainha Vitória. A obra à qual Paget se refere intitula-se, na verdade, *The otter speared*, e data de 1844. Nessa pintura vê-se em um fundo silvestre um homem, em trajes típicos de um fidalgo, empunhando uma lança e cercado de mais de uma dezena de cães. Espetada na ponta da lança, uma lontra se debate, em desespero, enquanto os cães, alvoroçados no furor da caçada, latem e se esforçam, em vão, para alcançar o animal (fig. 5). Ora retratados em cenários onde predomina a pobreza, ora cercados da pompa da realeza, os cães de Landseer sempre figuram como animais afetuosos, leais ou mesmo heroicos em suas relações com seres humanos. No que diz respeito, porém, a suas interações com os animais selvagens, esses mesmos cães aparecem como criaturas ávidas e ferozes, seja abatendo gamos, lutando com um macaco ou tentando despedaçar a dentadas uma lontra. Esse contraste é significativo, pois entendo que ele constitui outra importante diferença entre a caça e a vivissecção no imaginário vitoriano, e a retórica antivivisseccionista relacionada a essa questão. Nas imagens associadas à vivissecção, o cão é sempre a vítima indefesa do homem, submetida a uma relação de opressão e traição. No imaginário relativo às caçadas, por outro lado, a relação entre cão e homem é de colaboração e parceria. Instintos semelhantes os aproximam:

To the cardinal passions, shared by all men and dogs, should be added certain special propensities partaken by certain dogs and certain men. *Foremost of these is the passion for the Chase – a sentiment which the gentlemen of England, at all events, cannot find difficult to imagine as pertaining to their own consciousness.* To describe the share it holds in the life of the majority of dogs, and the degree to which their intelligence unfolds in the congenial pursuit, would swell this paper to a volume (Cobbe, 1876b [1872]: 131; grifos meus).

¹⁹ Alusão a Frans Snyder (1579–1657), pintor flamengo que produziu mais de uma obra com o tema da caça ao javali com o auxílio de cães, que despedaçam o animal.

²⁰ Basicamente experimentos realizados pelo falecido Magendie, cuja crueldade para com os animais era, na Inglaterra, consensual entre advogados e críticos da vivissecção.

Na narrativa cobbeana a propensão à caça e o desenvolvimento de todas as habilidades que derivam dessa atividade fazem desabrochar a inteligência canina. Também Darwin se manifestara sobre a importância da caça na vida de um cão, ao perguntar nas páginas do *Descent*: “Como podemos ter certeza de que um velho cão com uma excelente memória e algum poder de imaginação, conforme demonstrado por seus sonhos, nunca reflete sobre seus prazeres e dores passados na caçada?” (Darwin, 1874: 83). A paixão pela caça é, portanto, um dos atributos mentais que mais aproximam a mente canina da mente humana no pensamento cobbeano e, possivelmente, no imaginário vitoriano. Essa aproximação não se dá apenas em termos de similaridades instintivas, mas principalmente pelo fato de que homem e cão partilham uma relação de parceria nessa atividade. Também Darwin participou ativamente desses costumes. “Como eu gostava de atirar!”, comenta ele a respeito dos tempos de sua juventude (em Barlow, 1958: 55), e vimos no capítulo anterior que sua paixão pelos cães e caça foi motivo de preocupação do pai com seu futuro (Barlow, 1958: 28). Na cultura das caçadas, portanto era com seus cães que os gentis-homens ingleses, como Darwin, contavam para ter êxito na perseguição da raposa, do gamo, de todo animal digno de figurar entre os troféus nas paredes das propriedades rurais dos aristocratas vitorianos²¹. É com esses cães que o caçador se identifica:

Even in our own field-sports, whence cruelty has been eliminated to the uttermost, the most tender-hearted of fox-hunters and fowlers tell us that they sympathize so much with the hounds that they have no time to feel for the fox; and share so keenly the pleasure of their pointers in a day on the moors that the brief death-pangs of the grouse are unnoticed (Cobbe, 1874: 19).

Nessa narrativa a identificação do caçador com o cão é tão intensa, que não lhe sobra tempo ou disponibilidade interna para qualquer forma ou expressão de empatia pela raposa que luta pela própria vida ou pela tetraz²² que agoniza. Embora esse trecho componha um texto mais amplo, no qual esse tipo de atitude do caçador é considerada apenas um estágio intermediário no avanço da simpatia nas civilizações (Cobbe, 1874), podemos observar as palavras condescendentes com que Cobbe se refere aos “mais ternos entre os caçadores de raposas” ou como ameniza “as breves aflições de morte da

²¹ Em um artigo do *New York Times* datado de 25 de junho de 1899 lê-se que o hábito de colecionar troféus de caça é um costume “morderno”, que teria se desenvolvido principalmente “nos últimos cem anos”, i.e., uma inovação cultural típica do século XIX, motivo pelo qual dentre “as melhores residências” da Grã-Bretanha seriam poucas aquelas nas quais não se encontra algumas cabeças ou chifres de caças selvagens” (New York Times, 1899).

²² Ave galiforme selvagem, aparentada com o faisão.

tetraz”. O ponto central para o qual quero chamar a atenção do leitor, contudo, é, mais uma vez, o da identificação entre os gentis-homens britânicos e seus cães. Vimos anteriormente que os advogados da vivisseção exploraram as contradições retóricas dos antivivisseccionistas, apontando a incoerência ética destes por serem carnívoros e defenderem o direito à caça. Na argumentação dos pró-vivisseccionistas, estes acusavam seus oponentes de não se incomodarem verdadeiramente com o sofrimento dos animais, mas tão-somente com o daqueles animais com os quais partilhavam o calor de seus lares. Isso é especialmente válido para Frances Cobbe, que teve como cães de estimação uma série de fêmeas da raça Pomerânia. Cabe acrescentar aqui, porém, que, além dos lulus e dos cães pacatos que se deitavam aos pés de seus donos, havia também aqueles companheiros caninos com os quais os gentis-homens britânicos dividiam não o aconchego do lar, mas os campos de caça. Ainda que esses mesmos animais pudessem partilhar de interações ternas com seus donos, no momento da caça a relação era outra: a de duas criaturas que se assemelham e se complementam na perseguição de outros animais, em relação aos quais não demonstram quaisquer sentimentos amorosos ou compassivos. O mesmo cão de Landseer, que podia envolver com as patas protetoras uma pequena menina que acabara de salvar do afogamento, podia em outro momento estar tentando despedaçar ferozmente um animal indefeso espetado em uma lança. Como podia o mesmo animal exibir duas atitudes aparentemente tão díspares, e, mais que isso, ser exaltado em obras de arte do mesmo pintor? Penso que a chave para isso reside no binômio selvagem *versus* domesticado.

Ao longo de todos os capítulos do *Descent*, o discurso de Darwin sobre a evolução da mente está em visível sintonia com a perspectiva eurocêntrica característica da Inglaterra do século XIX. Isso fica muito claro quando Darwin se refere a uma gradação quanto à capacidade mental das diversas raças humanas; os seres humanos pertencentes a culturas de caçadores-coletores são considerados biologicamente mais primitivos e, portanto, moral e mentalmente inferiores. Entre “as principais causas da baixa moralidade dos selvagens, julgadas pelo nosso padrão”, Darwin destaca “a restrição da simpatia aos membros da mesma tribo”; “poderes de raciocínio insuficientes para reconhecer a posse de muitas virtudes, especialmente das virtudes autorreferentes (*self-regarding virtues*), para o bem geral da tribo e “um baixo poder de autocontrole” (Darwin, 1874: 119). Assim como esse gentil-homem britânico, o cão, animal domesticado, era tido também como um ser civilizado; sua aparência e conduta haviam sido transformadas pelo homem e para o homem. Lembremo-nos, por exemplo

da hiperestesia, a excessiva sensibilidade à dor, que diferenciava o cão do lobo, tanto quanto diferenciava o gentil-homem britânico do selvagem. Essa ideia era corroborada por darwinistas, como Romanes, que chamava a atenção de seu leitor para “a marcante mudança produzida no cão doméstico quando comparado aos cães selvagens, com referência à capacidade de suportar a dor”, e observava que “um lobo ou raposa pode sustentar as mais severas formas de dor física sem emitir um som, enquanto um cão irá gritar quando qualquer, um acidentalmente, pisar em seus dedos”. Romanes arremata: “Esse contraste é espantosamente análogo àquele que se obtém entre o selvagem e o homem civilizado” (Romanes, 1881: 441). Huxley também sustenta a superioridade do cão em relação a seus parentes selvagens, afirmando que “o lobo está para o cão na mesma relação que o selvagem para o homem” (*sic*; Huxley, 2004 [1873]: 112). As palavras de Darwin são igualmente claras a esse respeito:

It is notorious how greatly the mental disposition, tastes, habits, consensual movements, loquacity or silence, and the tone of voice have varied and been inherited with our domesticated animals. The dog offers the most striking instance of changed mental attributes, and these differences cannot be accounted for by descent from distinct wild types. New mental characters have certainly often been acquired, and natural ones lost, under domestication. (Darwin, 1868b: 409).

Esses atributos mentais modificados que Darwin associa aos cães representam avanços condizentes com o processo civilizatório, pois “nossos cães domésticos descendem de lobos e chacais, e embora possam não ter ganhado em astúcia, e possivelmente tenham perdido em cautela e desconfiança, ainda assim eles progrediram em certas qualidades morais, tais como afeição, confiabilidade, temperamento e, provavelmente, em inteligência geral” (Darwin, 1874: 80). Essa equação, na qual o cão está para o lobo (ou raposa) assim como homem civilizado está para o selvagem, também se vê na retórica de Cobbe, que observa que os cães sem donos de Constantinopla ou do Cairo estão para um *mastiff* inglês assim como um tártaro nômade está para um anglo-saxão cumpridor das leis (Cobbe, 1876b [1872]: 112). No mesmo texto, a autora alude à “remota era quando o lobo foi domesticado, e se tornou enobrecido ao se transformar no cão, enquanto os descendentes do gorila ascenderam ao homem” (Cobbe, 1876b [1872]: 154).

Não é por acaso que já não existem lobos no Reino Unido; esses animais foram perseguidos até sua completa extinção²³. Os *pointers* que apontavam perdizes e,

²³ Um matéria do *New York Times*, de 1886, informa que o Rei Edgar (943-975) teria promovido uma intensa campanha pela extinção dos lobos na Inglaterra, comutando penas criminais e abatendo impostos dos indivíduos que matassem tais animais. A mesma matéria registra que o último lobo na Escócia teria

principalmente, os *hounds* que perseguiram raposas pelos bosques, seguidos de seus amos humanos, representavam, dessa forma, a vida civilizada dando combate à vida selvagem, os apetites domesticados sobrepujando as paixões do tigre. Nessa hierarquia de valores reside, a meu ver, a explicação para a aceitação da caça por antivivissecionistas como Cobbe, sem com isso implicar na aceitação da vivissecção. Na percepção de Cobbe, os cães, animais depositários das virtudes domésticas vitorianas, foram traídos pelos fisiologistas, que, intransigentes em suas reivindicações, não abriram mão dessas criaturas como animais experimentais, em cujos corpos podiam saciar sua brutal sede de sangue e sua avidez desmedida por conhecimento e poder.



Figura 5 – *The otter speared*, de Edwin Landseer, 1844. Em contraste com outras obras desse autor, nas quais os cães expressam comportamentos afáveis ou atitudes nobres, nessa pintura cães alvoroçados tentam alcançar e despedaçar uma lontra, erguida na ponta da lança pelo homem. Muitos antivivissecionistas praticavam a caça. No imaginário vitoriano a parceria entre homem e cão nos campos de caça estava ligada à ideia da mente doméstica subjugando a mente selvagem. (Fonte: *Museum Syndicate Website*), disponível em: <http://www.museumsyndicate.com/item.php?item=2998>.

sido morto em 1680, e na Irlanda em 1701. Os lobos desses locais teriam sido caçados até sua extinção com a ajuda de uma raça de cão nativa, o *Irish Wolfhound* (NEW YORK TIMES, 1886).

4.4.2.3. O despontar de uma nova tendência: o humanitarismo de Henry Salt

Embora a oposição vigorosa à vivissecção tenha continuado, adentrando o século XX, o tratamento da vivissecção como única forma de exploração animal questionável foi sendo progressivamente desafiado, a partir de meados da década de 1890, por aqueles que se opunham a todas as formas de crueldade praticadas contra animais, como era o caso do criador da *Humanitarian League* (Kean, 1998: 112): Henry Stephens Salt (1851-1939), um escritor que viria a ser amigo pessoal do Mahatma Gandhi, sobre quem suas ideias exerceram influências significativas. Em uma peça de sua autoria, intitulada *Animal Lovers* e datada do ano de 1895, Salt afirmou que “se formos combater vivissecção, devemos nos livrar desse falso ‘amor pelos animais’, esses mimos de bichinhos de estimação (*pets*) e cachorrinhos de colo por pessoas que não se preocupam nem um pouco com o verdadeiro bem-estar dos animais, ou mesmo dos homens”. O humanitarismo que Salt defendia deveria se comprometer com a correção “de todo sofrimento desnecessário, seja ele animal ou humano – as estúpidas crueldades da tirania social, do código criminal, da moda, da ciência, da alimentação carnívora” (em Kean, 1998: 111). Em *Animals’ Rights: Considered in Relation to Social Progress*, Salt (1894: 1) declara sua oposição não apenas à vivissecção, mas a todas as formas de exploração dos animais que implicam o ato de infligir dor aos mesmos, incluindo a caça. Em outro ensaio de Salt, a alimentação carnívora é também criticada, quando esse autor afirma que “à proporção em que o homem for sendo verdadeiramente ‘humanizado’ não pelas escolas de culinária, mas pelas escolas de pensamento, ele irá abandonar o hábito bárbaro de seus ancestrais comedores de carne, e fará um progresso gradual em direção a um sistema dietético mais puro, simples e humano – e, portanto, mais civilizado” (Salt, 1914: 1).

A despeito dessa filiação de Salt a ideias mais abrangentes quanto aos direitos dos animais (concepção cuja origem costuma ser a ele atribuída), quero ressaltar, porém, que, no ensaio de 1894, Salt afirma a importância de “endossar as palavras da Sra. Cobbe sobre esse assunto crucial [a vivissecção]”, citando uma passagem na qual Cobbe reclama direitos dos cães e cavalos de não serem submetidos à experimentação animal (Salt, 1894: 30). Em seguida, Salt ataca o argumento dos pró-vivissecionistas, que defendiam a legitimidade dos experimentos fisiológicos com base na legalidade da caça e alimentação carnívora:

One of the most notable and ominous features in the apologies offered for vivisection is the assertion, so commonly made by scientific writers, that it is “no worse” than certain kindred practices. When the upholders of any accused institution begin to plead that it is “no worse” than other institutions, we may feel quite assured that the case is a very bad one indeed—it is the I drowning man catching at the last straw and shred of argument. (...) Now if the attack on vivisection emanated primarily or wholly from the apologists of the sportsman and slaughterer, this *tu quoque* of the scientist's must be allowed to be a smart, though rather flippant, retort; but when *all* cruelty is arraigned as inhuman and unjustifiable, an evasive answer of this kind ceases to have any relevancy or pertinence (Salt, 1894: 30).

A convocação dos defensores dos animais à adoção de uma postura de maior coerência e abrangência em suas cruzadas é aqui, também, uma proposta de abraçarem uma retórica mais convincente, capaz de retirar o trunfo da caça das mãos dos advogados da vivissecção. A *Humanitarian League* de Salt seria, inclusive, responsável pela primeira petição contra a caça apresentada na Inglaterra, no ano de 1900 (Kean, 1998: 156). Entretanto, nesse ensaio de 1894 Salt faz um comentário adicional:

Let us admit, however, that, in contrast with the childish brutality of the sportsman, the undoubted seriousness and conscientiousness of the vivisector (for I do not question that he acts from conscientious motives) may be counted to his advantage. But then we have to remember, on the other hand, that the conscientious man, when he goes wrong, is far more dangerous to society than the knave or the fool; indeed, the special horror of vivisection consists precisely in this fact, that it is not due to mere thoughtlessness and ignorance, but represents a deliberate, avowed, conscientious invasion of the very principle of animals' rights (Salt, 1894: 30-31).

As palavras acima se enquadram na mesma linha argumentativa insistentemente empregada por antivivissecionistas como Cobbe, Carroll e Hutton. A ideia central da mesma é de que, justamente por a vivissecção ser um ato praticado de forma racional e consciente por homens especialmente cultos e presumidamente sensíveis, essa prática se torna particularmente condenável. Por esse motivo, embora Salt enfatize com veemência a necessidade de que os protetores dos animais e da humanidade passem a se opor de maneira vigorosa a toda e qualquer forma de crueldade contra os animais, esse autor afirma que “a vivissecção, caso haja alguma verdade que seja no princípio que estou defendendo, não é a raiz, mas a fina flor e a consumação da barbaridade e injustiça, o ápice da iniquidade na forma do homem lidar com as raças inferiores”²⁴ (Salt, 1894: 32). O que fica patente nessas palavras - de autoria de um ativista que concordava com os fisiologistas que a defesa da caça e da dieta carnívora era

²⁴ Em inglês, no original: “Vivisection, if there be any truth at all in the principle for which I am contending, is not the root, but the fine flower and consummation of barbarity and injustice—the *ne plus ultra* of iniquity in man's dealings with the lower races”.

incompatível com o antivivisseccionismo - é que mesmo nessa visão mais abrangente e coerente da proteção animal que emergia no fim do século XIX, a vivissecção era considerada uma prática especialmente abominável de exploração animal.

4.5. FORJANDO MITOS

4.5.1. Heróis e vilões

Na controvérsia vitoriana sobre a vivissecção as estratégias retóricas de ambas as partes em contenda se concentravam em grande parte, como temos visto, não apenas em desvalorizar as motivações dos oponentes, mas também em retratá-los da forma mais abjeta possível. Para responder aos ataques adversários e, ao mesmo tempo, dignificar a própria imagem, tanto os advogados da vivissecção quanto seus críticos operavam manobras de autoenaltecimento. Nesse jogo de demonização do outro e autoglorificação, os antivivisseccionistas e os defensores da vivissecção forjavam seus heróis e seus vilões.

A personagem eleita para o papel de arquivilão da história da fisiologia mundial no período vitoriano era o mentor de Claude Bernard, François Magendie, falecido em 1855. Como foi dito no capítulo 1, já no ano de 1825 Magendie era alvo de críticas em discurso público por Richard Martin, em decorrência das torturas que infligia nos animais em seus experimentos. Na Inglaterra vitoriana, o nome de Magendie era com frequência citado, até mesmo por advogados da vivissecção, como exemplo de um fisiologista indiferente ao sofrimento animal (BMJ, 1863). Cobbe observa que “até mesmo o Dr. [William] Sharpey (que não era de forma alguma uma pessoa cheia de melindres)” disse à *Royal Comission* (P 444) que em sua juventude foi assistir a uma demonstração de Magendie, “mas sentiu uma repulsa tão completa pelo que viu, que nunca mais retornou” (Cobbe, 1889e: 93) Entretanto, Cobbe vê nesse tipo de depoimento uma estratégia evasiva dos fisiologistas ingleses, pois “Magendie, morto há muito tempo, é o grande bode expiatório dos fisiologistas” (Cobbe, 1889e: 93). Para desmascarar esse tipo de manobra diversiva dos advogados da vivissecção, Cobbe e outros antivivisseccionistas procuravam denunciar casos de crueldade em solo britânico, e vimos alguns exemplos dessas denúncias nos capítulos anteriores: o processo contra o Dr. Magnan promovido pela RSPCA, o uso do depoimento de Emanuel Klein à *Royal Comission* como prova da hipocrisia dos fisiologistas ingleses e o testemunho de John Colam à *Royal Comission* sobre a atitude de zombaria de David Ferrier, ao narrar o sofrimento do macaco que submetera à vivissecção.

Ferrier seria novamente alvo dos antivivisseccionistas em 1881. Dessa vez o ataque se deu sob a forma de um processo judicial, sendo Ferrier acusado de haver realizado experimentos dolorosos com macacos sem dispor de uma licença especial para isso, conforme previa o *Vivisection Act* de 1876 (French, 1975: 200). À frente desse processo estavam Cobbe e a VSS, que examinaram as descrições dos experimentos publicados e os registros de pedidos de certificados ao *Home Office*, e descobriram que Ferrier não estava autorizado a realizar aquele tipo de investigação. Tão logo soube do que acontecia, Darwin escreveu, em 19 de novembro de 1881, a Lauder Brunton, amigo de Ferrier, prontificando-se a colaborar financeiramente com os custos do processo em defesa do fisiologista. O dinheiro de Darwin não se fez necessário, pois a *British Medical Association* custeou todas as despesas de Ferrier (Otis, 2007: 35). Ainda assim, a ajuda de Darwin esteve longe de ser vã, pois no mundo vitoriano seu prestígio valia muito mais que seu dinheiro; em menos de um mês o *British Medical Journal*, com a autorização de Darwin, reproduzia na íntegra a carta dele a Brunton (BMJ, 1881b).

Analisando esse episódio da história da fisiologia britânica, Laura Otis (2007: 27) observa que o julgamento de Ferrier foi um teste crucial da viabilidade do *Vivisection Act*. Essa autora entende que Cobbe e seus associados tinham a esperança de provar que nenhum cientista, não importava quão renomado fosse, estava acima da lei (Otis, 2007: 35). O desfecho desse episódio, no entanto, não confirmou as expectativas de Cobbe, pois Ferrier foi absolvido, graças à figura do Dr. Gerald Francis Yeo, professor de Fisiologia no *King's College*, de Londres. Declarando publicamente ter sido ele, e não Ferrier, quem realizara os experimentos – a despeito do fato de que o periódico científico em questão atribuía os mesmos ao último – Yeo, que possuía o certificado necessário para realizar vivisseções dolorosas, possibilitou que Ferrier fosse inocentado das acusações (Otis, 2007: 37). Comentando com indignação esse julgamento, Cobbe observa que “o grupo de vivissectores e seus aliados (...) expressou toda sua hilaridade com o sucesso do artifício por meio do qual (...) fizeram malograr o caso antivivisseccionista” (Cobbe, 1894b: 616).

4.5.1.1. Cobbe como adversária

Também os advogados da vivisseção tinham seu inimigo predileto: Frances Power Cobbe. Vimos anteriormente uma fala de Cyon que parecia feita sob medida para Cobbe, e no capítulo 1 vimos também o nome de Cobbe ser mencionado de forma negativa em sessão da *Royal Commission*, em 1875. Também no ano de 1875, Huxley,

em uma carta a Michael Foster, na qual convidava este para ministrar o curso de fisiologia em *South Kensington*, advertiu o pupilo e amigo:

My dear Foster, Donnelly wants very much to have a course on Physiology for teachers this year – about 3 weeks – Will you undertake it after the examination? *There is the Lion in the path of “vivisection”*. It would be very imprudent just now to have anything at South Kensington that could be laid hold of by Hutton & the “*foolish fat scullion*” – And yet it is desirable that the course should be given. Can’t you contrive something which without being attackable will suffice? (Huxley Papers, 2009: 61, carta nº 83; grifos meus).

Observe-se que Huxley insta Foster a acautelar-se contra “o leão no caminho da vivisseção”, ou seja, o movimento antivivisseccionista britânico. Especial cuidado é recomendado contra as presas mais afiadas, por assim dizer, desse leão: Hutton e Cobbe. É, porém, essa última, “a gorda tola e desprezível”, que atrai a ira de Huxley, como se vê na escolha de suas palavras. O conselho a Foster, de que este evite chamar a atenção de Cobbe para o futuro curso, mostra claramente que, a despeito dos adjetivos atribuídos a Cobbe, ela não era vista como um adversário insignificante, mas como uma ameaça permanente aos propósitos e projetos dos fisiologistas e seus apoiadores.

Em uma carta que Darwin escreveu a Huxley quando ambos articulavam a elaboração do projeto de lei do Dr. Playfair, também em 1875, o evolucionista se refere ao memorial antivivisseccionista de Cobbe como “um texto tolo”, mas logo em seguida externa sua preocupação com a presença de “muitos nomes poderosos” como signatários do mesmo²⁵. Uma evidência ainda mais forte do quanto Darwin respeitava a retórica de Cobbe pode ser observada em uma carta que ele escreveu a ela em agosto de 1870, quando ainda desfrutavam da amizade um do outro. Afirmando que ele e sua esposa haviam “ambos nos deleitado com seu artigo admirável e muito justo”, Darwin acrescenta que “seus editores possuem mais poder com seus [de Cobbe] fortes braços direitos (*sic.*) do que os Cavaleiros de antigamente, para defender os oprimidos”²⁶. No que pesem possíveis intenções de lisonja, nessa carta Darwin expressa sua admiração e respeito pela capacidade argumentativa de Cobbe, em uma época na qual ele jamais imaginaria que a pena que esta usava como arma “na defesa dos oprimidos” os tornaria adversários publicamente declarados na controvérsia sobre a vivisseção.

²⁵ Essa carta está reproduzida no capítulo 3.

²⁶ Em inglês, no original: “We are both quite delighted with your admirable & most just article. You editors have more power with your strong right arms than the Knights of old, in righting the oppressed.” Carta de Darwin a Cobbe de 20 de agosto de 1870, acervo do Darwin Correspondence Project. Cortesia do Dr. Paul White.

4.5.1.2. Os heróis da vivisseção

O fato é que os advogados da experimentação animal haviam aprendido que não podiam mais ignorar o poder da pena de Cobbe, e precisavam responder às acusações que os vilificavam. Outra estratégia eficaz de fazê-lo era elegendo heróis da ciência mundial e nacional. Esses heróis podiam figurar entre nomes do passado, mas também podiam ser encontrados nos contingentes da ciência do período vitoriano. Em seu depoimento à *Royal Commission*, Burdon Sanderson enfatizou a presença maciça dos heróis de seu tempo, declarando, a respeito dos fisiologistas continentais e locais, que “em nenhum outro período na história da ciência viveram tantos homens grandiosos (*great men*) como no presente momento” (PP, 1876a: 115, P 2217). Um desses grandes homens, repetidamente elogiado por Sanderson, era Claude Bernard, já então considerado o pai da fisiologia experimental. Bernard havia sido um dos mentores de Burdon Sanderson, quando da estadia deste em Paris para aperfeiçoamento profissional, e Sanderson considerava esse fisiologista francês “o professor mais inspirador, o mais profundo pensador e o mais notável experimentalista” que ele jamais conhecera (Sharpey-Schafer, 1927: 22).

Os heróis de uns são os vilões de outros. No início da década de 1880, parece ter havido um movimento promovido por alguns fisiologistas, dentre os quais James Paget, para erigir um monumento em homenagem a Bernard. Comentando esse acontecimento, Cobbe observa que “antes de ele [Paget] colocar seu nome à frente de um comitê para receber contribuições para um monumento a Claude Bernard, ele deve ter-se familiarizado com as principais obras do grande vivissector”, cujas atrocidades contra animais a autora lista em seguida, como a de assar dezessete cães vivos em um forno (Cobbe, 1882: 94). No dia sete de fevereiro de 1886 foi erigida em frente ao *College de France*, em Paris, uma estátua de Bernard feita de bronze, e de autoria do artista Guillaume (Mcintyre, 1998: 82). Na edição do *British Medical Journal* do dia 13 foi publicada uma nota relatando o evento (BMJ, 1886). O que a nota do BMJ não mencionou foi que a cerimônia de inauguração da estátua foi perturbada por manifestantes da *Ligue populaire contre les abus de la vivisection*. Marie Huot, membro do comitê dedicado aos cães da *Société protectrice des animaux* e secretária da liga antivivisseccionista, cuspiu na estátua, movida, segundo ela própria, não por repulsa à pessoa de Bernard, mas porque o monumento incluía, ao lado da figura do fisiologista, a de um cão eviscerado (Kete, 1994: 16). Em 1942 a imagem de bronze foi removida e

uma nova estátua, de pedra, de autoria de Couvegnes, foi erigida no mesmo local, mas dessa vez sem o cão (Mcintyre, 1998: 82).

Mais importante, porém, que homenagear cientistas estrangeiros, era aclamar os grandes nomes nacionais, e os fisiologistas britânicos tinham uma personagem do passado para apresentar aos olhos públicos como precursora da fisiologia experimental de Bernard. Já no século XVII, o inglês William Harvey abria os corpos de animais vivos para suas pesquisas (Guerrini, 2003: 23), e sua fama internacional e histórica como o descobridor da circulação sanguínea nas artérias e veias conferia a Harvey o *status* propício para assumir a função de uma espécie de santo padroeiro, por assim dizer, dos fisiologistas britânicos. Em agosto de 1881, enquanto era realizado o *International Medical Congress* (IMC) em Londres, Richard Owen proferiu uma palestra em Folkstone durante a qual ele inaugurou uma estátua de Harvey. A verba para a construção desse monumento havia sido doada pelos *Royal Colleges of Physicians* e *Surgeons*, e a *South-Eastern Railway Company* designou um trem especialmente para transportar os participantes do IMC até o local da cerimônia (Rupke, 1987b: 193). Owen havia sido o homem de ciência eleito e convidado para realizar o gesto auspicioso de inauguração da estátua de Harvey, evento que Nicholaas Rupke considera o ato mais público e sensacionalista jamais promovido pelo *establishment* científico e médico em defesa da experimentação animal (Rupke, 1987b: 193).

4.5.1.3. “O advogado da vivisseção”: Darwin como herói dos fisiologistas

Havia outra personalidade inglesa - nesse caso, contemporânea dos fisiologistas - considerada digna de todas as homenagens e louvores, e cuja posição em favor da vivisseção fortalecia enormemente o poder político da fisiologia experimental em terras britânicas: Charles Darwin. Para enfatizar a importância de Darwin nesse sentido, quero novamente me contrapor ao artigo de David Feller, já citado no capítulo 3. Esse autor declara ser um ponto fraco da argumentação de Richard French (1975) a tese de que Darwin ter-se-ia envolvido na política relativa à vivisseção simplesmente para proteger a fisiologia da regulação governamental (Feller, 2009: 268). O argumento de Feller é que Darwin tinha fortes motivos pessoais para vir em socorro dos animais no debate, assim como familiares e amigos antivivisseccionistas; portanto, seria questionável a ideia de que ele deixaria tão facilmente essas simpatias de lado, em favor da oposição (Feller, 2009: 268). Além disso, continua Feller, “a ideia de que Darwin viria assumir uma defesa pública franca de ciência parece, de todo modo, contrariar sua

conhecida aversão a aparições ou exposições públicas” (Feller, 2009: 268). Ao fazer tais afirmações, Feller parece ignorar não apenas a importância do progresso da ciência na visão de Darwin, como também a importância de Darwin no universo representacional da ciência britânica vitoriana.

Um bom indicativo do poder de influência de Darwin perante o público leigo foi uma polvorosa de cartas relacionadas à vivissecção, que preencheram as páginas da imprensa inglesa no ano de 1881. A carta que deu início a essa série partiu de uma terra relativamente distante. Vimos no primeiro capítulo que a VSS mantinha ligações especialmente fortes com o movimento antivivisseccionista da Suécia (French, 1975: 233). Pois foi a partir da iniciativa de um fisiologista desse país que teve início o episódio que envolveu Darwin de forma mais direta na expressão pública de sua posição em relação à vivissecção. O professor Frithiof Holmgren, treinado na Alemanha e responsável pela primeira cadeira de fisiologia em Uppsala (Bromander, 1987: 215), em reação à crescente campanha antivivisseccionista que florescia em seu país, escreveu, no dia sete de abril de 1881, uma carta a Darwin na qual perguntava a opinião deste a respeito da validade da vivissecção como técnica investigativa (Darwin, F., 1887c: 205). Uma semana depois Darwin enviou sua resposta, afirmando que, embora houvesse sido “em toda minha vida um forte advogado do tratamento humano dos animais”, as investigações da *Royal Commission* haviam provado que “as acusações feitas contra nossos fisiologistas ingleses eram falsas”. Darwin sustentou que, caso as denúncias relativas ao tratamento desumano de animais em outros países fossem verdadeiras, uma legislação regulamentando essa prática seria aconselhável. “Por outro lado”, enfatizou Darwin, “sei que a fisiologia não tem como progredir senão por meio de experimentos com animais vivos, e sinto a profunda convicção de que aquele que retarda o progresso da fisiologia comete um crime contra a humanidade”. Afinal, “ninguém, a não ser que seja grosseiramente ignorante do que a ciência tem feito pela humanidade, pode nutrir quaisquer dúvidas a respeito dos incalculáveis benefícios derivados da fisiologia”; Darwin menciona as pesquisas de Pasteur e Virchow, e concluiu afirmando que “no futuro, todos ficarão perplexos com a ingratidão que hoje em dia é demonstrada, pelo menos na Inglaterra, em relação a esses benfeitores da humanidade. De minha parte, permita-me assegurar que eu honro, e irei sempre honrar, cada indivíduo que faça avançar a nobre ciência da fisiologia” (em Darwin, F., 1887c: 205-206)²⁷.

²⁷ O texto integral dessa carta está disponível no *website* do *The Complete Work of Charles Darwin Online*: <http://darwin-online.org.uk/content/frameset?viewtype=text&itemID=F1452.3&pageseq=9>.

Logo no início desse texto, Darwin autorizava Holmgren a “fazer qualquer uso dessa carta que julgar apropriado”, desde que, nesse caso, a publicasse na íntegra (Darwin, F., 1887c: 205). O resultado disso na Inglaterra foi que no dia 18 de abril de 1881 o *Times* publicou essa carta de Darwin a Holmgren (Darwin, 1881b); a enxurrada de respostas indignadas, e contrarrespostas contendo defesas apaixonadas da posição de Darwin, mostra o quanto as posições defendidas por essa personalidade vitoriana tinham o poder de comover a opinião pública.

A primeira dessas cartas publicadas no *Times* após a de Darwin foi assinada por Cobbe. Lançando mão de trechos do relatório final da *Royal Commission*, Cobbe esforçou-se por desmentir a afirmação de Darwin, de que as investigações dessa comissão teriam comprovado a ausência de abusos contra animais na Inglaterra. Cobbe também critica os fundamentos filosóficos da prática da vivissecção, questionando se “os princípios da filosofia da evolução requerem que acreditemos que o avanço da ‘nobre ciência da fisiologia’ constitui um objetivo tão supremo dos esforços humanos” a ponto de implicar na “correspondente retirada e desaparecimento dos sentimentos de compaixão e simpatia” (Cobbe, 1881b). Cobbe conclui, perguntando: “O que lucra um homem se ele conquistar o mundo inteiro do conhecimento e perde seu próprio coração e consciência?” (Cobbe, 1881b). A carta de Cobbe foi respondida por Darwin quatro dias depois, no mesmo jornal. Colhendo trechos diferentes do mesmo relatório da *Royal Commission*, Darwin reforçou sua afirmação sobre a idoneidade dos fisiologistas ingleses. Cobbe deu-se ao trabalho de uma tréplica, na qual citou a infame declaração de Emanuel Klein perante a comissão, quando ele afirmara que os sentimentos ternos do povo inglês pelos animais não eram partilhados pelos fisiologistas (Cobbe, 1881c).

Várias outras cartas foram publicadas no *Times* versando sobre a mesma questão levantada por Darwin e respondida por Cobbe. Richard Hutton, apresentando-se na condição de um dos integrantes da *Royal Commission*, frisou sua “inteira discordância” quanto à declaração de Darwin, de que a comissão concluía pela inocência completa dos fisiologistas britânicos (Hutton, 1881). George Romanes questionou a sinceridade da própria Cobbe, defendeu Darwin das críticas desta, e discutiu algumas posições de Hutton, ainda que afirmando seu respeito por este último, a quem considerava diferente dos agitadores que compunham o movimento antivivissecionista (Romanes, 1881b; 1881c). A essas cartas somaram-se inúmeras, umas favoráveis, outras contrárias à vivissecção, algumas delas anônimas, e até mesmo um editorial do *Times*, expressando

uma posição praticamente neutra, atribuindo exageros tanto a Darwin quanto a Cobbe nas afirmações destes em defesa dos respectivos pontos de vista (The Times, 1881b).

Na autobiografia de Cobbe, os eventos relacionados à carta de Darwin a Holmgren compõe o cenário do desgaste progressivo de sua relação com Darwin:

This pleasant intercourse with an illustrious man was, like many other pleasant things, brought to a close for me in 1875 by the beginning of the anti-vivisection crusade. Mr. Darwin eventually became the centre of an adoring clique of vivisectionists who (as his biography shows) plied him incessantly with encouragement to uphold their practice, till the deplorable spectacle was exhibited of a man who would not allow a fly to bite a pony's neck, standing forth before all Europe (in his celebrated letter to Professor Holmgren of Sweden) as the advocate of vivisection (Cobbe, 1894b: 449).

Cobbe assinala, assim, como marca do ingresso de Darwin como adversário da cruzada antivivissecionista, sua participação na elaboração do projeto de Playfair e seu depoimento perante a *Royal Commission*. A decepção de Cobbe com Darwin, um homem tão afável, cujas manifestações de compaixão pelos animais ela testemunhara pessoalmente, tem, contudo, seu coroamento com a carta deste a Holmgren. É a partir da publicação dessa carta que, sempre cercado de uma “claque de vivissectores que o adoravam”, Darwin se consagra “o advogado da vivissecção”

Os fisiologistas tinham bons motivos para adorar e cercar Darwin. É possível que até um determinado momento o próprio Darwin, com as propensões à reclusão às quais alude Feller (2009: 268), não tivesse ainda a dimensão completa de sua importância pública. Em todo caso, seus aliados não o deixavam esquecer o seu real *status* no mundo que o cercava. Em maio de 1876 – cerca de cinco anos antes do episódio da carta a Holmgren - Darwin endereçava a Romanes uma carta na qual se dizia “muito gratificado pela honra totalmente inesperada de ter sido eleito um dos membros honorários” da *Physiological Society*, recém-fundada, da qual Romanes era o secretário. Darwin acrescentava que “essa manifestação de simpatia me agradou enormemente”²⁸ (Romanes, E., 1896: 50). A carta de Darwin foi respondida por Romanes no primeiro dia de junho:

I am sure the Physiological Society will be very pleased that you like being an hon. member, for *it was on your account that honorary membership was instituted*. At the committee meeting which was called to frame the constitution of the Society, the chairman (Dr. Foster) ejaculated with reference to you: “*Let us pile on him all the honour we possibly can*”, a sentiment which was heartily enough responded to

²⁸ Em inglês, no original: “I was very much gratified by the wholly unexpected honour of being elected one of the hon. members. This mark of sympathy has pleased me to a very high degree”.

by all present. (...) *It seems to me that you never fully realise the height of your pedestal, so that I am glad of any little opportunity of this kind to show you the angle at which the upturned faces are inclined* (Romanes, E., 1896: 51; grifos meus)

A sugestão de Foster, de que sobre a figura de Darwin sejam “empilhadas todas as honras possíveis”, reflete a estratégia política de aclamação de Darwin, na condição de membro honorário, como uma espécie de padrinho espiritual da causa dos advogados da vivisseção. Essa condição é acentuada pelas palavras de Romanes, que declara que Darwin não tem noção da “altura de seu pedestal”, e do “ângulo no qual as faces voltadas para cima estão inclinadas”. Com essas palavras de Romanes - que fizeram Darwin confessar ao amigo ter-se sentido “tão orgulhoso e convencido como dez pavões”²⁹ (Romanes, E., 1896: 61) - a nomeação de Darwin como membro honorário da PS equivale, metaforicamente, à construção de um monumento em sua homenagem, conforme aconteceria, anos mais tarde, com a figura de Harvey.

Comentando esse episódio da incorporação do evolucionista ao quadro de honra da PS, Paul White afirma que Darwin se tornava “a figura de proa do movimento que visava defender a fisiologia experimental de seus críticos” (White, 2008: 17) Isso não se deu, segundo White, devido à prática experimental de Darwin, mas devido à sua personagem pública, pois grande parte da autoridade da ciência ao fim do período vitoriano não repousava em métodos mecânicos e técnicas impessoais, mas à imagem do praticante científico como um gentil-homem e um gênio (White, 2008: 17). O cultivo dessa imagem de Darwin como uma espécie de patriarca da ciência vitoriana é refletido em uma série de retratos de Darwin feitos em 1868 por Julia Margaret Cameron, que - graças às imagens que produzira de Thomas Carlyle, Alfred Tennyson e John Herschel - havia adquirido na época grande reputação como fotógrafa de eminentes homens de ciência e letras. Sua técnica, enfatizando os contrastes de luzes e sombras, conferia profundidade aos traços faciais dos indivíduos retratados, especialmente ao olhar destes. Segundo White (2008: 18), a imagem de Darwin feita por Cameron (fig. 6), valorizando o sobrececho e testa proeminentes, sugeria força de caráter, e alguns dos colegas de Darwin que haviam observado a fotografia consideravam que a mesma indicava sinais de idade, luta e resistência intelectual: uma conquista da mente sobre as fragilidades do corpo. Essa imagem de Darwin representava uma “face pública da ciência” bastante conveniente aos propósitos dos darwinistas e fisiologistas (White, 2008: 18).

²⁹ Em inglês, no original: “Your letter has made me as proud and conceited as ten peacocks”. Essa carta é datada de quatro de junho de 1876.

Enquanto a artista produzia imagens pictóricas de Darwin, os fisiologistas cultivavam imagens discursivas igualmente enaltecidas de seu benfeitor. Essas imagens valorizavam tanto o caráter pessoal como os méritos teóricos da obra de Darwin. Wilks - que acredita ser “difícil encontrar dois homens cuja simpatia pelos animais inferiores seja maior” que a de Owen e Darwin - usa os nomes de ambos como exemplos de que “existe uma opinião unânime entre os principais homens (*leading men*), nesse e em outros países, em favor de autorizar a liberdade na questão dos experimentos” (Paget *et al.*, 1881: 936). Sanderson, por sua vez, enfatizando a noção de adaptabilidade (*adaptedness*), observa que “desde Darwin qualquer que fosse a obscuridade relativa ao significado dessa palavra foi superada”, e afirma que o método naturalista de investigação que Darwin aplicava ao estudo da morfologia de plantas e animais é igualmente útil nos estudos do fisiologista (Burdon-Sanderson, 1883: 4).

Em 1883, um ano após a morte de Darwin, Thomas Lauder Brunton elegeu o evolucionista como tema da conferência inaugural que proferiu em encontro da *Abernethian Society* (Brunton, 1883). Lamentando a perda de Darwin, Brunton elogiou sua laboriosidade e lucidez, que perduraram até o fim de sua vida. Quem chegou a travar contato pessoal com Darwin, observa Brunton, teve a vantagem de conhecer “a beleza de seu caráter e a doçura (*loveliness*) de sua natureza”. Brunton afirma como os aspectos mais impressionantes do caráter de Darwin “sua franqueza e desprendimento” (*his truthness and unselfishness*), e àqueles que o consideravam ‘pior que um pagão’ (*worse than a heathen*) Brunton responde citando a “Epístola aos Gálatas” de São Paulo Apóstolo, “a respeito de virtudes das quais o Sr. Darwin parece ter sido um exemplo vivo (*living embodiment*): “Os frutos do espírito são o amor, alegria, paz, capacidade de suportar o sofrimento (*longsuffering*), gentileza, bondade, fé, humildade (*meekness*) e temperança. Contra essas [virtudes] não existe lei alguma”.

Brunton não restringe seus elogios ao caráter de Darwin; ele também tece loas à obra do evolucionista. Comentando que já faz quase um quarto de século que foi publicado o *Origin*, Brunton prossegue com um histórico da trajetória profissional de Darwin e uma explicação de como suas teorias revolucionaram o mundo da ciência e do pensamento vitorianos. Como parte dessa análise, Brunton observa que

Mr. Darwin seems to us, even to-day, a very great man, but to those who live a century hence he will probably seem much greater. Now we see that he has directed the thought of the world into a new channel, but a century hence the depth and length of its course in the new direction will show more clearly the effect he has produced (Brunton, 1883)

Essas palavras demonstram uma percepção bastante sagaz de Brunton quanto aos rumos do pensamento ocidental. Entretanto essa percepção só deve ter sido possível em decorrência da consciência comum, ao menos entre os homens de ciência, da importância de Darwin no mundo social e científico de seu tempo. Foi devido a esse *status* que Darwin foi convocado a prestar seu testemunho perante a *Royal Commission*, e não é de surpreender que no dia de seu comparecimento Darwin não tenha sido recebido como apenas mais um depoente. Na tarde do dia oito de novembro, o visconde Cardwell, o *chairman* da *Royal Commission*, desceu de sua cadeira e dirigiu-se até a porta do prédio onde se realizavam as sessões para receber pessoalmente Charles Darwin (Freeman, 1977: 154). Emma, sua esposa, diria mais tarde, em uma carta ao filho Leonard, que o depoimento de Darwin havia sido “uma espécie de confissão de fé nas reivindicações da fisiologia e no dever de humanidade” (Freeman, 1977: 154).

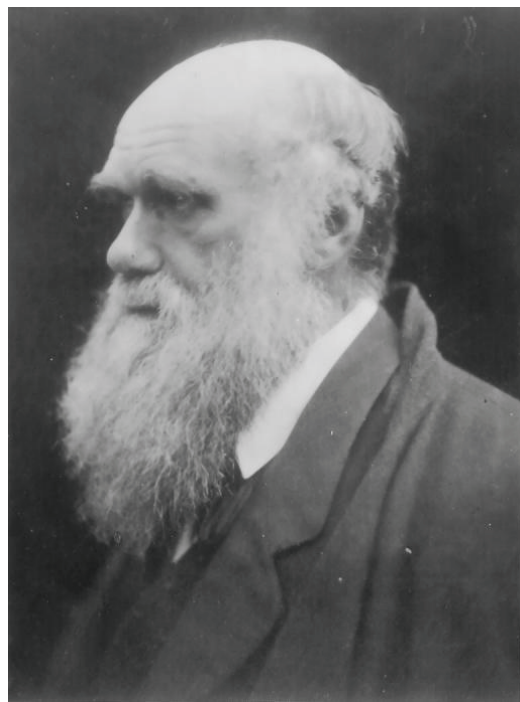


Figura 6 – Fotografia de Darwin, por Julia Margaret Cameron, que em 1868 fez uma série de retratos do evolucionista. A valorização do sobrecenho e testa proeminentes sugeria força de caráter, e alguns dos colegas de Darwin consideravam que a fotografia indicava sinais de idade, luta e resistência intelectual (Fonte: White, 2008: 18).

4.5.1.4. Charles Bell

Nas fileiras do movimento contra a vivissecção havia um grande número de pessoas respeitáveis, entre homens de letras, aristocratas e membros do clero. Entretanto, esses contingentes, aparentemente, não incluíam tantas personalidades de destaque na história da ciência ou no universo científico de seu tempo, como eram os casos de Darwin e Harvey, do lado dos fisiologistas. Havia, contudo, um nome bastante apropriado para cumprir essa função, conforme as palavras da própria Cobbe:

I do not deny that there may have been here and there a vivisector who loathed his work (...) and yet occasionally performed painful experiments in the ardour of scientific research. Such a man, I believe, is Charles Bell. But few and rare are the experiments that such a man would, or did, perform (Cobbe, 1889f: 59).

Essa espécie de absolvição histórica do falecido Sir Charles Bell, um pioneiro que procedera a investigações fisiológicas antes do advento dos anestésicos, se baseia em declarações dele próprio a respeito da vivissecção. Em depoimento à *Royal Commission* o antivivisseccionista George Jesse citou palavras de Bell retiradas de uma fonte que apresentou como evidência:

For my own part, I cannot believe that Providence should intend that the secrets of nature are to be discovered by means of cruelty, and I am sure that those who are guilty of protracted cruelties do not possess minds capable of appreciating the laws of nature. Experiments have never been the mean of discovery, and a survey of what has been attempted of late years in physiology will prove that the opening of living animals has done more to perpetrate error than to confirm the just views taken from the study of anatomy and the natural motions (Charles Bell, citado por George Jesse, em PP, 1876a: 272, P 564).

Esse curto depoimento atribuído a Bell inclui críticas à vivissecção, tanto do ponto de vista técnico e epistemológico, quanto da perspectiva ética e teológica. Com sua percepção do mundo natural como obra de um Deus benevolente, Bell recusava-se a admitir que fizesse parte dos planos da Providência para os homens a perpetração de crueldades para com os animais como forma de desvelar os segredos da natureza. Citado por Cobbe, Jesse e outros tantos críticos da experimentação animal, o nome de Charles Bell parece ter servido à causa antivivisseccionista com um papel equivalente àquele desempenhado pelas figuras de Harvey ou Darwin para os advogados da vivissecção. Na condição de um pioneiro da fisiologia que evitara ao máximo recorrer à vivissecção e que, mesmo assim, posteriormente se arrependera por ter chegado a lançar mão desse procedimento, na Inglaterra vitoriana Bell personificava melhor que ninguém a imagem do homem de ciência convertido à causa da proteção dos animais contra a crueldade científica.

4.5.2. AS METÁFORAS RELIGIOSAS

4.5.2.1. Os médicos antivivisseccionistas e a experiência da conversão

A figura de Charles Bell era emblemática de um tipo de personagem que representava um dos maiores trunfos dos críticos da experimentação animal: o médico antivivisseccionista. Richard French (1975: 101) lista cinco depoentes nas sessões de *Royal Commission* que se enquadravam nessa categoria: George Hoggan; Arhtur De Noé Walker, ex-cirurgião militar e clínico praticante (PP, 1876a: 88-95; 243-247); William Ferguson, cirurgião da Rainha e do *King's College Hospital*; (págs. 48-55); George Macilwain, clínico aposentado e autor de um livro sobre medicina e cirurgia (págs. 96-98); e o reverendo Samuel Haughton, professor do *Trinity College* e um dos signatários da petição liderada por Cobbe, que levava ao projeto de lei de Henniker (pág. 98-106). Todos esses homens de medicina enfatizaram, em seus depoimentos, críticas aos abusos cometidos na prática da vivisseccção, tanto no continente quanto em seu país, sendo que Macilwain também questionou a validade científica e as alegações de curas de mazelas humanas pelos fisiologistas experimentais (PP, 1876a: 96, P 1845).

A literatura antivivisseccionista da Inglaterra vitoriana incluía, com frequência, textos de médicos contra a experimentação animal ou trechos de declarações dos mesmos a esse respeito (Macaulay, 1876a E 1876b; National Antivivisection Society, 1890; Tait, 1896; Taylor, 1892). O Dr. James Macauley, de Edimburgo, por exemplo, havia declarado que “o *status* da profissão [médica] certamente será rebaixado por ser associada na mente pública com a vivisseccção”, motivo pelo qual “muitos homens de medicina se regozijariam de ver sua profissão libertada do opróbrio que se abateu sobre ela em consequência dessa prática” (citado em Cobbe, 1891: 18). Todavia, embora esses textos costumassem incorporar preocupações com a reputação da profissão médica ou questionamentos éticos, não eram esses os motivos que conferiam especial importância à figura do médico antivivisseccionista, mas sim o *status* de homens de ciência e medicina desses indivíduos. Tal *status* aferia a esses médicos a competência e o prestígio social necessários para falar ao público leigo como representantes de um discurso científico. Dessa maneira, o médico antivivisseccionista contrapunha argumentos teóricos e técnicos, e não apenas filosóficos ou morais, àqueles empregados pelos advogados da experimentação animal. Um dos motivos da importância desse tipo de ator social era sua capacidade de encontrar na literatura fisiológica evidências de

práticas cruéis. Além disso, esses profissionais eram testemunhas diretas das torturas cometidas contra os animais nos laboratórios e, também críticos do valor científico da vivissecção como forma de obtenção de conhecimentos úteis ao avanço da medicina.

A personagem do médico antivivissecionista era encarnada com perfeição na figura de George Hoggan. Em sua conhecida carta ao *Morning Post*, após enumerar diversas manifestações de crueldade que testemunhara no laboratório de Claude Bernard, Hoggan anuncia que “tendo bebido dessa taça até a última gota, eu renuncio, e prefiro ver não apenas a ciência, mas até mesmo a humanidade inteira perecer do que recorrer a tais meios de salvá-la³⁰ (Hoggan, 1875). Nessa declaração, Hoggan expõe o que parece ter sido a atitude diferencial que marcava os médicos antivivissecionistas: a renúncia. Na retórica de ambos os lados em contenda a opção pelas virtudes mais nobres exigiam atitudes heroicas, e a renúncia, uma atitude especialmente valorizada na cultura vitoriana, estava presente nos discursos das duas partes em combate. Vimos que os fisiologistas britânicos não se cansavam de repetir o mote do sacrifício dos próprios sentimentos simpáticos pelos animais em prol de um bem maior: a cura das mazelas humanas; seus oponentes, por sua vez, se empenhavam em desmentir esse pretenso altruísmo. Na retórica contra a experimentação animal, a ideia de renúncia era bem marcada: o médico antivivissecionista era um indivíduo que abria mão de uma carreira profissional promissora na fisiologia experimental, por preferir manter seus compromissos com os valores morais de seu tempo. Nesse sentido, sua postura contrastava com a do fisiologista, que, no discurso antivivissecionista, era representado como um indivíduo que fizera a opção oposta, abrindo mão dos princípios éticos fundamentais da compaixão para não ter que renunciar à sua ascensão profissional e sede de conhecimento, a qualquer preço.

Segundo essa ótica, o médico antivivissecionista era por vezes retratado como um indivíduo que experienciou uma espécie de conversão. Isso era especialmente válido para pessoas com trajetórias como a de Hoggan, que chegavam a adentrar o templo da ciência fisiológica e participar de seus cruéis rituais iniciáticos, mas abriam mão dessa carreira e dessa cultura para honrar seu compromisso com os princípios humanitários e sua compaixão pelos cães que eram sacrificados nos laboratórios. Em seu primeiro depoimento à *Royal Commission*, Hoggan contou aos *commissioners* que, quando em vias de concluir sua graduação, ele havia desenvolvido uma dissertação sobre os

³⁰ Em inglês, no original: “Having drunk the cup to the dregs, I cry off, and am prepared to see not only science, but even mankind perish rather than have recourse to such means of saving it”.

mecanismos da respiração, que fora elogiada por professores e colegas. Tanto uns quanto outros haviam insistido para que Hoggan confirmasse a tese que defendia através da realização de experimentos com cães. Hoggan optara, porém, por não proceder a tais experimentos, abrindo mão, assim, dos louvores acadêmicos, por não desejar provocar o sofrimento de quaisquer animais, especialmente cães (PP, 1876a: 180-181).

4.5.2.2. Todos querem ser mártires

A ideia de conversão aparece explicitamente na autobiografia de Cobbe, quando esta relata o processo interno que viveu, em sua relação com os animais, ainda na juventude. Cobbe declara que para ela “praticamente o primeiro impulso religioso” teria nascido de uma experiência íntima de intuição relacionada aos animais, aos dezesseis anos de idade (Cobbe, 1894b: p.561). Cobbe relata que, quando criança, vivia num ambiente cultural no qual “caçar, pescar e atirar eram coisas que todos os homens e meninos faziam”, e ela tomava esses ditos esportes “como parte da ordem das coisas”. Mas “de alguma forma isso mudou” quando certa vez, aos dezesseis anos, contemplando os peixes singrando um lago da propriedade rural de sua família, ela percebeu que

my mind went through that strange process which Evangelicals call “conversion”, among the first things which my freshly awakened pointed out was – that I must give up fishing! I reflected that the poor fishes were happy in their way in their proper element; that we did not in the least need, or indeed often use, them for food; and that I must no longer take pleasure in giving pain to any creature of God. It was a little effort to me to relinquish this amusement in my very quiet, uneventful life; but, as the good Quakers say, it was “borne in on me” that I had to do it, and from that time I have never held a rod or line (...) I used to stand sometimes, after I had ceased to fish, over one of the ponds in our park and watch the bright creatures dart hither and thither, and say in my heart a little thanksgiving on their behalf instead of trying to catch them (Cobbe, 1894b: 560).

Observe-se que a ideia de conversão aparece aqui não como uma metáfora, mas como uma experiência real e pessoal. Essa conversão espiritual torna Cobbe subitamente consciente de um compromisso ético de simpatia pelos animais, seres que, como ela, buscam seu próprio bem no mundo. Esse momento de epifania, e consequente opção pela renúncia a infligir dor, é narrado como inaugural da visão religiosa de Cobbe, o que reveste a causa da proteção dos animais com uma aura de missão sagrada.

O mesmo tipo de aura espiritual envolve a narrativa de Cobbe a respeito da sucessão de eventos, nos anos de 1875 e 1876, quando, após o término das sessões da *Royal Commission*, Cobbe e seus aliados da VSS tentaram promover a implementação

do projeto de lei de Henniker e se depararam com um poderoso *lobby* pró-vivisseccionista atuando nos corredores do parlamento: “Na verdade nós partimos para essa cruzada quase como fizeram nossos antepassados ao sair em busca da Terra Santa, com praticamente nenhum conhecimento do poder cujo território estávamos invadindo”³¹ (Cobbe, 1894b: 605).

Outra imagem de teor religioso era a ideia do martírio do animal na mesa de vivissecção, coroada pelo epíteto de “mártires de Bernard”, cunhado por Cobbe para designar os animais usados como sujeitos experimentais. Um exemplo dessa estratégia discursiva pode ser encontrado na narrativa de John Colam, da RSPCA, a respeito de uma demonstração por ele testemunhada no encontro da *British Medical Association* em Norwich, no ano de 1874. As crueldades cometidas pelo Dr. Magnan contra o cão usado no experimento foram resumidas nas palavras de Colam: “Ele [o cão] foi literalmente crucificado, se é que posso usar esse termo (...) lutando, aterrorizado pelas apreensões dos sofrimentos que se aproximavam”³² (citado em White, 2006).

Também os advogados da vivissecção lançavam mão de imagens típicas da narrativa religiosa. Veremos no próximo capítulo os motivos pelos quais Claude Bernard (1957 [1865]: 146) afirmava que o laboratório fisiológico era o “santuário da ciência médica”, e por que razões Ray Lankester (1873: 145) se referiu à mesa de vivissecção como o “altar da ciência”. As estratégias retóricas baseadas no ideário religioso podiam incluir até mesmo orações, como a ‘Oração Harveyana’ concebida por Owen por ocasião da inauguração do monumento a Harvey, e que era exclusivamente devotada à defesa do método experimental na pesquisa fisiológica e ao ataque aos críticos da mesma (Rupke, 1987b: 193).

Mesmo no discurso do agnóstico Darwin esse tipo de retórica estava presente. Na carta escrita a Romanes no dia quatro de junho de 1876 Darwin comentou com o amigo e aliado que “a impressão que tenho é que os Fisiologistas estão hoje na posição de uma seita religiosa perseguida, e eles devem sorrir e suportar essa perseguição, por mais cruel e injusta que ela seja, da melhor forma que puderem”³³ (Romanes, E., 1896: 61). Com essa narrativa, Darwin associava aos praticantes da vivissecção as experiências de martírio dos primeiros cristãos, portadores das boas novas que

³¹ Em inglês, no original: “We had in truth gone into this crusade almost as our forefathers had set off for the Holy Land, with scarcely any knowledge of the power which we were invading.”

³² *Report of a Prosecution of Physiologists by the R. S. P. C. A., at the Town Hall, Norwich, for Alleged Cruelty to Two Dogs* (London: Robert Hardwicke, 1875), pp. 5-8.

³³ Em inglês, no original: It seems to me that the Physiologists are now in the position of a persecuted religious sect, and they must grin and bear the persecution, however cruel and unjust, as well as they can.

prometiam transformar o mundo, a suportar estoicamente, em nome da causa sagrada à qual serviam, as injustas perseguições contra eles movidas.

4.5.2.3. Sacrifício: de quem e para quem?

Outra ideia, senão exclusiva, ao menos recorrente na retórica religiosa, é a noção de sacrifício, e temos visto como os fisiologistas e os antivivisseccionistas se desentendiam sobre quem era o principal sacrificado na mesa de vivissecção. Essa questão já adquiria contornos que incomodavam Cobbe desde 1870, ano do encontro da *British Association for the Advancement of Science* em Liverpool. Nessa época, Cobbe comunicou à amiga Kate Amberlye seu desagrado com as posturas que vinham sendo adotadas pelos darwinistas John Tyndall e Huxley. Esse último, respondendo a uma carta particular de Cobbe, respondeu-lhe, após longa demora, que “eu sacrificaria uma hecatombe de cães amanhã mesmo se achasse que dessa forma poderia curar um único homem epilético ou paralítico”³⁴ (Mitchell, 2004: 202). Essa expressão adotada por Huxley - “hecatombe de cães” – aparece repetidas vezes nos textos de Cobbe como denúncia da indiferença dos advogados da vivissecção para com os animais (Cobbe, 1894b: 582), e representa um dos extremos do espectro de posturas adotadas pelas partes adversárias nesse debate. No extremo oposto, era possível observar posturas como a de Anna Kingsford, que ingressou na escola de medicina movida, principalmente, por seu envolvimento com a causa antivivisseccionista. Em certa ocasião, Kingsford tentou oferecer a si mesma em sacrifício para um experimento de vivissecção, de modo a poupar a vida de ao menos um animal (French, 1975: 391).

Mas qual era a posição de Cobbe em relação à questão do sacrifício dos animais em prol da ciência médica? A resposta mais correta seria que ‘depende de qual Cobbe estamos falando’, pois a posição dessa autora se alterou de forma significativa com o passar do tempo. Em seu primeiro texto antivivisseccionista, ainda em 1863, Cobbe (1866 [1863]) defendia que

“Science” is a great and sacred Word. When we are called to consider its “interests” we are considering the cause of that Truth which is one of the great three portals whereby man can enter the temple of God. Physical Science, the knowledge of God’s material creation, is in its highest sense a holy thing – the revelation of God’s power, wisdom, love, through the universe of inorganic matter and organic life (...) Where then are we to rank “the interests of science”, among human wants? Surely among the wants deserving of fullest privilege. Man, in his highest capacity as a rational being, hungers for truth as the food of his soul, even as he hungers for

³⁴ Em inglês, no original: “I would sacrifice a hecatombe of dogs, tomorrow, if I thought I could thereby cure a single epileptic or paralytic man”. Carta datada de 16 de janeiro de 1870.

meat for his body. (...) Thus we arrive at the conclusion that *man has a right to take animal life for the purposes of science as he would take it for food, or security, or health* (Cobbe, 1866 [1863]: 231-232; grifos meus).

Essa passagem é importante porque, comparando-a com outros trechos do discurso cobbeano das décadas seguintes podemos ver o quanto a percepção de Cobbe a respeito da ciência e do sacrifício de animais em nome da mesma sofreu alterações profundas. Enquanto as palavras acima são uma declaração da sacralidade da ciência, bem aos moldes da doutrina da teologia natural, em anos posteriores a ciência apareceria cada vez mais na retórica de Cobbe como uma proposta de projeto de desenvolvimento civilizatório que representava um retrocesso em relação aos valores fundamentais dos quais a religião era a guardiã. A ideia do sacrifício dos animais em nome desse projeto profano passou a ser atacada de forma veemente. O “Bem do Homem justifica a Tortura dos Brutos?” - pergunta Cobbe (1889i: 13), e responde:

The whole notion of Vivisection, as a legitimate exercise and mode of satisfying human desire for knowledge, seems to rest on a radically false conception of the proper ends of human life, and a no less erroneous idea of our relationship to those humbler tribes of creatures who are our fellow-lodgers in this planet-house of the Almighty. As life is more than meat, so are there better things to live than Knowledge or escape from Pain; nor is any fact which Science can reveal worth acquiring at the price of selfishness and cruelty (Cobbe, 1889i: 16).

Se não soubéssemos que essa passagem e a anterior são de autoria da mesma pessoa, poderíamos julgar que se tratasse de dois textos de pensadores adversários, tão díspares são as posições defendidas entre um e outro. A abordagem teológica se mantém em ambos; contudo, nessa última passagem as práticas e prioridades da ciência encontram-se em franco confronto com as da religião e da moral, derivada da mesma. Aqui a ciência aparece como mundana e virtualmente herética em relação aos desígnios divinos para a humanidade.

Essa crítica encontrava, por vezes, uma forma bem mais ácida de se expressar. Em um texto ficcional satírico, intitulado *Science in Excelsis: A New Vision of Judgement* (Cobbe, 1875), alguns anjos, liderados pelo Arcanjo Gabriel, decidem capturar um fisiologista para usar como sujeito de um experimento de vivissecção, de modo a aprimorar o conhecimento dessa falange celestial sobre a fisiologia humana. A cada argumento do fisiologista implorando para ser poupado, os anjos observam que ele não havia considerado válidos esses mesmos argumentos quando usado em defesa dos animais. Finalmente, com base no argumento de que sua inteligência é infinitamente

superior à humana, os anjos decidem realmente sacrificar o fisiologista de modo a aplacar a curiosidade deles³⁵. Também em um de seus ensaios Cobbe ridiculariza as alegações de auto-sacrifício altruísta por parte de seus adversários:

They [the physiologists] are each, in fact, a Prometheus ready to steal the fire of heaven for the good of men; and for that end – not exactly to be nailed themselves, but – to nail any number of dogs or monkeys to that dreadful Caucasus where Professor Ruhterford may play the vulture on their livers, or Professor Ferrier on their brains (Cobbe, 1889h: 36).

A comparação sarcástica com o heroico Prometeu, deus da mitologia greco-romana – que, ao roubar o fogo dos deuses para o entregar aos homens, é amarrado por Zeus na rocha do Cáucaso, onde terá o fígado eternamente bicado por abutres – aponta para a inconsistência do discurso dos fisiologistas. Afinal, não são os cientistas que desempenham o papel de um deus nobre que é preso ao “Cáucaso medonho” que é a mesa de vivissecção, para ali terem o fígado arrancado; pelo contrário, no discurso de Cobbe, os fisiologistas desempenham um papel que mescla os atributos de um deus tirano (Zeus) e dos abutres.

Claude Bernard, em sua obra clássica de introdução à medicina experimental, havia respondido às possíveis críticas à vivissecção. “Temos nós o direito de realizar experimentos de vivissecção com animais?”, perguntara Bernard, e imediatamente respondera: “Na minha opinião nós temos esse direito, de forma completa e absoluta”. Bernard afirma que “nenhuma hesitação é possível; a ciência da vida só pode ser estabelecida através da experimentação, e só podemos salvar os seres vivos da morte se sacrificarmos outros”. (Bernard, 1957 [1865]: 102). Esse texto de Bernard havia sido publicado dois anos após o *The Rights*, de Cobbe, quando esta defendia posição semelhante. A marcada mudança de posição de Cobbe a esse respeito fica, porém, clara, em outro texto seu, no qual resume a atitude dos fisiologistas quanto à vivissecção em um conceito, que chama de “doutrina do Sacrifício Vicário”, que consistiria, segundo Cobbe, na ideia de “roubar Peter para pagar Paul” (Cobbe, 1889g: 64). Quanto a essa doutrina, Cobbe é categórica:

³⁵ Curiosamente, há um texto da mesma época, sem data precisa, de teor similar, de autoria de Robert Louis Stevenson (1850-1894), intitulado *The Scientific Ape*, no qual macacos inteligentes raptam um bebê humano. Após debaterem se devem realizar a vivissecção no bebê ou não, os macacos optam por não fazê-lo, demonstrando mais inteligência e sensibilidade que os seres humanos. Esse texto somente foi encontrado na década de 2000, por Ralph Parfect, e publicado junto a outro conto de Stevenson em 2005 (Parfect, 2005). Jack Malvern afirma que o editor de Stevenson teria então optado por não o publicar devido ao conteúdo demasiado controverso do mesmo (Malvern, 2006).

Once and for all, let it be understood: Cruelty does not cease to be cruel because the person who inflicts unjustified and, *to the sufferer*, useless pain, has in view the interests of other parties; any more than theft ceases to be theft because the thief intends to apply the stolen property to the use of his friends (Cobbe, 1889g: 63; grifos meus).

A crueldade não deixa de ser crueldade somente porque visa beneficiar um terceiro, assim como o roubo não deixa de ser roubo só por ter sido feito para favorecer alguém que não seu perpetrador; é esse o argumento de Cobbe. Entretanto, o ponto que quero destacar da passagem acima é aquele que grifei: Cobbe declara que, independente da possível utilidade da vivissecção para a espécie humana, essa prática permanece inútil “para o sofredor”. Em outras palavras, se é o animal quem é sacrificado, devem ser os interesses dele, e não os humanos, a ser considerados para decidir a legitimidade de um experimento. Esse convite a *adotar o ponto de vista do sofredor* é aqui crucial, pois tem relação com a ideia do antivivisseccionista como porta-voz dos interesses legítimos e genuínos dos animais vitimados pela ciência e intérprete do apelo sem palavras dos brutos: o grito animal.

Os animais, os quais tornamos nossos escravos, não gostamos de pensar neles como nossos semelhantes¹.

Charles Darwin, Notebook B

¹ *Animals whom we have made our slaves we do not like to consider our equals.*

CAPÍTULO 5

A SIMPATIA ALÉM DOS CONFINES DO HOMEM:

ECOS DO GRITO ANIMAL NAS MENTES E NO MUNDO

VITORIANO

5.1. O GRITO ANIMAL

5.1.1. Ouvidos insensíveis: o fisiologista diante do grito animal

A construção da narrativa em defesa da vivissecção podia chegar ao extremo de afirmar que essa prática constituía um bem não só para os humanos, mas até mesmo para os animais empregados nos experimentos. É o que afirma James Paget, ao dizer que “provavelmente os próprios animais, se pudessem pensar como os homens”, defenderiam a vivissecção, uma vez que “a maioria dos animais usados nos experimentos é retirada entre aqueles já marcados para morrer”, como os cães e ratos de rua, os cavalos destinados ao comprador de carcaças (*knacker*), e assim por diante (Paget *et al.*, 1881: 924). “Se um animal destinado à morte pensasse como um homem”, continua Paget, ele aceitaria ser submetido à vivissecção, desde que a mesma fosse realizada sob anestesia. O fisiologista vai além, e afirma que “tenho visto muitos animais após a vivissecção terem a aparência tão feliz quanto antes; muitos deles estavam mais felizes, sentindo-se mais bem alimentados e em todos os aspectos mais bem cuidados do que jamais estiveram antes” (Paget *et al.*, 1881: 924). Essas palavras, tão ousadas e extremadas, que chegam a parecer uma afronta à inteligência do leitor, e uma chacota para com os antivivissecionistas, não eram, contudo, o discurso mais comum. No polo oposto das declarações sobre o ato da vivissecção havia afirmações de completa indiferença do fisiologista pelo sofrimento dos animais sacrificados, como em Bernard:

A physiologist is not the man of fashion, he is a man of science, absorbed by the scientific idea which he pursues: *he no longer hears the cry of animals, he no longer sees the blood that flows, he sees only his idea and perceives only organisms concealing problems which he intends to solve.* Similarly, no surgeon is stopped by the most moving cries and sobs, because he sees only his idea and the purpose of his operation. (...). We shall deem all discussion of vivisection futile or absurd. (...) and as it is impossible to satisfy everybody, *a man of science should attend only to the opinion of men of science who understand him, and should derive rules of conduct only from his own conscience* (BERNARD, 1957 [1865]: 103; grifos meus).

A passagem acima era uma das preferidas pelos antivivissecionistas como evidência do descaso dos fisiologistas pelos animais submetidos ao seu bisturi. Afinal, o autor das mesmas era ninguém menos que o dito pai da fisiologia experimental, e suas afirmações não deixavam dúvidas de sua posição. Para Bernard o fisiologista é retratado como um homem além da moral mundana. Ele “já não houve os gritos dos animais”, nem se incomoda com o sangue que jorra de seus corpos; “ele vê apenas sua ideia”, e os

organismos não passam de coisas que escondem enigmas científicos que ele se propõe a decifrar. Essas palavras de Bernard são condizentes com o testemunho prestado por Hoggan, em sua carta ao *Morning Post*, a respeito da atitude desse fisiologista e seus pupilos diante dos animais sacrificados (Hoggan, 1875).

Embora os fisiologistas ingleses houvessem tentado com afincos atribuir essa postura de indiferença ao sofrimento animal exclusivamente aos colegas do continente, permanecia sempre aquele incômodo tiro no pé da fisiologia britânica: o depoimento de Klein à *Royal Commission*. Um trecho desse depoimento – que também era um dos trunfos preferidos dos antivivissecionistas – continha afirmações um tanto similares às de Bernard. O entrevistador indagava de Klein por que esse considerava necessário que a pesquisa fisiológica se abstinhasse do uso de anestésico, e Klein respondeu:

I fancy the whole attention of the investigator is drawn to the purpose of the experiment. (...) *He generally chloroforms a dog when he experiments on a dog for convenience sake, in order not to be disturbed by the howling and resistance; and so with cats. And just as little as a sportsman or a cook (...) can the physiologist or the investigator be expected to devote time and thought inquiring what this animal will feel while he is doing the experiment. His whole attention is only directed to the making of the experiment, how to do it quickly, and to learn the most he can from it* (PP, 1876a: 183, P 3562 ; grifos meus).

Tanto nas palavras de Klein como nas de Bernard está colocada a questão do grito animal, da expressão física e vocal da dor, do cão que uiva em sofrimento na mesa de vivissecção. O que Klein declara abertamente é que o fisiologista, quando se dá ao trabalho de recorrer à anestesia, o faz não em consideração ao sofrimento desse animal, mas para não ter que suportar o incômodo causado pelos seus gritos. Essa questão do grito animal é pouco explorada na literatura historiográfica a respeito da controvérsia da vivissecção na Inglaterra vitoriana, e considero importante que dediquemos a ela alguma atenção. Hilda Kean, nas páginas introdutórias de seu livro *Animal Rights*, observa que “uma vez que os animais não podem falar, eles não podem nos dizer o que sentem”, de onde essa autora conclui que “uma mudança na atitude para com os animais, quer derive de uma preocupação filosófica ou humanitária para como direitos ou de uma simpatia pelos fracos, vulneráveis e explorados, pouco se deve aos animais em si” (Kean, 1995: 10). Obviamente, Kean tem razão em um sentido estrito, ou seja, quanto ao fato de as posturas das pessoas em relação aos animais diferirem substancialmente, em conformidade com os valores e contextos particulares das diferentes culturas nos diversos momentos históricos, como temos visto ao longo dessa

tese em relação à Inglaterra vitoriana. Por outro lado, considero importante relativizar essa afirmação de Kean, se é que com ela a autora pretendeu também afirmar que os animais são seres totalmente passivos em relação a seus destinos em mãos humanas. Uma posição diferente desta é marcada por Paul White (2005: 74), que valoriza a tese vigente em *Lords of the Fly*, de Robert Kohler, segundo quem nos laboratórios de genética de meados do século XX as moscas *Drosophila* desempenhavam papéis ativos, vivendo em ‘relação simbiótica’ com os humanos que as investigavam, seus ciclos de vida se adaptando ao calendário acadêmico¹. Da mesma forma, observa White (2005: 74), os animais experimentais do período vitoriano eram mais que mero material passivo para a ciência.

5.1.2. A voz das criaturas sem palavras

Em seu estudo da mente canina, Cobbe observa que “para concebermos as limitações do intelecto de um cão, devemos começar supondo a nós mesmos pensando, sem a ajuda da linguagem; lembrando, sem quaisquer memórias verbais; observando, sem o poder de dar um nome à coisa observada; e raciocinando”, sem as etapas verbais que nos permitem seguir adiante no encadeamento lógico. Isso equivale, também nas palavras de Cobbe, a “pensar sem linguagem, não apenas como um indivíduo sem palavras (*dumb*) em uma raça falante, mas como uma criatura sem palavras em uma raça sem palavras” (Cobbe, 1876b [1872]: 170). A conformação dos órgãos vocais caninos impõe ao animal essa limitação de não ser capaz de produzir sons articulados, como os são as palavras humanas, motivo pelo qual os cães se enquadram bem, segundo Cobbe (1876b [1872]: 14), na definição popular, usada pelos irlandeses, de “pobre bicho sem palavras” (*poor dumb beast*)².

Ser desprovido de palavras não equivale, entretanto, a ser incapaz de comunicar-se, seja como emissor ou como receptor de uma mensagem. Cobbe (1876b [1872]: 114) observa que, não obstante essa condição limitante, um cão é capaz de entender a linguagem humana a um

¹ Kohler, Robert. *Lords of the Fly: Drosophila, Genetics, and the Experimental Life*. Chicago: University of Chicago Press, 1994, citado em White, 2005: 74.

² Essa palavra, *dumb*, aparece com frequência na literatura da proteção animal do período vitoriano, e é um termo de tradução imprecisa. ‘*Dumb*’ pode tanto significar ‘mudo’, como ‘obtusos’, e em parte ambos os significados eram associados aos animais em textos sentimentais a respeito dos mesmos. No ensaio em questão de Cobbe, *The Consciousness of Dogs* (Cobbe, 1876b [1872]) também os dois sentidos estão presentes, pois Cobbe sustenta que por não serem capazes de formulações verbais os cães são, por consequência, incapazes do pensamento abstrato (p. 170). Ainda assim, a ênfase da argumentação de Cobbe quando usa a palavra ‘*dumb*’ nesse texto é em sua conotação de uma condição na qual a criatura não conta com as palavras, motivo pelo qual optei na maioria das vezes por traduzir ‘*dumb*’ como equivalente a ‘sem palavras’, já que não se poderia dizer que os cães são mudos.

ponto que apenas aqueles que o observam com cuidado podem dar o devido crédito. Além de sua capacidade de compreender parte das palavras e muitos dos sinais não-verbais humanos, os cães se esforçam por se fazerem entender pelos homens, e sua condição the *dumbness* os obrigam a conceber formas engenhosas de fazer com que suas necessidades sejam atendidas por estes (Cobbe, 1876b [1872]: 123). Como exemplo, Cobbe (*ibid.*) conta um episódio no qual uma de suas cachorrinhas, tendo encontrado a água de sua vasilha congelada, posicionou-se em um canto onde outra vasilha havia sido mantida dois anos antes, e lá permaneceu sentada, com um olhar pesaroso para sua dona, até que sua triste situação fosse percebida. É por isso que é crucial para o desenvolvimento mental e emocional de um cão que este tenha um dono atento às suas necessidades:

When a brute lives with people too busy or too obtuse to attend to such signals, he becomes sad and depressed, and loses all originality, like a *femme incomprise*. The pantomime of dogs, their scratching at doors for admittance, their beseeching entreaties to be taken out walking, their ardent invitations to visit their puppies, are all somewhat affecting instances of painful efforts of the creatures to express what we should say in two words (Cobbe, 1876b [1872]: 123)

Atentemos aqui, na narrativa de Cobbe, para a importância de os cães contarem em suas vidas com a presença de humanos compreensivos, capazes de interpretar e atender suas pantomimas, seus esforços de comunicação de seus desejos e necessidades. Essa ideia é significativa para entendermos como o principal animal experimental era percebido no olhar do antivivissecionista vitoriano.

5.1.3. O animal darwiniano expressa sua dor e seu desespero

A atribuição aos animais de uma capacidade de se expressarem não era, contudo, uma noção exclusiva dos antivivissecionistas. O homem cujo pensamento tanto inspirava os fisiologistas britânicos também discutiu amplamente essa questão, em seus estudos evolutivos sobre a mente animal e a humana. “Em muitos tipos de animais, incluindo o homem, os órgãos vocais são eficientes no mais alto grau como meio de expressão”, observa Darwin no *Expression*, sua obra especificamente dedicada ao estudo das expressões emocionais nos animais e no homem (Darwin, 1872: 83). Um inventário das emoções caninas realizado em minha dissertação de mestrado, com base nos textos do *Expression* e do *Descent*, contabilizou quarenta e nove emoções e suas variantes atribuídas por Darwin aos cães (Carvalho, 2005: 69).

Em alguns casos, diferentes emoções são, segundo Darwin (1872: 85), expressas por diferentes sons ou tons de vocalização, como os baixos ganidos agudos de impaciência dos cães (Darwin, 1872: 88). “Até os macacos expressam sentimentos intensos em diferentes tons: a raiva e a impaciência através de notas baixas, e o medo e a dor por meio de notas altas” (Darwin, 1871: 572). Esses dois últimos estados – a dor e o medo - são especialmente importantes para nós, por guardarem uma relação mais direta com o ato e o *setting* da vivisseccção.

“Quando os animais sofrem a agonia da dor”, observa Darwin (1872: 69), “eles geralmente estremeceem em terríveis contorções, e aqueles que usam habitualmente suas vozes emitem gritos ou gemidos lancinantes (*piercing cries or groans*). Quase todos os músculos do corpo são levados a uma ação vigorosa”. Essa regra geral se aplica aos cães, que expressam sua dor “através de uivos, movimentos bruscos (*writhing*) e contorções do corpo inteiro” (Darwin, 1872: 122). Essas reações vigorosas à dor fazem parte do repertório comportamental adaptativo, favorecido pela seleção natural, para promover o afastamento do animal da fonte de sofrimento (Darwin, 1872: 72).

Entretanto, se não houver possibilidade de fugir ou livrar-se daquilo que causa a dor, e esta for prolongada indefinidamente, o estado mental do animal se altera. Se a dor funciona inicialmente como um estimulante à ação, se ela for permanente e demasiado severa, “logo induz à depressão ou prostração extrema” (Darwin, 1872: 81). A reação física adaptativa imediata ao estímulo doloroso assume, então, na impossibilidade de libertação do mesmo, uma maior complexidade mental, gerando o sofrimento emocional: “Se temos a expectativa de sofrer, ficamos ansiosos; se não temos qualquer esperança de alívio, nós nos desesperamos” (Darwin, 1872: 178). Dentre todas as formas possíveis, físicas ou mentais, de aflição Darwin (1872: 147) afirma que “nenhum sofrimento é pior que o medo extremo ou horror”, estado que ele considera “a mais depressiva de todas as emoções”.

Cobbe (1866 [1863]: 248) se expressa de forma semelhante sobre o medo, que considera “a mais cruel das coisas”. Ora, a dor e o medo extremos, o desamparo, a desesperança, desespero, todas essas aflições físicas e mentais estavam presentes no relato da carta-denúncia de Hoggan ao *Morning Post*:

I have witnessed many harsh sights, but I think the saddest sight I ever witnessed was when the dogs were brought up from the cellar to the laboratory for sacrifice. Instead of appearing pleased with the change from darkness to light, *they seemed seized with horror as soon as they smelt the air of the place, divining, apparently, their approaching fate*. They would make friendly advances to each of the three or

four persons present, and as far as eyes, ears, and tail could make *a mute appeal for mercy eloquent*, they tried it in vain (Hoggan, 1875; grifos meus)

O apelo mudo e eloquente de uma criatura sem palavras, farejando o ar, adivinhando seu destino próximo, é esse o testemunho de Hoggan, que prossegue:

Even when roughly grasped and thrown on the torture-trough, a low complaining whine would be all the protest made, and *they would continue to lick the hand which bound them, till their mouths were fixed in the gag, and they could only flap their tails in the trough at the last means of exciting compassion*. Often when convulsed by the pain of their torture this would be renewed, and they would be soothed instantly on receiving a few gentle pats. It was all the aid and comfort I could give them, and I gave it often. They seemed to take it as an earnest of fellow-feeling that would cause their torture to come to an end, and end only brought by death (Hoggan, 1875; grifos meus).

O cão, que lambe a mão que o prende à mesa de tortura, insiste com todos seus meios expressivos, abanando a cauda quando amordaçado, a implorar por compaixão. Não a recebe senão de Hoggan, que pouco pode fazer pelo animal além de dar-lhe breves tapinhas. Seus colegas de laboratório não parecem compartilhar tais sentimentos:

They [the physiologists] are always ready to repudiate any implied want of tender feeling, but I must say that they seldom show much pity on the contrary, in practice they frequently show the reverse. Hundreds of times I have seen, when an animal writhed with pain and thereby deranged the tissues, during a delicate dissection, instead of being soothed it would receive a slap and an angry order to be quiet and behave itself (...) I have often heard the professor say, when one side of an animal had been so mangled and the tissues so obscured by clotted blood that it was difficult to find the part searched for, “Why don't you begin on the other side?” or, “Why don't you take another dog? What is the use of being so economical?” (Hoggan, 1875).

Lewis Carroll também cita o testemunho de um fisiologista inglês, seu conhecido pessoal, que relatara ter assistido a uma demonstração experimental com cães, na qual “quando as desafortunadas criaturas gritavam e gemiam nas operações, muitos dos estudantes *na verdade imitavam seus gritos, em zombaria*” (Carroll, 1875; grifos do autor). Esse cenário dantesco, descrito por Hoggan e reforçado por Carroll, era agravado, no contexto do período, pelo fato de que o animal que ali se contorcia, ganindo, expressando afeto, implorando por misericórdia e não recebendo senão tapas e comandos raivosos de seus algozes humanos, não era o animal cartesiano. No animal de Descartes, autômato insensível, o grito apenas parecia expressar dor, mas não passava de mero reflexo de partes corporais estimuladas por estímulos mecânicos. No ano de 1875, quatro anos depois da publicação do *Descent* e três anos após o lançamento do

Expression, o animal que gania sobre a mesa de vivissecção era o animal darwiniano, aquele mesmo que o evolucionista declarara ser capaz de experienciar extremos sofrimento físico e emocional. Era esse mesmo animal que, quando incompreendido, se tornava triste e deprimido, que Hoggan mostrava atado a instrumentos de tortura, completamente à mercê de fisiologistas insensíveis, cuja atitude para com suas vítimas variava da indiferença à crueldade proposital.

5.1.4. Sufocando o grito animal

Apesar de relatos como o de Bernard apresentarem o fisiologista como alguém que já nem sequer ouve o grito dos animais que sofrem em suas mãos, aparentemente esse grito com frequência incomodava os vivissectores. Alguns poucos, comovidos por essas expressões de sofrimento intenso, optavam por não utilizar cães em seus experimentos. Era o caso de George Lewes, que quando indagado se havia tentado algumas vez um experimento com cães ou gatos, respondeu que não, pois “eu não o suportaria”, motivo pelo qual preferia realizar suas investigações com sapos ou, no máximo, alguns coelhos (PP, 1876a: 312, P 6360). A maioria dos fisiologistas, porém, lançava mão de um estratagema para lidar com as incômodas vocalizações de dor dos animais experimentais: eles recorriam a diversos meios de silenciar seus gritos. Cobbe cita um depoimento do Dr. Walker sobre um experimento feito em Edimburgo no qual o curare era administrado para impedir que o animal lutasse ou gritasse. Só então o experimento era iniciado, e Walker comenta que “para aqueles cujos sentimentos e consciência não foram passados a ferro quente, a visão da vítima infeliz e desamparada seria intolerável” (Cobbe, 1882: 96).

Na verdade o próprio Bernard encorajava seus aprendizes a sufocar o grito animal. Em trechos de seu *Leçons de Physiologie Operatoire* reproduzidos por Cobbe, o fisiologista francês ensinava métodos de silenciar um animal sem prejudicar sua respiração, como o ato de seccionar a traqueia ou os nervos da laringe. O motivo pelo qual Bernard aconselhava tal prática, no entanto, não era porque ele próprio julgasse incômodas as expressões vocais dos animais, e sim “para evitar reclamações da vizinhança” (Cobbe, 1888b: 14)

Queixas dessa natureza também aconteceram em Florença, em novembro de 1863, mesmo mês e ano da publicação do *The Rights* por Cobbe. Entre cinquenta e sessenta pessoas, que residiam próximo ao museu de história natural de *Specola*, escreveram à administração do mesmo reclamando dos gritos e gemidos de animais que

ouviam constantemente. Os sons provinham de um laboratório de fisiologia mantido nas dependências de *Specola* pelo professor Moritz Schiff; nesse laboratório, de acordo com denúncias que proliferavam, Schiff realizava experimentos extremamente cruéis com pombos, gatos e cães (Cobbe, 1894b: 563-565). A notícia chegou aos ouvidos de Cobbe, que nessa época residia na Itália, onde atuava como correspondente do *Daily News*. A jornalista logo esboçou um memorial a ser endereçado ao próprio Schiff, e conseguiu recolher 783 assinaturas. Schiff ficou indignado com o conteúdo do documento, e escreveu ao *Nazione*, jornal de maior circulação na região, uma carta criticando o memorial e seus signatários. O jornal italiano não deu a Cobbe a oportunidade de réplica, mas ainda assim a autora considerou que esse movimento “fez com que o assunto fosse bastante discutido, e sem dúvida preparou o caminho para as queixas e processos legais relacionados aos ‘aborrecimentos’ causados pelos gemidos dos cães, o que acabou tornando a Florença uma moradia desagradável para o professor Schiff”. Schiff mudou-se para Genebra em 1877, e as palavras de Cobbe sugerem que seu memorial foi responsável por essa migração. Seja como for, Cobbe (1894b: 565) declara que “eu deixei Florença logo após essa primeira escaramuça com o demônio da vivissecção, mas retive sentimentos muito intensos a respeito do assunto”.

Homens como Schiff com frequência reagiam às reivindicações dos antivivissecionistas - como até hoje acontece – atribuindo a estes um sentimentalismo irracional a respeito da dor animal. Quanto a esse ponto, Jed Mayer (2008) observa que os advogados da vivissecção, de um lado, e seus críticos, de outro, disputavam a posição de quem era realmente capacitado para interpretar de forma correta as expressões físicas e emocionais dos animais. Segundo os fisiologistas, seus oponentes, leigos em termos de ciência, e movidos por sentimentalismos derivados de suas relações afetivas com seus animais de estimação, não estariam capacitados a interpretar corretamente os sinais emitidos pelos animais. William Collier, presidente da *British Medical Association*, afirmara que era preciso interpretar corretamente os sinais do sofrimento dos animais. Nem sempre seus gritos e esforços de luta seriam indicativos de sofrimento verdadeiro (Mayer, 2008).

5.1.5. O apelo do animal darwiniano: os antivivissecionistas como porta-vozes

Insisto, aqui, que um dos grandes problemas desse argumento dos fisiologistas, especialmente na Inglaterra, residia no fato de afirmações como a de Collier não condizerem com o pensamento de Darwin sobre a sensibilidade e expressividades dos

animais. Para entendermos em toda sua extensão o significado do grito dos animais aos ouvidos dos antivivisseccionistas vitorianos, como Cobbe, proponho, portanto, que voltemos mais uma vez nossa atenção à perspectiva darwiniana. Discorrendo sobre as formas de expressão e evitação da dor, Darwin observa que, além das contorções e movimentos associados, os animais de maior complexidade mental, particularmente as espécies sociais, existe um recurso extra para escapar ao sofrimento físico. Nessas espécies mais inteligentes e sensíveis o grito não é mera expressão automática da dor, mas também uma forma de comunicação:

Great pain urges all animals, and has urged them during endless generations, to make the most violent and diversified efforts to escape from the cause of suffering. (...) As the muscles of the chest and vocal organs are habitually used, these will be particularly liable to be acted on, and loud, harsh screams or cries will be uttered. *But the advantage derived from outcries has here probably come into play in an important manner; for the young of most animals, when in distress or danger, call loudly to their parents for aid, as do the members of the same community for mutual aid* (Darwin, 1872: 72; grifos meus).

Em Darwin, assim como o filhote grita para chamar sua mãe quando se sente ameaçado ou em distresse, também os animais adultos que vivem em comunidades recorrem ao grito como forma de pedir ajuda. Sob tal perspectiva, o grito animal pode ser encarado como um clamor por socorro. Os uivos e gemidos dos cães que agonizavam em laboratórios como o do professor Schiff adquirem, então, um novo significado. Atravessando as paredes dos laboratórios, o grito animal é, para quem sabe ouvi-lo, um apelo e uma convocação. Cobbe ouve esse apelo, e atende a esse chamado. A missão que assume para si é a de fazer esse grito animal ecoar, e para isso é preciso traduzi-lo em palavras para os ouvidos menos atentos ou menos sensíveis:

It was, as I have stated, the abominable wrongs endured by animals which first aroused, and has permanently maintained, my special interest in them. My great-grandfather had an office (...) for his magisterial work, and over his own seat he caused to be inscribed the text: “Deliver him that is oppressed from the hand of the adversary”. I know not whether it were a juvenile impression, but I have felt all my life an irresistible impulse to rush in wherever any one is “oppressed” and try to “deliver” him, her, or it, as the case may be, from the “adversary”! In the case of beasts, their helplessness and speechlessness appeal, I think, to every spark of generosity in one’s heart; and the command, “Open thy mouth for the dumb”, seems the very echo of our consciences. Everything in us, manly or womanly (and the best in us all is both), answers it back (COBBE, 1894b: 559).

É nessa narrativa, que remonta às impressões causadas em sua mente juvenil pelas palavras lidas no escritório de um bisavô justo e digno, que Cobbe situa seu compromisso de abrir a boca para defender aqueles que não têm palavras para se

manifestarem. Em seus ensaios antivivisseccionistas são abundantes as descrições detalhadas, em geral colhidas da literatura científica, dos movimentos físicos expressivos de sofrimento e dos gritos de dor emitidos pelos animais. É na condição de “amiga dos desafortunados animais” que ela manifesta sua rejeição ao *Vivisection Act* (Cobbe, 1876d: 200).

George Hoggan, aliado de Cobbe, se expressou de forma semelhante em seu segundo depoimento à *Royal Commission*. Havendo criticado, como cruel e inútil, um experimento realizado por Paul Bert, Hoggan foi questionado por Huxley, que sugeriu que ele estaria sendo leviano em sua interpretação do experimento. A resposta de Hoggan foi que “tendo consideração não por Paul Bert e os fisiologistas, mas sim pelas pessoas de um modo geral, e pelos animais em particular, se eu, como amigo do cão, me expressasse de forma dez vezes mais contundente a respeito de quantas fossem as maldições lançadas sobre o homem que fez isso, eu estaria justificado” (PP, 1876a: 207, P 4171). Mais adiante (p. 208, P 4173), Huxley insinuou novamente a existência de má-fé em Hoggan, por este defender categoricamente que o curare não é um anestésico, sem mencionar existirem duas visões concorrentes sobre essa questão:

Huxley: Is it not rather a serious thing when you are dealing with persons who do not know anything about a matter (...) to put only one [current] before them?

Hoggan: No, when the party who is most interested has not the power to put any view, that is to say, the animal which is suffering (PP, 1876a: 208, P 4173).

Atentemos para essas palavras. Com elas, Hoggan refuta a acusação de tendenciosidade que Huxley lhe imputa, pois o médico antivivisseccionista afirma não falar em seu nome, mas em nome da “parte mais interessada”, que é “o animal que está sofrendo”. Assim como Cobbe, Hoggan se coloca como porta-voz desse animal, transformando em palavras os gritos de todos os cães que ouvira no laboratório de Bernard anos antes. Esses cães são retratados na narrativa antivivisseccionista como criaturas frágeis e indefesas, desprovidas de palavras com as quais possam formular reivindicações. Ainda assim, seus gritos ultrapassam as quatro paredes dos laboratórios e alcançam os ouvidos do público leigo, traduzidos por aqueles com uma escuta treinada para interpretá-los corretamente. Conforme observa Mayer (2008), entendia-se que, diferentemente dos humanos – principalmente dos fisiologistas, poderíamos acrescentar – os animais nunca mentiam; suas expressões emocionais eram sempre genuínas e confiáveis. Nessa chave de compreensão, na narrativa antivivisseccionista vitoriana não era uma formação científica, mas o cultivo da sensibilidade o que capacitava um indivíduo a se apresentar como porta-voz desse grito animal (grito entendido, aqui, não

como mera expressão vocal, mas em um sentido mais amplo, de apelo, que inclui quaisquer movimentos expressivos que comuniquem um pedido de socorro). É por insistirem na sensibilidade e na simpatia que os antivivissecionistas se consideravam habilitados para traduzir o grito animal, o mesmo grito que os fisiologistas se esforçavam tanto por silenciar. Isso muito embora o cão sob o bisturi destes, com sua sagacidade e sua sensibilidade incomuns, fosse uma das expressões máximas do animal darwiniano, e de sua complexa vida mental.

5.2. LANÇANDO LUZ SOBRE LUGARES OBSCUROS: O LABORATÓRIO FISIOLÓGICO E SUAS REPRESENTAÇÕES

5.2.1. Primeiro infame, depois ilegal: o apelo das imagens

No primeiro capítulo vimos que a derrota da plataforma de reivindicações propostas pela *Victoria Street Society* nas Casas do Parlamento fez com que Cobbe se decepcionasse com a cena política britânica. Após as alterações de última hora introduzidas pelo *lobby* dos fisiologistas no projeto apresentado pelo Lorde Carnarvon, o *Vivisection Act*, promulgado em 1876, tinha para Cobbe e seus associados um sabor amargo de fracasso. A percepção de que nos corredores do Parlamento os advogados da vivissecção aparentemente gozavam de maior prestígio que seus adversários deve ter influenciado na descrença e relutância posteriores de Cobbe quanto à eficácia da estratégia de priorizar os esforços legislativos. A partir dessa derrota, Cobbe passou a defender que a VSS e o movimento antivivissecionista britânico como um todo adotassem uma nova abordagem estratégica. Em vez de despenderem tanta energia e tempo na luta junto aos legisladores, seria mais importante e produtivo, sustentava Cobbe, que os ativistas se empenhassem em sensibilizar a opinião pública. Essa proposta de mudança tática se resumia na frase de Cobbe que serve de título a um texto. Se não era possível na conjuntura política e cultural então vigente proibir a vivissecção, seus críticos deveriam lutar para que essa prática se tornasse “primeiro infame, [e só] depois ilegal” (Cobbe, 1876e).

We ought, I think, calmly to recognize that the evil has taken a much deeper root than we had at first perceived, and that we must now completely abandon the hope of putting an end to it by any immediate legislation. *Not perhaps till the whole moral sense of England, nay, of Europe and America, has been aroused; not till the duty of mankind to animals has been reviewed afresh, and placed on loftier, truer ground.* (Cobbe, 1876d: 201; grifos meus).

Dessa forma, Cobbe propunha que todos os que se uniam a ela nessa causa focalizassem sua atenção e esforços na questão moral, e não mais na questão legal. A opinião pública inglesa, a europeia, a de todo o mundo civilizado, na verdade, ainda não estavam prontas para acolher em seu seio os clamores da causa antivivisseccionista. Sem o apoio e a pressão exercidos pela população civil, as batalhas legislativas estariam fadadas ao fracasso. Era hora, portanto, sustentava Cobbe, de os antivivisseccionistas mudarem de armas, abandonando os bastidores do poder e brandindo suas bandeiras em praça pública.

No início da polêmica carta de George Hoggan ao *Morning Post* em 1875³, o médico inglês advertira seus leitores que, se a RSPCA desejasse “dar um fim aos abusos monstruosos que vieram à tona nos últimos anos sobre a prática da vivisseção, ela provavelmente encontrará como o maior obstáculo ao seu êxito o segredo com que tais experimentos são conduzidos” (Hoggan, 1875). Em consonância com essa percepção de seu aliado, tornava-se agora para Cobbe uma prioridade estratégica mostrar ao público os horrores que ocorriam nos laboratórios de fisiologia. Como líder da *Victoria Street Society*, Cobbe conseguiu convencer seus aliados imediatos a essa mudança tática, e em fevereiro de 1877, como medida de apoio ao projeto que estava sendo reapresentado no parlamento por James Holt, para proibição completa da experimentação animal, militantes da VSS ganharam as ruas de Londres. Os manifestantes portavam 1700 panfletos e 300 cartazes; esses últimos eram reproduções de obras de artes e ampliações de ilustrações presentes em manuais de fisiologia experimental. Coerente com o provérbio popular que reza que uma imagem vale mais que mil palavras, Cobbe, relatando o episódio, afirma que os cartazes certamente foram mais eficientes do que teria sido um número mil vezes maior de discursos e panfletos (Cobbe, 1894b: 599).

O que Cobbe não conta, em sua autobiografia, é que a força de apelo de tais imagens teve um grave efeito colateral. Se, por um lado, elas produziam um impacto emocional poderoso e imediato nos passantes, por outro lado esse mesmo impacto muitas vezes era percebido pelas pessoas como agressivo e escandaloso. Dessa forma, a adoção dessa estratégia foi criticada até mesmo por outros antivivisseccionistas. George Jesse, líder e praticamente único integrante da controversa da *Society for the Abolition of Vivisection*, e cujos desastrosos depoimentos perante a *Royal Commission* haviam sido marcados por forte hostilidade entre ele e os *commissioners*, expressou, em carta

³ Ver capítulo 1.

publicada no *Lancet* no dia 26 de março de 1881, a posição de sua organização reprovando “os cartazes sensacionalistas e revoltantes que foram colocados nas ruas e praças públicas da metrópole e inseridos em um jornal barato” (Jesse, 1881: 9). Na verdade, até mesmo entre os membros da VSS houve quem desaprovasse essa medida de Cobbe. Em junho do mesmo ano, o Lorde Shaftesbury, lamentando que Cobbe não o tivesse consultado com mais calma antes de levar adiante essa ideia, escreveu-lhe que “a opinião pública é, junto com Deus, a nossa única Esperança” (Mitchell, 2004: 251). Essas palavras de Jesse e Shaftesbury sugerem que na avaliação de muitos antivivissecionistas o recurso de exibição das imagens teria resultado em um tiro pela culatra, provocando mais aversão que compaixão nas pessoas que as viam. Até mesmo amigos como Fanny Kemble, que apoiava a causa, reagiram com repulsa aos “apelos pictóricos à humanidade nacional – imagens de cães, cavalos, etc., [retiradas das obras] de mestres famosos reproduzidas de forma grosseira em impressões comuns, com [a legenda] ‘Essa é a criatura a ser torturada?’ escrita acima” (Mitchell, 2004: 251).

Dentre os ‘mestres famosos’, cujas belas imagens a Sra. Kemble parece ter considerado como profanadas pela exibição nas ruas em impressões indignas de seu valor artístico, seguramente se destacavam as pinturas de Edwin Landseer. Não seria a primeira vez que Cobbe recorreria às imagens desse artista para ilustrar suas ideias ou propostas. Em *The Consciousness of Dogs*, por exemplo, Cobbe (1876b [1872]: 127), refere-se à obra de Landseer chamada *Expectation* – na qual um cão aguarda o dono aos pés deste - como exemplo de que os atributos mentais dos cães incluem a esperança. Além disso, parte do logotipo da VSS era uma reprodução de uma pintura de Landseer de 1838, intitulada *A Distinguished Member of the Humane Society* (French, 1975: 380); nela vê-se um grande cão de porte altivo deitado em uma paisagem portuária, com gaiotas e o mar ao fundo (fig. 7). A percepção do poder persuasivo das imagens de Landseer não escapara a outros antivivissecionistas; obras como *The Old Shepherd’s Chief Mourner* (fig.15), na qual um cão vela a sepultura de seu dono, eram apontadas com frequência, pelos críticos da vivissecção, como evidências da sensibilidade animal e empregadas para despertar a compaixão na opinião pública (French, 1975: 379).

5.2.2. “Não se recuse a olhar para essas imagens”

Mesmo que a exposição de cartazes contendo imagens extraídas de manuais de vivissecção não tenha obtido o efeito desejado, nem por isso o recurso a tais imagens foi abandonado. Cobbe encontrou outra forma de utilização das mesmas que parecia ser

mais eficaz e menos polêmica: a inserção dessas imagens em artigos com tom de denúncia. No que diz respeito a essa estratégia de argumentação e persuasão através do poder impactante das imagens de crueldade contra animais, dois ensaios de Cobbe se destacam. Em um deles, intitulado *Light in Dark Places*, são apresentadas vinte e uma pranchas. Nessas pranchas veem-se não apenas os “instrumentos de tortura” dos fisiologistas (Cobbe, 1889d: 198) – vários tipos de tesouras pinças, facas, serras e aparatos para imobilizar os sujeitos experimentais (fig. 10 e 11) – como também os animais presos a vários desses aparelhos: sapos, coelhos, pombos e, principalmente, cães (fig. 8 e 9). Todas as pranchas contidas nesse artigo são reproduções fiéis de imagens encontradas em manuais práticos ou artigos técnicos de fisiologia experimental, a saber: *Leçons sur La Chaleur Animale* e *Leçons de Physiologie Opératoire*, de Claude Bernard; *Manuel de Vivisection*, de Livon; *Atlas zur Methodik der Physiologischen Experimente und Vivisectionen*, de Elie de Cyon; *Del Dolore*, de Mantegazza, e até mesmo uma imagem do *Handbook of the Physiological Laboratory*, de Sanderson e colaboradores. Explicitando essas fontes e explicando tecnicamente a forma como as imagens foram reproduzidas nesse ensaio, Cobbe (1889d: 181) afirma que “pode-se ter certeza que cada ilustração nesse panfleto é um retrato feito por um vivisector de seu próprio trabalho, conforme ele próprio escolheu publicar”.



Figura 7 - *A Distinguished Member of the Humane Society*, de Edwin Landseer, 1838. Essa imagem integrava o logotipo da *Victoria Street Society*, organização liderada por Cobbe. Fonte: Acervo da Tate Gallery Online. Disponível em: <http://www.tate.org.uk/servlet/ViewWork?cgroupid=999999784&workid=8353&searchid=9586&tabview=image>

As pranchas de *Light in Dark Places* são, invariavelmente, seguidas de comentários explicativos sobre o uso dos instrumentos em questão, sempre com um enfoque de denúncia das crueldades contra os animais. Essas imagens são usadas por Cobbe não apenas para ilustrar os atos de tortura praticados nos laboratórios fisiológicos, mas também como evidências capazes de contestar afirmações feitas pelos vivissectores. Assim, por exemplo, em referência a uma prancha na qual se vê um cão preso a um aparato com suas glândulas salivares e nervos associados expostos, retirada do atlas de Cyon, Cobbe desmente a afirmação desse autor de que as mutilações – “hediondas”, na opinião de Cobbe – infligidas no corpo do animal só teriam sido feitas após a morte do mesmo. Para isso Cobbe vale-se da própria prancha do livro de Cyon (fig. 8), e aponta, na mesma, dois elementos que não condizem com a ideia de incisões feitas em um animal morto previamente: 1) “a presença de uma mordaca elaborada”; 2) “a presença de uma cânula fixada no duto da glândula salivar, glândula esta que, obviamente, deixa de secretar quando da morte, sendo, portanto, absurdo supor que uma cânula teria sido nela inserida após a morte” do cão (Cobbe, 1889d: 208).

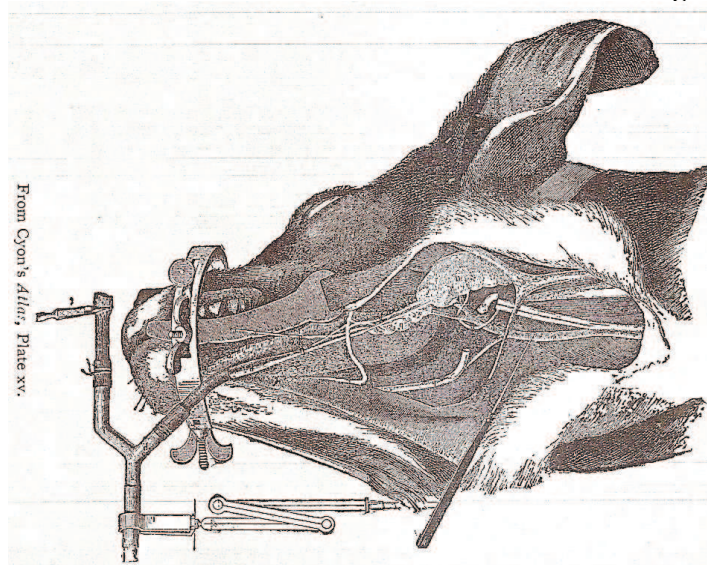
Outro artigo no qual Cobbe recorre ao emprego de imagens extraídas de textos fisiológicos é *Illustrations of Vivisection; or Experiments on Living Animals, from the Work of Physiologists* (Cobbe, 1888b). As estratégias argumentativas e estilo discursivo desse texto são basicamente os mesmos utilizados em *Light in Dark Places*, dos quais algumas pranchas são declaradamente aproveitadas. Entretanto, vale a pena observarmos aqui dois elementos. Em primeiro lugar, o próprio título, longo, que já anuncia ao leitor que as figuras que este encontrará no corpo do ensaio foram retiradas diretamente de obras publicadas por fisiologistas de renome. Na verdade, o título inteiro é *Illustrations of Vivisection; or Experiments on Living Animals, from the Work of Physiologists, namely: Leçons de Physiologie Opératoire, by Claude Bernard; Leçons sur La Chaleur Animale, by Claude Bernard; La Pression Barométrique, by Paul Bert*. Já na capa, contendo o título, o leitor pode conhecer as referências de onde as imagens foram tiradas. Mais importantes ainda, penso eu, são as frases de abertura do artigo:

DO NOT REFUSE TO LOOK AT THESE PICTURES. IF YOU CANNOT BEAR TO LOOK AT THEM, WHAT MUST THE SUFFERING BE TO THE ANIMAL WHO UNDERGO THE CRUELTIES THEY REPRESENT? (Cobbe, 1888b: 3).

O apelo é claro: “Não se recuse a olhar para essas imagens”, i.e., não vire as costas para essa realidade. O argumento é contundente: se o leitor não suporta sequer encarar essas imagens, meras ilustrações das situações às quais os animais são

submetidos, a autora convida esse leitor a imaginar o que de fato acontece nos laboratórios, o que o próprio animal sente durante os experimentos. Quem lê essas palavras é instigado a deixar emergir sua simpatia pelo animal sensível que é torturado em nome da ciência, e lhe é lembrado seu dever ético de compromisso com o oprimido: o animal experimental. As imagens do cão na mesa de vivissecção funcionavam, assim, como uma forma de ampliar o alcance do grito animal, fazendo-o ser ouvido pela opinião pública. Cobbe insta o leitor a não deixar de ouvir o apelo do animal preso à mesa de vivissecção, como se pedisse que ajudassem para fazer esse esse grito ecoar.

Fig. 8



Figuras 8 e 9 – O cão na mesa de vivissecção. Imagens retiradas de manuais de fisiologia, publicadas como forma de denúncia em *Light in Dark Places*. A fig. 8, extraída de uma obra do fisiologista Ellie de Cyon, foi novamente reproduzida em *Illustrations of Vivisection* (Cobbe, 1888b). Explorando os detalhes dessa imagem, como evidências, Cobbe desmentiu a alegação de Cyon, de que o cão já estava morto quando o desenho foi feito. (Fonte: Cobbe, 1889d: 202).

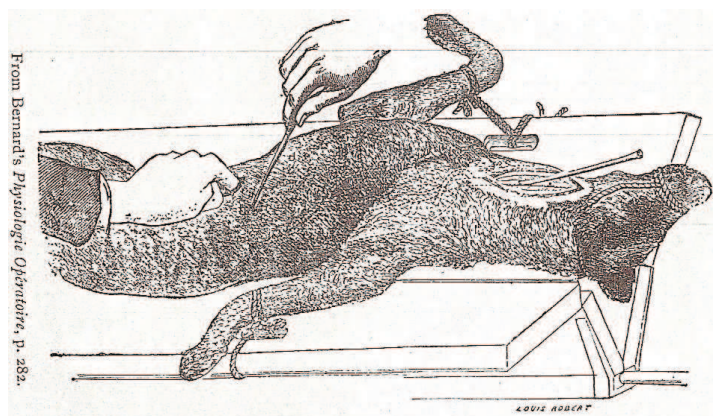


Fig. 9

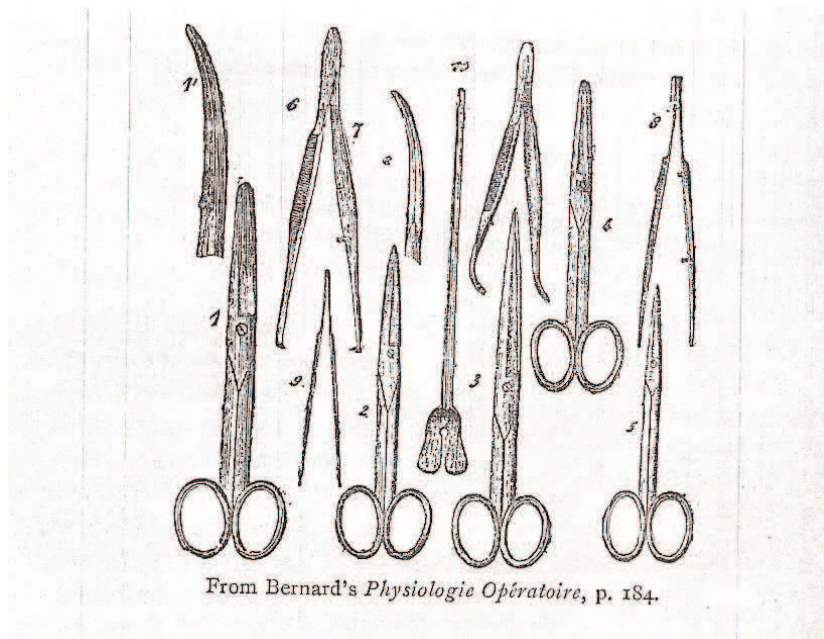


Fig 10

Figuras 10 e 11- Imagens retiradas de manuais de fisiologia, publicadas como forma de denúncia em *Light in Dark Places*. Os múltiplos instrumentos usados na vivisseccção eram descritos como aparatos de tortura. Fonte: COBBE, 1889d.

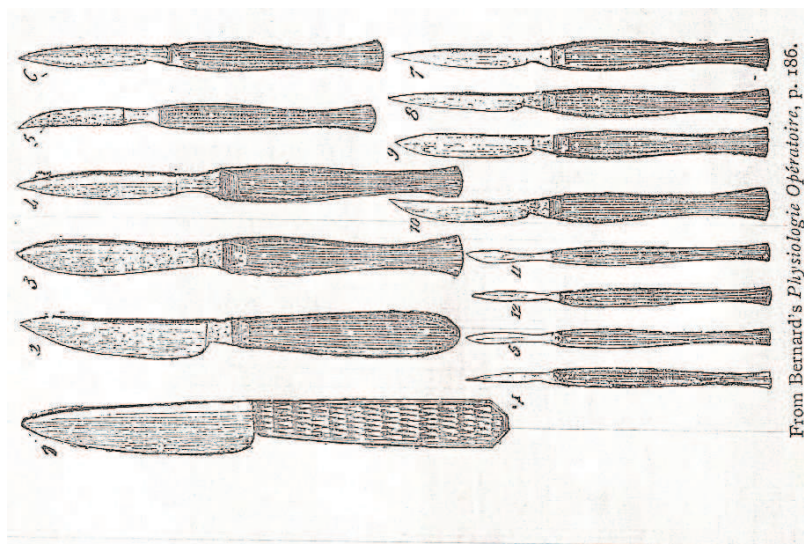


Fig. 11

5.2.3. O laboratório de fisiologia: templo ou câmara de torturas?

No centro dessas denúncias de Cobbe, e da controvérsia sobre a legitimidade da vivisseção, estava, portanto, o espaço por excelência dessa prática: o laboratório de fisiologia experimental. Thomas Huxley foi um darwinista que manifestou-se em defesa do laboratório fisiológico como espaço científico por excelência, e não hesitou em expressar sua opinião nas sessões da *Royal Commission*. Por ocasião do depoimento de Burdon Sanderson à comissão, no dia 25 de outubro de 1875, Huxley desenvolveu uma linha de inquirição na qual procurava extrair do fisiologista a confirmação para as perguntas que formulava (PP, 1876a: 141-142, perguntas 2677-2682). Em primeiro lugar, Huxley procurou demonstrar que a fisiologia não era a única ciência que vinha incorporando, nos últimos anos, o laboratório experimental como espaço necessário à sua expansão. Para isso, em dueto com Sanderson, Huxley apontou que também os laboratórios de química e física para treinamento de estudantes eram uma conquista recente em seu país (PP, 1876a: 141, P 2677). Obtendo a concordância de Burdon Sanderson, Huxley arrematou, perguntando então se este concordaria que “esse ponto do desenvolvimento do ensino de fisiologia na direção prática nada tem de especial à fisiologia em si, sendo apenas parte do grande movimento que vem afetando todos os ramos da ciência física”, o que refletiria “a convicção à qual os homens de ciência chegaram gradualmente” da importância de um ensino integral da ciência física, necessariamente “acompanhado da instrução prática” (PP, 1876a: 141, P 2679). Após novo consentimento de Sanderson, Huxley previu que no futuro as investigações em espaços privados seriam extremamente reduzidas, e a maioria dos experimentos seria realizada em laboratórios fisiológicos. Mais uma vez, Sanderson concordou (PP, 1876a: 142, P 2680), e então Huxley finalizou, dizendo a Sanderson que acreditava que o depoente expressara “a opinião de que, quanto mais claramente os estudantes são instruídos no método experimental, mais eles podem aprender aquilo que precisa ser feito, de modo a levar a cabo os experimentos com êxito” (PP, 1876a: 142, P 2681 e 2682). Sanderson avalizou novamente as afirmações de Huxley.

Esse jogo de asserções, em forma de perguntas a serem confirmadas ou desmentidas, foi bastante comum nas sessões de depoimentos prestados por fisiologistas à *Royal Commission*, e sugere o quanto os entrevistadores estavam afinados com os depoentes, quando estes figuravam entre seus aliados. Isso era notório no caso de Huxley e Sanderson, que haviam trabalhado juntos nas intermediações relacionadas ao projeto do Dr. Playfair. Quer fosse questionando, de forma contundente, aqueles

entrevistados que eram seus adversários (como George Hoggan), quer fosse fazendo longos discursos que só precisavam de respostas curtas de confirmação, quando interrogava seus aliados (como Sanderson e Foster), a postura de Huxley como *commissioner* não demonstrava qualquer preocupação de aparentar isenção. Ao contrário, ele usava claramente o cenário das sessões como tribuna da causa do avanço da ciência fisiológica, e conseqüente legitimação da vivisseção. No caso das perguntas acima, podemos observar a percepção, por Huxley e Sanderson, dos laboratórios como centros avançados essenciais à expansão do conhecimento científico moderno. No discurso huxleyano, avalizado por Sanderson, o laboratório se destaca, portanto, como espaço por excelência da pesquisa experimental de ponta que vinha ganhando terreno nos mais diversos ramos da ‘ciência física’ britânica, em consonância com uma revolução que se avulta na forma de fazer e pensar as ciências físicas no mundo inteiro.

Alguns historiadores atuais defendem que o *setting* laboratorial foi, de fato, palco de uma revolução na forma de se conceber e praticar a medicina. Em *The laboratory revolution in medicine* os historiadores Andrew Cunningham e Perry Williams (1992: 1) adotam uma classificação proposta por Erwin Ackerknecht⁴, que divide a história da medicina em três momentos: a medicina de cabeceira (*bedside medicine*), a medicina hospitalar ou clínica e a medicina laboratorial. A medicina de cabeceira teria vigorado na Europa Ocidental da Idade Média até o século XVIII. A medicina hospitalar, especialmente associada a Paris, ter-se-ia estendido ali do fim do século XVIII a meados do XIX. Finalmente, a medicina laboratorial teria início na segunda metade do século XIX, sendo ainda hoje a forma de medicina preponderante (Cunningham & Williams, 1992: 1). Esses autores declaram que ao identificarem a origem da medicina moderna com a emergência da medicina hospitalar, a maioria dos historiadores teria, inadvertidamente, minimizado e obscurecido a mudança posterior, da medicina hospitalar para a laboratorial. Dessa forma, o advento do laboratório vinha sendo tratado pelos historiadores até então - ao menos até 1992, quando da publicação do livro de Cunningham e Williams - como se representasse simplesmente a adição de mais um recurso ao arsenal técnico da medicina hospitalar (Cunningham & Williams, 1992: 3). As palavras de Claude Bernard, entretanto, apontam esses autores, sugerem uma realidade bem diversa:

⁴ Ackerknecht, Erwin. *Medicine at the Paris Hospital 1794-1848* (Baltimore, 1967), citado em Cunningham e Williams, 1992: 1.

I consider hospitals only as the entrance to scientific medicine; they are the first field of observation which a physician enters; but *the true sanctuary of medical science is a laboratory*; only there can he seek explanations of life in the normal and pathological states by means of experimental analysis. (...) In my opinion, *medicine does not end in hospitals, as is often believed, but merely begins there*. In leaving the hospital, a physician must go on into his laboratory; and there, *by experiments on animals, he will account for what he has observed in his patients*, whether about the actions of drugs or about the origin of morbid lesions in organs and tissues. There, in a word, he will achieve true medical science (Bernard, 1957 [1865]: 146; *apud* Cunningham e Williams, 1992: 3; grifos meus).

Comentando a passagem acima, Cunningham e Williams (1992: 3) observam que a declaração de Bernard, de que, para ser um verdadeiro médico, um indivíduo tinha que passar obrigatoriamente pelo laboratório, é sugestiva de que a transição para a medicina laboratorial deve ter sido uma revolução pelo menos tão abrangente quanto a transição para a medicina hospitalar, que a precedeu. No que diz respeito mais especificamente ao nosso objeto de estudo, é importante observarmos que essa transição revolucionária do fazer médico coincidia, especialmente na Inglaterra, com a revolução darwinista. E, além disso, no centro do laboratório fisiológico estava a mesa de vivisseção. Era nela, fazendo experimentos com animais, que o novo médico, dotado de espírito científico, podia investigar os fenômenos fisiológicos que se manifestavam em sua prática clínica. Como vimos, porém, o animal que agonizava nessa mesa – na Inglaterra mais que em qualquer outro lugar - era o animal darwiniano, um animal cuja mente partilhava uma origem comum com a mente humana. Por isso a mesa de vivisseção aparecia nos discursos de fisiologistas e antivivisseccionistas com duas representações diametralmente opostas. No discurso dos fisiologistas ela é apresentada como uma espécie de altar, peça central desse “santuário da ciência médica” que era, para Bernard, o laboratório experimental.

Claude Bernard estava ciente do aspecto visual e moralmente repulsivo associado à ideia e às imagens de cenas de vivisseção, e para reforçar seu argumento e ilustrar a necessidade da pesquisa fisiológica Bernard servia-se de uma metáfora:

One must be brought up in laboratories and live in them to appreciate the full importance of all the details of procedure in investigation, which are so often neglected or despised by the false men of science calling themselves generalizers. Yet we shall reach really fruitful and luminous generalizations about vital phenomena only in so far as we ourselves experiment and, in hospitals, amphitheatres, or laboratories, stir the fetid or throbbing ground of life. It has somewhere been said that true science is like a flowering and delectable plateau which can be attained only after climbing craggy steeps and scratching one's legs against branches and brushwood. *If a comparison were required to express my idea*

of the science of life, I should say that it is superb and dazzlingly lighted hall which may be reached only by passing through a long and ghastly kitchen (Bernard, 1957 [1865]: 15; grifos meus).

Essa imagem da “ciência da vida” como um soberbo salão ao qual somente é possível ter-se acesso após ter sido atravessada “uma cozinha longa e medonha” é bastante sugestiva. Por um lado, o adjetivo não pretende mascarar aquilo que Cobbe se esmerou em expor no seu esforço de lançar ‘luz sobre lugares obscuros’. Por outro lado, como resultado e recompensa pelos horrores praticados e presenciados na cozinha é evocada a imagem de um salão resplandecente. Essa cozinha metafórica⁵, o laboratório, onde se conduzem experimentos de vivissecção, está a serviço desse cenário de esplendor que é a ‘ciência da vida’, e dela a humanidade não pode abrir mão. Se a luz que incide sobre o laboratório é escassa, como pretendia Cobbe, é somente ao fim da travessia desse espaço de horrores que é possível alcançar essa paisagem deslumbrante. Eram as obscuras práticas da cozinha que o tornavam possível. Em outras palavras, no discurso de Bernard é no laboratório fisiológico que, em um processo quase alquímico, o sofrimento é transformado em conhecimento. É na mesa de vivissecção que o sangue animal derramado engendra as luzes redentoras das grandes descobertas científicas, que decifram os mistérios dos fenômenos vitais.

Para os antivivissecionistas, contudo, a mesa de vivissecção representava a ferramenta principal daquilo que esses laboratórios verdadeiramente eram: “câmaras de torturas da ciência” (Cobbe, 1889d: 181). Ali, atrocidades de toda sorte eram cometidas contra animais de todos os tipos:

We who have made pets of our dogs, or horses, or cats, or even our poor little guinea-pigs and rabbits, and doves, *when we think of them as kept for days in a vivisector’s cellar, then brought into the daylight of the laboratory, trembling and terrified; piteously, perchance, begging for mercy, tied down, gagged, only the speaking eye still pleading; then slowly carved alive, the nerves dissected out, and all the horrible apparatus of science brought to bear on the poor little quivering frame, which used to respond so lovingly to the caress of our hand, - when we think of this, I say, we do not need to go over all the moral reasons which prove that such deeds stand condemned by god’s eternal Law* (Cobbe, 1889f: 55; grifos meus).

Nessa passagem, mais uma vez Cobbe recorre às imagens, de modo a persuadir seu leitor quanto aos horrores da vivissecção. Aqui, não a imagem graficamente pronta, mas a imagem sugerida em detalhes, de modo a impressionar a mente do leitor. Nessas

⁵ A escolha da cozinha talvez reflita aqui mais que uma mera metáfora, já que Bernard não limitava seus experimentos ao espaço do laboratório. Ele também realizava muitos no porão de sua própria casa, e sua esposa com frequência era obrigada a presenciar desagradáveis cenas de animais mutilados vagando pela cozinha de seu lar (Kean, 1998: 101).

descrições, o animal, retido “por dias no porão do vivissector”, é conduzido ao laboratório fisiológico, palco de horrores inomináveis. Ali, cães, gatos, cavalos e coelhos sendo talhados ou assados vivos, amarrados, amordaçados, mas ainda assim implorando por perdão com seu “olhar que fala”. Esse olhar – reafirmo aqui - expressa mais que sofrimento; com olhos, gestos e grito o animal experimental faz um apelo.

5.2.4. A luta contra a expansão dos laboratórios: Burdon- Sanderson em Oxford

A campanha apologética do laboratório fisiológico promovida pelos advogados da vivisseção representava mais um fator de preocupação crescente para os antivivisseccionistas. Exemplo disso seria a polêmica que envolveu a proposta de implantação de um laboratório de fisiologia em Oxford, sob o comando de Burdon Sanderson em 1884. Sanderson havia acabado de assumir, no ano anterior, o cargo de *Waynflete professor* na universidade de Oxford, e as negociações que o tinham convencido a deixar seu cargo no *University College*, de Londres, haviam envolvido a promessa de recursos para estabelecer um laboratório de fisiologia moderno na instituição para a qual migrava (G. Burdon-Sanderson, 1911: 114; Romano, 2002: 139). Entretanto, quando foi chegada a ocasião da votação pelo corpo administrativo para decidir sobre a liberação de verbas destinadas à implantação desse laboratório, Sanderson e seus apoiadores – dentre os quais se destacava Henry Acland, *Regius Professor* de medicina e responsável pelo convite a Sanderson para ingressar no quadro de profissionais de Oxford – foram surpreendidos por manifestações de oposição a essa medida. Dentre os críticos da implantação de um laboratório fisiológico nas dependências da universidade se destacaram, como era de esperar, os antivivisseccionistas de plantão. Tamanha foi a polêmica gerada, que três sessões tiveram que ser realizadas até que se chegasse a uma decisão favorável ao projeto de Sanderson (G. Burdon-Sanderson, 1911), mas antes que o assunto ficasse decidido – e mesmo depois disso - as páginas do *Times* foram inundadas de cartas enviadas por leitores leigos e profissionais, que se manifestavam contrários ou favoráveis ao laboratório de Oxford (G. Burdon-Sanderson, 1911: 120). Também foram elaborados memoriais tanto por antivivisseccionistas quanto por apoiadores de Sanderson, cada grupo defendendo seu ponto de vista. Um desses documentos contrários foi engendrado por colegas de Sanderson, ou seja, por outros professores de Oxford descontentes com a ideia do laboratório. Dentre esses adversários internos destacava-se um amigo pessoal de Cobbe e conhecido advogado da imposição de restrições à vivisseção: Charles

Dodgson (1832-1898), mais conhecido do público como Lewis Carroll. No memorial assinado por Carroll alegava-se que mesmo que Burdon Sanderson honrasse o compromisso ético de não realizar experimentos para propósitos de demonstração, seus sucessores estariam livres para agir de forma diferente se assim o desejassem (G. Burdon-Sanderson, 1911: 120).

Embora Cobbe não tenha chegado a atuar na linha de frente nessa batalha - no conturbado ano de 1884 ela deixaria não apenas Londres, como também seu cargo no quadro administrativo da VSS (Mitchell, 2004: 304) - nem por isso a já veterana antivivisseccionista deixou de se posicionar. Ela encontrou o ensejo para tal em uma série de editoriais e cartas de leitores publicadas na revista *Spectator*, de Richard Hutton. Uma votação realizada no dia cinco de fevereiro de 1884 resultara na aprovação de £10.000,00 para custeio das despesas de implementação do laboratório pleiteado por Sanderson, e quatro dias depois o editorial da *Spectator* tratava desse tema. O primeiro artigo, sem assinatura, mas indubitavelmente de autoria de Hutton, alertava contra os perigos morais da instalação de um laboratório em Oxford, e lamentava o resultado da votação. Contendo extratos dos depoimentos de Sanderson à *Royal Commission* de 1875, nos quais o depoente defendia com veemência a realização de experimentos nas mais diversas situações hipotéticas, o texto de Hutton observava que

in sanctioning by a large majority the Vote for Dr. Burdon Sanderson's Physiological Laboratory at Oxford, the University has sanctioned this inhuman principle,—that there is no limit to the anguish which a properly-trained physiologist has the right to inflict, for what he considers a sufficient object. (...) There is no question whatever that for the purposes of investigation, the Oxford Laboratory may become the scene of the most frightful torture; and should any investigations on the sensibility of the nerves suggest itself which Professor Sanderson thought likely to prove fruitful of great results, he would, on his own principles, consider it his duty to start that investigation (*Spectator*, 1884a).

A desconfiança da *Spectator* quanto aos fisiologistas em geral, e Sanderson em particular, se estende, na passagem acima, ao espaço de exercício de seu ofício: o laboratório fisiológico, cuja construção pressagia um “cenário das mais aterrorizantes torturas”. Diante de qualquer oportunidade de dar vazão à sua ambição desmedida por conhecimento, como alguma pesquisa sobre a sensibilidade dos nervos (que exigiria decerto a realização de experimentos dolorosos, é o que está implícito), um homem como Sanderson - sugere o editorial - não se deixará deter por objeções éticas que se interponham em seu caminho.

A mesma edição de nove de fevereiro da *Spectator* incluía um texto de autoria de Henry Nutcombe Oxenham, clérigo da Universidade de Oxford. Assim como fizera Hutton, Oxenham reproduziu trechos do depoimento de Sanderson para mostrar que o novo laboratório estaria sob o comando de um homem “conhecido como um dos dois ou três mais consumados, zelosos e desprovidos de remorso entre os advogados e discípulos da tortura científica nesse país”, pertencente a uma classe de pessoas imbuídas do propósito de realizar “descobertas a qualquer preço”. Em um desses trechos do depoimento de Sanderson transcritos por Oxenham, o fisiologista defendera a realização de certos experimentos nos quais animais eram assados vivos até morrerem como investigações cientificamente significativas e válidas, e que, segundo Sanderson, não envolviam “muita dor”. Ironizando tais afirmações, o clérigo adverte o leitor que “é esse, portanto, o tipo de fisiologia indolor que podemos esperar ver introduzida em Oxford daqui por diante, sob a sanção da Universidade, para a edificação de nossa juventude estudiosa” (Oxenham, 1884).

Ao fim do editorial dessa mesma edição, Hutton criticava a omissão do clero de Oxford ao longo desse processo, e essa crítica desencadearia a publicação de uma série de cartas de leitores. Algumas dessas cartas reforçavam a crítica de Hutton ao clero por sua negligência; outras vinham em defesa dos clérigos. Cobbe participou desse debate enviando duas cartas. Em uma delas, publicada no dia 19 de abril (Cobbe, 1884), a jornalista atribuía a omissão do clero a uma “falta de coragem moral ou de sagacidade” para se posicionar contra a ciência moderna, justamente por já haverem entre os dois campos atritos suficientes em decorrência do antagonismo inevitável entre a postura dogmática do ensino de teologia e as premissas que orientavam a pesquisa científica. Ao mesmo tempo, Cobbe elogiava aqueles clérigos cujas atitudes constituíam exceções a essa postura covarde e os convidava a assinarem uma petição movida pela VSS contra a implantação do laboratório de Oxford.

Mesmo enquanto se afastava da diretoria da VSS, portanto, Cobbe ainda procurava angariar apoio às causas defendidas pela instituição que liderava. Nesse episódio a reivindicação de Cobbe e demais antivivisseccionistas refletia a preocupação com o que consideravam a propagação de um mal: a proliferação de laboratórios de fisiologia experimental por toda a Inglaterra. A esse respeito, são bastante ilustrativas as palavras do professor Henry J. Bigelow, que Cobbe endossa e reproduz em um artigo (Cobbe, 1888b: 9). O professor Bigelow denunciara em um texto o estado de coisas vigente, no qual os animais eram submetidos a uma “agonia excruciante, enquanto um

colégio médico após outro vai sendo penetrado pela ideia de que a vivissecção faz parte do ensino moderno, e que para se manterem niveladas com as demais instituições elas também devem ter seu vivisseccionista, seus cães, cobaias e coelhos mutilados, sua própria câmara de torturas e horrores para propagandear como um laboratório”.

5.2.5. A nova ciência da vida: biologia, laboratórios e vivissecção

5.2.5.1. Huxley e a biologia

Toda essa discussão envolvendo laboratórios e vivissecção estava diretamente ligada à transição dos estudos dos fenômenos e mecanismos vitais do campo da história natural para os domínios de um saber de nome relativamente novo para designar as ciências da vida: biologia. A relevância dessa questão se torna visível se observarmos que em 1876 – ano em que eram publicadas as minutas da *Royal Commission on Vivisection* e o *Vivisection Act* – Huxley, que participara como *commissioner* dessa comissão e estivera diretamente envolvido nos agenciamentos e confrontos políticos que resultaram na nova lei, proferia uma palestra que seria publicada em sua coletânea de ensaios. *On the Study of Biology* (Huxley, 1876) consiste em um discurso explicativo e apologético do significado, abrangência e importância da biologia como ciência capaz de encampar os estudos dos mais variados campos, que incluem tanto o estudo das estruturas, como dos fenômenos e processos atuantes nos seres vivos. Huxley inicia sua palestra declarando ser sua tarefa naquela noite dar à sua audiência “algumas respostas a essas quatro perguntas: o que é a biologia, por que ela deve ser estudada; como ela deve ser estudada e quando ela deve ser estudada” (Huxley, 1876: 263).

Explicando que a palavra ‘biologia’ não é, como muitos supõem, um neologismo substitutivo da expressão ‘história natural’, Huxley (1876: 263) diz que esse termo “é a expressão do desenvolvimento (*growth*) da ciência durante os últimos 200 anos”, tendo sido cunhado meio século atrás. Huxley (1876: 267) explica que o conhecimento costumava ser dividido em dois tipos: conhecimento da natureza e conhecimento do homem, “pois era a ideia corrente então (e uma grande parte da concepção antiga ainda permanece) de que haveria uma espécie de antítese, para não dizer antagonismo, entre a natureza e o homem, e que os dois não tinham muito a ver um com o outro” (Huxley, 1876: 263). Como exemplo desse olhar Huxley aponta o *Leviatã*, de Hobbes, que define a história como “o registro do conhecimento dos fatos”, subdividindo-a em dois grandes grupos: história civil, dedicada ao estudo do homem – e história natural, que investigaria os ‘fatos e efeitos da natureza’ (Huxley, 1876: 264).

Huxley atribui a criação do nome ‘biologia’, independentemente, aos franceses Marie François Xavier Bichat (1771–1802) e Jean-Baptiste Lamarck (1744–1829), e ao alemão Gottfried Reinhold Treviranus (1776-1837), nos primeiros anos do século XIX. A proeza que Huxley atribui a essas personagens não se refere a terem criado um termo novo, mas sim a terem concebido “a noção de unir as ciências que lidam com a matéria viva em um todo, e de lidar com elas como uma disciplina” (Huxley, 1876: 267).

That is the origin of the term "Biology"; and that is how it has come about that all clear thinkers and lovers of consistent nomenclature have substituted for the old confusing name of "Natural History," which has conveyed so many meanings, the term "Biology" which denotes the whole of the sciences which deal with living things, whether they be animals or whether they be plants (Huxley, 1876: 268).

Notemos, portanto, que, como disse o próprio Huxley, sua insistência na adoção universal do nome ‘biologia’ não expressa capricho ou modismo terminológico, mas a necessidade de palavras novas que reflitam uma nova visão de mundo, uma nova realidade, uma proposta inovadora de como fazer e pensar as ciências naturais. Esse novo olhar incluía tanto o evolucionismo darwinista quanto a fisiologia experimental, ambas ciências abrigadas sob um campo maior que as reunia e aproximava: a biologia.

Outro aspecto importante do discurso de Huxley sobre biologia diz respeito ao espectro de disciplinas abarcadas por essa ciência. “Agora que chegamos à origem da palavra ‘Biologia’, diz Huxley (1876: 269), o próximo passo é considerar isso”:

Whatever view we may entertain about the nature of man, one thing is perfectly certain, that he is a living creature. Hence, *if our definition is to be interpreted strictly, we must include man and all his ways and works under the head of Biology*; in which case, we should find that *psychology, politics, and political economy would be absorbed into the province of Biology*. In fact, civil history would be merged in natural history. In strict logic it may be hard to object to this course, because no one can doubt that the rudiments and outlines of our own mental phenomena are traceable among the lower animals. They have their economy and their polity, and if, as is always admitted, the polity of bees and the commonwealth of wolves fall within the purview of the biologist proper, it becomes hard to say why we should not include therein human affairs, which, in so many cases, resemble those of the bees in zealous getting, and are not without a certain parity in the proceedings of the wolves (Huxley, 1876: 270).

Dois pontos merecem nossa consideração aqui. Em primeiro lugar, o discurso de Huxley, como representante do programa de pesquisa darwinista, exige a inclusão do homem na gama de interesses da biologia. Afinal, diga-se o que se queira dizer do homem, este é indiscutivelmente uma criatura viva, e como tal, consiste em um objeto

de estudo ao alcance do olhar do biólogo. Dessa forma, a “província da biologia” deve passar a encampar, na proposta de Huxley, todos os campos disciplinares dedicados ao estudo dos assuntos humanos, aqui incluídas a psicologia, a sociologia, a economia e assim por diante. O segundo ponto que considero importante na passagem acima é, mais uma vez, a insistência na ideia de que os “fenômenos mentais” humanos podem ser rastreados até suas origens animais. Nesse sentido, o autor chega ao ponto de afirmar que também as abelhas e os lobos se reúnem em comunidades que partilham interesses (*commonwealths*) e que possuem suas próprias estruturas e práticas políticas. É devido a essa unidade de padrão entre humanos e animais que Huxley (1876: 271), depois de defender a importância de que “a província da biologia se torne autônoma”, explica aos seus ouvintes que estes “não se devem surpreender se, ocasionalmente, acontecer de verem um biólogo aparentemente invadindo (*trespassing*) a região da filosofia e da política; ou se metendo na educação humana”⁶. Esse constante destronamento do homem é uma tarefa inevitável dos biólogos:

For example, most of us attach great importance to the conception which we entertain of the position of man in this universe and his relation to the rest of nature. We have almost all been told, and most of us hold by the tradition, that man occupies an isolated and peculiar position in nature (...). But this is not what the biologist tells us. (...) They turn to the physical organisation of man. They examine his whole structure, his bony frame and all that clothes it. They resolve him into the finest particles into which the microscope will enable them to break him up. *They consider the performance of his various functions and activities* (...). *Then they turn to other animals, and taking the first handy domestic animal – say a dog–* (...) the analysis of the dog leads them, in gross, to precisely the same results as the analysis of the man; that they find almost identically the same bones, having the same relations; (...) They carry their microscopic inquiries in the case of the dog as far as they can, and they find that his body is resolvable into the same elements as those of the man (Huxley, 1876: 273).

Nesse trecho observamos que algumas tarefas que Huxley atribui aos biólogos são investigações fisiológicas típicas, como a de “considerar o desempenho das várias funções e atividades” do corpo humano, que depois é comparado ao do cão, concluindo-se que ambos apresentam “as mesmas relações”. É por esse motivo que para os biólogos

what is true of the dog they tell us is true of all the higher animals; and they assert that they can lay down a common plan for the whole of these creatures, and regard the man and the dog, the horse and the ox as minor modifications of one great fundamental unity (Huxley, 1876: 273-275; grifos meus).

⁶ O próprio Huxley era um exemplo vivo desse tipo de biólogo. Diferentemente de Darwin, Huxley produziu inúmeros ensaios discutindo os mais variados aspectos das relações entre ciência, sociedade e civilização, parte dos quais vem sendo discutidos ao longo dessa tese.

A afirmação dessa “grande unidade fundamental” entre homens, cães, cavalos e bois é a afirmação da teoria darwiniana da origem comum entre todas as formas vivas. Vemos, portanto, que Huxley reúne claramente na ‘província da biologia’, dentre os mais variados campos, os estudos da fisiologia experimental e do evolucionismo darwinista. Dificilmente esses dois programas de pesquisa sentir-se-iam à vontade um ao lado do outro sob o nome de história natural, o qual remetia as pessoas à figura do naturalista – muitas vezes um amador - que ia a campo coletar insetos, flores, conchas e rochas. O termo ‘biologia’, por sua vez, proporcionava um espaço epistemológico capaz de receber e hospedar fisiologistas e evolucionistas sem causar qualquer estranhamento. E não era nos bosques e prados que Huxley aconselhava que os aspirantes a biólogos buscassem os fatos e recursos para sua iniciação nesse novo campo do saber:

Granted that Biology is something worth studying, what is the best way of studying it? Here I must point out that, *since Biology is a physical science, the method of studying it must needs be analogous to that which is followed in the other physical sciences*. It has now long been recognised that, if a man wishes to be a chemist, it is not only necessary that he should read chemical books and attend chemical lectures, but that *he should actually perform the fundamental experiments in the laboratory for himself*, and thus learn exactly what the words which he finds in his books and hears from his teachers, mean. If he does not do so, he may read till the crack of doom, but he will never know much about chemistry. That is what every chemist will tell you, and the physicist will do the same for his branch of science. (...) *The same thing is true in Biology* (Huxley, 1876: 281).

Sob o risco de se tornar não mais que um erudito diletante, é o que adverte Huxley, aquele que deseja se tornar um verdadeiro biólogo não pode e não deve se ater aos livros; é preciso que ele toque com as próprias mãos os objetos de seu estudo, de modo a ver em ação as leis que regem os fenômenos vitais. O espaço por excelência para isso é, no discurso de Huxley, o mesmo onde são feitas as investigações da química e da física: o laboratório experimental.

While, lastly, to all those who are studying biological science with a view to their own edification merely, or with the intention of becoming zoologists or botanists; to all those who intend to pursue physiology – and especially to those who propose to employ the working years of their lives in the practice of medicine – I say that *there is no training so fitted, or which may be of such important service to them, as the discipline in practical biological work which I have sketched out as being pursued in the laboratory* hard by (Huxley, 1876: 292).

É o laboratório, portanto, que reúne, na percepção de Huxley, todas as condições adequadas para o treinamento e aperfeiçoamento de zoólogos, botânicos, fisiologistas e médicos. É nele que se desenvolve a nova e promissora ciência da biologia. É nele que

se formam os verdadeiros biólogos, imbuídos do compromisso de levar adiante o conhecimento científico sobre os seres vivos e seus processos vitais. Assim como em Bernard, no pensamento de Huxley o laboratório é, portanto, o palco de uma revolução científica, a usina onde se forjam uma nova ciência e um novo profissional, capacitado por ela e para ela.

5.2.6. Os biólogos e a vivisseção: o olhar de Richard Hutton

A relação entre os biólogos e a prática da vivisseção foi explorada – e criticada – por Richard Hutton em um ensaio publicado em 1882 e intitulado *The biologists on vivisection*. Nesse texto, Hutton (1882: 29) responde a um artigo publicado na edição anterior do mesmo periódico, a *Nineteenth Century*, no qual Sir James Paget teria feito acusações infundadas e generalizações equivocadas a respeito dos antivivissecionistas. Um delas seria a de que todos os oponentes da vivisseção acreditavam que tal prática não tinha qualquer validade científica. Desmentindo essa declaração de Paget, Hutton afirma não ter dúvida da utilidade dos experimentos com animais; entretanto, pondera ele, a utilidade dos mesmos nem por isso lhes confere automaticamente uma legitimidade moral:

I am quite aware that a great surgeon and biologist as Sir James Paget (...) is a far better judge of the matter than a mere layman can be. But I do hold very strongly that it is infinitely better to medical science to lose this advantage, and to advance more slowly without it on its intellectual side, than to soil itself by association with a demoralising practice which strikes at the very root of the healing art. What I cannot understand at all is Sir James Paget's easy assumption that supposing the torture of animals to have had a substantial share in conducting to physiological discovery, and better surgical or medical matters, the torture of animals for that purpose is not merely lawful but positively obligatory on physiologists (Hutton, 1882: 30).

Aqui a vivisseção aparece, portanto, como “uma prática desmoralizante”, que contamina o solo onde vicejava o até então nobre campo da medicina. De uma espécie de arte sagrada da cura, nas mãos dos biólogos a medicina é profanada em suas próprias raízes: os princípios éticos e humanitários que a norteiam. Aqui se manifesta a polarização entre a medicina como arte de cura e a medicina como disciplina científica, e a interpretação de Hutton sobre a transição na prática médica que sua época está testemunhando é completamente oposta à percepção de Huxley. Essa migração do saber e do fazer médicos para os domínios da biologia, promovida e aclamada por homens de ciência como Bernard e Huxley, aparece, no olhar de atores sociais críticos da ciência, como Hutton e Cobbe, sob um prisma oposto. Se para Huxley e Bernard o processo de

cientificação da medicina representa a consagração de um importante avanço do saber, para Hutton e Cobbe ele implica uma degradação, um retrocesso moral. O benefício não compensa o custo. Mais vale seguir mais devagar, porém do lado certo, dentro das margens impostas por valores humanitários inegociáveis. Os biólogos, no entanto, parecem sofrer, na opinião de Hutton, de uma espécie de cegueira moral que os impede de perceber, em sua totalidade, as implicações éticas de suas escolhas:

What the professional biologists seem wholly to forget is that this erection of the physiological method into a great instrument of inquiry is a new departure, and a most significant departure amongst us. (...) They set out with the assumption that any amount of animal pain which any properly educated physiologist is willing to inflict in the cause of science is justifiable, and that it must rest with the individual judgment and conscience of the individual physiologist to decide whether the play is worth the candle or not. (...) You cannot by any possibility inaugurate a new and highly distinguished profession of persons whose business it is known to be to inflict on animals any amount of suffering requisite for the special purpose of benefiting men without giving a new impulse to the selfishness of men in every other grade of life, and postponing indefinitely the possible acceptance of the humaner creed to which the Act for preventing cruelty to domestic animals gives at once public expression and a new authority. (Hutton, 1882: 32-34; grifos meus).

Na passagem acima fica patente a preocupação de Hutton com os rumos tomados e propostos pela biologia, e, mais especificamente, pela fisiologia experimental, a ela subordinada. Mais uma vez, aparece a questão do preço a pagar pela adoção da prática da vivisseção, e esse preço inclui não apenas a imensa quantidade de sofrimento animal, mas também a violação dos valores humanitários. A observação desses valores era, afinal de contas, o motivo pelo qual uma lei havia sido promulgada para regulamentar a vivisseção. Mais que isso estava, contudo, em jogo. As consequências da legitimação dos experimentos dolorosos com animais incluíam o fato de que dessa forma os biólogos e fisiologistas, como representantes de “uma profissão nova e de alta distinção”, estariam servindo como modelo de comportamento e, portanto, ajudando a promover “um novo impulso de egoísmo dos homens” em todas as demais áreas de suas vidas. Em outras palavras, a legitimação da vivisseção e seu emprego frequente pelos homens de ciência não constituíam meramente um exercício de crueldade; para além disso, eles promoviam a proliferação, no tecido social, dessa crueldade e do egoísmo que a tornava possível e aceitável.

Hutton admite, em outra passagem, que “de fato, se olharmos para a fisiologia exclusivamente como uma ciência experimental, e sob nenhuma outra luz”, quanto maior o número de experimentos realizados, “maior será o progresso na compreensão

das leis fisiológicas envolvidas” (Hutton, 1882: 34). Mas é exatamente para esse problema que o jornalista quer chamar a atenção de seu leitor: não se pode encarar a fisiologia experimental como apenas mais uma ciência, pois ela envolve uma prática que exige a tortura de um número cada vez maior de animais sensíveis. Isso porque cada nova descoberta científica, embora esclareça alguns pontos, levanta uma quantidade ainda maior de novas perguntas a serem respondidas.

(...) We know as a matter of fact that wherever these experiments are pursued without restriction, the more numerous grow the new problems that they suggest, whether the solutions of the old problems furnished by them be satisfactory or otherwise. If the physiological laboratory is to flourish in England as it flourishes in Germany, France, and Italy, the chances are that Professor Lankester’s anticipations will be verified, and that ‘the problems of physiology demanding experimental solution will increase in something like geometrical ratio instead of decreasing’. (Hutton, 1882: 34)

Fazendo suas as palavras do professor Lankester, um conhecido advogado da vivisseção, Hutton, assim como Cobbe, alerta o público contra os perigos morais que a Inglaterra enfrenta, na medida em que se mostra propensa a permitir que floresça em seu seio o laboratório fisiológico nos mesmos moldes de seus vizinhos continentais. A expansão da fisiologia experimental demanda esse florescimento de novos laboratórios e, dessa forma, tal qual a Hidra de Hércules, cujas cabeças aumentavam em número a cada golpe que recebiam, cada problema científico resolvido acarreta na emergência de mais e mais questões a esclarecer. Como o monstro mítico, a fisiologia experimental figura, no discurso de Hutton, como uma ciência cuja sede pelo sofrimento animal, nunca sendo saciada, só faz aumentar. E, nesse processo de nutrição dessa ciência voraz, os princípios humanitários, que sempre serviram de norte moral e motivo de orgulho nacional, estão, aos poucos, sendo também sacrificados na mesa de vivisseção. É isso que os biólogos não querem ou não conseguem ver, e que faz parte das premissas não explicitadas que regem a expansão de sua profissão. Também a respeito dessa profissionalização Cobbe se manifestaria, e com palavras bem menos cuidadosas, ao afirmar que a vivisseção

as it now exists, is very seldom the occasional resource of the practical surgeon, or even the puzzled physiologist (...) who desires to solve once in a way some knotty and important problem by a most carefully prepared experiment never to be needlessly repeated. It is, on the contrary, *a profession* – a regular and independent *business* – to which men devote themselves with ardor and ambition, and pursue in as orderly a manner, week after week, as any other trade, till many of them might boast that they have slaughtered more animals than the most experienced butcher in the shambles (Cobbe, 1888b: 4).

O tom nada conciliatório de Cobbe - tão diferente do discurso contundente, mas ainda assim diplomático, de Hutton – mostra que nessa altura de sua vida a ativista já não mais depositava qualquer confiança nos fisiologistas. Tampouco Darwin e seus seguidores, como apoiadores virtualmente incondicionais do avanço da fisiologia experimental às custas do sofrimento animal, eram considerados por Cobbe como dignos de crédito. As plataformas e agendas desses homens de ciência eram percebidas por Cobbe e Hutton como escolhas que implicavam o sacrifício dos sentimentos mais nobres, aqueles com os quais se edificavam as civilizações.

5.3.COM QUE EMOÇÕES SE CONSTROEM AS CIVILIZAÇÕES

5.3.1. As Teorias Morais de Darwin e Cobbe

Havia uma marcante diferença entre o pensamento cobbeano e o darwiniano no que dizia respeito à natureza da moralidade propriamente dita. Tanto Darwin quanto Cobbe defendiam que a espécie humana era a única cujos indivíduos poderiam ser considerados de fato agentes morais. Cobbe (Cobbe, 1895b: 9) afirmava a existência de um abismo (*chasm*) entre animais e humanos no tocante a esse aspecto, e Darwin reservava exclusivamente ao homem o *status* de um “ser moral” (*moral being*) legítimo, afirmando que o senso moral provavelmente proporcionava “a melhor e mais elevada distinção entre o homem e os animais inferiores” (Darwin, 1874: 126). Todavia, na concepção darwiniana esse senso moral, embora exclusivamente humano, emergia de raízes biológicas bem definidas: os instintos sociais, presentes até mesmo em alguns insetos, como as abelhas e as formigas. A tão aclamada faculdade mental da consciência moral era, assim, o resultado natural do desenvolvimento dos instintos sociais em uma mente mais complexa: a mente humana. Na percepção de Darwin, a moralidade humana era, em parte, produto da ação da seleção natural, que favorecera nos indivíduos dessa espécie o poder de controlar os impulsos egoístas em nome do bem-estar coletivo. Esse poder de autocontrole havia sido favorecido porque a reputação social era de grande importância na espécie humana, e os indivíduos com baixa reputação tenderiam ser excluídos do convívio social, diminuindo suas chances de gerar descendentes. Em suma, no discurso darwiniano a moralidade, embora fosse um atributo exclusivamente humano, nem por isso deixava de ser um fenômeno biológico; o fato de os seres humanos serem os únicos agentes morais existentes não se devia, como pretendiam as

mentes religiosas, a qualquer forma de intervenção divina corroboradora da singularidade humana.

A despeito de suas não poucas posturas heterodoxas, Cobbe era uma dessas mentes religiosas, e a teoria darwiniana sobre a origem da conduta moral foi o primeiro ponto significativo de discordância entre ela e Darwin. *Darwinism in morals* (Cobbe, 1872b), foi o primeiro texto dessa autora a questionar algum aspecto do darwinismo. Publicado no ano seguinte ao do lançamento da primeira edição do *Descent*, o ensaio de Cobbe principia afirmando que esse livro de Darwin “é sem dúvida um dos que marcarão época na história do pensamento moderno”, da mesma forma que seu autor já tem “seu lugar na literatura inglesa e na filosofia mundial” (Cobbe, 1872b: 3). Embora assegure que a ideia defendida por Darwin de que a espécie humana descende de ancestrais simiescos não a incomoda em absoluto, Cobbe dedica o resto do artigo a demonstrar que a extensão dessa noção de origem comum como explicação da moralidade humana representa um passo demasiado largo.

O ponto central que Cobbe critica na teoria moral darwiniana é o que ela considera sua filiação à doutrina da ética utilitarista. A autora esclarece que essa doutrina da “Moralidade Dependente ou Utilitária” rejeita a ideia da existência de qualquer critério moral que não seja o da utilidade (Cobbe, 1872b: 6). A essa escola de pensamento Cobbe opõe aquela à qual professa sua filiação, a doutrina da “Moralidade Independente ou Intuitiva”. Baseada no pensamento de Kant, a escola intuitiva defendia a existência de “uma lei moral suprema e necessária comum a todos os agentes morais no universo, e conhecida pelo homem por meio de uma razão transcendental ou voz divina da consciência” (Cobbe, 1872b: 5). Falando de forma resumida, era principalmente quanto a esse aspecto que Cobbe expressava sua principal divergência filosófica em relação a Darwin, o qual, em conformidade com a visão utilitarista, defendera nas páginas do *Descent* que caso as abelhas tivessem desenvolvido um senso moral, esse senso moral seria provavelmente coerente com o estilo de vida desses animais, e não um conjunto de valores idêntico aos dos seres humanos (Cobbe, 1872b: 28). É contra esse relativismo presente no pensamento de Darwin que Cobbe se alarma e insurge, vendo grande perigo moral na defesa da “hipótese de que a Consciência é o resultado de certas contingências em nosso desenvolvimento”. Segundo tal visão, insiste Cobbe, se tivesse sido outra a trajetória biológica da linhagem humana, a moralidade da espécie poderia ter sido bem diversa, “fazendo com que o Bem parecesse a nós ser o Mal, e o Mal ser o Bem” (Cobbe, 1872b: 32). Embora esse ensaio de Cobbe incluía

elogios ao caráter e talento de Darwin, a autora não economiza críticas à sua teoria, que chama de “Teoria Simiesca da Moral” (Cobbe, 1872b: 14), e que considera “a doutrina mais perigosa” publicada desde há muito tempo (Cobbe, 1872b: 11).

Nas edições subsequentes do *Descent*, Darwin deu-se ao trabalho de responder brevemente a esse artigo de Cobbe, em uma nota de rodapé. Comentando as palavras de Cobbe, de que “no momento do triunfo deles [defensores da visão de Darwin] estariam dobrando os sinos anunciando a morte da virtude da humanidade”, Darwin replica que “é de se esperar que o desempenho da virtude nesse mundo não seja sustentado por muitas pessoas com base em um princípio tão frágil” (Darwin, 1874: 99n).

5.3.2. Os animais como escravos: vivisseção, abolicionismo e darwinismo

Para entendermos o movimento antivivisseccionista britânico da era vitoriana em toda sua complexidade seria preciso adentrar discussões que tomariam ainda muitas páginas e capítulos. Um dos temas que permanecerão necessariamente inexplorados na presente tese é o da relação entre o antivivisseccionismo e as demais cruzadas sociais do período. Richard French (1975: 228) admite a dificuldade de discutir esse assunto com precisão, mas nem por isso se exime de fazê-lo. Segundo French, em um sentido formal o movimento antivivisseccionista cooperava com dois outros: a agitação contra a vacinação compulsória e o movimento contra os *Contagious Diseases Acts*. O que esses dois movimentos teriam em comum entre si seria a luta contra o poder de intervenção do Estado e, principalmente, da classe médica sobre as liberdades individuais. Essa antipatia pelos abusos da medicina científica teria aproximado tais movimentos das campanhas antivivisseccionistas (French, 1975: 229).

French aponta outro tipo de cruzada moral como referência na qual se teriam baseado os três movimentos acima: a luta contra a escravidão. Na interpretação desse autor, esse movimento foi o protótipo original das demais cruzadas, sendo com frequência invocado como fonte de inspiração pelos porta-vozes do antivivisseccionismo. Seus líderes, tanto na Inglaterra quanto nos EUA, eram tidos como heróis para os antivivisseccionistas, assim como para entusiastas de várias outras causas. Seus métodos de atuação – a circulação de textos, as palestras itinerantes, as ações parlamentares e tudo o mais – haviam-se tornado o modelo a ser seguido pelos demais, e o antivivisseccionismo não foi uma exceção (French, 1975: 228). Um exemplo dessa proximidade entre antivivisseccionismo e abolicionismo era a presença formal e atuação real do político e filantropo William Wilberforce (1759-1833),

renomado líder abolicionista, no quadro de integrantes da (R)SPCA quando da fundação da mesma em 1824 (Ryder, 1989: 89).

A crítica à condição dos animais como escravos do homem e sua comparação com a escravidão humana já apareciam em textos do século XVIII, como os de Jeremy Bentham. Em 1848 o filósofo John Stuart Mill (1806-1873), que, apesar de ser um utilitarista, era admirado por Cobbe e amigo pessoal desta (Mitchell, 2004: 226), defendeu a intervenção legal em favor de crianças abusadas pelos pais, e comparou-as com os animais, os quais considerava “desafortunados escravos e vítimas da parte mais brutal da humanidade”, os “tiranos domésticos” das classes baixas⁷ (Ryder, 1989: 101). James Macaulay, aliado de Cobbe, observou, em *Plea for Mercy to Animals*, que no embarcamento e transporte de bois, ovelhas e outros animais vivos os horrores se assemelhavam àqueles dos navios negreiros (Macaulay, 1875: 32). Henry Salt declarou que “a escravidão é, em qualquer tempo, odiosa e iníqua”, quer seja ela imposta à humanidade ou aos animais (Salt, 1894). Salt comenta, a esse respeito, que

The present condition of the more highly organized domestic animals is in many ways very analogous to that of the negro slaves of a hundred years ago: look back, and you will find in their case precisely the same exclusion from the common pale of humanity: the same hypocritical fallacies, to justify that exclusion; and, as a consequence, the same deliberate stubborn denial of their social 'rights' (Salt, 1894).

Parecia haver, portanto, entre os antivivissecionistas, uma percepção de que a marcha do progresso moral humano haveria de acabar por abarcar os animais, da mesma forma que já abarcara os negros, os quais também haviam sido considerados indignos de consideração moral. Macaulay (1875: 12) observa que “apenas recentemente a escravidão e o tráfico de escravos foram considerados contrários ao espírito da cristandade”, motivo pelo qual “não devemos nos surpreender com o reconhecimento tardio das demandas (*claims*) dos animais como um dever moral”. Cobbe também adere a tais comparações. Ao manifestar sua indignação quanto à frequente omissão do clero quanto à vivissecção, ela comenta que “se quando a consciência da nação se ergueu pela primeira vez a respeito da questão da escravidão do negro” os clérigos haviam aceitado a garantia dos senhores de escravos de que “todas preocupações seriam tomadas para impedir que Legree chicoteasse o Pai Tomás até a morte”, não era de se admirar que fossem negligentes em relação aos animais (Cobbe, 1894b). Em *The Right of Tormenting* a jornalista faz uma pergunta retórica: “Quantos homens brancos na

⁷ Em *The Principles of Political Economy*, citado em Ryder, 1989: 101.

América reconhecem os direitos dos negros?” (Cobbe, 1889f: 49), para observar em seguida que as “abençoadas lições de simpatia e obrigação mútua”, embora “ainda muito imperfeitas entre raças de cores diferentes” se estendem entre os humanos civilizados nos tempos modernos. Essa simpatia, sustenta Cobbe, progride em sua expansão até alcançar os animais, de modo que não é de surpreender que “somente no presente século [XIX] as relações entre homens e brutos foram trazidas ao escopo da ética” (Cobbe, 1889f: 49). A autora declara que aos olhos das “pessoas mais cultivadas e pensativas dos dias atuais”, os clamores de um cão, elefante ou chimpanzé são pelo menos tão altos quanto os de um Negro um século atrás aos olhos de um plantador na Jamaica (Cobbe, 1889b: 6). Por isso, comentando o “glorioso dia um século atrás” quando se proclamou uma lei que rezava que se um escravo tocasse solo inglês ele se tornava livre, Cobbe expressa sua esperança de que o mesmo aconteça em relação à vivissecção (Cobbe, 1882: 104).

A comparação entre a condição do escravo negro e a do animal veio também à tona com o advento do darwinismo. A edição de 18 de maio de 1861 da revista satírica *Punch* incluía uma *charge* intitulada *Monkeyana* (Fig. 12). Nela se via um grotesco gorila empunhado um cajado, tendo pendurado no pescoço um cartaz no qual se lia: “*Am I a Man and a Brother*”? (Eu sou um homem e um irmão?) (Punch, 1861). Essa chacota ao evolucionismo darwinista na qual se coloca a questão de um possível parentesco e igualdade entre um animal e os seres humanos era nitidamente uma paródia a uma imagem abolicionista. Em 1787 a *Society for Effecting the Abolition of the Slave Trade* (Sociedade pela Efetivação da Abolição do Tráfico de Escravos), sediada em Londres, lançou um selo e uma xilogravura com a imagem de um negro com um joelho no chão, mão e pé agrilhoados, os olhos e as mãos voltados para o céu, perguntando: “*Am I not a Man and a Brother*”? (Eu não sou um homem e um irmão?). O autor dessa imagem (fig. 13) era Josiah Wedgwood, abolicionista engajado e avô materno de Darwin (Desmond & Moore, 2009: 29).

É provável que o autor da paródia no *Punch* não tivesse noção da extensão em que sua pilhéria imagética condizia com a realidade histórica. Em um livro recentemente lançado, intitulado *A Causa Sagrada de Darwin*, Adrian Desmond e James Moore, fundamentados em uma volumosa correspondência de Darwin que permanecia em grande parte inexplorada, além de inúmeras anotações dos *notebooks* do evolucionista, defendem uma tese original. O argumento central desses autores é que, diferentemente do que se costuma crer, a questão da evolução humana não foi a última

peça do quebra-cabeça de Darwin, e sim a primeira. Segundo eles, Darwin preocupou-se desde o princípio com a unidade da espécie humana; sua tese de uma origem comum entre todos os seres vivos teria sido derivada de sua convicção quanto à origem comum entre as raças humanas, e não o contrário (Desmond & Moore, 2009: 14). Demonstrando que o abolicionismo era uma causa ideológica cara a ambos os lados dos antepassados de Darwin (Erasmus Darwin, seu avô paterno, era igualmente um ativista), Desmond e Moore constroem uma narrativa que demonstra o compromisso de Darwin com essa visão de mundo. Segundo esses autores, a forma de envolvimento de Darwin na causa abolicionista se dava não em qualquer forma de ativismo, mas pelo caminho da ciência. Darwin era adepto da corrente monogenista, que defendia que todas as raças humanas tinham uma mesma origem, pertencendo, portanto, a uma única espécie. A essa corrente se opunham os poligenistas, que sustentavam que brancos e negros tinham origens diferentes, sendo, portanto, espécies diferentes, motivo pelo qual a exploração da raça negra não poderia ser considerada desumana ou anticristã (Desmond & Moore, 2009). Em suas reflexões Darwin buscava a comprovação da tese do monogenismo, e teria sido nesse processo investigativo que se deparou com a ideia de que o que valia para as raças humanas provavelmente também se aplicava aos demais seres vivos; todos deviam partilhar a mesma origem a partir de um ancestral comum remoto. A partir desse argumento central Desmond e Moore procuram conduzir seu leitor ao longo de uma extensa narrativa que visa a demonstrar “como o horror de Darwin à escravidão levou ao entendimento que temos hoje da evolução” (Desmond & Moore, 2009: 21).

Um aprofundamento na questão do abolicionismo de Darwin fugiria às nossas possibilidades de espaço e ao escopo central da presente tese. Entretanto, quero chamar a atenção para mais um ponto a esse respeito: a percepção por Darwin de uma relação entre a escravidão e a exploração dos animais. Essa questão fica clara em um apontamento de Darwin em seu *Notebook B*, contendo material de anotações feitas entre 1837 e 1838 sobre a “transmutação das espécies”:

Animals whom we have made our slaves we do not like to consider our equals. — Do not slave holders wish to make the black man other kind — animals with affections, imitation, fear of death, pain, sorrow for the dead. — respect (Barret et al., 1987: 231; grifos meus).

Os apontamentos dos *notebooks* de Darwin, um material bruto e, a princípio, privado, oferecem ao historiador a vantagem de quase poder ouvir o evolucionista

pensando, em reflexões livres de censuras. No registro acima podemos observar que, em sua associação de ideias, Darwin relacionou a escravidão humana com a exploração animal, e percebia uma conexão entre os argumentos daqueles que defendiam o direito dos seres humanos a tratarem os animais de forma desumana e a retórica pró-escravagista. Em ambos os casos, a questão central é a das implicações éticas da tese da existência de uma relação de parentesco, quer fosse entre brancos e negros ou entre animais e humanos. Uma origem em comum implicava o compartilhamento de atributos físicos e mentais similares, e nas reflexões acima Darwin enfatizava as faculdades emocionais comuns a animais e humanos: afeições, medo da morte, dor, luto pelos mortos, e assim por diante. A última palavra da anotação acima tem o efeito de uma narrativa com fim em aberto; nunca saberemos exatamente o que Darwin tinha em mente ao escrever essa palavra, mas ela não deixa de ser sugestiva: “Respeito”.



Fig 12 – *Monkeyana*, charge publicada no *Punch* em 1861 como sátira à teoria darwiniana de origem do homem a partir dos animais. Os dizeres no cartaz ostentado pelo gorila são uma paródia explícita ao *slogan* da campanha pela abolição da escravidão, que se via no medalhão Wedgwood, de 1787 (Fig. 13). (Fonte: *Punch*, 1861).

Figura 13 – O medalhão Wedgwood, lançado em 1787 pela a *Society for Effecting the Abolition of the Slave Trade*. O autor dessa imagem (fig 13) era Josiah Wedgwood, abolicionista engajado e avô materno de Darwin. (Fonte: Desmond & Moore, 2009: 29).



5.3.3. Origem comum, vissecação e darwinismo: explorando a contradição

Nessa altura de minha tese pretendo ter demonstrado que a teoria darwiniana da origem comum propiciava argumentos tanto para os fisiologistas, que viam assim justificado o uso de animais como modelos experimentais, como para os antivisseccionistas, que encontravam uma doutrina que reforçava a importância de um tratamento ético na relação com os animais, por estes serem criaturas sensíveis. Dessa forma, não era de surpreender que os antivisseccionistas se apropriassem do discurso darwiniano em causa própria, ou melhor, em causa dos animais. Como diz James Turner, a questão a ser explorada não é se ou quando o darwinismo foi usado pelos protetores dos animais, mas sim *como* ele foi usado (Turner, 1980: 61).

Embora houvesse nas fileiras antivisseccionistas indivíduos que se opunham por completo à teoria darwiniana, como era o caso de alguns membros do clero, isso não impedia mesmo estes de apontarem o contrassenso dos fisiologistas. Foi o caso de Reverendo J. E. C. Welldon, que afirmou ser um paradoxo o fato de que “logo eles que minimizam a distinção específica entre o homem e os animais sejam os menos ternos em suas visões do sofrimento animal, e que os cristãos, que acentuam a distinção, estejam dispostos a poupar os animais da dor ao custo de aumentar a deles próprios” (Cobbe, 1888a: 15). Da mesma forma, Lewis Carrol (1875) acusou os fisiologistas não apenas de egoísmo, mas também de desonestidade, por reconhecerem a ideia da origem

comum quando lhes convinha e ignorá-la quando esta depunha contra eles. Afinal, prossegue Carroll, a atitude dos fisiologistas “não pressupõe o axioma de que o sofrimento humano e o animal diferem em tipo? Uma estranha asserção, vinda dos lábios das pessoas que nos dizem que o homem é um irmão gêmeo do macaco!” (Carroll, 1875).

Não se pode dizer, tampouco, que havia uma relação sólida entre antivivisseccionismo e antidarwinismo. Pelo menos não se considerarmos como antidarwinistas aquelas pessoas que se opunham aos preceitos *teóricos* de Darwin em sua totalidade. Vimos que o anatomista Richard Owen, um dos antidarwinistas mais influentes em seu tempo, se tornou um importante advogado da vivissecação. Além disso, os principais antivivisseccionistas que têm sido estudados nessa tese aceitavam a teoria darwiniana da origem comum. Certamente era esse o caso de Frances Cobbe. Em *The Rights*, publicado apenas quatro anos após o lançamento do *Origin*, e cinco anos antes de Cobbe vir a conhecer Darwin pessoalmente, a jornalista já admitia como possibilidade a evolução das diferentes espécies a partir de ancestrais comuns. Embora ainda considerasse então tais ideias como “especulações questionáveis”, Cobbe afirmou:

It may be that we shall come to see that sentient life and (...) self-consciousness are mysterious powers working upward through all the orders of organic existence; (...) that man himself, in all the glory of his reason, has sprung, in the far-off eyes of the primeval world, not from the 'clod of the valley' (...), but from some yet-undiscovered creature which once roamed the forests of the elder world, and through whom he stands allied in blood to all the beasts of the field. It may be we shall find all these things; and *finding them we shall not degrade man, but only elevate the brute*. By such ideas, should science ever ratify them, we shall certainly arrive at new and vivid interests in, the animal creation, *and the brutes will receive at our hands (we must needs believe) some more tender consideration* (Cobbe, 1866 [1863]: 254; grifos meus).

Se levarmos em conta que esse texto foi escrito no mesmo ano de lançamento do *Man's Place in Nature*, de Huxley, e o *Antiquity of Man*, de Lyell, as primeiras obras a abordarem diretamente a questão da origem do homem sob o prisma do evolucionismo darwinista, poderemos perceber o quanto Cobbe esteve atenta aos desenvolvimentos do darwinismo desde seus primórdios. Sabe-se que ela possuía esses dois livros, e é bastante provável que os tenha lido (Mitchell, 2004: 131). Seja como for, a passagem acima encerra o germe do que seria o argumento central da filosofia cobbeana a respeito das relações entre animais e humanos. Diferente do político Disraeli, que um ano mais tarde expressaria sua indignação contra uma doutrina que afastava os homens dos anjos

para identificá-los com os macacos, Cobbe via na tese da origem comum uma filosofia que enobrecia os animais. Para Cobbe, a tese da origem comum, aproximando os brutos dos homens, também os aproximava de Deus, e esse feito do darwinismo valia o preço de roubar dos homens suas ilusões de origens paradisíacas. Essa elevação do *status* dos animais faz com que a autora defenda, inclusive, a tese da imortalidade dos cães. Para Cobbe somente essa possibilidade se coadunava com sua crença em um Deus benevolente, o qual compensaria os animais vitimados pela vivisseção em uma próxima vida, não terrena, onde a consciências desses animais continuaria a evoluir, até que estes se tornassem agentes morais, como os humanos (Cobbe, 1889k).

O que faria Cobbe se opor posteriormente ao darwinismo seriam não tanto as discordâncias teóricas, mas principalmente o fato de a atitude dos pensadores e apoiadores dessa doutrina não corresponder à sua expectativa de que os brutos recebessem “uma consideração mais terna”:

I cannot imagine so strangely constituted a being as a man, who should be enthusiastically anxious to relieve the sufferings of unseen men and women (that is, of humanity in the abstract) and yet care nothing at all for the intensest agonies of the creatures immediately under his own eye and hand, which, moreover, he believes (*on Darwin's authority*) to be in nearly all respects like in the power of suffering. (Cobbe, 1889h: 36-37; grifos meus).

Com esse discurso, Cobbe chama os vivissectores à responsabilidade de coerência com o pensamento de Darwin, que era reconhecidamente uma espécie de mentor dos fisiologistas britânicos. Como é possível, pergunta Cobbe, que uma pessoa aceite a premissa da origem comum e das sensibilidades compartilhadas decorrentes dessa premissa, e ainda assim submeter animais reais a um sofrimento concreto em nome do benefício de seres humanos abstratos? Assim, Cobbe recorre insistentemente ao darwinismo para apontar as contradições entre as teorias que orientam os fisiologistas e a postura (anti)ética que estes adotam. “Os atos dos vivissectores”, afirma ela, “são anômalos em seu caráter”, pois a escola de ciência à qual estes pertencem se vangloria de “ter explodido a velha teoria de que o homem é único na criação, com uma origem mais elevada que os brutos e um destino diferente” (Cobbe, 1889i: 5). Esses homens de caráter questionável são movidos por “motivos covardes e egoístas”, devido ao seu “completo desprezo pelas demandas dos fracos, e total indiferença pelo sofrimento de seres sencientes como eles próprios e que, de acordo com sua filosofia, têm a mesma origem” que eles (Cobbe, 1889i: 272).

Entre os motivos pelos quais considera que a origem comum entre animais e humanos é criminosamente negligenciada pelos fisiologistas Cobbe inclui a afirmação de que “não apenas nosso invólucro corporal, mas também o Pensamento, a Memória, Amor, Ódio, Esperança, Medo e até mesmo análogos débeis da Consciência e da Religião foram traçados pelo grande pensador à frente dessa escola até os domínios mais baixos da vida no planeta”. Dessa forma, a autora inclui em seu questionamento ético da vivisseccção a perspectiva darwinista da mente animal, especialmente em sua dimensão emocional. Quer fossem explicitadas ou não, as emoções animais, especialmente as caninas, permeavam todo o tempo a retórica antivivisseccionista, e dentre essas emoções algumas merecem maior destaque em nosso estudo. Vimos no capítulo 3 quais emoções Darwin e Cobbe atribuíam aos cães, e nas próximas seções analisaremos com um pouco mais de profundidade duas delas: o amor e a simpatia.

5.3.4. As emoções que mais importam

5.3.4.1. 1. Memória amor, e devoção

O amor é um atributo mental recorrente e importante no discurso darwiniano. “A emoção do amor, por exemplo, de uma mãe por seu bebê, é uma das mais intensas das quais a mente é capaz”, afirma Darwin (1872: 215). O amor correspondido é sem dúvida uma vivência prazerosa, e “com os animais inferiores vemos o mesmo princípio do prazer derivado do contato em associação com o amor”. Os cães e os gatos, prossegue Darwin (1872: 215), “obtem, de forma manifesta, prazer no ato de se esfregarem em seus donos e donas, e também ao serem acariciados ou receberem tapinhas destes”. Junto com a simpatia, o sentimento amoroso propicia, na percepção de Darwin, uma espécie de cimento social, capaz de conferir a consistência necessária à formação dos vínculos de compromisso mútuo. Afinal, não é difícil notar “quão infelizes ficam os cavalos e cães” quando são separados de seus companheiros, e a “afeição mútua” que estes demonstram quando novamente reunidos a estes (Darwin, 1874: 100). Mas não é apenas o distanciamento de seus iguais que afeta o cão de Darwin. A ausência de seu dono pode ter um efeito tão perturbador ou mais, como quando “um cão, que é capaz de descansar calmamente por horas em um quarto com seu dono ou qualquer membro da família, sem que se tome qualquer notícia dele”, irá, no entanto, “latir e uivar em desalento” caso seja deixado sozinho por um curto espaço de tempo (Darwin, 1874: 100). A reação emocional do cão faz parte de uma dinâmica

de reciprocidade entre ele e seu dono: “O homem demonstra o mesmo sentimento em seu amor intenso pelo cão, o qual o cão retribui com interesse” (Darwin, 1874: 100).

Em *The Rights*, Cobbe (1866 [1863]: 248) conta a história, tida como real, de um condenado francês que foi por muito tempo o terror das autoridades da prisão por sua violência e audácia. Com o passar do tempo, descobriu-se que esse homem vinha se tornando cada vez mais calmo e dócil, e o motivo se revelou quando se descobriu que esse homem se afeiçoara a um enorme rato, tornando-se a partir de então submisso e disciplinado. “O amor daquela humilde criatura, encontrando espaço em seu coração, havia transformado todo seu caráter”, comenta Cobbe, arrematando: “Quem pode ditar os limites dos milagres advindos da afeição, se até o amor de um rato foi capaz de transformar um homem?” (Cobbe, 1866 [1863]: 249).

Vimos no capítulo 3 que na escala de evolução das capacidades mentais concebida por Romanes o cão se situava no mesmo nível que os primatas, mas o cão alcançava essa posição não por via do intelecto, como os símios, mas das emoções. Também na visão cobbeana essa natureza emocional é uma característica canina muito mais desenvolvida que a inteligência: “Não são as quatro pernas, nem a pelagem sedosa ou hirsuta do cão que devem nos impedir de discernir sua natureza interior de pensamento e amor; pensamento limitado, é verdade, mas um amor praticamente ilimitado”. Por isso, continua Cobbe, “Lamartine estava certo ao tratar esse amor do cão como uma expressão especial da misericórdia divina” (Cobbe, 1894b: 557).

Ainda no âmbito das coisas divinas, a expressão de amor do cão pelo dono podia chegar, no discurso cobbeano, às raias da devoção. Embora muitos animais sejam capazes de se apegarem ao homem, “o cão é dotado de uma capacidade de amar seu dono cujos paralelos devemos buscar apenas nos registros da mais pura amizade humana”. É por isso que “não existe qualquer fenômeno em todo o extraordinário campo da história natural que seja mais maravilhoso” que o amor dos cães pelos homens; até mesmo a arquitetura do castor e a geometria da abelha são suplantadas pelo “instinto pelo qual o cão se tornou capaz de uma simpatia tão rápida e vívida, uma devoção desinteressada e de auto-sacrifício”⁸ (Cobbe, 1866 [1863]: 255). Por isso a retribuição desse amor incondicional de um cão é, para Cobbe, quase um compromisso

⁸ Na íntegra, no original: “Many beasts and birds are capable of attaching themselves to man, but the dog is endowed with a capacity for loving his master with a devotion whose parallel we must seek only in the records of the purest human friendship. There is no phenomenon in all the wondrous field of natural history more marvellous than this ; and the beaver's architecture, the bee's geometry, may justly be ranked second to the exquisite instinct by which the dog has been rendered and self-sacrificing devotion”.

moral: “O amor do pobre cão é algo tão belo, que desprezá-lo é cometer uma violência contra todos os instintos mais suaves”, motivo pelo qual “o homem está muito abaixo do bruto se o bruto pode dar a ele um amor puro, desinteressado e devotado, e ele não é capaz de dar em retorno qualquer ternura ou piedade” (Cobbe, 1866 [1863]: 250).

No pensamento de Darwin a devoção do cão ao homem é igualmente marcada:

The feeling of religious devotion is a highly complex one, consisting of love, complete submission to an exalted and mysterious superior, a strong sense of dependence, fear, reverence, gratitude, hope for the future, and perhaps other elements. No being could experience so complex an emotion until advanced in his intellectual and moral faculties to at least a moderately high level. Nevertheless, *we see some distant approach to this state of mind in the deep love of a dog for his master*, associated with complete submission, some fear, and perhaps other feelings. (...) Professor Braubach goes so far as to maintain that *a dog looks on his master as on a god* (Darwin, 1874: 95-96; grifos meus).

Vê-se acima que a devoção do cão, expressão máxima do “profundo amor de um cão por seu dono”, chega a roçar, em sua magnitude, a dimensão religiosa: o cão pode ser visto como um animal que olha para seu amo como se este fosse um deus. Cobbe percebe o olhar do cão sobre seu dono da mesma forma, motivo pelo qual descreve a cena da vivisseção como um momento no qual o cão “sente que os homens que ele amava como se fossem deuses se tornaram seus torturadores” (Cobbe, 1889f: 52).

Um forte indício desse profundo amor que um cão pode nutrir pelo dono reside no fato desse último por vezes se tornar para ele virtualmente inesquecível, sua imagem sendo retida na memória do cão até o último alento de sua breve vida. Em seu estudo da mente canina, Cobbe (1876b [1872]: 156) sustenta que em um cão a memória de pessoas, lugares e eventos, pode se estender até acontecimentos e remontam à juventude do animal. Escrevendo, já na velhice, a respeito de suas própria lembranças, Cobbe relata um episódio ilustrativo da fabulosa memória dos cães:

A dog (...) who I sent away at one year old to live in the country was returned to me *eight years* afterwards, old and diseased. The poor beast recognized me after a few moments' eager examination, and uttered an actual scream of joy when I called her by name; exhibiting every token of tender affection for me years afterwards. When one reflects what eight years signify in the life of a dog – almost equivalent to the distance between sixteen and sixty in a human being – some measure is afforded by this incident of the durability of a dog's attachment. (Cobbe, 1894b: 558; grifos no original).

O cão em questão é Dee, a Pomerânia a quem Cobbe dedicou um de seus livros (Cobbe, 1890). Nessa narrativa podemos perceber o valor que Cobbe atribui à

“durabilidade do apego de um cão”, à sobrevivência do afeto que o une profundamente à sua dona e que funciona como uma espécie de ponte que o possibilita atravessar uma distância de oito anos – “quase o equivalente à distância entre os seis e os sessenta anos” de idade de um ser humano – para reencontrar sua primeira figura de apego. Esse trecho de Cobbe adquire um significado ainda maior quando comparado a uma passagem escrita por Charles Darwin, publicada no *Descent*, a respeito do mesmo tema:

I had a dog who was savage and averse to all strangers, and I purposely tried his memory after an absence of five years and two days. I went near the stable where he lived, and shouted to him in my old manner; he shewed no joy, but instantly followed me out walking, and obeyed me, exactly as if I had parted with him only half an hour before. A train of old associations, dormant during five years, had thus been instantaneously awakened in his mind. (Darwin, 1874: 74).

Esse trecho é profundamente significativo, por toda a simbologia que evoca. Pode-se estabelecer aqui uma analogia relativamente fácil entre o cão de Darwin e Argos, o velho cão de Ulisses. Quando o herói da Odisseia retorna da longa jornada de sua vida, travestido por Palas Atena em mendigo maltrapilho, o cão Argos é a primeira criatura a reconhecê-lo, e, após abanar-lhe a cauda pela última vez, morre agonizante aos pés do dono. Se quisermos aprofundar a comparação entre o naturalista e o personagem mítico, é fácil deduzir que a ausência prolongada à qual se refere Darwin corresponde certamente à sua expedição a bordo do Beagle, que durou cinco anos, entre 1831 e 1836; assim como em Ulisses, uma jornada de exploração ao desconhecido pelo oceano em busca de tesouros, conquistas, descobertas, conhecimento. Uma jornada da qual seu protagonista voltaria irreversivelmente transformado, calejado, amadurecido. Uma viagem que ficaria registrada na história e na mitologia da ciência como feito heroico capaz de transformar o destino dos homens. Nesses três casos – Argos, o cão de Ulisses, a pequena cadela de Cobbe e o cão de Darwin - o tema central é o amor devotado de um cão por seu dono, posto à prova pela distância, pela ausência, pelo tempo. E dessa prova o amor do cão pelo seu amo sai triunfante, a narrativa mítica sendo repetida e confirmada nas narrativas do evolucionista e da antivivisseccionista.

5.34.2. A simpatia

Na Inglaterra vitoriana outro atributo mental desfrutava de *status* equivalente ao do amor: a simpatia, à qual Darwin (1874: 106) se referia como sendo uma “emoção da maior importância” (*all-important emotion*). Darwin construiu nas páginas do *Descent*,

especialmente no quarto capítulo dessa obra (Darwin, 1874: 97-127), uma explicação biológica na qual a moralidade humana tem sua origem nos instintos sociais dos animais com modos de vida comunitários. Nessa explicação a simpatia figura como uma emoção que constituiu um ponto de convergência entre todos os aspectos que compõem a teoria darwiniana da mente. Na complexidade e abrangência semântica desse termo se reúnem e interagem os instintos (sociais), guiados pela razão e por essa emoção abrangente e sofisticada, além daquela do amor mútuo entre os membros de um mesmo grupo social - animal ou humano (Carvalho, 2005: 75). São esses os blocos constituintes da explicação evolucionista da emergência da verdadeira moral, atributo que Darwin considerava unicamente humano, mas derivado dos instintos sociais animais.

Na percepção darwiniana a simpatia aparece na história evolutiva antes do surgimento da espécie humana, pois “muitos animais simpatizam com o distresse ou perigo uns dos outros”, como no caso de um velho pelicano, gordo e cego, que aparentemente era alimentado por seus companheiros (Darwin, 1874: 102). A lista dos animais dotados da capacidade de simpatia inclui, como era de se esperar, os cães:

It must be called sympathy what leads a courageous dog to fly at any one who strikes his master, as he certainly will. I saw a person pretending to beat a lady, who had a very timid little dog on her lap, and the trial had never been made before; the little creature instantly jumped away, but after the pretended beating was over, it was really pathetic to see how perseveringly he tried to lick his mistress's face, and comfort her (Darwin, 1874: 103).

A bravura com que o pequeno e tímido cão de colo se prontifica a defender e sua dona e a ternura pertinaz com que se desdobra para confortá-la condizem com a narrativa de Cobbe, que também inclui a simpatia entre os atributos mentais caninos. Em *The Consciousness*, a autora apresenta vários exemplos anedóticos de ocasiões em que um cão manifesta sentimentos e atitudes empáticas em relação a outro animal de sua espécie, como no caso de um “amigável São Bernardo que funcionava como um ‘guia, filósofo e amigo’ para um pobre poodle”, dessa forma “certamente provando ser capaz de simpatia com seus iguais” (Cobbe, 1876b: 136). Quanto à capacidade de um cão exibir uma atitude simpática também em relação a seu dono, Cobbe afiança que “essa é uma questão em relação à qual nenhuma pessoa que tenha possuído um cão a ela apegado entretém jamais qualquer dúvida” (Cobbe, 1876b: 139). Seu abatimento quando seu dono se encontra em aflição, sua fúria quando este é atingido por um inimigo, seus esforços de consolá-lo quando o vê em lágrimas e seu êxtase quando o

dono recupera sua saúde e alegria – todos esses comportamentos são evidências, segundo Cobbe (1876b: 139), da capacidade de simpatia da espécie canina pela humana.

Em *Heteropathy, Aversion, Sympathy*, Cobbe (1874: 2) oferece uma tentativa de definição da simpatia em um sentido mais estrito: “o sentimento de Dor que experienciamos ao testemunhar a Dor de outra pessoa, e de Prazer com seu Prazer, independentemente de quaisquer conseqüências antecipadas relacionadas a nossos interesses pessoais”. Em seguida, afirmando haver uma espécie de consenso quanto à ideia de esse sentimento de simpatia ter sido presente desde a aurora da humanidade, Cobbe anuncia uma posição divergente:

It is the aim of the present paper to urge certain reasons for reconsidering this popular opinion, and for treating the Emotion of Sympathy as a sentiment having a Natural History and being normally progressive through various and very diverse phases; differing in all men, not solely according to their temperaments or moral self-control, but, still more emphatically, according to the stage of genuine civilization which they may have attained (Cobbe, 1874: 2).

O ponto que me interessa explorar a respeito da passagem acima é a ideia de que a simpatia evolui em conformidade com o grau de desenvolvimento civilizatório das comunidades. O que essa concepção tem de mais significativo é que ela em muito se assemelha à visão explicitada por Darwin nas páginas do *Descent*, livro que sabemos ter sido lido por Cobbe antes mesmo de seu lançamento no mercado editorial. Nessa “história natural” da simpatia construída por Cobbe vê-se uma evolução gradual das atitudes dos animais em relação um aos outros. Darwin comenta

That animals sometimes are far from feeling any sympathy is too certain; for they will expel a wounded animal from the herd, or gore or worry it to death. This is almost the blackest fact in natural history, unless, indeed, the explanation which has been suggested is true, that their instinct or reason leads them to expel an injured companion, lest beasts of prey, including man, should be tempted to follow the troop. (Darwin, 1874: 102).

Cobbe usa palavras bastante semelhantes, ao observar que “de todos os fatos da história natural, nenhum é mais seguro do que o doloroso fato de que quase todos os tipos de animais têm uma propensão a destruir os companheiros doentes, idosos ou feridos”, executando com seus dentes, bicos ou garras uma “Eutanásia voluntária” naqueles que até então eram seus amigáveis associados (Cobbe, 1874: 4). Isso porque “a visão de outro animal de seu tipo em agonia parece atuar no bruto como um incentivo à ira destrutiva” (Cobbe, 1874: 4), e caso se trate de uma espécie gregária “um bando ou

manada inteiro com frequência irá se reunir para extinguir a última centelha de vida que expira em um membro de seu bando” (Cobbe, 1874: 5). A esse primeiro estágio, o mais baixo na escala da evolução da simpatia, no qual a visão de um semelhante sofrendo desperta no indivíduo não a compaixão, mas a raiva, Cobbe (1874: 5) dá o nome de “heteropatia” (*heteropathy*). Não apenas a maior parte dos animais se encontra nesse estágio, segundo Cobbe, mas também “a raça humana em seu estágio mais baixo de desenvolvimento”, como seria o caso dos fueguinos, capazes de matar e comer uma avó que se encontrava enferma (Cobbe, 1874: 5). Nas raças humanas mais civilizadas, prossegue Cobbe, a heteropatia pode ser manifesta na infância, antes do pleno desenvolvimento da estrutura moral, quando um menino se excita com a visão do irmão sendo punido (Cobbe, 1874: 8); ou, na idade adulta, no marido que maltrata a esposa e nos pais e mestres que espancam crianças (Cobbe, 1874: 10). Na verdade, mesmo nos gentis-homens e damas “um autoescrutínio severo” irá revelar em cada pessoa traços de heteropatia, derivados da influência de impulsos ancestrais (Cobbe, 1874: 10).

O segundo estágio da história natural da simpatia de Cobbe é chamado de “aversão” (*Aversion*). Nesse estágio o indivíduo repele e evita aquele semelhante que sofre, mas já não o destrói; tal estágio é observável em vários animais, e também nas crianças pequenas que se sentem incomodadas na presença de adultos tristes (Cobbe, 1874: 15). Evocando a parábola do Bom Samaritano, Cobbe comenta que talvez poucas pessoas possam se vangloriar, ao fim de suas vidas, de ter ultrapassado esse estágio da aversão, que equivaleria, na parábola, às atitudes do sacerdote e do Levita. “Certamente as nações de amantes do prazer ao sul da Europa”, como a Itália, “não alcançaram de forma alguma esse estágio de progresso” que corresponderia à atitude do samaritano, que se comove com a dor alheia e se prontifica a aliviá-la.

Revisitando a história da humanidade, as mitologias e escrituras dos povos do passado, Cobbe (1874: 23) associa às “grandes religiões do Oriente”, como o zoroastrismo e o budismo, a inauguração de um novo estágio, mais avançado, da moralidade humana, marcado pela emergência da verdadeira simpatia, a propensão a sentir prazer com o prazer alheio e dor com a dor do outro. Esse avanço tem seu coroamento a partir da Reforma, que apresenta ao mundo a noção de “irmandade cristã”. Mesmo com essas melhorias, todavia, a simpatia não chegou ao seu grau máximo, por haver uma tendência das pessoas a empatizarem somente com seus semelhantes: parentes, membros da mesma classe social, do mesmo sexo, e assim por

diante. O apogeu do avanço da simpatia é um estágio ainda a ser conquistado pela humanidade:

Not only our sympathies require to be more equally extended as regards nations, classes, sexes, and ages, but there is sore need that they should spread outside the human race among the tribes of sentient creatures who lie beneath us and at our mercy. The great ideas of a common Humanity and a common Christianity, which were at first such noble *extensions* of family and national sympathies, have long acted as *limitations* thereof. (Cobbe, 1874: 27; grifos no original).

Mais uma vez chamo a atenção para a semelhança entre essa ideia de Cobbe e uma passagem do *Descent*:

As man advances in civilisation, and small tribes are united into larger communities, the simplest reason would tell each individual that he ought to extend his social instincts and sympathies to all the members of the same nation, though personally unknown to him. (...) *Sympathy beyond the confines of man*, that is, humanity to the lower animals, seems to be one of the latest moral acquisitions. (...) This virtue, one of the noblest with which man is endowed, seems to arise incidentally from our sympathies becoming more tender and more widely diffused, *until they are extended to all sentient beings*. As soon as this virtue is honoured and practised by some few men, it spreads through instruction and example to the young, and eventually becomes incorporated in public opinion (Darwin, 1874: 122-123; grifos meus).

A não ser pela inclusão do elemento religioso-cristão por Cobbe, temática que não compõe o discurso do agnóstico Darwin, as ideias de ambos nas duas passagens acima partilham muitos elementos comuns. Os dois autores constroem narrativas sobre a evolução da simpatia que começam com animais que destroem seus semelhantes que sofrem e, estendendo-se em círculos concêntricos de abrangência, ultrapassam progressivamente as fronteiras de raça e nação, alcançando seu apogeu na inclusão de todos os seres sencientes na esfera de consideração moral humana. Essa “simpatia para além dos confins do homem” representa a expressão máxima das civilizações, a meta última da virtude humana.

5.4. QUEM IMPORTA, E POR QUÊ? COBBE, DARWINISMO E COMUNIDADE MORAL

5.4.1. O elefante e a borboleta: Cobbe, darwinismo e as fronteiras da esfera moral

Em suas reflexões teóricas Cobbe discute a construção da esfera de consideração moral em conformidade com o estágio de desenvolvimento das sociedades:

There is a line of circumvallation outside of which kindly feeling does not extend, and the moral obligations which concern such feelings are consequently not imagined to apply. Within the line, there is brotherhood, and certain recognized rules of action, rising by degrees from mere prohibition of perfidy, murder and adultery, to the inculcation of truth and helpfulness, extending to the very borders of communism. Outside the line all the while, the “Gentile”, the “Barbarian”, the man of alien blood, is not merely less considered (...) but has actually no *status* at all, either as regards feeling or duty (Cobbe, 1874: 20).

Essa ideia de uma linha demarcatória que define quais seres devem ser considerados objetos de consideração moral e quais não se incluem nessa categoria coaduna perfeitamente com uma noção atual que julgo útil para sintetizar a questão central do debate antivivisseccionista: o conceito de *comunidade moral*. Essa concepção ajuda a circunscrever as fronteiras e critérios de consideração moral adotados por um determinado grupo ou cultura, e considero que a explicação dessa expressão nos termos estabelecidos por William Spohn (1996) é satisfatória para meus objetivos. Segundo Spohn, a ideia de comunidade moral se refere à rede de seres com os quais reconhecemos ter uma conexão ética, em decorrência das demandas de justiça, dos laços de compaixão ou de um senso de obrigação (Spohn, 1996). Dessa forma, uma comunidade moral é constituída por aqueles cujos interesses nós conscientemente levamos em conta quando tomamos decisões e pesamos o impacto de políticas sociais.

Se pensarmos a controvérsia da vivisseccção da Inglaterra vitoriana com esse conceito em mente, notaremos que na maioria das vezes tanto os antivivisseccionistas como os fisiologistas afirmavam, em conformidade com Darwin e Cobbe, que os animais – mais uma vez, especialmente os domésticos – estariam incluídos em sua visão de comunidade moral. Na Inglaterra, diferentemente dos países continentais, os fisiologistas, quer realmente concordassem ou não em termos pessoais, invariavelmente afirmavam sua preocupação com o sofrimento animal; raros eram aqueles que, como fizera Klein, assumiam publicamente uma posição de indiferença para com os brutos. Os antivivisseccionistas, por sua vez, insistiam em provar que seus adversários não sentiam compaixão alguma pelos animais que torturavam. Entretanto, a própria Cobbe, em sua autobiografia deixa claro que seus contatos com Darwin lhe haviam revelado um homem extremamente compassivo com os animais, que chegava a espantar as moscas da orelha de seu pônei (Cobbe, 1894b: 445). Além disso, a inclusão dos animais na comunidade moral humana é explicitada por Darwin em sua noção de uma “simpatia para além dos confins do homem”, proposta que é muito similar à de Cobbe: “Da Tribo à Nação, da Raça Humana ao todo da Criação senciente – esse tem sido o progresso em

extensão da Simpatia conforme a mesma foi se desenvolvendo” (Cobbe, 1874: 24). Se os críticos da vivisseção e os advogados dessa prática concordavam, pelo menos em suas posições públicas, quanto à ideia de uma comunidade moral que abarcasse todos os seres sencientes, em que aspectos divergiam então Darwin e Cobbe – ou darwinistas e antivivisseccionistas - quanto a essa questão? Penso que a resposta a essa pergunta é: nos critérios de demarcação e nas hierarquias de valores que deveriam orientar as escolhas e práticas relacionadas aos seres considerados dignos de consideração moral.

Cobbe (1874: 31) evoca a tese da origem comum para reforçar a inclusão dos animais na comunidade moral vitoriana, e relaciona a evolução progressiva da simpatia à “grande Árvore da Vida à qual pertencemos”. Em *The Ethics of Zoophily*, Cobbe (1895b) se defende das críticas feitas aos antivivisseccionistas pelo reverendo George Tyrrell, que, com uma argumentação religiosa, insistia na singularidade humana, sustentando que os animais não tinham quaisquer direitos à consideração moral. Cobbe contesta esse argumentando, afirmando que tal premissa de singularidade vem ruindo “a cada avanço da ciência” (Cobbe, 1895b: 7). O artigo de Tyrrell era uma resposta a outro texto de Cobbe, no qual esta criticava a posição de um prelado jesuíta, o padre Rickaby. “Os brutos”, dissera Rickaby, “não possuem compreensão e, portanto, não sendo Pessoas, não podem ter quaisquer direitos”. Contra tal argumento Cobbe replica que a ciência tem demonstrado que os animais “possuem uma certa medida de Compreensão”, de modo que “eles devem, em uma certa medida, ser considerados Pessoas, e têm por consequência uma certa medida de direitos” (Cobbe, 1895c: 5). Mais uma vez o cão é evocado:

A man who has made a friend of his dog and who is familiar with the proofs of the animal origin of the human race, and knows also the close similarity between our bodies and those of brutes (...) can hardly fail to laugh at the idea of the belated monk who assures him in 1895 that his affectionate comrade is a “Thing” (Cobbe, 1895c: 5).

O curioso nessa passagem é a forma como Cobbe, que sempre evitara falar em ‘direitos’ (*rights*) dos animais, preferindo a expressão ‘demandas’ (*claims*), aceita o desafio de Rickaby, e abre uma nova linha argumentativa para defender para os animais o *status* de ‘pessoas’ – e não ‘coisas’, e a consequente reivindicação dos ‘direitos’ destes. No trecho acima as faculdades mentais do cão se alinham à teoria darwiniana da origem comum para a construção dessa estratégia discursiva. Esse reconhecimento de uma relação de ancestralidade compartilhada implica uma gradação de sensibilidades:

The elephant and the butterfly cannot be boxed together, nowadays, except in a child's Noah's Ark. A Fuegian who eats his grandmother and can barely count his fingers cannot be pigeon-holed a 'Person' and, at the same time, Landseer's dog a 'Thing' except in a medieval mind which has somehow survived peternaturally into the Darwinian period (Cobbe, 1895b: 10).

Cobbe reivindica insistentemente que as formulações teóricas de Darwin sejam levadas em conta nos posicionamentos éticos adotados por seus seguidores e nas ações daí decorrentes. A partir de Darwin, alega a autora, não mais é possível enquadrar todos os animais em uma só categoria, e todos os humanos em outra. O darwinismo encurtou as distâncias que isolavam a espécie humana do restante do reino animal; a distância entre o elefante e a borboleta passou a ser imensamente mais larga que a existente entre o virtuoso cão doméstico e o brutal homem selvagem da Terra do Fogo.

5.4.2. Os “discípulos da vespa” e a “teoria pestilenta”: seleção natural e vivissecação

É com base no darwinismo que Cobbe põe em cheque os advogados da vivissecação:

To affirm, then, as vivisectors are wont to do, that they would freely “sacrifice a hecatomb of dogs to save the smallest pain of a man”, is merely an expression of contempt for the rights of beings feebler than themselves, and not yet advanced by evolution to the lordly class of “Bimana”⁹, or the genus “Homo”. What are the moral grounds, we ask, for this astounding new principle of *Race Selfishness*? What is there in Man, either considered only as our fellow-bimanous animal, or as an immortal being (...), which should make his trifling pain so inexpressibly solemn a matter, and the agony of another animal, no less physically sensitive, insignificant by comparison? Of course we may naturally feel more spontaneous sympathy with a suffering man than with a suffering horse. But what is the ethical reason why we should prefer the pain of a thousand horses to that of a single man? (Cobbe, 1889i: 14; grifos no original).

A escolha do sacrifício de uma “hecatombe de cães” em prol de um único humano é alusiva à expressão usada por Huxley em carta a Cobbe. É essa atitude, incoerente com a hierarquia de valores que deveria se esperar dos defensores do darwinismo, que Cobbe considera a manifestação de um “egoísmo racial”, um desprezo pelos seres mais fracos. Em que bases morais se sustenta essa opção? – pergunta Cobbe. Penso que a resposta já está sugerida na mesma passagem em que se formula a pergunta, e fica ainda mais clara em um trecho de outro ensaio:

⁹ Na era vitoriana era de uso corrente a expressão *Bimana* (duas mãos) para designar exclusivamente a espécie humana; todos os demais primatas eram chamados de *Quadrumana* (quatro mãos), devido à impressão equivocada que se tinha de que os pés dos mesmos, devido à sua forma adaptada a funções prêenseis, seriam mãos existentes nos membros inferiores.

Prior to experience it might have been confidently expected that the Darwinian doctrine of the descent of Man would have called forth a fresh burst of sympathy towards all races of men and towards the lower animals. Every biologist now knows tenfold better reasons than Saint Francis for calling the birds and beasts “little brothers and sisters”. But, instead of instilling the tenderness of the Saint of Assisi, Science has taught her devotees to regard the world as a scene of universal struggle, wherein the rule must be: “Every one for himself, and no God for any one” (Cobbe, 1888a: 25-26).

Quero chamar especial atenção para essa passagem, pois ela condensa dois aspectos diferentes do pensamento darwiniano. Para esclarecer meu argumento, recorro aqui novamente à tese defendida por Ernst Mayr, segundo quem a teoria evolutiva de Darwin na verdade se desdobrava em mais de uma teoria, cada uma delas virtualmente autônoma em relação às demais¹⁰ (Mayr, 1998: 564). Sem entrarmos aqui em detalhes a respeito de cada uma dessas teorias, quero diferenciar duas delas: a tese da origem comum e a da seleção natural. O motivo pelo qual considero importante separar essas duas teorias é porque defendo que elas apontam para direções opostas em termos de suas implicações éticas. Ainda que não saiba nomear essas duas facetas distintas do pensamento de Darwin, Cobbe as enuncia, e tem consciência da disparidade entre as mesmas. Ao afirmar que os biólogos têm dez vezes mais motivos para considerar os animais como seus irmãos, Cobbe valoriza a teoria da origem comum, que, ao postular um parentesco universal entre todos os seres, fortalece a reivindicação principal dos antivivisseccionistas: a ampliação da comunidade moral para que inclua os animais. Por outro lado, ao condenar a ciência porque esta ensina aos seus devotos que a vida é uma luta pela sobrevivência, onde a regra é “cada um por si e nenhum Deus para quem quer que seja”, Cobbe está criticando a teoria da seleção natural, que, baseada na ideia do triunfo individual dos circunstancialmente mais aptos sobre os menos aptos, valoriza a competição e afirma o individualismo, abrindo espaço para a possibilidade de legitimação de medidas de estreitamento da esfera moral.

De fato, a noção de uma luta pela existência nos moldes darwinianos foi usada de forma explícita por pelo menos um fisiologista vitoriano como justificativa para a vivissecação. Michael Foster afirmou que “os biólogos e fisiologistas gozam claramente de má reputação no presente momento”, basicamente por estarem seguindo a natureza em vez de seguir a cultura. Foster afirma que “segundo sua própria ciência, ao longo do

¹⁰ Ver Introdução.

caminho que a Natureza apontou-lhes, eles precisam contrariar incontáveis opiniões estabelecidas e visões compartilhadas” (Foster, 1874: 673). Afinal de contas

Mr. Darwin has shown that the lives of all living beings are shaped by “the struggle for existence.” Man's life is a struggle for existence with his fellow-men, with living animals and plants, and with the lifeless forces of the universe. The very conditions of his existence lay upon him the burden, and in so doing give him the right, to use the world around him, the lives of animals included, to aid him in his strife. (Foster, 1874: 674).

A posição de Foster é clara: Darwin desvelou a verdadeira lei da natureza, e esta lei se resume numa luta implacável pela sobrevivência. Ao realizar a vivissecção, assim como qualquer outra forma de exploração da vida animal, a espécie humana nada mais faz que cumprir seu papel na ordem natural:

The success of the human race in the struggle for existence depends on man's being well fed; man is therefore justified in slaying and eating a sheep. The success of the human race in the struggle for existence is dependent on knowledge being increased; man is therefore justified in slaying a frog or a rabbit, if it can be shown that human knowledge is thereby enlarged. (Foster, 1874: 369).

No discurso de Foster, portanto, a vivissecção integra a ordem natural. Ela é a manifestação, no homem, de uma propensão intrínseca a todas as formas de vida: lutar contra as adversidades ambientais, as quais incluem os embates com outras espécies. Na verdade, argumenta Foster, no exercício de sua luta pela sobrevivência o ser humano não tem outra alternativa, pois “a menos que o homem destrua os animais, os animais logo o destruiriam” (Foster, 1874: 674). Por isso “o homem, se quiser viver e prosperar, *deve* matar outros animais. É um dever a ele imposto; um dever, e, portanto, um direito. A autopreservação o exige” (Foster, 1874: 675). Foster prossegue:

Can we draw a line and say that he is justified in slaying an animal for this purpose and not for that? We can only do so by applying the test of whether the death of the animal is useful for him or not. Whenever and wherever the death of an animal is of advantage to himself or to the human society of which he is a unit, he is justified in slaying that animal (Foster, 1874: 675).

Com essas palavras, Foster delimita qual o critério essencial para a demarcação da linha que define sua comunidade moral: a utilidade. Se a morte ou dor de um animal beneficia a espécie humana, ela é legítima; caso nenhum benefício advinha da dor ou morte causada a um animal pode-se dizer (mas somente em tais situações) que “o homem que as infligiu é um homem cruel”, e “a humanidade deve deter sua mão” (Foster, 1874: 676). As palavras conclusivas de Foster são ainda mais veementes:

In short, *this, under one aspect, is a selfish world. The struggle for existence is its guiding principle.* If we believe that man is to govern the world, and he must either govern or succumb, then we must be prepared to use animals selfishly (...) – to kill them with pain when the pain is for our benefit; and, inasmuch as the greater includes the less, to inflict pain without death where their pain does us good. *Our good is, in fact, the rule of our conduct towards animals* (Foster, 1874: 676; grifos meus).

Eis acima colocada, de forma categórica, por um dos mais destacados fisiologistas de seu país e de seu tempo, a justificação de toda forma de vivissecção com base na noção da seleção natural, a luta pela sobrevivência legitimando a ação humana em um “mundo egoísta”. No discurso de Foster somente os humanos importam de fato; os interesses dos animais só entram em pauta caso a humanidade não obtenha benefício algum com a morte ou a dor destes. Essa retórica de naturalização dos experimentos com animais alcançava, por vezes, as dimensões de um discurso que transformava os próprios experimentos em obras da natureza. Lauder Brunton, em seu discurso sobre a relação entre vivissecção e medicina, observa que as pesquisas de um fisiologista sobre a fome seriam “repetições, em uma escala infinitamente menor, dos experimentos que estão constantemente sendo realizados pelas condições de vidas de milhares de milhões de animais selvagens no mundo inteiro”, e que os animais usados “não sofreram mais dor que aqueles que morrem nos campos e florestas” (Brunton, 1881). Nesse tipo de discurso, no qual a natureza figura como um “arquivivissector”¹¹, a vivissecção que ocorre nos laboratórios fisiológicos é convertida numa espécie de experimento domesticado, diferindo das experiências do mundo natural por se dar em condições controladas, e por ser menos vã que “o sofrimento ininterrupto de bilhões de vidas selvagens” que, longe de olhos humanos, não beneficia a humanidade (Brunton, 1881).

Comentando algumas das passagens do texto de Foster acima mencionado, Jed Mayer (2008) observa que “empregando a teoria de Darwin de uma forma tão literal, que talvez surpreendesse seu autor, Foster transforma o laboratório fisiológico em um lugar de luta mortal pela ascendência do homem sobre a ordem natural bruta”. O que Mayer parece não perceber é que Foster recorria àquele outro aspecto da teoria darwiniana, ou, como diria Mayr, a outra teoria de Darwin: a da seleção natural. Essa diferença, insisto, é fundamental: a noção darwiniana da origem comum servia bem aos

¹¹ Um texto de apologia da vivissecção publicado no jornal *The Times* se referia à natureza como o “arqui-vivisector”: *Dr Ferrier's Researches*, *The Times*, Londres, 19/11/1881, p. 12. Citado em Otis (2007): 33.

propósitos e à causa dos antivivissecionistas, e Cobbe lançou mão dessa tese como argumento com frequência. Por outro lado, a teoria da seleção natural era útil à retórica dos advogados da vivissecção, e Foster empregou-a de forma categórica para legitimar tal prática. A aversão de Cobbe pela ideia da seleção natural, ou à sua aplicação nas questões humanas, era proporcional à sua simpatia pela noção de origem comum:

The point on which this vast and portentous controversy here concerns us is the deduction withdrawn from the Darwinian morality in favour of Vivisection. To put it briefly, the argument amounts to this: "Nature is extremely cruel, but we cannot do better than follow Nature. The Law of the Survival of the Fittest, applied to human agency, implies the absolute right of the Strong (i.e., of those Who can prove themselves Fittest) to sacrifice the Weak and Unfit, *ad libitum*. (...) This is Nature's plan, they say, in effect; and Man, as merely a part of Nature, can do nothing more proper or sagacious than to fall in with it (Cobbe, 1889j: 65-66).

Na passagem acima Cobbe denuncia essa racionalização da crueldade humana com base na crueldade do mundo natural, um argumento bem marcado no discurso de Foster. Sem nutrir ilusões românticas sobre a natureza humana, a autora não se esforça em negar essa suposta crueldade do mundo selvagem. Ao contrário, contra esse argumento sua resposta é que "todo o progresso de nossa raça, desde os tempos pré-históricos até hoje tem-se dado em uma direção diametralmente oposta", pois "a própria Civilização tem consistido na conquista por avanços, a cada geração sucessiva, sobre os instintos bestiais, cruéis e predatórios" (Cobbe, 1889j: 68). Afinal, são essas mesmas 'paixões do tigre' que explicam, segundo Cobbe, os atos desumanos dos fisiologistas, e o fato de esses atos terem uma origem 'natural' não vale como justificativa ética.

A noção de sobrevivência do mais apto, à qual alguns dos adeptos do darwinismo recorrem para legitimar a experimentação animal, constitui, para Cobbe, uma grave ameaça ao tecido social. "Essa teoria pestilenta e sua aplicação prática aos assuntos humanos do exemplo supostamente dado pela Natureza na 'Luta pela Existência' estão minando – de forma muito rápida, é de se recear – a ética de nossa geração" (Cobbe, 1889j: 65). Um dos efeitos dessa visão de mundo é que seus propagadores invertem a escala de valores que deveria orientar suas prioridades:

Truly the "Humility of Science" – of which we hear much, but see perhaps less than might be desired – can be no better exemplified than by the choice of teachers made by these modest advocates of Vivisection, who relinquish Plato and Kant, Moses, and a greater than Moses, and makes themselves the disciples of the wasp and the polecat (Cobbe, 1889j: 69).

Na articulação dessa narrativa, darwinistas e fisiologistas são retratados como aqueles que abandonam as sábias lições dos grandes filósofos, virando as costas para a tradição ao se tornarem “discípulos da vespa e do furão”. Nessa construção retórica, a “teoria pestilenta” da seleção natural se apresenta como uma grande ameaça ao processo civilizatório, representando uma proposta e um risco de retorno ao estado de barbárie.

5.4.3. Seleção natural, comunidade moral e civilização em Darwin e Huxley

É possível que os advogados da vivisseccção fossem mais relutantes em recorrer à ideia da luta pela existência em sua retórica por terem consciência de haver uma aversão difundida à ideia da ‘sobrevivência do mais apto’, especialmente à sua extrapolação para as questões sociais humanas. Lembremo-nos que na era vitoriana – assim como nos dias de hoje – a assunção de uma postura como a de Foster não era vista com bons olhos, como ele próprio declarou. Na Inglaterra do século XIX o movimento antivivisseccionista integrava um cenário muito mais abrangente, no qual a sociedade civil criava inúmeras organizações e movia incontáveis campanhas em prol das mais diversas categorias de oprimidos: mulheres, pobres, crianças, lunáticos, animais, e assim por diante. Entretanto, mesmo que tenha havido uma relutância da maioria dos advogados da vivisseccção na Inglaterra em recorrer à noção de seleção natural, ainda assim é possível que essa ideia de ‘sobrevivência do mais apto’, integrando a visão de mundo dos divulgadores da experimentação animal, estivesse informando a atitude dos mesmos em relação a esse assunto. Para melhor explorar esse tema podemos dar a palavra a dois dos mais importantes darwinistas vitorianos: Huxley e o próprio Darwin.

Em *Evolution and Ethics*, Huxley expressa bem sua visão do assunto:

Man, the animal, in fact, has worked his way to the headship of the sentient world, and has become the superb animal which he is, in virtue of his success in the struggle for existence. (...). For his successful progress, throughout the savage state, man has been largely indebted to those qualities which he shares with the ape and the tiger (...) But, in proportion as men have passed from anarchy to social organization (...) these deeply ingrained serviceable qualities have become defects. (...) Whatever differences of opinion may exist among experts, there is a general consensus that the ape and tiger methods of the struggle for existence are not reconcilable with sound ethical principles (Huxley, 1893a: 51-53).

Observe-se que, embora Huxley atribua o triunfo da espécie humana na luta pela existência às qualidades herdadas do símio e partilhadas com o tigre, ele admite que no

contexto da vida civilizada essas vantagens se tornaram defeitos. Os métodos empregados por seus parentes e ancestrais biológicos na luta pela sobrevivência “não são conciliáveis com princípios éticos sólidos”, e a marcha progressiva da humanidade para a civilização requer que esses métodos sejam superados.

Em um texto anterior, publicado no mesmo ano do ensaio de Foster acima discutido, Huxley já expressava um olhar bem mais ponderado que o de seu pupilo. Após afirmar sua simpatia pela hipótese de Descartes sobre o automatismo animal, Huxley (1998 [1874]: 236) lamenta não poder aceitá-la. Afinal,

The doctrine of continuity is too well established (...). We know that (...) brutes have a consciousness which, more or less distinctly, foreshadows our own. I confess that, in view of the struggle for existence which goes on in the animal world, and of the frightful quantity of pain with which it must be accompanied, I should be glad if the probabilities were in favour of Descartes' hypothesis; but, on the other hand, considering the terrible practical consequences to domestic animals which might ensue from any error on our part, it is as well to err on the right side, if we err at all, and deal with them as weaker brethren, who are bound, like the rest of us, to pay their toll for living, and suffer what is needful for the general good (Huxley, 1998 [1874]: 236-237; grifos meus).

A “doutrina da continuidade” demonstra que a mente animal é a precursora da mente humana, assegura-nos Huxley. Por esse motivo, o sofrimento dos animais, especialmente os domésticos, deve ser levado em conta. É essa a postura ética correta, pois muito embora o autor confesse que gostaria que Descartes tivesse razão quanto à insensibilidade animal, os fatos naturais e a teoria evolutiva que os costura dizem o contrário. Ao mesmo tempo Huxley inclui no “pedágio” que os animais devem pagar por suas vidas o sofrimento que for “necessário ao bem geral”- leia-se: o bem da espécie humana. Dessa forma, embora seja muito mais cauteloso que Foster em suas formulações, também Huxley sustenta o benefício à humanidade como um critério que justifica a vivissecção.

Darwin não faz quaisquer correlações diretas entre a seleção natural e a legitimidade da vivissecção, mas o evolucionista se expressa quanto à importância da seleção natural em relação ao processo civilizatório. Em carta escrita em três de julho de 1881, endereçada a William Graham (1839-1911), um filósofo e político irlandês, Darwin, menciona os “riscos que as nações da Europa correram, não muitos séculos atrás, de ser subjugados pelos turcos, e como essa ideia é ridícula hoje”. Esse triunfo da raça caucasiana sobre a turca é dado como evidência de “a seleção natural ter feito e continuar fazendo mais pelo progresso da civilização do que você [Graham] está

inclinado a admitir” (DCP, 13230). Em algumas passagens do *Descent* é também possível vermos o pensamento de Darwin sobre esse tema. Sob o tópico *Natural Selection as affecting Civilised Nations* (a seleção natural afetando as nações civilizadas), Darwin faz algumas reflexões, a maioria das quais declara serem retiradas das ideias de W.R. Greg, Alfred Wallace e Francis Galton:

With savages, the weak in body or mind are soon eliminated; and those that survive commonly exhibit a vigorous state of health. We civilised men, on the other hand, do our utmost to check the process of elimination; we build asylums for the imbecile, the maimed, and the sick; we institute poor-laws; and our medical men exert their utmost skill to save the life of every one to the last moment. (...) Thus the weak members of civilised societies propagate their kind. No one who has attended to the breeding of domestic animals will doubt that this must be highly injurious to the race of man (Darwin, 1874: 133-134).

As práticas humanitárias que caracterizam uma civilização impedem que a seleção natural desempenhe sua função de eliminar as características deletérias das populações humanas. É o que afirma Darwin, que não tem dúvidas sobre o efeito danoso dessas práticas à raça humana. Até aqui, no entanto, o autor não se posicionou em termos de propostas efetivas de políticas públicas. Vejamos como segue seu discurso:

The aid which we feel impelled to give to the helpless is mainly an incidental result of the instinct of sympathy, which was originally acquired as part of the social instincts, but subsequently rendered, in the manner previously indicated, more tender and more widely diffused. Nor could we check our sympathy, even at the urging of hard reason, without deterioration in the noblest part of our nature. (...) We must therefore bear the undoubtedly bad effects of the weak surviving and propagating their kind (Darwin, 1874: 134).

Aqui Darwin reafirma sua noção de uma ‘simpatia para além dos confins do homem’ como uma virtude à qual não é possível se renunciar senão ao custo do projeto civilizatório. Essa simpatia é o resultado da herança biológica ancestral da espécie humana, os instintos sociais de sua mente animal aprimorados pelo hábito herdado e pelos desenvolvimentos culturais. Por isso, abrir mão dessa simpatia implica a “deterioração da parte mais nobre de nossa natureza”. Entretanto, Darwin admite uma exceção a essa regra moral. O evolucionista lamenta o fato de que em todos os países nos quais um grande exército permanente é mantido os mais finos jovens são arregimentados ou se alistam. Dessa forma, esses jovens são expostos à morte prematura na guerra e impedidos de se casarem no auge de suas vidas. Os homens mais fracos, por outro lado, devido à sua constituição pobre, permanecem em suas casas,

tendo, portanto, uma chance muito maior de contraírem matrimônio e propagarem sua descendência (Darwin, 1874: 134). Por isso Darwin defende que os “fracos de corpo e mente” deveriam abster-se de casarem, embora admita que “isso é algo que deve mais ser mais uma esperança que uma expectativa” (Darwin, 1874: 134). Essa discussão é retomada nas últimas páginas do *Descent*:

Man scans with scrupulous care the character and pedigree of his horses, cattle, and dogs before he matches them; but when he comes to his own marriage he rarely, or never, takes any such care. (...) Yet he might by selection do something not only for the bodily constitution and frame of his offspring, but for their intellectual and moral qualities. Both sexes ought to refrain from marriage if they are in any marked degree inferior in body or mind. (Darwin, 1874: 617- 618).

Vê-se no trecho acima que Darwin, como um típico gentil-homem vitoriano, preocupa-se com o *pedigree* da ascendência humana, e defende a importância de que os indivíduos de constituição inferior renunciem ao seu direito reprodutivo em prol do aperfeiçoamento contínuo da espécie. Assim como os criadores de cães e gado decidem quais animais serão utilizados como reprodutores, caberia aos indivíduos superiores fazer uma escolha biologicamente sensata dos parceiros dignos de gerar a prole que dará continuidade à sua linhagem. Afinal, “se os prudentes evitarem o casamento, enquanto os descuidados se casam, os membros inferiores tenderão a suplantar os membros superiores da sociedade” (Darwin, 1874: 618). Darwin afirma:

Man, like every other animal, has no doubt advanced to his present high condition through a struggle for existence consequent on his rapid multiplication; and if he is to advance still higher, it is to be feared that he must remain subject to a severe struggle. Otherwise he would sink into indolence, and the more gifted men would not be more successful in the battle of life than the less gifted. (...) There should be open competition for all men; and the most able should not be prevented by laws or customs from succeeding best and rearing the largest number of offspring. (Darwin, 1874: 618).

Se o Estado não tem o direito de interferir no casamento entre os “membros inferiores” da sociedade, pelo menos ele tampouco deve impedir que “os mais capacitados” tenham um êxito reprodutivo maior. É essa a forma como Darwin propõe a aplicação da seleção natural no tecido social vitoriano e nas gerações vindouras. Darwin faz, no entanto, duas ressalvas. A primeira é que por mais importante que a luta pela existência tenha sido, e ainda seja, no que diz respeito à parte mais elevada da natureza humana, existem outras agências mais importantes, como os efeitos do hábito, o poder de raciocínio, a instrução, a religião, etc. (Darwin, 1874: 618). Entretanto, Darwin

lembra ao leitor que é à seleção natural que devem ser atribuídos “os instintos sociais, que propiciaram a base para o desenvolvimento do senso moral”. Essas palavras de Darwin dão um tom redentor à noção da seleção natural. Por um lado, esse mecanismo evolutivo é responsável pela eliminação implacável dos indivíduos menos aptos em todas as espécies biológicas. Não obstante, foi a ação da seleção natural que deu origem aos instintos sociais animais, precursores da própria moralidade humana, a qual permitiu ao homem construir civilizações (Darwin, 1874: 618).

O que essa análise do pensamento de Darwin, a respeito da relação entre seleção natural e processo civilizatório, nos interessa aqui é a forma como o autor a articula em sua proposta particular de delimitação da esfera de consideração moral. Quanto a esse aspecto, a articulação da seleção natural no discurso de Darwin é complexa e apresenta certa dualidade. Por um lado, Darwin pensa a seleção natural como necessária à civilização, uma vez que é ela que assegura a eliminação dos membros de constituição inferior nos aspectos físico, mental e moral. Ao mesmo tempo, porém, o evolucionista admite que a adoção de métodos equivalentes àqueles empregados na luta selvagem pela existência para a eliminação dos indivíduos menos aptos comprometeria, de forma irreparável, as principais virtudes humanas, as quais se originaram da ação da seleção natural, mas se aprimoram por meio de outras agências naturais e culturais. No discurso de Darwin pelo menos alguns aspectos da civilização vitoriana foram erigidos em oposição direta e necessária ao caráter impiedoso da lei da sobrevivência do mais apto, através de uma simpatia que ultrapassa as barreiras de sexo, classe, raça e até mesmo as fronteiras do humano. A proposta dessa simpatia capaz de abranger todas as formas de vida senciente não implica, contudo, uma igualdade de valor intrínseco entre todos os seres. No seio das próprias sociedades ocidentais, como aquela em que ele próprio vive, Darwin defende que os indivíduos mais bem sucedidos em sua luta pela existência devem ter prioridade reprodutiva, além de terem assegurado seu direito a continuarem ocupando os espaços sociais mais importantes por meio da livre competição. Na seção seguinte pretendo demonstrar que a mesma lógica hierárquica que Darwin aplicava no plano individual também valia, no discurso desse autor, para as decisões envolvendo disputas de interesses entre diferentes espécies. Mais uma vez, no centro desse debate estava o cão vitoriano, e na frente de combate, Frances Power Cobbe.

5.5. TRAÍDOS PELA CIÊNCIA

5.5.1. “Ultraje aos afetos”: Darwin, Cobbe e o cão de Magendie

Em agosto de 1863, mesmo ano da publicação do *The Rights* por Cobbe, o *British Medical Journal* publicou o relato de uma testemunha ocular de um experimento público realizado por François Magendie no College de France. Segundo o relato o fisiologista havia operado um “pobre cão” que, “todo ensanguentado e mutilado”, havia por duas vezes escapado “de sua implacável faca”, e nas duas vezes tinha colocado as patas ao redor do pescoço de Magendie e lambido seu rosto. A testemunha explicou por que se retirara do local: “Eu confesso – riam, vivisseccionistas, se quiserem – que não consegui suportar tal visão” (BMJ, 1863: 215). Tudo indica que essa foi a mesma passagem mencionada por Darwin no *Descent*, na única ocasião em que o evolucionista menciona a vivissecação nessa obra:

In the agony of death a dog has been known to caress his master, and every one has heard of the dog suffering under vivisection, who licked the hand of the operator; this man, *unless the operation was fully justified by an increase of our knowledge*, or unless he had a heart of stone, must have felt remorse to the last hour of his life (Darwin, 1874: 70; grifos meus)

Para os propósitos de nossa análise do pensamento de Darwin a respeito da vivissecação, precisamos examinar essa passagem de forma cuidadosa. Comentando a respeito desse mesmo trecho, Jed Mayer afirma que “o sentimentalismo dessa cena enternecedora da vida no laboratório não estaria deslocado em um panfleto antivivisseccionista”, e acrescenta que “sua presença na maior contribuição de Darwin à literatura evolucionista é um exemplo particularmente dramático dos fortes laços retóricos existentes entre a comunidade científica e seus críticos no fim da era vitoriana” (Mayer, 2008). Penso ser necessário relativizar as afirmações desse autor. Embora os artifícios retóricos usados por antivivisseccionistas e advogados da experimentação animal fossem de fato similares, a passagem do *Descent* acima não reflete qualquer ambiguidade quanto à *posição* adotada por Darwin. A chave para a interpretação dessa passagem está, penso eu, nas palavras em itálico na citação anterior. De fato, essa condenação moral da crueldade para com um animal poderia ter servido muito bem a uma campanha antivivisseccionista, se não fosse por essas palavras: “a menos que essa operação fosse plenamente justificável por um aumento em nosso conhecimento”. Nesse pequeno trecho, portanto, Darwin aponta um conflito de valores e interesses, mas

também uma decisão inequívoca de prioridades. Um homem como o vivisector que age com tamanha indiferença diante do afeto de um cão “deve ter sentido remorso até a última hora de sua vida”, ou então deve ser alguém com “um coração de pedra”. Mas resta outra possibilidade capaz de redimir esse homem: a de ele estar agindo em nome de uma causa mais nobre, a saber, o avanço do conhecimento científico. Nesse caso sua ação deixa de ser cruel ou desumana, pois se dá em prol de toda a humanidade. O cientista deixa de ser um algoz, e o cão deixa de ser uma vítima; ambos servem, voluntariamente ou não, a uma causa que torna aquele ato justificável devido à grandiosidade de seu propósito: o progresso da ciência. Quanto a esse ponto, é conveniente observarmos que Darwin não evoca a cura de quaisquer doenças para que a operação realizada no cão seja considerada legítima. O avanço no conhecimento puro é suficiente para que esse experimento deixe de ser cruel e seja “plenamente justificado”.

Frances Cobbe também se manifestou a respeito de uma cena que pode muito bem ter sido a mesma que teria envolvido Magendie e seu cão:

There is a story extant, so hideous that we hesitate to tell it, of a certain man of science who performed on his dog what he was pleased to term *une expérience morale*. He tortured it for days in a peculiarly horrible manner, to try when the animal's affection would be overcome by his cruelty. The result proved that the dog died without ceasing to show his humble devotion to the man (or *monster*, we should say) who put him to such a test. The indignation which this fiendish act arouses in our minds is not solely a moral reprobation: it partakes also of the bitterness provoked by an outrage upon the affections (Cobbe, 1866 [1863]: 242).

Note-se que no relato de Cobbe o pesquisador – “ou monstro, deveríamos dizer” – teria realizado nesse caso não apenas uma prolongada tortura física, mas também uma intensa tortura emocional. Por esse motivo o ato não era moralmente reprovável apenas devido ao sofrimento físico envolvido, mas também “por toda a amargura provocada por um ultraje aos afetos”, ao amor leal e incondicional de um cão ao seu dono até o último alento. Considero essa expressão – “ultraje aos afetos” – particularmente elucidativa da temática que quero explorar a partir daqui: a percepção e explicitação, por Cobbe, do darwinismo, da fisiologia experimental e da ciência biológica como um todo sob o prisma da *traição*. O fisiologista que age como Magendie trai os afetos do cão, e o darwinismo, como exemplo prototípico da ciência moderna que emerge e prolifera no período vitoriano, trai e solapa as bases morais que sustentavam o projeto civilizatório da nação e da humanidade.

5.5.2. A traição em diferentes planos

5.5.2.1. A traição nos planos individual e interespecífico

Podemos tentar sistematizar a análise da temática da traição na retórica antivisseccionista, e mais particularmente no discurso cobbeano, dividindo-a em três planos, que chamarei de plano individual, plano interespecífico e plano das categorias abstratas e instituições sociais. Examinemos em seguida cada um desses planos, discutindo os valores fundamentais e as hierarquias de prioridades no pensamento de Cobbe a respeito de cada um deles.

No plano individual podemos dizer que Frances Cobbe deve ter-se sentido traída por Charles Darwin, com quem durante alguns anos partilhara trocas significativas. Essas trocas incluíam não apenas conselhos sobre cultivo de plantas e outras amenidades da vida rural, mas também discussões filosóficas e um interesse comum pela mente canina. Não foram as divergências teóricas que afastaram Cobbe e Darwin. Apesar da explicitação de suas posições contrárias quanto à origem da moralidade humana, essas diferenças eram no início manifestações de discordância, mas não de discórdia. Isso fica claro numa carta de Emma Darwin a Cobbe datada de 25 de fevereiro de 1871, na qual a esposa do evolucionista assegura à amiga que “o Sr. Darwin diz que sabe muito bem o quanto você e muitos outros irão desaprovar a parte relativa ao senso moral, de modo que ele não ficará surpreso com qualquer grau que seja de vigor em seu ataque”¹² (DCP, carta 07516f¹³). Nas palavras de Emma Darwin, a amizade entre seu esposo e a Sra. Cobbe está assegurada, e a esposa de Darwin explica que este não espera que a jornalista tenha quaisquer inibições em expressar suas críticas ao seu pensamento – o que Cobbe de fato fez, de forma contundente, em *Darwinism in Morals* (Cobbe, 1876 [1872b]). Esse é um indício de que não foram propriamente as diferenças de visão de mundo que implicaram o rompimento de Darwin e Cobbe, mas sim suas divergências de posicionamento político em decorrência das respectivas formas de adotar atitudes coerentes com as próprias visões. As posições assumidas por Darwin e Cobbe se tornariam tão antagônicas, que acabariam por afetar de forma irreparável a amizade de ambos. Cobbe (1894b: 445) situa o rompimento entre ela e Darwin no ano de 1875, quando da realização dos inquéritos da *Royal Commission*. Entretanto, talvez possamos dizer que a animosidade entre essas duas personagens teve

¹² Em inglês, no original: “Mr Darwin says that he knows so well how much you & many others will disapprove of the moral sense part that he will not be surprised at any degree of vigour in your attack”.

¹³ O texto integral da carta foi cortesia do Prof. Dr. Paul White, integrante do DCP.

seu apogeu em 1881, quando Cobbe e Darwin trocaram duras críticas públicas mútuas em cartas publicadas no *The Times*.

A traição no plano interespecífico diz respeito à relação entre os seres humanos e os cães, e constitui uma dimensão especialmente importante de nossa discussão. Essa traição tem início, na narrativa de Cobbe, com as denúncias publicadas em 1863, a respeito de crueldades cometidas contra cavalos em Alfort, na França. Em seu primeiro texto a respeito da vivissecção, Cobbe atribuía todas as mazelas dessa prática aos fisiologistas experimentais do continente, e confiava sem restrições nos vivissectores britânicos. Contrastando as denúncias sobre os abusos cometidos em solo francês com a prática vigente em seu país, Cobbe observa que “na Inglaterra, afirma-se, aparentemente com boa autoridade, que as vivisseccções são comparativamente raras, e realizadas apenas por homens de ciência para a comprovação de fatos fisiológicos, e geralmente com a administração de clorofórmio” (Cobbe, 1866 [1863]: 236). Desses fatos Cobbe conclui que “o sistema francês [mas não o inglês] vem transgredindo de forma terrível os limites da moralidade nesse campo” (Cobbe, 1866 [1863]: 237).

A partir das crescentes denúncias de abusos semelhantes também em terras britânicas, a partir de 1870, Cobbe foi progressivamente perdendo a fé nas alegações de uma sensibilidade e ternura para com os animais como diferenciais da atitude do fisiologista inglês. Sua postura mudaria então de forma dramática, e Cobbe se tornaria uma pedra cada vez maior e mais incômoda nos sapatos da fisiologia experimental em seu país. Ocupando uma posição central em termos dos motivos do crescente antagonismo entre os antivivisseccionistas e os fisiologistas estariam os cães, e o sofrimento a eles infligido nos laboratórios. Em *The Rights*, Cobbe (1866 [1863]: 254) descreve o cão como um animal criado especialmente por Deus para agrado do homem, e em *The moral aspects of Vivisection* os cães são mencionados como criaturas semelhantes e sem pecado (*sinless fellow-creatures*), que não merecem o destino indigno que os fisiologistas lhes impõem (Cobbe, 1889i: 17). Nesse mesmo artigo Cobbe expressa indignação pelo fato de os fisiologistas não se contentarem em empregar como animais experimentais os “répteis obtusos”, os ratos e coelhos selvagens ou as “grandes bestas dos pastos”. Ao invés disso, “por alguma estranha e sinistra fatalidade, as vítimas escolhidas são nossos favoritos domésticos: os gatos que ronronam como amor e confiança; os cães cujos corações fiéis brilham de afeição por nós” (Cobbe, 1889i: 15). Cobbe enfatiza em seguida o compromisso da espécie humana com a canina:

Our human race has for thousands of years trained these creatures to serve and trust us, till their natures are all bent towards us in love and confidence. So deeply rooted is, indeed, this faith in man in the case of dogs that those who have witnessed the scenes in the laboratories of physiologists testify that the brutes can scarcely be made to understand that it is intended to hurt and kill them, but (...) try (...) to lick the hands of their tormentor (...). Will anyone contend that it is not *the vilest, the most odious treachery* to betray and mock such faith if the dumb creature, and torture him to death for our purposes, while he – poor brute, whom we despise! – would die freely to save us from fire or the waves, or perchance expire and grief upon our graves? (Cobbe, 1889i: 15-16; grifos meus).

Aqui a questão da traição é explicitada. Na cena do animal que lambe a mão de seu torturador, provavelmente baseada na carta de 1875 de Hoggan ao *Morning Post*, mais uma vez o cão expressa seu afeto até o fim de sua existência. A vil traição realizada pelo cientista é, assim, agravada pela atitude amorosa do cão, aquele mesmo animal capaz de arriscar a própria vida para salvar uma vida humana, ou de expirar aos pés do túmulo de seu dono.

Esses dois exemplos que Cobbe oferece da nobre atitude canina não são casuais, mas inspirados em duas obras de Edwin Landseer. Na primeira delas, intitulada *Saved* (Salva), em uma paisagem portuária um grande cão tem aos seus pés uma menina desacordada, que ele acaba de salvar do afogamento (fig. 14). Na outra, intitulada *The Old Shepherd's Chief Mourner*, um cão de aparência triste vela o caixão de seu falecido dono (fig. 15). Ambas essas imagens foram estrategicamente usadas em campanhas antivivisseccionistas britânicas. Na década de 1880 a *National Vivisection Society* (NAS) - a antiga VSS de Cobbe, com novo nome e sob o comando de Stephen Coleridge - publicou dois panfletos contendo essas imagens, que eram contrastadas com figuras encontradas em manuais de vivissecação, mostrando cães presos a instrumentos de tortura (figs. 14 e 15). Nas reproduções das cenas de tortura nos laboratórios lia-se *How we Treat Dogs* (como nós tratamos os cães), enquanto nas reproduções das pinturas de Landseer via-se a legenda *How dogs treat us* (como os cães nos tratam).

Era, portanto, sem dúvida alguma, o cão, mais que qualquer outra espécie, o animal cuja tortura na mesa de vivissecação causava tamanha indignação em Cobbe, e nos antivivisseccionistas de uma maneira geral, na Inglaterra vitoriana. Esse animal figura no discurso cobbeano como vítima de uma traição imperdoável. O cão, parceiro ancestral cujo amor ajudava a tornar menos duro o coração do homem desde tempos imemoriais, “quando o primeiro cão se vinculou ao homem primevo” (Cobbe, 1876c [1872]: 214) era atraído pela espécie humana como um todo, que consentia na vivissecação, pelo fisiologista que a praticava e pelo darwinista, que a defendia. No

discurso cobbeano, Darwin e seus seguidores, que tinham, eles próprios, revelado a complexidade mental canina como resultante da ação das mesmas leis naturais que haviam forjado a mente humana, agora nem sequer se contentavam em virar as costas a esse cão; mais que isso, eles emprestavam seu prestígio e empenhavam suas penas e seus esforços para assegurar que essas criaturas não fossem excluídas do cardápio de opções de animais experimentais do laboratório do fisiologista.



Figura 14 – “Como nós tratamos os cães” X “Como os cães nos tratam” – Panfleto da *National Antivivisection Society* da década de 1880. A imagem superior, extraída de um manual de fisiologia, mostra um cão preso a um aparato de vivissecção. Essa imagem é contrastada com a de uma pintura de Edwin Landseer de 1856, intitulada *Saved*. Nessa pintura um cão acaba de arriscar espontaneamente a própria vida lançando-se ao mar para salvar uma garotinha que se afogava. Fonte: Acervo da *British Library*.



Figura 15 - “Como nós tratamos os cães” X “Como os cães nos tratam” – Panfleto da *National Antivivisection Society* da década de 1880. A imagem superior, extraída de um manual de fisiologia, mostra um cão preso a um aparato de vivissecção. Essa imagem é contrastada com a de uma pintura de Edwin Landseer de 1837, intitulada *The Old Shepherd's Chief Mourner*. Nela se vê, em um cenário de pobreza, um cão de aparência muito triste com a cabeça pousada sobre o caixão de seu falecido dono, por quem vela sozinho. Essa figura e a anterior exemplificam o argumento antivivissecionista de que a vivissecção consistia em uma vil traição ao cão, um animal especialmente devotado e fiel ao homem. Fonte: Acervo da *British Library*.

O sentimento de indignação gerado por essa atitude de darwinistas e fisiologistas talvez nos ajude a entender a resposta caústica de Cobbe aos argumentos de um Mr. Girdlestone, que, em um texto de apologia da vivissecção, havia comparado o sacrifício do cão na mesa de vivissecção ao sacrifício voluntário do Calvário. Ao evocar tal analogia, Cobbe observa, com sarcasmo, que o Sr. Girdlestone parece não ter percebido que a mesma “coloca os vivissectores na mesma categoria que Judas e Pilatos” (Cobbe, 1889j: 67). A mesma mistura de ironia e amargura aparece na fala de Cobbe na época da série de crimes de Jack, o estripador. Ao saber que essa sinistra personagem, que Cobbe acreditava ser um fisiologista ensandecido, vinha sendo caçada pelos policiais com a ajuda de cães *bloodhound*, a ativista comentou, em carta publicada no *The Times* em 11 de outubro de 1888, que a captura do criminoso, caso fosse bem-sucedida, resultaria em uma forma de justiça poética (Mitchell, 2004: 326). Duplo infortúnio para Cobbe, porém, a polícia inglesa nunca conseguiu prender o ‘demônio de Whitechapel’, nem tampouco o movimento antivivisseccionista foi capaz de deter a experimentação animal na Inglaterra vitoriana.

5.5.2.2. A traição no plano das categorias abstratas e instituições sociais: a vivissecção e sua relação com classe, nação, religião, arte, ciência e civilização

Chamarei de ‘traição no nível das categorias abstratas e instituições sociais’ à noção, defendida por Cobbe, de que, ao legitimar a vivissecção, a ciência (especialmente o darwinismo e a fisiologia experimental) traía os valores essenciais da classe de origem de seus membros, assim como da nação, civilização e da própria humanidade. Mais uma vez, me parece, as divergências substanciais que Cobbe professa em relação a Darwin e ao darwinismo dizem respeito a quais os valores que devem nortear a conduta humana e o projeto civilizatório, e qual deve ser a hierarquia de prioridades coerente com essa escala de valores.

Um dos aspectos dessa traição envolvia a questão de classe. Quase todas as formas de abusos contra animais combatidas pela RSPCA e por várias outras associações de proteção animal na Grã-Bretanha diziam respeito a práticas típicas das classes populares: as rinhas de cães e galos, o açulamento de touras e ursos, o maus-tratos perpetrados aos cavalos pelos cocheiros, e assim por diante. Nesse sentido, a vivissecção era uma exceção à regra: a habilidade técnica e destreza manual que ela exigia, assim como os conhecimentos da localização anatômica dos órgãos, faziam com que ela praticamente só fosse realizada por indivíduos de formação médica. Dessa

forma, a experimentação animal era praticada fundamentalmente por pessoas das classes média ou alta, indivíduos com uma formação cultural sofisticada. Esse fato era considerado um agravante por Cobbe, que, conforme vimos no capítulo 3, se insurgia contra o “vício da crueldade científica”, o qual acometia não as classes famintas ou brutalizadas, mas os bem alimentados, bem vestidos e civilizados homens de ciência, os quais integravam “os mais intelectuais círculos da Europa” (Cobbe, 1894a: 606). Esperava-se – ou pelo menos Cobbe e outros antivivisseccionistas esperavam – que esses homens de ciência honrassem os valores caros à sua nação, os quais constituíam a própria identidade da Inglaterra vitoriana. Paul White sustenta que o pensamento dos antivivisseccionistas vitorianos estava ligado a uma tradição de escritos nos quais o sentimento brotava de um estado afetivo interno, por meio de um processo natural que não podia ser manipulado externamente. Essa tradição simpática tinha raízes profundas, por exemplo, na *persona* do ‘homem de sentimento’, cujas ações caridosas provinham de suas paixões ternas, e um coração não corrompido pelo vício naturalmente engendrava sentimentos de benevolência (White, 2006). A origem social e a educação formal e familiar dos fisiologistas britânicos e de seus apoiadores era basicamente a mesma origem dos antivivisseccionistas¹⁴.

Vimos que os entrevistadores da *Royal Commission* perguntaram a praticamente todos os depoentes se estes consideravam haver na Inglaterra uma postura diferenciada dos fisiologistas em relação ao sofrimento dos animais que utilizavam. A frequência e insistência com que tal pergunta era feita tinham relação direta com essa autoimagem do homem da classe média inglesa como um gentil-homem sensível. Era também por esse motivo que, em suas construções retóricas, os fisiologistas britânicos se autorretratavam como indivíduos que sofriam tanto ou mais que os cães que sacrificavam na mesa de vivissecação. A crítica de Cobbe à vivissecação, potencializada pela questão de classe, também guardava relação com esse aspecto, pois era o gentil-homem britânico o guardião desses valores ternos e compassivos que caracterizavam sua nação aos olhos públicos - internos ou estrangeiros. Essa simpatia abrangente, que incluía os animais em suas preocupações, era, afinal, uma aquisição moral recente, e ainda assim exclusiva das nações superiores, pensava Cobbe (1889f: 49) – e também Darwin, que deixa sua posição clara quando fala de uma “simpatia para além dos confins do homem” (Darwin,

¹⁴ É verdade que havia uma grande quantidade de membros do clero e da aristocracia no movimento contra a experimentação animal, mas de forma alguma se pode dizer que havia unanimidade na comunidade clerical ou entre os aristocratas, em termos de apoio à vivissecação.

1874: 123). É por testemunhar os fisiologistas contrariando esses valores compassivos nos quais se assentam a cultura e a moral de seu país e, como se não bastasse, ainda insistindo em suas alegações de serem movidos por sentimentos ternos, que Cobbe declara:

Physiologists must not be surprised if, to the natural indignation excited by records of the sufferings of harmless brutes, be added among anti-vivisectors some exasperation due to the sense that they tread on a quagmire whenever they approach this enchanted ground, whereon honest Englishmen seem to lose all our national characteristics of humanity and straightforwardness (Cobbe, 1882: 97).

Com essa narrativa, mesclada de ironia e veemência, Cobbe condena os vivissectores não apenas pelas crueldades que cometem, mas também por sua hipocrisia, ao tentarem revestir suas torturas com roupagens humanitárias. Isso porque ao tentarem disfarçar suas intenções e motivações, os fisiologistas estariam atentando contra mais uma virtude cara o gentil-homem britânico: a franqueza.

Os debates sobre honestidade e simpatia eram debates sobre valores morais. Foi a respeito desse plano da moral que, conforme vimos, Cobbe se opôs pela primeira vez a Darwin. De início, essa oposição era principalmente filosófica e teórica, relacionada a como cada um desses autores concebia a origem da moralidade humana. As divergências entre Darwin e Cobbe nesse plano eram informadas pelo que foi provavelmente o maior dos diferenciais entre a visão de mundo de Darwin e a de Cobbe: a questão do papel da religião nas vidas humanas individuais e das civilizações. O agnosticismo - tímido em Darwin¹⁵ e explícito em Huxley -; a teoria darwiniana da seleção natural e suas implicações éticas, de aparente legitimação da opressão dos ‘menos aptos’ pelos ‘mais aptos’; a explicação darwiniana da emergência das virtudes morais a partir dos instintos sociais animais – todos esses elementos eram fontes constantes de preocupação para Cobbe. Sua visão era afinada com o pensamento do teólogo americano Theodore Parker e com a moral kantiana. A resultante disso era um olhar e uma atitude que, para efeito de nossos estudos, podem ser assim resumidos: 1) os valores e ações morais humanas eram intuitivos, recebidos pelas almas humanas diretamente de Deus, sendo, portanto, universais e atemporais, muito embora a espécie humana ascendesse progressivamente a tais valores; 2) Deus era uma só Pessoa, não havendo uma Trindade. Jesus Cristo havia sido um homem exemplar, mas não uma

¹⁵ Embora evitasse manifestar-se publicamente quanto à sua posição relativa à questão religiosa, em sua autobiografia, escrita apenas para os familiares, Darwin afirma: “I cannot pretend to throw the least light on such abstruse problems. The mystery of the beginning of all things is insoluble by us; and I for one must be content to remain an Agnostic” (em Barlow, 1958: 94).

personificação de Deus; 3) uma atitude religiosa correta não admitia uma atitude de mera contemplação e oração, mas implicava o dever de agir no mundo, atuando pela afirmação e propagação da virtude e combatendo a proliferação dos vícios (Mitchell, 2004; Williamson, 2005). Em *The Rights*, discutindo a responsabilidade dos indivíduos e da sociedade quanto ao tema da vivissecção, Cobbe afirma que os seres humanos são “vice-regentes de Deus” no mundo, e é a partir dessa missão de tutela sobre os demais seres vivos que deve ser pautada sua conduta (Cobbe, 1866 [1863]: 251). Combater a vivissecção era, portanto, para Cobbe, professar uma atitude religiosa, de afirmação do dever de justiça e compaixão para com os animais, e visando deter o avanço do mal que chamava de “vício da crueldade científica” (Cobbe, 1894a: 606). A escolha desse nome não era casual; ela reflete a associação da ciência ao vício. Ao combater o ‘vício da crueldade científica’, Cobbe estava declarando sua intenção de lutar não apenas contra a crueldade enquanto mal moral, mas também contra os avanços despropositados da ciência de seu tempo:

All our multiform activities, from agriculture down to dressmaking, are in these days nothing if not “scientific”, and to thousands of worthy people it is enough to say that Science teaches this or that, or that the interests of Science require such and such a sacrifice, to cause them to bow their heads, as pious men of old did at the message of a Prophet. “It is SCIENCE! Let it do what seemeth it good!” The claims of the aesthetic faculty, and even of the moral sense, to speak in arrest of judgment on matters entirely within their own spheres, are ruled out of court (Cobbe, 1888a: 4).

As palavras de Cobbe refletem sua preocupação com o monopólio cada vez maior que, aos seus olhos, a ciência vinha exercendo sobre as demais formas de ação e conhecimento, como as artes, as letras e a religião. Discutindo o que chama de “espírito científico da época” (*Scientific Spirit of the Age*), Cobbe, após fazer a ressalva de que se refere particularmente às “ciências físicas, especialmente as do grupo biológico”, declara, em seguida, seu protesto contra “a atitude intrusiva e a opressão do Espírito Científico em regiões nas quais nada tem de apropriado a fazer”, além de “sua predominância onde deveria ser totalmente subordinado” (Cobbe, 1888a: 7). Essa usurpação dos domínios dos demais saberes e fazeres vitorianos era, mais uma vez, uma traição. Vimos que em seu primeiro texto antivivissecionista Cobbe considerava a ciência “uma palavra grandiosa e sagrada”, e a vivissecção, justificada, mesmo que apenas para aumentar o conhecimento acumulado em nome dessa ciência (Cobbe, 1866 [1863]: 231). Em *The Scientific Spirit of the Age* (Cobbe, 1888a), publicado vinte e cinco anos mais tarde, a própria autora faz alusão ao que considera sua fase ingênua:

There were many years of my life during which I regarded it [science] with profound, though always distant, admiration. Grown old, I have come to think that many spirits in the hierarchy are loftier and purer; that the noblest study of mankind is Man, rather than rock or insect; and that, even at its best, Knowledge is immeasurably less precious than Goodness and Love (Cobbe, 1888a: 6).

Essa mudança de visão quanto ao papel da ciência e do conhecimento deve-se não apenas a mero amadurecimento pessoal, mas a uma grande decepção de Cobbe com os rumos tomados e plataformas adotadas pela ciência de seu tempo. Em um texto anterior, Cobbe comenta que “nós falamos com desdém das fraudes da velha classe sacerdotal; mas [o fato de] que os Sacerdotes da Ciência, que deveriam estar a serviço da própria Verdade, estejam sujeitos à acusação de prevaricação constante é na verdade um espetáculo humilhante” (Cobbe, 1882: 98). A escolha da expressão ‘sacerdotes da ciência’ diz respeito à percepção de que o espírito científico vem invadindo e se apoderando dos domínios da religião. É frequente no discurso cobbeano o emprego de termos similares, tais como “o novo Deus da Ciência” (Cobbe, 1877: 346) ou “o evangelho da ciência” (Cobbe, 1889j: 65). A intromissão da ciência na seara da religião representa, para Cobbe, não apenas a invasão dos aspectos espirituais e contemplativos, mas principalmente a usurpação do domínio da moral, do qual a religião era por tradição a principal guardiã nas sociedades ocidentais. O prestígio alcançado na era vitoriana pelos usurpadores, os homens de ciência, era incontestável:

If any men claim to be more than others the representatives of the period, in the “foremost files of time”, it is our men of science. (...) No statesmen, no divines, no metaphysicians, offer themselves at the present Day with such high pretensions to become our Moses and Aarons, and to lead us – it may be to Canaan, it may be into a wilderness. What is done, thought, felt by the men of science is of almost incalculable weight in determining the proximate tendencies of thousands of lesser spirits. (...) A peculiar and abnormal manifestation of sentiment among the scientific class, or even of a certain small section of it, is therefore quite (...) significant. (...) Such manifestation is, I apprehend, actually observable in the rapid extension of the practice of painful Experiments on Animals (Cobbe, 1889i: 3).

Nessa linha de argumentação, a conquista progressiva de poder e *status* alcançada pelos homens de ciência exigiria destes uma alta responsabilidade moral, uma vez que se tornam modelos de conduta para o seu tempo e para as gerações vindouras. Dessa forma, a prática da vivissecção, como “manifestação anormal de sentimento” tem o efeito de influenciar e deformar de forma grave a formação do caráter das pessoas e os rumos tomados pela cultura. É por isso que Cobbe adverte seus leitores de que “quando

nos dizem para ‘confiar em uma classe especial’ e ‘acreditar que a humanidade dessa classe está alinhada, na média, com a da raça humana em geral’, nós replicamos que achamos isso impossível”. Afinal, “a ‘qualificação’ que habilita os fisiologistas a julgar o valor *científico* dos experimentos é algo bem distinto de sua habilidade em ver os aspectos morais da questão” (Cobbe, 1877: 345).

Há outro mal que advém da ciência, segundo Cobbe: a propagação de “visões materialistas sobre todos os assuntos” (Cobbe, 1888a: 11). Uma das consequências dessa visão de mundo, lamenta Cobbe, é que as prioridades são alteradas em prejuízo da moralidade: “Para essa classe de mente, totalmente imbuída do Espírito Científico, a Doença é o mais importante dos fatos, e o maior dos males”. Em contraste, “o Pecado (...) é algo a respeito de que nem o microscópio, nem o telescópio, (...) nem sequer o estetoscópio pode proporcionar qualquer instrução” (Cobbe, 1888a: 12). Dessa forma, a autora se queixa de que “a presente influência da Ciência sobre a Moral tem sido a elevação da Saúde Física” a um *status* máximo, e conseqüente acomodação dos padrões que definem o certo e o errado em torno dessa nova meta (Cobbe, 1888a: 24). O resultado disso, segundo Cobbe, é que grande parte do que a consciência cristã entendia como vícios passa ser considerada uma virtude, conforme a profissão médica vai conquistando “o Poder das Chaves” (Cobbe, 1888a: 24). Essa era outra questão relacionada aos erros da vivisseção, na opinião de Cobbe: o fato de seus praticantes e advogados alegarem o alívio do sofrimento humano como justificativa suficiente para a tortura científica dos animais. Em uma perspectiva teológica, como a de Cobbe, a dor era vista como um componente natural e inevitável da vida, e Cobbe se insurge ao ver que, na escala de prioridades dos homens de ciência, o combate à dor e à doença adquire precedência sobre o combate ao pecado e ao vício, as mazelas físicas importando mais que as morais. Em sua resposta a essa que considera uma perniciosa inversão de valores, Cobbe declara preferir “que essas doenças me tomem e que me deixem morrer a usufruir de qualquer benefício de tais ritos sujos, ou dizer a esse Moloch¹⁶ da Ciência: ‘Vós sois meu Deus’” (Cobbe, 1877: 347).

Cobbe considera os jovens especialmente vulneráveis a essa disseminação do materialismo, promovida pelos adeptos das novas ciências biológicas, e prevê o dia no qual um estudante “não verá mais as lágrimas de sua mãe como expressões de

¹⁶ Divindade pagã cuja adoração era marcada pelo sacrifício dos filhos pelos próprios pais. Na língua inglesa, costuma-se usar esse nome como referência a qualquer forma de situação que exige sacrifícios horrendos. Ex: *o Moloch da guerra*. Definição presente no *Randomhouse Unabridged Dictionary*

sofrimento, mas como soluções de muriatos, carbonatos de sódio e fosfatos”. Esse filho, tornado insensível pelo treinamento científico, julgará que essas lágrimas maternas “não foram causadas por sua atitude desalmada, mas sim por uma pressão cerebral em suas glândulas lacrimais” (Cobbe, 1888a: 12).

A insensibilização dos indivíduos treinados no pensamento científico decorre de aspectos inerentes a esse olhar. Diferente da literatura, que, por lidar com a vida humana, não deixa que as pessoas esqueçam de “coisas como a bondade, que temos que honrar, e a maldade (*wickedness*), que temos que abominar”, a ciência física, é, na visão de Cobbe, tão amoral quanto seu objeto de estudo, a natureza. Por isso, falta ao “Espírito Científico da Época” o componente de reverência que se vê na literatura e na religião (Cobbe, 1888a: 28):

The Scientific Spirit is callous. (...) Men and beasts are, in scientific language, alike “specimens” (...); and, if the men be ill or dying, they become “clinical material”. The light of Science is a dry one. She leaves no glamour, no tender mystery anywhere. Nor has she more pity than Nature for the weak who fall in the struggle for existence (...), which constitutes of the Scientific Spirit of the Age a kind of Neo-Paganism, the very antithesis of Christianity (Cobbe, 1888a: 25).

Essa passagem, talvez, condense melhor que qualquer outra anterior o argumento central de Cobbe a respeito do que chama de “Espírito Científico da Época”: uma forma de apreensão da realidade através de uma luz fria, sem mistério ou *glamour*, insensível e desprovida de compaixão por homens ou animais. Essa ciência que Cobbe vê florescer, legitimando a crueldade inerente à luta pela existência, na qual os menos aptos perecem e os mais aptos não se importam, era a própria antítese dos valores religiosos e, portanto – para Cobbe – dos valores morais.

5.5.3. Razão fria versus emoções quentes: o darwinismo como protótipo do “Espírito Científico da Época”

Obviamente a visão de Cobbe era contestada por autores de tendências não religiosas, como Huxley:

Morality commenced with society. Society is possible only upon the condition that the members of it shall surrender more or less of their individual freedom of action (...) With the advance of civilization (...) the rules which constitute the common foundation of morality and of law became more numerous and complicated. (...) In the absence of a clear apprehension of the natural sanctions of these rules, a supernatural sanction was assumed (...). Religion, at first independent of morality, gradually took morality under its protection; and the supernaturalists have ever since tried to persuade mankind that the existence of ethics is bound up with that of supernaturalism (Huxley, 1902 [1893b]).

Em um discurso secularista como este, a ética estava desvinculada da religião em sua origem, motivo pelo qual podia perfeitamente prescindir da mesma em seu presente e seu futuro. Além disso, os valores morais que embasavam a conduta social não eram, na percepção de Huxley, inspirados por uma divindade, mas meras regras de convívio negociadas pelos grupamentos humanos. Essa ideia era perfeitamente concordante com aquela defendida por Darwin nas páginas do *Descent*. É por isso que Cobbe responsabiliza diretamente Charles Darwin, outrora seu amigo, pela degradação moral da sociedade que ela atribui ao espírito científico:

Mr. Darwin (...) in his “Descent of Man” linked on the human conscience to the instincts of the lower animals, from whence he held it to be derived. (...) *Darwin (...) has destroyed the possibility of retaining the same reverence for the dictates of conscience.* (...) Who, indeed, can attach the same solemn authority to the monitions of the “Stern daughter of the Voice of God” and to the prejudices of ancestors just emerging from apehood (...) *Thus the Scientific Spirit has sprung a mine under the deepest foundations of Morality.* It may, indeed, be hereafter countermined. I believe that it will be so. (...) But for the present, and *while Darwinism is in the ascendant the influence of the doctrine of Hereditary Conscience is simply deadly* (Cobbe, 1888a: 20-23; grifos meus).

Nessa passagem o darwinismo é retratado como exemplo prototípico do espírito científico da época, responsável por nada menos que minar “os alicerces mais profundos da moralidade”. Essa “doutrina mortal”, que alijava a humanidade de seus compromissos com o divino e solapava a moralidade de sua fonte de força e legitimação, representava, para Cobbe, uma involução do progresso moral de que se orgulhava a sociedade inglesa vitoriana. O teísmo de Cobbe não admitia a possibilidade de florescimento de uma moral secular e autônoma, e o materialismo e agnosticismo professos ou presumíveis de homens de ciência como Darwin, Huxley e não poucos fisiologistas eram considerados indícios adicionais de sua amoralidade. Por isso Cobbe declara que o Espírito Científico da Época “se contenta em ser agnóstico, e não ateu. Ele diz em voz alta: ‘Eu não sei’. Ele murmura para aqueles que o ouvem: ‘Eu não me importo’” (Cobbe, 1888a: 33).

Para provar que a ciência empobrece o espírito humano Cobbe recorre a relatos do próprio Darwin. Em uma passagem de sua autobiografia o evolucionista comenta:

Formerly I was led by feelings such as (...) to the firm conviction of the existence of God, and of the immortality of the soul. In my journal I wrote that whilst standing in the midst of the grandeur of a Brazilian forest, “it is not possible to give an adequate idea of the higher feelings of wonder,

admiration, and devotion which fill and elevate the mind.” I well remember my conviction that there is more in man than the mere breath of his body. But now the grandest scenes would not cause any such convictions and feelings to rise in my mind. It may be truly said that I am like a man who has become colour-blind (em Barlow, 1958: 91).

Reproduzindo essa mesma passagem da autobiografia desse “homem de ciência típico” para discutir “as influências do Espírito Científico na Religião”, Cobbe diz:

Judging from Darwin's experience, as that of a typical man of science, just as such a one becomes an embodiment of the Scientific Spirit, this religious sentiment flickers and expires, like a candle in an airless vault (...) Nor did the deadening influences stop at his own soul. As one able reviewer of his “Life” in the *Spectator* wrote: “No sane man can deny Darwin's influence to have been at least contemporaneous with a general decay of belief in the unseen. Darwin's Theism faded from his mind without disturbance, without perplexity, without pain. These words describe his influence as well as his experience” (Cobbe, 1888a: 31-32).

Apropriando-se das palavras do resenhista da *Spectator*, para complementar seu argumento, Cobbe reforça seu ataque ao darwinismo e ao espírito científico, que este representa e ajuda a construir. Dessa forma, as palavras, em tom confessional, do autor do *Origin* e do *Descent* descreviam não só sua experiência pessoal, mas o efeito de suas ideias em um mundo até então ordenado com segurança em torno da moralidade cristã.

Outro aspecto dos mais importantes quanto a essa questão dos valores fundamentais de uma sociedade dizia respeito à oposição entre razão e emoções. Já nos referimos a esse tema anteriormente, mas é preciso que voltemos a ele para ver como Cobbe articulava essa questão com a temática civilizatória. Também quanto a essa questão, é possível perceber que o ponto de vista da autora mudou significativamente. No início de seu envolvimento com a controvérsia da vivissecção, Cobbe afirmava a importâncias de desencorajar “qualquer intenção de tratar o assunto por aquele método de mero apelo aos sentimentos”, por considerar que com tal abordagem “quase todas as questões morais podem ser distorcidas e eivadas de preconceitos” (Cobbe, 1866 [1863]: 220). Cobbe explica que “um resultado diferente será obtido caso a sociedade em geral puder ser ajudada a formar uma opinião sólida e clara dos limites dentro dos quais o sofrimento dos animais pode ser infligido legalmente para o benefício da humanidade”. Somente dessa forma a opinião pública poderia “manifestar de forma calma e julgamento desprovido de paixão sua severa censura e condenação de cada ato que transgrida tais limites” (Cobbe, 1866 [1863]: 221).

Anos mais tarde seria bem diversa a postura de Cobbe quanto ao *status* das emoções na questão da legitimidade dos experimentos fisiológicos. Sustentando que “as emoções são as fontes mais amplamente eficazes de conduta humana”, Cobbe diz que essas emoções “emergem de primeira mão sob pressão de seus estímulos naturais, ou de segunda mão, pelo contágio de simpatia com as emoções de outros homens” (Cobbe, 1888a: 37). Afirmando que o exemplo mais familiar de contágio das emoções é o do medo, como em situações de pânico coletivo, Cobbe considera, contudo, que outras formas de contágio emocional podem ser extremamente positivas:

There is also happily, we may remember, such a thing as the contagion of Courage as well as that of Terror (...) No means are so efficacious in promoting good ones as the wise employment of the great agency of Contagion; and, further, that this contagion works only by exhibiting the genuine emotion to the person we desire to influence. Only by being brave can we inspire courage. Only by reverencing holy things can we communicate veneration. Only by being tender and loving can we move other hearts to pity and affection (Cobbe, 1888a: 38 e 44).

Podemos mesmo pensar, acredito eu, que a postura pessoal e a estratégia retórica de Cobbe estavam diretamente ligadas a essa percepção da importância do contágio emocional e do exemplo pessoal. Assumindo a posição pública de uma líder audaz, que enfrentava o grupo influente dos advogados da vivissecção, e expondo, com a ajuda de imagens e descrições detalhadas, as torturas realizadas com animais nas ‘câmaras de tortura da ciência’, Cobbe buscava contagiar seus leitores, tanto com a coragem de se erguerem contra a vivissecção, como com o horror a essa prática. Essa atitude visava contrabalançar à dos propagadores da experimentação animal. Discursando a respeito da importância do contágio emocional feitos pela classe professoral, Cobbe observa:

It does not require any direct, or even indirect, inculcation of opinion on the teacher's part to do mischief. It is the contagion of his emotions which is to be feared, if those emotions be base or bad. (...) Let him teach Science, and convey to every student's mind that deification of mere knowledge, that insolent sense of superiority in the possession of it, that remorseless determination to pursue it regardless of every moral restraint, which is too often the “note” of modern scientism, will the instruction he affords to his students' brains counterbalance the harm he will do to their hearts? (Cobbe, 1888a: 47).

Essa atitude condenável de uma “determinação sem remorsos”, de perseguir o conhecimento sem quaisquer restrições morais, se relaciona, acima de tudo, à vivissecção. Isso fica evidente quando a autora discute certas práticas públicas do passado, como a queima de bruxas ou o apedrejamento ou enforcamento de criminosos. Cobbe considera “motivo de regozijo o fato de ter chegado ao fim esse tipo de contágio

emocional na Inglaterra”, mas aponta uma exceção: os experimentos com animais, pois o *Vivisection Act*, de 1876, “sanciona a exibição para classes quando os demonstradores detêm um certificado especial de autorização”. Cobbe vê tal autorização como “uma incoerência monstruosa” (Cobbe, 1888a: 52).

De passagens como a anterior, pode-se depreender que Cobbe não atribui o mesmo valor a toda e qualquer emoção; ao contrário, a autora defende a existência de um “Princípio ou Intuição de um Dever de seguir a Emoção mais elevada (*higher Emotion*), e renunciar à mais baixa (*lower*) como norte ético da conduta humana (Cobbe, 1874: 33). Ainda assim, há no discurso cobbeano uma oposição entre sentimentos e intelecto:

To treat scientifically the theories of Mr. Darwin, we ought to commence by an inquiry (...) into the respective value of our various faculties, the senses, the intellect, the moral, religious and aesthetic sentiments, as witnesses of external truths; and, finally, into the justice or fallacy of attaching belief exclusively to facts of which we have cognizance through one faculty let us say the intellect; and denying those which we observe by another, say, the aesthetic taste or the religious or moral sentiments. (...) The intellect is not the organ through which we appreciate a song or a picture (...) It would be absurd to test songs and pictures by inductive reasoning and not by the specific sense of the beautiful (Cobbe, 1872b: 15).

A incompetência do intelecto para apreender a beleza está aqui colocada. Esse questionamento das ideias de Darwin e da primazia do intelecto tem relação direta com o *status* que Cobbe percebe, indignada, ver sendo progressiva e indevidamente ocupado pela ciência:

Science and Art are constantly coupled together (...); but, if ever incompatibility of temper formed a just ground of divorce, it is surely in their case. When Science like Poverty comes in at the door, Art like Love flies out at the window. They move in different planes, and touch different parts of human nature. *Science appeals to the Intellect, Art to the Emotions*; and we are so constituted that our Intellects and Emotions are like buckets in a well. When our Intellects are in the ascendant, our Emotions sink out of sight; when our Emotions rise to the surface, our busy Intellects subside into quiescence. (Cobbe, 1888a: 16; grifos meus).

A importância dessa incompatibilidade de temperamentos entre ciência e arte, assim como entre intelecto e emoção, no discurso cobbeano tem a ver com uma visão de importantes implicações morais: o intelecto não responde pela sensibilidade; pelo contrário, não raro ele a silencia, ou mesmo a aniquila por completo. Para comprovar esse ponto, Cobbe recorre mais uma vez a Darwin, que em sua autobiografia relata:

Up to the age of thirty, or beyond it, poetry of many kinds, such as the works of Milton, Gray, Byron, Wordsworth, Coleridge, and Shelley, gave me great pleasure,

and even as a schoolboy I took intense delight in Shakespeare (...) Formerly pictures gave me considerable, and music very great delight. But now for many years I cannot endure to read a line of poetry (...). I have also almost lost any taste for pictures or music. (...) My mind seems to have become a kind of machine for grinding general laws out of large collections of facts, but why this should have caused the atrophy of that part of the brain alone, on which the higher tastes depend, I cannot conceive. (...) The loss of these tastes is a loss of happiness, and may possibly be injurious to the intellect, and more probably to the moral character, by enfeebling the emotional part of our nature (em Barlow, 1958: 138-139).

Difícilmente poderíamos imaginar um depoimento mais útil, como evidência das teses de Cobbe sobre os efeitos nocivos do espírito científico, do que essas palavras de seu mais célebre representante na Inglaterra vitoriana. Cobbe percebeu isso, e soube capitalizar em proveito da sua causa as palavras de Darwin:

The recently published Life of the most illustrious and most amiable man of Science of this scientific age has suggested to many readers doubts of the allsufficiency of Science to build up not theories, but men. Mr. Darwin's admirably candid avowal of the gradual extinction in his mind of the aesthetic and religious elements has proved startling to a generation which, even when it is ready to abandon Religion, would be direfully distressed to lose the pleasures afforded by Art and Nature, Poetry and Music (Cobbe, 1888a: 4)

A gradual extinção das faculdades estéticas implica a extinção da sensibilidade, e Cobbe explora esse aspecto. A autora afirma que essa autobiografia de Darwin cumpria uma função oposta à que dela provavelmente se esperava no mundo científico, pois, “em vez de elevar a vocação científica às alturas”, essa biografia deve ter feito com que “não poucos adoradores da Ciência” fizessem a pergunta:

What shall it profit a man if he discover the origin of species and know exactly how earth-worms and sun-dews conduct themselves, if all the while he grow blind to the loveliness of nature, deaf to music, insensible to poetry, and as unable to lift his soul to the Divine and Eternal as was the primeval Ape from whom he has descended ? Is this all that Science can do for her devotee ? Must he be shorn of the glory of humanity when he is ordained her Priest ? Does he find his loftiest faculties atrophied when he has become a “machine for grinding general laws out of large collections of facts”? (Cobbe, 1888a: 5).

Os feitos científicos presentes nessa narrativa são todos eles relacionados a Darwin: a descoberta da origem das espécies, o estudo do comportamento de minhocas e plantas insetívoras. O preço a ser pago pelo ingresso e iniciação nos portais da ciência é alto: a perda da sensibilidade, a transformação do homem em máquina, a atrofia daquelas qualidades que o humanizavam, que faziam o homem civilizado diferir do selvagem. No discurso cobbeano a senda aberta pelo espírito científico se revela um caminho de degradação e retrocesso. O homem cuja genialidade possibilitou a

descoberta das origens de sua espécie deixa nesse caminho, como uma forma de pedágio, todas as virtudes fundadoras e fundamentais de uma civilização, e acaba regredindo a um estado de insensibilidade espiritual similar ao do antropóide primevo de quem descende. Vale a pena pagar esse preço pelo projeto de civilização defendido pelos homens de ciência? – é a pergunta de Cobbe. Sua resposta é que a ciência “nos deu muitas coisas preciosas, mas tira de nós coisas ainda mais preciosas” (Cobbe, 1888a: 34). Entre as coisas que a ciência rouba da humanidade incluem-se os sentimentos ternos e a simpatia pelos mais fracos. Referindo-se aos darwinistas, Cobbe observa que

the only intelligible principle on which they proceed is that very ancient one – *le droit du plus fort*. As the main work of civilization has been the vindication of the rights to the weak, it is not too much, I think, to insist that *the practice of Vivisection in which this tyranny of strength culminates is a retrograde step in the progress of our race* – a backwater in the onward flowing stream of justice and mercy, no less portentous than deplorable (Cobbe, 1889i: 15; grifos meus).

Um refluxo em relação ao avanço moral da raça humana, é assim que Cobbe vê e retrata a experimentação animal. Essa ameaça aos interesses mais elevados da humanidade põe igualmente em perigo os ideais que movem a nação:

Were it possible that the nation should abandon all that the world has learned from the beginning of moral progress till now, and, deliberately throwing over the Christian ideal, accept the principle which underlies Vivisection then it can only be said that the future of England would be doomed. On such a principle no civilisation can flourish. It is a dry rot which, sooner or latter, must destroy the very beams and rafters of the edifice of society (Cobbe, 1889i: 272).

A vivisseção é, portanto, no discurso cobbeano, um elemento podre, cujos princípios norteadores ameaçam causar nada menos que a destruição dos alicerces morais que fundamentam a sociedade e a nação. Apoiada em tais princípios, na percepção de Cobbe, nenhuma civilização pode florescer.

5.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS DOIS ÚLTIMOS CAPÍTULOS

Vimos no capítulo anterior como antivivisseccionistas e darwinistas se confrontaram no campo retórico, no qual a escolha das estratégias argumentativas mais contundentes e mais convincentes importava mais do que quaisquer descrições objetivas dos fatos ou motivos relacionados à experimentação animal. Nesse debate acalorado, a regra era a autoglorificação da própria causa e conseqüente demonização da causa oposta, assim como dos indivíduos que integravam o contingente adversário. Nicolaas

Rupke resume bem esse jogo de forças e palavras quando afirma que “panfleto era contraposto a panfleto, argumento contra argumento, infâmia contra infâmia, insulto contra insulto, representações distorcidas e exageradas contra hipérboles injustas” (Rupke, 1987b: 194). Nessa arena Cobbe e Darwin desempenhavam papéis um tanto diferentes. Enquanto a jornalista era acima de tudo uma líder do movimento de combate à vivissecação, a imagem do evolucionista servia à causa da experimentação animal principalmente como um herói da ciência e da nação, que, ao emprestar seu prestígio à causa da fisiologia experimental, figurava como uma espécie de patrono da vivissecação e do avanço da ciência como um todo.

Nos contornos dessa controvérsia era sempre possível divisar o cão, por vezes em destaque, por vezes ao fundo dos discursos de ambas as partes em contenda. A sensibilidade desse animal e sua mente sofisticada - especialmente no plano emocional - não eram objeto de disputa; afinal, o próprio Darwin havia elevado o *status* dos cães e de todas as espécies de animais ao formular sua doutrina do parentesco biológico universal entre todos os seres vivos. Era justamente em decorrência dessa visão, partilhada entre a maioria dos advogados da vivissecação e a maior parte dos antivivisseccionistas, a respeito da mente animal, que os primeiros viam-se impelidos a se apresentar ao olhar público como indivíduos que se importavam com o sofrimento animal. Em um país que se orgulhava da ternura compassiva universal de seus gentis-homens e damas, assim como de seu amor pelos animais domésticos, a preservação dessa imagem pelos homens de ciência era uma necessidade imperativa.

Por outro lado, a forma pela qual os antivivisseccionistas combatiam essa estratégia discursiva de seus oponentes era retratando o laboratório fisiológico não como templo da ciência, mas como câmaras de horrores. As descrições detalhadas de experimentos dolorosos e as imagens extraídas de manuais de fisiologia cumpriam essa função de mobilizar não apenas a opinião, mas acima de tudo a emoção pública contra a vivissecação e seus praticantes. Forjando uma imagem pública de pessoas corajosas que desciam aos porões sombrios da ciência para iluminar com a luz da verdade moral os horrores ali praticados em segredo, os antivivisseccionistas tornavam visível o animal preso à mesa de vivissecação. Esse animal era, com frequência, um cão, e, ao expor sua dor aos olhos públicos, Cobbe e seus aliados se apresentavam como porta-vozes dessas criaturas sem palavras. A voz de Cobbe e dos demais antivivisseccionistas britânicos era, dessa forma, uma espécie de tradução do grito animal, da expressão do sofrimento

extremo – físico e emocional – daquele mesmo animal cuja capacidade de comunicação e cuja sensibilidade à dor o próprio Darwin enfatizara sem economizar palavras.

O fato de ter sido exatamente Darwin, o homem cuja teoria ajudara a destronar a espécie humana de sua presunçosa e presumida singularidade, quem então se posicionava em prol da vivissecção foi causa de consternação para muitos antivivisseccionistas, e muito especialmente para Cobbe, que desfrutara da oportunidade de travar contatos pessoais e trocas intelectuais com o amável evolucionista. Ao ver quase toda a rede de darwinistas se fechar em torno da defesa virtualmente irrestrita da experimentação animal, Cobbe passava a perceber os rumos tomados e as influências exercidas pelas ciências naturais de seu tempo – especialmente as biológicas – como uma forma de traição do projeto civilizatório e dos ideais da nação inglesa. Nessa chave de compreensão, o darwinismo figurava como protótipo dessa ciência ambiciosa, arrogante e usurpadora, e a vivissecção como o exemplo máximo dos extremos aos quais os homens de ciência podiam chegar para alcançar seus objetivos. Ao olhar de Cobbe, essa ciência, ao pleitear e conquistar a liberdade de atuar contra quaisquer limitações ou ditames éticos, estava conduzindo a humanidade por um perigoso caminho de retrocesso moral. A menos que esse processo fosse detido, e que o cão que gania e agonizava nos porões escuros da ciência fosse libertado, as principais virtudes humanas - como o amor, a ternura, a sensibilidade e a simpatia – que formavam o alicerce moral e emocional da nação iriam por terra, colocando em risco o futuro espiritual de toda a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A controvérsia acerca da legitimidade da vivissecção na Inglaterra vitoriana foi um fenômeno cultural complexo, que envolveu a interação de inclinações individuais com circunstâncias sociais, políticas e históricas particulares. No cerne das discussões geradas se encontravam os animais, cuja relação de continuidade física e mental com a espécie humana havia sido defendida e desvelada por Charles Darwin. No universo da vida vitoriana britânica, terra e tempo de valorização dos afetos domésticos e das virtudes civilizadas do amor e da simpatia, o cão ocupava o lugar de animal darwiniano por excelência. Entretanto, esse mesmo animal, devido à sua docilidade e grande disponibilidade, era também o animal experimental por excelência.

Na presente tese, meu intento foi o de realizar uma análise das relações entre o movimento antivivisseccionista, a fisiologia experimental e o darwinismo na Inglaterra vitoriana. O foco de meu interesse se concentrou na situação paradoxal do cão de Darwin, na dupla condição de animal experimental e animal sensível, de modo a explorar as explicações científicas e as implicações éticas relacionadas à presença do animal darwiniano na mesa de vivissecção. Ao longo das páginas dessa tese, procurei analisar quais eram os principais temas, concepções e doutrinas que envolviam e informavam a controvérsia britânica sobre a vivissecção. Uma dessas concepções era a tese darwiniana da origem comum. Essa teoria, cujo advento causou grande impacto e fortes reações emocionais nas mentes e na sociedade britânica e de várias partes do mundo, fornecia argumentos tanto para os advogados da experimentação animal quanto para os antivivisseccionistas. Por um lado, a ideia de uma herança biológica partilhada entre todos os animais servia como justificativa para os fisiologistas, que viam ainda mais motivos para usar os animais como sujeitos experimentais. Por outro lado, essa mesma tese de Darwin levantava a questão de uma relação de parentesco universal entre todos os seres vivos – o que incluía, portanto, os animais não-humanos e o homem. Uma das implicações científicas desse parentesco universal era a noção de uma continuidade mental entre animais e humanos, tese darwiniana que confirmava a sensibilidade do animal experimental também em sua dimensão emocional.

Outra questão de importância crucial no debate sobre a vivissecção era o problema da dor na cultura vitoriana. Na segunda metade do século XIX o avanço da ciência fisiológica vinha promovendo uma secularização da dor, a qual se desvinculava

de concepções teológicas que a retratavam como necessária ao auto-aprimoramento espiritual e passava a ser encarada como um problema médico. A busca científica do alívio da dor resultou no advento dos anestésicos, e na década de 1870 a presença dessas substâncias nos laboratórios de fisiologia era evocada como evidência da preocupação dos vivissectores em evitar ao o sofrimento desnecessário do animal experimental. Por outro lado, a legitimação de experimentos dolorosos considerados cientificamente necessários era motivo de revolta ainda maior dos críticos da experimentação animal.

A noção de dor, por sua vez, estava diretamente ligada ao problema ético da crueldade, e foi sob esse epíteto que Frances Cobbe centrou seus ataques aos fisiologistas ao longo das quatro décadas de seu envolvimento com a causa antivivisseccionista. Sob o prisma da crueldade, críticos da vivissecção como Cobbe, Richard Hutton e Lewis Carroll construíram uma retórica na qual o cão sobre a mesa de vivissecção figura como um “mártir de Bernard”, refém de homens de ciência sádicos que prendem suas vítimas inocentes a aparatos medievais de tortura. Os laboratórios de fisiologia eram, assim, descritos pelos antivivisseccionistas como “câmaras de tortura da ciência”. Ao mostrar ao público os acontecimentos terríveis que tinham lugar nesses espaços subterrâneos da ciência, Cobbe, Hoggan e demais antivivisseccionistas se apresentavam como porta-vozes dos animais, tradutores do grito animal, ao mesmo tempo expressão da dor extrema e apelo por socorro emitido pelos cães, criaturas desprovidas de palavras.

Em contraste, os fisiologistas e seus apoiadores pintavam um quadro no qual o laboratório experimental era um “santuário da ciência”, nas palavras de Claude Bernard, e a mesa de vivissecção o altar onde juntos eram sacrificados o cão e o fisiologista, que sofria junto ao animal, mas controlava suas emoções compassivas em nome de uma causa mais elevada: o bem da humanidade. Esse tipo de retórica estava diretamente relacionado à grande importância atribuída a outro tema recorrente em meus estudos: a noção de simpatia como faculdade emocional e moral na cultura da Inglaterra vitoriana. A simpatia, nome que reúne atributos como solidariedade, empatia e compaixão, estava presente em todas as cruzadas morais que floresciam na segunda metade de século XIX, e havia sido fundamental na luta pelo abolicionismo. Tanto Darwin quanto Cobbe provinham de famílias de orientação liberal e progressista, e a causa abolicionista foi uma preocupação fundamental de Darwin ao longo de toda sua vida, remontando aos seus antepassados maternos e paternos. A noção darwiniana de uma “simpatia para além

dos confins do homem” estava em completa ressonância com o discurso de Cobbe em defesa da inclusão dos animais na esfera de consideração moral da sociedade vitoriana.

Em suas críticas veementes à experimentação animal, Cobbe sempre procurou denunciar a ausência de simpatia em relação aos animais da parte dos fisiologistas britânicos. Em seu discurso a classe dos fisiologistas, em sua embriaguez de conhecimento e de poder, havia criado uma cultura de insensibilidade ao sofrimento animal que dera luz a um novo tipo de pecado: o “vício da crueldade científica”. A partir dessa concepção, Cobbe criou uma narrativa na qual ao praticar a vivissecção o fisiologista, homem letrado, dava vazão aos mais primitivos instintos bestiais, as “paixões do tigre”; a experimentação animal trazia à tona o pior da natureza humana. Nesse sentido estava em questão outra temática recorrente tanto no discurso de darwinistas quanto de antivivissecionistas: a polarização entre selvagem, primitivo e domesticado, civilizado. Era sob a ótica dessa polaridade que Darwin, Cobbe, Huxley e Romanes consideravam que o homem civilizado era mental e moralmente superior às raças ditas selvagens, e aplicavam a mesma analogia à comparação entre o cão e seus parentes silvestres. Era por viverem imersos nessa visão de mundo que muitos antivivissecionistas praticavam a caça sem, com isso, se sentirem incorrendo na contradição ética da qual os acusavam os advogados da vivissecção; nos campos de caça, cão e homem representavam a mente doméstica vencendo as paixões selvagens.

Era justamente essa parceria ancestral entre a espécie canina e a humana que tornava aos olhos de Cobbe a vivissecção uma prática particularmente execrável; na percepção cobbeana a escolha do cão como sujeito experimental constituía um “ultraje aos afetos”. Nessa chave de compreensão defendo que na estrutura argumentativa de Cobbe a vivissecção está relacionada à temática da traição. O ato de sacrificar o cão - parceiro antigo do homem nos campos de caça e no aconchego do lar, animal mentalmente complexo e especialmente sensível, com frequência leal e corajoso, capaz de arriscar a própria vida pela de seu amo – equivalia à mais abominável traição. Essa traição era agravada pelo fato de que os homens de ciência britânicos estavam alinhados à doutrina darwinista, que sustentava que cães e homens tinham a mesma origem. Ainda mais grave aos olhos de Cobbe era o fato de que o próprio Darwin, outrora seu amigo pessoal e conhecido amante dos cães, ter erguido sua voz em defesa da vivissecção. Articulando a traição do cão pelo homem à traição da moral pela ciência, Cobbe construiu uma narrativa na qual o darwinismo figura como protótipo do “espírito científico da época”. No arranjo retórico cobbeano esse espírito científico que grassava

vinha promovendo uma distorção dos valores fundamentais que eram os sustentáculos estruturais do projeto civilizatório da Inglaterra vitoriana, tais como a simpatia, a ternura e, principalmente, a retidão moral e a sensibilidade emocional. Nesse cenário, o ato da vivisseção representava o zênite da insensibilidade humana e o nadir da moralidade; legitimar essa prática equivalia a sancionar o avanço de um espírito científico cuja escala aberrante de valores conduziria, em última análise, à ruína da civilização e da moralidade sensível que a sustentava e que constituía o principal atributo identitário nacional. Dessa forma, o sacrifício do cão nos templos dessa emergente ciência materialista que se apresentava aos olhos do mundo como a “religião do futuro” não se resumia à matança ou mesmo à tortura de um animal prezado pelo cidadão britânico. No discurso de Cobbe, a vivisseção representava nada menos que o sacrifício dos afetos ternos e domesticados, da sensibilidade, do amor, da lealdade, do altruísmo e da simpatia - em suma, a derrocada de todas as virtudes que constituíam o orgulho nacional dos gentis-homens e damas da Inglaterra vitoriana, e que estes (aqui incluídos Darwin e Romanes) também atribuíam a seus cães.

A noção filosófica de ‘comunidade moral’, presente nas discussões éticas atuais, nos ajuda a compreender outra questão importante da controvérsia sobre a vivisseção na Inglaterra vitoriana: a da delimitação da esfera de consideração moral; a presença de determinado indivíduo ou espécie no círculo moral da sociedade implicava a necessidade de que o mesmo tinha interesses e demandas que precisavam ser levados em conta. Vimos que Darwin, assim como Cobbe, defendia a inclusão de todos os seres sencientes nessa esfera moral, e que na sociedade britânica a explicitação de indiferença para com os clamores dos animais era uma considerada atitude moralmente reprovável. Afinal, sob certo aspecto seria possível afirmar que as múltiplas cruzadas sociais promovidas pela classe média inglesa no período vitoriano visavam assegurar o *status* de membros da comunidade moral às mais diversas categorias desfavorecidas ou exploradas de forma abusiva, quer os integrantes dessas categorias fossem humanos ou animais. Nesse sentido, o movimento antivivisseccionista reivindicava que se fizessem valer as demandas dos animais domésticos como integrantes especiais da comunidade moral vitoriana.

Para entendermos a relação entre darwinismo e comunidade moral considero especialmente útil a tese de Ernst Mayr (1998), que defende a existência de uma ampla autonomia entre aquelas que considera as cinco teorias de Darwin, expostas brevemente na introdução dessa tese. Interessam-nos aqui duas delas: a tese da seleção natural e a da

origem comum. Na Inglaterra vitoriana, ambas as teorias foram alvos de fortes reações: a da origem comum por suas implicações teológicas, de destronamento do homem de sua condição singular e espiritual; a da seleção natural pela confirmação da impiedosa ‘natureza sangrenta de garras e dentes’ aos moldes de Tennyson. Entretanto, do ponto de vista de suas implicações morais essas duas teorias darwinianas eram virtualmente antagônicas. Cobbe percebia essas diferenças, mas não dispunha de um instrumental conceitual como o proposto por Mayr para sistematizá-las em seu discurso ético. Ainda assim, a leitura dos textos dessa autora demonstra que ela recorria regularmente à noção de origem comum para reforçar sua argumentação em defesa da sensibilidade física e emocional dos cães, e a conseqüente necessidade de que o sofrimento e a felicidade desses animais os tornassem objetos de consideração ética. Em contraste, Cobbe referiu-se inúmeras vezes à noção de seleção natural (à qual nunca se referia por esse nome, optando pelas expressões ‘luta pela existência’ ou ‘sobrevivência do mais apto’) como uma “teoria pestilenta” (Cobbe, 1889j: 65) e perigosa que informava os valores dos praticantes da vivissecção. De fato, vimos no último capítulo que um texto do fisiologista Michael Foster, um dos pupilos diletos de Huxley, lançava mão dessa noção de luta pela existência de forma explícita para legitimar a experimentação animal.

Muito se tem discutido a respeito da apropriação ideológica da teoria darwinista da evolução para a legitimação de políticas e valores de exclusão social, como fica patente nos estudos a respeito do dito *darwinismo social*¹. Embora Darwin não tenha sido um entusiasta de políticas de exclusão - como fica patente, por exemplo, em sua repulsa e condenação das práticas escravistas (Desmond & Moore, 2009) - a perspectiva eurocêntrica dominante na era vitoriana permeia toda a sua obra, assim como a de seus principais aliados. Dentro dessa ótica, a teoria darwiniana e o programa de pesquisa darwinista do século XIX podem talvez ser entendidos como conjuntos de teorias e teses que propõem ou, ao menos, justificam, de forma direta ou indireta, políticas *laissez-faire* de exclusão de minorias. Pautada na expressão “sobrevivência do mais apto”, cunhada por Herbert Spencer e adotada por Darwin, essa concepção se apoiaria principalmente na teoria darwiniana da seleção natural, que enfatiza a competição entre organismos semelhantes e conseqüente eliminação dos menos capacitados na ‘luta pela existência’. Mas se nos voltarmos para a defesa da continuidade mental entre animais e

¹ A maioria dos estudiosos do darwinismo sustenta que o ‘darwinismo social’ foi obra de articulações não de Darwin, mas de autores e atores outros, dentre os quais destaca-se Herbert Spencer (Bowler, 1989; Mayr, 1998).

homens é outra a faceta do darwinismo que se revela. Quando o foco e o eixo são deslocados da noção de seleção natural para a tese de origem comum o que vemos delinear-se é uma ênfase não nas diferenças entre espécies superiores e espécies inferiores, mas, pelo contrário, um foco nas *semelhanças* entre animais e homens. Resumida na famosa expressão “uma diferença de grau, e não de tipo”, essa perspectiva, por postular um parentesco universal entre todas as espécies biológicas, nos permite conceber o darwinismo como um *projeto desantropocentrizante*, se me permitem o neologismo. Um programa de pesquisa que, ao abalar tão profundamente a tese criacionista da singularidade mental humana, promove o destronamento do homem. Nessa chave de compreensão podemos afirmar que essas duas teses darwinianas apontam para direções antagônicas do ponto de vista da delimitação da comunidade moral; a teoria da seleção natural pode ser usada como fonte de argumentos para o estreitamento dessa comunidade moral², enquanto a teoria da origem comum fornece argumentos em prol da ampliação da esfera de consideração moral humana. De fato, assim como na primeira metade do século XX a teoria da seleção natural foi evocada para legitimar práticas de exclusão social, a partir da década de 1970 grande parte dos autores integrantes do campo de estudos e discussões que hoje recebe o nome de ‘ética animal’, ou zooética, tem recorrido a Darwin para questionar a vivissecção e outras formas de exploração animal. Nas obras desses autores o aspecto do darwinismo enfatizado é sempre o da origem comum entre animais e humanos (Rachels, 1998; Ryder, 1989; Singer, 2002 e 2004).

Assumindo conscientemente o risco de soar anacrônico de um ponto de vista historiográfico, eu não seria capaz de deixar de mencionar aqui que com frequência meu contato com as fontes primárias me remetia a conceitos e argumentos presentes nos discursos de autores atuais. Para enumerar alguns poucos exemplos, a acusação feita por Cobbe (1889i: 14) de que os advogados e praticantes da vivissecção estariam incorrendo em uma forma de “egoísmo racial” (*race selfishness*) me remete imediatamente ao conceito de “especismo”, cunhado por Richard Ryder como analogia ao racismo para se referir à exclusão dos animais da comunidade moral simplesmente porque estes pertencem a outra espécie (Ryder, 1989: 328). Da mesma forma, o discurso de George

² É conveniente termos em mente, no entanto, que a tese da seleção natural, na condição de teoria científica, e não de proposta política ou doutrina filosófica, é uma forma de descrição do mundo natural, e não de prescrição para o mundo cultural. Nesse sentido, pode-se dizer que as doutrinas que lançaram ou lançam mão da seleção natural como argumento em prol de práticas de exclusão social incorrem na dita “falácia naturalista”, que poder resumida, *grosso modo*, na ideia de romântica de que o homem deve sempre tomar a natureza como exemplo, e, portanto, tudo o que é natural é também moralmente certo.

Hoggan (1875), afirmando que os fisiologistas só são capazes de realizar a vivissecção porque a cultura dos laboratórios faz com que tenham seus sentimentos embotados guarda notáveis semelhanças com a noção de “cegueira ética por condicionamento” (*conditioned ethical blindness*), de Donald Barnes (1985). Obviamente, não são poucas as diferenças entre as campanhas antivivissecionistas da Inglaterra vitorianas e as discussões hoje travadas no campo da ética animal. Duas dessas diferenças saltam aos olhos. Uma delas é a ausência do elemento teológico na maioria dos discursos atuais sobre o tema (embora haja exceções, como é o caso de Andrew Lindzey, da Faculdade de Teologia da Universidade de Oxford). A outra diferença reside no fato de que a ética animal contemporânea tem uma vocação abrangente, contemplando não apenas a experimentação animal, como também várias outras formas de exploração dos animais: a indústria de peles, a alimentação carnívora, o cativo em zoológicos e circos, e assim por diante (Singer, 2004). Ainda assim, acredito haver alguns elementos de continuidade entre o antivivissecionismo da Inglaterra vitoriana e o dos tempos atuais, e é a teoria darwiniana da origem comum é uma das candidatas a representantes dessa continuidade, tendo sido usada como argumento desde o tempo de vida de Darwin até os dias de hoje.

Voltando agora ao período vitoriano, podemos dizer, de forma sintética, que foi o cão que aproximou Darwin de Cobbe. Seus folguedos sagazes, seu amor incondicional pelo dono, sua presença como companheiro ao pé da poltrona ou da lareira, sua sensibilidade exacerbada eram motivos de alegria e temas de trocas intelectuais e afáveis entre essas duas personalidades vitorianas peculiares. Contudo, se foi o cão que os aproximou, foi também o cão quem os afastou. Foi na mesa de vivissecção onde agonizava esse animal sensível, amoroso e devotado ao seu dono que os caminhos de Darwin e Cobbe se bifurcaram, obrigando-o a uma escolha coerente com as respectivas trajetórias pessoais e visões de mundo. Uma diferença marcante entre Darwin e Cobbe nesse sentido é a de que Darwin era fundamentalmente um cientista, e Cobbe era acima de tudo uma ativista e uma moralista³. No que pesassem as preocupações constantes de Darwin com causas sociais como o abolicionismo ou seus sentimentos pessoais em relação aos animais, esse autor empregava sua pena essencialmente na elaboração de teorias científicas. A pena de Cobbe, por sua vez, era empunhada quase sempre para construir textos dedicados à discussão engajada de

³ Uso aqui a expressão ‘moralista’ não como sinônima de conservadora ou retrógrada, mas no sentido de uma pensadora das questões morais, função que nos dias atuais receberia o nome de ‘eticista’.

questões sociais, especialmente a defesa do sufrágio feminino e o combate à experimentação animal e aos caminhos e descaminhos da ciência. A mesa de vivisseção representou a encruzilhada onde as trajetórias de Charles Darwin e Frances Cobbe passaram a apontar para direções diametralmente opostas. Enquanto a militante humanista preferiu honrar o que entendia como um pacto ancestral e espiritual de amor mútuo entre homem e cão, o eminente naturalista decidiu-se pela fidelidade à precisão utilitária e pelas promessas redentoras do bisturi científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreviaturas:

BMJ – British Medical Journal

DCP – DARWIN CORRESPONDENCE PROJECT (www.darwinproject.ac.uk)

PP – PARLIAMENTARY PAPERS

ALLEN, DAVID ELLISTON. *The naturalist in Britain - a social history*. Suffolk: Penguin Books, 1978.

ARLUKE, ARNOLD e SANDERS, CLINTON R. *Regarding Animals*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

BARNES, DONALD J. *A Matter of Change*. In PETER SINGER (ed), *In Defense of Animals*, New York: Basil Blackwell, 1985, pp. 157-167.

Disponível em: <http://www.animal-rights-library.com/texts-m/barnes01.pdf>; Acesso em 15/05/2008

BACON, FRANCIS. *Nova Atlântida*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 [1627].

BARLOW, NORA (ed.). *The autobiography of Charles Darwin 1809-1882. With the original omissions restored. Edited and with appendix and notes by his grand-daughter Nora Barlow*. London: Collins, 1958.

BARRET, PAUL H.; GAUTREY, PETER J.; HERBERT, SANDRA; KOHN, DAVID e SMITH, SYDNEY. *Charles Darwin's Notebooks, 1836-1844. Geology, Transmutation of Species, Metaphysical Enquiries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BENDING, LUCY. *The Representation of Bodily Pain in Late Nineteenth-Century English Culture*. Oxford: Clarendon Press, 2000.

BENTHAM, JEREMY. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford: Clarendon Press, 1907 [1823]. Library of Economics and Liberty [Online].

Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Bentham/bnthPML.html>; acesso: 17 novembro 2009.

BERDOE, EDWARD. *The Real and Pretended Aims of Vivisection*. Panfleto publicado pela *National Antivivisection Society*, 1890.

BERNARD, CLAUDE. *An Introduction to the Study of Experimental Medicine*. New York: Dover Publications, Inc. 1957 [1865].

BLINDERMAN, CHARLES e JOYCE, DAVID. *THE HUXLEY FILE.*, 2008.

Disponível em: <http://aleph0.clarku.edu/huxley/>

BLUM, DEBORAH. *The monkey wars*. New York: Oxford University Press, 1994.

- BOWLER, PETER. J. – *Evolution: the history of an idea*. Berkeley: Univ. California Press, 1989
- BRITISH MEDICAL JOURNAL. *Vivisections in France*. BMJ, 22 agosto 1863, p. 215.
- _____. *The Charge Against Professor Ferrier under the Vivisection Act*. B.M.J, 19 de novembro, 1881, p. 836-842 (1881a).
- _____. *Mr. Charles Darwin and the defence of science*. B.M.J, 2 (3 de dezembro de 1881), p. 917 [1881b].
- _____. *Statue of Claude Bernard*. BMJ, 13 de fevereiro de 1886, pág. 310.
- _____. 28 de maio 1904, pág. 1266.
- BRITAIN, VERA. *The Women at Oxford: A Fragment of History*. New York: The Macmillan Company, 1960.
- BROMANDER, LENNART. *The Vivisection Debate in Sweden in the 1880s*. In: RUPKE, 1987, p. 214-235.
- BROWNE, JANET. *Charles Darwin-The Power of Place*. London: Random House, 2003.
- BRUNTON, THOMAS LAUDER. *Vivisection and Medicine*. Nature, **24**: 329-332 (11 August 1881).
- _____. *Vivisection and the use of remedies*. Acervo da Wellcome Library, Ref. MS5967:31 (1882).
- _____. *Inaugural address read before the Abernethian Society*. Lauder Brunton Papers e etc, Acervo da Wellcome Library, Ref. MS5967: 32 (1883).
- BURDON-SANDERSON, GHETAL. *Sir John Burdon Sanderson, a Memoir - By the late Lady Burdon Sanderson. Completed and Edited by his Nephew and Niece with a Selection from his Papers and Addresses*. Oxford: Clarendon Press, 1911.
- BURDON-SANDERSON, JOHN SCOTT (ed.) *Handbook for the Physiological Laboratory*. London: J. and A. Churchill, 1873.
- _____. *On the study of physiology: its relations to other studies, and its use as a preparation for that of medicine*. Londres, Parker and Co., 1883. Esse texto compõe o volume *Medical Tracts 1772-1884*, do acervo da British Library, ref. 7305.DE.19.
- BURKHARDT, RICHARD W. *Darwin on animal behavior and evolution*. In KOHN, DAVID, ed. *The Darwinian heritage*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- BURKHARDT, FREDERICK; SECORD, JAMES A.; DEAN, SHEILA ANN; EVANS, SAMANTHA; INNES, SHELLEY; M. PEARN, ALISON; WHITE, PAUL (eds). *The correspondence of Charles Darwin, volume 16: 1868 Parts 1 and 2*.

Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Introdução disponível em: <http://www.darwinproject.ac.uk/correspondence-volume-16> (último acesso: 02/01/ 2009).

CARROLL, LEWIS (CHARLES DODGSON). *Some Popular Fallacies About Vivisection*. Fortnightly Review. Londres: junho de 1875 – pág. 847-854. Disponível em: <http://www.animalrightshistory.org/animal-rights-articles/fortnightly-review/1875-06-carroll-vivisection.html>; acesso em 30 de outubro de 2008.

CARVALHO, ANDRÉ LUIS DE LIMA. *O Animal Darwiniano: O Status das Emoções na Teoria da Mente em Charles Darwin*. [Doutorado]. Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2005. 130 pp.

Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ppghcs/media/carvalhoal.pdf> (Acesso em 05/06/2008)

_____. e WAIZBORT, R. *O cão aos olhos (da mente) de Darwin: a mente animal na Inglaterra vitoriana e no discurso darwiniano*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 36-56, jan | jun 2008.

CLUTTON-BROCK, JULIET. *Origins of the dog: domestication and early history*. In Serpell, James. *The domestic dog: its evolution, behaviour and interactions with people*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

COBB, MATTHEW. *Exorcizing the animal spirits: Jan Swammerdam on nerve function*. Nature Reviews Neuroscience, 3 (5): 395–400, 2002.

COBBE, FRANCES POWER. *An Essay on Intuitive Morals. Part I: Theory of Morals*. London: Longan's: 1855. Primeira edição publicada em anonimato.

_____. *The Rights of Man and the Claims of Brutes*, in: Cobbe, F. P. *Studies new and old of Ethical and Social Subjects*. Boston: William V. Spencer, 1866 [1863]. Também disponível em:

<http://www.animalrightshistory.org/library/cob-frances-power-cobbe/1863-11-rights-claims.htm>

_____. *The Confessions of a Lost Dog: Reported by Her Mistress F. P. Cobbe*. London: Griffith & Farran, 1867.

_____. *Criminals, Idiots, Women and Minors*. Ireland and co., Pall Mall, 1869 [1868].

_____. *Darwinism in Morals, and Other Essays*. London: Williams and Norgate, 1872a.

_____. *Darwinism in Morals* in: COBBE, 1872a: p. 1-33 (1872b).

_____. *Heteropathy, Aversion, Sympathy*. The Theological Review: A quarterly journal of religious thought and life, 11:44, págs 1-35. Janeiro, 1874.

_____. *False Beasts and True: Essays on Natural and Unnatural History* London: Ward, Lock & Tyler, 1876a.

_____. *The Consciousness of Dogs*. In: COBBE, 1876a: p. 107-178 (1876b [1872])

_____. *Dogs Whom I have met*. In: COBBE, 1876a: p. 179-218 (1876c [1872]).

_____. *Science in Excelsis: A New Vision of Judgement*. Londres: Victoria Street Society, 1875.

_____. *The Policy of the Future*. Home Chronicler, September, 16, 1876, pp 200-201 1876d.

_____. *First infamous, then illegal*. Home Chronicler, September, 16, 1876, p 200 1876e.

_____. *Mr. Lowe and the Vivisection Act*. Contemporary Review, 29: 335-347, 1877

_____. *Tender Vivisection*. Scotsman, 13 janeiro 1881a.

_____. *Mr. Darwin and Vivisection*. Londres: The Times, 18 de janeiro de 1881, p. 8 (1881b).

_____. *Mr Darwin on Vivisection*. Londres: The Times, 23 de abril de 1881, pág. 8 (1881c).

_____. *Vivisection: four replies*. Fortnightly Review, 31:181, p. 88-104 (janeiro 1882).

_____. *The Clergy and Vivisection*. Londres: Spectator, carta ao editor. 19 de abril de 1884.

_____. *The Clergy and Vivisection*. Londres: Spectator, carta ao editor. Três de maio de 1884, p. 582 (1884b).

_____. *The Scientific Spirit of the Age, and Other Pleas and Discussions*. London: Smith, Elder, 1888a.

Disponível em: <http://www.archive.org/details/scientificspirit00cobbrich>.

(Acesso em: 08/04/2008)

_____. *Illustrations of Vivisection; or Experiments on Living Animals, from the Work of Physiologists*. Philadelphia: American Antivivisection Society: 1888b.

_____. *The Dangers of Pasteurism to Body and Soul*. Londres: Society for Protection of Animals from Vivisection Pamphlets, vol 3. Acervo da British Library, ref nº: xxx, 1889a.

_____. *The Modern Rack – Papers on Vivisection*. London: Swan Sonnenschein & CO, 1889b.

_____. *Mad Dog!* – in: COBBE, 1889b, p. 227-234 (1889c)

_____. *Light in Dark Places*. – in: COBBE, 1889b, p.181-211 (1889d)

_____. *Four Reasons for Total Prohibition of Vivisection* in: COBBE, 1889b, p. 221-225 (1889e)

_____. *The Right of Tormenting* in: COBBE, 1889b, p. 49-60 (1889f)

_____. *What is Cruelty?* in: COBBE, 1889b, p. 61-69 (1889g)

_____. *The Higher Expediency.* in: COBBE, 1889b, p. 31-47 (1889h).

_____. *The Moral Aspects of Vivisection.* in: COBBE, 1889b, p. 1-17 (1889i).

_____. *The New Morality.* in: COBBE, 1889b,p. 65-69 (1889j).

_____. *The Future of the Lower Animals.* in: COBBE, 1889b, p. 257-266 (1889k).

_____. *In the Long Run.* in: COBBE, 1889b,p. 267-272 (1889l).

_____. *The Friend of Man and his Friends, the Poets.* Londres: George Bell & Sons, 1890.

_____. *A Faithless World.* Londres: George Bell and Sons, 1891, págs 18-41.

_____. *Life of Frances Power Cobbe, as Told By Herself, vol 1.* Boston : Houghton, 1894a.

Disponível em: <http://ia301327.us.archive.org/1/items/lifeoffrancespow01cobbuoft/lifeoffrancespow01cobbuoft.pdf>

_____. *Life of Frances Power Cobbe, as Told By Herself, vol 2.* Boston : Houghton, 1894b. Disponível em:

<http://ia331330.us.archive.org/2/items/lifelettersofmar02marsuoft/lifelettersofmar02marsuoft.pdf>

_____. *On Jesuit Doctrines Concerning the Rights of Animals.* London: Victoria Street, Westminster, 1895a.

_____. *The Ethics of Zoophily.* In COBBE, FRANCES POWER. *On Jesuit Doctrines Concerning the Rights of Animals.* London: Victoria Street, Westminster. Págs. 3-16. 1895b.

_____. *The Divine Law of Love in Its Application to the Relations of Man to the Lower Animals.* Victoria Street and International Society for the Protection of Animals from Vivisection. Victoria Street, London, 1895, págs. 1-8. Acervo da British Library, ref. 8425 k21 [58] (1895c).

CRONIN, HELENA. *A Formiga e o Pavão: Altruísmo e Seleção Sexual de Darwin Até Hoje.* Campinas : Papirus, 1995.

CUNNINGHAM, ANDREW e WILLIAMS, PERRY. *The laboratory revolution in medicine.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CYON, ELIE de. *The Anti-Vivisectionist Agitation.* Contemporary Review (1883), 43, pág. 506.

DARWIN, CHARLES ROBERT. *The origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. London: John Murray. Primeira edição, 1859.

_____. *The Variation of Animals and Plants under Domestication*. Vol. I. London: John Murray, Albemarle Street, 1868a.

_____. *The Variation of Animals and Plants under Domestication*. Vol. II. London: John Murray, Albemarle Street, 1868b.

_____. *The descent of man, and selection in relation to sex*. London: John Murray. Primeira edição, 1871.

_____. *The expression of the emotions in man and animals*. London: John Murray, 1872.

_____. *The descent of man, and selection in relation to sex*. London: John Murray. Segunda edição, 1874.

_____. *The origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. London: John Murray. Sexta edição, com acréscimos e correções, 1876a.

_____. *The Formation of Vegetable Mould, Through the Action of Worms, With Observations on Their Habits*. London: John Murray, 1881a.

_____. *Mr Darwin on Vivisection*. Londres: The Times, 18 de abril de 1881, p. 10 (1881b).

_____. *Mr Darwin on Vivisection*. Londres: The Times, 22 de abril de 1881, p. 11 (1881c).

_____. Preliminary notice. In Van Dyck, [William Thomson]. *On the modification of a race of Syrian street-dogs by means of sexual selection. With a preliminary notice by Charles Darwin*. [Read 18 April] *Proceedings of the Zoological Society of London* no. 25: 367-369, 1882.

DARWIN CORRESPONDENCE PROJECT (*website*) - www.darwinproject.ac.uk

DARWIN, FRANCIS (ed). *The life and letters of Charles Darwin, including an autobiographical chapter*. London: John Murray. Volume 1: 1887a.

_____. *The life and letters of Charles Darwin, including an autobiographical chapter*. London: John Murray. Volume 2: 1887b.

_____. *The life and letters of Charles Darwin, including an autobiographical chapter*. London: John Murray. Volume 3: 1887c.

_____. *Charles Darwin: his life told in an autobiographical chapter, and in a selected series of his published letters* [abridged edition]. London: John Murray, 1890.

DARWIN CORRESPONDENCE PROJECT (*website*) - www.darwinproject.ac.uk

DARWIN, FRANCIS & SEWARD, A. C. (eds). *More letters of Charles Darwin. A record of his work in a series of hitherto unpublished letters*. London: John Murray, 1903. Volume 2.

_____. *The expression of the emotions in man and animals*. 2d edition. Edited by Francis Darwin. London: John Murray.

DENNET, DANIEL. *Tipos de mentes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

_____. *A perigosa idéia de Darwin*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998

DESMOND, A. & MOORE, J. *Darwin. a vida de um evolucionista atormentado*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

_____. *A Causa sagrada de Darwin: Raça, escravidão e a busca pelas origens da humanidade*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ELLEGARD, ALVAR. *Darwin and the general reader: the reception of Darwin's theory of evolution in the British periodical press, 1859-1872*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

ELSTON, MARY ANN. *Women and Anti-Vivisection in Victorian England, 1870-1900*. In: RUPKE, 1987a, p. 259-294.

FADALI, M. A. *Animal Experimentation. A Harvest of Shame*. California: Hidden springs Press, 1996 (*apud* PAIXÃO: 2001).

FELLER, DAVID ALLAN. *Dog fight: Darwin as animal advocate in the antivivisection controversy of 1875*. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences* 40: 265–271(2009).

FERGUSON, MOIRA. *Animal Advocacy and English Women, 1780-1900 – Patriots, Nation and Empire*. Michigan: University of Michigan Press, 2001.

FOSTER, MICHAEL. *Vivisection* *The Popular Science Monthly* (Abril 1874): 672-685.

FRENCH, RICHARD. *Antivivisection and Medical Science in Victorian Society*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

FREEMAN, R. B. *The Works of Charles Darwin: An Annotated Bibliographical Handlist*. 2nd edition. Dawson: Folkstone, 1977. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk/content/frameset?itemID=A1&viewtype=text&pageseq=1>; acesso em: 02 de março de 2010.

- GAMGEE SAMUEL, *The Influence of Vivisection on Human Surgery*, 2nd ed. London: J. and A. Churchill, 1882), apud WHITE, 2006.
- GARRET, AARON. *Animal Rights and Souls in the Eighteenth Century*. Bristol: Thoemmes Press, 2000
- GAY, PETER. *O coração desvelado - a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- GEISON, GERALD. *Michael Foster and the Cambridge School of Physiology*. Princeton: Princeton University Press, 1978, apud MAYER, JED. *The Expression of the Emotions in Man and Laboratory Animals*. Victorian Studies. Bloomington: Spring 2008, 50 (3): 399-357.
- GOODALL, JANE. *Uma Janela para a Vida: 30 anos com os chimpanzés da Tanzânia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- GORDON-TAYLOR, SIR GORDON. *SIR WILLIAM FERGUSSON, BT., F.R.C.S., F.R.S. (1808-1877)* (obituário republicado após a morte de seu autor). Londres: The Times, 30 de setembro, 1958.
- GORDON, William John. *The Horse World of London*. Londres: The Leisure Hour Library New Series, 1893.
- GORE, G. *The Utility and Morality of Vivisection*. Londres: J. W. Kolchmann, 1884 – apud RUPKE, (1987b), pág. 197.
- GUERRINI, ANITA. *Experimenting with Humans and Animals*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.
- HAWGOOD, BARBARA J. *Sir Michael Foster MD FRS (1836–1907): the rise of the British school of physiology*. Journal of Medical Biography 2008; 16: 221–226.
- HENRY, JOHN. *Henry More*. In: Zalta, Edward N. (ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2007. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/henry-more/>; acesso em: 16/11/2009.
- HEWITT, THOS. FREDK. *To the members of the Hull Literary and Philosophical Society*. Hull and East-Riding Society for the Prevention of Cruelty to Animals. Hull, Março, 1881. – in: *A few remarks in reply to a lecture on vivisection delivered before the members of the Hull Literary and Philosophical Society by Dr Pye Smith on the 28th December, 1880*. London: Pewtress & co. Coleção particular sobre vivissecção de Charles Darwin na Universidade de Cambridge. Ref: Dar.139.17.1.
- HOGGAN, GEORGE. *Vivisection* (carta). Morning Post, 01 Fevereiro 1875, p. 03.

HOLMES, FREDERICK. *The Old Martyr of Science: The Frog in Experimental Physiology*. *Journal of the History of Biology* 26 (2): 311–328, 1993.

HULL, DAVID. - *Darwinism as a historical entity: a historiographic proposal*. In: Kohn, David(ed). *The Darwinian heritage*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

HUME, DAVID. *Dialogues Concerning Natural Religion*. Project Gutenberg, 2009 [1779]. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/4583/4583-h/4583-h.htm>. Acesso em 15/08/2009.

HUTTON, R. H. *Vivisection*. Londres: The Times, 30 de abril de 1881, p. 9.

_____. *The biologists on vivisection*. *Nineteenth Century, a monthly review*: 11: 59, págs 29-39. Janeiro de 1882.

_____. *The Life and Letters of Thomas Henry Huxley, by his son Leonard Huxley. Volume 1*, 2004a.

HUXLEY, LEONARD. *The Life and Letters of Thomas Henry Huxley, by his son Leonard Huxley. Volume 2*, 2004b.

Disponível em: <http://www.gutenberg.org/dirs/etext04/llth210.txt>; acesso: 20.12.2009.

HUXLEY, THOMAS HENRY. *Evidence as to Man's Place in Nature*. New York: D. Appleton and Company, 1863.

[Disponível em: <http://www.archive.org/details/evidenceastomans00huxl>; acesso em 10.10.2009].

_____. *Has a Frog A Soul, and of What Nature is that Soul, Supposing it to Exist?* Papers Read at the Meetings of the Metaphysical Society, 1870.

_____. *Critiques and Addresses*. Project Gutenberg, 2004 [1873].

Disponível em: http://s3.amazonaws.com/manybooks_pdf/huxleyth12501250612506-8?AWSAccessKeyId=17359FS6G622SA3TH7R2&Expires=1271582044&Signature=iAyKfjZoPiAy9Cloh9HkGFKDBpA%3D; acesso em 30/03/2010.

_____. *On the Hypothesis that Animals Are Automata, and Its History*. In: Blinderman, Charles e Joyce, David (eds). *The Huxley File*. Clark University, 1998 [1874]. Disponível em: <http://aleph0.clarku.edu/huxley/CE1/AnAuto.html>; acesso em 12/02/2010.

_____. *On the Study of Biology*. In: *Collected Essays* . Volume III, *Science & Education* (1876). Disponível em: <http://aleph0.clarku.edu/huxley/CE3/StofB.html>; acesso em 12/03/2010.

_____. *The Progress of Science*. In: *Collected Essays* . Volume I, *Results and Methods*, 1887. Disponível em: <http://aleph0.clarku.edu/huxley/CE1/ProSci.html>; acesso em 30 de setembro de 2009.

_____. *The Struggle for Existence in Human Society*. In: *Collected Essays*. Volume IX, *Evolution & Ethics and Other Essays* (1888). Disponível em: <http://aleph0.clarku.edu/huxley/CE9/Str.html>; acesso em 12/01/2010.

_____. *Evolution and Ethics*. In: *Collected Essays*. Volume IX, *Evolution & Ethics and Other Essays* (1893a). Disponível em: <http://aleph0.clarku.edu/huxley/CE9/E-E.html>; acesso em 12/12/2009.

_____. *Collected Essays, Volume V Science and Christian Tradition*. New York: D. Appleton And Company, 1902 [1893b]. Disponível em: <http://infomotions.com/etexts/gutenberg/dirs/1/5/9/0/15905/15905.htm>; acesso em 20/03/2010.

HUXLEY PAPERS. *Michael Foster and Thomas Henry Huxley, Correspondence, Letters 76-99, 1865-1895*. *Med Hist Suppl.* (28): 56-74. PMID: PMC2737301. 2009. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2737301/pdf/medhissuppl-28-56.pdf>; acesso: 25/10/2009.

INGOLD, TIM (ed.). *What is an animal?* New York: Robutledge, 1994.

_____. *Humanidade e Animalidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28 (10): 39-54, junho de 1995.

JESSE, GEORGE RICHARD. *Researches into the History of the British Dog. With Original Anecdotes, and Illustrations of the Nature and Attributes of the Dog. Em dois volumes*. London: Robert Hardwicke, 1866.

_____. *Correspondence with Charles Darwin LL.D., F.R.S., on experimenting upon living animals*. London: William Pickering, 1881.

KEAN, HILDA. *The 'Smooth Cool Men of Science': The Feminist and Socialist Response to Vivisection*. *History Workshop Journal*, 40: 16-38 (1995).

_____. *Animal Rights: Political and Social Change in Britain since 1800*. London: Reaktion, 1998.

KETE, KATHLEEN. *The Beast in the Boudoir: Petkeeping in Nineteenth-Century Paris*. Berkeley: University of California Press, 1994. Disponível em: <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft3c6004dj/>; acesso em 23/04/2010.

KNIGHT, DAVID. *Ordering the world - a history of classifying man*. London: Burnett Books, 1981

KRAEMER, ERIC RUSSERT. *Darwin's Doubts and the Problems of Animal Pain*. *Between the Species, an Electronic Journal for the Study of Philosophy and Animals*, Issue 3 (August 2003). Disponível em: http://www.cla.calpoly.edu/bts/issue_03/03kraemer.htm. Acesso em: 12/02/2010.

LANSBURY, CORAL. *The Old Brown Dog: Women, Workers, and Vivisection in Edwardian England*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1985 [apud Kean, 1998].

LANKESTER, EDWIN RAY. *Vivisection*. *Nature* 9 (Dec. 1873): 145.

LIGHTMAN, BERNARD (ed.). *Victorian Science in Context*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

LITCHFIELD, H. E. ed. *Emma Darwin, A century of family letters, 1792-1896*. London: John Murray. Volume 1, 1915a. Disponível em:

<http://darwin-online.org.uk/content/frameset?itemID=F1553.1&viewtype=text&pageseq=1>

_____. *Emma Darwin, A century of family letters, 1792-1896*. London: John Murray. Volume 2, 1915b. Disponível em:

<http://darwin-online.org.uk/content/frameset?itemID=F1553.2&viewtype=text&pageseq=1>

LONDON HISTORICAL REFERENCES AND SIGHTS. *Sir John Simon*, 2010. Disponível em: http://www.ph.ucla.edu/epi/snow/1859map/simon_john.html. (Acesso em: 19/01/2010).

LYELL, CHARLES. *The Geological Evidence of the Antiquity of Man with Remarks on Theories of the Origin of Species by Variation*. London: John Murray, 1863.

MACAULAY, JAMES A. *Plea for Mercy to Animals*. Londres: S. W. Partridge & Co., 9, Paternoster Row, 1875. Disponível em: <http://www.animalrightshistory.org/animal-rights-library/mac-james-macaulay/plea-for-mercy.htm> ; acesso em 15 outubro 2008.

_____. *Why I Oppose Vivisection, No. II, part 1*. Londres: Animals' Friend 2 (Jan 1896): 68-71 [1896a]

_____. *Why I Oppose Vivisection, No. II, part 2*. Londres: Animals' Friend 2 (Fev 1896): 87-90 [1896b].

MAEHLE, ANDREAS-HOLGER e TRÖHLER, ULRICH. *Animal Experimentation from Antiquity to the End of the Eighteenth Century: Attitudes and Arguments*. In: RUPKE, 1987a, p. 14-47.

MALVERN, JACK. *Stevenson tales that were too revolting to publish*. Londres: The Times, 21 de janeiro de 2006. Disponível em:

<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/uk/article716444.ece>; acesso em: 10 de janeiro de 2010.

MAYER, JED. *The Expression of the Emotions in Man and Laboratory Animals*. *Victorian Studies*. Bloomington: Spring 2008, 50 (3): 399-357.

- MAYR, ERNST. *One Long Argument: Charles Darwin and the Genesis of Modern Evolutionary Thought*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1991.
- _____. *O desenvolvimento do pensamento biológico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- MCINTYRE, N. *The medical statues of Paris*. Vesalius, IV, 2, 79 - 89, 1998.
- MIDGLEY, MARY. *Beasts, brutes and monsters*. In INGOLD, TIM (ed.). *What is an animal?* New York: Routledge p. 35-46, 1994.
- MITCHELL, SALLY. *Frances Power Cobbe: Victorian Feminist, Journalist, Reformer*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.
- MONTGOMERY, BROOKE. *"Those Candid and Ingenuous Vivisectors": Frances Power Cobbe and the Anti-Vivisection Controversy in Victorian Britain, 1870-1904. A thesis submitted to the faculty of graduate studies in partial fulfilment of the requirements for the degree of master of arts*. University of Calgary, Department of History. Calgary, Alberta: July, 2000.
- MORRIS, RAMONA & MORRIS, DESMOND. *Men and apes*. London: Sphere Books Limited, 1968.
- NATIONAL ANTIVIVISECTION SOCIETY. *A Great Surgeon on Vivisection*. 1890? Acervo da British Library, Ref. 8425.
- NEW YORK TIMES. *Wolves in England*. New York Times, 12 setembro 1886, pág. 10. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9A07E3D61130E533A25751C1A96F9C94679FD7CF> Acesso em 20.05.2010.
- _____. *Trophies of the Chase*. New York Times, 25 junho 1899, pág. 21. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9F00E4D91430E132A25756C2A9609C94689ED7CF>; acesso em 20.05.2010.
- ORWELL, GEORGE. *Animal Farm*. 1945
- OTIS, LAURA *Howled Out of the Country: Wilkie Collins and H.G. Wells Retry David Ferrier*. In: *Neurology and Literature, 1860-1920*, ed. Anne Stiles. New York: Palgrave Macmillan, 27-51, 2007.
- OXENHAM, HENRY NUTCOMBE. *Vivisection at Oxford*, Londres: *Spectator*, 57. (09 de fevereiro de 1884): 184.
- PAGET, JAMES; OWEN, RICHARD e WILKS, SAMUEL. *Vivisection: Its Pains and its Uses*. *Nineteenth Century: a monthly review*, 10:58 (Dezembro 1881), pág.920-948. (págs 920-930 de J. Paget; págs 931-935 de R. Owen; págs 936-948 de S. Wilks.

PAIXÃO, RITA LEAL. *Experimentação Animal: razões e emoções para uma ética*. [Doutorado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001. 189 p
Disponível em: <http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2001/paixaorld/capa.pdf>

PARFECT, RALPH. *Robert Louis Stevenson's 'The Clockmaker' and 'The Scientific Ape': Two Unpublished Fables pp. 387-400*, 2005.

PARLIAMENTARY PAPERS. *Report of the Royal Commission on the practice of subjecting live animals to experiments for scientific purposes; with minutes of evidence and appendix*. London: House of Commons Parliamentary Papers, 2005 [1876a].

_____. *Cruelty prevention. A bill intituled an act to amend the law relating to cruelty to animals*. London: House of Commons Parliamentary Papers, 2005 [1876b].

PARKER, T. JEFFERY. *Professor Huxley : from the Point of View of a disciple*. in: *Natural Science, A Monthly Review of Scientific Progress, vol VIII (janeiro-junho 1896)*. Londres: Rait, Henderson & Co., Limited, 1896, pág. 161-167.

PHYSIOLOGICAL SOCIETY. *About The Physiological Society*. 2008. Disponível em: <http://www.physiology2008.org/aboutsoc.htm>. (Acesso em: 10/06/2008)
(Acesso em 13/06/2009)

PRIMATT, HUMPHREY. *A Dissertation on the Duty of Mercy and the Sin of Cruelty to Brute Animals*. London: R. Hett, 1776.

PUNCH, 1861. *Monkeyana*. Punch, 18 de maio de 1861.

PYE-SMITH, PHILIP H.. *Address*. *Nature*, 28 de agosto de 1879, págs 408–413.

RACHELS, JAMES. *Created from Animals: The Moral Implications of Darwinism*. Londres: Oxford University Press, 1998

RHODES, GEORGINE M. *The Nine Circles of the Hell of the Innocent*. Londres: Swan Sonnenschein, 1892.

RICHARDS, ROBERT. J. *Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

RICHARDS, STEWART. *Vicarious Suffering, Necessary Pain: Physiological Method in Late Nineteenth-Century Britain*. In: RUPKE, 1987a, p. 125-148

_____. *Anaesthetics, Ethics and Aesthetics: vivisection in the late nineteenth-century British laboratory*. In CUNNINGHAM, ANDREW e WILLIAMS, PERRY. *The laboratory revolution in medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

RIDLEY, MATT. *Nature via nurture*. New York: Harper Collins Publishers, 2003

RITVO, HARRIET. *The Animal Estate: The English and Other Creatures in the Victorian Age*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1987a.

- _____. *The Emergence of Modern Pet-Keeping*. *Anthrozoös*, 1:3, p. 158–65. (1987b)
- _____. *Animal Consciousness: Some Historical Perspective*. *Amer. Zool.*, 40:847–852, 2000.
- ROBERTSON, JOHN. *The Ethics of Vivisection*. *Our Corner*, vi (1885), 89.
- ROMANES, ETHEL. *The life and letters of George John Romanes*. London: Longmans, Green, and Co., 1896.
- ROMANES, GEORGE JOHN. *Animal Intelligence*. London: Kegan Paul Trench & Co, 1882 [1881].
- _____. *Vivisection*. *Londres: The Times*, 25 de abril de 1881, p. 10 (1881b).
- _____. *Vivisection*. *Londres: The Times*, 9 de maio de 1881, p. 12 (1881c).
- _____. *Physiological Selection; an Additional Suggestion on the Origin of Species*. *The Journal of the Linnean Society. Zoology* (1886) 19, 337-411.
- ROMANO, TERRIE M. *Making Medicine Scientific: John Burdon Sanderson and the Culture of Victorian Science*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002.
- ROUSSEAU, G. S. *Para uma semiótica do nervo: a história social da linguagem em novo tom*” in BURKE, PETER E PORTER, ROY (org.): *Linguagem, Indivíduo e Sociedade. A história social da linguagem*. São Paulo: Unesp, p. 287-364, 1993.
- RUPKE, NICHOLAAS A. (ed). *Vivisection in historical perspective*. London: Croom Helm, 1987a.
- _____. *Provivisection in England in the Early 1880s: Arguments and motives*. In: RUPKE, 1987a, p. 188-208 (1987b).
- RYDER, RICHARD D. *Animal Revolution: Changing Attitudes Toward Speciesism*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1989
- SALT, HENRY. *Animals’ Rights: Considered in Relation to Social Progress*. New York: Macmillan & Co, 1894. Disponível em: <http://www.animal-rights-library.com/texts-c/salt01.htm>; acesso em 08/04/2008.
- _____. *The Humanities of Diet*. Manchester: The Vegetarian Society, 1914. Disponível em: <http://www.animal-rights-library.com/texts-c/salt03.htm>; acesso em 08/04/2008.
- SEWELL, ANNA. *Black Beauty, His Grooms And Companions. The Autobiography of a Horse*. Londres: Jarrold and Sons, 1877
- SHAPIN, STEVEN. *A Revolução Científica*. Lisboa: Difel, 1999.
- SHARPEY-SCHAFFER, EDWARD. *History of the Physiological Society during its First Fifty Years, 1876-1926, Part I*. *J. Physiol.*; 64 (3 Suppl): 1–76, 1927.
- SINGER, PETER. *Vida ética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002

- _____. *Libertação animal*. Porto Alegre: Lugano, 2004.
- SNOW, STEPHANIE J. *Operations Without Pain. The Practice and Science of Anaesthesia in Victorian Britain*. Londres: Palgrave Mcmillan, 2006.
- SPECTATOR. *The vivisection-restriction bills*. Spectator (London:1828-). 15 de maio de 1875: 623-625 (1875).
- _____. *Topic of the Day. "The Oxford Vivisection Vote*. Spectator, Londres, 09 de fevereiro de 1884 : 180 (1884a).
- Disponível em: <http://www.animalrightshistory.org/library/spectator/1884-02-09-vivisection-td.htm#ebooks#ebooks> (Acesso em 20/10/2007)
- _____. *Dog stories from the Spectator*. London: T. Fisher Unwin, 2nd edition, 1896.
- SPOHN, WILLIAM. *Who Counts?: Images Shape Our Moral Community*. Issues in Ethics - vol. 7, n.º. 2 Spring 1996. Disponível em:
<http://www.scu.edu/ethics/publications/iie/v7n2/spohn.html> (Acesso: 13/06/2008)
- STABLE, GORDON. *Sable and White: The Autobiography of a Show Collie - Vintage Dog Books Breed Classic* (Apud KEAN, 1998: 99)
- SURGEONS NET COMMUNITY. *Sir James Paget*. Surgeons Net Community Website, 2010. Disponível em: <http://www.surgeons.org.uk/history-of-surgeons/sir-james-paget.html> (Acesso em: 19/01/2010)
- SWABE, JOANNA. *Animals, Disease and Human Society: Human-Animal Relations and the Rise of Veterinary Medicine*.
- TAIT, LAWSON *Why I Oppose Vivisection* n.º. XIII, Londres: Animals' Friend 2 (Agosto 1896): 185-189.
- TAYLOR, CHARLES BELL. *Vivisection: Is it Justifiable?* Palestra proferida perante a Medico-Chirurgical Society de Londres, 1892. Acervo da *British Library*, ref. 8425k21 [74].
- THOMAS, KEITH. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- THE TIMES (jornal). *Dr. Ferrier's Researches*. Londres: The Times, 19 Novembro 1881, p. 12. (1881a).
- _____. Editorial. Londres: The Times, 9 de maio de 1881, p. 11 (1881b).
- TURNER, JAMES. *Reckoning with the Beast: Animals, Pain and Humanity in the Victorian Mind*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1980

- VANDEVEER, D. *Whither baby doe?* In: REGAN, TOM (Ed.) *Matters of Life and Death - New Introductory Essays in Moral Philosophy*, pp.213-255. New York: Random House, 1986.
- VICTORIA STREET SOCIETY. *Two Views of the True Vivisector – by two who ought to know*. Acervo da British Library, ref. 8425k.20: 1-58 [30] (1890).
- VIRTUAL LABORATORY. *Michael Foster* (verbete). The Virtual Laboratory Essays and Resources on the Experimentalization of Life. Max Planck Institute for the History of Science: Berlim, 2010. Disponível em: <http://vlp.mpiwg-berlin.mpg.de/people/data?id=per75> (Acesso em: 19/01/2010).
- WAAL, FRANS B. M. *Good Natured : the origins of right and wrong in humans and other animals*. Londres: Harvard University Press, 7ª edição, 2003.
- WAIZBORT, RICARDO. *Plumas, cantos e mentes. Darwin e a seleção sexual*. Trabalho apresentado no Fórum de Sistemática e Evolução do Museu de Zoologia da USP. 2009. Disponível em: http://www.usp.br/mz/forum/pdf/Waizbort-Darwin_Sexual_Selection.pdf; acesso 05/12/2009.
- WALLACE, ALFRED RUSSEL. *On the origin of human races*. Journal of the Anthropological Society of London, Volume 2, 1864. Disponível em: <<http://wku.edu/~smithch/wallace/SO93.htm>> Acesso em: 10/10/2004
- _____. *The Limits of Natural Selection as Applied to Man*. In WALLACE, A. R., *Contributions to the theory of natural selection* London: Macmillan, 1870.
- _____. *Dr. Wallace and Vivisection*. Londres: The Daily News, 20 de setembro de 1905, página 9. Disponível em: <http://people.wku.edu/charles.smith/wallace/S622A.htm> (acesso em: 22/11/2008)
- _____. *Is Nature Cruel? The Purpose and Limitations of Pain*. In WALLACE, A. R., *The World of Life; A Manifestation of Creative Power, Directive Mind and Ultimate Purpose*. Chapman & Hall, Ltd., London, 1910
- WEBSTER'S NEW WORLD COLLEGE DICTIONARY, 4ª Edição. Michael E. Agnes (Editor Chefe). Foster City: IDG Books Worldwide, 2004
- WHITE, PAUL S. Thomas Huxley. Making the “Man of Science”. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- _____. *The Experimental Animal in Victorian Britain*. In: Daston, Lorraine E Mitman, Gregg (ed) *Thinking with animals : new perspectives on anthropomorphism*. New York: Columbia University Press, 2005.

_____. *Sympathy under the knife : experimentation and emotion in late victorian medicine*. In: Alberti, Fay Bound (ed.), *Medicine, emotion and disease, 1700-1950*. New York: Palgrave Macmillan, 100-24, 2006.

_____. *The Face of Physiology*. *Interdisciplinary Studies in the Long Nineteenth Century*, 7 (2008): 01-22.

WHO NAMED IT. *Sir James Paget, 1st. Baronet*. Who Named It. *Comprehensive Dictionary of Medical Eponyms*, 2010. Disponível em: <http://www.whonamedit.com/doctor.cfm/283.html> (Acesso em: 19/01/2010).

WILDER, BURT GREEN. *The two kinds of vivisection - sentisection and callisection*. *Nature*, 22 (30 September 1880): 517-518.

WILKINS, JOHN. *Darwin's Precursors and Influences 3. Struggle for existence*. in: <http://www.talkorigins.org/faqs/precursors/precursstruggle.html> (Acesso: 10/06/2008).

WILLIAMSON, LORI. *Power and Protest. Frances Power Cobbe and Victorian Society*. London: River Oram Press, 2005

YOUNG, ROBERT M. *Mind, Brain and Adaptation in the Nineteenth Century. Cerebral Localization and its Biological Context from Gall to Ferrier*. Oxford: Clarendon Press, 1970.

APÊNDICE

Apêndice 1- *University of Cambridge Library*

Coleção de Darwin sobre vivissecção – listagem e resumo de conteúdos

(Referência geral do material sobre vivissecção da coleção de Darwin: *Dar.139.17.*)

(1) - *Dar.139.17.1- A few remarks in reply to a lecture on vivisection delivered before the members of the Hull Literary and Philosophical Society by Dr Pye Smith on the 28th December, 1880.* London – Printed by Pewtress & co, 15, Great Queen Street, WC.

⇒ conteúdo: panfleto com os textos:

(A) *To the members of the Hull Literary and Philosophical Society*, assinado por Thos. Fredk. Hewitt, H:on. Sec., Hull and East-Riding Society for the Prevention of Cruelty to Animals. Hull, March, 1881. (p 3 a 13). Conteúdo: Resposta a uma palestra intitulada *Vivisection*, proferida pelo Dr. Pye Smith à mesma sociedade. Anexos excertos de cartas enviadas por Frances Cobbe a jornais para angariar assinaturas para total supressão da vivissecção. Apresenta trechos de depoimentos de várias antivivissecionistas, incluindo o Dr. Hoggan.

(B) Apêndice (p. 14 a 21)- textos de Cobbe:

1º) [p. 14 a 18] – To the Editor of the *Eastern Morning News*. January 01, 1881 – rebatendo as afirmações em defesa da vivissecção feitas pelo Dr. Pye Smith:

2º) To the Editor of the *Eastern Morning News*. January 22, 1881. – mais contestações a novos argumentos de Pye Smith

3º) *Tender vivisection* –To the Editor of the *Scotsman*, Jan 10, 1881.

(2) - *Dar.139.17.2 – The Lancet – seção Notes, comments and answers to correspondents.* March, 26, 1881, p. 525. Carta da Society for the Abolition of vivisection ao editor do *Lancet*, assinada em 22/03/1881 por George Jesse [marcada com lápis azul pelo próprio Darwin]

(3) - *Dar.139.17.3 – ‘The woman’ and the age – a letter addressed to the Right Hon. W. Z. Gladstone, MP, First Lord of the Treasury, &c, &c, &c – by sundry members, clerical, medical and lay, of the International Association for the Total suppression of Vivisection – London: Published by E. W. Allen, 11, Ave Maria Lane, 1881, 21 pp.* Conteúdo: 21pp, 33 itens – apresenta *A Bill for the total abolition of vivisection* - questiona fundamentos científicos da vivissecção, se apoiando em vários nomes, incluindo Cuvier e Bell [item 3]. Defende que “a natureza, como seus filhos, é uma alma com um corpo, e não um mecanismo inanimado e insensível aos desafios e ultrajes cometidos contra ela”, dentre os quais a vivissecção.

(4) - *Dar.139.17.4 – Mr Darwin and Vivisection – Nature*, April 21, 1881, p. 583. Conteúdo: reprodução da carta de Darwin ao prof. Holmgreen, publicada originalmente no *Times* em abril de 1881.

(5) - *Dar.139.17.5 – Correspondence with Charles Darwin, LLD, FRS, on Experimenting upon Living Animals – London: Pickering & Co., 169, Piccadilly, 1881.* [Epígrafe: “ ‘Publicity is the soul of justice’ – Bentham”.]

Conteúdo:

(A) [pág 3] *Mr Darwin and Vivisection – Nature*, April 21, 1881, p. 583. [mesma carta de Darwin ao prof Holmgreen].

(B) [pág 4] Carta de George Jesse a Darwin, datada de 19/04/1881.

(C) [pág 5] carta da *Society for the Total Abolition and Utter Suppression of Vivisection*, de 19/04/1881, assinada por G Jesse, hon^y sec^y, &c ao editor do *Times*.

(D) [pág 6] Carta do *Advertising Department* do *The Times*, endereçada a G. Jesse, devolvendo-lhe o texto [ver ref acima, 5c] e dizendo que o mesmo é inaceitável como anúncio pago. Assinado por J Knight, *chief Clerk*, em 22/04/1881.

(E) [pág 7] *Report of the Royal Commission on the Practice of Subjecting Live Animals to Experiments for Scientific Purpose, &c. Presented to Both Houses of Parliament by Command of Her Majesty*. London: Eyre & Spottiswoode, 1876. Price 4/4. [contém excertos de depoimentos de advogados da vivissecação à *Royal Commission on Vivisection*].

(F) [pág 8] Carta da *Society for the Abolition of Vivisection* a Darwin, datada de 22/04/1881. Assinada por G Jesse.

(G) [pág 9] *The Lancet*, March 19th 1881 – *The Plain Truth about vivisection*. [referência incompleta no original, sem nome do autor]

(H) [pág 9] *The Lancet*, March 26th 1881 - carta de G Jesse, em nome da *Society for the Total Abolition of Vivisection*, ao editor do *Lancet*, escrita em 22/03/1881.

(I) [pág 10] carta de G. Jesse a Darwin, de 25/04/1881, em nome da *Society for the Total Abolition of Vivisection*.

Conteúdo:

(J) [pág 11] *The Endowment of Research*. From the *Athenaum* of March 26th 1881. [s/ nome de autor]

(K) [pág 11] *The Endowment of Research*. Carta do Rev. Thomas P. Kirkman, M.A., FRS, &c a G Jesse, *honorary secretary* da *Society for the Total Abolition and Utter Suppression of Vivisection*. *Athenaum*, April 2nd 1881. Conteúdo: afirma que os vivisseccionistas não apresentam quaisquer resultados significativos, descobertas científicas importantes, fundamentos sólidos, etc.

(L) [pág 12] *Society for the Abolition of Vivisection*. – Conteúdo: explicação da estrutura dessa organização.

(6) - *Dar.139.17.6* – Special Supplement to the *Zoophilist* n° 1 – London: May 2nd, 1881, Gratis. Conteúdo:

(A) Mr Darwin and vivisection – várias respostas publicadas à carta de Darwin no *Times* ao prof Holmgreen, de Upsala, incluindo uma carta de Cobbe.

(B) Matéria comentando que a Rainha Vitória assumiu a ‘patronage’ da *Societá Protettrree degli animali em Florença*

(C) *Zoophilist* - *Physiological fallacies* – I. *Vivisection versus heart disease* [autor não mencionado, possivelmente Frances Cobbe]

(D) *Private correspondence*

1a) carta de E. B (s/d) ao editor do *Zoophilist*, criticando artigo intitulado “The plain truth about vivisection”

2ª) Nota ao público pedindo ajuda financeira à *League Against Scientific Animal Torture*, entidade alemã.

3ª) *Zoophilist* – reprodução de matéria do *Spectator*, April 23rd 1881 (editorial?) – questionando a carta de Darwin ao prof Holmgreen.

(E) *Zoophilist* - *The Evidence Before the Royal Commission* – Victoria St Society apresenta trechos de depoimentos dos fisiologistas perante a *Royal Commission*.

(F) *Victoria Street Society for the Protection of Animals from Vivisection* – lista de membros.

Itens *Dar 139.17:7* a *Dar 139.17:14* - Recortes do jornal *Times*.

- (7) *Dar 139.17:7* - *Mr Darwin on Vivisection*. Mesma carta de Darwin ao prof Holmgreen. *Times* de 18.04.1881
- (8) *Dar 139.17:8* – Carta de Romanes ao *Times* de 25.04.1881
- (9) *Dar 139.17:9*. Primeira resposta de Cobbe à carta de Darwin a Holmgreen.
- (10) *Dar 139.17:10*. Réplica de Darwin a Cobbe + carta de Moffet na mesma página, citando passagem do *Descent* em que Darwin fala do cão na mesa de vivissecção.
- (11) *Dar 139.17:11* - Carta de Cobbe ao *Times* de 19.04.1881, apresentada por Shaftesbury, assinada como Hon. Secretary Soc. Protection of Animals from Vivisection.
- (12) *Dar 139.17:12* – recorte do *Times* (s/ autor - editorial?) defendendo a vivissecção e elogiando os fisiologistas ingleses.
- (13) *Dar 139.17:13* – carta de Romanes no *Times* de 09.05. 1881 criticando Hutton.
- (14) *Dar 139.17:14* – carta de Romanes ao *Times* de 25.04. 1881, defendendo pessoas atacadas por Cobbe.
- (15) *Dar 139.17:15* – outra duplicata de *Mr Darwin on Vivisection* (carta de Darwin ao prof Holmgreen. *Times* de 18.04.1881.
- (16) *Dar 139.17:16* – *Spectator*, 23.04.1881 (editorial?) – contesta afirmação que Darwin fez na carta ao prof Holmgreen, quando Darwin disse que a *Royal Commission* concluía que todas as acusações feitas aos fisiologistas ingleses eram falsas.
- (17) *Dar 139.17:17* - *Times* de 30.04.1881 – carta de Hutton ao editor, na condição de um dos *commissioners*, contestando a afirmação de Darwin de que a *Royal Commission* concluía que todas as acusações feitas aos fisiologistas ingleses eram falsas
- (18) *Dar 139.17:18* – manuscrito: *Report British Association Edinburgh*, 1871, p 144 - lista das quatro deliberações regulamentando a vivissecção.
- (19) *Dar 139.17:19* - manuscrito: quatro páginas – *The Petition of Humbly Sheweth*
- (20) *Dar 139.17:20* - manuscrito: 4 pp – *An Act for Restricting vivisection of Dumb Animals* (s/ assinatura).
- (21) *Dar 139.17:21* – *Experiments on Animals – Sketch of the Bill n° 1* (13 itens) – 10 pp, impresso. Acima do título, em letras manuscritas, lê-se: *Strictly Confidential*, ao que segue-se uma explicação de que esse é somente um primeiro esboço. Assinado por R.B. (?L).
- (22) *Dar 139.17:22* - *Experiments on Animals – Sketch of the Bill* – texto alterado em relação ao anterior. Na 2ª página, à caneta, muda-se o título para *A Bill Entitled An Act for the Restriction of the Making of Experiments on Animals for Scientific Purposes*. Também à mão, lê-se: “Alternative Preamble: whereas the useless infliction of pain on animals should as far as possible be prevented, and it is therefore expedient to prohibit the making of painful experiments in animals for scientific purposes except by duly (?) qualified persons and under such restrictions as are specified” [6 pp, 13 itens]
- (23) *Dar 139.17:23* – *Experiments on Animals Bill*. (6pp)
- (24) *Dar 139.17:24* - Rascunho de carta de Darwin ao prof Humphrey [ilegível]
- (25) [*Dar 139.17:25*] - envelope pequeno, em letras manuscritas: *Mr Darwin and vivisection* – corresp in *Times* of??? (Miss Cobbe + ?)

Apêndice 1 – acervo de Darwin relativo à vivissecção na biblioteca central da Universidade de Cambridge (*Dar.139.17*). Uma versão mais resumida desse acervo encontra-se disponível online em :

<http://darwin-online.org.uk/content/frameset?itemID=A94&viewtype=text&pageseq=1>